A POLÍTICA EXTERNA APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

TOMO II – 2003-2010

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Fernando de Mello Barreto

A Política Externa após a Redemocratização

Tomo II – 2003-2010

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz

Revisão:
Júlia Lima Thomaz de Godoy

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

B273
BARRETO, Fernando de Mello.
A política externa após a redemocratização / Fernando de Mello Barreto. — Brasília : FUNAG, 2012.
2 t.; 23 cm.

Conteúdo: t. 1. Política externa (1985-2002). — t. 2. Política externa (2003-2010).

ISBN: 978-85-7631-382-3

1. Política Externa. 2. Celso Amorim. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 327"2003/2010"

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

As opiniões expressas pelo autor neste livro não refletem, necessariamente, as do Ministério das Relações Exteriores.

Sumário

TOMO II – 2003-2010

Siglas **9**

Capítulo IX - Celso Amorim (Segunda Gestão) **15**
9.1. Linhas gerais da política externa 17
9.2. Américas 20
9.3. Europa 170
9.4. África 227
9.5. Oriente Médio 306
9.6. Ásia e Pacífico 406
9.7. Atuação política multilateral e plurilateral 464
9.8. Atuação econômica externa 532
9.9. O Serviço Exterior Brasileiro 597
9.10. Atuação consular 599
9.11. Síntese da segunda gestão de Celso Amorim 615

Epílogo 621

Bibliografia 627

Índice Onomástico Remissivo **641**

Siglas

AGNU	- Assembleia Geral da ONU
ALCA	- Área de Livre-Comércio das Américas
ALCSA	- Área de Livre-Comércio da América do Sul
ANC	- African National Congress
APEC	- Asia-Pacific Economic Cooperation
ASEAN	- Association of Southeast Asian Nations
ASPA	- Cúpula América do Sul – países Árabes
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
CARICOM	- Caribbean Community
CDH	- Comissão dos Direitos Humanos
CEE	- Comunidade Econômica Europeia
CEI	- Comunidade de Estados Independentes
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CIA	- Central Intelligence Agency
CIJ	- Corte Internacional de Justiça
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
COMECON	- Council for Mutual Economic Assistance
CNA	- Congresso Nacional Africano
CSCE	- Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
CSNU	- Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTBT	- Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty

DOMREP	- Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic
EAU	- Emirados Árabes Unidos
ECOMOG	- Economic Community of West African States Monitoring Group
ECOSOC	- Economic and Social Council
ECOWAS	- Economic Community of Western African States
EFTA	- European Free Trade Association
EUA	- Estados Unidos da América
FAO	- Food and Agriculture Organization
FARC	- Forças Armadas Revolucionárias Colombianas
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FMLN	- Frente Farabundo Marti de Liberación Nacional
FOCEM	- Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR
FPLP	- Frente Popular para a Libertação da Palestina
FRELIMO	- Frente para a Liberação de Moçambique
FRETILIN	- Frente Revolucionária de Timor Leste-Independente
FSLN	- Frente Sandinista de Libertação Nacional
G-7	- Grupo dos Sete países mais Desenvolvidos
GRULAC	- Grupo Latino-Americano e do Caribe
GATT	- General Agreement on Trade and Tariff
ICTY	- International Tribunal for Yugoslavia
IFOR	- Força de Implementação Multinacional
KFOR	- Kosovo Force (OTAN)
KGB	- Komityet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (Comitê de Segurança do Estado)
LEA	- Liga dos Estados Árabes
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
MICAH	- Missão Internacional de Apoio Civil no Haiti
MICIVIH	- Mission Civile Internationale en Haiti
MINUGUA	- Missão de Verificação dos Direitos Humanos da ONU na Guatemala
MINURCA	- United Nations Mission in the Central African Republic
MINURCAT	- United Nations Mission in the Central African Republic and Chad
MINURSO	- United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara
MINUSTAH	- United Nations Stabilization Mission in Haiti
MINUHA	- Mission des Nations Unies en Haiti
MIPONUH	- Mission de police civile des Nations Unies en Haïti

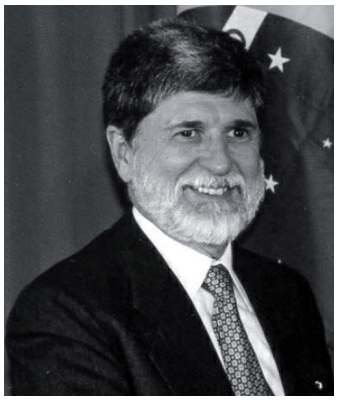
MNA	- Movimento Não Alinhado
MONUA	- Missão da ONU para Observação em Angola
MONUC	- Mission in the Democratic Republic of the Congo
MOMEP	- Missão de Observadores Militares Equador Peru
MPLA	- Movimento para a Libertação de Angola
MTCR	- Missile Technology Control Regime
NAFTA	- North American Free Trade Association
NSG	- Nuclear Suppliers Group
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCI	- Organização da Conferência Islâmica
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OLP	- Organização para Libertação da Palestina
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONUB	- United Nations Operation in Burundi
ONUCA	- Grupo de Observadores de las Naciones Unidas en Centroamérica
ONUMOZ	- Operação da ONU em Moçambique
ONUSAL	- Observadores da ONU na América Central
OPANAL	- Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina y el Caribe
OPEP	- Organização dos países Exportadores de Petróleo
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OUA	- Organização da Unidade Africana
PAC	- Política Agrícola Comum
PAIGC	- Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PED	- país em Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
RAU	- República Árabe Unida
RDA	- República Democrática Alemã
RENAMO	- Resistência Nacional Moçambicana
RFA	- República Federal Alemã
RPC	- República Popular da China
RU	- Reino Unido
SADC	- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SALT	- Strategic Arms Limitation Talks

SDI	- Strategic Defense Initiative
SEATO	- South East Asia Treaty Organization
SELA	- Sistema Econômico Latino-Americano
SGNU	- Secretário-Geral das Nações Unidas
SICA	- Sistema de Integração Centro-Americana
START	- Strategic Arms Reduction Treaty
SWAPO	- South West Africa People's Organization
TBT	- Test Ban Treaty
TIAR	- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	- Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPI	- Tribunal Penal Internacional
UDC	- União Democrata Cristã
UE	- União Europeia
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UME	- União Monetária Europeia
UNAMET	- United Nations Mission in East Timor
UNAMIC	- United Nations Mission in Cambodia
UNAMID	- United Nations/African Union Mission in Darfur
UNAMIR	- United Nations Assistance Mission for Rwanda
UNAMSIL	- United Nations Mission in Sierra Leone
UNASOG	- United Nations Aouzou Strip Observer Group
UNAVEM	- United Nations Angola Verification Mission
UNMIBH	- United Nations Mission in Bosnia Herzegovina
UNCED	- United Nations Conference on Environment and Development
UNCRO	- United Nations Confidence Restoration Operation
UNDOF	- United Nations Disengagement Observer Force (Colinas do Golan)
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFICYP	- United Nations Peacekeeping Force in Cyprus
UNGOMAP	- United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan
UNIFIL	- United Nations Interim Force in Lebanon
UNIIMOG	- United Nations Iran-Iraq Military Observer Group
UNIKOM	- United Nations Iraq-Coveite Observation Mission
UNIPOM	- United Nations India-Pakistan Observation Mission
UNMEE	- United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea
UNMIBH	- United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina
UNMIH	- United Nations Mission in Haiti

UNMIK	- United Nations Mission in Kosovo
UNMIK	- United Nations Interim Administration Mission in Kosovo
UNMIL	- United Mission in Liberia
UNMIS	- United Nations Mission in the Sudan
UNMISET	- United Nations Mission of Support in East Timor
UNMIT	- United Nations Integrated Mission in Timor Leste
UNMOGIP	- United Nations Military Observer Group in India and Pakistan
UNMOP	- United Nations Mission of Observers in Prevlaka (Croácia e ex-Iugoslávia)
UNMOT	- United Nations Mission of Observers in Tajikistan
UNMOVIC	- United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission
UNOCI	- United Nations Operation in Côte d'Ivoire
UNOMIG	- United Nations Observer Mission in Georgia
UNOMIL	- United Nations Observer Mission in Liberia
UNOMSIL	- United Nations Observer Mission in Sierra Leone
UNOMUR	- United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda
UNOSOM	- United Nations Operation in Somalia
UNPREDEP	- United Nations Preventive Deployment Force (Macedônia)
UNPROFOR	- United Nations Protection Force (ex-Iugoslávia)
UNPSG	- United Nations Civilian Police Support Group
UNSCOM	- United Nations Special Commission
UNSF	- United Nations Security Force in West New Guinea
UNSMA	- Missão Especial da ONU no Afeganistão
UNSMIH	- United Nations Support Mission in Haiti
UNTAC	- United Nations Transitional Authority in Cambodia
UNTAES	- United Nations Transition Administration for Eastern Slavonia
UNTAET	- United Nations Transitional Administration in East Timor
UNTAG	- United Nations Transition Assistance Group (Namíbia)
UNTMIH	- United Nations Transition Mission in Haiti
UNTSO	- United Nations Truce Supervision Organization

Capítulo IX

Celso Amorim (Segunda Gestão)



"Temos que levar [...] postura de ativismo responsável e confiante ao plano das relações externas.
Não fugiremos de um protagonismo engajado, sempre que for necessário para a defesa do interesse nacional e dos valores que nos inspiram.."

Celso Amorim

Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como Presidente da República em 1º de janeiro de 2003 e nomeou o Embaixador Celso Amorim para ocupar a cadeira do Barão do Rio Branco. Entre suas primeira e segunda gestões, o diplomata exerceu os cargos de Representante Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York (1995-1999) e junto aos organismos internacionais sediados em Genebra (1999-2001); bem como de Embaixador junto ao Reino Unido (2001-2002).

*

Após tomar posse, o novo governo manteve as políticas macroeconômicas do governo anterior. Renovou acordos com o FMI e obteve, como por este recomendado, *superávit* primário no orçamento nos dois primeiros anos de governo, tendo ultrapassado as metas no terceiro ano. Recuperaram-se a confiança do mercado (perdida no período eleitoral), o Real e as classificações de risco em agências internacionais. Em 2005, o governo sofreu consequências políticas de acusações de corrupção envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores. O Presidente conseguiu se manter distante da questão e manteve sua popularidade, em boa parte, em razão dos êxitos na política social, redução da pobreza e do desemprego.

Lula foi reeleito Presidente no ano seguinte, embora vencendo apenas no segundo turno. Após a vitória eleitoral, os índices de sua

popularidade voltaram a crescer, alcançando ao final 80%, graças à continuidade de realizações econômicas e sociais. No segundo mandato, o governo passou a concentrar seu foco em plano de investimentos em infraestrutura e medidas para expansão do crédito no mercado interno. Entre finais de 2008 e princípios de 2009, a economia sofreu o impacto da recessão internacional, tendo apresentado recuperação mais rápida do que a de muitos outros países.

*

No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os eventos que tiveram maior repercussão internacional, destacou-se a guerra no Iraque. A crise do desarmamento naquele país seria seguida de sua invasão e ocupação. Ainda no Oriente Médio, mantiveram-se entre as maiores preocupações o conflito entre árabes e israelenses (sobretudo a "guerra no Líbano") e os conflitos entre palestinos e Israel. Começaram a ganhar atenção ações do governo no Irã, onde o Presidente confirmou que seu país havia obtido êxito na produção de urânio enriquecido. Outro país que traria preocupação às chamadas potências ocidentais seria a Coreia do Norte que declarou ter conduzido seu primeiro teste nuclear. A UE prosseguiria seu processo de alargamento com o ingresso de dez novos países como membros. Na América Latina, teria impacto para o Brasil a nacionalização dos campos de gás pelo governo boliviano. Entre 2004 e 2007, o mundo atravessou o apogeu de uma "era dourada", tendo 124 dos países do mundo – aproximadamente dois terços do total – crescido mais do que 4 % ao ano[1].

No segundo mandato do Presidente Lula, teriam repercussão mundial, em 2007, as lutas na Faixa de Gaza. A situação de bonança internacional sofreu revés, em 2008, com a irrupção da crise financeira mundial. Naquele ano, prosseguiu no Oriente Médio o conflito entre palestinos e israelenses e agravaram-se as preocupações com o Irã, cujo governo anunciou o lançamento de foguete espacial. Nas Américas, teria relevância o envio por Venezuela e Equador de tropas à fronteira da Colômbia; e, nos EUA, as perspectivas de mudança da política externa com a eleição de Barack Obama. Em 2009, causou preocupação na Europa a suspensão pela Rússia do fornecimento de gás; na África, o assassinato do Presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira; na Ásia, o anúncio pela Coreia do Norte de ter conduzido seu segundo teste nuclear; no Oriente Médio, os protestos generalizados no Irã após a reeleição de Ahmadinejad; na América Latina, a prisão e exílio do Presidente de Honduras, Manuel Zelaya, e a condenação pela OEA daquele golpe de Estado. Do ponto de vista global, teriam importância as reuniões do G-20 (financeiro) em Londres e Pittsburgh para tratar da crise financeira mundial. Em 2010, nas Américas, ocorreriam terremotos no Haiti (tendo devastado

sua capital, Port-au-Prince), e no Chile (também com graves consequências). Ganhou importância a questão da imposição de sanções contra o Irã a respeito de seu programa nuclear.

9.1. Linhas gerais da política externa

Ao tomar posse, o Presidente Lula afirmou que, no seu governo, a ação diplomática do Brasil estaria orientada por "uma perspectiva humanista" e seria, antes de tudo, um "instrumento do desenvolvimento nacional". Por sua vez, ao assumir o Itamaraty, Celso Amorim declarou que o país teria "uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz" e, nesse sentido, buscaria "reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional"[2]. Referiu-se ao desejo de levar "postura de ativismo responsável e confiante no plano das relações externas"[3] e declarou que não fugiria de "um protagonismo engajado", sempre que fosse necessário para a defesa do interesse nacional e dos valores que inspiravam o país.

Durante o primeiro ano de governo, por declarações diversas, o Presidente Lula e o Ministro Amorim procuraram mostrar diferenças na política exterior em relação ao governo anterior, salientadas como sendo de postura ("mais de acordo com as suas dimensões, aspirações e características de ser uma sociedade plurirracial, com uma cultura rica etc."), de intensidade ("com que as prioridades vinham sendo perseguidas"); de atitude ("mais afirmativa ou mais soberana") e, acrescida da ambição de "construir nova geografia comercial do mundo"[4].

No ano seguinte, Celso Amorim procuraria indicar mudanças sobretudo na ampliação das relações, esclarecendo que se faziam com pragmatismo, sem confrontações, "estratégia terceiro-mundista" ou "viés ideológico". Defendeu a ideia de que o Brasil era "um ator importante no cenário internacional por suas dimensões, por sua relevância política e econômica, pela força de sua identidade", mas reconheceu que era também uma nação em desenvolvimento que se ressentia de "sérias vulnerabilidades econômicas e sociais". Acrescentou que o governo reconhecia isso "com objetividade e capacidade de autocrítica" e concluiu que não desejava o governo "cair", fosse "no ufanismo irrealista", fosse "num ceticismo" que conduzisse "à passividade e a posturas meramente reativas". Admitiu que "muitos conceitos" eram "permanentes, porque o Estado brasileiro não muda, ou muda pouco", mas insistiu na ideia de

que o Brasil havia alterado "a própria agenda internacional". Resumiu a política externa do governo Lula como sendo "nacional, sem deixar de ser internacionalista".

O Presidente Lula declarou, em 2005, que o Brasil tinha uma posição de liderança na América do Sul e na América Latina. Celso Amorim explicou que o desejo expresso pelo Presidente Lula de o Brasil assumir "seu destino natural" de líder da América do Sul, nada tinha a ver com as intenções hegemônicas, e sim com o que ele chamara de "liderança de inspiração". Declarou que a posição do Brasil era muito pacífica, não querendo "expandir bases militares", sendo fora de questão pensar que o governo brasileiro queria ter "uma posição militarista, nacionalista". Ao defender a autonomia brasileira, Celso Amorim afirmou que havia uma visão de procurar achar que "certas coisas os outros" podiam e o Brasil não podia, "como se tivesse de pedir licença para cada gesto de política externa", para cada ação que tomava. No mesmo sentido, com críticas aos que viam nos problemas sociais brasileiros e na falta de "meios importantes de projeção militar" elementos condicionadores da política externa, o Presidente Lula expôs seu entendimento de que o Brasil podia ser globalmente um ator pleno e colaborar para a construção de "uma nova relação de forças no plano internacional". Argumentando que a diplomacia brasileira era "experiente, bem preparada e suficientemente lúcida para não ser nem tímida nem temerária", disse que o que importava era "buscar espaço" no mundo globalizado, por meio de uma ação política que preservasse a soberania nacional, garantisse a soberania popular e contribuísse para o aprofundamento da solidariedade internacional. Em novembro, Celso Amorim afirmou que subjacente às prioridades do governo do Presidente Lula estava "o imperativo de preservar a capacidade soberana brasileira de definir o modelo de desenvolvimento" que desejava para o país.

No quarto ano de governo, Celso Amorim sublinhou que o país estava crescendo e teria um papel cada vez maior no mundo. Em entrevista concedida em maio, criticou governos anteriores por alegarem não ter o Brasil "excedentes de poder", o que, na sua visão, obrigava o país a adaptar suas linhas de ação aos que os detinham. Declarou que a realidade não era essa, pois, o Brasil tinha capacidade de convencimento e de negociação. Em junho, no entanto, admitiu que o governo cometera um erro ao ter dois candidatos ao mesmo tempo para a OMC e para o BID, dois órgãos muito importantes. Defendeu, não obstante, a nova geografia comercial proposta pelo governo argumentando que as exportações brasileiras estavam crescendo mais para os países que haviam sido

declarados prioritários pela política externa. Em outubro, mês de eleição presidencial, Celso Amorim ressaltou o fato de o Presidente Lula ter sido convidado três vezes, para reuniões do G-8, "sem pedir".

Passado um quinquênio de governo, Celso Amorim continuava, em março de 2008, a ser indagado sobre mudanças na política externa. Afirmou que o trabalho ativo pela multipolaridade constituía uma marca da política internacional sob a gestão Lula. Em abril, defendeu a ideia de que o governo tinha estado engajado em esforço para redimensionar o perfil do Brasil no mundo. Argumentou que o governo adotara uma posição pró-ativa, que procurara, "sem arroubos, mas sem timidez ou subserviência, alterar o sentido da globalização em favor da grande maioria". Acrescentou que o Brasil não ficara acomodado "na confortável posição de um país periférico à espera de favores e proteção dos mais fortes". Em setembro, declarou que o Brasil tinha "de estar presente em toda a parte" pois havia uma crescente "demanda de Brasil" no mundo.

Celso Amorim retomaria, em 2009, as comparações. Em março afirmou que, antes havia uma globalização, mas a política externa não era global. Declarou, em junho, que a ação diplomática brasileira sob o governo Lula passara a ser "menos tímida, mais à altura do peso relativo do Brasil no mundo atual". Concluiu que o "Brasil se tornara um participante ativo das relações internacionais, perseguindo sua vocação de ator mundial com interesses e responsabilidades em todas as partes do mundo".

Ao aproximar-se do final do segundo mandato, os discursos do Chanceler passaram a ter tom de análise das mudanças ocorridas. Em abril de 2010, afirmou que a política externa brasileira enfrentara a "velha opinião" de que "exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com sua grandeza – não só econômica, mas também política e cultural – seria inútil ou, mesmo perigoso". Declarou que o Brasil soubera desafiar o falso paradigma de que sua política externa deveria pautar-se pela noção da "limitação de poder". Argumentou que tal noção, por sua vez, se baseava numa "contabilidade falsa, que deixava de lado o exemplo das nossas transformações sociais, a natureza vibrante da nossa democracia" e a capacidade brasileira "de buscar soluções inovadoras e criativas para velhos problemas". Ressaltou que a política externa brasileira questionara também a "velha opinião" de que era preciso ser rico para ser solidário. Finalmente, concluiu que a política externa do governo Lula derrubara "aquela velha opinião" "de que o Brasil precisa pedir licença para agir nas relações internacionais". Voltou-se contra os que pensavam, "por comodismo ou precaução excessiva", que devia "o Brasil se silenciar diante das grandes questões globais que não lhe diziam respeito de forma direta

e imediata". Na mesma ocasião e, em linha de pensamento semelhante, o Presidente Lula afirmou que, durante muito tempo, o Brasil fora induzido "a ter complexo de vira-latas". Para exemplificar seu ponto de vista, revelou que não se levantara quando o Presidente Bush chegara a reunião do G-8 em Evian, pois, ninguém se levantara quando de seu próprio ingresso.

9.2. Américas

A atuação plurilateral brasileira nas Américas se concentraria primeiramente na América do Sul; em segundo lugar, na América Latina como um todo, e também no Caribe; e, somente em terceiro e último lugar, nas Américas como um todo (isto é, com a inclusão dos EUA e Canadá), neste último caso limitando-se a ação a participações na OEA e nas Cúpulas das Américas. Durante o governo Lula, houve apenas três dessas cimeiras, tendo o Presidente aproveitado para o lançamento de ideias relativas a outros temas não diretamente ligados ao comércio. Assim, na Cúpula de Monterrey, em janeiro de 2004, tratou do combate à fome, à pobreza e à exclusão social e, na de Port of Spain, em abril de 2009, discorreu sobre a crise financeira.

*

No âmbito latino-americano, a articulação brasileira evoluiria aos poucos da participação no Grupo do Rio para a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Assim, em maio de 2003, no início do governo, o Presidente Lula afirmava que os esforços de cooperação latino-americana convergiam para o Grupo do Rio. Nas palavras de Celso Amorim, um reforço da integração sul-americana só podia contribuir para uma integração mais ampla da América Latina como um todo.

Cinco anos mais tarde, na abertura da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada no Brasil em dezembro de 2008, o Presidente Lula ressaltou que a região só superaria os desafios à integração e ao desenvolvimento se assumisse sua vocação latino-americana e caribenha. Argumentou que isso devia ser feito "sem espírito de confrontação com quem quer que seja". Defendeu a ideia de que essa unidade devia ser entendida como "contribuição para um novo mundo, multipolar e multilateral". Em entrevista coletiva após a Cúpula, destacou o significado do encontro para uma participação maior nas decisões das políticas globais.

No biênio final do governo, as atenções voltaram-se para esse foro mais amplo. Em março de 2009, Celso Amorim notou que o total das

exportações brasileiras para América Latina e Caribe era praticamente o dobro das exportações do país para os EUA, tendo sublinhado que as para este último país estavam em nível recorde. Em reunião ministerial realizada em novembro de 2009, em Montego Bay, Jamaica, foi examinada a institucionalização da CALC. Ao final do encontro, foram anunciadas várias iniciativas, nas áreas de cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração, a respeito da crise financeira internacional, energia, infraestrutura e desenvolvimento social e erradicação da fome e da pobreza. A CALC foi formalmente constituída durante a II Cúpula, realizada em fevereiro de 2010 na cidade de Playa del Carmen, México. Incluiu todos os países da região, exceto Honduras cujo governo não era reconhecido pelo Brasil após o golpe contra Manuel Zelaya no ano anterior. Ao discursar durante a sessão de encerramento, o Presidente Lula afirmou que a região se confrontava com "instituições multilaterais existentes" que não funcionavam "adequadamente", ressaltando que a ONU perdera representatividade.

9.2.1. América do Sul

A América do Sul seria a prioridade brasileira no governo Lula, conforme assim declarou Celso Amorim no seu discurso de posse. O Chanceler propôs a ideia da "formação de um espaço econômico unificado, com base no livre-comércio e em projetos de infraestrutura", e expressou a opinião de que isso teria "repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo". Observou que vários dos vizinhos do Brasil viviam "situações difíceis ou mesmo de crise" e julgou que o "processo de mudança democrática" pelo qual o Brasil estava passando com o governo Lula podia ser "elemento de inspiração e estabilidade para toda a América do Sul". Declarou que o Brasil respeitaria "zelosamente o princípio da não intervenção", da mesma forma que velaria para que fosse "respeitado por outros". Acrescentou, entretanto, que o Brasil não se furtaria a dar sua contribuição para a solução de situações conflituosas, desde que convidado e quando considerasse que poderia ter "um papel útil, tendo em conta o primado da democracia e da constitucionalidade". Concluiu que uma "América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera" era um objetivo a ser perseguido "não só por natural solidariedade", mas em função do próprio progresso e bem-estar brasileiros[5].

No decorrer de 2003, Celso Amorim deu explicações adicionais sobre as razões da prioridade à América do Sul. Afirmou que a intensidade de visitas sul-americanas tinha um sentido prático de buscar projetos concretos de cooperação, alguns dos quais implicavam financiamento. Visavam também a maior integração regional e o fortalecimento da capacidade de barganha com outros países ou blocos. Reconheceu que o governo anterior fizera a primeira reunião de Presidentes da região, mas salientou a ênfase que o Presidente Lula vinha pondo na iniciativa. Expressou opinião de que a integração da América do Sul podia ser uma oportunidade de investimento. Argumentou que a região como um todo tinha condições de negociar melhor e constituía a base de projeção tanto do Brasil quanto dos demais países. Em outra linha de ideias, declarou que a grande questão não era saber se a integração da América do Sul ia ocorrer, "mas sim saber como: por meio das correntes saudáveis de comércio, ou pela via do crime organizado, do narcotráfico e das muitas outras mazelas que afetavam a região".

Em declarações no ano de 2004, o Presidente e o Ministro buscaram mostrar progressos no relacionamento sul-americano. Em março, Celso Amorim declarou que as negociações com a CAN haviam aberto o caminho para um espaço econômico comum, capaz de dar início a uma novo capítulo nos esforços pela integração do Continente. Afirmou que o Brasil havia revitalizado o Mercosul, concluído acordos comerciais com quase todos os outros países do continente, e passara a se envolver ativamente com a, "nem sempre fácil, busca pela estabilidade na Venezuela, na Bolívia e na Colômbia", em um espírito em que qualificou de "não indiferença"[6]. Em abril, ponderou que uma América do Sul "politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera" era um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do próprio progresso e bem-estar brasileiros. Em dezembro, o Presidente Lula listou os seguintes projetos de integração sul-americana então em andamento com o Brasil: a ponte sobre o rio Orinoco, na fronteira com a Venezuela; a Hidrelétrica San Francisco, no Equador; a ponte Assis Brasil – Iñapari, na fronteira com o Peru; as importações de energia do Paraguai, da Venezuela e da Bolívia; o desenvolvimento da região do Rio Madeira; a segunda ponte sobre o rio Paraná, na fronteira com o Paraguai; o corredor Bioceânico entre Santos e Antofagasta, no Chile; a segunda ponte do rio Jaguarão, na fronteira com o Uruguai; e a duplicação da autoestrada do Mercosul.

Durante a III Reunião de Cúpula Sul-Americana, realizada em dezembro, em Cuzco, os Presidentes dos países da América do Sul

decidiram formar a Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA. Para desenvolver e aperfeiçoar tal espaço sul-americano integrado, previram os seguintes processos: a concertação e a coordenação política e diplomática; o aprofundamento da convergência entre o Mercosul, a CAN e o Chile; e a integração física, energética e de comunicações na América do Sul[7]. Não foi criado, no entanto, um Secretariado, sendo decidido que seria utilizado o apoio administrativo das instituições regionais já existentes. A Sede seria em Quito, o Parlamento, em Cochabamba, e o Banco do Sul, em Caracas.

Em pronunciamentos públicos ao longo de 2005, o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim procuraram justificar os custos da integração para o Brasil. Em março, Celso Amorim afirmou que ciente de seu tamanho e do peso de sua economia nas transações intrarregionais, o Brasil reconhecia que seu papel nesse processo de integração comportava custos e supunha uma visão "generosa", para que pudesse compensar os desequilíbrios nos diferentes graus de desenvolvimento dos países da região. Em maio, o Presidente Lula afirmou que o Brasil tinha responsabilidade em ajudar com que a Argentina, o Paraguai e o Uruguai se desenvolvessem. Disse que tal era o papel do país maior, esse era o papel do país que tinha maior riqueza, maior tecnologia. Em julho, o Presidente Lula anunciou que, em poucos dias, seriam iniciadas as obras de construção da rodovia interoceânica, que ligaria o Brasil aos portos peruanos de Ilo e Matarani. Ressaltou que estava sendo construída a primeira ponte entre Brasil e Peru, em Assis Brasil, e que seria construída a primeira ponte ligando o Brasil e a América do Sul à Europa, via Guiana Francesa, com o Estado do Amapá. Em agosto, Celso Amorim informou que já estavam aprovados e em execução no Brasil e nos outros países projetos de US$ 2 bilhões e que havia outros em negociação no valor de US$ 2,3 bilhões, totalizando US$ 4,4 bilhões de projetos de integração. Em setembro, o Presidente Lula defendeu a interligação de todos os países da América do Sul, melhores aeroportos, portos e hidrovias. Sublinhou a construção de rodovia para ligar o Brasil ao Chile, que daria saída para o Pacífico; notou a construção de gasoduto com a Argentina; mencionou rodovia entre o norte do Brasil, através do estado do Acre, e o Oceano Pacífico, passando pelo Peru.

A I Reunião de Chefes de Estado da CASA realizou-se em Brasília no final de setembro de 2005. Conforme informou previamente o Itamaraty, os Presidentes tratariam do aprimoramento da coordenação política; dos projetos de integração da infraestrutura e seu financiamento; do estabelecimento de uma área de livre-comércio sul-americana; e do desenvolvimento social dos povos do continente. Outras áreas de atenção da Comunidade seriam saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia,

meio ambiente, integração energética, mecanismos financeiros, redução de assimetrias, telecomunicações, e promoção da coesão, da inclusão e da justiça sociais. Temas como obras de infraestrutura e convergência dos processos de integração seriam igualmente abordados. Em discurso, ao abrir o encontro, o Presidente Lula ressaltou que os países somavam 350 milhões de habitantes com um PIB superior a um trilhão de dólares. Considerou que o alicerce da Comunidade Sul-Americana era a integração da infraestrutura física. No encerramento, declarou que não era uma tarefa fácil construir e consolidar uma Comunidade, respeitando assimetrias, levando em conta a cultura de cada Nação, as dificuldades. Reconheceu que o Projeto da IIRSA começara a ser debatido antes de seu governo.

Celso Amorim afirmou, em novembro, que o processo de criação de uma comunidade sul-americana de nações avançava mais rapidamente do que se poderia imaginar. Após mencionar exemplos de integração física, reiterou a ideia de que o Brasil reconhecia que seu papel nesse processo de integração comportava custos e supunha uma visão "generosa", para que pudessem ser compensados os desequilíbrios nos diferentes graus de desenvolvimento dos países da região. Ponderou que generosidade, no caso, nada mais era do que a capacidade de colocar os interesses do longo prazo acima de objetivos imediatistas.

A ênfase na integração física prosseguia e, em dezembro, o Presidente Lula afirmou que nada menos que 43 projetos estavam em andamento na América do Sul desde 2003, por meio de parcerias entre governos, empresas privadas e organismos financeiros regionais. Declarou que somente os financiamentos e garantias já então aprovados pelo Brasil correspondiam a mais de US$ 2 bilhões. Em maio de 2006, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Ministro Amorim reconheceu que a integração sul-americana era um aprofundamento de outras políticas que haviam sido seguidas antes e que haviam se inspirado em um preceito constitucional. Defendeu um debate pragmático e não ideológico da questão, procurando mostrar o aumento do comércio ocorrido na região. Em novembro, afirmou que não era necessário ter uma atitude apologética em relação à nova entidade. Declarou que uma Comunidade Sul-Americana forte ajudaria na criação de uma Comunidade Latino-Americana porque, na sua opinião, o Grupo do Rio nunca lograra firmar-se como uma organização latino-americana e caribenha por não ter "robustez suficiente".

A II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) seria realizada em Cochabamba, Bolívia, em dezembro. Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que os Presidentes

deveriam discutir temas como o reforço da institucionalidade da CASA, o aprofundamento da coordenação política, a integração da infraestrutura regional, a integração energética sul-americana, a constituição de sistema financeiro regional, a integração produtiva e medidas de desenvolvimento social. Outras áreas de atenção da Comunidade seriam o comércio regional, saúde, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, segurança e defesa, tratamento das assimetrias e convergência dos processos de integração regional existentes.

9.2.1.1. UNASUL

A mudança do nome Comunidade Sul-Americana de Nações foi proposta quando da 1ª Reunião de Energia Sul-Americana, realizada em abril de 2007, na Ilha de Margarita, Venezuela. A designação "União de Nações Sul-Americanas – UNASUL" foi aprovada por todos os Estados-membros durante o encontro. Em discurso naquele mesmo mês, o Presidente Lula anunciou que o avanço na harmonização de critérios e normas de financiamento na região seria um passo prévio na direção de um Banco Sul-Americano de Desenvolvimento. Argumentou que era preciso trabalhar para o aproveitamento da "capacidade hidrelétrica, as abundantes reservas de petróleo e gás e o potencial dos biocombustíveis".

Ao longo de 2007, os fluxos de comércio do Brasil com a América do Sul, conforme palavras de Celso Amorim em agosto, cresceram "de forma surpreendente", com destaque para as exportações brasileiras para Venezuela, Colômbia e Peru. A política brasileira com relação à América do Sul foi resumida por Celso Amorim em discurso no mês de agosto:

> Caminhamos no sentido de afirmar os valores da democracia, do estado de Direito e do respeito aos direitos humanos. O Brasil respeita as escolhas de seus vizinhos e não interfere no direito soberano de cada país de encontrar soluções para os problemas que enfrenta. Está, do mesmo modo, disposto a colaborar para ajudar países amigos em situações de crise política ou social, sempre que chamado e na medida de suas possibilidades.

Para continuar a justificar a prioridade sul-americana, durante conferência que pronunciou em abril de 2008, o Ministro ressaltou que os países sul-americanos haviam comprado 20% das exportações brasileiras, mais do que os EUA, que haviam absorvido 16%. Afirmou que a integração sul-americana criava um "centro de gravitação alternativo"

ao que sempre existira no Norte. De sua parte, em discurso no mesmo mês, o Presidente Lula realçou este último ponto ao declarar que todos os líderes da América do Sul estavam "determinados a cumprir a vocação regional de viver em paz e alcançar níveis mais altos de desenvolvimento econômico e social" e concluiu que só assim teria a região "presença forte no mundo multipolar" que estava "se desenhando".

A UNASUL seria formalmente constituída em maio, quando da realização, em Brasília, da III Reunião de Cúpula Sul-Americana que seria também a primeira da nova entidade, pois nela se assinou o Tratado Constitutivo da organização. Seu objetivo foi definido como sendo o de

> construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados[8].

Na ocasião da constituição da UNASUL, o Brasil propôs a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano[9].

No discurso que pronunciou, o Presidente Lula afirmou que a UNASUL seria construída "sobre a base dos processos de integração bem-sucedidos do Mercosul e da Comunidade Andina" e que o foro seria enriquecido pela contribuição caribenha, por meio da Guiana e do Suriname. Argumentou que havia chegado a hora de aprofundar a identidade sul-americana, também no campo da defesa. De sua parte, Celso Amorim, em palestra no mês de março de 2009, ressaltou que, com a criação da UNASUL, os países-membros haviam passado a ter uma base econômico-comercial, mas também com a possibilidade de uma ação política conjunta. De fato, a UNASUL logo seria utilizada não apenas como órgão para a promoção de integração, mas também para fins políticos. Assim, por proposta do Chile, realizou-se, em setembro, uma reunião de Cúpula extraordinária em que foi tratada a crise política na Bolívia. Ao final do encontro, no Palácio de La Moneda, foi expresso apoio ao governo do Presidente Evo Morales e "absoluto suporte à Bolívia".

Na III Cúpula ordinária da UNASUL, realizada em Quito, uma questão política se sobressaiu: as implicações da presença de pessoal militar e civil estrangeiro em bases militares colombianas. Em seu discurso na abertura, em agosto de 2009, o Presidente Lula propôs que,

"em algum momento", a UNASUL deveria "convidar o governo dos EUA para uma discussão profunda sobre a relação deles com a América do Sul e com a América Latina". Argumentou que ainda havia Embaixadores (estadunidenses) que interferiam em eleições de outros países e que a IV Frota dos EUA preocupava profundamente o Brasil, "por conta do pré-sal". Concluiu que deveriam os líderes sul-americanos discutir diretamente com o governo dos EUA. Sugeriu que o Presidente do Equador, na Presidência *Pro Tempore* da UNASUL convidasse o Presidente Obama "para uma conversa concreta e objetiva sobre o futuro das relações".

Essa questão da presença de tropas dos EUA na Colômbia deu origem a nova reunião de Cúpula, desta vez em caráter extraordinário, e realizada em Bariloche, em 28 de agosto. Em sua intervenção na ocasião, o Presidente Lula afirmou que, se as bases dos EUA já estavam na Colômbia desde 1952 e ainda não haviam "resolvido o problema", era preciso pensar o que se poderia fazer conjuntamente para resolvê-lo. Concordou com a Presidente do Chile em que a questão não deveria ser decidida por meio de Conselho de Defesa, pois era de natureza policial e não militar. Sugeriu que o Conselho de Combate ao Narcotráfico da UNASUL enfrentasse "definitivamente essa questão do narcotráfico". Propôs que fosse tomada uma decisão da UNASUL, pois constituiria uma "garantia institucional, coletiva" do continente. Informou que propusera encontro dos líderes sul-americanos com o Presidente dos EUA que respondera que "ia ver o problema de agenda". Defendeu a ideia de contar a América do Sul com um "tratado" em que estivessem "contidas garantias jurídicas" para que os países sul-americanos pudessem contar com um fórum internacional com poder para estabelecer limites de atuação militar. Opinou que, com relação à questão das bases dos EUA, era necessário que os demais países sul-americanos tivessem a certeza de que disporiam de instrumentos jurídicos que garantissem tratar-se de ação "específica para o território da Colômbia" e que não alcançasse terceiros países. Com relação ao narcotráfico, sugeriu que, tanto na área da defesa quanto na área do narcotráfico, pudesse ser o Conselho da UNASUL convocado para estudar a situação do continente. Propôs que o Conselho de Defesa visitasse todas as fronteiras, que fizesse um levantamento real da situação. Lamentou a ausência de Hugo Chávez.

Ao final do encontro foi emitido documento pelo qual os Chefes de Estado decidiram "estabelecer um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança", e absterem-se de "recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da UNASUL". Constou também o "compromisso de fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo e a delinquência transnacional organizada

e seus delitos conexos: o narcotráfico, o tráfico de armas pequenas e leves, assim como o rechaço à presença ou ação de grupos armados à margem da lei". Por fim, constou que "a presença de forças militares estrangeiras" não podia, "com seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e integridade de qualquer nação sul-americana e em consequência a paz e segurança na região". Decidiram instruir os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa a realizar uma reunião extraordinária, para que, "em prol de uma maior transparência", desenhassem "medidas de fomento da confiança e da segurança de maneira complementar aos instrumentos existentes no marco da OEA, incluindo mecanismos concretos de implementação e garantias para todos os países, aplicáveis aos acordos existentes com países da região e extrarregionais, assim como ao tráfico ilícito de armas, ao narcotráfico e ao terrorismo de acordo com a legislação de cada país". Esses mecanismos deveriam "contemplar os princípios de respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial e não ingerência nos assuntos internos dos Estados". De fato, em cumprimento a tais instruções, em setembro, realizou-se, em Quito, reunião extraordinária de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa.

Nova reunião extraordinária de Cúpula da UNASUL, realizou-se, em 4 de maio de 2010, na capital argentina. Conforme nota do Itamaraty, a agenda da reunião previa "o tratamento de temas como o apoio ao Chile e ao Haiti após os terremotos ocorridos naqueles países; a situação de Honduras; a eleição do Secretário-Geral da UNASUL; o diálogo UNASUL – EUA; e a solução de controvérsias em matéria de investimentos". Durante o encontro, o ex-Presidente argentino Néstor Kirchner foi eleito o primeiro Secretário-Geral do UNASUL para um mandato de dois anos. Na reunião, o Presidente Lula considerou a indicação de Kirchner "a consolidação de mais uma etapa do fortalecimento da UNASUL".

Durante o governo Lula seriam abertos cinco postos na América do Sul: Caracas (Venezuela, Consulado), Lethem (Guiana, Vice--Consulado), Mendoza (Argentina), Iquitos (Peru) e Puerto Ayacucho (Venezuela, Vice-Consulado).

*

O relacionamento bilateral do Brasil com os vizinhos sul-americanos seria marcado, de um lado, por crescentes comércio e cooperação bilateral, e, de outro lado, por dificuldades diplomáticas em incidentes diversos. Entre estes, destacar-se-iam a desapropriação de bens da PETROBRAS pela Bolívia; as reivindicações paraguaias sobre Itaipu; a oposição no Parlamento brasileiro ao ingresso da Venezuela no Mercosul; os questionamentos do Equador sobre financiamentos do BNDES; e os problemas comerciais com a Argentina.

9.2.1.2. Argentina

A prioridade no relacionamento bilateral com a Argentina seria mantida. Quando recebeu a visita do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, o Presidente Lula afirmou que, para "resgatar a vitalidade e o dinamismo do Mercosul", era exigido "um relacionamento – cada vez mais fluido, cada vez mais franco, cada vez mais próximo" entre os dois países. Em Comunicado Conjunto, expressaram firme determinação em ampliar a aliança estratégica.

Dificuldades comerciais não tardariam a surgir. Em março, o governo brasileiro manifestou preocupação pelo resultado da votação no Senado argentino que derrubara o veto presidencial a uma lei que previa sobretaxa de proteção para o açúcar argentino, com repercussões negativas para as exportações brasileiras. A questão surgiu no momento em que a Argentina buscava manter os saldos positivos que, desde 1996, obtinha no comércio com o Brasil e sua economia começava a mostrar sinais de melhora, com a ajuda do FMI[10]. Após um ano no poder, Duhalde julgou que sua tarefa como líder da nação havia sido cumprida e, pressionado politicamente, convocou eleições.

Celso Amorim declarou, em abril, que o Brasil desejava um aprofundamento da aliança estratégica com a Argentina, com vistas a transformá-la no motor da integração da América do Sul, a começar pela revitalização do Mercosul. Explicou que o objetivo era ir além da liberalização dos fluxos de comércio intrazona, consolidar a União Aduaneira e avançar em direção ao Mercado Comum. Manifestou esperança de que quem quer que viesse a ser eleito Presidente no pleito que se avizinhava na Argentina compartilharia aquela visão.

Em maio, Nestor Kirchner foi eleito Presidente, o sexto em 18 meses[11]. Obtivera apenas 22% dos votos no primeiro turno, contra 24% de Carlos Menem com quem deveria disputar um segundo turno. Menem, porém, desistiu de continuar a concorrer. Não teve, portanto, Kirchner o voto popular de que necessitava, embora as pesquisas de opinião indicassem que teria obtido entre 70 e 80% deste[12]. Nos seus quatro anos de governo, em política externa, seria suspenso o alinhamento com os EUA e tomados passos para aproximação com a América Latina. A Argentina passaria a se abster nas resoluções da CDH da ONU que criticavam a situação em Cuba.

Celso Amorim e o Chanceler da Argentina, Rafael Bielsa, mantiveram, ainda em maio, um encontro em Brasília. Seria a primeira viagem ao exterior do Chanceler do país vizinho, tendo sua vinda ao

Brasil se dado apenas quatro dias após o início do mandato do Presidente Néstor Kirchner.

Após receber, em junho, o novo líder argentino, o Presidente Lula informou que os dois Chefes de Estado haviam acordado quanto à necessidade de constituir mecanismos financeiros e monetários para dar novo ímpeto ao Mercosul, assim como haviam decidido resolver as questões ainda pendentes da Tarifa Externa Comum, de modo a fazer avançar a União Aduaneira. De fato, do Comunicado Conjunto assinado no encontro constaram entendimentos nesse sentido.

Quando perguntado, em 4 de outubro, sobre mal-entendidos que teriam havido entre os Presidentes Kirchner e Lula, Celso Amorim contou, para ilustrar a importância que o Brasil dava à Argentina, que, quando o Presidente George Bush se encontrara na ONU com o Presidente Lula, o primeiro tema que ele tocara fora a respeito de acordo entre os EUA e a Argentina, tendo o Presidente brasileiro dito que, para o Brasil, era essencial que a Argentina fosse bem. Citou também encontro no mesmo sentido com Horst Köhler, Presidente da Alemanha, e referiu-se à coordenação com Buenos Aires a respeito de reuniões no FMI.

Apesar da continuidade da prioridade mantida no relacionamento bilateral, frequentemente os dirigentes de ambos países se viam obrigados a reiterar suas intenções. Em 16 de outubro, o Presidente Lula visitou a Argentina. Em pronunciamento no Congresso Nacional daquele país, expressou a disposição brasileira de estabelecer com a Argentina uma parceria onde não houvesse lugar para disputas por liderança. Em discurso a Kirchner, o Presidente Lula afirmou que saia de Buenos Aires com a certeza de que respirara ali "o ar mais puro da lealdade na relação com o Brasil". Na cerimônia de encerramento do seminário "Integração da América do Sul: Desafios e Oportunidades", defendeu a ideia da integração não apenas pelo comércio, mas também por projetos concretos, notando que havia alguns de grande simplicidade, como a construção de aproximadamente 100 quilômetros de via férrea num trecho do território argentino e uma ponte ferroviária sobre o Rio Paraná.

No principal documento assinado na ocasião, denominado de Consenso de Buenos Aires, Kirchner e Lula marcaram vários pontos de vista comuns a respeito de democracia, integração regional, combate à pobreza, papel do Estados, inclusão social, entre vários outros. Celso Amorim considerou que o documento refletia a aspiração em comum pelo "crescimento econômico unido à justiça social" e manifestava a determinação de transformar o bloco comercial Mercosul em um "catalisador para a construção de um futuro compartilhado"[13].

O Itamaraty tentava atenuar a oposição argentina à pretensão brasileira com relação ao CSNU. Assim, informou, em dezembro, que o Ministro Celso Amorim entregara ao seu colega argentino, Rafael Bielsa, convite para que um diplomata argentino participasse da delegação brasileira ao CSNU, durante o ano de 2004. Acrescentou que o governo argentino aceitara o convite, tendo sido decidido que as delegações dos dois países junto à ONU, em Nova York, discutiriam as modalidades dessa participação, mantendo, com esse fim, os contatos pertinentes com o Secretariado da ONU.

Os Presidentes Kirchner e Lula mantiveram uma reunião de trabalho no Rio de Janeiro, em março de 2004. Registraram, na chamada Ata de Copacabana, uma série de iniciativas bilaterais, entre as quais, a realização de duas experiências piloto de consulados conjuntos em Hamburgo e Boston; intercâmbio de funcionários diplomáticos entre as Chancelarias de ambos os países; a celebração de reuniões entre chefes de missões em terceiros países, a cada dois meses; a concretização de uma primeira missão espacial conjunta; e a adoção de medidas para a construção de uma linha ferroviária que possibilitasse unir os portos chilenos no Pacífico com a Hidrovia Paraguai-Paraná e os portos brasileiros no Atlântico. Assinaram também uma Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade pela qual acordaram pontos comuns relativos a negociações com os organismos multilaterais de crédito.

Celso Amorim declarou, em julho, que a Argentina era o maior aliado político e econômico do Brasil e era ainda seu segundo parceiro comercial. Três dias depois, a Embaixada em Buenos Aires informou que, em conversações com autoridades argentinas, a missão enviada pelo governo brasileiro a Buenos Aires lograra entendimento bilateral de que não seriam aplicadas pelo governo argentino medidas restritivas às exportações brasileiras do setor de eletrodomésticos de linha branca, tendo em vista a conclusão de acordo entre os setores privados dos dois países. No dia 26, Celso Amorim afirmou que a economia argentina estava numa situação difícil e era preciso ter compreensão.

Empresários brasileiros e argentinos se reuniram em São Paulo, em outubro, a convite do Ministro Celso Amorim e com a participação do Chanceler argentino, Rafael Bielsa. Constituíram uma Coalizão Empresarial com o objetivo de "promover o diálogo entre os meios empresariais dos dois países, o aprofundamento crescente da integração econômica, o estabelecimento ou fortalecimento de cadeias produtivas entre os dois países e o apoio aos respectivos Governos no desenho

de estratégias comuns de desenvolvimento e de negociação nos foros econômico-comerciais internacionais".

Os gestos simbólicos adotados bilateralmente procuravam aplacar críticas de afastamento bilateral. No dia 30 de novembro, foi celebrado, pela primeira vez, o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, data escolhida em comemoração do encontro que naquela data mantiveram, em 1985, os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em Foz do Iguaçu, dando início ao processo de integração que levou à criação do Mercosul. Em discurso que proferiu na cerimônia comemorativa, Celso Amorim declarou que a amizade entre o Brasil e a Argentina era inabalável e era o relacionamento mais importante que o Brasil tinha, sendo a base de outros relacionamentos que eram também importantes.

Delegações de Brasil e Argentina se reuniram em Buenos Aires, em dezembro, para analisar o andamento do processo de integração e a situação do comércio bilateral. Segundo Comunicado Conjunto, os dois governos comprometeram-se "a manter consultas a fim de alcançar soluções para os problemas específicos nas áreas de comércio e investimentos e limitar possíveis efeitos econômicos negativos em ambas as economias, sem prejuízo da manutenção das medidas vigentes". A delegação brasileira manifestou a "plena disposição de seu governo para facilitar o acesso da Argentina ao financiamento de projetos de infraestrutura".

Perguntado pela imprensa, no dia 16, se o Brasil não estava sendo complacente com a Argentina, Celso Amorim criticou "um alto funcionário brasileiro" que ameaçara a Argentina com retaliações. Disse que isso era um constrangimento e não era o espírito com que o Presidente Lula tinha "trabalhado nas relações com a Argentina". Por outro lado, perguntado se as salvaguardas argentinas eram uma boa solução para os problemas argentinos, o Ministro disse que pessoalmente não acreditava fosse aquela a melhor solução. Reconheceu que existia um problema e que ninguém podia imaginar que a Argentina renunciaria a ter um certo grau de industrialização[14]. Em outra entrevista concedida no mesmo dia, admitiu que, se o instrumento da salvaguarda fosse adotado contra os produtos brasileiros, ele teria que ser utilizado também quando houvesse problema em relação a produtos argentinos. Reiterou, no entanto, que o Brasil achava que havia maneiras melhores de resolver essas questões.

O déficit comercial argentino preocupava Buenos Aires e o Brasil tentava minimizar as preocupações com iniciativas relativas a investimentos. Delegações do Brasil e da Argentina reuniram-se, no Rio de Janeiro, em janeiro de 2005, para continuar a análise do processo de integração e da situação do comércio bilateral. Segundo nota do

Itamaraty, na área comercial, o governo brasileiro apresentou uma proposta de mecanismo para a expansão equilibrada do comércio bilateral e a integração produtiva de suas economias. O governo argentino ficou de examiná-la. No contexto mais geral dos investimentos, a parte brasileira apresentou uma contraproposta que compreendia a definição de uma agenda de trabalho a ser desenvolvida pelos Pontos de Contato Nacionais estabelecidos em conformidade com as Diretrizes para as Empresas Multinacionais da OCDE. A parte brasileira confirmou a possibilidade de financiar projetos de infraestrutura na Argentina, em especial obras que favorecessem a integração física e produtiva na região. Fez entrega de uma planilha com o volume de obras já aprovadas pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG). Sem prejuízo dos projetos já existentes no âmbito do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR), a parte Argentina assinalou a necessidade de facilitar o acesso fluido ao financiamento de projetos de interesse comum, equiparando as condições e requisitos do BNDES nos planos nacional e regional.

Também como forma de compensar o desequilíbrio comercial, o Itamaraty aprofundava a área de cooperação. Em maio, Celso Amorim assinou com o Chanceler argentino Rafael Bielsa o "Acordo de Brasília" pelo qual propuseram aos seus respectivos Presidentes um programa ambicioso de aprofundamento, atualização e aceleração da relação bilateral que visava culminar na assinatura de Protocolos específicos sobre diferentes temas, em especial cooperação nuclear e espacial, integração produtiva, cooperação militar, infraestrutura, energia e cooperação fronteiriça.

Em entrevista concedida no mês de setembro, Celso Amorim afirmou que Argentina e Brasil tinham uma relação boa. Notou que os dois países estavam fazendo juntos uma série de projetos que deviam maturar na época da comemoração do Dia da Amizade. Ressaltou que o comércio bilateral tinha aumentado. Lembrou atuações conjuntas como no Haiti. Mencionou ter um diplomata argentino atuado na Delegação brasileira no CSNU. Ressaltou que ambos países atuavam no G-20 com perfeita harmonia. Argumentou que os problemas comerciais representavam 3% ou 4% do relacionamento. Sublinhou que o Brasil tinha cada vez mais investido na Argentina, inclusive a PETROBRAS.

Apesar de dúvidas em alguns setores, o processo de integração bilateral prosseguia seu curso entre gestos simbólicos e formas concretas de cooperação. Por nota de outubro, o Itamaraty informou que os governos do Brasil e da Argentina haviam se reunido, em Buenos Aires, no contexto

de jornada de trabalho preparatória do 20º Aniversário da Declaração de Iguaçu. Entre os acordos propostos, a nota destacou o protocolo de assistência de embaixadas a exportadores de ambos os países; a bilateralização da "residência Mercosul", para habilitar o ingresso e permanência de cidadãos brasileiros e argentinos no outro país por dois anos, com a possibilidade de solicitar a residência permanente; e o programa de trabalho sobre equivalências dos sistemas sanitários e fitossanitários. Foram analisados, igualmente, projetos conjuntos em matéria de trabalho, de saúde, de educação, de cultura, de cooperação espacial, de ciência e tecnologia, de cooperação nuclear, de cooperação militar e defesa, de migrações, de infraestrutura e de temas econômico-comerciais.

O Itamaraty informou, em novembro, que os Presidentes Lula e Néstor Kirchner deveriam encontrar-se no dia 30 na cidade argentina de Puerto Iguazú. Acrescentou que, naquela data, Dia da Amizade Brasil – Argentina, seria celebrado o 20º Aniversário do histórico encontro entre os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em 1985, quando fora assinada a Declaração do Iguaçu, marco fundamental do processo de aproximação entre os dois países. Informou que os Presidentes deveriam assinar o Compromisso de Puerto Iguazú, em que renovariam a determinação de aprofundar sua cooperação na defesa de valores compartilhados, no cenário internacional, e as iniciativas para que a integração bilateral se revertesse em benefícios para o cotidiano dos cidadãos. Firmariam igualmente uma Declaração Conjunta sobre Política Nuclear pela qual reafirmariam seu compromisso com a manutenção da paz e a defesa do desarmamento e da não proliferação, sem prescindir do uso de uma fonte de energia importante. Além disso, Ministros de Estado de diferentes áreas deveriam assinar uma série de acordos, declarações e programas de trabalho conjunto.

Em discurso na cerimônia de assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, o Presidente Lula declarou que seria desenvolvido um satélite brasileiro e argentino para monitorar o patrimônio ambiental dos dois países. Notou que seriam exploradas complementaridades também na esfera militar, como a realização de exercícios conjuntos e coordenação da participação em operações de paz, como já se fazia no Haiti. Anunciou que o Brasil estava considerando participar da implementação do gasoduto do nordeste argentino, e que avançavam os estudos conjuntos para a construção da hidrelétrica de Garabi. Em artigo conjunto, Celso Amorim e Rafael Bielsa afirmaram que a aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina não era um imperativo do destino, mas sim um projeto político de extraordinária importância para as duas nações.

A cada momento parecia ser necessária a confirmação da aproximação recíproca. Pelo chamado Compromisso de Puerto Iguazu, os Presidentes Lula e Kirchner renovaram o compromisso com o fortalecimento da cooperação, da integração e da amizade entre os dois países. Consideraram que a aliança Argentina – Brasil era a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destacava a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA.

Os esforços bilaterais surtiam efeitos. Ao receber o Presidente Kirchner, no dia 18, o Presidente Lula ressaltou ter o comércio bilateral, no ano anterior, ultrapassado o montante de US$ 16 bilhões, um recorde histórico. Notou que o Brasil era então o principal destino para as exportações de manufaturados argentinos, num valor aproximado de US$ 5 bilhões. Informou que havia reiterado ao Presidente Kirchner a disposição brasileira de colaborar na identificação de medidas que ajudassem a acelerar a reindustrialização já em curso na Argentina. Ressaltou que o Brasil tornara-se o quarto maior investidor na Argentina e seu primeiro parceiro comercial. Informou que a PETROBRAS estava investindo na economia argentina. Declarou que a construção do gasoduto Uruguaiana – Porto Alegre ajudaria a viabilizar o anel energético continental. Da declaração conjunta assinada após o encontro, constou que os Presidentes haviam decidido estabelecer novo sistema de consulta e coordenação bilateral, com encontros presidenciais a cada seis meses, precedidos de reuniões dos Chanceleres, e determinar que os Vice-Chanceleres se reunissem a cada três meses.

Entre 2004 e 2007, o Brasil manteve saldos positivos com a Argentina[15]. Em meio a tal período, mais precisamente em junho de 2006, pelo Decreto nº 5.809, foi criado o Consulado Geral do Brasil em Mendoza. Tendo Nestor Kirchner desistido de se candidatar para mais um mandato, em junho de 2007, o Partido Peronista nomeou, sua mulher, a Senadora Cristina Fernández de Kirchner como candidata a Presidente. Nas eleições realizadas em outubro, ela obteve os 45% de votos necessários pela legislação eleitoral argentina para ser considerada vencedora, sem necessidade de um segundo turno.

O bom relacionamento bilateral foi reafirmado quando, em discurso por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina em fevereiro de 2008, o Presidente Lula ressaltou ter assinado com a Presidente Cristina Fernández de Kirchner uma Declaração Conjunta que previa, entre outras ações, lançar um satélite conjunto e desenvolver programa de cooperação

pacífica em matéria nuclear. Por ocasião de almoço oferecido pela Presidente, afirmou que a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil era imprescindível para que os dois países alcançassem seus objetivos nacionais, que só faziam sentido se tomados como parte de um projeto amplo de integração sul-americana.

Os avanços em matéria econômica nem sempre correspondiam a aceitação política de maior presença brasileira, em particular em matéria de relações externas com outros países. Em entrevista concedida em março de 2008, Celso Amorim informou ter o Brasil se colocado à disposição da Argentina e Uruguai para intermediar o diferendo sobre uma "papeleira" (indústria de celulose) entre os dois países. Mas acrescentou que aqueles países haviam resolvido tomar outro caminho. Declarou que o Brasil não podia se impor. Notou que, em cada momento no qual se apresentava a oportunidade de poder influir para que a questão fosse resolvida de maneira positiva, o Brasil o fazia. Ressaltou que a diplomacia se fazia com discrição.

Já os diferendos comerciais bilaterais encontravam formas de entendimentos diretos. Em maio, em Buenos Aires, delegações do Brasil e da Argentina concluíram as negociações do novo acordo automotivo bilateral. Conforme acertado, o comércio do setor automotivo entre os dois países seria totalmente livre a partir de 1º de julho de 2013, ao final dos primeiros cinco anos de vigência do acordo.

A Argentina prosseguia nos seus percalços internos, tanto políticos quanto econômicos. O Congresso não aprovou, em julho de 2008, proposta da Presidente Cristina Fernández de Kirchner de aumento de impostos sobre a exportação de produtos agrícolas, objeto de numerosos protestos e greves. A crise financeira levou a Presidente a adotar políticas de intervenção na economia.

Avançavam os financiamentos brasileiros a projetos na Argentina. Em visita de trabalho a Buenos Aires, em agosto de 2008, o Presidente Lula notou que o Brasil já era o terceiro maior investidor na Argentina. Ressaltou ter o BNDES financiado a ampliação dos gasodutos do Norte, San Martín e Neuba II, no valor de quase US$ 300 milhões, além das redes de gás TGN e TGS, com adicionais de US$ 882 milhões. Observou ainda que outros projetos aprovados pelo BNDES, num total de US$ 1,7 bilhão, aguardavam apenas a contratação. Defendeu o estabelecimento de parceria renovada entre o *Banco de la Nación*, o *Banco de Inversión y Comercio Exterior – BICE* e o BNDES, e o estudo de modalidades de financiamento conjunto de associações entre os setores privados. Sublinhou a conclusão de medidas para a implementação de um sistema de pagamentos em

moeda local que afirmou poderia ser o germe de uma futura integração monetária.

Em reciprocidade, a Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, visitou o Brasil no mês seguinte. Da Declaração Conjunta, constou uma relação de projetos de integração, e um relato sobre avanços em temas que incluíam coordenação macroeconômica; o pagamento do comércio bilateral em moedas locais; a cooperação BNDES – *Banco de la Nación – BICE*; a cooperação espacial; o programa bilateral de energias novas e renováveis; a TV Digital; a indústria naval; os transportes e infraestrutura; a cooperação nuclear; a construção da Hidrelétrica de Garabi e outros empreendimentos hidrelétricos; o intercâmbio de energia; as novas pontes sobre o Rio Uruguai; a Ponte Uruguaiana – Paso de los Libres; a Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu; a integração ferroviária; o transporte ferroviário de passageiros entre Uruguaiana e Paso de los Libres; a Defesa; o Acordo sobre Igualdade de Direitos Civis e Políticos e Grupo de Alto Nível para a Livre Circulação de Pessoas; a cooperação em insumos estratégicos para a saúde; e o fortalecimento das farmacopeias.

O trabalho contínuo de aproximação frutificava. No discurso que proferiu durante o almoço em homenagem à Presidente da Argentina, o Presidente Lula notou que o Brasil era o primeiro parceiro da Argentina e que o intercâmbio anual se aproximava de US$ 30 bilhões – dez vezes mais do que uma década antes. Ressaltou que 70% do que a Argentina vendia para o Brasil eram produtos manufaturados, de alto valor agregado.

Ao anunciar a visita ao Brasil da Presidente da Argentina, em março de 2009, o Itamaraty ressaltou que ela manteria encontro de trabalho com o Presidente Lula para tratarem de temas de interesse comum e explorarem soluções conjuntas para preservar e ampliar o comércio bilateral e os investimentos. O Presidente Lula retribuiu a visita em abril. Durante almoço que lhe foi oferecido, lembrou que aquela era sua 14ª visita à Argentina, em seis anos. Na ocasião foi notado que o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil – Argentina (MICBA) abrangia mais de 20 projetos, dentre os quais se destacavam o sistema de pagamentos em moedas locais, a cooperação BNDES – *Banco de La Nación – BICE*, o empreendimento hidrelétrico de Garabi e diversos projetos de cooperação nas áreas de defesa, nuclear, espacial, saúde, transportes, ciência e tecnologia. Da Declaração Conjunta, ao final do encontro, constou que os Presidentes haviam destacado um entendimento para a compra de 20 aviões EMBRAER 190 AR, operação que contaria com linha de financiamento do BNDES.

O financiamento brasileiro, aliás, intensificava-se. Por ocasião da visita da Presidente Cristina Fernández de Kirchner, em novembro, o

Presidente Lula ressaltou que, de cada dez automóveis exportados pela Argentina, nove se destinavam ao Brasil. Informou que, desde 2005, o BNDES desembolsara US$ 1,2 bilhão para projetos de ampliação e modernização da infraestrutura da Argentina e do seu parque produtivo. Acrescentou que outro US$ 1,5 bilhão estava destinado a setores prioritários como gasodutos, saneamento e abastecimento de água e que estavam sob exame novas operações no montante de US$ 4,5 bilhões.

Apesar desses esforços, as diferenças de crescimento econômico entre o Brasil e a Argentina também aumentavam. Como observou a Professora Maria Regina Soares de Lima, de 1980 a 1984, o PIB argentino era 27% daquele da América do Sul e o brasileiro, 34%. Já em 2009, o argentino correspondia a 11% e o brasileiro, a 50%[16]. A renda *per capita* brasileira (7.737 segundo o FMI), era superior à da Argentina (7.508). A Argentina continuou, porém, a possuir o segundo mais alto Índice de Desenvolvimento Humano e PIB *per capita* em paridade do poder de compra da América Latina. Manteve-se como membro do G-20 bem como manteve sua classificação, pelo Banco Mundial, como país de renda média alta ou mercado emergente secundário.

Em fevereiro de 2010, o Itamaraty anunciou visita do Ministro Celso Amorim a Buenos Aires para a I Reunião da Comissão Ministerial Brasil – Argentina com o Ministro do Exterior da Argentina, Jorge Taiana, oportunidade em que tratariam de temas de interesse dos dois países, como o aprofundamento da cooperação bilateral, a integração regional e a coordenação de posições em organismos multilaterais, incluindo a participação nos esforços de ajuda humanitária e reconstrução no Haiti. Notou a chancelaria brasileira que, apesar da queda total de cerca de 20% na corrente de comércio bilateral em 2009, as trocas entre Brasil e Argentina tinham-se recuperado desde o segundo semestre do ano anterior.

O Presidente Lula visitou a Argentina, em maio, para participar das comemorações do Bicentenário da independência daquele país. No mês seguinte, o novo Chanceler argentino, Héctor Timerman, efetuou visita a Brasília. Entre outros temas, os dois Ministros tratariam das possibilidades de cooperação para a reconstrução do Haiti. Na ocasião, o Itamaraty notou que, desde o início do ano, a corrente de comércio entre os dois países aumentara mais de 50% em relação a igual período do ano anterior e atingira cerca de US$ 12 bilhões, dos quais pouco mais da metade correspondera a exportações brasileiras. Em agosto, previa-se que o comércio entre Brasil e Argentina poderia superar, no ano, o recorde histórico de US$ 30,8 bilhões de 2008.

9.2.1.3. Uruguai

Também com o Uruguai o relacionamento se manteria prioritário. Em maio de 2003, o Presidente Jorge Battle realizou visita de trabalho a Brasília. Durante o encontro, ele e o Presidente Lula reiteraram a importância de estimular o aumento dos investimentos brasileiros no Uruguai; determinaram que fossem promovidos avanços concretos nos planos de ação nas diferentes áreas de cooperação fronteiriça; concordaram com a conveniência de se retomarem os estudos e entendimentos relativos à possibilidade de construção da represa de Talavera e à eventual extensão do gasoduto "*Cruz del Sur*" até o Estado do Rio Grande do Sul; manifestaram interesse no desenvolvimento da cooperação bilateral nas áreas de aquicultura e pesca, com ênfase nas espécies oceânicas compartilhadas; coincidiram em incentivar a utilização eficiente do sistema fluvial da Bacia Paraguai-Paraná, Cáceres-Nueva Palmira; e concordaram em prosseguir a coordenação de ações entre os organismos técnicos do Brasil e do Uruguai encarregados da determinação do limite exterior das respectivas plataformas continentais. No plano internacional, o Presidente Battle manifestou ao Presidente Lula que, caso se decidisse a ampliação do número de membros permanentes do CSNU, tal ampliação devia incluir o Brasil nessa categoria.

O governo Battle enfrentou dificuldades políticas em 2003 e 2004. Propostas de privatização de companhias estatais de petróleo e de água foram rejeitadas em plebiscitos. A piora das condições econômicas levaria a mudança de atitude do público com relação a políticas de livre mercado. Naquele contexto interno uruguaio, o Brasil mantinha sua intenção de promover maior integração. O Ministro Celso Amorim e o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Didier Opperti, encontraram-se, em abril de 2004, na fronteira entre os dois países, nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, para proceder à troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios. Trataram da implementação dos projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, entre os quais a interconexão elétrica Santana do Livramento – Rivera, o desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e a reforma da Ponte Barão de Mauá, assim como os futuros projetos de Talavera e Centurión.

Em novembro, Tabaré Vázquez foi eleito Presidente[17], no primeiro turno, com 51,7% dos votos. Tomou posse no início de 2005, comprometendo-se a continuar o pagamento da dívida externa e a criar programas de

treinamento para reduzir desemprego e pobreza. Por nota de 31 de março, o Itamaraty anunciou que Vázquez faria, no dia seguinte, visita de Estado ao Brasil. Acrescentava a nota à imprensa que seriam mantidos entendimentos no sentido de intensificar os projetos de integração da infraestrutura física de transportes, energia e comunicações entre os dois países. Foi anunciado também que o Brasil tencionava acelerar os entendimentos relativos à construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e de nova linha de transmissão de energia elétrica entre os dois países. O comércio bilateral no ano anterior somara cerca de US$ 1 bilhão.

Celso Amorim visitou o Uruguai em julho daquele ano, a convite do Chanceler daquele país, Reinaldo Gargano, no âmbito da Comissão Geral de Coordenação. Aprovaram um Programa de Trabalho que incluiu a decisão de "selecionar projetos específicos para o fortalecimento da infraestrutura física de transporte, energia e comunicações entre ambos os países, assim como dar seguimento aos projetos concretos nas áreas de transporte ferroviário e hidroviário: terminal de grãos em Nueva Palmira e revitalização do traçado ferroviário Rivera/Montevidéu, para sua interconexão com a rede brasileira". Os dois Ministros "expressaram beneplácito pela assinatura de um Programa de Cooperação entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o Instituto Nacional de Investigações Agrícolas (INIA) do Uruguai". O Chanceler Gargano informou ao Ministro Amorim de sua decisão quanto à reabertura do Consulado do Uruguai na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul, assim como a pronta designação de um Cônsul do Uruguai em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Ambos os Chanceleres procederam à assinatura e intercâmbio de Notas Reversais – complementares às Notas Reversais de 21 de julho de 1972 – referentes à fixação do limite lateral marítimo entre os dois países.

Gargano realizou visita de trabalho ao Brasil em fevereiro de 2006. Tratou com Celso Amorim de diversos temas entre os quais a importância de avançar no objetivo da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a colocação em vigor imediatamente de acordo para bilateralização do Acordo sobre Residência para nacionais do Mercosul. Os dois Ministros constataram a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai para promover as exportações daquele país e gerar empregos, e manifestaram o compromisso de adotar as ações necessárias para a integração de cadeias produtivas em setores a serem selecionados, a fim de fomentar a complementaridade industrial.

O Presidente Tabaré Vázquez visitou o Brasil em março. Em discurso por ocasião da visita, o Presidente Lula notou que, no ano

que passara, haviam aumentado significativamente os investimentos brasileiros no Uruguai, em setores chave como distribuição de gás e transporte aéreo ou ainda nas indústrias frigorífica, metalúrgica e de vestuário. Registrou também a consolidação da presença da PETROBRAS no Uruguai. Acrescentou que estava sendo concluída a transferência de um helicóptero para a Armada do Uruguai, em resposta ao empenho do Presidente Tabaré em reaparelhar e modernizar suas Forças Armadas. Referiu-se aos instrumentos que seriam assinados durante a visita que previam a construção de linha de transmissão elétrica que permitiria assegurar o pleno abastecimento do Uruguai. Mencionou a determinação de rápida conclusão dos trabalhos preparatórios para a edificação de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão e a reforma da Ponte Barão de Mauá. Comunicou ter instruído o BNDES a examinar a possibilidade de financiar a participação brasileira na construção de um terminal graneleiro e outro multimodal no porto de Nova Palmira. Anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar a viabilidade econômica da recuperação da ferrovia Montevidéu – Rivera. Do Comunicado Conjunto após o encontro, constou ainda que, na área dos transportes, os Presidentes haviam instruído os grupos técnicos dos respectivos Governos a aprofundar os estudos para a reativação da ferrovia Montevidéu – Rivera e sua conexão com a malha ferroviária brasileira.

O Brasil fazia declarações tendentes a reduzir as queixas uruguaias com relação ao Mercosul. Em entrevista concedida no mês de maio, Celso Amorim reconheceu que os uruguaios haviam se frustrado com o que acontecera com a união aduaneira. Afirmou que tinha havido, no Brasil, uma política de pouco engajamento com esta. Opinou que, se deixadas as forças de mercado atuarem sozinhas, as vantagens comparativas do Brasil seriam sempre maiores. Observou que a expectativa do Uruguai de que se instalasse lá alguma indústria acabara não se concretizando. Insistiu em que, para isso, era preciso a ação do Estado. Concluiu que a integração tinha de ser um objetivo estratégico de longo prazo.

Celso Amorim visitou oficialmente Montevidéu, em finais de junho, a convite do Chanceler Reinaldo Gargano. Do Comunicado Conjunto assinado na ocasião, constou, no plano bilateral, que os dois Chanceleres haviam concordado em trabalhar junto aos demais órgãos nacionais para estimular investimentos e impulsionar o sistema produtivo, por meio de mecanismos que estimulassem o comércio recíproco. Constou também o compromisso de explorar conjuntamente formas de avançar na recuperação das vias férreas do Uruguai e os meios de integrá-las à malha brasileira.

Em matéria de política externa, o governo Tabaré Vázquez lidava com o conflito com a Argentina a respeito de potencial de contaminação causada por fábrica de papel em construção na margem do Rio Uruguai. Em busca de novos parceiros comerciais e culturais, visitaria a Nova Zelândia e a Coreia do Sul e estabeleceria contatos no Sudeste asiático.

Em novembro de 2006, Celso Amorim respondeu pergunta a respeito do interesse uruguaio em estabelecer acordo de livre-comércio com os EUA. Reconheceu que o Uruguai tinha "muitas razões de queixas contra o Mercosul". Citou como exemplo, o fato de que o acesso ao mercado brasileiro tinha sido muito restrito, concluindo que o Brasil tinha "que liberar mais, porque é muito maior". Em outra entrevista concedida na Argentina ainda em novembro, perguntado novamente sobre as negociações entre o Uruguai e os EUA, Celso Amorim afirmou que o Brasil concordava plenamente com o Presidente Tabaré Vázquez em que o Uruguai tivesse negociações bilaterais com os EUA se tais acordos não ferissem o coração do MERCSUL, não comprometessem a integridade da união aduaneira. Também o Presidente Lula procurava aplacar as críticas uruguaias ao Mercosul. Em discurso durante assinatura de atos no Uruguai em fevereiro de 2007, o Presidente Lula insistiu na mesma ideia de que o Brasil tinha "que assumir a sua responsabilidade de maior economia do Mercosul" e, portanto, "sem fazer nenhum favor", precisava criar as condições para que o comércio fosse o mais equilibrado possível.

Em 2008, o fluxo de comércio entre o Brasil e o Uruguai alcançou US$ 2,66 bilhões, o que representou aumento de quase 30% em relação ao ano anterior, sendo o Brasil o principal parceiro do Uruguai. Em março do ano seguinte, foi anunciada visita que Tabaré Vázquez faria ao Brasil. Com o Presidente Lula, examinaria "meios para impulsionar a integração da infraestrutura, como a nova ponte sobre o Rio Jaguarão; a linha de transmissão elétrica entre San Carlos, no Uruguai, e Candiota, no Rio Grande do Sul; e a Hidrovia da Lagoa Mirim. Também discutiriam ações sociais conjuntas para maior integração das regiões de fronteira". Durante a visita, deveriam ser assinados os seguintes documentos: Acordo de Serviços Aéreos; Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para implementação do projeto "Capacitação em Português como Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do governo Uruguaio"; e Adendo ao Memorando de Entendimento de 5 de julho de 2006 entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai.

Ao receber o visitante, o Presidente Lula destacou o fato de que a visita ocorria quando se comemoravam os 100 anos do Tratado da Lagoa Mirim, de 1909, em que se estabelecera mais do que o condomínio entre os países sobre aquela lagoa. Ressaltou também a abertura do escritório do BNDES em Montevidéu. Observou que a PETROBRAS decidira investir US$ 100 milhões em melhorias na distribuição de gás e de combustíveis no Uruguai e sinalizara seu interesse na prospecção e exploração de petróleo e gás na plataforma continental uruguaia. Salientou que, para levar adiante projetos daquela escala, era preciso "superar gargalos". Mencionou em seguida a linha de transmissão elétrica entre San Carlos, no Uruguai, e Candiota, no Rio Grande do Sul, e a necessidade de intercâmbio de energia em momentos de carência. Da Declaração Conjunta assinada por ocasião do encontro, constou "a exportação de energia elétrica interruptível do Brasil para o Uruguai, em caráter emergencial, como forma de ajudar a superar a situação de dificuldade provocada pela seca e a diminuição dos níveis dos reservatórios uruguaios".

Em dezembro, José Alberto Mujica, foi eleito Presidente. Obteve 52,99% dos votos contra 42,92% do ex-Presidente Luís Alberto Lacalle, no segundo turno. O Presidente Lula visitou o Uruguai, em março de 2010, para participar da cerimônia de sua posse. Em nota emitida na ocasião, o Itamaraty informou que o Brasil e o Uruguai mantinham "uma intensa agenda bilateral em diversas áreas, tais como cooperação energética, integração fronteiriça, conexão viária e hidroviária, integração produtiva, investimentos e comércio". Ressaltou que a visita do Presidente Lula demonstrava "o caráter prioritário conferido pelo governo brasileiro à continuidade e ao aprofundamento dessa ampla agenda bilateral".

O novo Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luís Almagro, visitou o Brasil no final de março para manter encontro com o Ministro Celso Amorim, no Rio de Janeiro, e passar "em revista os principais temas do relacionamento bilateral, tais como cooperação energética, integração fronteiriça, conexão viária e hidroviária, integração produtiva, investimentos e comércio", bem como para preparar a visita que o Presidente do Uruguai, José Mujica, faria ao Brasil.

O Presidente Lula visitaria Mujica no Uruguai em maio. Segundo o Itamaraty, discutiriam a consolidação da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva, criada naquela ocasião. Ressaltou a nota que, mesmo durante a crise financeira mundial, crescera o montante das exportações uruguaias para o Brasil em cerca de 20%. Notou que nos quatro anos anteriores, haviam aumentado os investimentos de empresas brasileiras no Uruguai, especialmente no agronegócio e nas

áreas de finanças e energia. Por fim, anunciou a inauguração do escritório do BNDES em Montevidéu e a substituição do escritório do Banco do Brasil por uma agência bancária.

Do Comunicado Conjunto assinado durante o encontro, constou que ambos os Presidentes haviam celebrado os avanços realizados no Projeto de Interconexão Elétrica, em particular, os acordos alcançados por suas empresas energéticas UTE e Eletrobrás para a realização das obras correspondentes no território brasileiro. Constou também que haviam instruído os respectivos Ministérios da área energética e as Chancelarias a considerarem, no âmbito da "Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva", a possibilidade de intensificar a integração energética, incluindo mecanismos comerciais e regulatórios. Em declaração à imprensa após encontro com o Presidente Mujica, o Presidente Lula destacou a "questão de transmissão elétrica". Notou também que a PETROBRAS já estava fazendo o estudo sísmico nos dois blocos que ela conquistara (em concorrência pública). Referiu-se à "discussão sobre a questão do porto em águas profundas, o Porto de La Paloma", e comprometeu-se a "aprofundar esse projeto". Anunciou estudo de viabilidade da reativação de ramal ferroviário a partir de Livramento. Mencionou ainda projeto de hidrovia para o desenvolvimento do nordeste do Uruguai e extremo sul do Rio Grande do Sul.

Os dois Presidentes voltaram a se encontrar, em julho, desta vez na fronteira. Ressaltaram, entre outras questões, a necessidade de avançar rapidamente no financiamento do projeto de saneamento integrado de Aceguá – Brasil e Aceguá – Uruguai; manifestaram sua satisfação pela assinatura, naquela data, do Acordo sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai – Brasil; celebraram a assinatura também de Acordo sobre Cooperação no Âmbito da Defesa; registraram a assinatura do Memorando de Entendimento para fomentar a cooperação em matéria de pesca e aquicultura entre ambos os países; reiteraram a importância da execução das obras de restauração da Ponte Barão de Mauá e de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão para a integração dos dois países; e congratularam-se pelo acordo alcançado entre as empresas energéticas UTE e ELETROBRAS para o estudo de empreendimentos conjuntos de geração em ambos os países.

9.2.1.4. Paraguai

Em 2003, Nicanor Duarte foi eleito Presidente do Paraguai. Em maio, visitou o Brasil, na sua primeira viagem ao exterior. As relações

bilaterais seguiriam seu curso normal, tendo o Presidente Lula, ao discursar na cerimônia de assinatura de convênio bilateral, afirmado que Itaipu se agigantava ainda mais com duas novas turbinas. Notou que aquela binacional respondia por cerca de 25% da energia elétrica gasta no Brasil, e aproximadamente 90% da consumida no Paraguai. Declarou que, no seu governo, não havia nenhuma visão de relação hegemônica com nenhum país.

Por ocasião da visita do Presidente Duarte, em outubro, o Presidente Lula referiu-se a vários projetos de treinamento de técnicos paraguaios em ciência e tecnologia, gestão de políticas públicas, capacitação profissional, agricultura e sanidade animal, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Mencionou medidas para estimular investimentos no Paraguai e ações coordenadas para evitar a dupla tributação e a ampliação do regime de depósito franco-aduaneiro usado pelo Paraguai, até então restrito aos portos de Santos e Paranaguá. Expressou o desejo de que os brasileiros no Paraguai pudessem integrar-se plenamente à sociedade paraguaia, de maneira segura e harmoniosa, em respeito à sua Constituição e às suas leis. Informou que, com esse objetivo, os dois governos estavam colaborando para sistematizar e informatizar os serviços de documentação dos imigrantes do Paraguai.

A situação dos brasileiros no país vizinho trazia preocupações. Em 8 de junho de 2004, o governo brasileiro lamentou as mortes, ocorridas no dia anterior, do agricultor Celso Lanzarin, de nacionalidade brasileira e radicado havia vários anos no Paraguai, e do cidadão paraguaio Albersio González. Esclareceu que Lanzarin era "um dos milhares de cidadãos brasileiros que foram generosamente acolhidos no Paraguai". Expressou confiança na ação das autoridades paraguaias para identificar e punir os autores dos crimes.

Em agosto, foi anunciada visita de trabalho do Presidente Nicanor Duarte a Brasília. Entre os temas a tratar com o Presidente Lula estavam previstos "os relativos ao comércio bilateral, à infraestrutura, inclusive a segunda ponte sobre o Rio Paraná, a condições de financiamento e à cooperação técnica nas áreas de formação de pessoal, de projetos sociais e de saúde". As exportações paraguaias para o Mercosul haviam aumentado de 36%, em 1991, para 50%, em 2004[18].

Em julho de 2005, informou-se que os EUA teriam deslocado tropas e aviões para campos militares paraguaios de Mariscal Estigarribia, a 200 quilômetros da fronteira com a Argentina e 330 da brasileira. O jornal argentino *El Clarin* salientou a importância do local também pela

proximidade de Tríplice Fronteira, da Bolívia (200 km) e do aquífero Guarani. Entre junho e setembro, o Brasil iniciou prática de exercícios militares na fronteira com o Paraguai[19]. Em 9 de outubro, Celso Amorim afirmou que os dois países haviam tido conversas positivas e satisfatórias a respeito da instalação de uma base militar dos EUA. Declarou que o Brasil tinha de fazer mais pelo Paraguai em vários campos, sobretudo no econômico. Reconheceu que era legítimo quando aquele país vizinho dizia que seu PIB caíra desde que entrara para o Mercosul. Afirmou que tinha o Brasil de contribuir para mudar essa situação. Argumentou que o Brasil não podia pensar que, se acabasse mais competitivo em tudo, ia produzir tudo. Defendeu a ideia de que tinha o Brasil de comprar algumas coisas. Afirmou que, em alguns casos, era preciso fazer um sacrifício da competitividade, transferir a produção para outro lugar, fazer uma *joint venture*, ajudar os outros países porque isso daria força ao país. Concluiu que não adiantava pensar só no Brasil e depois fazer o Mercosul como um apêndice.

A proximidade geográfica propiciava integração mas também acarretava a necessidade de ações conjuntas. Ainda em outubro, foram descobertos focos de febre aftosa em propriedades na zona de fronteira entre os dois países[20]. Os contatos entre os povos eram intensos. Os brasiguaios atingiriam 380 mil habitantes, ou seja, 10% da população do Paraguai e possuíam 1,2 milhões de hectares, isto é, 40% dos departamentos do alto Paraná e Canideyú, mais de 80% da produção da soja paraguaia[21]. Por nota de março de 2006, o Itamaraty informou ter se realizado em Brasília reunião de trabalho Brasil – Paraguai, durante a qual os governos reiteraram o compromisso de implementar as medidas de contingência na área de integração fronteiriça Foz do Iguaçu – Ciudad del Este.

Assim como a questão dos brasiguaios, também o tema de Itaipu continuava sendo objeto de atenção bilateral. Em artigo publicado em julho de 2006, o Diretor-Geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, rebateu críticas de que a empresa não se submetia às leis brasileiras nem às paraguaias e estava imune à fiscalização externa.

Em visita ao Paraguai, em finais de novembro, o Ministro Celso Amorim encontrou-se com o Chanceler do Paraguai, Embaixador Rúben Ramíres. Em conferência de imprensa conjunta declarou que o Brasil podia ser, "no máximo, um país médio", mas a América do Sul tinha "um peso muito grande". Ressaltou que a relação com o Paraguai era "especialmente estratégica", citando como exemplo Itaipu, projeto comum que respondia por 25% da eletricidade consumida no Brasil; e os 400 mil brasileiros no Paraguai – a segunda comunidade de brasileiros fora do Brasil.

Em maio de 2007, durante visita a Assunção, o Presidente Lula declarou à imprensa que os Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio de ambos os países iriam "resolver o problema dos impostos em Ciudad del Este" e que estava sendo resolvido o problema dos transportadores.

O tema de Itaipu continuaria na pauta bilateral. Em entrevista concedida em março de 2008, perguntado sobre como o Brasil reagiria se o novo governo a ser eleito no Paraguai decidisse renegociar o Tratado sobre Itaipu, o Ministro Celso Amorim afirmou que, para renegociar aquele instrumento internacional, o Brasil também tinha que concordar. Disse que os tratados tinham que ser respeitados. Acrescentou que o governo do Presidente Lula tinha se esforçado para encontrar compensações adequadas para o Paraguai. Em entrevista em 5 de maio, Celso Amorim voltou a tratar do tema, respondendo a uma indagação, ressaltou que o Brasil estava disposto a examinar o preço da energia de Itaipu, mas não a essência do Tratado.

Em agosto, o Presidente Lula viajou ao Paraguai para participar das cerimônias de posse do Presidente eleito, Fernando Lugo. Segundo nota do Itamaraty, a visita era uma demonstração do bom momento das relações bilaterais, tendo o Presidente Lula viajado a Assunção disposto a aprofundar a parceria do Brasil com o Paraguai nas mais diversas áreas.

No início de setembro, alegando ter sido alertado por militar de sua confiança, Lugo revelou que um golpe contra seu governo estaria sendo tramado pelo General Luís Oviedo e aliados. A maioria dos Presidentes da América Latina expressou solidariedade a Lugo. Por nota, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento, com preocupação, das graves denúncias feitas por Lugo e expressou confiança em que a institucionalidade democrática fosse plenamente mantida no país e reafirmou seu apoio ao Presidente Lugo, legitimamente eleito pelo povo paraguaio.

No dia 17 daquele mesmo mês, Lugo visitou o Brasil. Foi anunciado que, com o Presidente Lula, trataria, entre outros temas, de formas de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Paraguai. Por nota, o Itamaraty informou que o Brasil era o principal parceiro comercial do Paraguai, e que, entre janeiro e agosto de 2008, a corrente de comércio bilateral alcançara US$ 2,1 bilhões, um aumento de 69% com relação ao mesmo período no ano anterior.

A preocupação com as comunidades brasileiras no Paraguai seria expressa quando de informações de que movimentos sociais de camponeses ameaçavam desencadear ações de violência contra comunidades brasileiras residentes no Paraguai, caso não tivesse início imediato um programa de

reforma agrária naquele país. O governo brasileiro expressou confiança em que o governo paraguaio conduziria os entendimentos da melhor forma e acolheu com satisfação as manifestações do Presidente Lugo de que seu governo garantiria as necessárias condições de segurança para promover uma convivência harmoniosa e a paz social nas comunidades agrárias.

Notícias procedentes de Assunção indicavam que o novo governo paraguaio apresentaria reivindicações ao governo brasileiro a respeito de Itaipu. Em entrevista concedida em fevereiro de 2009, perguntado sobre "a questão de Itaipu", o Ministro Celso Amorim afirmou que era preciso entender reivindicações dirigidas contra as elites econômicas.

Em maio, Lugo visitou o Brasil. Foi então anunciado que, com Lula, examinaria os temas da agenda bilateral, entre os quais cooperação na área social, fomento da infraestrutura, comércio, Itaipu e assuntos migratórios. Naquele mês, perguntado especificamente pela imprensa se era necessário rever o acordo de Itaipu, Celso Amorim afirmou que rever o acordo era algo complicado. Notou que o fato de ter sido feito durante o governo militar era uma circunstância. Declarou que havia reivindicações justas e realistas e outras que não tinham viabilidade. Anunciou que o Brasil trabalharia da maneira mais positiva possível. Declarou que não era o caso de se procurar fazer uma liberalidade. Acrescentou que Itaipu era importante para o Brasil, mas para o Paraguai era quase uma das únicas fontes de receita.

Ao anunciar visita que Lugo faria em julho, o Itamaraty informou que, durante sua realização, destacar-se-iam o diálogo em curso sobre Itaipu, a cooperação na área social e em assuntos migratórios, a ampliação e diversificação do comércio bilateral e o fomento à infraestrutura em favor da integração bilateral e regional. Notou que, em 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Paraguai fora de US$ 3,2 bilhões, com exportações brasileiras de US$ 2,5 bilhões e importações de US$ 700 milhões.

Em setembro, os governos do Brasil e do Paraguai assinaram, em Assunção, notas reversais relativas aos novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia da hidrelétrica de Itaipu. As notas reversais previam a elevação para 15,3 (quinze inteiros e três décimos) do fator de multiplicação aplicável aos valores estabelecidos no Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) do Tratado de Itaipu para os pagamentos por cessão de energia. Segundo as cifras de 2009, com o aumento proposto, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia deveriam passar de aproximadamente US$ 120 milhões para cerca de US$ 360 milhões. De

acordo com a Declaração Conjunta emitida em julho por ocasião da visita do Presidente Lula ao Paraguai, as notas reversais seriam submetidas à aprovação do Congresso Nacional.

Em maio de 2010, os Chanceleres do Brasil e do Paraguai subscreveram Comunicado Conjunto a respeito da construção da Linha de Transmissão entre Itaipu e Villa Hayes, sem custo ao Paraguai. Em julho, foi anunciado que o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Héctor Lacognata, realizaria visita de trabalho a Brasília no contexto da preparação de encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Lugo. Os Chanceleres deveriam tratar, em especial, dos temas da agenda bilateral, tais como o diálogo sobre Itaipu, a cooperação na área social, os projetos conjuntos de infraestrutura e o processo de regularização migratória de nacionais dos dois países. Em discurso, pronunciado em setembro durante visita às obras de terraplanagem da subestação de Villa Hayes da linha de transmissão de Itaipu, o Presidente Lula ressaltou que a obra traria 50 megawatts de energia a mais para Assunção, praticamente dobrando os duzentos e cinquenta megawatts que a atendiam.

9.2.1.5. Bolívia

Em fevereiro de 2003, apenas seis meses após a posse de Gonzalo Sánchez de Lozada, houve protestos violentos na Bolívia. Começariam a crescer as forças políticas de Evo Morales, que fora o segundo colocado nas eleições do ano anterior[22]. Houve manifestações políticas que redundaram em 34 mortes em La Paz e mais de duzentos feridos[23]. O governo brasileiro emitiu nota à imprensa em que afirmou ter recebido "com profundo pesar as notícias provenientes da Bolívia" que davam conta de incidentes que haviam provocado mortos e feridos na capital. Manifestou "esperança de que a paz pudesse ser prontamente restabelecida e que os conflitos se resolvessem no respeito às instituições democráticas". Também o Mercosul emitiu nota em que seus países-membros e o Chile manifestaram "profunda preocupação com os acontecimentos" e expressaram convicção que o diálogo era a melhor opção para chegar a uma solução pacífica e constitucional e exortaram o respeito dos valores e das instituições democráticas.

A instabilidade interna na Bolívia não parecia afetar diretamente o relacionamento bilateral. Em abril, durante visita de trabalho do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, o Presidente Lula afirmou que o gás era elemento relevante nas relações, mas expressou o convencimento

de que devia ser apenas uma das inúmeras possibilidades de cooperação e negócios que se abriam aos dois países. Disse que era do interesse mútuo constituir malha de vínculos entre o Brasil e a Bolívia, similar a que já existia entre o Brasil e outros países da América do Sul, beneficiando as áreas dos transportes, do comércio, da cultura, dos investimentos, da vida fronteiriça, entre outras.

A situação doméstica boliviana continuou a dar sinais de inquietação. Em outubro, houve uma mobilização social em La Paz[24] contra o governo de Sánchez de Lozada. Após violentos choques com a polícia, começou a ser desbloqueada a estrada entre La Paz e o aeroporto. Nos conflitos, morreram 23 pessoas. No dia 13, Sánchez de Lozada submeteu ao Congresso seu pedido de renúncia. Na mesma tarde, tomou posse o Vice-Presidente Carlos Mesa[25].

Por nota do dia 15, o Itamaraty anunciou que, com base em informações e avaliações recebidas da Embaixada em La Paz, o Presidente Lula autorizara operação de evacuação de cidadãos brasileiros de passagem pela capital boliviana. Dois dias depois, em nova nota, informou que avião da Força Aérea Brasileira decolara de El Alto na Bolívia, trazendo para o Brasil mais de 100 pessoas, em sua grande maioria brasileiros, que haviam manifestado desejo de deixar a Bolívia. Naquela mesma data, por nota separada, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento da decisão do Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada de renunciar ao cargo e esclareceu que o governo brasileiro, ao longo da crise boliviana, pautara sua atuação "pela necessidade da preservação da paz e da estabilidade institucional democrática". No dia 20, foi divulgado Comunicado do Grupo do Rio de apoio ao novo governo da Bolívia e de respaldo "à solução constitucional e democrática" que o povo boliviano, "por meio de seus legítimos representantes no Congresso", dera à crise.

Menos de um mês depois da mudança de governante na Bolívia, isto é, em 17 de novembro, o Itamaraty informou que o Presidente Carlos Mesa faria visita de trabalho ao Brasil no dia seguinte. Anunciou que seria assinado Acordo de Alcance Parcial para a Promoção Econômica e Comercial, com protocolos técnicos nas áreas de logística de transportes e infraestrutura física, assuntos aduaneiros e controle fronteiriço, promoção do turismo, pesquisa, desenvolvimento e geração de tecnologia, formação técnica e capacitação de recursos humanos, e cadeia tecnológica. Acrescentou que seriam assinados ainda um Memorando de Entendimento na Área de Comércio e Investimentos, e sete ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre Brasil e Bolívia.

Após a visita, foi divulgado Comunicado Conjunto do qual constou, do ponto de vista bilateral, que o visitante ressaltara a iniciativa do Brasil de implementar na Bolívia um Centro de Tecnologia para uso do gás natural. Segundo o documento, os dois líderes expressaram especial satisfação com o anúncio de novas iniciativas da PETROBRAS na Bolívia, com o objetivo de criar mais parceiras na área de refino e para o aumento da produção, consumo e distribuição de gás; celebraram a abertura de escritório do Banco do Brasil em Santa Cruz de la Sierra; saudaram a decisão de iniciar negociações de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal; e concordaram quanto à oportunidade de acelerar a liberalização comercial no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 36.

O Ministro do Exterior, Juan Ignacio Siles, e o Ministro das Minas e Hidrocarbonetos, Antonio Araníbar Quiroga, realizaram visita oficial a Brasília, em abril de 2004, e reuniram-se, no Palácio do Itamaraty, com o Chanceler Celso Amorim e com a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Do Comunicado Conjunto, constou que os Ministros haviam concordado com "a importância fundamental da instalação de um polo gás-químico binacional" e haviam ressaltado o impacto positivo que o empreendimento teria no relacionamento bilateral.

Durante discurso que pronunciou em Santa Cruz de la Sierra, no dia 8 de julho, o Presidente Lula declarou que o Programa de Financiamento às Exportações do governo federal brasileiro, o PROEX, continuaria financiando a pavimentação da rodovia Paz Estenssoro, que considerou "essencial para a integração nacional da Bolívia". Anunciou também plano de instalar na Bolívia e no Brasil, sobretudo na divisa Brasil – Bolívia, um polo gás-químico binacional bem como um Centro de Tecnologia do Gás. Revelou que a transferência de seis aeronaves militares brasileiras à Força Aérea Boliviana reforçaria o controle das fronteiras e o combate ao narcotráfico e ao contrabando. Os Presidentes Mesa e Lula mantiveram encontro com agenda densa conforme refletido no extenso Comunicado Conjunto. Entre inúmeros temas, foram examinados as exportações de gás para o Brasil e os investimentos brasileiros na Bolívia no setor de hidrocarbonetos.

Prosseguia na Bolívia a crise política e de mobilização social que durara todo o ano anterior[26]. No dia 9 de março de 2005, o Presidente Lula enviou mensagem a Carlos Mesa na qual declarou que sua confirmação como Presidente da Bolívia fora "lograda de forma altamente democrática e graças a uma ampla convergência de opiniões entre o governo e o Congresso boliviano". No dia 22, porém, Carlos Mesa apresentou sua

renúncia ao Congresso em meio a protestos indígenas contra a exploração de gás natural por companhias estrangeiras[27]. Os legisladores, entretanto, votaram contra a renúncia.

O Grupo de países Amigos da Bolívia (Argentina, Brasil e Colômbia) emitiu, em 5 de maio, declaração na qual expressou sua convicção de que mais do que nunca se fazia necessário "o pronto estabelecimento de um diálogo franco e abrangente entre os principais atores políticos bolivianos, com vistas à preservação da institucionalidade democrática e da integridade territorial da Bolívia", assim como "ao equacionamento das dificuldades" que afetavam o país. Afirmou que tal processo devia "basear-se em uma agenda aberta, substantiva e sem pré-condições, bem como no estabelecimento de um clima de paz, serenidade e tolerância". Expressou sua confiança em que o povo boliviano saberia "encontrar o caminho para a superação das atuais adversidades em democracia e com pleno respeito ao Estado de Direito e à unidade do país".

Continuavam as tensões e a escalada de protestos culminou, em junho, com marcha em La Paz. Por nota do dia 4 de junho, o governo brasileiro informou que acompanhava "com natural preocupação a evolução dos acontecimentos" que tinham "afetado o povo irmão da Bolívia". Afirmou ainda que o Brasil tinha plena compreensão da complexidade da conjuntura boliviana e confiava que o governo e as forças políticas da Bolívia saberiam encontrar soluções próprias para os difíceis problemas do momento que fossem "compatíveis com a normalidade institucional e o respeito à democracia, com base no diálogo e na cooperação entre todos os segmentos da sociedade boliviana". Concluiu com a declaração de que o governo brasileiro, sempre que solicitado, estaria disposto a cooperar prontamente, em estreita coordenação com os países da América do Sul, para a normalização política e institucional da Bolívia.

Após os Presidentes do Senado e da Câmara de Deputados recusarem o cargo de Presidente, Carlos Mesa passou o poder a Eduardo Rodríguez, chefe do Poder Judiciário. Por nota do dia 10, o Presidente Lula enviou mensagem ao novo Presidente na qual afirmou que era motivo de especial satisfação verificar que as lideranças políticas bolivianas, em situação de grande complexidade, haviam sabido chegar a uma fórmula de consenso para a sucessão presidencial, o que constituía mais uma prova do espírito democrático daquele povo irmão. Expressou certeza de que o novo Presidente saberia conduzir a Bolívia, com equilíbrio e sabedoria, objetivando que fossem atendidos os justos anseios de seu povo por desenvolvimento democrático, com inclusão social. Concluiu com a afirmação de que a Bolívia poderia contar com a amizade e a cooperação do Brasil naquela nova etapa de sua história.

Celso Amorim visitou a Bolívia em 15 de agosto. Do Comunicado de Imprensa emitido naquela data, constou que assinara com o Ministro do Exterior boliviano, Armando Loaiza Mariaca, instrumento pelo qual se colocaria em vigência o processo de regularização migratória para os nacionais brasileiros e bolivianos que decidissem amparar-se naquele acordo, com o objetivo de regularizar sua situação no país de residência.

Em dezembro, o candidato a Presidente, Evo Morales, do Movimento para o Socialismo, foi eleito com 53,74% dos votos, contra o segundo colocado, Jorge Quiroga que obteve 28,5%[28]. Por nota do dia 19, o Itamaraty informou que o Presidente Lula abrira naquele dia a reunião de seu ministério manifestando seu regozijo pela vitória obtida, nas eleições bolivianas do dia anterior, pelo candidato Evo Morales. Acrescentou que o primeiro mandatário expressara satisfação com o transcurso transparente e pacífico do processo eleitoral, o que demonstrava, de maneira inequívoca, a maturidade democrática e institucional da Bolívia. Anunciou que o Presidente Lula falaria com Morales, nas horas seguintes, para desejar-lhe sucesso e reafirmar a disposição do Brasil de intensificar ainda mais as relações com a Bolívia, em prol do desenvolvimento econômico e social de ambos os países. Acrescentou que enfatizaria o que dissera anteriormente ao líder boliviano: a cooperação era o caminho natural para aprofundar nosso diálogo político, ampliar as parcerias econômicas e construir um Mercosul e uma CASA prósperos e justos. Por fim, declarou que o Presidente da República convidaria seu colega boliviano para visitar o Brasil em data a ser definida oportunamente.

Em janeiro de 2006, o Itamaraty informou que, ainda na qualidade de Presidente eleito, Evo Morales realizaria visita ao Brasil no dia 13 e seria recebido em audiência pelo Presidente Lula. Segundo a nota à imprensa, a visita oferecia oportunidade para abordar as perspectivas de cooperação futura nas áreas de comércio, expansão dos investimentos e desenvolvimento de programas sociais. Em entrevista concedida no dia 23, perguntado como o Brasil agiria se Morales nacionalizasse a área de petróleo sendo muito prejudicial à PETROBRAS, Celso Amorim respondeu que tinha certeza de que era perfeitamente possível chegar a uma equação em que se atendessem algumas reivindicações históricas do povo boliviano e manter a viabilidade econômica do empreendimento.

A cooperação bilateral prosseguia e, em fevereiro, o Itamaraty informou que, por motivo das enchentes que haviam atingido mais de 13.000 famílias na Bolívia e por determinação do Presidente Lula, o Brasil enviara 14 toneladas de alimentos em ajuda humanitária àquele país.

9.2.1.5.1. Desapropriação de ativos brasileiros

Em 1º de maio, o governo do Presidente Evo Morales nacionalizou os campos de gás do país, inclusive os da PETROBRAS, uma das principais empresas com atuação na Bolívia, onde investira US$ 1,5 bilhões, ou seja, o equivalente a: (a) 20% dos investimentos estrangeiros, (b) 18% do PIB; e (c) 20% da arrecadação de impostos naquele país vizinho[29].

Em nota à imprensa divulgada no dia 2, a Presidência da República afirmou que a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, era reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania. Acrescentou que o governo brasileiro agiria com firmeza e tranquilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da PETROBRAS e levaria adiante as negociações necessárias para garantir o relacionamento equilibrado e mutuamente proveitoso para os dois países. Esclareceu que o abastecimento de gás natural para o mercado brasileiro estava assegurado pela vontade política de ambos os países, conforme reiterara o Presidente Evo Morales em conversa telefônica com o Presidente Lula e, igualmente, por dispositivos contratuais amparados no direito internacional. Acrescentou que, na mesma ocasião, fora esclarecido que o tema do preço do gás seria resolvido por meio de negociações bilaterais. Por fim, anunciou que "os Presidentes deveriam encontrar-se para aprofundar questões do relacionamento Bolívia e Brasil e da segurança energética da América do Sul"[30].

De fato, no dia 4, os Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela, reuniram-se em Puerto Iguazú e emitiram nota na qual destacaram que a integração energética era um elemento essencial da integração regional em benefício de seus povos. Coincidiram na necessidade de preservar e garantir o abastecimento de gás, favorecendo um desenvolvimento equilibrado nos países produtores e consumidores. Destacaram que a discussão sobre os preços do gás devia dar-se num marco racional e equitativo que viabilizasse os empreendimentos. Coincidiram no aprofundamento dos diálogos bilaterais para resolver questões pendentes. No mesmo dia, em entrevista coletiva, o Presidente Lula ressaltou ter a nota assinada pelos quatro deixado claro que, primeiro, todos reconheciam o papel da Bolívia de definir a sua autonomia sobre as suas riquezas naturais e, segundo, haviam acertado que era importante e prudente que as pendências fossem discutidas bilateralmente, ou seja, entre o governo da Bolívia e o governo do Brasil, entre a PETROBRAS e a YPFB. Acrescentou que o importante era que na reunião se havia

garantido que haveria o suprimento dos países que necessitavam de gás e que os preços seriam discutidos da forma mais democrática possível entre as partes envolvidas.

Em entrevista ainda no dia 4, Celso Amorim rebateu críticas internas de que a reação brasileira havia sido fraca. Declarou que o governo tinha sido firme e que o diálogo que o Presidente Lula tivera naquele dia com o Presidente Evo Morales – e na presença também dos Presidentes Kirchner e Chávez – fora um diálogo franco, mas fora um diálogo muito firme, em que todas as coisas que tinham de ser ditas haviam sido ditas. Acrescentou que a estridência e ameaças não faziam parte do estilo diplomático brasileiro, muito menos com um país irmão que o Brasil esperava persuadir. Acrescentou que isso se dava porque o Brasil achava que era do interesse boliviano continuar vendendo gás para o Brasil a um preço que fosse viável para os empreendimentos brasileiros. Reconheceu haver elementos no decreto boliviano que preocupavam. Afirmou que ninguém podia negar à Bolívia o direito de nacionalizar. Notou que o decreto boliviano previa um prazo de 180 dias para discutir indenizações.

Em entrevista, no dia 8, o Presidente Lula ressaltou que a Bolívia tomara a decisão como resultado de um plebiscito, feito ainda quando o Presidente Mesa presidia a Bolívia, e 92% dos bolivianos haviam optado pela nacionalização do gás. Lembrou que isso já acontecera no Brasil, no Chile, na Argentina, no Iraque, no Irã, na Líbia, no México e no Peru. Afirmou que o fato de a Bolívia nacionalizar o gás não significava que ia faltar gás no Brasil, nem que ia aumentar o preço do gás. Esclareceu que pedira a reunião com os Presidentes Evo Morales e Kirchner, e pedira que o Presidente Chávez participasse, em razão da ideia da criação de um gasoduto que sairia da Venezuela, passaria pelo norte do Brasil, pelo Nordeste, pela Bolívia, iria para a Argentina e o Chile. Disse que estava tranquilo quanto à decisão que tomara no caso, pois acreditava que o Brasil estava fazendo o que devia ser feito. Declarou que o Brasil não ia "fazer provocação", nem retaliar contra um país que era "infinitamente mais pobre que o Brasil, um povo mais faminto que o povo brasileiro". Assegurou que a política brasileira era de paz, de acordo e de sensatez. Acrescentou, porém, que o Brasil não podia ficar dependendo de nenhum país na questão energética, importante para o desenvolvimento do Brasil.

Celso Amorim compareceu, no dia 9, a Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre as relações Brasil – Bolívia. Afirmou que o relacionamento com a Bolívia era de uma política de Estado; que não fora o Presidente Lula

que elegera o Presidente Evo Morales e sim o povo da Bolívia, e que a Bolívia era um parceiro estratégico para o Brasil. Ressaltou que apenas US$ 100 milhões haviam sido investidos na Bolívia entre 2003 e 2005 pela PETROBRAS que agira com prudência porque o problema do gás não era recente. Disse que era importante manter a diferença entre o que era a nacionalização do gás e a questão do contrato de fornecimento. Notou, com relação à nacionalização, que a PETROBRAS que estava presente na Bolívia, na exploração principalmente, era a PETROBRAS Holanda. Explicou que isso ocorria porque ela se valia de um acordo de investimentos que existia entre a Holanda e a Bolívia, já que o Brasil não tinha "acordos de investimento com nenhum país do mundo". Reconheceu que era um paradoxo que o Brasil tivesse que recorrer a um instrumento do qual internamente não gostava. Defendeu a ideia de que o governo reagira, a seu ver, como deveria ser, isto é, com "equilíbrio entre abertura para o diálogo e firmeza na negociação". Informou que seguiriam para a Bolívia o Presidente da PETROBRAS e o Ministro de Minas e Energia. Argumentou que o pior que poderia acontecer para o Brasil era uma radicalização da situação, pois na radicalização, qualquer atitude da Bolívia de impedir ou dificultar o abastecimento de gás ao Brasil seria "irracional". Concluiu que, para prevenir o irracional, era preciso agir racionalmente, moderadamente, buscando diálogo, defendendo o interesse de maneira dialogada, negociada, com fraternidade, num espírito de integração. Previu que as negociações seriam longas, difíceis.

As negociações com os bolivianos tiveram início. No dia 11, os Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andres Soliz Rada, os Presidentes da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e da YPFB, Jorge Alvarado, reuniram-se em La Paz. De Comunicado Conjunto que assinaram, constou que o Ministro de Minas e Energia do Brasil e o Presidente da PETROBRAS haviam reiterado seu absoluto respeito pelas decisões soberanas do governo e do povo bolivianos manifestadas no Decreto Supremo e haviam expressado sua disposição de implementá-lo de acordo à normativa aplicável. Constou também que as partes haviam concordado em realizar reuniões em nível técnico e acordado também criar uma Comissão de Alto Nível, integrada por ambos os Ministros e pelos Presidentes da PETROBRAS e da YPFB, assim como criar uma comissão técnica subdividida em três grupos de trabalho. Por fim, constou que as partes haviam concordado ainda que a proposta de revisão de preços de gás fosse tratada de forma racional e equitativa, nos termos da Declaração de Puerto Iguazú, ao amparo dos mecanismos estabelecidos no contrato de compra e venda de gás natural

(GSA). No dia 22, Celso Amorim visitou La Paz onde foi recebido pelo Ministro do Exterior, David Choquehuanca. Do Comunicado Conjunto constaram vários assuntos, mas nenhuma referência à expropriação de ativos da PETROBRAS.

Indagado sobre as negociações, em entrevista em 1º de junho, Celso Amorim esclareceu que constara do memorando do Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, com o Ministro boliviano que o Brasil iria recorrer a foros internacionais, como o de Nova York, no caso da disputa internacional em relação a preço e ao de Paris, no caso de acordo de investimentos. Mas acrescentou que era a PETROBRAS que deveria recorrer àqueles foros.

Em Buenos Aires, no dia 18, Celso Amorim explicou que as negociações entre Brasil e Bolívia estavam avançando menos do que aquelas entre Bolívia e Argentina por que eram mais complexas, uma vez que não eram apenas sobre o gás, mas também sobre refinarias. Quanta a estas declarou que a PETROBRAS não tinha interesse nelas, mas as colocara na Bolívia a pedido daquele país. Notou que havia aumentado a exportação boliviana ao Brasil o que era positivo para a Bolívia. Concluiu que a PETROBRAS tinha direito a ter seus ativos respeitados e que deviam ser indenizados.

O Itamaraty informou, em 21 de agosto, que o governo brasileiro estava acompanhando com grande atenção as negociações em curso entre o Ministro do Desenvolvimento Rural da Bolívia, Hugo Salvatierra, e as lideranças da comunidade indígena Guarani que, dois dias antes, haviam ocupado uma das estações de controle do gasoduto Yacuíba – Rio Grande, operado pela empresa Transierra, que era administrada pela PETROBRAS e também contava com participação acionária da empresa argentino-espanhola Andina e da francesa Total. Esclareceu a nota que o gasoduto Yacuíba – Rio Grande era um dos trechos alimentadores do Gasoduto Brasil – Bolívia (GASBOL). Afirmou que não tinha havido interrupção do fluxo de gás boliviano para o Brasil. Expressou confiança em que as negociações permitiriam a pronta desocupação da estação e o restabelecimento das condições necessárias ao funcionamento normal do gasoduto.

Em outra entrevista à imprensa, o Ministro Celso Amorim, afirmou que a Bolívia estava passando por transformações profundas; pela primeira vez estava sendo administrada pela maioria indígena. Acrescentou que era preciso lidar com tais mudanças de maneira madura. Expressou esperança de que a relação bilateral caminharia para uma parceria. Reconheceu que, no início de uma mudança, havia estridências.

Mas, expressou opinião de que havia cada vez menos, e as coisas estavam encontrando um leito natural. Para ele, era normal que a Bolívia tivesse algumas queixas com relação ao Brasil e que o Brasil também tivesse suas queixas, principalmente relacionado à quebra dos contratos e dos acordos internacionais firmados. Concluiu que o Brasil não era um país que queria explorar outro país menor e que não era essa a maneira que o Brasil atuava internacionalmente.

A crise iniciada cinco meses antes parecia estar terminando. Celso Amorim afirmou, em novembro, que o Brasil estava satisfeito com o acordo alcançado com a Bolívia a respeito do abastecimento de gás. Disse que os adversários do governo falavam muito, mas não teriam feito nada diferente. Concluiu que não se estava mais no século XX e que não ia o Brasil enviar tropas para a fronteira, sendo necessário respeitar as soberanias dos países. Reiterou essa argumentação em nova entrevista dada em dezembro. Perguntado se o Brasil não teria sido pouco severo com a Bolívia, respondeu com a indagação: "Qual seria a alternativa? Botar tropa na fronteira?". Afirmou que o Brasil adotara a postura de respeito e diálogo firme. Explicou que havia três problemas importantes: o preço, a indenização das refinarias e, o mais importante, a questão da produção e exploração viável que garanta o suprimento. Ressaltou que aquele ponto já estava resolvido de maneira adequada para o Brasil. Argumentou que a diplomacia das canhoneiras acabara e o Brasil não ia praticá-la. Ressaltou que isso não queria dizer que não fosse firme.

Em fevereiro de 2007, Celso Amorim voltou a considerar muito bom o desfecho das negociações com a Bolívia. Concluiu que haviam sido acertados 90% dos problemas, de uma maneira muito adequada, tecnicamente justificada, correta. Disse que o governo boliviano tomara "algumas atitudes adolescentes", como a de colocar soldados nas instalações da PETROBRAS. Mas, acrescentou que, ao mesmo tempo, o Brasil nunca fora de ficar fazendo ameaças de retaliação, o que seria dar um tiro no pé. Tal atitude tornaria a Bolívia ainda mais instável, o que traria mais radicalismo, com prejuízos para a área energética brasileira.

Superada a crise, embora com sequelas, o Presidente Evo Morales visitou o Brasil naquele mês. Em declaração à imprensa, o Presidente Lula afirmou que nem sempre os pontos de vista dos dois países coincidiam e nem todas as prioridades e soluções eram as mesmas. Mas ressaltou que as diferenças eram pequenas se comparadas com o que os unia. Observou que os acordos que os dois mandatários haviam assinado durante a visita constituíam a base de uma parceria estratégica e mostravam a amplitude e a intensidade das relações bilaterais, pois iam "desde a educação até a

integração física, passando pela capacitação de recursos humanos, defesa e questões energéticas". Anunciou que o governo brasileiro tomaria as medidas necessárias para permitir acertar "um preço justo para o gás boliviano na termelétrica de Cuiabá". Informou que o Brasil proporia, no âmbito do Mercosul, a eliminação total das tarifas aos produtos bolivianos, abrindo o caminho para o ingresso da Bolívia como membro pleno do bloco do Mercosul. Declarou que o Brasil trabalharia com afinco para que a incorporação boliviana se desse o mais rápido possível.

Em abril, o Itamaraty anunciou que o Ministro Celso Amorim viajaria a La Paz para manter contatos com representantes do governo Boliviano e da oposição, no contexto de missão de facilitação que envolvia também os governos da Argentina e da Colômbia. Expressou a nota entendimento do governo brasileiro de que o diálogo era indispensável para o encaminhamento de aspirações e demandas em um quadro de respeito aos valores e às instituições democráticas e acrescentou que esperava o Brasil assegurar a plena normalização da situação política no país, garantindo o pleno entendimento entre as partes. Perguntado pela imprensa, sobre qual a contribuição que o Brasil estava dando para que a Bolívia pudesse solucionar essa crise interna e a ameaça de separação da região de Santa Cruz, o Ministro Amorim afirmou que a contribuição maior que podia dar era procurar restabelecer o diálogo; criar um clima de confiança para que houvesse diálogo entre o governo e a oposição.

Uma questão ambiental seria objeto de interação bilateral. Por nota de agosto de 2008, o Itamaraty divulgou mensagem enviada pelo Ministro Amorim a seu colega boliviano, David Choquehuanca, a respeito de preocupação boliviana "com supostas ações de monitoramento ambiental que poderiam ser executadas em território Boliviano durante a instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira". Segundo a nota à imprensa, o Ministro Celso Amorim esclarecera que a licença de instalação concedida pela autoridade ambiental brasileira não autorizava ações de monitoramento fora do território brasileiro. Salientava, igualmente, o desejo do governo brasileiro de cooperar com o governo boliviano em questões de interesse mútuo relacionadas com o monitoramento ambiental. O Ministro brasileiro reiterou a plena disposição das autoridades brasileiras de seguir prestando as informações técnicas disponíveis sobre o processo de licenciamento e instalação da usina de Santo Antônio. A esse respeito, indicou a utilidade de realizar-se, tão logo fosse possível, reunião técnica bilateral para intercâmbio de informações. O Ministro assegurou ainda que o governo brasileiro desejava manter o melhor nível de entendimento e comunicação

com as autoridades bolivianas com relação ao aproveitamento dos recursos hidrelétricos do rio Madeira.

Em outubro, o Ministro Celso Amorim enviou mensagem ao Ministro David Choquehuanca em que manifestou satisfação pela aprovação da lei que convocou a realização dos referendos relativos à nova Constituição Política do Estado. Expressou também alegria pelo fato de que a UNASUL tivesse dado contribuição positiva para aquele processo.

A construção de rodovia no Corredor Interoceânica ganhava relevância. Por nota de 14 de janeiro de 2009, o Itamaraty informou que o Presidente Lula visitaria as cidades de Puerto Suárez, na Bolívia, e Ladário (MS), onde manteria encontros com o Presidente Evo Morales. Esclareceu que, em Puerto Suárez, participaria da cerimônia de entrega de trechos rodoviários que integravam o Corredor Interoceânico. Em discurso, o Presidente Lula afirmou que se estabeleceria conexão definitiva entre os oceanos Pacífico e Atlântico, ligando o Porto de Santos, no Brasil, ao de Arica e Iquique, no Chile. Expressou desejo de que ainda naquele ano fosse possível celebrar a conclusão da obra pois faltavam apenas 82 quilômetros. Em conferência de imprensa, afirmou que, aos poucos, estavam sendo aperfeiçoadas e aprimoradas as relações bilaterais. Ressaltou que aquilo que dois ou três anos antes parecia divergência estava se transformando em acordo. Afirmou que a Bolívia vivia então "um clima de tranquilidade política".

O Chanceler Choquehuanca visitou o Brasil em março, tendo mantido encontro com o Ministro Amorim. Em agosto, o Presidente Lula visitou Villa Tunari, na Bolívia, para manter encontro com o Presidente Evo Morales. Na ocasião, seriam tratados os temas de financiamento à infraestrutura, regularização migratória, situação dos brasileiros na faixa de fronteira, diversificação do comércio, cooperação técnica, científica e tecnológica, comércio e investimentos em hidrocarbonetos, cooperação na área de defesa e combate ao narcotráfico, entre outros. Os Presidentes participariam de ato de assinatura do Protocolo de Financiamento para o Projeto da Rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Moxos, de 306 km de extensão, que contaria com financiamento brasileiro. Deveriam ser assinados, ainda, acordos nas áreas de cooperação científica e tecnológica para aproveitamento de recursos naturais do Salar de Uyuni, de defesa civil e assistência humanitária, e de cooperação técnica para instalação na Bolívia de centro de formação e capacitação profissional.

Em 2009, estimava-se que as atividades da PETROBRAS eram responsáveis por 18% do PIB e 25% das arrecadações de impostos da

Bolívia, pela extração do gás natural no país e distribuição desse gás para o Brasil. No primeiro trimestre daquele ano, com a crise econômica mundial, o PIB boliviano que crescia em torno de 6 % ano, passara a crescer 2,1%, o que se atribuiria à baixa demanda de gás no Brasil.

Evo Morales foi reeleito em 2010. Em entrevista concedida aos jornais bolivianos em maio, o Presidente Lula comentou aspectos do relacionamento bilateral. Reiterou o comprometimento do Brasil em aprofundar ainda mais a aliança estratégica através da ampliação dos projetos bilaterais nas áreas de energia, infraestrutura, cooperação técnica, industrial, eleitoral, migrações e segurança. Reconheceu que o gás continuaria a ter um papel central na agenda bilateral, contribuindo para que o Brasil continuasse sendo o principal sócio comercial e investidor na Bolívia. Manifestou o objetivo de avançar no tema da fábrica de separação de líquidos de gás natural, de modo que se realizasse a antiga aspiração boliviana de agregar valor local à sua riqueza e, desse modo, gerar renda e avanço tecnológico para as futuras gerações. Nesse sentido, referiu-se ao interesse em avançar com as iniciativas em estudo para concretizar os projetos gás-químicos em Tarija e Puerto Suárez, e a instalação de uma fábrica de fertilizantes naquela última cidade. Ressaltou que as relações bilaterais eram tão amplas e diversas como eram os 3.423 quilômetros de extensa fronteira comum. Propôs fossem avançados programas de cooperação na agenda social, de defesa, educacional, comercial, agrícola, energética e de integração física.

9.2.1.6. Chile

Ao receber a visita do Presidente Ricardo Lagos, em agosto de 2003, o Presidente Lula afirmou que Brasil e Chile tinham procurado construir um espaço econômico comum, marcado por avanços significativos no aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 35. Informou que os dois Presidentes queriam fortalecer ainda mais a integração econômica e haviam expressado desejo de que tal processo conduzisse a uma fase ainda mais dinâmica das relações econômico-comerciais entre Chile e Mercosul.

Em março de 2004, o Consulado Geral do Brasil em Santiago foi vítima de atentado a bomba, que destruiu as instalações de banheiro utilizado pelo público. Segundo nota do Itamaraty, os danos causados pela bomba se limitaram a perdas materiais, sem registro de vítimas, tendo sido iniciadas investigações pela polícia chilena para apurar as circunstâncias da explosão.

O Presidente Lula visitou o Chile em finais de agosto. Em declaração à imprensa destacou o "papel fundamental" do Chile no projeto de uma América do Sul integrada. Ressaltou a importância do Plano de Ação que assinou com o Presidente Lagos para articular "de maneira muito concreta e específica uma pauta de trabalho conjunto". Afirmou que os três acordos que assinaram, nas áreas social, de promoção comercial e agrícola, ajudavam a ilustrar o sentido daquela parceria. Observou que o comércio bilateral era de US$ 2,7 bilhões anuais e seguia crescendo. Ressaltou que os empresários chilenos confiavam no Brasil e possuíam mais de US$ 4 bilhões investidos no Brasil.

Em 15 de janeiro de 2006, Michelle Bachelet, do partido socialista, venceu no segundo turno as eleições presidenciais do Chile, com 53,50% dos votos[31]. Na mensagem que lhe enviou, o Ministro Celso Amorim afirmou que sua vitória representava um reforço para a estabilidade política e a democracia na América do Sul. O Itamaraty informou, em março, que o Presidente Lula participaria, no dia seguinte, das cerimônias de posse do novo governo chileno. Ainda no mesmo mês, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim realizaria visita oficial ao Chile.

A Presidente Michelle Bachelet visitou oficialmente o Brasil, em abril, estabelecendo-se durante o encontro com o Presidente Lula uma "Aliança Renovada" entre os dois países, baseada em valores, interesses e objetivos compartilhados nos planos bilateral, regional e multilateral. Em maio, o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, visitou o Brasil. Do Comunicado Conjunto, constou, no âmbito bilateral, que ambos os Ministros haviam destacado o interesse por impulsionar um diálogo que permitisse abordar de forma expedita as dificuldades que ainda se apresentavam no comércio bilateral, bem como estudar medidas para seu fortalecimento; haviam concordado que a Comissão Mista Permanente sobre Energia e Mineração, criada pelo Memorando de Entendimento assinado durante a visita da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil e, em particular, o estabelecimento do Programa de Cooperação, previsto no referido instrumento, contribuiriam ao incremento do intercâmbio e cooperação bilateral nestas áreas estratégicas para os dois países; haviam destacado os avanços nas negociações sobre o comércio de serviços entre o Mercosul e o Chile; e expressado sua satisfação com os resultados da reunião do Grupo *Ad Hoc* de Serviços da Comissão Administradora do ACE 35.

Em discurso que proferiu no Encontro Empresarial Latino-Americano em Santiago, realizado no mês de novembro, o Ministro Celso Amorim notou que o Chile era o segundo sócio comercial

do Brasil na América do Sul, terceiro em toda a América Latina, tendo o comércio bilateral sido no ano anterior de cerca de US$ 5,5 bilhões. Ressaltou que o Brasil era o terceiro fornecedor do Chile e também o sexto mercado para as exportações chilenas. Expressou satisfação em saber que o Brasil era o segundo destino dos investimentos chilenos no exterior, depois da Argentina, com um estoque acumulado de mais de US$ 5 bilhões. Lembrou que o Brasil exportara para o Chile mais que para o Japão e para a Itália.

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores chileno, Mariano Fernández, realizou, em maio, visita oficial ao Brasil. Os dois Chanceleres examinariam temas da agenda bilateral, entre os quais cooperação, comércio, investimentos e integração física. Discutiram, ainda, assuntos regionais e internacionais, como UNASUL, integração latino-americana e caribenha, resultados da Cúpula das Américas e da Cúpula do G-20 em Londres, bem como o impacto da crise financeira internacional na América do Sul.

A Presidente Michelle Bachelet realizaria nova visita ao Brasil em julho de 2009. Examinaria com o Presidente Lula temas da agenda bilateral (comércio, investimentos, integração física e cooperação) e regional (UNASUL e Honduras, entre outros). Durante a visita, seriam assinados acordos nas áreas de consultas políticas de alto nível, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira. O Itamaraty ressaltou que, em 2008, Brasil e Chile registravam intercâmbio comercial no valor de US$ 8,9 bilhões, com crescimento de 16,5% em relação a 2007.

O Ministro Celso Amorim realizou visita oficial a Santiago em fevereiro de 2010, oportunidade em que participou de reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores daquele país, Mariano Fernández. Os Chanceleres do Brasil e do Chile avaliaram o estado das relações bilaterais, com ênfase nos temas de cooperação, comércio, investimentos e integração física. Por ocasião da visita, seria instalada a Comissão Bilateral Brasil – Chile. Seria assinado, igualmente, o Memorando de Entendimento Brasil – Chile sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre.

Naquele mesmo mês, o Chile seria atingido por violento terremoto. Por nota do dia 27, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento, com consternação, do ocorrido e expressou sua disposição de prestar a assistência que se fizesse necessária.

O novo Presidente do Chile, Sebastián Piñera, tomou posse no dia 11 de março, quando o país ainda se encontrava sob o impacto do sismo. O novo mandatário chileno realizou, em abril, visita de Estado ao

Brasil. Na reunião com o Presidente Lula, seriam tratados temas da agenda bilateral, entre os quais, comércio, investimentos, cooperação esportiva e obras de infraestrutura. Também seria examinada a participação brasileira nos esforços chilenos de reconstrução após o terremoto. Do Comunicado Conjunto, constou que os dois mandatários haviam reafirmado a Parceria Estratégica para a Integração da América do Sul e para a inserção competitiva da região no mundo. Constou igualmente que haviam expressado sua satisfação pelo início das negociações para um futuro Acordo Bilateral de Investimentos. Declararam os Presidentes interesse em, juntamente com o Presidente Evo Morales, inaugurar, ainda no curso do ano, as obras do corredor rodoviário bioceânico Brasil – Bolívia – Chile, que efetuaria a ligação do porto de Santos, no Brasil, aos portos de Arica e Iquique, no Chile.

9.2.1.7. Venezuela

Durante os dois mandatos do Presidente Lula, a Venezuela continuou a ser presidida por Hugo Chávez. Teriam relevância no período o pedido de ingresso daquele país no Mercosul e, tal como com outros países vizinhos, o incremento da cooperação bilateral.

9.2.1.7.1. Criação do Grupo de Amigos

Em 15 de janeiro de 2003, o Brasil patrocinou a criação do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, que incluía ademais Chile, Espanha, EU, México e Portugal[32]. No dia 24, o Ministro Celso Amorim compareceu à reunião ministerial do novo Grupo realizada na OEA[33]. A nova entidade logo iniciaria suas atividades. Em março, o Embaixador Gilberto Saboia informou que haviam sido trocados papéis entre governo da Venezuela e a oposição sobre possíveis elementos de acordos políticos. Concluiu que existia um clima de maior moderação dos meios de comunicação e também uma disposição mais favorável dentro da Assembleia Nacional venezuelana para a busca de saídas negociadas. Por outro lado, também registrou a existência de elementos de maior preocupação, principalmente a ocorrência de fatos violentos, como bombas e "retórica de confrontação". Notou que havia reclamações por parte da oposição com relação à detenção ou à ordem de prisão de elementos sindicais ou patronais. Observou, porém, que eram procedimentos que seguiam trâmites judiciais.

Celso Amorim declarou, em abril, que, desde que assumira, tinha dedicado "considerável tempo às tentativas de contribuir para um encaminhamento positivo da situação na Venezuela, tendo estado sempre presente o postulado básico da não intervenção". Frisou que, "respeitado o primado da democracia e da constitucionalidade – e, portanto, a legitimidade do governo do Presidente Hugo Chávez –", o Grupo procurava facilitar o diálogo que pudesse levar a um convívio construtivo e benéfico para a Nação venezuelana e para a região. Notou que suas sugestões tinham que ser vistas como uma contribuição ao diálogo, pois, em última instância, cabia aos venezuelanos – e somente a eles – encontrar as soluções para os seus problemas. Concluiu que tudo o que podia o grupo fazer era ajudar na criação de um clima de confiança que conduzisse àquele objetivo.

O Grupo de Amigos monitoraria passo a passo a evolução dos acontecimentos e proporia soluções. Informou, em maio, que exortara as partes a fazer máximos e urgentes esforços para superar, "com vontade política e dentro de um espírito de boa-fé e de confiança", as divergências que ainda persistiam. No dia 27, manifestou satisfação com a conclusão do acordo entre a representação do governo da Venezuela e as forças políticas e sociais que o apoiavam e as organizações políticas e da sociedade civil que conformavam a Coordenadora Democrática. Em junho, ao comentar esses resultados, Celso Amorim ressaltou que o Brasil tivera um papel adequado, contribuindo "para desativar um confronto que era iminente".

Uma coligação de partidos de direita e de esquerda, no final de novembro, coletou assinaturas para convocar uma consulta popular na qual os venezuelanos se pronunciariam sobre a permanência ou não de Hugo Chávez no poder[34]. A oposição alegou que tinha sido cometida fraude, mas os observadores internacionais presentes durante o processo (entre os quais se encontravam o antigo Primeiro-Ministro português António Guterres e Jimmy Carter) consideraram que o referendo ocorrera dentro da normalidade e legalidade. A vitória de Chávez foi reconhecida como legítima, com algum atraso, pelos EUA.

Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais de dezembro. Novamente compareceram observadores de várias organizações inclusive da UE. Chávez obteve 62,9% dos votos, derrotando Manuel Rosales, que teve 36,9%. Pouco depois, Chávez anunciou que iria unir os 23 integrantes de sua coalizão em um único partido, o "Partido Socialista Unido da Venezuela", sob seu controle direto, para acelerar a revolução socialista. O Grupo de Amigos continuava seu acompanhamento da situação. Em dezembro, registrou com satisfação haver prevalecido um ambiente de tranquilidade durante as duas etapas do processo de coleta de assinaturas.

Em entrevista concedida em janeiro de 2004, Celso Amorim afirmou que a situação na Venezuela era complexa e continuava avançando e que, ao contrário do que fora apontado, propiciara a cooperação Brasil – EUA "de maneira muito intensa". Informou que o Presidente Bush agradecera ao Presidente Lula e elogiara a atuação brasileira.

O Grupo de Amigos prosseguiu seu trabalho. Entre fevereiro e maio, acompanhou e encorajou o processo de verificação da autenticidade das assinaturas pedindo que se fizesse com transparência, de maneira a que prevalecesse a expressão da vontade dos eleitores, de acordo com a lei e os regulamentos em vigor. Em manifestações diversas ao longo desse período, expressou preocupação com a "violência e crescente polarização na Venezuela"; reiterou a necessidade de que fosse encontrada saída pacífica, democrática, constitucional e eleitoral para a situação política da Venezuela; lamentou a perda de vidas humanas por ocasião de manifestações; considerou imperativo que se mantivessem moderação e prudência, em total respeito às liberdades democráticas; e instou o governo e a oposição a pautarem suas ações pelos compromissos contidos na " Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia' ".

Em junho, o governo brasileiro considerou que a conclusão do processo e confirmação das assinaturas relativas aos referendos era uma demonstração clara da determinação do Presidente Hugo Chávez, demais autoridades constituídas e das forças políticas do país de chegar a uma solução democrática, pacífica, constitucional e eleitoral para o quadro institucional da Venezuela. O referendo teve lugar no dia 15 de agosto de 2004: 58,25% dos votantes apoiaram a permanência de Chávez na Presidência até o fim do mandato, que ocorreria em dois anos e meio.

Os Presidentes Lula e Hugo Chávez reuniram-se, um mês depois, em Manaus. Do Comunicado Conjunto, constou que os Presidentes haviam coincidido em que o referendo do mês anterior constituíra um marco na história democrática da Venezuela. O Presidente Hugo Chávez ressaltou a "ação construtiva e o papel moderador exercido pelo Brasil, na liderança do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela", que contribuíra, na sua opinião, "para o encaminhamento adequado das questões surgidas no processo e o desenlace final do referendo". Por sua parte, o Presidente Lula congratulou o governo venezuelano pela "atitude firme e serena na condução do referendo e pela disposição de promover o diálogo com os setores da oposição democrática em benefício dos interesses nacionais".

Perguntado, em dezembro, sobre as maiores conquistas da política externa do governo Lula, Celso Amorim mencionou a criação do

Grupo de Amigos da Venezuela. Ressaltou que, no início, "havia muitas críticas, mas tanto Colin Powell como Hugo Chávez" tinham ficado contentes com a iniciativa. Concluiu que isso provava a ação positiva do Brasil e demonstrava que o grupo acabara criando um clima favorável à organização do referendo revogatório. No plano bilateral, a importância da Venezuela seria objeto do Decreto nº 5.308 de 14 de dezembro 2004, que criou o Vice-Consulado do Brasil em Puerto Ayacucho, naquele país.

Em fevereiro de 2005, Celso Amorim informou que o Grupo de países Amigos da Venezuela poderia voltar a reunir-se, possivelmente no início de março no Brasil, para avaliar "os elementos positivos" que estavam surgindo, como os avanços para a criação de um Conselho Eleitoral.

O Presidente Lula visitou a Venezuela naquele mês. Em discurso constatou que os mais ambiciosos projetos de integração começavam a materializar-se. Sublinhou que o Comunicado Conjunto que havia assinado com o Presidente Hugo Chávez estabelecia uma ampla aliança estratégica entre Venezuela e Brasil. Ressaltou a importância da associação no setor energético, entre a PETROBRAS e a PDVSA; bem como nossos sistemas de geração de energia hidrelétrica. Declarou intenção de avançar na mineração do carvão e valorizar a complementaridade das economias no setor siderúrgico. Em matéria de infraestrutura, discorreu sobre a possibilidade de realização de grandes obras de transportes na Venezuela. Falou de planos significativos para o setor aeronáutico e de uma plataforma de cooperação na área militar. Por fim, mencionou a continuação de colaboração no combate ao narcotráfico, ao crime organizado, ao terrorismo, e na proteção da extensa fronteira comum. Em encontro empresarial notou que o intercâmbio comercial passara de US$ 880 milhões, em 2003, para US$ 1,6 bilhão, em 2004, e ditou estimativa empresarial de que havia uma perspectiva de US$ 3 bilhões na relação comercial para 2005.

Celso Amorim afirmou, em março, que a atitude brasileira de "não indiferença" tivera sua primeira aplicação quando o governo Lula promoveu a constituição do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela. Declarou que, diante da crise política no vizinho, não podia o Brasil permanecer como mero observador. Afirmou, em novembro, que a Venezuela estivera à beira da guerra civil, e se os propósitos que estavam sobre a mesa tivessem prosperado, era muito possível que tivesse havido confrontações muito mais violentas do que as que tinha havido. Afirmou que o Brasil tivera o papel de convencer o Presidente Chávez de que era preciso fazer o referendo e fazê-lo com

observadores internacionais. Declarou que o Brasil tivera o papel, também, de convencer outros países a aceitar que isso fosse feito dentro das regras que existiam e isso fora positivo, reconhecido não só por todos, na época pela própria oposição venezuelana. Ainda no mesmo mês, afirmou que fora, afinal, possível estabelecer pontes entre o governo venezuelano e as forças de oposição para o encaminhamento de uma solução política, na forma do referendo que confirmou a permanência do Presidente Hugo Chávez na Presidência da Venezuela.

9.2.1.7.2. Pedido de adesão ao Mercosul

A Venezuela formulou seu pedido de adesão ao Mercosul em 9 de dezembro de 2005, após ter deixado de ser membro do Pacto Andino. Dias após a realização desse ato, o Itamaraty informou que os Presidentes Lula e Hugo Chávez deveriam encontrar-se no Porto de Suape, Pernambuco, para o lançamento da pedra inaugural da futura refinaria binacional Abreu e Lima. Esclareceu a nota que dois projetos conjuntos eram o desenvolvimento da bacia do Orinoco e o desenvolvimento da bacia marítima argentina. Informou que a construção da refinaria Abreu e Silva envolveria investimentos da ordem de US$ 2,5 bilhões, e deveria gerar milhares de empregos diretos e indiretos. Acrescentou que, durante o encontro presidencial, deveriam ser discutidos, também, temas como a construção de uma planta petroquímica na Venezuela e de uma terceira ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela.

Ao comentar a política da Venezuela, Celso Amorim afirmou, em janeiro de 2006, que Chávez fora perseguido e que tinha havido tentativa de golpe e que, "no mínimo dos mínimos", tinha havido tolerância com aquela tentativa de golpe. De sua parte, o Presidente Lula defendeu, em fevereiro, a ideia de que George Bush e Hugo Chávez deveriam se reunir. Acrescentou que o Brasil faria tudo para evitar um conflito na América do Sul.

As negociações para a adesão da Venezuela ao Mercosul concluíram-se, em maio, em Buenos Aires, tendo sido elaborado um "Protocolo de Adesão" com os compromissos e as etapas do processo de ingresso. Segundo nota do Itamaraty, a incorporação da Venezuela ao Mercosul constituiu importante passo no processo de integração, adquirindo a união aduaneira uma nova dimensão política e econômico-comercial, configurando importante vetor da integração da América do Sul. Notou que, com a adesão da Venezuela, o Mercosul passaria a constituir um Bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de 12,7

milhões de km², PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US$ 300 bilhões.

A Venezuela formalizou, em 4 de julho, seu pedido de adesão. Na cerimônia de assinatura do respectivo Protocolo, o Presidente Lula afirmou que, com a adesão da Venezuela, o Mercosul ganhava novos horizontes e alcançava uma dimensão econômica e política verdadeiramente continental. Declarou que a expansão do bloco até o Caribe reforçaria a percepção de que o Mercosul era uma realidade continental, ajudaria a visualizá-lo como "a espinha dorsal da integração da América do Sul". Expressou desejo de que a presença da Venezuela contribuísse ao processo de formação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Em entrevista concedida em dezembro de 2006, Celso Amorim declarou que a Venezuela deveria adaptar-se ao Mercosul.

A Assembleia Nacional Venezuelana concedeu a Hugo Chávez, em janeiro de 2007, poderes amplos para governar por decretos-leis por 18 meses. Em maio, a *Radio Caracas Televisión* (RCTV) foi tirada do ar após o governo recusar a renovação da sua licença. A decisão provocou protestos. Em julho, a RCTV voltou a emitir seus programas por meio de cabo e satélite. O Senado brasileiro pediu à Venezuela que reconsiderasse a não renovação de licença para a *RCTV*, uma rede televisa de oposição. O Presidente Hugo Chávez respondeu acusando o Congresso brasileiro de subserviente aos interesses dos EUA. O líder do Partido Social Democrata Brasileiro, Senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, declarou que seu partido tentaria impedir o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Em entrevista concedida em finais de junho, perguntado sobre a ausência do Presidente Hugo Chávez na reunião do Mercosul, o Ministro Celso Amorim afirmou: "as nações são soberanas e dão os sinais políticos que querem dar". Em setembro, após encontro com Chávez, o Presidente Lula declarou à imprensa que Brasil e Venezuela tinham uma relação estratégica por interesses geopolíticos, econômicos, comerciais, de desenvolvimento, de investimentos na área de ciência e tecnologia. Declarou que não havia intriga, boato que impedisse o Brasil de aprofundar, até onde fosse possível, essa relação estratégica com a Venezuela. Afirmou que Venezuela e Brasil iriam fazer quatro reuniões por ano, duas em Caracas e duas no Brasil, para não permitir que os adversários da aliança estratégica Venezuela e Brasil interferissem na aliança "com boatos".

Celso Amorim defendia o ingresso da Venezuela no Mercosul. Assim, em discurso que pronunciou em agosto, notou que o crescimento das exportações para Venezuela, "a terceira economia sul-americana",

era excepcional pois haviam passado de US$ 536 milhões, em 1999, para US$ 3,5 bilhões, em 2006, um aumento de 562%. Ressaltou também que o valor do comércio bilateral crescera seis vezes no curto período de quatro anos.

A reforma à constituição da Venezuela, proposta por Chávez, foi submetida a aprovação popular, em dezembro, num plebiscito, que foi acompanhado por observadores de 39 países. Após uma agitada campanha, as propostas de emendas à constituição da Venezuela foram rejeitadas, por pouco mais de 50% dos votos. O comparecimento às urnas foi de 55,1% e a abstenção de 44,9%. O Presidente Hugo Chávez reconheceu a vitória de seus opositores. O governo continuaria, entretanto, seus planos e, em fevereiro de 2008, a PDVSA, a companhia estatal de petróleo, suspendeu as vendas de petróleo cru para a *Exxon Mobil*, em reação a ação jurídica proposta por aquela companhia.

Críticas internas sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul continuavam. Em entrevista concedida em março de 2008, o Ministro Celso Amorim expressou a certeza de que, a médio e longo prazo, a capacidade do Mercosul influir na Venezuela era maior do que a da Venezuela influir no Mercosul. Ressaltou que a Venezuela ocupara, no ano anterior, o quarto ou quinto lugar entre os principais mercados para produtos brasileiros. Notou que o Brasil discordara totalmente da posição do Presidente da Venezuela em relação às FARC como força beligerante.

Ainda naquele mês, foi anunciado que o Presidente Lula se encontraria com o Presidente Hugo Chávez, em Recife, ocasião na qual os dois Presidentes visitariam as obras da Refinaria Abreu e Lima, que seria operada pela PETROBRAS e pela Petróleos de Venezuela (PDVSA). Do Comunicado Conjunto emitido na ocasião, constaram projetos de cooperação industrial, agrícola, de desenvolvimento da Amazônia, energia, e em temas consulares e jurídicos.

Prosseguiam as críticas internas à adesão da Venezuela ao Mercosul. Em maio, Celso Amorim, expressou expectativa de que a aprovação do ingresso da Venezuela pelo Congresso ocorresse em breve, dizendo que seria bom para o Brasil e para aquele país, acrescentando que seria bom "inclusive para a democracia no continente como um todo –, até porque o Mercosul tem como um dos seus pilares a cláusula democrática".

Os contatos bilaterais eram frequentes. Em junho, foi anunciado que o Presidente Lula viajaria à Venezuela onde manteria encontro com o Presidente Hugo Chávez durante visita que teria o objetivo de verificar os avanços em relação aos temas de cooperação. Em novo encontro presidencial realizado, em setembro de 2008, os dois Presidentes trataram,

entre outros assuntos, da cooperação energética (Braskem – Pequiven; PETROBRAS – PDVSA); cooperação habitacional (Caixa Econômica Federal e o Banavih); cooperação industrial (ABDI e Milco); integração fronteiriça; cooperação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia; de acordo aéreo; e defesa do consumidor.

A Assembleia Nacional venezuelana propôs, a 9 de dezembro, formalmente, a realização de uma emenda à Constituição Nacional para permitir a reeleição presidencial indefinida de Hugo Chávez, tal como este tinha pedido. A formalização da proposta foi transmitida obrigatoriamente pelas rádios e televisões do país.

Em janeiro de 2009, foi anunciado que o Presidente Lula viajaria a Maracaibo na Venezuela onde se encontraria com o Presidente Hugo Chávez para tratar de iniciativas para impulsionar a cooperação bilateral em andamento. Em abril, Celso Amorim visitou Caracas onde se reuniu com o Presidente Hugo Chávez e com o Ministro das Relações Exteriores, Nicolás Maduro. No mês seguinte, respondendo a perguntas sobre o "chavismo", afirmou que o Brasil lidava com outros países como existiam. Declarou que nunca ouvira falar de tortura na Venezuela e disse que era um país onde os jornais continham artigos com críticas ao Presidente. Acrescentou que o Brasil não havia podido vender (aviões) Tucanos à Venezuela "por uma imposição dos EUA", que cedia parte da tecnologia à EMBRAER.

As visitas recíprocas se sucediam. Em maio, o Itamaraty anunciou nova visita de Hugo Chávez ao Brasil para encontro com o Presidente Lula, em Salvador, na Bahia, onde ambos deveriam examinar os desenvolvimentos da agenda bilateral. Em outubro, foi anunciada a visita do Presidente Lula a Caracas e El Tigre no final do mês. Durante a visita seriam inaugurados o Consulado Geral do Brasil (criado por decreto do ano anterior como entidade separada da embaixada) e o escritório da Caixa Econômica Federal. Em discurso, o Presidente Lula comemorou a aprovação, naquele dia, da entrada da Venezuela no Mercosul pela Comissão de Relações Exteriores do Senado. Em entrevista a jornal venezuelano, mencionou as negociações entre a PETROBRAS e a PDVSA para a importação de petróleo venezuelano para a refinaria Abreu e Lima como meio para ajudar a equilibrar a balança comercial.

Em abril de 2010, realizou-se o oitavo encontro presidencial durante o qual seriam revisados os principais tópicos da agenda bilateral, com ênfase na evolução dos programas de cooperação nas áreas de indústria, agricultura, desenvolvimento urbano, universalização de serviços bancários e integração fronteiriça. Deveriam, ainda, ser estimulados

o intercâmbio de experiências sobre programas sociais desenvolvidos nos dois países, bem como examinados temas relacionados à integração regional. No nono encontro, realizado em Brasília, os Presidentes emitiram Comunicado Conjunto em que trataram da cooperação bilateral.

9.2.1.8. Colômbia

Em 2003, a situação da Colômbia era marcada por frequentes atentados terroristas. Em 16 de janeiro, um carro-bomba matou quatro pessoas e feriu 27 outras em centro comercial de Medellin, acreditando-se tenha sido obra das FARC em retaliação à prisão de 53 de seus membros nos dias anteriores. Em declaração na televisão, o Presidente Álvaro Uribe perguntou por que não se pensava em deslocamento militar para seu país semelhante ao que se fazia então no Iraque.

O Brasil se manifestaria, por vezes, com relação à situação interna colombiana. O Presidente Lula enviou, em fevereiro de 2003, mensagem ao Presidente Uribe, na qual expressou indignação por atentado ocorrido em Bogotá que havia causado numerosas vítimas fatais. Dias depois, o governo brasileiro manifestou sua mais enérgica condenação a outro atentado terrorista, desta vez ocorrido na cidade colombiana de Neiva.

O Presidente Lula enviou também carta ao SGNU, Kofi Annan, sobre os dois atentados. Afirmou que estava solidário com a posição de muitos de seus colegas Presidentes da América do Sul de lançar um chamamento a todos os grupos armados, em especial às FARC, para que cessassem imediatamente atentados e buscassem uma negociação construtiva com o governo colombiano. Revelou saber que o Presidente Uribe via essa iniciativa de forma favorável. Acrescentou que não se tratava de imiscuir-se nos assuntos internos do país, que cabia aos colombianos resolver, mas de uma manifestação de solidariedade com aquela nação afligida havia mais de 40 anos pela violência. Considerou que um pronunciamento de Kofi Annan, apoiando uma negociação de paz na Colômbia, concertada com o Presidente Uribe, seria uma iniciativa de inestimável valor tendo em vista o elevado conceito que o SGNU possuía como homem de diálogo e lutador pela paz.

Outra questão interna seria objeto de manifestação brasileira. Por nota de 23 de fevereiro, o governo brasileiro registrou haver se completado, naquele dia, um ano do sequestro da Senadora colombiana Ingrid Betancourt, ex-candidata à Presidência da Colômbia, e de sua assessora, Clara Rojas. Manifestou indignação diante do longo cativeiro

das duas senhoras e conclamou pela libertação, no mais breve prazo, de ambas e de todas as demais pessoas que estivessem sequestradas.

O Presidente Álvaro Uribe visitou o Brasil em março. Ao recebê-lo, o Presidente Lula afirmou o compromisso do Brasil na ajuda à Colômbia e a sua solidariedade total no combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Do Comunicado Conjunto, constou a necessidade de combater por todos os meios, em conformidade com a Carta da ONU, as ameaças à paz e à segurança internacional causadas por atos terroristas. Os dois Presidentes expressaram o seu mais profundo repúdio e indignação aos atos terroristas praticados na Colômbia e reiteraram a sua determinação de combater todas as formas de terrorismo, nos termos dos compromissos assumidos no âmbito da ONU e da OEA e em conformidade com os instrumentos internacionais de que eram partes o Brasil e a Colômbia. Manifestaram vivo interesse em coordenar, no âmbito bilateral, esforços de combate ao terrorismo e ao crime organizado. Decidiram a constituição de Grupo de Trabalho, a ser integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Justiça dos dois países, com o objetivo de promover a cooperação e intercâmbio de informações para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo, inclusive no âmbito dos Acordos bilaterais vigentes de extradição e cooperação judiciária em matéria penal. Consideraram a possibilidade de que os Ministros de Defesa de ambos os países se somassem a seus colegas da região no empenho em estreitar a coordenação nessa área.

Celso Amorim argumentou, em abril, que a violência política na Colômbia requeria um acompanhamento atento, por seu potencial desestabilizador. Lembrou que a visita do Presidente Uribe ao Brasil no mês anterior permitira um intercâmbio extremamente útil entre os líderes dos dois países. Informou que, dentre as ideias aventadas, figurara a do estabelecimento de um embargo contra todos os movimentos armados – guerrilha e paramilitares – sob supervisão do CSNU. Acrescentou que se acordara também revitalizar a Comissão de Vizinhança Brasil – Colômbia, com vistas a estimular a cooperação bilateral em variados campos e, sobretudo, a uma maior sintonia entre os dois Governos em temas relacionados à fronteira comum, com ênfase no combate ao narcotráfico.

9.2.1.8.1. A questão da classificação das FARCs

Durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no dia 23, Celso Amorim tratou da questão de se saber se o Brasil estaria de acordo ou não em classificar as

FARC como organização terrorista. Declarou que não tinha havido pedido formal direto do governo colombiano ao governo brasileiro nesse sentido. Acrescentou que tinha havido, sim, dias depois, uma carta em que o Presidente colombiano pedira apoio a uma iniciativa, de cuja concretização declarou que não tinha notícia, para que os organismos internacionais – a ONU e a OEA – classificassem as FARC como movimento terrorista. Frisou que a questão despertara muita discussão porque se misturara com uma questão de o Brasil querer mediar ou não o conflito na Colômbia. Informou que, no primeiro encontro que o Presidente Álvaro Uribe tivera com o Presidente Lula, no Equador, quem tocara na hipótese de o Brasil atuar – embora talvez sem usar a palavra mediador – numa eventual negociação com as FARC fora Uribe. Observou que, naquele momento, ele não falara de uma negociação política ampla, mas de uma negociação que dizia respeito a questões humanitárias e que o Brasil poderia ajudar, a fim de que fossem liberados alguns sequestrados, etc. Disse que Uribe chegara a mencionar a criação de um grupo de facilitadores dentro da Colômbia com esse objetivo. Ressaltou que, então, a questão não fora posta pelo Brasil, mas, sim, pela Colômbia. Acrescentou que, em seus contatos, verificara que a ONU não considerava positiva nem produtiva a classificação de organizações como terroristas. Notou que a única organização classificada como terrorista, até então, cuja classificação era aceita, era a Al-Qaeda.

Em resposta a pergunta de um parlamentar a respeito de diálogo do governo brasileiro com as FARC, Celso Amorim, afirmou:

> [...] Que eu saiba, não há nenhum diálogo do nosso governo com as FARC. Eu concordo plenamente que temos de nos preocupar com a prática do terrorismo. Aproveito para mencionar que sugerimos ao Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, levar ao CSNU a ideia de um embargo de armas não só às FARC, mas a todas as organizações de extrema-direita, a exemplo dos paramilitares, que também assassinam, traficam drogas – isso a imprensa às vezes não divulga. Existem as FARC e a ALN na esquerda e os paramilitares na direita.
>
> Não sugerimos isso antes, porque o assunto nunca foi levado ao CSNU. Os países de modo geral não permitem que seus problemas internos cheguem a este Conselho, porque, na prática, ele é muito invasivo. Mas como a Colômbia levou o tema das FARC ao CSNU, nós sugerimos ao Presidente Uribe que talvez uma maneira de lidar com o problema específico – sem entrar em questões de ordem semântica – fosse criar embargo de armas a todos os movimentos armados ilegais da Colômbia, e que o embargo talvez pudesse

se estender à lavagem de dinheiro e a outras questões correlatas. Isso já foi feito outras vezes, não é novidade.

Ao contestar outra pergunta, informou que o Plano Colômbia possuía vários aspectos, sendo que o militar era o que mais preocupava. Observou que até aquele momento, a presença militar não chegava a ser muito grande, pois haveria mais ou menos 360 militares norte-americanos.

A polêmica sobre a classificação das FARC prosseguiria. Em junho, Celso Amorim afirmou que o Brasil só classificava como terrorista a Al-Qaeda, e isso decorria de uma resolução do CSNU. Informou que nem a ONU nem a OEA tinham uma classificação de grupos terroristas. Opinou que não havia nenhum ganho em classificar alguém como terrorista, porque dava a impressão de que jamais poderia negociar depois. Lembrou grupos que fizeram atos terroristas, como o *IRA* (Exército Republicano Irlandês), e depois sentaram na mesa de negociações. Em setembro, em resposta a pergunta sobre a possibilidade de o Brasil sediar uma reunião entre as FARC e a ONU, Celso Amorim disse que o país tinha sempre dito que não se furtaria a cooperar com "qualquer coisa que contribua para uma solução pacífica, negociada", respeitando sempre que a Colômbia tinha um governo legitimamente eleito, e o Presidente Uribe era o chefe daquele governo. Acrescentou que o Brasil não tomaria nenhuma iniciativa fora daquilo que lhe fosse pedido. Revelou que tinha havido conversas e declarou que, se houvesse um pedido formal para que o Brasil sediasse uma reunião entre as FARC e a ONU, teriam que ser vistas as condições, não havendo porque recusar. Opinou que começar a conversar era sempre bom. Comentou que antes, o que ocorria era que as FARC não queriam a presença da ONU, e da parte do governo havia uma certa resistência normal, mas naquele momento estava havendo "um movimento".

Os Presidentes Lula e Uribe encontraram-se em setembro em Cartagena. Do Comunicado Conjunto, constou que o Presidente da Colômbia havia reiterado o interesse de seu governo em enviar uma missão técnica ao Brasil, integrada por representantes das entidades colombianas competentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente a maneira pela qual o Brasil e a Colômbia pudessem coordenar ações no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA). Constou também que os Presidentes ressaltaram a importância de continuar analisando as condições que possibilitassem o aproveitamento das potencialidades do Brasil e da Colômbia para a produção e exportação de aço, no âmbito do projeto siderúrgico binacional proposto.

A violência continuava a ocorrer na Colômbia. Por nota ainda em setembro, foi divulgada mensagem de condolências enviada pelo Ministro Celso Amorim à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia pela morte de dez pessoas em atentado praticado na cidade de Florença. No texto da mensagem, o Ministro Amorim manifestou sua "consternação ao tomar conhecimento do ato criminoso que causou a morte de dez pessoas, bem como ferimentos em dezenas de outras, e expressou sua mais enérgica indignação diante do covarde atentado". Em 15 de novembro, um ataque com uma granada lançada de uma motocicleta contra um bar popular em Bogotá causou uma morte e ferimentos em 71 pessoas, tendo sido capturados dois membros das FARC. Por nota, no dia 17, o governo brasileiro repudiou com veemência o atentado e manifestou a sua mais enérgica condenação ao ato que qualificou de covarde e criminoso.

Em março de 2004, foi anunciado que a Chanceler da Colômbia, Carolina Barco, realizaria visita oficial a Brasília. Segundo o Comunicado Conjunto, os Ministros reconheceram as assimetrias existentes entre as duas economias e ressaltaram seu interesse no desenvolvimento de ações que permitissem ao mesmo tempo reforçar os laços comerciais bilaterais e reduzir o desequilíbrio no fluxo de comércio. Concordaram em que a possível utilização pela Colômbia dos meios do programa SIVAM para cooperar na vigilância do espaço aéreo representaria "avanço significativo na coerção do tráfego aéreo ilegal entre os dois países e no combate ao narcotráfico".

O apoio dos EUA ao governo colombiano se mantinha. No dia 22 de novembro, em visita a Cartagena na Colômbia, o Presidente dos EUA, George W. Bush, reiterou o apoio de seu governo ao *Plan Colombia* e à política antiterrorista do governo do Presidente Álvaro Uribe. Ao final do ano, o governo colombiano apresentava redução em 27% do número de atentados terroristas em comparação com os ocorridos no ano anterior.

Em janeiro de 2005, o Itamaraty informou que os Presidentes Lula e Álvaro Uribe teriam encontro de trabalho na cidade de Letícia. Os principais temas da agenda bilateral a serem tratados diziam respeito à segurança na região amazônica, integração física, assuntos fronteiriços, comércio e investimentos. Os dois mandatários acordaram em "renovar o mandato de suas autoridades nacionais para avançar nos diferentes aspectos de cooperação e coordenação em matéria de segurança". Ressaltaram "a importância de promover ações complementares que permitissem fomentar a integração e o desenvolvimento das comunidades fronteiriças, particularmente de Letícia e Tabatinga".

O Ministro Celso Amorim visitou Bogotá em junho. Na ocasião foram assinados memorandos de entendimento sobre cooperação entre

as academias diplomáticas de ambos países, sobre ensino de português e espanhol na região fronteiriça e para a promoção do comércio e de investimentos. Em entrevista, Celso Amorim informou que o Presidente Lula pretendia visitar aquele país em agosto e manter reunião com o Presidente Uribe.

A situação colombiana tinha efeitos no Brasil. Por nota de agosto, o Itamaraty comunicou ter recebido informação do governo colombiano sobre a rendição do cidadão brasileiro César Caio Dias Borges a forças de defesa da Colômbia. Acrescentou que Borges informara ter sido recrutado, à força, pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Em dezembro, o Presidente Lula visitou a Colômbia. Da declaração conjunta com o Presidente Uribe constou que os dois líderes haviam destacado a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combater o terrorismo, a delinquência organizada transnacional, o tráfico de armas e munições, o problema mundial das drogas e os delitos conexos, o sequestro e o tráfico de pessoas dentro de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, assim como seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social dos países. Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, com vistas a combater a criminalidade organizada transnacional e outras modalidades delituosas. Destacaram o êxito do exercício coordenado de defesa aérea realizado pelas Forças Aéreas dos dois países, que contribuíra para desenvolver capacidades para combater o tráfico ilícito de drogas, armas, precursores químicos e os delitos conexos, e ressaltaram a importância de dar maior continuidade a esse tipo de exercícios, assim como aos encontros regulares entre os Altos Comandos Militares dos dois países.

Com 62% dos votos, Uribe foi reeleito, em maio de 2006, para um segundo mandato. Ataques terroristas continuariam a ocorrer durante o ano e, em novembro, uma crise política levaria a que a Ministra do Exterior, Maria Consuelo Araújo, pedisse demissão do cargo.

No ano seguinte, as relações comerciais entre Brasil e Colômbia aumentaram. Em discurso que pronunciou em agosto, Celso Amorim chamou atenção para o forte crescimento das exportações brasileira para a Colômbia, pois haviam passado de US$ 638 milhões, em 2002, para US$ 2,1 bilhões, em 2006 (235% de aumento).

Brasília acompanhava os eventos colombianos e sobre estes se manifestava. Em 1º de janeiro de 2008, o governo brasileiro lamentou que as circunstâncias tivessem impedido, naquele fim de ano, a esperada libertação da Senhora Clara Rojas, de seu filho Emmanuel e da Senhora Consuelo González, que se encontravam em poder das FARC. Dez dias

depois, expressou satisfação pela notícia da libertação de Clara Rojas e Consuelo González. Congratulou-se com o Presidente Álvaro Uribe e com o Presidente Hugo Chávez pela bem-sucedida condução dos entendimentos que haviam possibilitado a libertação das cidadãs colombianas. No dia 27, expressou satisfação também pela notícia da libertação de Luís Eládio Pérez, Orlando Beltrán Cuéllar, Jorge Eduardo Gechem e Glória Polanco, ex-congressistas colombianos que também se encontravam em poder das FARC. Cumprimentou novamente Uribe e Chávez, pelas medidas que possibilitaram a entrega dos quatro reféns, em coordenação com a Cruz Vermelha Internacional.

9.2.1.8.2. Crise entre Colômbia e Equador

Em março, militares colombianos atacaram acampamento das FARC em território equatoriano. Muitos guerrilheiros foram mortos inclusive o líder, Raúl Reyes. A ação levou a que Equador, Venezuela e Nicarágua rompessem relações diplomáticas com a Colômbia, tendo Hugo Chávez e Rafael Correa enviado tropas para as respectivas fronteiras. Por sua vez, também Álvaro Uribe colocou suas tropas em estado de alerta. Em intervenção, no dia 4, durante Sessão Extraordinária do Conselho Permanente da OEA, o Representante Permanente do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi, afirmou que era imperativo que se observassem incondicionalmente os preceitos da Carta da OEA, em especial seu Artigo n 21, que assegura que o "território de um Estado é inviolável". Ressaltou que, no caso, havia concordância em pelo menos um ponto, ou seja, o de que as forças colombianas haviam adentrado território equatoriano. Reconheceu que havia, no entanto, discrepâncias sobre as circunstâncias que haviam cercado o incidente. Propôs que uma Comissão de investigação apurasse o ocorrido. Aproveitou para reiterar que o Brasil repudiava todas as formas e manifestações do terrorismo, seja quais fossem os pretextos alegados, bem como o entendimento brasileiro de que o combate ao terrorismo seria tanto mais eficaz quanto mais ampla for a cooperação internacional na matéria.

No dia 5, a OEA aprovou resolução que formou uma Comissão – chefiada pelo Secretário-Geral da OEA e integrada por Embaixadores – que visitaria os lugares relacionados com os fatos vinculados com a crise e encaminharia relatório à Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, que ocorreria em duas semanas na sede da OEA, em Washington.

No dia 7, Celso Amorim pronunciou discurso a respeito da crise entre Colômbia e Equador na XX Cúpula do Grupo do Rio, realizada em São Domingos. Considerou a violação da integridade territorial inaceitável e condenável. Afirmou que não era um princípio que pudesse ser relativizado. Ressaltou que, por tal razão, o governo brasileiro, de maneira muito clara, condenara a violação que consistiu na incursão em território equatoriano por forças colombianas. Chamou de complexa a questão que envolvia o governo da Colômbia, as FARC e à repercussão que aquele conflito interno tinha em outros países. Considerou ser aquele um problema complexo, que dificilmente poderia resolvido na reunião. Argumentou haver uma precondição para trabalhar no sentido de resolver tal questão, isto é, restabelecer a confiança entre as partes diretamente envolvidas. Admitiu que, em tal aspecto, residia uma certa bilateralidade na questão. Considerou que um pedido de desculpas não condicional, não cercado de qualificações, seria um elemento importante no processo. Referiu-se à reiteração de que isso não podia ocorrer o que, considerou ser "o germe de um compromisso claro para que não haja no futuro a repetição desses eventos". Mencionou com um terceiro aspecto, isto é, "discussão mais complexa da relação do governo da Colômbia com as FARC" e a situação regional das FARC, o que levaria a uma discussão mais profunda do que era preciso encontrar como solução de fundo no continente.

Em entrevista à imprensa, em 16 de março, Celso Amorim afirmou que o ocorrido servira para demonstrar que as FARC eram, "sob certos aspectos, uma questão não apenas colombiana mas regional". Notou que o governo da Colômbia queria tratar o tema regionalmente apenas quando falava de cooperação contra o terrorismo. Opinou que isso era muito difícil. Afirmou que Uribe tinha de ter a capacidade de ouvir sugestões, inclusive sobre a parte humanitária. Noutra entrevista, rebateu acusação do Professor José Augusto Guilhon Albuquerque de que o Brasil tomara o lado do Equador. Declarou que o Brasil não tomara lado nenhum, mas apenas defendera o respeito à integridade territorial dos Estados. Em mais uma entrevista, no dia 24, afirmou que a exigência de os países não apoiarem o terrorismo, não ofereçam santuário, não justificava uma ação armada. Em debate televisivo no mesmo dia afirmou que o Brasil não era neutro no conflito entre as FARC e o governo colombiano pois condenara a ação daquele grupo.

A atuação das FARC causava interesse internacional. Em abril de 2008, o governo brasileiro informou que acompanhava com crescente preocupação a situação de Ingrid Betancourt. Apelou para que ela e

outros cidadãos que estavam em poder das FARC, em especial aqueles cuja saúde inspirava mais cuidados, fossem prontamente libertados. Expressou interesse por manifestações do governo Colombiano, no sentido de conceder anistia em troca da libertação de todos os sequestrados, e considerou que tal caminho devia ser aprofundado.

O impasse entre Colômbia e Equador se desfez. Em junho de 2008, o governo brasileiro manifestou grande satisfação pela notícia de que os Presidentes da Colômbia e do Equador haviam acordado restabelecer, de "imediato e sem condições", as relações diplomáticas entre os dois países, em nível de Encarregado de Negócios.

Também teria bom desenlace o sequestro da Senadora Ingrid Betancourt que, em 2 de julho, foi resgatada das FARCs, juntamente com três cidadãos estadunidenses e 11 soldados e policiais durante operação na qual forças colombianas se disfarçaram de guerrilheiros. Em nota à imprensa, o Presidente Lula enviou "seu abraço fraternal aos reféns hoje libertados e a seus familiares" e manifestou satisfação com a notícia. Expressou esperança de que tivesse sido dado "um passo importante para a libertação de todos os demais sequestrados, a reconciliação de todos os Colombianos e a paz na Colômbia".

9.2.1.8.3. Fortalecimento da cooperação bilateral

Ainda em julho, o Presidente Lula realizou visita oficial às cidades de Bogotá e Letícia, por ocasião dos atos comemorativos do aniversário da independência da Colômbia. Conforme nota à imprensa, durante encontros que mantiveram, Lula e Uribe destacaram a importância de fortalecer a cooperação bilateral na luta contra a delinquência organizada, o tráfico de armas e munições, o problema mundial das drogas e seus delitos relacionados.

Entre diversos temas tratados constou a assinatura do "Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa"; a intenção de iniciar um processo conjunto de análise e negociação de um programa bilateral para a fabricação de aeronaves militares de transporte pesado; a adoção de um "Memorando de Entendimento para a Cooperação no Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Correlatos"; a subscrição do "Protocolo Sobre Cooperação Comercial e Econômica". Foram firmados convênios relativos ao intercâmbio de experiências sobre gestão ambiental urbana, processamento de madeira, destinação adequada do lixo coletado em

Bogotá e implementação de tecnologias limpas na produção de gado da Colômbia. Os Presidentes se congratularam pelos esforços empreendidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para a criação de um Centro de Formação Fronteiriço, a funcionar em Letícia. Saudaram a firma dos comunicados conjuntos entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Unidade Nacional, e a Corporação para o Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), e o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, destinados a avançar programas de capacitação. Examinaram o tema das novas tecnologias em televisão digital.

Durante o encontro, o Presidente Álvaro Uribe manifestou interesse em receber cooperação técnica do governo brasileiro sobre a legislação relativa à incorporação dos biocombustíveis à matriz energética colombiana. Em Letícia, Lula e Uribe se encontraram também com o Presidente do Peru, Alan García, tendo os três abordado "temas relacionados à segurança, à infraestrutura para a integração e o desenvolvimento da zona fronteiriça comum".

A questão de colaboração contra terrorismo continuaria a ser mencionada no relacionamento bilateral. Em dezembro, após encontro com a Senadora Ingrid Betancourt em São Paulo, o Presidente Lula declarou à imprensa que era preciso trabalhar para que todos os outros presos fossem libertados, porque, nas suas palavras, não existiria "nenhuma razão mais de sequestro em nome da política". Em fevereiro de 2009, o governo brasileiro informou que, a pedido do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e com a anuência do governo da Colômbia, o governo brasileiro prestara apoio logístico, por meio da cessão de helicópteros e tripulações militares, às operações de libertação, em território colombiano, de seis reféns que se encontravam sequestrados pelas FARC.

Naquele mesmo mês foi anunciada a visita do Presidente Uribe ao Brasil. Com o Presidente Lula trataria do comércio bilateral e de projetos de infraestrutura. Por ocasião da visita, Brasil e Colômbia teriam assinados os seguintes acordos: Memorando de Entendimento para o Estabelecimento da Comissão Bilateral; Ajuste Complementar de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais; e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Cooperação para o Fortalecimento do Sistema e do Processo de Proteção da Propriedade Industrial na Colômbia". Após assinatura de atos, o Presidente Lula declarou que o momento das relações bilaterais marcava-se pela cooperação e solidariedade.

Os contatos continuariam a se amiudar. Em setembro, foi anunciada a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, para manter reuniões com Celso Amorim "com ênfase em temas de defesa e segurança". Manteria também encontro de trabalho com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Em outubro, pela quarta vez em 2009, o Presidente Uribe retornou ao Brasil. Do Comunicado Conjunto, constou que Lula e Uribe haviam coincidido no entendimento de que os projetos de infraestrutura constituíam elemento essencial nas políticas anticíclicas voltadas a debelar os efeitos da crise financeira internacional sobre suas economias. Trataram da identificação de iniciativas conjuntas nas seguintes áreas: ciência e tecnologia; desenvolvimento sustentável da Amazônia; educação e cultura; energia; agroindústria; infraestrutura; e integração de cadeias produtivas. Em discurso, o Presidente Lula ressaltou os investimentos brasileiros na economia colombiana. Em entrevista coletiva, informou que propusera ao Presidente Uribe e na UNASUL a criação de um Conselho de combate ao narcotráfico na América do Sul.

Em finais de 2009, a Colômbia era a terceira maior economia da América do Sul, quarta maior da América Latina. Os dados relativos a sequestros e homicídios indicavam expressivo decréscimo. Estava preparado o terreno para que o aliado político de Uribe vencesse as eleições presidenciais no ano seguinte.

Em junho de 2010, Juan Manuel Santos foi eleito Presidente da Colômbia e tomou posse em agosto. No mês seguinte, visitou o Brasil. Em discurso, ao recebê-lo, o Presidente Lula ressaltou ter o país ter sido escolhido como destino de sua primeira visita ao exterior. Mencionou a assinatura de acordo entre a Polícia Nacional da Colômbia e a Polícia Federal brasileira para complementar os esforços de ocupação cidadã das divisas, "em contraposição ao tráfico de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro". Propôs "uma aliança em matéria de cultivo, processamento e comercialização do etanol e biodiesel, com o propósito mais amplo, inclusive de ajudar outros países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina e na África". Referiu-se também a trabalho conjunto a ser desenvolvido "na área de defesa, em pesquisa e desenvolvimento na indústria aeronáutica, naval e terrestre, no projeto do avião-cargueiro da EMBRAER – o KC-390 – e na produção de lanchas-patrulha". Declarou que os Conselhos de Defesa e de Combate ao Narcotráfico constituíam exemplos de mecanismos de cooperação regional em áreas fundamentais. Concluiu que o Brasil era "solidário com o povo colombiano em sua luta pela paz, contra a violência".

9.2.1.9. Peru

Em abril de 2003, durante visita do Presidente do Peru, Alejandro Toledo, ao Brasil, o Presidente Lula expressou o desejo de inaugurar, no ano seguinte, a ponte de Assis Brasil e Iñapari e anunciou que o BNDES iria contribuir para os projetos de infraestrutura necessários para a integração bilateral.

Celso Amorim foi recebido em Lima, em 31 de outubro, pelo Presidente Toledo que lhe entregou carta de igual teor a outras enviadas aos demais membros do Mercosul, na qual solicitou a incorporação do Peru como Estado Associado daquela união aduaneira. Nota do Itamaraty na ocasião, esclareceu que, com a assinatura do acordo de livre-comércio com o Mercosul, o Peru passava a reunir as condições para pleitear o *status* de Estado Associado – o mesmo de que gozavam então Bolívia e Chile. Acrescentou a nota que o Brasil apoiava plenamente aquela pretensão e se empenharia junto aos demais sócios do Mercosul para que o Peru pudesse participar, como Estado Associado, já na reunião seguinte do Conselho do Mercado Comum, a realizar-se em dezembro, em Montevidéu.

O Ministro do Exterior do Peru, Manuel Rodríguez, encontrou-se com o Ministro Celso Amorim, em Brasília, em janeiro de 2004, quando participou da reunião de transferência ao Brasil da Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio. Segundo nota à imprensa, os dois Chanceleres abordaram a cooperação para a vigilância e proteção da região amazônica; o encaminhamento dos projetos de integração da infraestrutura física e a nova condição do Peru de país associado ao Mercosul; além de diversos aspectos das negociações comerciais de que vinham participando Brasil e Peru. Expressaram satisfação com a próxima conclusão do "Acordo Brasil – Peru sobre Facilidades para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios" pelo qual deixariam de ser exigidos passaportes para viagens entre os dois países de cidadãos brasileiros e peruanos.

Celso Amorim retribuiu a visita no mês seguinte. Conforme constou do Comunicado Conjunto, durante as conversas, os Chanceleres trataram, entre outros temas, da incorporação do Peru como Estado Associado do Mercosul; da possibilidade de concretizar um regime de voos transamazônicos e transfronteiriços; do início da construção da ponte sobre o rio Acre; do Acordo que permitiria cidadãos brasileiros e peruanos a utilizar seus respectivos documentos nacionais de identidade para realizar viagens de turismo ou negócios entre um país e outro; do fortalecimento dos mecanismos de cooperação militar entre as Forças Armadas; de iniciativas para a concretização do eixo comercial e de

integração física entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul; e de negociações do Convênio para Evitar a Dupla Tributação.

Em fevereiro, os membros do Grupo do Rio expressaram "seu firme apoio ao Presidente Alejandro Toledo por seus esforços para consolidar o processo institucional democrático do Peru, particularmente pelas iniciativas adotadas para efetuar uma ampla convocatória de consenso". Reafirmaram que a estabilidade dos processos democráticos da região constituía um objetivo compartilhado, assim como o combate à pobreza e à corrupção.

O Presidente Lula e o Presidente Alejandro Toledo se reuniram em Cuzco, em dezembro, no âmbito da III Reunião de Presidentes da América do Sul, com o objetivo de reafirmar o acordo relativo ao início da construção da via interoceânica para ligar Assis (Estado do Acre) e Iñapari (Departamento de *Madre de Dios*). Do Comunicado Conjunto assinado na ocasião, constou que o acordo fora concretizado por meio de financiamento do PROEX, concedido pelo Brasil, no valor de US$ 417 milhões. Os dois mandatários saudaram, ademais, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o governo do Peru e a CAN de fomento para o financiamento complementar à construção da mencionada obra. Ao discursar na ocasião, o Presidente Lula afirmou que a obra da Rodovia Interoceânica que o Peru e o Brasil estavam lançando era muito mais do que um projeto bilateral.

Em 2005, refletindo o incremento do relacionamento bilateral, pelo Decreto nº 5.461, de 8 junho, foi criado o Consulado do Brasil em Iquitos.

A questão da integração física marcava a pauta dos encontros bilaterais. Em setembro, os Presidentes Lula e Alejandro Toledo, na presença do Presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez, mantiveram encontro na cidade peruana de Puerto Maldonado para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que ligaria o Brasil aos portos marítimos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan. Em discurso na ocasião, o Presidente Lula anunciou que, em novembro, inauguraria com o Presidente Toledo uma ponte entre Assis Brasil, no estado do Acre, e Iñapari, no Peru.

Em entrevista à imprensa, antes de embarcar para o Peru, onde se realizaria a inauguração daquela ponte, o Presidente Lula declarou que a obra geraria "um desenvolvimento extraordinário em toda a região" e era "uma necessidade". Conforme constou de nota do Itamaraty, a ponte sobre o rio Acre fazia parte do trecho inicial da Rodovia Interoceânica, que ligaria o Brasil aos portos marítimos do sul do Peru e, com a inauguração, seriam estimuladas as trocas comerciais na região, os investimentos bilaterais e os fluxos turísticos, com efeitos

positivos para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. No discurso que pronunciou na solenidade de inauguração, o Presidente Lula afirmou que a ponte sobre o Rio Acre era o símbolo maior da Aliança Estratégica que Peru e Brasil haviam forjado. Acrescentou que era o primeiro passo na realização de outro sonho antigo: a ligação sul-americana entre o Pacífico e o Atlântico.

O Ministro Celso Amorim realizou, em fevereiro de 2006, visita oficial ao Peru, durante a qual foram assinados diversos instrumentos, entre os quais, o Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal, e o Acordo de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia na Área Espacial. Com seu homólogo peruano tratou de navegação fluvial; cooperação técnica; da temática fronteiriça; facilidades para o trânsito de nacionais; da temática ambiental; segurança e defesa; cooperação em matéria de proteção e vigilância da Amazônia; da Comissão Mista Peruana-Brasileira sobre Drogas; de encontros de trabalho ministeriais e de outras autoridades; de integração física e transportes; turismo; cooperação judicial; da agenda educativa e cultural; da Comunidade Sul-americana de Nações; e da ONU.

Em eleições presidenciais realizadas em 4 de junho, após obter 53% dos votos, Alan García venceu o opositor Ollanta Humala (que contava com o apoio do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela). O Itamaraty informou que, em sua primeira viagem internacional como Presidente eleito, Alan García realizaria visita ao Brasil, no dia 13. Acrescentou que a visita permitiria exame das perspectivas de intensificação da cooperação bilateral, no contexto da aliança estratégica entre os dois países. Em julho, Alan García tomou posse. Falando na cerimônia em nome dos demais líderes da região, o Presidente Lula saudou a vocação integracionista do povo peruano. Renovou a aposta brasileira em uma associação estratégica bilateral. Referiu-se à construção da Rodovia Interoceânica e a parceria de empresas peruanas e brasileiras.

O Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador José Antonio García Belaúnde, visitaria o Brasil. Por nota de agosto, ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que empresas brasileiras mantinham importantes investimentos no Peru, especialmente nos setores de energia e mineração. Acrescentou que os Presidentes Lula e Alan García pretendiam promover uma "associação estratégica" entre a PETROBRAS e a PetroPerú. Em entrevista coletiva, Celso Amorim ressaltou que alguns dos projetos mais importantes na área de infraestrutura do Brasil haviam sido realizados, e estavam sendo realizados com o Peru. Notou também que, na questão comercial, o primeiro acordo de livre-comércio firmado pelo Mercosul com países andinos fora com o Peru. Sublinhou a excelente

cooperação na área de atividades sociais, programas sociais. Observou que havia investimentos brasileiros importantes na área de mineração, na área de construção, mas também na área de alimentos e vários outros setores do Peru. Em discurso também naquele mês, o Chanceler brasileiro salientou terem as exportações brasileiras ao Peru aumentado de US$ 438 milhões para US$ 1,5 bilhão no mesmo período (incremento de 244%).

O Presidente Lula visitou o Peru em maio de 2008. Do Comunicado Conjunto emitido após encontro com Alan García, constou que os dois Presidentes haviam destacado o excelente nível das relações bilaterais e priorizado as seguintes áreas: cooperação e desenvolvimento fronteiriço; cooperação energética em matéria de gás, petróleo e biocombustíveis; interconexão elétrica; e fomento e ampliação de investimentos. Em setembro, Alan García retribuiu a visita fazendo-se acompanhar de expressiva delegação ministerial e de numerosos empresários peruanos.

O Ministro das Relações Exteriores do Peru, José Antonio García Belaúnde, visitou o Brasil em abril de 2009. Com Celso Amorim, buscou identificar oportunidades para a assinatura de novos acordos, com ênfase nas seguintes áreas: cooperação fronteiriça; integração física e energética; controle integrado de fronteira; comércio; cooperação em biocombustíveis; TV Digital; e cooperação em matéria de defesa. Ainda naquele mês, o Presidente Lula e o Presidente Alan García mantiveram encontro de trabalho em Rio Branco, no Acre. Examinaram temas da agenda bilateral, dentre os quais, desenvolvimento fronteiriço, comércio, integração física e energética. De Comunicado Conjunto, constou o chamado Compromisso de Rio Branco que tratou de televisão digital; integração energética; integração econômica e comercial na zona de fronteira; interconexão física; facilitação do trânsito nos passos de fronteira; iniciativas conjuntas para o desenvolvimento fronteiriço; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; educação e cultura; e desenvolvimento social.

Celso Amorim realizou, em agosto, visita oficial a Lima, onde manteve reunião com o Chanceler José Antonio García Belaúnde. Ambos examinaram temas da agenda bilateral, com ênfase nas iniciativas de desenvolvimento fronteiriço, e assuntos regionais e multilaterais. Seriam assinados acordos para cooperação técnica nas áreas de eletrificação rural, produção de látex, aquicultura, produção de castanha e combate ao crime organizado. No Comunicado Conjunto, expressaram satisfação com o elevado grau de coincidência e diálogo político, bem como o dinamismo de suas relações bilaterais, particularmente, nos âmbitos de integração física, fronteiriça, energética, econômica e comercial. Examinaram temas relativos a cooperação e integração fronteiriça; integração física; promoção

do comércio e integração econômica; energia; cooperação educativa e cultural; cooperação técnica; e segurança e defesa.

O Presidente Lula efetuou visita oficial ao Peru em dezembro. Durante declaração à imprensa após assinatura de atos, anunciou que desejava no próximo encontro concluir acordo da produção de energia elétrica no Peru para atender as demandas internas tanto do Peru quanto do Brasil. Declarou que o Brasil e Peru podiam dar exemplos na questão da defesa.

9.2.1.10. Equador

Em 15 de janeiro de 2003, tomou posse no Equador o Presidente Lúcio Gutierrez, tendo o Presidente Lula comparecido ao evento[35]. Ao receber, em maio, a visita de Gutierrez, o Presidente Lula anunciou que o BNDES ia aprofundar o exame de dois projetos equatorianos: o de um grande sistema de canais de irrigação e o de estações de tratamento de água potável. Informou também a decisão bilateral de apressar o restabelecimento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos como mecanismo de liquidação das operações comerciais. Expressou o interesse mútuo de restabelecer a conexão aérea direta entre o Brasil e o Equador, no que dizia respeito ao transporte de passageiros. Falou da expectativa de que a PETROBRAS pudesse colaborar mais intensamente na prospecção e na exploração do petróleo equatoriano. Do Comunicado Conjunto à Imprensa, constou, com respeito ao projeto hidrelétrico de San Francisco, que o governo equatoriano ratificava seu interesse em executá-lo e eventualmente concessionar a operação.

O Presidente Gutierrez dirigiu, em 1º de outubro, carta ao Presidente Lula na qual ratificou o compromisso de seu governo executar o projeto da hidrelétrica de San Francisco, a ser construída por empresa brasileira. O Itamaraty esclareceu que a decisão era condição necessária para avançarem os entendimentos para a concessão do crédito de US$ 243 milhões, destinados a financiar exportações brasileiras de bens e serviços, ao amparo do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR). Informou ainda que o empreendimento hidrelétrico corresponderia a 12% da oferta energética do Equador e contribuiria "de forma significativa para a superação do déficit crônico de energia desse país".

O Presidente Lula visitou o Equador em agosto de 2004. Em discurso ao Presidente Gutierrez, declarou que os instrumentos que firmaria revelavam "o novo estágio" das relações bilaterais e mostravam possibilidades nos campos da saúde, da energia, da ciência e tecnologia, e de infraestrutura como um todo. Acrescentou que ambos

tinham importantes parcerias a comemorar, citando nesse sentido o começo das obras da Hidrelétrica San Francisco, com o financiamento de US$ 243 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro. Revelou que a PETROBRAS queria contribuir para que a indústria petrolífera do Equador continuasse sendo um fator de desenvolvimento e de segurança nacional.

As Forças Armadas Equatorianas retiraram, em abril de 2005, seu apoio ao Presidente. Por nota do dia 19, o Itamaraty informou que os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações haviam manifestado a sua preocupação com a crise política que enfrentava o Equador e haviam feito um apelo a que "os Poderes do Estado, em conjunto com a sociedade civil e a classe política equatorianas", empreendessem "esforços para conciliar suas posições, com vistas à busca de uma solução, por meio de um diálogo franco" que conduzisse "a um consenso nacional, respeitando a institucionalidade e a ordem democráticas constituídas", tal como o consagrava a Carta Democrática Interamericana. Acrescentou a nota que os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações haviam reiterado, igualmente, que "o respeito aos Governos eleitos pela vontade popular e ao estado de direito" eram fundamentais para manter a estabilidade, a paz e para se alcançar o desenvolvimento dos países-membros.

O Vice-Presidente Alfredo Palacio assumiu a Presidência para completar o mandato presidencial até as eleições do ano seguinte[36]. Por nota do dia 20, o governo brasileiro informou que acompanhava com preocupação a crise política no Equador que levara à decisão, tomada naquele dia, em sessão especial de legisladores, de declarar vacante o cargo de Presidente da República e de empossar no cargo o Vice-Presidente Alfredo Palacio. Acrescentou que o Brasil reiterava o apelo às forças políticas equatorianas no sentido de conciliar suas posições em torno de solução constitucional que assegure a restauração da normalidade institucional, da estabilidade interna e da paz social para todos os equatorianos, com respeito aos direitos humanos. Por nova nota no mesmo dia 20, o Itamaraty informou que o o ex-Presidente Lúcio Gutierrez encontrava-se na Embaixada do Brasil em Quito, onde solicitara asilo diplomático e que estava tomando as providências cabíveis para sua concessão.

Os países da CASA reiteraram, por comunicado do dia 21 de abril de 2005, sua "profunda preocupação com a sucessiva deterioração da constitucionalidade e institucionalidade democrática no Equador", que culminara "com o afastamento do ex-Presidente Lúcio Gutierrez de

suas funções". Informaram que enviariam uma missão constituída pelos Chanceleres da troica da Comunidade (Peru, Brasil e Bolívia), à qual juntar-se-ia a Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio (Argentina), "para dialogar com as forças políticas equatorianas e colaborar na construção de um clima de entendimento" que levasse "à plena normalização e institucionalização do quadro político-jurídico e à paz social para todos os equatorianos".

Em visita ao Equador, em 1º de maio, Celso Amorim foi entrevistado sobre a concessão do asilo. Afirmou que conceder asilo político não era uma manifestação de simpatia, mas uma obrigação que emanava das convenções internacionais. Disse que do ponto de vista jurídico, o Brasil não poderia ter negado o asilo porque não havia acusações ou um julgamento em andamento. Negou que a concessão do asilo não fora um apoio a Gutierrez e a prova era que ali estava para falar com o governo de Alfredo Palacio. Por nota de 6 de junho, o Itamaraty informou que Lúcio Gutierrez comunicara ao Ministério da Justiça que renunciara ao *status* de asilado. Acrescentou a nota que se tratava de decisão pessoal sobre a qual o governo brasileiro não tinha o que opinar. Informou que Lúcio Gutierrez estava livre para deixar o Brasil no momento em que desejasse, nada impedindo que retornasse ao país, em qualquer tempo, na condição de turista.

Em janeiro de 2007, Rafael Correa sucedeu Alfredo Palacio como Presidente do Equador, comprometendo-se a convocar uma Assembleia Constituinte e concentrar as ações de seu governo no combate à pobreza. Seria o oitavo Presidente eleito em dez anos, tendo sido dois de seus antecessores destituídos após conflitos políticos (Mahuad e Gutierrez). Em entrevista coletiva por ocasião da visita do Presidente Lula para as cerimônias de posse, Celso Amorim afirmou que a relação com o Equador estava muito boa, mas ressaltou que com um governo mais permanente haveria uma perspectiva mais ampla. Ressaltou a aprovação de financiamento para projeto de ponte sobre o Rio Esmeralda.

9.2.1.10.1. Questionamento equatoriano de financiamento brasileiro

Em junho, foi inaugurada a central San Francisco, com uma potência prevista de 230 megawatts e com capacidade de abastecer 12% de energia do Equador, qua havia sido construída pelo Consórcio Odebrecht – Alstom – Vatech (empresas europeias). Correa questionou uma divida financiado pelo BNDES para a construção daquela obra. Colocou em questão o fato

de ter o empréstimo sido concedido diretamente à construtora brasileira Odebrecht, mas "legalmente" ter constado como sendo uma dívida do Equador com o Brasil.

O Itamaraty informou, por nota de outubro, que, por determinação do Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim instruíra o Embaixador no Equador, Antonino Marques Porto e Santos, a entrar em contato com a Chanceler equatoriana para transmitir-lhe que "em face dos últimos desdobramentos envolvendo empresas brasileiras naquele país, que contrastam com as expectativas de uma solução favorável quando do recente encontro entre os dois Presidentes em Manaus, o governo brasileiro decidiu postergar *sine die* a ida ao Equador de uma missão chefiada pelo Ministro dos Transportes, programada para o próximo dia 15". A missão iria discutir temas ligados ao apoio brasileiro a obras de infraestrutura viária.

Por nova nota, informou que recebia com séria preocupação a notícia da decisão do governo equatoriano de impetrar juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) com vistas a suspender o pagamento da dívida junto ao BNDES relativa ao financiamento da construção da Hidrelétrica San Francisco. Acrescentou que a decisão do governo equatoriano fora anunciada em evento público sem prévia consulta ou notificação ao governo brasileiro. Acrescentou que o BNDES se pronunciaria sobre as alegações feitas pelo governo equatoriano relativas ao contrato de financiamento. Considerou que a natureza e a forma de adoção das medidas tomadas pelo governo equatoriano não se coadunavam com o espírito de diálogo, de amizade e de cooperação que caracterizava as relações entre o Brasil e o Equador. Concluiu que o Ministro Celso Amorim chamara o Embaixador do Brasil no Equador para consultas.

Em janeiro de 2009, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera do Equador, no âmbito do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI, o valor referente às parcelas vencidas em dezembro do financiamento do BNDES para a construção da Hidrelétrica de San Francisco. Acrescentou que o Embaixador Antonino Marques Porto deveria retornar ao Equador e que o governo brasileiro continuaria a acompanhar com atenção a evolução de suas relações econômicas e financeiras com o Equador. As relações voltaram ao normal e, em agosto, o Itamaraty informou que o Ministro de Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador, Fander Falconí Benítez, visitaria Brasília, ocasião em que manteria encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim.

Em setembro, alguns militares bloquearam estradas, ocuparam o Parlamento nacional e aeroportos de Quito e de Guaiaquil, bem como estação de televisão, no que chamaram de greve contra lei que teria reduzido seus vencimentos. O Presidente Rafael Correa dirigiu-se ao quartel policial em Quito onde, ao ser mal recebido, proferiu discurso duro em que acusou policiais de traição e desafiou-os a matarem-no. Saiu à rua em meio a tumultos e gás lacrimogêneo e foi escoltado até um hospital próximo que foi cercado de policiais que impediam sua saída. Do hospital, declarou estado de emergência no país e disse que estava havendo um golpe de Estado. Numeroso grupo de civis juntou-se próximo ao hospital para expressar apoio ao Presidente. Após escaramuças entre policiais leais ao governo e rebeldes, Correa pôde finalmente deixar o hospital após dez horas de retenção.

O episódio causaria reação regional. Os Chanceleres de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; os Vice-Chanceleres do Brasil e do Paraguai; o representante da Chanceler da Guiana; e o representante do Secretário-Geral da UNASUL deslocaram-se a Quito, em cumprimento ao disposto pelos Chefes de Estado e de governo da UNASUL na Reunião Extraordinária realizada em Buenos Aires. Reuniram-se com Rafael Correa para expressar-lhe "o respaldo da região, assim como o forte compromisso pela preservação da democracia, do estado de direito, da ordem constitucional, da paz social e do irrestrito respeito aos direitos humanos". Entregaram uma cópia da Declaração de Buenos Aires e destacaram a decisão dos Presidentes da UNASUL de adotar medidas concretas e imediatas contra países em que ocorressem casos de ruptura da ordem constitucional. Correa agradeceu o respaldo imediato e incondicional dos mandatários da UNASUL, bem como subscreveu todo o conteúdo da Declaração de Buenos Aires.

9.2.1.11. Guiana

Em fevereiro de 2003, foi assinado pelo Chanceler Celso Amorim e pelo Ministro do Comércio Exterior e Cooperação Internacional da Guiana, Clement Rohee, um Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas. O Ministro Celso Amorim visitou a Guiana, em julho, quando da primeira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. Naquele mês, o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, visitou o Brasil e conversou com o Presidente Lula sobre formas de retomar a construção da ponte sobre o rio Tacutu, entre Bonfim e Lethem que constituiria o término da conexão terrestre entre os dois países.

O Presidente Lula visitou a Guiana em fevereiro de 2005. Em discurso na sessão especial da Assembleia Nacional da Guiana, afirmou que um dos principais temas da agenda bilateral era a interconexão viária entre a capital de Roraima e Georgetown. Anunciou desejo do governo brasileiro de reiniciar a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu. Mostrou também a disposição de organizar amplo esquema de cooperação com os países da CARICOM e especialmente com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucroalcooleiro. Do Comunicado Conjunto, constou que, a pedido do Presidente Jagdeo, o Presidente Lula indicara que o Brasil deveria enviar à Guiana uma missão da PETROBRAS para buscar possibilidades de operações conjuntas em exploração de gás e óleo na plataforma continental.

O Presidente Lula e o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, manteriam encontro de trabalho em setembro em Bonfim (Roraima), por ocasião da inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países. A Ponte estabeleceu ligação física direta entre o Brasil e a Guiana e constituiu a etapa inicial do projeto de interconexão rodoviária, que deveria ser completado com a pavimentação da estrada Lethem-Linden, na Guiana, que permitiria ligação, por via terrestre, entre Manaus, Boa Vista e Georgetown, no Mar do Caribe. No encontro deveriam ser assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo em Matéria de Defesa; Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (vistos de negócio); Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento; Memorando para a Criação do Comitê de Fronteira; Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto "Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil – Guiana"; e Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto "Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana". No discurso que proferiu durante a cerimônia de inauguração da ponte, o Presidente Lula salientou que se tratava da primeira ligação física entre os dois países. Anunciou que a pavimentação da estrada Lethem-Lindem seria o próximo desafio. O Presidente Jagdeo expressou reconhecimento pelo apoio prestado na conclusão do projeto da Ponte sobre o Rio Tacutu.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, seria recebida pelo Ministro Celso Amorim no Rio de Janeiro, em outubro de 2008. Ao anunciar o encontro, o Itamaraty informou que seria a primeira reunião bilateral com a homóloga guianense, que assumira o cargo em abril daquele ano. Seriam tratados, sobretudo, temas relacionados à melhoria de infraestrutura de transportes entre os dois países. Também seriam examinadas formas de aprofundar a cooperação

nos setores educacional, agrícola e ambiental. Durante o encontro, os dois Ministros expressaram sua satisfação com os expressivos avanços na construção da Ponte sobre o Rio Tacutu, conectando Lethem, na Guiana, a Bonfim, no estado brasileiro de Roraima. Os Ministros ressaltaram a conveniência de estabelecer um Vice-Consulado do Brasil em Lethem, para o qual já haviam sido tomadas as medidas legais necessárias (decreto brasileiro do ano anterior já o criara).

O Presidente Bharrat Jagdeo visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal.

9.2.1.12. Suriname

O Presidente do Suriname, Ronald Venetiaan, visitou o Brasil em julho de 2003. Do Comunicado Conjunto sobre o encontro, constou que o governo brasileiro estava plenamente disposto a cooperar com o governo surinamense na implementação de políticas eficazes de saúde, educação e de promoção social. De sua parte, o governo do Suriname expressou desejo de integrar-se progressivamente à América do Sul. Foi determinado o exame de projetos concretos que facilitassem a ligação viária entre os dois países. Ficou o governo do Suriname de identificar, entre outros, projetos nas áreas de energia e exploração mineral a serem considerados para financiamento pelo BNDES, e, com a mesma finalidade, decidiu-se que seria examinado o estabelecimento de uma linha de navegação regular entre Brasil e Suriname. Do Comunicado Conjunto, constaram declarações do Presidente Lula de que três assuntos importantes haviam feito parte da pauta dos encontros: (a) a questão dos brasileiros no Suriname, que já somavam quase 40 mil; (b) a questão da renegociação da dívida externa do Suriname; e (c) a questão da compra, pelo Brasil, do arroz produzido no Suriname.

O Presidente Lula visitou o Suriname em fevereiro de 2005 e, na qualidade de convidado, participou do Encontro dos Chefes de governo da CARICOM. Da declaração conjunta com o Presidente Venatiaan, constou que os dois líderes haviam sublinhado, com satisfação, a iniciativa brasileira de enviar ao Suriname missão conjunta da ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para examinar possibilidades de cooperação técnica. Três acordos foram concluídos: "Acordo sobre Assistência Jurídica em Matéria Penal", "Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas" e "Ajuste

Complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória". Foi também assinado Protocolo de Intenções entre os dois países no campo da saúde, voltado a dar "uma dimensão nova ao combate contra doenças tropicais e HIV/AIDS".

Em 2005, Ronald Venetiaan foi reeleito. Em maio do ano seguinte, o Presidente Lula enviou-lhe carta pela qual transmitiu a solidariedade do povo brasileiro pelo difícil momento que atravessava aquele país, em decorrência das fortes chuvas que tinham "atingido de forma inclemente a parte norte da América do Sul, deixando milhares de pessoas ao desabrigo". Segundo nota do Itamaraty, o governo brasileiro disponibilizou helicóptero do Exército brasileiro para auxiliar no transporte de assistência humanitária às regiões mais longínquas. Além disso, enviou avião da Força Aérea Brasileira com 10 mil frascos de hipoclorito (suficientes para atender às necessidades de cerca de 20 mil pessoas, durante um mês), bem como 6 kits de farmácia básica e 6 mil pastilhas de quinina para malária, provenientes dos estoques do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2009, o Itamaraty informou que a Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk, realizaria visita oficial ao Brasil. Seria recebida pelo Ministro Celso Amorim, com quem trataria de temas da agenda bilateral, com ênfase em infraestrutura, transportes aéreos e marítimos, e questões migratórias. Dentre os projetos conjuntos, destacar-se-iam as iniciativas de cooperação técnica, com previsão de assinatura de 10 Ajustes Complementares durante a visita.

9.2.2. América Central

Tal como ocorrido com outras regiões latino-americanas, durante o governo Lula, ampliaram-se os contatos bilaterais e a cooperação também com os países da América Central. Essa aproximação seria resumida por Celso Amorim em discurso na abertura das celebrações do Centenário das Relações Diplomáticas do Brasil com os países da América Central, realizadas em Brasília, em novembro de 2007. Lembrou que já estivera nos seis países centro-americanos durante o governo Lula. Notou que, nos cinco anos anteriores, o Presidente Lula estivera em quatro dos países centro-americanos. Acrescentou que, naquele mesmo período, o Brasil havia recebido oito visitas presidenciais de países daquela região. Sublinhou que, de 2002 até então, o volume do comércio do Brasil com o conjunto dos seis países havia triplicado, chegando a mais de US$ 1,6 bilhão. Destacou ter a

Agência Brasileira de Cooperação executado mais de 40 projetos no período. Ressaltou ainda que o BNDES e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica tinham contribuído com financiamentos e linhas de crédito para empreendimentos na região, onde já se haviam estabelecido algumas grandes empresas brasileiras. O único país com o qual surgiriam dificuldades diplomáticas seria Honduras.

No governo Lula, seriam criados dois postos na América Central: a embaixada em Belmopan (Belize) e o Consulado Geral na Cidade do México.

9.2.2.1. Honduras

O Presidente de Honduras, Ricardo Maduro, realizou visita de trabalho a Brasília em 4 de maio de 2005. Segundo Comunicado Conjunto, o visitante ressaltou o interesse do governo de Honduras em receber cooperação técnica relativa à produção e utilização de biocombustíveis como substitutos dos derivados de petróleo, assim como para mistura à gasolina. O Presidente Lula indicou que dedicaria especial atenção ao pleito hondurenho. Sublinhou o interesse do Brasil em iniciar negociações de Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e a União Aduaneira do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). O Presidente Maduro mostrou-se de acordo com a aproximação SICA – Mercosul e comprometeu-se a gerir, junto aos demais países centro-americanos, satisfatório encaminhamento do referido Programa de Trabalho.

As eleições presidenciais, realizadas em novembro, foram vencidas por Manuel Zelaya, do Partido Liberal de Honduras, ficando em segundo lugar Porfirio Lobo, do Partido Nacional de Honduras, que contestou os resultados até dezembro, quando a contagem dos votos foi finalmente aceita.

Em abril de 2006, Zelaya visitou o Brasil para participar da Assembleia Geral do BID, ocasião em que manteve encontro de trabalho com o Presidente Lula. Dentre outros temas, seria discutido o incremento da cooperação técnica nas áreas de produção e uso de etanol combustível.

O Presidente Lula realizou, em agosto de 2007, visita de Estado a Honduras, durante a qual foram firmados acordos na área de biocombustíveis, consultas políticas, cooperação entre academias diplomáticas, assistência jurídica mútua em matéria penal, agricultura (produção agropecuária), recursos hídricos e saúde pública (bancos de leite humano). Acordou-se também que o governo brasileiro instituiria

Leitorado de Português na Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH). Em declaração à imprensa, o Presidente Lula ressaltou ser o primeiro Presidente brasileiro a visitar Honduras. Notou que Brasil e Honduras partilhavam a mesma determinação em aproximar o Sistema de Integração Centro-Americano e o Mercosul. Referiu-se ao "empenho do Brasil em ajudar a equacionar a dívida de Honduras junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento". Deu três exemplos da cooperação bilateral: o incentivo à cooperação em biocombustíveis; a cooperação empresarial; e o relançamento do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

O Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Milton Jiménez Puerto, realizaria visita de trabalho ao Brasil em janeiro de 2008. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, entre os principais temas a serem discutidos, estavam a cooperação no setor energético, notadamente no campo dos biocombustíveis; a ampliação do intercâmbio bilateral, mediante o estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura em Honduras; a intensificação das negociações comerciais com vistas à celebração de um acordo de livre-comércio Mercosul – SICA no mais breve prazo possível; e o fortalecimento do sistema da ONU e a reforma da Organização, em particular de seu CSNU.

9.2.2.1.1. Crise política

Em novembro, Zelaya anunciou sua intenção de instalar, nos postos eleitorais, uma quarta urna (além das três destinadas à eleição presidencial, do Congresso e municipais) para um referendo com proposta de alteração da Constituição (que não permitia sua reeleição). Em fevereiro de 2009, em ato público para exposição de tratores recebidos da Venezuela, Zelaya confirmou sua proposta de criar uma quarta urna. No mês seguinte, emitiu decreto que determinou ao Instituto Nacional de Estatística que fizesse uma pesquisa de opinião pública sobre seu projeto de criar uma Assembleia Constituinte. O Presidente do Congresso, Roberto Micheletti, declarou que a Constituição proibia a utilização de plebiscito e referendo para alterar artigos "pétreos" os quais diriam respeito, entre outros aspectos, ao período presidencial e à proibição de novo mandato presidencial para quem já tivesse exercido o cargo.

A Ministra das Relações Exteriores de Honduras, Patrícia Isabel Rodas, realizaria visita ao Brasil em maio. Sobre a visita, o Itamaraty informou que, na oportunidade, com o Ministro Amorim seriam

examinados temas da agenda bilateral, tais como cooperação técnica, infraestrutura, ajuda humanitária e a visita que o Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya, deveria fazer ao Brasil no segundo semestre.

Naquele mês, um tribunal administrativo declarou que o plano de Zelaya para um referendo era ilegal. A partir de então, desenvolver-se-ia, durante todo o mês de junho, uma crise política, sucedem-se os fatos rapidamente:

- No dia 3, o Congresso aprovou decisão que determinava que Zelaya corrigisse sua conduta administrativa;

- No dia 23, em novo ato público, cerca de 120 mil pessoas manifestaram-se a favor da Constituição e contra os planos do Presidente. O Congresso Nacional aprovou lei que proibiu referendos e plebiscitos em prazo inferior a 180 dias antes da eleição, o que tornou ilegal a pesquisa de opinião pública prevista para cinco dias depois;

- No dia 24, realizou-se nova marcha em protesto contra os planos governamentais. Naquela dia, Zelaya determinou que os militares (responsáveis pela organização das eleições) desempenhassem tais funções para a realização do referendo, mas o General Romeo Vázquez Velásquez alegando a decisão sobre a ilegalidade do referendo, recusou-se a cumprir ordem de distribuir material eleitoral a ser trazido da Venezuela. Zelaya destituiu-o do cargo;

- No dia 25, em solidariedade ao General Vázquez Velásquez, os Ministros militares renunciaram a seus cargos. Houve conflitos entre manifestantes pró e contra Zelaya. O Presidente emitiu novo decreto instruindo órgãos públicos a realizarem a pesquisa de opinião sobre a convocação de Assembleia Constituinte. No mesmo dia, avião venezuelano aterrissou em Honduras trazendo material eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral imediatamente determinou o confisco de tal material e a ala constitucional da Suprema Corte julgou que o General Vázquez Velásquez devia ser reintegrado em seu cargo. Ainda no mesmo dia, Zelaya apreendeu o material eleitoral vindo da Venezuela, recolhendo-o no palácio presidencial;

- No dia 26, um juiz da Suprema Corte emitiu ordem, com base em pedido do Procurador Geral, de deter Zelaya sob 18 acusações, inclusive, traição, abuso de autoridade e usurpação de poder com relação à pesquisa de opinião pública; e

> - No dia 27, o SGNU, Ban Ki-moon exortou contenção por parte de todos os contendores.

9.2.2.1.2. Golpe de Estado

Na madrugada do domingo, dia 28 de junho, cerca de cem soldados entraram no palácio presidencial, levaram Zelaya e colocaram-no em avião com destino à Costa Rica. O Congresso Nacional aprovou aceitação de carta de renúncia de Zelaya (que este afirmaria ter sido falsificada); reprovou violações que teria cometido contra a Constituição, leis e decisões judiciais; determinou sua destituição do cargo de Presidente; e nomeou Roberto Micheletti, Presidente do Congresso, para completar o mandato presidencial a vencer seis meses depois. Manifestantes pró-Zelaya deram início a protestos em frente ao palácio presidencial, logo passando seu número de centenas para milhares. Os protestos prosseguiram na segunda-feira, dia 29, e Zelaya declarou na Nicarágua que retornaria a Tegucigalpa.

Por nota do próprio dia 28, o governo brasileiro condenou "de forma veemente a ação militar" que resultara na retirada do Presidente Zelaya, do Palácio Presidencial, naquela data e sua condução para fora do país. Afirmou a nota que "ações militares desse tipo configuram atentado à democracia e não condizem com o desenvolvimento político da região". Acrescentou que "eventuais questões de ordem constitucional devem ser resolvidas de forma pacífica, pelo diálogo e no marco da institucionalidade democrática". Por fim, o governo brasileiro solidarizou-se com o povo hondurenho e conclamou a que o Presidente Zelaya fosse "imediata e incondicionalmente reposto em suas funções".

Após a destituição de Zelaya, os eventos continuariam a se suceder, diariamente, entre protestos, reações externas, buscas de intermediação para a crise e tentativas de retorno por parte do deposto:

> - No dia 30, a AGNU aprovou resolução que pediu a restituição de Zelaya ao poder. Presente na reunião, Zelaya prometeu não buscar outro mandato como Presidente;
>
> - Em 1° de julho, a OEA aprovou resolução que condenou veementemente a destituição de Zelaya e concedeu a Honduras três dias para reintegrá-lo na Presidência;

- No dia 3, a Corte Suprema de Honduras informou o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, de que havia uma ordem de prisão contra Zelaya;

- No sábado, dia 4 de julho, menos de uma semana da deposição de Zelaya, a OEA suspendeu Honduras da organização em razão da recusa em retorná-lo ao poder;

- No dia 5, Zelaya tentou retornar a Honduras por avião, sendo impossibilitado de alcançar seu objetivo por ter o governo dirigido por Micheletti impedido o pouso;

- Dois dias depois de sua tentativa fracassada de reingresso ao país, Zelaya foi recebido em Washington pela Secretária de Estado Hillary Clinton, que, após o encontro, anunciou a suspensão de ajuda econômica e militar a Honduras;

- No dia 9, o Presidente da Costa Rica, Oscar Árias, recebeu separadamente em seu gabinete, Zelaya e Micheletti. Após a partida dos dois, suas respectivas delegações continuaram negociações com Árias nos dias que se seguiram;

- No dia 11, Zelaya viajou a Washington para encontrar-se com Insulza na OEA;

- No dia 16, Oscar Árias expôs ideias para uma solução da crise pela qual Micheletti retornaria o poder a Zelaya que concederia anistia aos revoltosos, mas desistiria da quarta urna;

- No dia 18, Árias expôs seu plano incluindo vários outros pontos, no total de sete. Zelaya anunciou que aceitava o plano, mas Micheletti o recusou. Contrapôs plano que iniciava com o retorno de Zelaya a Honduras para exercer seu direito de defesa judicial nos processos que deviam julgar as acusações contra ele levantadas. Oscar Árias pediu prazo de 72 horas para buscar um acordo;

- No dia 24, Zelaya novamente tentou reingressar em território hondurenho, desta vez por terra, pela fronteira da Nicarágua. Permaneceu apenas 30 minutos no solo de seu país. A Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton declarou que a ação de Zelaya fora arriscada e não contribuíra para restaurar a democracia e a ordem constitucional no país. No mesmo dia, o Mercosul declarou que não reconheceria os resultados de eleições previstas para novembro ou qualquer outra organizada pelo governo dirigido por Micheletti;

> - No dia 26, Zelaya criticou os EUA por não tomarem posição clara com relação ao golpe de Estado. No dia 10 de agosto, a UNASUL também juntou-se ao Mercosul para em declaração de não reconhecimento dos resultados das eleições organizadas enquanto Micheletti permanecesse no poder; e
>
> - Em 11 de agosto, uma delegação da OEA foi impedida de entrar em Honduras. Prosseguiram protestos, conflitos, discussões e situação de insegurança no país. Aumentaram também acusações de violações de direitos humanos por parte do governo conduzido por Micheletti e de ligações dos pró-Zelaya por parte de Venezuela, Cuba e Nicarágua.

No dia 12, Zelaya visitou o Brasil e manteve encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o recebeu como Chefe de Estado e discutiu a situação em Honduras. Na ocasião, ao reiterar sua mais veemente condenação ao golpe de 28 de junho de 2009, o governo brasileiro instou a que o Presidente Zelaya fosse restituído em suas funções de modo incondicional e no mais breve prazo possível. Recordou, ainda, seu apoio às resoluções da OEA e às declarações do Mercosul, da UNASUL e do Grupo do Rio, na perspectiva de um retorno pacífico e imediato do Presidente Zelaya. No dia 24, em avião dos EUA, o SG da OEA, Insulza, viajou a Honduras com sete Ministros do Exterior com o intuito de convencer o governo dirigido por Micheletti a aceitar uma proposta de reintegrar Zelaya no poder. Em 3 de setembro, o Departamento de Estado dos EUA declarou que, naquele momento, os EUA não poderiam apoiar o resultado das eleições marcadas para 29 de novembro.

Por nota à imprensa do mesmo dia, o Itamaraty informou que, tendo em vista a situação interna de Honduras, decorrente do golpe de Estado, o governo brasileiro decidira suspender temporariamente a vigência do "Acordo para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço" e do "Acordo Sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns", assinados pelos Governos do Brasil e de Honduras. Informou que a decisão brasileira baseava-se nas resoluções da OEA e da ONU no sentido de não reconhecer o governo "de fato" instalado naquele país centro-americano e de promover a imediata restituição do Presidente José Manuel Zelaya às funções para as quais fora eleito pelo povo hondurenho.

9.2.2.1.3. Asilo na embaixada brasileira

Em 21 de setembro, Zelaya, acompanhado de sua mulher, retornou a Honduras em segredo e asilou-se na embaixada do Brasil. Declarou que viajara através das montanhas por 15 horas, por estradas secundárias de modo a evitar controles de fronteira. Afirmou que voltara para restaurar a democracia e pedir o diálogo. Milhares de pessoas que o apoiavam cercaram a embaixada, mas o governo dirigido por Micheletti impôs toque de recolher para evitar a aglomeração e, no dia seguinte, anunciou a suspensão de direitos constitucionais por 45 dias. A área da embaixada seria cercada e a eletricidade seria cortada.

Em entrevista coletiva concedida em Nova York, no dia 23, o Presidente Lula declarou que Zelaya fora à Embaixada brasileira, querendo o governo brasileiro que ele lá permanecesse com garantias. Expressou esperança que os golpistas não fizessem nada com a Embaixada brasileira contrariamente a convenções internacionais. Afirmou desconhecer se Zelaya estava convocando comício. Noutra entrevista, em resposta a perguntas sobre como teria sido a operação que levara Zelaya de volta a Honduras, o Presidente Lula respondeu que não via pecado ou crime político no fato de um Presidente eleito democraticamente voltando ao seu país. Declarou que o Brasil faria tudo a seu alcance para que voltasse ao cargo para o qual fora eleito democraticamente. Acrescentou que, se a eleição fosse feita sob a coordenação de quem dera o golpe, não seria reconhecida na maior parte do mundo.

Em nota do mesmo dia, a UNASUL pediu respeito à imunidade diplomática da Embaixada brasileira em Tegucigalpa e protestou energicamente pela privação de serviços básicos; condenou atos violentos "perpetrados pelo governo de facto nas imediações" daquela sede diplomática; e, por fim, apoiou o pedido brasileiro de convocação de reunião do CSNU para tratar da segurança de Zelaya e da integridade física da embaixada do Brasil.

Em discurso que proferiu no CSNU no dia 25, o Ministro Celso Amorim declarou que:

> - O Presidente Zelaya chegara à Embaixada de maneira pacífica e por seus próprios meios.
>
> - Desde o dia em que abrigou o Presidente Zelaya em suas instalações, a Embaixada brasileira tinha estado cercada. Tinha sido submetida a atos de assédio e intimidação pelas autoridades de facto. O fornecimento de água e eletricidade fora interrompido e as linhas de telefone haviam sido cortadas.

As comunicações por meio de telefones celulares haviam sido bloqueadas. Equipamentos que emitiam sons perturbadores haviam sido instalados em frente à Embaixada. O acesso a alimentos fora severamente restringido. A circulação de veículos oficiais da Embaixada fora impedida. O Encarregado de Negócios do Brasil tinha estado, na prática, proibido de deslocar-se da Chancelaria para sua residência, uma vez que a polícia informara que qualquer pessoa que deixasse as instalações da Embaixada a ela não poderia retornar. Fora o que acontecera com a esposa do Encarregado de Negócios do Brasil, que deixou o prédio da Embaixada e não fora autorizada a voltar. Concluiu que tais medidas tomadas pelas autoridades de facto claramente violavam as obrigações decorrentes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas;

- Expressou a preocupação do governo brasileiro com a possibilidade de que os mesmos indivíduos que haviam perpetrado o golpe de Estado em Honduras viessem a ameaçar a inviolabilidade da Embaixada para prender o Presidente Zelaya a força. Afirmou que isso não era uma mera suspeita, tendo sido recebidos indícios concretos sobre essa possibilidade. (envio à Embaixada um oficial de justiça munido de um mandado de busca; mudança do tratamento formal concedido à Embaixada, o qual parecia implicar que esta teria deixado de gozar do *status* diplomático; declarações públicas de igual teor, o governo de facto enviou uma comunicação diretamente ao Ministério das Relações Exteriores na qual se referia à Embaixada como "uma das instalações que o governo brasileiro ainda mantém em Tegucigalpa"; comunicado público que negava a responsabilidade pela segurança do Presidente Zelaya e por danos a propriedades no bairro em que se encontra a Embaixada). Considerou que tais atos violavam totalmente a Convenção de Viena e, mais imediatamente, a recente decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela qual o governo de facto de Honduras não poderia ameaçar a segurança do Presidente Zelaya e de todos aqueles abrigados na Embaixada do Brasil;

- Declarou que era imperativo que o governo *de facto* de Honduras respeitasse e cumprisse plenamente a Convenção de Viena no que se referia à Embaixada do Brasil, em particular sua inviolabilidade e a segurança de seu pessoal e das pessoas que se encontravam nas instalações daquela Embaixada. Anunciou que o Brasil rejeitava categoricamente todas as ameaças contra sua Embaixada e a segurança do Presidente Zelaya e aqueles sob sua proteção. Expressou entendimento de que, ao convocar esta sessão, o CSNU reconhecera que a situação da Embaixada do Brasil em Honduras constituía uma ameaça à paz e à segurança da região. Declarou que qualquer ação contra a Embaixada

> do Brasil, seu pessoal ou as pessoas sob sua proteção seria considerada uma violação flagrante da segurança;
>
> - Concluiu que um pronunciamento claro do Conselho serviria certamente como um fator de dissuasão contra o agravamento da crise. Também constituiria sinal de apoio aos esforços diplomáticos da comunidade internacional em favor da restauração pronta e pacífica do Presidente Zelaya ao poder. Expressou esperança de que aquela sessão fosse devidamente entendida em Honduras como um sinal de que atos de desrespeito contra a Embaixada do Brasil deviam cessar imediatamente.

O CSNU defendeu a inviolabilidade da embaixada brasileira e pediu ao governo *de facto* que fornecesse à embaixada todos os serviços necessários, inclusive água, eletricidade, alimentos e continuidade das comunicações.

Em entrevista coletiva concedida no dia 25, o Presidente Lula recusou-se a comentar declarações do governo *de facto* de Honduras. Declarou que Zelaya poderia ficar na embaixada do Brasil enquanto fosse necessário dar-lhe segurança. Noutra entrevista, declarou que o governo brasileiro não acatava o ultimato de um golpista, e nem o reconhecia como governo interino.

A OEA anunciou, no dia 30 de outubro, que representantes de Zelaya e de Micheletti haviam alcançado um acordo pelo qual o Congresso Nacional decidiria sobre o retorno do primeiro à Presidência. No mesmo dia, o governo brasileiro emitiu nota na qual expressou satisfação com a notícia do acordo alcançado.

No dia 3 de novembro, o Presidente do Congresso Nacional, José Alfredo Saavedra, convocou uma reunião de seu Conselho Executivo para examinar os termos dos acordos. Este decidiu ouvir diversas autoridades (Corte Suprema, Comissariado Nacional de Direitos Humanos, Procuradoria-Geral e Ministério Público), o que foi considerada uma tática dilatória. Quando Micheletti anunciou que havia formado governo de unidade nacional, sem consulta a Zelaya, este declarou, em 6 de novembro, que o acordo estava morto.

Panamá, Costa Rica e os EUA indicaram que apoiariam o resultado das eleições. Dias depois também Israel, Itália, Colômbia, Peru, Alemanha e Japão anunciaram sua intenção de reconhecer seus resultados. Por outro lado, o governo da Espanha considerou o governo de unidade formado por Micheletti como uma continuação do golpe. Por seu turno, no dia 14, Zelaya declarou que não aceitaria qualquer acordo para reassumir se este

fosse condicionado ao reconhecimento das eleições. Finalmente, no dia 17, o líder do Congresso, Jose Alfredo Saavedra, afirmou que o legislativo não decidiria sobre a retomada do poder por Zelaya até que se realizassem as eleições. No dia 26, a Corte Suprem recomendou ao Congresso que votasse contra a restauração de Zelaya no poder.

9.2.2.1.4. Eleições

No dia 29, apesar de vários países anunciarem que não reconheceriam seus resultados, realizaram-se as eleições. Porfirio Lobo obteve a maioria dos votos. No dia seguinte, a Colômbia anunciou o reconhecimento do resultado, tal como o fariam Panamá e Costa Rica. Constituiriam anúncios isolados na região, uma vez que a maioria dos demais países, que se encontravam reunidos em Cúpula Ibero-americana, tomara posição oposta. Assim, atuaram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Espanha, Uruguai e Venezuela. Em entrevista coletiva após o encontro, o Presidente Lula negou peremptoriamente a possibilidade do Brasil reconhecer a eleição de Porfirio Lobo.

No dia 2 de dezembro, o Congresso hondurenho decidiu sobre a volta de Zelaya ao poder: 111 parlamentares votaram contra seu retorno e apenas 14 a favor. Em declarações concedidas na embaixada do Brasil, antes dos resultados, Zelaya declarou que não voltaria ao poder por apenas dois meses. No dia 20, o Presidente eleito Porfírio Lobo entrou em acordo com a República Dominicana para que Zelaya fosse transportado em segurança para aquele país. No dia seguinte, este apoiou o acordo, qualificando-o de bom gesto por parte de Lobo.

No dia 27 de janeiro de 2010, Porfirio Lobo tomou posse como Presidente de Honduras. Em agosto, Lobo incumbiu o diplomata Jorge Arturo Reina de buscar o reconhecimento de seu governo junto a países da UNASUL[37].

9.2.2.2. Guatemala

O Ministro Celso Amorim realizou visita à Guatemala em abril de 2004. Em agosto, foi anunciado que o Ministro do Exterior daquele país, Briz Abularach, realizaria visita oficial a Brasília. Dentre os assuntos constantes da agenda, destacavam-se comércio bilateral, negociações comerciais, cooperação internacional no combate à pobreza, fortalecimento do multilateralismo e panorama político regional e internacional.

O Presidente Lula visitou a Guatemala a convite do Presidente Oscar Berger, em setembro de 2005. Da Declaração Conjunta emitida ao final da visita, constaram diversas formas de cooperação bilateral inclusive na área militar. Foram assinados protocolos sobre cooperação na produção e uso do etanol combustível. Ambos os países expressaram sua satisfação pelo resultado de arbitragem apresentada pela Guatemala, Brasil e outros países latino-americanos, que estabelecera que a reconsolidação prevista pela UE para as bananas não cumpria com o propósito de manter pelo menos o acesso total da banana latino-americana ao mercado europeu.

Em março de 2006, o Presidente Oscar Berger realizou visita de trabalho ao Brasil. Seria dado seguimento às conversações com vistas à transferência da tecnologia brasileira na utilização de biocombustíveis em transportes e para a produção de energia, em particular do etanol, e à implementação de uma agenda comum latino-americana para erradicar a fome e a pobreza extrema na região. Da agenda de conversações constaria, ademais, uma troca de impressões sobre os temas de maior interesse da atualidade regional e internacional. Seria assinado acordo sobre cooperação no domínio da Defesa. Por ocasião da visita, em declaração à imprensa, o Presidente Lula observou que o intercâmbio comercial entre a Guatemala e o Brasil havia crescido muito, tendo chegado a US$ 335 milhões, ressaltando-se que as exportações da Guatemala para o Brasil haviam quadruplicado.

Álvaro Colom, de partido de centro-esquerda, venceu as eleições presidenciais realizadas em 2007, tendo o Presidente participado da cerimônia de posse. Em março de 2008, o Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Embaixador Haroldo Rodas Melgar, realizou visita oficial ao Brasil para preparar a visita oficial do Presidente Colom no mês seguinte. Do Comunicado Conjunto assinado com o Ministro Celso Amorim, constou que o Brasil enviaria à Guatemala uma missão multidisciplinar, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, que deveria incluir representantes das áreas de agricultura, desenvolvimento social e saúde, entre outros. Constou também que a Guatemala agradeceu o oferecimento brasileiro de iniciar ações de cooperação técnica que lhe permitissem desenvolver um programa de uso de etanol combustível.

Quando do anúncio da visita de Colom ao Brasil, em abril, o Itamaraty divulgou nota na qual ressaltou que aquela seria a primeira viagem ao exterior, de caráter bilateral, depois que o líder guatemalteco assumira seu cargo. Entre os principais temas que seriam tratados estavam: a) o aprofundamento da cooperação no setor energético (prospecção de petróleo, biocombustíveis, energia hidrelétrica); b) a promoção do comércio

e dos investimentos entre o Brasil e a Guatemala e as possibilidades de negociação de acordo de livre-comércio entre o SICA e o Mercosul; e c) a cooperação no campo de políticas e programas de desenvolvimento social, em particular no que concerne aos programas brasileiros de prevenção de DST/HIV-AIDS, Escolas Abertas, Segurança Alimentar e de transferência de renda (Bolsa Família). Em discurso por ocasião da visita, o Presidente Lula afirmou que via na cooperação com a Guatemala modelo do que o Brasil desejaria desenvolver com toda a América Central.

O Presidente Lula visitou a Guatemala em junho de 2009. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que trataria com o Presidente Colom dos temas da agenda bilateral e regional, tais como cooperação técnica, biocombustíveis, conversações entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), entre outros. Durante a visita presidencial, seriam assinados acordos para a instalação de centro de formação profissional na Guatemala, baseado na experiência do SENAI, e para a implementação do projeto "Cozinha Brasil – Guatemala", que tinha por objetivo a transferência de metodologia brasileira de execução de cursos de educação alimentar. Da Declaração Conjunta assinada na ocasião, constou a importância da assinatura, no início daquele ano, dos quatro Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a implementação dos Projetos "Escolas Abertas na Guatemala", "Formação de Técnicos em Alfabetização de Jovens e Adultos", "Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local" e "Capacitação em Sistemas de Produção de Frutas Temperadas na Guatemala", os quais já beneficiavam o funcionamento direto de programas sociais guatemaltecos, como os dois primeiros. Constou também que os Presidentes se haviam congratulado pelo avanço da negociação para a aquisição de aeronaves brasileiras "Supertucanos", com o respectivo suporte técnico, que permitiriam à Guatemala um melhor controle de seu espaço aéreo para combater o narcotráfico, o crime organizado e outras ameaças, como catástrofes naturais.

9.2.2.3. Nicarágua

Em outubro de 2004, Enrique Bolaños, que exercia a Presidência do país havia quase dois anos, foi objeto de um pedido de *impeachment* por parte do Escritório de Inspeção do Tesouro que o acusava de desvio de fundos de campanha. Por Comunicado emitido no dia 18, os países-membros do Grupo do Rio expressaram sua "preocupação com a situação política interna na Nicarágua, sobretudo com relação a eventuais

medidas" que poderiam "interferir no processo constitucional daquele país". Acrescentaram que o Grupo do Rio se associava à Declaração do Conselho de Ministros de Relações Exteriores dos Estados-membros do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), bem como à Resolução da Reunião de Presidentes dos Estados-membros do SICA em Apoio à Democracia na Nicarágua, no sentido de que fosse mantida a ordem constitucional democrática na Nicarágua.

Daniel Ortega venceu as eleições presidenciais, em novembro de 2006, retornando ao poder depois de 16 anos na oposição. Em visita à Nicarágua em agosto do ano seguinte, o Presidente Lula informou ter conversado com Ortega sobre problemas energéticos da Nicarágua e manifestado a disposição brasileira de cooperar naquela área, inclusive com financiamento.

O governo de Ortega adotaria ativa política externa. Em 6 de março de 2008, anunciou o rompimento de relações diplomáticas com a Colômbia em "solidariedade ao povo equatoriano". No dia seguinte, as relações foram restauradas após encontro entre os Presidentes da Colômbia, Equador e Venezuela quando de Cúpula do Grupo do Rio. Em 25 de maio, ao tomar conhecimento da morte do líder guerrilheiro Manuel Marulanda, expressou condolências à sua família e solidariedade com as FARC, afirmando que o falecido era um lutador extraordinário contra as desigualdades na Colômbia. As declarações causaram protestos do governo Colombiano e em meios de imprensa daquele país. Em 2 de setembro, Ortega anunciou que a Nicarágua reconhecia a independência da Ossétia do Sul e de Abecázia, e apoiava a posição da Rússia naquele sentido.

O Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Samuel Santos López, esteve no Brasil, em outubro, para participar da I Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta Política Brasil – Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), e da Reunião de Chanceleres Preparatória da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Manteve encontro com o Ministro Celso Amorim no Rio de Janeiro. Ao anunciar o encontro, o Itamaraty informou que, entre os principais temas a serem discutidos durante a reunião bilateral, estavam a cooperação no setor energético; a ampliação do intercâmbio comercial bilateral; a cooperação na área das ações sociais; o desenvolvimento agrário e o combate à fome; e o impulso às negociações comerciais entre o Mercosul e o SICA.

9.2.2.4. Belize

O Primeiro-Ministro de Belize, Said Musa, visitou o Brasil em junho de 2005. Do Comunicado Conjunto, constou que fora firmado durante a visita Acordo Básico sobre Cooperação Técnica, tendo Musa ressaltado o interesse do governo de Belize em receber cooperação técnica relativa à produção de soja e cana-de-açúcar, e à utilização de biocombustíveis como substitutos dos derivados de petróleo, assim como para mistura à gasolina.

Em abril de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Wilfred Elrington, visitou o Brasil. Na ocasião foram assinados os seguintes atos: acordo de cooperação cultural; acordo de cooperação na área de educação; ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica para implementação do projeto "apoio técnico para a implantação do banco de leite humano em Belize".

9.2.2.5. El Salvador

Por nota de 30 de novembro de 2005, o Itamaraty informou que, tendo presente os laços de solidariedade regional e na sequência de doação de seis e meia toneladas de medicamentos e quatro toneladas de alimentos já realizada pelo governo brasileiro a El Salvador, em 21 de outubro, o Brasil enviaria, no dia seguinte, 14 toneladas de donativos diversos, arrecadados junto à população de Salvador, por iniciativa do Cônsul daquele país, com o objetivo de auxiliar as vítimas do furacão Stan e da erupção do vulcão Ilamatepec. Os donativos seguiriam em aeronave Hércules C-130 da FAB, e incluiriam cobertores, cadeiras de rodas, medicamentos e alimentos.

O Ministro de Relações Exteriores de El Salvador, Francisco Esteban Laínez, realizou visita oficial ao Brasil em julho de 2007. Do Comunicado Conjunto assinado na ocasião, constou ter sido assinado, entre outros, um Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa e terem os Ministros manifestado a intenção de negociar e firmar Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; e Acordo de Cooperação nos Campos do Desenvolvimento, Inovação e Transferência Tecnológica. Em matéria de Cooperação energética bilateral, constou que os Chanceleres haviam reiterado a importância de desenvolver ações para prosseguir com a execução do "Protocolo Bilateral de Entendimento na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível", assinado no ano anterior, com

o objetivo de desenvolver a assistência técnica que facilitasse a produção de etanol em El Salvador. Em setembro, o Ministro Celso Amorim visitou aquele país, em caráter oficial.

O Presidente Elías Antonio Saca faria visita ao Brasil em dezembro. Ao anunciá-la, o Itamaraty informou que um dos principais temas de interesse do relacionamento bilateral eram os biocombustíveis. Durante a visita do Presidente Saca, deveriam ser assinados quatro Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, referentes aos seguintes projetos nas áreas de agricultura e segurança pública: a) Fortalecimento do Processo Agrícola e Industrial para Produção de Biodiesel a partir da Mamona; b) Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador, c) Capacitação em Análise de Informação do Pessoal da Divisão de Investigação de Homicídios e do Ministério Público; e 4) Capacitação em Análise de Informação sobre Crimes ao Meio Ambiente.

Quando anunciou a visita do Presidente Lula a El Salvador em maio de 2008, o Itamaraty salientou que, em seu encontro com o Presidente Saca, o mandatário brasileiro examinaria pontos da agenda bilateral e internacional, entre os quais, a cooperação no setor energético – com destaque especial para os biocombustíveis – e a promoção da segurança alimentar em âmbito regional. Os dois Presidentes deveriam assinar Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística e Memorando de Entendimento para Cooperação em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia. Paralelamente à visita presidencial, seria realizado o II Encontro Empresarial Brasil – SICA. Do Comunicado Conjunto assinado na ocasião, constou que ambos os Mandatários haviam concordado em conferir um impulso especial aos projetos conjuntos nas áreas de produção e uso sustentável de etanol, biodiesel e outras fontes renováveis de energia alternativa para reduzir os efeitos dos altos preços internacionais do petróleo.

Mauricio Funes venceu, com 51,32% dos votos, a eleição presidencial de março de 2009. Seria o primeiro Presidente líder da FMLN que havia lutado na guerra civil. O Itamaraty informou que o Presidente Lula compareceria às cerimônias de posse em 1º de junho.

O Presidente Funes, casado com brasileira, realizou visita ao Brasil em setembro. Tratava-se da primeira visita oficial do Presidente salvadorenho ao Brasil, após sua eleição. Com o Presidente Lula trataria, entre outros assuntos, de cooperação técnica, financiamento e cooperação energética. Do Comunicado Conjunto, constaria que o Presidente Funes assinalara o compromisso de seu governo de promover a reconversão

do sistema de transporte público de El Salvador, particularmente, a renovação da frota de micro-ônibus e ônibus para o que o pedira um empréstimo ao Brasil por meio do BNDES. Foram assinados os seguintes atos: Ajuste complementar para implementação do projeto "Apoio ao fortalecimento do sistema de segurança presidencial de El Salvador"; Ajuste complementar para implementação do projeto "Apoio ao fortalecimento e desenvolvimento do sistema nacional de sangue e hemoderivados de El Salvador"; Memorando de Entendimento na área de desenvolvimento agrário e fortalecimento da agricultura familiar; e Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica na área de desenvolvimento social.

Em fevereiro de 2010, o Presidente Lula faria sua visita a El Salvador. Com o Presidente Funes examinaram os principais temas da agenda bilateral, tais como financiamento para aquisição de ônibus brasileiros, cooperação técnica, comércio e biocombustíveis.

Mauricio Funes visitou o Brasil em agosto de 2010 a fim de participar, com o Presidente Lula, do Encontro Empresarial Brasil – El Salvador, na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Os Presidentes examinariam temas das agendas bilateral, como a intensificação da cooperação técnica entre os dois países, e regional, a possibilidade de voltar a discutir um Acordo entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), e o progresso das conversações sobre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Seriam assinados, na ocasião, Protocolo de Intenções para a Implantação do Centro de Formação Profissional Brasil – El Salvador, bem como Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação bilateral em áreas como formação profissional, turismo, segurança pública, desenvolvimento social e saúde. No campo econômico-comercial, os dois mandatários ressaltarão as crescentes possibilidades para o incremento do comércio e investimentos em energia, biocombustíveis e infraestrutura.

9.2.2.6. Costa Rica

Em agosto de 2008, o Presidente da Costa Rica, Oscar Árias, visitou o Brasil. Além de encontros com o Presidente Lula, visitaria unidade da EMBRAPA e uma usina de etanol. Durante a visita, deveriam ser assinados projetos bilaterais de cooperação técnica relativos a biocombustíveis, manutenção de centrais elétricas, serviços postais, saúde e meio ambiente.

O Presidente Lula visitou a Costa Rica em junho de 2009. Ao anunciar a visita, o Itamaraty ressaltou que a cooperação técnica entre o Brasil e a Costa Rica era intensa, abrangendo desde cooperação em matéria de direitos humanos até projetos para a implantação de bancos de leite materno e para a produção de biocombustíveis. Durante a visita, deveria ser assinado acordo de cooperação em matéria de tratamento de águas. Do Comunicado Conjunto, constou que o Presidente Óscar Arias agradecera a capacitação prestada a profissionais costa-riquenhos em matéria de biocombustíveis, especificamente a partir da experiência do Brasil com o etanol. Da mesma forma, insistiu na importância de iniciativas relacionadas com a gestão e a eficiência nos campos ambiental e energético. Por fim, os Presidentes coincidiram em destacar a contínua e produtiva cooperação existente em todos os campos e instruíram as autoridades correspondentes a convocar a I reunião da Comissão Mista do Acordo de Cooperação o mais breve possível.

9.2.2.7. Panamá

O Presidente do Panamá, Martin Torrijos, visitou o Brasil em maio de 2007. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula ressaltou que durante a visita haviam sido assinados novos acordos nas áreas de turismo, transporte aéreo, cultura, esportes, desenvolvimento industrial, inclusão digital e saúde. Propôs que se avançasse no plano bilateral com ações concretas em áreas chave, como a dos biocombustíveis. Elogiou a decisão do governo de Martin Torrijos ampliar o Canal do Panamá. Declarou que o Brasil estava pronto a colaborar naquela empreitada com a capacidade empresarial e tecnológica de várias empresas brasileiras do setor de construção civil e engenharia. Anunciou que em agosto viajaria ao Panamá. Do Comunicado Conjunto após o encontro, constou que os Mandatários haviam tomado nota, com satisfação, da finalização das negociações entre seus Ministérios que permitiram que os acordos sobre cooperação na área de biocombustíveis, combate à pobreza, formação e capacitação profissional, genética bovina, assistência jurídica, transferência de pessoas condenadas e extradição, tivessem sido assinados.

9.2.3. Caribe

O desejo de maior aproximação com o Caribe foi anunciado pelo Presidente Lula, em fevereiro de 2005, quando, convidado a participar

da Cúpula dos países CARICOM realizada no Suriname, afirmou que chegara "a hora de estabelecer uma sólida parceria entre o Brasil e os países do Caribe".

Além das reuniões da CALC, o Brasil manteve também reuniões diretas com os países-membros daquela comunidade. Assim, em abril de 2010, realizou-se, em Brasília, a I Cúpula Brasil – CARICOM que discutiu, sobretudo, os projetos de cooperação. No discurso que proferiu na cerimônia de instalação e primeira Sessão Plenária da Reunião, o Presidente Lula notou que o CARICOM compreendia 17 milhões de caribenhos com um PIB de US$ 80 bilhões; representavam 44% dos votos na OEA e 7% dos assentos na ONU. Ressaltou que o Brasil abrira embaixadas em todos os países da Comunidade e tinha o *status* de observador junto à Comunidade, mas queria ser verdadeiro parceiro. Sublinhou que a CARICOM era destino de 10% de toda a cooperação técnica brasileira. Anunciou que a EMBRAPA iria compartilhar pesquisas com o Instituto Caribenho de Pesquisas e Desenvolvimento Agrário e que o Ministério da Saúde do Brasil e o Instituto Caribenho de Saúde Ambiental iriam assinar memorando de entendimento. Por fim, na área financeira, informou que seria dado início às negociações para a participação no Fundo de Desenvolvimento da Caricom e que o Brasil decidira tornar-se membro pleno do Banco de Desenvolvimento do Caribe.

Em declaração à imprensa concedida durante a Reunião da Cúpula Brasil – CARICOM, o Presidente Lula afirmou que o comércio entre a CARICOM e o Brasil passara de apenas US$ 660 milhões, em 2002, a US$ 5,2 bilhões, em 2008.

Durante o governo Lula, seriam abertas sete embaixadas no Caribe: Basseterre (São Cristóvão e Névis), Castries (Santa Lúcia), Kingstown (São Vicente e Granadinas), Roseau (Dominica), Saint George's (Granada); Saint John's (Antígua e Barbuda) e Nassau (Bahamas).

*

No relacionamento bilateral com os países do Caribe, ocuparia mais a atenção da Chancelaria brasileira: a situação no Haiti e a controvérsia sobre a questão de direitos humanos em Cuba.

9.2.3.1. Haiti

As eleições legislativas previstas para finais de 2003 não se realizaram como previsto e os mandatos da maioria dos parlamentares venceram, passando o Presidente Jean-Bertrand Aristide a legislar por

decreto. Em dezembro, sob pressão, Aristide prometeu a realização de eleições em seis meses e rejeitou a exigência da oposição de que apresentasse sua renúncia.

Protestos contra Aristide em Port-au-Prince dariam início, em janeiro de 2004, a confrontos violentos que causaram diversas mortes. No dia 20, o Grupo do Rio expressou sua preocupação em relação à situação no Haiti e fez votos para que a estabilidade e a paz social prevalecessem naquele país, "dentro do respeito às normas do Estado de direito e da ordem constitucional haitiana, e em conformidade com o disposto na Carta Democrática Interamericana". Exortou todos os setores sociais e políticos do Haiti a contribuírem para "a preservação e o fortalecimento da democracia, na busca dos acordos necessários para a solução de problemas existentes, com vistas à consolidação da institucionalidade democrática e da ordem constitucional". Manifestou seu apoio à Missão Especial da OEA no Haiti em seu objetivo de "contribuir para a solução da crise política" naquele país.

Em fevereiro, uma revolta irrompeu na cidade de Gonaïves, que passou a ser controlada pelos rebeldes. A rebelião se espalhou a Cap-Haïtien, segunda maior do país. O Presidente Lula autorizou operação de evacuação de cidadãos brasileiros no Haiti e de reforço da segurança das instalações do Brasil naquele país. No dia 25, os países do Grupo do Rio respaldaram as atividades da OEA e da CARICOM com vistas à solução pacífica da situação no Haiti; e o oferecimento, pela ONU, de assistência humanitária àquele país. Instaram as partes envolvidas a endossar o Plano de Ação Prévio proposto pela CARICOM; condenaram energicamente os atos de violência que vinham sendo praticados no Haiti; e manifestaram seu apoio ao Presidente constitucionalmente eleito daquele país, Jean-Bertrand Aristide. No dia 29, enquanto rebeldes marchavam para Port-au-Prince, Aristide deixou o país. O Presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, tomou posse como Presidente interino.

Os representantes dos países da Comunidade do Caribe não reconheceram a mudança de governo, a despeito da pressão do governo dos EUA. Solicitaram que a ONU investigasse as circunstâncias da renúncia. Aristide, por meios de advogados no exterior, alegou ter sido forçado, sob ameaças, a escrever a carta de sua renúncia, além de ter sido sequestrado e levado para exílio na República Centro-Africana em avião fretado pelos EUA[38]. Boniface Alexandre pediu ao CSNU que uma força de manutenção de paz interviesse no país. O CSNU aprovou uma resolução que tomou devida nota da renúncia de Jean-Bertrand Aristide e da posse de Boniface Alexandre e autorizou a força de paz.

9.2.3.1.1. Envio de tropas brasileiras (maio de 2004)

Em 12 de maio, em audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, o Ministro Celso Amorim afirmou que, no Haiti, o risco de um "estado de insurreição, misturado com criminalidade" era muito grande. Declarou que a presença internacional, aprovada pela ONU, era a única esperança para o país. Ressaltou que o Brasil respondia a um chamado de uma emergência de segurança militar para participar do processo de sua reconstrução. Acrescentou que a disposição brasileira de participar fora sempre condicionada, do ponto de vista de política externa, pela convicção de que uma participação ativa do Brasil lhe daria mais autoridade moral para influir nas resoluções da ONU e, portanto, para garantir que esse compromisso da autoridade internacional com a reconstrução do país fosse por longo prazo, e não apenas uma ação de emergência para evitar que existisse *boat people* ou algum problema migratório[39]. No dia 13, nos debates no Congresso Nacional sobre o envio de tropas brasileiras ao Haiti, o Ministro Celso Amorim declarou que se o Brasil não exercesse sua responsabilidade, outros o fariam[40].

Na cerimônia de embarque das tropas brasileiras da missão da ONU para o Haiti, no dia 31, na Base Aérea de Brasília, o Presidente Lula declarou que, ao se manifestar diante da crise como a que ocorria no Haiti, o Brasil estava exercendo sua responsabilidade no cenário internacional. Sublinhou que, no caso do Haiti, o Brasil considerava que haviam sido preenchidas as condições para uma operação da ONU. Notou que, como membro do CSNU, o Brasil buscara refletir as preocupações da região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional. Concluiu que, por aquela razão, "o país decidira também aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo CSNU que teria, entre outras tarefas, a responsabilidade de proteger civis sob ameaça, de apoiar instituições que defendam os direitos humanos, e de promover a reconciliação nacional do Haiti"[41]. Assim explicou a decisão do envio de tropas.[42]

Em 1º de junho, a missão de paz foi transferida para a MINUSTAH. Compreendia uma força composta de sete mil militares liderados pelo Brasil e apoiados por Argentina, Jordânia, Marrocos, Nepal, Peru, Filipinas, Espanha, Sri Lanka e Uruguai. Quando do embarque das tropas, no dia 11, o Presidente Lula declarou que a instabilidade, ainda que longínqua, acabava gerando custos para todos. Acrescentou que a manutenção da paz tinha seu preço, e esse preço era a participação. Reiterou que, ao se manifestar diante de uma crise como a que estava ocorrendo no Haiti, estava o Brasil exercendo sua responsabilidade internacional[43].

Em resposta a críticas dos que se opunham ao envio de tropas, Celso Amorim declarou, no dia 12, não ser possível "apoiar o multilateralismo" e, na "hora de agir", alegar ser este "perigoso demais"[44]. No mesmo sentido, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Representante Permanente junto à ONU, declarou, no dia 17, que o que se passava no Haiti era – e devia ser – de profundo interesse para todos no Brasil e no restante da América Latina, "não apenas por indeclinável dever de solidariedade", mas pelo interesse comum em que prevalecesse em toda a região um clima de paz e desenvolvimento[45]. Ressaltou também ter o CSNU recebido do representante permanente do Haiti uma carta de renúncia do Presidente Jean-Bertrand Aristide, cuja autenticidade permanecera "inquestionada", bem como uma mensagem na qual o Presidente provisório, Boniface Alexandre, solicitava a "intervenção internacional para evitar uma catástrofe humanitária no país"[46]. Continuando nessa defesa da decisão de enviar tropas, Celso Amorim afirmou, no dia 20 de julho, que a missão brasileira no Haiti fazia parte de uma preocupação com a situação de total insegurança de um país da América Latina. Argumentou que o Brasil era um país importante no cenário internacional e tinha que dar sua contribuição.

Em agosto, o Presidente Lula visitou o Haiti onde se encontrou com o Primeiro-Ministro Gérard Latortue e com o Presidente Boniface Alexandre. Pronunciou discurso para a Brigada Brasil da Missão da ONU para o Haiti. Seria a primeira visita do Presidente Lula ao Haiti, tendo ocorrido na ocasião do jogo da seleção brasileira de futebol com a seleção daquele país.

Em setembro, o Haiti foi atingido pelo furacão *Jeanne*. No dia 21, o Presidente Lula transmitiu ao Presidente Boniface Alexandre uma mensagem de solidariedade. O governo brasileiro, por meio do Ministério da Saúde, doou ao Haiti três "*kits*-enchente", que continham, além de medicamentos básicos, soro de reidratação e soro glicosado.

Celso Amorim afirmou, em outubro, que o Haiti exigia um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional, em apoio a sua reconstrução econômica e institucional. Ainda no mesmo mês, informou que a ação brasileira no Haiti não se limitava a ter 1.200 homens naquele país, mas também incluía ação junto ao BID, aos organismos financeiros internacionais, junto aos grandes países doadores, para que não só tivessem uma disposição favorável, mas para que acelerassem o envio de recursos ao Haiti.

A Cúpula Ibero-Americana emitiu, em 21 de novembro, comunicado em que os líderes declararam que, diante da situação do Haiti, "agravada pela devastação causada por sucessivos desastres naturais", consideraram

"um dever iniludível contribuir para a reabilitação econômica e social e para a reconciliação política" daquele país. Exortaram a comunidade internacional a apoiar o cabal cumprimento dos mandados da MINUSTAH e o trabalho do Representante Especial do SGNU no Haiti, e a concretizar, o mais rapidamente possível, as ofertas feitas na Conferência Internacional de Doadores, realizada em Washington. Incentivaram as forças políticas e o povo haitiano a duplicar os esforços para superar as tensões e a participar plenamente do diálogo que conduzisse à realização de eleições livres no ano de 2005.

Em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro, Celso Amorim fez extensa exposição sobre o Haiti. Em entrevista no dia 10, afirmou que o Brasil vinha exercendo pressão moral junto a outros países para ajudarem o Haiti, mencionando nesse sentido conversa que manteve com o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell. Revelou que o BIRD tinha US$ 62 milhões disponíveis, e a ideia fora dar um empréstimo-ponte de US$ 30 milhões. Acrescentou que, assim, o Haiti sairia da inadimplência, mas o primeiro pagamento teria que ser feito ao Brasil. Informou que, independentemente de empréstimo-ponte, o Brasil estava fazendo várias operações de cooperação técnica, algumas individualmente, outras com organismos como o Banco Mundial. Ainda no mesmo mês, Celso Amorim afirmou que o Haiti era um Estado latino-americano, tinha uma composição ética e até cultural muito parecida com a cultura brasileira. Declarou que era um Estado que sempre fora "filho enjeitado da América Latina". Criticou reações iniciais dos que julgavam que a questão deveria ser deixada para os EUA, França ou Canadá. Indagou o porquê, pois tratava-se de um país latino-americano, parte da mesma comunidade.

Em janeiro de 2005, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim participaria, no dia seguinte, de reunião especial do CSNU, em Nova York, com o objetivo de avaliar a situação no Haiti e possíveis cursos de ação da ONU naquele país. Segundo a nota, a iniciativa constituiria oportunidade para que o governo brasileiro reiterasse aos demais membros do CSNU a importância do apoio da comunidade internacional ao Haiti, bem como da presença da ONU para solução de longo prazo dos problemas enfrentados pelo povo haitiano. Durante o encontro, o Ministro proferiu discurso em que reiterou que o sucesso da Missão de Estabilização da ONU no Haiti se baseava em três pilares interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional; e a

promoção do desenvolvimento econômico e social. Em discurso, no dia 12, na Reunião Especial do CSNU sobre o Haiti, Celso Amorim expressou "reconhecimento à MINUSTAH pelas provas que deu da sua capacidade de reduzir a violência no cumprimento do seu mandato, de acordo com a Resolução 1.542".

Celso Amorim afirmou, em março, que a preocupação de incorporar uma dimensão econômico-social a processos de estabilização motivara o Brasil a participar, de maneira protagônica, do esforço da ONU no Haiti. Ressaltou que a principal motivação fora a de evitar que o Haiti, "a primeira república negra do mundo, seguisse abandonado, inclusive pela comunidade latino-americana", a que pertencia "étnica e culturalmente". Sublinhou que o Brasil estava, pela primeira vez na sua História, contribuindo com o maior contingente de tropas e, ao mesmo tempo, assumindo o comando das forças da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Sublinhou que movia o país uma solidariedade ativa: o princípio que costumava chamar de "não indiferença", a seu ver tão importante quanto o da "não intervenção". Acrescentou que, do mesmo modo que não cabia interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, era preciso que países vizinhos e amigos demonstrassem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando fossem evidentes os sinais de crise política e social.

Em abril, o Itamaraty informou que, sob a liderança do Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, o CSNU realizaria, entre os dias 13 e 16, uma missão ao Haiti. Acrescentou que, no mesmo período, o Grupo *Ad Hoc* sobre Haiti do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), do qual o Brasil fazia parte, também visitaria o país.

Em 2005, não havia sinal de reconciliação entre forças favoráveis e contrárias a Aristide[47]. O Brasil solicitou mais tropas para poder melhorar a situação do país que se deteriorava apesar da presença da força de paz. O CSNU adotou, em 22 de junho, a Resolução 1.608 (2005), que estendeu o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) até 15 de fevereiro de 2006. Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que o Brasil, como maior contribuinte de tropas da MINUSTAH e país que mantinha estreita cooperação com o Haiti, envidara esforços para garantir a extensão do mandato e o reforço do contingente, de modo a assegurar as condições necessárias ao bom encaminhamento da transição política e da reconciliação nacional haitianas. Confrontos entre a polícia e membros do Fanmi Lavalas eram comuns e, em julho, as forças de paz seriam acusadas de conduzir um massacre contra residentes de Cité Soleil.

Em discurso no dia 17 de setembro, na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, Celso Amorim declarou que o envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos no Haiti, não tinha precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Declarou que animavam o Brasil três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do Haiti. Em entrevista à imprensa, no dia seguinte, esclareceu que, no Haiti, o contingente brasileiro era de 1.200 militares, sendo o da Argentina entre 650 e 700 e mencionou que o Peru também contribuía para a missão. Citando Juan Gabriel Valdés, representante do Secretário-Geral da ONU no Haiti, notou que nunca aquele país fora tratado com tanta atenção pela América Latina.

O Itamaraty anunciou, no dia 19, que Celso Amorim visitaria o Haiti. Manteria encontros com o Primeiro-Ministro Gérard Latortue; com o General Urano Bacellar, Comandante Militar da MINUSTAH; com os membros do Conselho Eleitoral Provisório (CEP); e com o Embaixador Juan Gabriel Valdés, representante do SGNU para o Haiti.

Ao retornar do Haiti, em entrevista concedida em Washington, no dia 26, Celso Amorim afirmou que a situação de segurança melhorara consideravelmente. Reconheceu que, longe de ser perfeita, sobretudo em lugares como as favelas, como *Cité Soleil*, era problemática. Notou que havia outros eventos que ocorriam, sequestros – a maior parte deles de motivação econômica e social. Disse que havia uma disposição de todas as forças políticas com que conversara no Haiti. Informou que estivera com sete candidatos a Presidente e todos estavam engajados no processo eleitoral. Opinou que havia preocupações, tanto da comunidade internacional quanto dos partidos haitianos, sobre a mecânica do processo e a importância de que se tomassem decisões rápidas sobre alguns temas, que eram temas muito práticos: prazo para recursos; realização das eleições locais, municipais, juntamente ou não das eleições presidenciais; e prazo para preparar a cédula eleitoral. Ressaltou que o Brasil mandara funcionários do Tribunal Eleitoral. Manifestou opinião de que provavelmente algum contingente militar teria que continuar por algum tempo, desde que o governo haitiano também aceitasse. Mas teria que ser um engajamento cada vez maior na área de reconstrução e na área socioeconômica.

Em novembro, Celso Amorim afirmou que a preocupação com a paz e a justiça social refletia-se no compromisso do governo Lula com os

esforços da ONU no Haiti. Declarou que a principal motivação do Brasil ao assumir a liderança das Forças de Estabilização (MINUSTAH) fora a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, caísse no abandono, em um círculo vicioso de instabilidade e conflito.

Por Declaração de janeiro de 2006, a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) reiterou seu apoio ao esforço de países da região e da comunidade internacional para o fortalecimento da segurança, a revitalização das instituições e o desenvolvimento do Haiti. Acrescentou que tal esforço, entretanto, apenas teria sentido se direcionado para o processo de normalização do país, no qual era fundamental a pronta realização de eleições livres, transparentes e amplas. Condenou todas as ações que pretendiam obstar ao bom encaminhamento daquele processo eleitoral. Nesse sentido, apelou às autoridades haitianas, em especial ao governo de Transição e ao Conselho Eleitoral Provisório, para que prestassem todo o apoio necessário aos esforços da comunidade internacional, conduzidos pela ONU e OEA, para a realização das eleições. Considerou essencial que o governo de Transição e o Conselho Eleitoral Provisório fixassem, no mais breve prazo possível, uma data para a realização daquele pleito.

O General Urano Teixeira da Matta Bacellar, que comandava o Componente Militar da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), faleceu em 7 de janeiro. A Secretaria de Imprensa e o Porta-Voz da Presidência da República divulgou nota pela qual o Presidente Lula manifestou seu profundo pesar pelo falecimento. Informou a nota que o Presidente orientara o Ministro Celso Amorim, a manifestar ao SGNU, Kofi Annan, a expectativa do governo brasileiro de que a ONU conduzisse imediata e ampla investigação sobre o assunto.

Enquanto isso, prosseguia o processo político haitiano. No dia 10, após sessões especiais do CSNU e do Conselho Permanente da OEA, os Ministros das Relações Exteriores representando os Estados-membros do "*Core Group*" (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, EUA e França) realizaram uma série de consultas para considerar os fatos ocorridos no Haiti e concordaram com a declaração na qual afirmaram que apoiavam fortemente a decisão tomada pelo governo de Transição do Haiti e pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP) de promover o primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas em 7 de fevereiro, com o segundo turno em 19 de março de 2006, em caso de necessidade.

Algumas críticas internas à participação brasileira no Haiti seriam respondidas, no dia 16, por nota do Itamaraty que rebateu afirmações sobre os gastos da participação brasileira nas operações da ONU. Salientou que montantes divulgados em matérias da imprensa incluíam gastos com a

manutenção da tropa, que teriam de ser feitos mesmo que as forças tivessem permanecido no Brasil. Informou que a ONU, pelo sistema de reembolso aplicado a todos os países contribuintes de tropas e equipamentos para operações de paz, já havia ressarcido o Brasil em mais de R$ 80 milhões, sem contar os pedidos de reembolso em tramitação, que cobriam meses de 2005. Acrescentou que, ao final do processo de tramitação desses pedidos, deveria ser reembolsada parcela ainda maior dos gastos do Brasil com a MINUSTAH. Observou, ademais, que os equipamentos adquiridos ou reformados para a Missão reverteriam, ao término da mesma, para o uso das Forças Armadas brasileiras. Ressaltou que acrescentava-se a isso a experiência obtida pelos militares brasileiros na operação de paz no Haiti.

Os trâmites para a substituição do chefe militar brasileiro avançaram. Por nota do dia 17, o Itamaraty informou que o SGNU, Kofi Annan, recebera, naquele dia, em Nova York, o General-de-Divisão José Elito Carvalho Siqueira e o convidara para exercer a função de Comandante da Força Militar da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). Segundo a nota, a decisão do Secretário-Geral Kofi Annan de convidar o General Elito para exercer o comando da Força da MINUSTAH confirmava o apreço da ONU pela contribuição brasileira à Missão.

Vice-Ministros e Altos Funcionários de Relações Exteriores da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, EUA, França, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, da OEA e da ONU reuniram-se, no dia 20, em Porto Príncipe. Emitiram nota em que expressaram seu apoio integral à MINUSTAH. Além disso, sublinharam que a Comunidade Internacional e seus respectivos Governos estavam preparados para continuar oferecendo apoio para a revitalização, recuperação e desenvolvimento do Haiti, pelo tempo que o novo governo e o CSNU julgassem necessário. Dirigindo-se ao novo governo eleito, instaram-no fortemente a respeitar integralmente os padrões internacionais de governança democrática a fim de assegurar tratamento respeitoso àqueles que perdessem as eleições, evitar qualquer forma de perseguição, garantir a observação dos direitos humanos e assegurar a inclusão de todas as correntes políticas do país em um diálogo nacional para obter consenso político para a promoção do desenvolvimento e da reconstrução.

9.2.3.1.2. Eleições (2006)

De sua parte, por nota de 8 de fevereiro de 2006, o governo brasileiro congratulou-se com o povo haitiano pelo transcurso do primeiro turno

das eleições gerais no Haiti, "com afluência maciça e inédita dos eleitores em todo o território". Considerou que tal fato demonstrava a vontade popular haitiana em retornar ao livre exercício da democracia, por meio da escolha de seus representantes legítimos no Parlamento e na Presidência da República. Ao lamentar a perda de vidas, manifestou satisfação pelo encaminhamento do processo eleitoral no Haiti, que entendeu ter sido o resultado da boa cooperação entre os eleitores e as forças políticas haitianas, as instâncias eleitorais e a comunidade internacional, especialmente por intermédio da OEA e da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). Ressaltou que a MINUSTAH, cujo componente militar era liderado pelo Brasil, desempenhara papel fundamental na garantia da necessária segurança para a realização de eleições democráticas, com vistas à plena retomada, pelo povo haitiano, dos destinos de seu país. Acrescentou que se estimava que cerca de dois milhões de eleitores tivessem comparecido às urnas para eleger o Presidente da República e parlamentares. Observou que tal comparecimento, em país onde o voto não era obrigatório, comprovava o compromisso do povo haitiano com a normalização administrativa do país e a revitalização de suas instituições. Acrescentou que atestou, também, sua confiança no processo conduzido pela cooperação entre o governo de Transição e a comunidade internacional. O resultado oficial do primeiro turno das eleições deverá ser anunciado em prazo de três dias. Informou que o segundo turno tinha sua realização prevista para o dia 19 de março.

Também os países da CASA, por Comunicado Conjunto no dia 10, felicitaram o povo haitiano, que, "em um ambiente de serenidade e confiança", acorrera maciçamente às urnas no dia 7 de fevereiro corrente para eleger um novo Presidente e um novo Parlamento. Consideraram que a grande afluência de eleitores ao primeiro turno das eleições gerais demonstrara que o povo do Haiti valorizava o processo democrático e tinha esperança na capacidade de um futuro governo constitucional para, com o apoio da comunidade internacional, reconciliar o país e conduzi-lo à normalidade institucional. Ressaltaram que a colaboração da comunidade internacional, representada em especial pela ONU e pela OEA, bem como a firmeza da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), tinham sido determinantes para o êxito com que se vinha desenrolando o processo eleitoral haitiano, para o qual muito tinha contribuído a determinação do governo de Transição e do Conselho Eleitoral Provisório.

Por nota do dia 13, o governo brasileiro informou que acompanhava atentamente os últimos acontecimentos no Haiti. Acrescentou que o Ministro Celso Amorim conversara naquele dia com a Secretária de

Estado dos EUA e com os Ministros das Relações Exteriores da França e do Canadá, bem como o Bispo Desmond Tutu. Acrescentou que conversara também com o candidato René Préval, a quem transmitira a expectativa de que se encontrasse uma solução capaz de contribuir para a união nacional. Ao reiterar a confiança em que a vontade popular seria plenamente respeitada, conclamou a classe política haitiana a buscar o entendimento dentro do respeito à lei e em um espírito de conciliação. Fez votos de que o comparecimento maciço e inédito do eleitorado às urnas se traduzisse em um efetivo fortalecimento da democracia no Haiti, em um ambiente de paz e serenidade.

Por nota do dia 14, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera, com satisfação, a decisão do CSNU de estender, por meio da Resolução 1.658 (2006), de 14 de fevereiro corrente, o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). Considerou que a ONU reafirmara, desse modo, seu compromisso com a normalização da vida político-institucional e o estabelecimento dos alicerces para a retomada do desenvolvimento e para o fortalecimento da democracia no Haiti. Declarou que o governo brasileiro continuava a acompanhar atentamente o processo eleitoral no Haiti. Informou que, entre outras iniciativas, o Ministro Celso Amorim conversara naquele dia com o SGNU, Kofi Annan, com quem trocara impressões sobre os vários contatos que haviam mantido a respeito do assunto e analisaram a situação naquele país. Declarou que ficara claro que ambos consideravam importante encontrar solução que respeitasse a vontade do povo haitiano e favorecesse a reconciliação nacional, em ambiente de paz e serenidade.

As eleições foram vencidas por René Préval, que obteve 51% dos votos. Por nota do dia 16, o governo brasileiro manifestou satisfação pelo bem-sucedido encaminhamento do processo político no Haiti, com elevado comparecimento dos eleitores às urnas, o qual culminara com a decisão do Conselho Eleitoral Provisório de declarar vitorioso o candidato René Préval. Registrou, com agrado, que aquela decisão, atribuição soberana do Haiti, constituíra etapa essencial para a normalização institucional do país. Cumprimentou o Presidente eleito e congratulou-se uma vez mais com o povo, o governo de Transição e as lideranças políticas do Haiti por sua condução do processo, traduzido em manifestação genuína de esperança nas instituições e real exemplo de democracia. Destacou a atuação da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), em especial do contingente brasileiro, na garantia da segurança da população haitiana e a da Missão da OEA na organização das eleições, como exemplos do compromisso da comunidade internacional de apoiar o Haiti nesse

importante momento da vida política do país. Expressou entendimento que a eleição presidencial haitiana constituíra passo fundamental e que, uma vez consolidada esta etapa na vida política do país, a comunidade internacional deveria continuar a prestar todo o apoio necessário à reconstrução das instituições, à retomada do desenvolvimento e ao fortalecimento da democracia no Haiti.

Em março, René Préval visitou o Brasil. Conforme nota do Itamaraty antes da visita, estava previsto que o governo brasileiro reiteraria seu compromisso com a estabilidade, o respeito aos direitos humanos e a retomada do desenvolvimento no Haiti, e sua disponibilidade para cooperar amplamente com o futuro governo democrático haitiano.

O Itamaraty informou, em maio, que o Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, chefiaria a Missão Especial que representaria o governo brasileiro por ocasião da posse do Presidente eleito do Haiti, René Préval, a realizar-se no dia 14. Segundo a nota à imprensa, a presença do Vice-Presidente da República na cerimônia de posse revestia-se de especial relevância, tendo em vista a contribuição do governo brasileiro ao processo de estabilização e consolidação da democracia haitiana.

Em sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, realizada em Brasília, Celso Amorim acolheu representantes de países e organismos internacionais doadores. Expressou o entendimento brasileiro de que a situação do Haiti não se resumia a um problema de restauração da segurança pública mas, na origem da crise de segurança, existia "um problema mais sério de pobreza, injustiça social e debilitação das estruturas do Estado". Declarou que o Haiti precisava de um novo paradigma de cooperação internacional, com ênfase em projetos que produzissem resultados focalizados no combate à pobreza e fortalecessem a capacidade do Estado de prestar serviços à população. Concluiu que o Haiti podia contar com o Brasil.

Por nota de 16 de agosto, o Itamaraty informou que o governo brasileiro havia recebido, com satisfação, a decisão do CSNU de estender, por meio da Resolução 1.702 (2006), de 15 de agosto corrente, o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) até 15 de fevereiro do ano seguinte, com a intenção de renová-lo por períodos subsequentes.

Em discurso que proferiu em fevereiro de 2007 sobre operações de manutenção de paz, o Ministro Celso Amorim afirmou que mais de 1.200 militares e policiais brasileiros participavam em nove das 15 missões existentes, a grande maioria deles no Haiti. Salientou que o Brasil vinha

desenvolvendo um amplo programa de cooperação bilateral com o Haiti. Notou que havia projetos em áreas tão diversas como agricultura, saúde, educação fundamental e esportes, entre outros. Também buscava-se explorar outras formas de cooperação, muitas delas pioneiras.

Celso Amorim deu explicações, em novembro, a respeito das forças de paz lideradas pelo Brasil no Haiti. Afirmou que a Missão tinha um caráter multidimensional que envolvia, entre outros aspectos, a segurança do país, a reconciliação ou coexistência entre as diversas forças políticas e o apoio ao desenvolvimento econômico e social do Haiti. Disse que o mais importante era dar condições ao povo haitiano para que encontrasse seu próprio caminho e superasse os entraves de pobreza e desigualdade que ainda enfrentava. Constatou que os resultados tinham sido muito positivos. Informou que visitara Porto Príncipe várias vezes, tendo notado a cada ocasião, melhora crescente nas condições de segurança. Disse que a vida no bairro/favela de Cité Soleil, antes dominado por gangues e bandidos, aos poucos voltava ao normal. Reiterou o "engajamento brasileiro em projetos de cooperação, bilateralmente ou em parceria com terceiros países e instituições"[48].

Continuavam indagações sobre a razão da presença brasileira no Haiti. Em entrevista concedida no mês de março de 2008, Celso Amorim afirmou que o Brasil entrara no Haiti porque interessava ao país ajudar um Estado com o qual tinha muitas afinidades culturais e étnicas, o primeiro Estado a abolir a escravidão nas Américas e um Estado que estava correndo o risco de virar um "narco-Estado". Argumentou que assim agira dentro do mandato da ONU e estava contribuindo para o desenvolvimento do Haiti. Em conferência que pronunciou em abril, Celso Amorim acrescentou o argumento de que o Brasil decidira integrar a Missão de Estabilização da ONU no Haiti movido por "uma solidariedade ativa, ou seja, a não indiferença".

O Itamaraty anunciou que o Presidente Lula visitaria o Haiti em maio de 2008. Deveriam ser assinados três acordos para execução de projetos de cooperação no setor agrícola e no combate à violência contra a mulher. Também deveriam ser firmados o "Compromisso de Cooperação para a Elaboração e Implementação de Programa de Cooperação Técnica nas Áreas de Agricultura e Segurança Alimentar" e o "Protocolo de Intenções Sobre Cooperação Técnica no Setor Educacional". O Presidente seria recebido na Base, sede do Batalhão Brasileiro da MINUSTAH, e faria visita às instalações da Companhia de Engenheiros.

Por nota de setembro, o governo brasileiro declarou que recebia com satisfação a notícia da aprovação pelo Parlamento haitiano da indicação da Senhora Michèle Duvivier Pierre-Louis para o cargo de

Primeira-Ministra. Considerou a designação do novo Gabinete ministerial um passo importante no sentido de propiciar ao Haiti melhores condições para enfrentar os desafios urgentes do desenvolvimento econômico e social, e de aproveitar as oportunidades de cooperação internacional. Ainda em setembro, o governo brasileiro solidarizou-se com o Haiti pelas perdas humanas e materiais causadas pela passagem dos furacões *Gustav* e *Hanna*. Destinou US$ 100 mil para fins de auxílio humanitário de emergência à população haitiana.

Em setembro, o Itamaraty anunciou que o Ministro Celso Amorim realizaria visita oficial ao Haiti. Manteria encontro de trabalho com o Presidente René Préval, a Primeira-Ministra Michelle Duvivier Pierre-Louis e o Chanceler Alrich Nicolas. O Ministro Amorim também se reuniria com o Representante Especial do SGNU para o Haiti, Hédi Annabi, e com o Comandante das tropas da Missão da ONU para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o General brasileiro Floriano Peixoto Vieira Neto. Informou que nos encontros deveriam ser examinados, entre outros temas, a evolução da situação política e econômica do Haiti, a contribuição da MINUSTAH, o andamento dos projetos de cooperação conduzidos pelo Brasil, as possibilidades de ampliação de investimentos brasileiros e a Cúpula Brasil – CARICOM. Acrescentou que, no contexto da cooperação trilateral Brasil – França para o Haiti, o Ministro Celso Amorim e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner, assinariam, em Porto Príncipe, Declaração de Intenções relativa à instalação de banco de leite materno no Haiti.

Em outubro, o CSNU adotou resolução que renovou o mandato da MINUSTAH até 15 de outubro de 2010. Segundo nota do Itamaraty, a resolução foi adotada por unanimidade, o que reiterara "o entendimento da comunidade internacional de que a presença da ONU no Haiti continua sendo fundamental para o restabelecimento da segurança e da ordem político-institucional no país e para o lançamento de bases sustentáveis de desenvolvimento econômico-social".

9.2.3.1.3. Terremoto (janeiro de 2010)

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti sofreu um terremoto devastador, morrendo cerca de 300 mil pessoas, sobretudo na capital Port-au-Prince. Um milhão de pessoas ficaram desabrigadas e sem alimentos. A maior parte das edificações desmoronou, inclusive o palácio presidencial. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, viajou para o Haiti.

Em discurso, durante cerimônia de honras fúnebres aos militares mortos no cumprimento do dever na Missão de Paz no Haiti em 21 de janeiro, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lembrou que 20 brasileiros "que se dedicavam à difícil tarefa da reconstrução haitiana" haviam perdido a vida em Porto Príncipe. Destacou, entre eles, dois civis: Zilda Arns, médica, pediatra, criadora da Pastoral da Criança; e Luiz Carlos da Costa, alto funcionário da ONU e vice-chefe da Missão de Paz daquele organismo no Haiti.

O Ministro Amorim visitou Porto Príncipe e, em seguida, viajou a Montreal para participar da Conferência Ministerial Preparatória sobre o Haiti, no dia 25. No encontro, notou que, no momento da tragédia, a Agência Brasileira de Cooperação estava envolvida em cerca de 30 projetos para a formação de haitianos. Afirmou que a reunião não ocorria "para substituir as autoridades legítimas do Haiti". Ressaltou que a ONU era a moldura que dava "a necessária legitimidade ao conjunto de esforços internacionais em favor dos haitianos". Insistiu em que a ajuda ao país podia e devia ser "coordenada pela ONU, com base em mandatos claros e adaptados às circunstâncias, que conciliem as dimensões de segurança e desenvolvimento". Informou que o Presidente Lula determinara a doação ao Haiti de US$ 15 milhões a título de ajuda humanitária emergencial, dos quais já havia o Brasil repassado US$ 5 milhões à ONU. Previu que, logo, o Brasil estaria em condições de anunciar uma segunda doação de magnitude similar, desta vez para a reconstrução do Haiti. Esclareceu que governo do Presidente Lula enviara ao Congresso brasileiro uma proposta de pacote total de ajuda ao Haiti de R$ 375 milhões, o que equivalia a cerca de US$ 210 milhões. Acrescentou que o governo brasileiro também decidira atender ao pedido da ONU de aumentar os seus contingentes na MINUSTAH. No dia 27, o Ministro Celso Amorim participou da Sessão Especial do Conselho de Direitos Humanos sobre o Haiti, realizada em Genebra.

Em março, o Itamaraty informou que, em preparação à Conferência de Doadores para o Haiti, prevista para aquele mês em Nova York, Brasil e Haiti presidiriam reunião sobre MINUSTAH e prepariam relatório com recomendações sobre as atividades que deviam ser privilegiada, dentro do mandato em curso. Acrescentou que tal relatório seria apresentado pelo Ministro Celso Amorim durante a Conferência de Doadores para o Haiti.

Em fevereiro, o Presidente Lula realizaria visita de trabalho a Porto Príncipe. Tratar-se-ia de sua terceira visita oficial ao Haiti. Manteria reunião de trabalho com o Presidente do Haiti, René Préval, e daria seguimento

ao diálogo sobre a cooperação do Brasil em termos de assistência humanitária emergencial e de reconstrução do país após o terremoto. Por ocasião da visita, deveriam ser assinados os seguintes atos: Memorando de Entendimento para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do sistema de Educação Superior do Haiti; Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Modernização e Fortalecimento do Centro Piloto de Formação Profissional no Haiti"; Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva no Haiti"; e Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional".

Em abril de 2010, o Presidente René Préval visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do "Projeto de Criação do Centro de Formação Profissional no Domínio do Comércio e dos Serviços (CFPCS)".

No mês seguinte, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, participaria da cerimônia de adesão do Brasil ao Fundo de Reconstrução do Haiti, na sede do Banco Mundial, em Washington. O Brasil seria o primeiro país a efetuar contribuição financeira ao Fundo de Reconstrução do Haiti, no valor de US$ 55 milhões. Seria assinado Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica na área de defesa civil.

9.2.3.2. Cuba

No relacionamento com Cuba destacar-se-iam, além do aumento da cooperação bilateral, as questões dos direitos humanos, frequentemente levantadas pela imprensa brasileira, e a do embargo dos EUA contra a ilha, esta última muitas vezes associada à primeira por parte de autoridades brasileiras.

Respondendo, em abril de 2003, a uma pergunta sobre Cuba formulada pelo Deputado Fernando Gabeira na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Ministro Celso Amorim afirmou que a posição tomada pelo Brasil na CDH em Genebra baseara-se em dois ou três fatos que achava importante mencionar. Afirmou que, na sua opinião, direitos humanos não eram problema interno de Cuba, mas opinou que a CDH era altamente seletiva nos

temas que escolhia. Afirmou que um conjunto de fatores vinha levando historicamente a uma posição brasileira de abstenção. Acrescentou que isso não impedira o país de fazer críticas. Reconheceu que Cuba tinha um governo que não correspondia aos padrões brasileiros de governo. Acrescentou que, em termos de política, isso era um problema do povo cubano, mas quando se tratava de julgamentos sumários, da aplicação da pena de morte sem a devida publicidade – o Brasil era contra a pena de morte –, devia se condenar, sem a menor dúvida. Esclareceu que sobre isso tivera oportunidade de conversar pessoalmente com o Ministro Felipe Pérez Roque, na véspera da votação. Opinou que Cuba se ajudaria mais se tivesse uma atitude mais aberta. Julgou lamentável que houvesse julgamentos sumários, pena de morte, mais ainda pena de morte com julgamento sumário; e que alguém fosse preso por emitir opinião. Concluiu que essa era a posição do governo brasileiro.

Indagado também pela imprensa, em junho, sobre a política brasileira com relação a Cuba, Celso Amorim reiterou que o Brasil sistematicamente se abstinha do voto contra Cuba na CDH. Declarou que se tratava de uma questão muito politizada, sendo muito difícil separar essa questão do embargo econômico, que também, no fundo, afetava direitos humanos, sociais. Informou que o Brasil criticava, publica e diretamente, Cuba pelos fatos graves ocorridos em matéria de direitos humanos.

Em 11 de julho, o Itamaraty distribuiu nota à imprensa emitida pelo Embaixador do Brasil em Havana, Tilden Santiago, a respeito da situação de direitos humanos naquela ilha:

> Li matérias na imprensa brasileira e internacional de hoje, baseadas em minhas declarações sobre a situação dos direitos humanos em Cuba. Lamento que essas matérias tenham reproduzido uma percepção parcial e, em alguns casos, até mesmo equivocada. Certamente, não procurei justificar as ações do governo cubano, ao descrever para os jornalistas o contexto em que os fatos se deram.
>
> A posição do governo brasileiro, com a qual concordo plenamente, permanece inalterada. Como disse o Ministro das Relações Exteriores em audiência na Câmara dos Deputados, o Brasil é contra a pena de morte; condena a sua aplicação com base em ritos sumários; e acha lamentável que alguém seja preso por emitir sua opinião, em qualquer país. Essa posição foi ressaltada na última reunião da CDH da ONU, em Genebra, e em contatos com autoridades do governo cubano, entre as quais o Vice-Presidente do Conselho de Estado,

Carlos Lage Dávila, e o Ministro do Exterior, Felipe Pérez Roque, que visitaram recentemente o Brasil.

A Constituição brasileira dispõe que as relações internacionais do Brasil devem ser regidas, entre vários princípios, pela "prevalência dos direitos humanos". Não pode, assim, haver dúvida sobre a importância que atribuímos à defesa, à promoção e à proteção dos direitos humanos, o que inclui a necessidade da estrita observância do direito de defesa ampla, em processos judiciais transparentes. É assim que dialogamos com as autoridades cubanas.
Tilden Santiago

Embaixador do Brasil em Cuba

O embargo imposto pelos EUA contra Cuba e a situação de direitos humanos na ilha foram tratados por Celso Amorim durante entrevista concedida ainda em julho. Afirmou que o fim do embargo ajudaria muito a abrir a discussão em torno da redemocratização daquele país. Argumentou que uma política de cooperação, construtiva, era sempre melhor que uma de isolamento. Opinou que quanto mais se isolava um país, mais se enrijeciam as estruturas internas. Explicou que, por isso, tinha o Brasil uma política de solidariedade com uma nação latino-americana que havia "40 anos sofria com um embargo" com o qual o Brasil não concordava. Revelou ter o Brasil conversado sobre certos gestos, citando como exemplo, a oposição brasileira à pena de morte e a julgamentos sumários. Ressaltou, porém, que havia certos limites a respeitar uma vez que não poderia substituir o povo e os dirigentes cubanos, mas podia contribuir para uma atmosfera mais positiva.

Em preparação a viagem que o Presidente Lula faria Cuba, Celso Amorim informou, em setembro, que havia muitos projetos de cooperação que estavam sendo discutidos em áreas muito variadas, entre elas a biofarmácia. Notou que já estava na ilha uma missão "ligada a pesca, mineração e ao setor sucroalcooleiro". Acrescentou que deveria ser discutida a renovação de um acordo do Banco do Brasil com o Banco Cubano para viabilizar a concretização de acordos comerciais.

Em outubro, o Ministro teceu comentários sobre o relacionamento com Cuba e à questão de direitos humanos naquele país. Declarou que a política de isolamento não trouxera nenhum benefício, nem para o povo cubano, nem para aqueles que defendiam os direitos humanos em Cuba. Acrescentou que tal política trouxera, sobretudo, sacrifícios de ordem material e só contribuíra para enrijecer o regime, porque criara "uma situação defensiva cada vez mais arraigada". Argumentou que

isso se modificava através da cooperação. Arguiu que, dependendo das situações, isso se fazia melhor de maneira pessoal, direta, do que através de uma política de alto-falante. Perguntado por que o Presidente Lula não recebera a oposição, Celso Amorim respondeu que recebera representante da Igreja, que era uma força independente. Ressaltou que, em Cuba, receber a oposição, desqualificava para falar com o governo. Disse que mensagens haviam sido transmitidas pelo Presidente Lula e registradas por Fidel Castro. Declarou que ninguém iria dizer que Cuba não tinha cometido erros. Defendeu a ideia de que o Brasil, ao se abster na Resolução sobre Direitos Humanos por causa de todas essas circunstâncias, inclusive a do embargo, não deixara de expressar sua preocupação com a situação dos direitos humanos. Ressaltou que também falara de maneira clara no Senado brasileiro.

Em 15 de abril de 2004, a delegação brasileira, em coordenação com as delegações argentina e paraguaia, absteve-se na votação na CDH de projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Cuba. Ao término das votações, proferiu declaração de voto em nome também da Argentina e do Paraguai na qual explicou que os três países haviam decidido abster-se na votação do projeto de resolução por entenderem que a resolução não contribuía genuinamente, nas circunstâncias daquele momento, para a melhora da situação dos direitos humanos em Cuba. Ao final da declaração, afirmou que "no diálogo contínuo com o governo cubano", Argentina, Brasil e Paraguai expressariam a importância de que se revestia a plena observância dos princípios relativos aos direitos humanos.

Em resposta a pergunta da imprensa em agosto, Celso Amorim resumiu a relação com Cuba nos seguintes termos:

> O Brasil mantém firme posição em defesa do levantamento do embargo econômico unilateral imposto pelos EUA a Cuba, e rejeita a tentativa de aplicação extraterritorial de normas legais nacionais para fins de enrijecimento do bloqueio. A política de isolamento não é construtiva. Ao invés de propiciar soluções duráveis e aceitáveis, o embargo econômico alimenta ressentimentos e submete a população cubana a graves e injustificadas privações materiais. A essência da posição brasileira é a convicção de que se deve encorajar uma inserção crescente de Cuba no contexto regional. Com esse objetivo em mente, estamos explorando caminhos como o de estabelecimento de um diálogo com Cuba, que propus à reunião ministerial do Grupo do Rio, em Brasília, no último dia 19.

Um ano depois, em 14 de abril de 2005, o Itamaraty distribuiu nota à imprensa na qual informou sobre nova abstenção brasileira na votação de projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Cuba. Acrescentou a nota que a delegação brasileira, em coordenação com as delegações da Argentina, do Paraguai, do Equador, do Peru e da República Dominicana, faria, ao término das votações na CDH, a seguinte declaração de voto:

> A Delegação do Brasil decidiu abster-se na votação do projeto de resolução L 31 por entender que esta resolução não contribui genuinamente, nas atuais circunstâncias, para a melhoria da situação de direitos humanos em Cuba.
>
> O Brasil reafirma seu respeito irrestrito aos princípios e às instituições democráticas, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Ratifica seu pleno apoio ao sistema universal de promoção e proteção dos direitos humanos e, em particular, às ações desenvolvidas pela Comissão de Direitos Humanos para contribuir para a melhoria da situação dos direitos humanos em todo mundo.
>
> Neste contexto, deseja manifestar sua preocupação pela utilização da Comissão por alguns países-membros para criticar outros ou evitar críticas a suas próprias situações, o que reduz a contribuição que esta Comissão pode dar para o desenvolvimento progressivo dos direitos humanos.
>
> O Brasil reafirma a importância de que todos os Estados garantam a plena vigência de todos os direitos humanos, conforme o compromisso assumido na Declaração de Viena de 1993 em favor da universalidade, interdependência, e indivisibilidade dos direitos humanos. No contínuo diálogo com o governo cubano, estará expressando a importância que reveste a plena observância desses princípios.
>
> Nesse sentido, registra os avanços verificados em Cuba no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais e as decisões recentes do governo cubano de libertar prisioneiros políticos, e o encoraja a adotar novas medidas para assegurar a plena vigência de todos os direitos humanos, tanto os econômicos, sociais e culturais como os civis e políticos.

Em entrevista concedida em setembro, Celso Amorim afirmou que o Brasil não estava sozinho na posição de abstenção nas resoluções sobre violações de direitos humanos em Cuba. Citou a Africa do Sul que ia mais

longe e votava contra as resoluções. Disse que o Brasil não ia tão longe porque não concordava com tudo que acontecia em Cuba. Mas insistiu na questão do embargo comercial dos EUA em vigor havia 40 anos, numa situação que qualificou de manipulada, que constituía um resquício da Guerra Fria.

Em novembro, um jornalista perguntou ao Presidente Lula sobre uma denúncia de que o PT teria recebido entre US$ 1,4 milhão e US$ 3 milhões de Cuba. Acrescentou que fora publicada uma entrevista do piloto do avião que teria levado de Brasília para o interior de São Paulo as caixas de bebida onde estaria esse dinheiro. Perguntado sobre o que pensava de tal denúncia, o Presidente respondeu que não podia acreditar na notícia, pois conhecia a pobreza que aquele país estava vivendo. Perguntado ainda se estava na hora de mudar o regime em Cuba, contestou que esse era um problema dos cubanos. Acrescentou que, se dependesse dele, Cuba viveria no regime mais democrático do mundo, como se vivia no Brasil. Afirmou que era preciso permitir que os cubanos, na sua soberania, tivessem autodeterminação.

O Presidente Lula visitou Cuba naquele mês. Em declaração à imprensa concedida após encontro com o líder cubano Fidel Castro, ele afirmou que havia assinado acordos importantes para melhorar as possibilidades de investimentos entre Brasil e Cuba, assim como das relações entre o Estado cubano e o Estado brasileiro no campo científico e tecnológico, e na infraestrutura. Anunciou ter feito um convite público ao Presidente Raúl Castro para visitar o Brasil.

Em 19 de fevereiro de 2008, Fidel Castro anunciou sua renúncia como Presidente a partir do dia 24, quando seu irmão foi unanimemente eleito pela Assembleia Nacional para substituí-lo. Em março, Raúl Castro tomou iniciativas que pareciam ser de início de alguma liberação econômica. Suspendeu restrições de compra de alguns bens duráveis e transferiu terras governamentais para produtores privados e cooperativas. Em entrevista naquele mês, o Ministro Celso Amorim declarou que se houvesse em relação a Cuba uma atitude pragmática da comunidade internacional, a evolução em Cuba se daria naturalmente – de acordo com os interesses do povo cubano e respeitadas as conquistas sociais que haviam tido e que, na sua opinião, eram indiscutíveis. Chamou atenção para o fato de que Cuba tinha acabado de aderir às convenções da ONU sobre direitos civis e políticos, o que demonstrava haver uma evolução. Em entrevista a programa de televisão, afirmou que o papel que o Brasil podia ter na evolução de Cuba era o de estimular tendências, a seu ver, progressistas, no sentido, por exemplo, de facilitar uma maior participação de empresas, de expandir a economia de mercado.

O Ministro Celso Amorim visitaria Havana em maio, a convite do Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Pérez Roque. Com o anfitrião, avaliaria o estado dos diversos projetos e programas de cooperação existentes entre os dois países, em especial nos setores de saúde, agricultura, educação e energia.

Em junho, o Ministro Amorim enviou mensagens ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslovênia e Presidente de turno do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, Dimitrij Rupel, e à Comissária de Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner, congratulando-os pela decisão da UE de levantar as sanções remanescentes contra Cuba.

O Presidente Lula voltou a Cuba em outubro de 2008. O objetivo anunciado da visita seria o de "levar ao governo e ao Povo cubanos a solidariedade do governo e do Povo brasileiros após as recentes devastações causadas pelos furacões que assolaram a ilha". Em discurso que pronunciou, durante cerimônia de inauguração do Centro de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) em Havana e assinatura do contrato de concessão do Bloco Exploratório 37, entre a PETROBRAS e a Cupet (Cubapetroleo), expressou sua alegria de mais uma vez estar em Havana no momento em que se tinha a notícia de que, por maioria absoluta, com apenas três votos contra, na ONU, se aprovara mais uma vez o fim do bloqueio a Cuba. Comentou que a decisão nada mudava, "porque já estamos habituados a ver que as decisões da ONU são cumpridas apenas quando interessam aos grandes, e não quando interessam aos pequenos".

Em entrevista coletiva concedida em dezembro, em resposta a pergunta sobre proposta do Presidente Evo Morales de se restabelecer um prazo para que os EUA levantassem o embargo a Cuba, o Presidente Lula afirmou que era mais cuidadoso, opinando que devia se esperar que Obama tomasse posse.

Em almoço que ofereceu a Raúl Castro em Brasília em dezembro, o Presidente Lula referiu-se à cooperação bilateral que o Brasil vinha prestando a Cuba e declarou satisfação pela incorporação de Cuba ao Grupo do Rio. Anunciou que o Brasil iria se empenhar, com outros países, para ser revogado o ato de exclusão de Cuba da OEA. Também o Ministro Celso Amorim, em entrevista concedida no mês de fevereiro de 2009, expressou opinião de que os EUA tinham com o novo Presidente uma oportunidade para mostrar uma política nova com relação a Cuba.

Em entrevista no mês de maio, Celso Amorim afirmou que os EUA percebiam nitidamente "o fato de todos os países da América Latina e Caribe desejarem o fim do embargo" contra Cuba. Em outra entrevista, no

mesmo mês, declarou que as relações bilaterais haviam se aprofundado no governo do Presidente Lula, "com um comércio muito maior, presença de empresas brasileiras". Afirmou que havia um interesse brasileiro em participar do "processo de evolução natural, positiva", que Cuba estava "tendo na parte econômica".

Em 3 de junho, os Ministros do Exterior dos países membro da OEA reunidos em San Pedro Sula, Honduras, aprovaram resolução que tornou sem efeito aquela que excluíra o governo de Cuba de participar no sistema interamericano. Em intervenção em Paris, Celso Amorim referiu-se ao ato como o fim de uma "*décision anachronique qui aidait à perpétuer l'isolement de l'île*". Notou que caberia ao governo de Cuba decidir se queria tornar-se membro da organização. Na sua opinião, a decisão da OEA enterrava a Guerra Fria nas Américas.

Em outubro de 2010, pela décima nona vez, a ONU condenou o embargo dos EUA contra Cuba em resolução que foi aprovada por 192 votos a favor e apenas dois contra: EUA e Israel.

9.2.3.3. Barbados

Em outubro de 2004, a Ministra Billie Antoinette Miller, Chanceler de Barbados, realizou visita de trabalho a Brasília. Conforme nota à imprensa, em reunião com o Ministro Celso Amorim, os dois Ministros salientaram a importância do Acordo sobre Cooperação Educacional, que assinaram na ocasião com o objetivo "de permitir a intensificação do intercâmbio de estudantes universitários entre os dois países". Também registraram com satisfação a conclusão das negociações que conduziriam à assinatura de um Acordo Básico de Cooperação Técnica, registraram ainda o interesse de ambos os países na cooperação no âmbito da cultura, e reiteraram também seu compromisso com a finalização do acordo bilateral para cooperação cultural em futuro próximo. Por final, registraram o resultado positivo de reunião entre seus funcionários de finanças que deveria conduzir ao início das negociações para a possível conclusão de um Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação.

O Ministro Celso Amorim retribuiu a visita em novembro quando realizou visita de trabalho a Barbados. Conforme nota à imprensa do dia 22, em preparação à visita do Ministro Amorim, o Brasil enviou escalão avançado integrado por funcionários diplomáticos das áreas cultural e de cooperação técnica para encontros com autoridades governamentais barbadianas dos setores de cultura, saúde (HIV/AIDS) e educação. Entre os temas bilaterais tratados durante a reunião, entre o Ministro Amorim

e a Ministra Billie Antoinette Miller, constaram formas de implementar Programa Executivo Cultural e decisão de apoiar a criação de Cátedra de Estudos Brasileiros no Campus de Cave Hill da Universidade de West Indies para promover a difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa em Barbados.

Celso Amorim visitou Barbados em maio de 2005. Do Comunicado Conjunto que assinou com a Ministra Billie Miller, constou terem ambos expressado sua satisfação com o progresso na cooperação bilateral.

Nas eleições de janeiro de 2008, o Partido Trabalhista perdeu para a oposição, tendo David Thompson se tornado Primeiro-Ministro. A nova Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional de Barbados, Maxine MClean, visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião foram assinados: Acordo de Serviços Aéreos; Ajuste Complementar para implementação do projeto "Capacitação De Recursos Humanos em todos os aspectos da produção de açúcar em Barbados"; Ajuste Complementar para a implementação do projeto "Fortalecimento do Combate ao HIV em Barbados"; e Ajuste Complementar para a implementação do projeto "Capacitação de Recursos Humanos na produção de frutas e hortaliças em estufas e em plantações naturais ao ar livre em Barbados".

9.2.3.4. Trinidad e Tobago

Celso Amorim realizou visita oficial a Port of Spain, em janeiro de 2005. De Comunicado Conjunto que assinou após conversações que manteve com o Senador Knowlson Gift, Ministro das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago, constou que os Chanceleres haviam reafirmado as relações cordiais entre os dois países e assumido compromisso de examinar mecanismos que permitissem reforçar os laços comerciais bilaterais. Coincidiram em que a retomada dos trabalhos da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial muito contribuiria nesse sentido.

Em julho de 2008, o Primeiro-Ministro Patrick Manning realizaria visita oficial ao Brasil. Tratar-se-ia da primeira visita de um Chefe de governo daquele país ao Brasil. Durante a visita, deveriam ser assinados os seguintes instrumentos bilaterais: Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia; Acordo sobre Serviços Aéreos Bilaterais; Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e para incentivar o comércio e o investimento bilaterais; e Acordo sobre Cooperação Técnica.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberia em audiência o Primeiro-Ministro Patrick Manning em março de 2009. O encontro serviria para troca de impressões sobre a próxima Cúpula das Américas, da qual o Primeiro-Ministro trinitário seria o anfitrião no mês seguinte. O Presidente Lula chefiou a delegação brasileira que participou da V Cúpula das Américas, realizada em Port of Spain.

9.2.3.5. República Dominicana

Em novembro de 2003, o Presidente da República Dominicana, Hipólito Mejía, realizou visita de trabalho ao Brasil. Segundo Declaração Conjunta, o visitante reuniu-se com o Presidente Lula e ambos assinaram: Acordo sobre cooperação entre suas academias diplomáticas; Acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais; Acordo de cooperação esportiva; e Memorando de Entendimento sobre o programa de cooperação técnica, notadamente o projeto "Manejo da Bacia do Rio Yaque" e "Assistência e Tratamento a Pessoas vivendo com HIV/AIDS". Foi também formalizado tratado de extradição.

Leonel Fernández, que já havia sido Presidente de 1996 a 2000, foi eleito em eleições realizadas em maio de 2004. O Presidente Lula compareceu a cerimônia de posse realizada em agosto.

O Ministro Celso Amorim visitou oficialmente São Domingos em junho de 2005. Na área educacional, os dois Governos decidiram dar início às negociações de Programa Executivo de Ensino Superior, que viabilizará a realização de pesquisas conjuntas entre Universidades de ambos os países. Decidiram, ademais, ampliar o número de participantes dominicanos nos mecanismos já existentes de estudantes conveniados. Na área de formação profissional, acordou-se a realização de visita ao Brasil de missão do Instituto de Formação de Técnicos Profissionais (INFOTEP), com vistas à promoção de intercâmbio de experiências com o SENAI e outras instituições brasileiras. No setor agropecuário, foram estabelecidas diretrizes para a cooperação no tocante à transferência de embriões e melhoramento genético de gado leiteiro, bem como à produção e ao processamento de frutas tropicais. A cooperação no setor de energia, especialmente em relação à alteração da matriz energética dominicana para o aproveitamento de etanol e biodiesel, foi considerada como muito promissora pelas autoridades de ambos os países. Quanto à cooperação na área de medicamentos genéricos, foi decidida a vinda de técnicos dominicanos ao Brasil, no próximo mês de julho, para visitas a

laboratórios e estabelecimento dos vínculos necessários para um trabalho conjunto.

Por nota de 2 de dezembro, o Itamaraty informou que o governo brasileiro e a Secretaria-Geral da OEA haviam assinado, no mês anterior, em Brasília, "Convênio de Cooperação Técnica para automatização do voto na República Dominicana". Esclareceu que, sob os auspícios deste Convênio, o Brasil prestaria assistência técnica no planejamento e na utilização de urnas eletrônicas nas eleições municipais e legislativas, em maio do ano seguinte, na República Dominicana. Acrescentou que para a execução do projeto previa-se a utilização de 500 urnas de votação. Por fim, informou que as urnas e as peças eletrônicas correspondentes haviam chegado a São Domingos naquele dia e haviam sido entregues à Junta Central Eleitoral dominicana.

O Presidente Leonel Fernández visitou o Brasil em junho de 2007. Em declaração à imprensa, o Presidente Lula mencionou estarem empresas brasileiras construindo o aqueduto da Linha Noroeste, a maior obra hidráulica do Caribe, no valor de US$ 150 milhões. Referiu-se ao auxílio brasileiro na criação de um banco de leite humano para assegurar a saúde das novas gerações; e uma doação brasileira de dez mil doses de vacina contra a febre amarela para ajudar a viabilizar o Programa Ampliado de Imunização da República Dominicana. Tratou também das perspectivas de colaboração no campo dos biocombustíveis.

9.2.3.6. Jamaica

Celso Amorim visitou a Jamaica em maio de 2005. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Ministro jamaicano K. D. Knight, constou que ambos haviam examinado possibilidades de cooperação bilateral e concordado em empreender ações para promover oportunidades de negócios. Ambos expressaram vontade de iniciar negociações de um Acordo de Transporte Aéreo. Anunciaram a intenção de negociar também um projeto conjunto em educação do terceiro nível e outro na exploração de petróleo e energia renovável, biomas e refino de petróleo.

O Itamaraty informou que o Primeiro-Ministro da Jamaica, Percival J. Patterson, realizaria visita oficial ao Brasil, nos dias 1º e 2 de novembro. Acrescentou que seriam examinadas formas de intensificar a cooperação entre os dois países em diversas áreas, em particular no campo da cultura e da saúde (HIV/ AIDS). Acrescentou que, nesse sentido, seriam discutidas possibilidades de aprofundar os memorandos

de entendimento em açúcar e etanol, e em agricultura tropical. Também seriam discutidos temas de interesse da atualidade mundial e regional, e o aprofundamento das relações entre o Mercosul e a CARICOM. Em declaração à imprensa durante a visita, o Presidente Lula afirmou que abriam-se oportunidades de cooperação e parceria de grande potencial. Notou que, no campo dos combustíveis renováveis e da agricultura tropical, já se estavam levando adiante projetos concretos. Ressaltou que a Jamaica, país com forte tradição açucareira, reunia todas as condições para apostar na indústria do etanol e, assim, diversificar sua matriz energética. Observou também que se estava aprofundando o intercâmbio bilateral na pesquisa e no cultivo de frutas tropicais. Mencionou também a cooperação na área da saúde e sublinhou a reconhecida competência jamaicana no manejo da anemia falciforme.

Em junho de 2009, o Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler da Jamaica, Kenneth Baugh, realizaria visita de trabalho ao Brasil. Com o Ministro Celso Amorim tratou de temas da agenda bilateral e regional, em particular sobre as perspectivas da reunião ministerial de seguimento da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que ia ser sediada pela Jamaica no final daquele ano.

O Primeiro-Ministro Bruce Golding visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião foram assinados os seguintes atos: Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para implementação do projeto "Programa de capacitação de técnicos da Jamaica em produção e processamento de frutas tropicais"; Ajuste complementar para implementação do projeto "Capacitação de recursos humanos para desenvolvimento das cadeias agropecuárias da Jamaica – com ênfase na cadeia da mandioca"; e Memorando de Entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista.

9.2.3.7. Bahamas

Pelo Decreto nº 5.603, de 6 de dezembro 2005, foi criada a Embaixada do Brasil na Comunidade das Bahamas, com sede em Nassau.

O Vice-Primeiro-Ministro das Bahamas, Theodore Brent Symonette, visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião foi assinado acordo sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço.

9.2.3.8. Santa Lúcia

Pelo Decreto nº 6.305, de 14 de dezembro de 2007, foi criada a Embaixada do Brasil em Santa Lúcia, com sede em Castries. Em 2008, o posto foi aberto e juntou-se aos de outros sete países ali representados.

O Primeiro-Ministro de Santa Lucia, Stephenson King, visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião foram assinados: Acordo de cooperação cultural; Acordo de cooperação educacional; Acordo básico de cooperação técnica; Memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura; Memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de segurança pública; e Acordo sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço.

9.2.3.9. Granada

Pelo Decreto n° 6.612, de 22 de outubro de 2008, foi criada a Embaixada do Brasil em Saint George's, Granada.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Turismo de Granada, Peter David, realizou visita oficial ao Brasil em julho de 2009. O Ministro granadino seria recebido pelo Ministro Celso Amorim e manteria, ainda, encontros nos Ministérios de Minas e Energia, do Turismo e da Educação, no SENAI, EMBRAPA e EMBRAER.

O Primeiro-Ministro de Granada, Tillman Thomas, visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião foram assinados: Memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura; Acordo de cooperação cultural; Acordo de cooperação educacional; e Memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de saúde pública.

9.2.3.10. Antigua e Barbuda

Pelo Decreto n° 6.777, de 22 de fevereiro de 2009, foi criada a Embaixada do Brasil em Saint John's, Antígua e Barbuda. Em 2010, o Brasil abriu a embaixada.

Por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Dr. W. Baldwin Spencer, foram assinados: Acordos sobre cooperação educacional e sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço.

9.2.3.11. São Cristóvão e Névis

Pelo Decreto n° 6.774, de 22 de fevereiro de 2009, foi criada a Embaixada do Brasil em Basseterre, São Cristóvão e Névis. Em 2010, o Brasil decidiu abrir embaixada.

Por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de São Cristóvão e Névis, Denzil Douglas, em abril de 2010, foram assinados: Acordo de cooperação cultural; Acordo de cooperação educacional; Acordo sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço; e Acordo de cooperação cultural.

9.2.3.12. São Vicente e Granadinas

Pelo Decreto n° 6.776, de 22 de fevereiro de 2009, foi criada a Embaixada do Brasil em Kingstown, São Vicente e Granadinas. Em 2010, o Brasil abriu a embaixada.

Por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph E. Gonsalves, em abril de 2010, foram assinados: Acordo de cooperação técnica; Acordo de cooperação cultural; Acordo de cooperação educacional; Memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura; Acordo sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço; e Acordo de cooperação técnica.

9.2.3.13. Dominica

Pelo Decreto n° 6.775, de 22 de fevereiro de 2009, foi criada a Embaixada do Brasil em Roseau, Comunidade da Dominica. Em 2010, o Brasil abriu a embaixada.

Por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Dominica, Roosevelt Skerrit, em abril de 2010 foram assinados: Acordo de cooperação cultural; Acordo de cooperação educacional; Acordo sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço; e Acordo de cooperação cultural.

9.2.4. América do Norte

Durante o governo Lula, seriam criados ou recriados quatro Consulados-Gerais na América do Norte, sendo três nos EUA (Hartford, Washington e Atlanta) e um no Canadá (Vancouver).

9.2.4.1. México

Em entrevista concedida no mês de setembro de 2003, Celso Amorim tratou da viagem que o Presidente Lula faria ao México. Salientou que aquele país era parceiro comercial muito importante para o Brasil e destacou o intercâmbio no setor automobilístico. Revelou que, além de questões relacionadas à ALCA, seriam examinados possíveis acordos bilaterais.

O Secretário de Relações Exteriores do México, Luís Ernesto Derbez, realizou visita oficial ao Brasil em abril de 2004. Do Comunicado Conjunto, constou que havia acordado com o Ministro Celso Amorim a criação de uma Comissão Binacional que, além de outros temas, incorporasse todos os grupos de trabalho bilaterais. Os Chanceleres acordaram também assinar um Acordo de cooperação para combater o tráfico ilícito de migrantes. Congratularam-se pelo início das negociações para ampliar o ACE-53 e manifestaram interesse em negociar e concluir o Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e o México.

O Presidente Vicente Fox realizou visita de trabalho ao Brasil em 7 de julho. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Presidente Lula, constou que o México reiterara sua disposição à negociação de um Acordo de Livre-Comércio com os países do Mercosul em seu conjunto, tendo o Brasil expressado seu apoio a esse processo de associação. No discurso que pronunciou na ocasião, o Presidente Lula anunciou que o estabelecimento de um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o México deveria ser lançado em Puerto Iguazú, na Argentina, durante a Cúpula do Mercosul. Notou que o fluxo de comércio do Brasil com o México tinha evoluído positivamente em ambas as direções, alcançara em 2003 a soma de US$ 3,2 bilhões e continuava crescendo. Sublinhou que o México era o 5º maior mercado para as exportações brasileiras. Registrou os investimentos que empresários mexicanos fizeram no Brasil em telecomunicações, hotelaria, indústria alimentícia e mineração. Destacou o estabelecimento do Mecanismo de Consulta e Cooperação Consular Brasil – México para aprofundar o estudo das questões migratórias e de outros temas consulares.

A Ministra do Exterior do México, Patrícia Espinosa, reuniu-se em 23 de julho com o Ministro Celso Amorim por motivo da II Reunião da Comissão Binacional. Do Comunicado Conjunto, constou que haviam reiterado a necessidade de dar cumprimento ao mandato de ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 53.

Em 9 de setembro de 2005, o Itamaraty informou que a Embaixadora do México entregara no dia anterior nota informando da suspensão por tempo indeterminado, a partir de 23 de outubro de 2005, do Acordo entre o Brasil e aquele país sobre isenção de vistos de turista e de negócios, vigente desde 7 de fevereiro de 2004. Acrescentou a nota que o governo brasileiro nada tinha a comentar sobre aquela decisão, que era de competência soberana do governo mexicano. Acrescentou que, em decorrência do comando legal expresso no artigo 1° do Decreto 82.307/78, o governo brasileiro estava obrigado a reciprocar, estabelecendo a mesma exigência de vistos de turista e de negócios em passaportes comuns mexicanos, a partir da mesma data em que o governo mexicano suspendeu o Acordo. Concluiu com a afirmação de que os turistas e homens de negócios mexicanos seriam obrigados a solicitar vistos para viajar ao Brasil.

O México apresentava naquele ano perspectivas econômicas positivas, ajudado pelo comércio exterior, em especial pelo aumento do preço do petróleo que constituía um terço da receita do país. Naquele ano, o México já constituía o segundo maior parceiro comercial dos EUA, depois do Canadá. Os EUA absorviam a maioria das exportações mexicanas, em grande parte produtos de empresas estadunidenses estabelecidas no México[49]. Como observaria um historiador, esses fatores não impediam, no entanto, a emigração de mexicanos para os EUA[50].

Em dezembro de 2006, Felipe Calderón tomou posse como Presidente do México. Em entrevista concedida a jornal mexicano, o Ministro Celso Amorim afirmou que um novo governo no México constituía momento auspicioso para o aprofundamento da relação bilateral.

Pelo Decreto nº 6.342, de 4 de janeiro, foi criado o Consulado Geral do Brasil na Cidade do México. A economia mexicana continuava bem e apresentava, em 2008, renda *per capita* (US$ 10.211, segundo o Banco Mundial) superior à do Brasil (US$ 8.400). Naquele ano, no entanto, a economia mexicana sofreria mais do que outros países latino-americanos os efeitos da recessão mundial, em especial a dos EUA, tendo seu PIB se contraído em mais de 6%. Em 2008, o comércio entre Brasil e México atingiu US$ 7,4 bilhões, dos quais, aproximadamente US$ 4,3 bilhões, corresponderam a exportações brasileiras.

Em julho de 2009, a Secretária de Relações Exteriores do México, Embaixadora Patrícia Espinosa, reuniu-se com o Ministro Celso Amorim por motivo da Segunda Reunião da Comissão Binacional Brasil – México, ao término da qual acordaram emitir extenso Comunicado Conjunto através do qual anunciaram que o Presidente Calderón visitaria o Brasil no mês seguinte. Em agosto, o líder mexicano de fato realizou a visita. Na ocasião, seriam concluídos 18 Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre os dois países, nas áreas de estatística, agropecuária, saúde, banco de leite materno, entre outras. Foi anunciado que Brasil e México deveriam firmar, ainda, acordos relativos a nanotecnologia e biotecnologia.

Em fevereiro de 2010, no contexto da Cúpula da Unidade da América Latina e o Caribe, os Presidentes Lula e Felipe Calderón realizaram reunião bilateral na Riviera Maia. Ao final da reunião, decidiram emitir um Comunicado Conjunto no qual anunciaram o "início de um processo formal de trabalho para avaliar e determinar as áreas de oportunidade, alcances, benefícios e sensibilidades de um Acordo Estratégico de Integração Econômica". Em maio, realizou-se, no México, reunião para preparação de tal acordo.

9.2.4.2. EUA

Na qualidade de Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva visitou os EUA em 10 de dezembro de 2002 e encontrou-se com o Presidente George W. Bush[51]. Em discurso proferido no Clube de Imprensa Nacional, afirmou que havia ido à capital dos EUA para levar, "do Brasil, uma mensagem de amizade". Anunciou a intenção de dar início "a quatro anos de convivência franca, construtiva e benéfica" entre os dois países. Disse que estavam dadas as condições para que se fizesse "um investimento político decidido na parceria entre Brasil e EUA", para "buscar uma associação madura, de respeito mútuo e proveitosa para ambas as partes". Assegurou que seu governo ia "pautar-se pela responsabilidade fiscal, pelo combate à inflação e pelo respeito aos contratos e acordos".

Anos mais tarde, durante entrevista a jornal britânico, o Presidente Lula revelaria o teor da conversa que tivera com George W. Bush naquela ocasião. Informou que este conversou sobre o Iraque de maneira obsessiva. Narrou que falara com franqueza ao líder estadunidense ao dizer-lhe que o Iraque estava muito distante do Brasil e acrescentando que nada tinha contra a Guerra no Iraque, mas que tinha uma outra guerra a combater no

Brasil, isto é, a guerra contra a fome no país. Concluiu que, a partir desse ponto, estabelecera bom relacionamento com Bush[52].

Por ocasião de sua posse, Celso Amorim fez as seguintes declarações com respeito às relações com os EUA:

> Com os EUA da América partilhamos valores e interesses. Pretendo explorar ao máximo nossa história de amizade, fortalecendo as bases para o entendimento construtivo e a parceria madura. O diálogo fluido com os EUA da América é de fundamental importância não só em questões econômico-comerciais do nosso interesse imediato, mas também para assegurarmos influência no encaminhamento dos grandes temas da agenda internacional, de forma compatível com nossas dimensões e valores[53].

Apesar dessas declarações de intenção de entendimento e parceria, as diferenças de visão no plano internacional eram profundas. Desde sua posse, o governo de George W. Bush havia rejeitado diversos acordos internacionais. Condoleezza Rice declarara a Ministros do Exterior europeus que o Protocolo de Kyoto estava "morto". Os EUA haviam se retirado do Tratado de Mísseis Antibalístico com a Rússia, haviam se oposto ao pacto para controles de armas, ao novo Protocolo da Convenção de Armas Biológicas, ao CTBT e haviam repudiado o Tribunal Penal Internacional que havia sido assinado por Bill Clinton[54].

O primeiro semestre do governo Lula seria marcado por alguns atritos ou fricções com o governo ou outras entidades dos EUA as quais se desenvolveram quanto às seguintes questões: (a) a utilização da base de Alcântara; (b) atuação do correspondente do jornal *The New York Times*; (c) atividades na Tríplice Fronteira; (d) a vinculação entre o TPI e a assistência militar; e (d) reciprocidade de vistos e tratamento de passageiros. Ao longo do governo Lula, desenvolver-se-iam também diversos diferendos comerciais: (a) aplicação de ações *antidumping* pelos EUA (Emenda Byrd); (b) subsídios para o algodão; (c) a imposição de salvaguardas a produtos siderúrgicos; (d) direitos autorais e SGP; (e) medidas *antidumping* a suco de laranja; (f) veto dos EUA a venda realizada pela EMBRAER; e (g) subsídios agrícolas.

Logo no início do governo, houve uma vitória comercial contra Washington em litígio herdado de governo anterior ("Emenda *Byrd*") e teve início outro contencioso (subsídios ao algodão). Em janeiro de 2003, o governo brasileiro expressou grande satisfação com o teor do Relatório do Órgão de Apelação da OMC no contencioso "EUA – Lei de Compensação por Dumping e Subsídio Continuado de 2000", que examinou a legislação

norte-americana mais conhecida como "Emenda Byrd" e instou os EUA a tornarem-na consistente com os Acordos da OMC. Notou que o documento acatava o bojo das reclamações apresentadas pelo Brasil e demais partes reclamantes ao longo do contencioso. Afirmou que o relatório representava "importante vitória contra o desvirtuamento, para fins protecionistas, de instrumentos de defesa comercial". Expressou esperança de que os EUA dessem pronto e pleno cumprimento às determinações do painel e do Órgão de Apelação.

No mês seguinte, em outra medida contra o governo de Washington, a delegação do Brasil em Genebra solicitou ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o estabelecimento de painel para examinar a compatibilidade de subsídios concedidos pelo governo norte-americano a seus cotonicultores com o Acordo sobre Agricultura, o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatória e o GATT 1994. O painel foi estabelecido em março. Participaram dos procedimentos, na condição de terceiras partes, Argentina, Austrália, Benin, Canadá, Chade, China, Índia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Taiwan, UE e Venezuela. Conforme constou de nota à imprensa, o Brasil defendeu perante o painel que as medidas questionadas no âmbito da Lei agrícola de 1996 haviam causado "prejuízo grave" ao país, por meio da depressão dos preços internacionais do algodão e do aumento ilegítimo da participação norte-americana nas exportações do produto. Argumentou que os subsídios que seriam concedidos sob a nova Lei ameaçavam causar "prejuízo grave". O Brasil atacou ainda os subsídios norte-americanos à exportação de algodão (e, no caso das garantias de crédito à exportação, também de outras *commodities*), concedidos em violação às do Acordo sobre Agricultura e do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

Essas batalhas comerciais se davam em meio a contexto político internacional em que os EUA exerciam sua enorme presença internacional. Assim, por exemplo, em 2003, antes do deslocamento de tropas para a invasão do Iraque, as forças armadas dos EUA mantinham 752 instalações militares em mais de 130 países. Em 65 desses países, mantinham contingentes importantes de tropas[55]. Nesse contexto internacional, Celso Amorim declarou, em abril, que a preeminência econômica e militar dos EUA situava o relacionamento com Washington em uma categoria à parte. Reiterou desejo de fortalecer as bases para o entendimento construtivo e a parceria madura. Notou que os contatos iniciais entre os dois Chefes de Estado haviam sido positivos. Observou que, tanto em âmbito multilateral, como no quadro mais estritamente bilateral, as duas maiores democracias das Américas tinham interesse em aperfeiçoar os mecanismos de consulta

e conhecimento recíproco de posições. Ressaltou que o diálogo político com os EUA, respeitadas as diferenças de ponto de vista, permanecia essencial. Informou que seus contatos com o Secretário de Estado tinham sido frequentes e construtivos.

A política brasileira com relação aos EUA, no entanto, distanciava-se da que a precedera. Assim, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputado, em final de abril, Celso Amorim informou, quanto ao acordo sobre a utilização da Base de Alcântara assinado no governo anterior, que os Ministros da Ciência e Tecnologia; da Defesa e ele próprio haviam se reunido e haviam feito uma exposição de motivos ao Presidente da República em que recomendavam a retirada do projeto. Em maio, o governo do Presidente Lula, de fato, determinou que o acordo fosse retirado do Congresso.

Em 9 de maio, um incidente com muita repercussão ocorreria quando o correspondente do *New York Times* no Brasil, Larry Rohter, publicou artigo ofensivo ao Presidente Lula. O Embaixador em Washington, Roberto Abdenur, enviou carta ao jornal em afirmou que o artigo era "irreverente, mentiroso e danoso à integridade do Presidente da República Federativa do Brasil e à imagem do país" ("flippant, lying and damaging to the integrity of the President of the Federal Republic of Brazil and the image of the country"). Expressou sua perplexidade e indignação por ter o diário dado crédito a história sem fundamento. O jornal manteve, no entanto, suas alegações. Para impedir expulsão do jornalista do país, o Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* a Rohter, tendo tomado em consideração ser este casado com brasileira e viver no Brasil com dois filhos desde 1999. No dia 13, o ato de expulsão foi anulado após os advogados de Rohter terem declarado que não era sua intenção ofender o Presidente. No dia 14, o visto do jornalista foi renovado.

Outro ponto de preocupação na relação bilateral dizia respeito às periódicas acusações provenientes de fontes nos EUA a respeito de transferências financeiras da região da Tríplice Fronteira para financiar o terrorismo internacional. Por nota de 23 de maio de 2003, o Itamaraty informou que, reunidos, representantes dos três países fronteiriços e os EUA haviam expressado a determinação em ampliar a eficiência de ações voltadas para impedir que recursos financeiros fossem destinados a grupos terroristas. Manifestaram interesse nas oportunidades de cooperação mútua e capacitação de pessoal. Nesse contexto, a delegação dos EUA apresentou um elenco de oportunidades de treinamento e formação aberto nos vários órgãos do governo norte-americano.

Apesar desses incidentes, em maio, Celso Amorim declarou que as relações com os EUA eram muito boas, muito importantes. Lembrou que os EUA eram um grande mercado, "mais ou menos 24% ou 25% do total das exportações brasileiras". Disse que os EUA haviam respeitado a posição brasileira na questão do Iraque.

Nesse meio tempo, prosseguia o contencioso sobre algodão na OMC. Em junho, Brasil e EUA receberam o relatório final do painel. Por nota à imprensa, o governo brasileiro saudou com grande satisfação as determinações do painel. Notou que os efeitos da decisão do painel, entretanto, não se limitavam à cotonicultura brasileira. Ressaltou que, em perspectiva mais ampla, o relatório final do painel do algodão reforçava os pleitos dos países africanos produtores de algodão, que estavam entre os países mais pobres do mundo. Expressou esperança de que os EUA cumprissem a decisão do painel no menor prazo possível.

Os diferendos comerciais e os atritos iniciais não desencorajaram mútua aproximação política. O Presidente Lula visitou Washington, em junho, acompanhado de dez Ministros de Estado[56], tendo, com George W. Bush, declarado a intenção de "criar relacionamento bilateral mais próximo e qualitativamente mais forte". Do Comunicado Conjunto, constou ainda que os fluxos de comércio e cultura que uniam as duas sociedades eram fortes e profundos, e a comunhão de valores levava a ambicionar a formação de uma parceria natural que buscasse esforços comuns. Foi decidido o estabelecimento de consultas regulares a cooperação em temas de interesse comum. Entre as formas de cooperação, encontrava-se o reconhecimento da responsabilidade dos dois países, como copresidentes para a conclusão exitosa das negociações da ALCA.

Mal terminada a visita, surgiria nova divergência política, desta vez em decorrência do governo Bush ter se recusado a subscrever o Tribunal Penal Internacional (TPI) da ONU[57]. Por nota de 1º de julho de 2003, o Itamaraty informou que o governo brasileiro tomara conhecimento da decisão dos EUA de suspenderem a assistência militar a cerca de 50 países, entre os quais o Brasil, que não haviam se disposto a assinar acordo bilateral com os EUA ao amparo do Estatuto de Roma do TPI. Notou que tal acordo daria imunidade de jurisdição aos cidadãos dos EUA e que o objetivo do TPI era impedir que permanecessem impunes indivíduos acusados da prática de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Expressou o entendimento brasileiro de que o acordo proposto pelos EUA seria contrário à letra e ao espírito do Estatuto de Roma, e atentaria contra a igualdade jurídica dos Estados. Acrescentou que, ademais, sob o prisma estritamente jurídico, por ser parte de tal Estatuto, o Brasil não poderia afastar, pela via

bilateral, obrigação contraída em âmbito multilateral. Concluiu que, por tais motivos, o Brasil não tencionava firmar o acordo bilateral proposto pelos EUA. Ressaltou que a assistência militar atualmente prestada pelos EUA ao Brasil não era significativa e reiterou o interesse brasileiro em preservar as tradicionais relações e a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.

As controvérsias comerciais continuavam. A diplomacia econômica do Brasil obteve nova vitória quando, em julho, painel da OMC, estabelecido a pedido do Brasil, China, Comunidades Europeias, Coreia, Japão, Noruega, Nova Zelândia e Suíça (codemandantes), determinou que todas as salvaguardas impostas pelos EUA sobre importações de 10 categorias de produtos siderúrgicos violavam as disciplinas multilaterais de comércio. O painel aceitou os principais argumentos dos codemandantes. Em nota à imprensa, o governo brasileiro recebeu com satisfação a decisão do painel e manifestou sua expectativa de que os EUA revogassem prontamente as medidas de salvaguarda tidas como incompatíveis com as normas da OMC.

Novo incidente político-diplomático teria origem, em agosto, na política estadunidense relacionada ao combate do terrorismo em seu território. Por nota daquele mês, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento da decisão do governo norte-americano "de, alegando razões de segurança, passar a exigir, de imediato, visto de trânsito para nacionais de diversos países, inclusive do Brasil, de passagem por aeroportos dos EUA". Lamentou a aplicação da decisão a cidadãos brasileiros e informou que estava examinando a situação, tendo em vista o princípio da reciprocidade e à luz da legislação pertinente.

Apesar desses contratempos, os contatos bilaterais aumentavam desde a realização da visita presidencial. Em 8 de setembro, o Presidente Lula recebeu um telefonema do Presidente Bush que tratou de reunião da OMC que se realizaria naquela semana em Cancún, no México.

Enquanto isso, o Brasil continuava a somar vitórias comerciais contra os EUA. Por nota à imprensa, em setembro, o Brasil declarou que recebera, com satisfação, o relatório final do painel que questionou a compatibilidade de vários subsídios norte-americanos à produção, comercialização e exportação de algodão com as normas multilaterais de comércio (Acordo sobre Agricultura; Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; e Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT).

Em novembro, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim participaria, em Washington, de reunião "miniministerial" da ALCA, e deveria, igualmente, manter encontros de trabalho com o Secretário de Estado, Colin Powell, e com o Representante Comercial dos EUA, Robert Zoellick.

Outro resultado positivo seria obtido na questão de salvaguardas impostas pelos EUA sobre produtos siderúrgicos. O Brasil e os demais codemandantes emitiram comunicado em que expressaram satisfação ao tomar conhecimento da confirmação pelo Órgão de Apelação, divulgada em novembro, de que todas as medidas de salvaguardas impostas pelos EUA sobre dez categorias de produtos siderúrgicos violavam as disciplinas da Organização. Acrescentaram que caberia então aos EUA revogar, sem demora, as medidas de salvaguarda tidas como incompatíveis com as disciplinas da OMC.

Em dezembro, expirou o prazo para os EUA tornarem a "Emenda Byrd" compatível com as disciplinas da OMC. Por nota à imprensa, o governo brasileiro declarou que, como os EUA não haviam adequado a norma condenada, o Brasil e mais sete Membros da Organização haviam solicitado ao Órgão de Solução de Controvérsias autorização para suspender concessões e outras obrigações para com aquele país. Os fundos provenientes de direitos sobre produtos importados do Brasil chegaram a US$ 3 milhões em 2002. Esclareceu a nota que o Brasil pleiteava o direito de impor tarifas adicionais sobre produtos dos EUA em montante relacionado à mais recente distribuição de fundos a produtores norte-americanos nos termos da "Emenda Byrd". Explicou que tal montante oscilaria, portanto, conforme o volume da distribuição. Declarou que a lista de produtos dos EUA que sofreriam sobretaxas seria definida posteriormente. Notou que, além do Brasil, haviam solicitado autorização para retaliar: Canadá, Chile, Comunidades Europeias, Coreia do Sul, Índia, Japão e México. Também em dezembro, o Brasil declarou ter tomado conhecimento com satisfação da revogação plena e imediata das medidas de salvaguardas sobre importações de produtos siderúrgicos impostas pelos EUA que haviam sido consideradas inconsistentes com as disciplinas da OMC.

Paralelamente, desenvolveu-se, ainda em dezembro, questão a respeito de reciprocidade de vistos e tratamento de passageiros de aviões. Naquele mês, um juiz brasileiro determinou que, em reciprocidade a exigências dos EUA, deveriam ser tomadas fotos e impressões digitais dos cidadãos estadunidenses ao entrar no Brasil.

> 1 – Em 7 de janeiro de 2004, o Ministro Celso Amorim convocou a Embaixadora dos EUA, Donna Hrinak, para tratar da questão da identificação de cidadãos brasileiros que ingressavam nos EUA. Reiterou-lhe a importância de encontrar, a exemplo do que já ocorria com os cidadãos de 27 outros países, uma solução que permitisse isentar os nacionais brasileiros dos procedimentos de controle a que estavam sendo ora submetidos[58];

> 2 – No dia 10, o Presidente aprovou Portaria Interministerial sobre o controle de ingresso de estrangeiros no território nacional. Pelo instrumento foi criado Grupo de Trabalho permanente com a finalidade de propor e avaliar procedimentos especiais de controle de ingresso de estrangeiros no território nacional, baseados em critérios de reciprocidade de tratamento a brasileiros no exterior, ou por razões de segurança;
>
> 3 – No dia 13, um juiz federal revogou a decisão judicial anterior, mas uma portaria decidiu que esta permaneceria em vigor por mais 30 dias. Dois dias depois, um piloto estadunidense foi multado em US$ 12 mil for fazer um gesto obsceno ao ser fotografado em aeroporto brasileiro;
>
> 4 – No dia 16, Celso Amorim afirmou que se queria a integração, não era barrando a entrada de pessoas que esta seria alcançada. Ressaltou a necessidade da reciprocidade porque esta era o princípio básico das relações internacionais. Disse que o objetivo brasileiro não era para tratar mal os outros, mas que os outros tratassem bem os brasileiros, com a dignidade que mereciam;
>
> 5 – No dia 28, informou que "o fichamento de turistas americanos, determinado em represália à iniciativa dos EUA" não fora iniciativa do Itamaraty, mas uma decisão judicial. Admitiu que a reciprocidade não tinha de ser automática nem absoluta, mas observou que brasileiros que iam aos EUA eram tratados de modo inadequado. Reconheceu que o passaporte brasileiro não era o ideal e apresentava problemas, mas reclamou de os EUA não terem dado prazo para que o Brasil se adaptasse e tivesse um passaporte seguro e não precisar de visto. Argumentou que nenhum terrorista partira do Brasil para atacar os EUA, com os quais o Brasil compartilhava longa história de convivência pacífica e com os quais lutara lado a lado na II Guerra Mundial.

A esse atrito político, acresciam-se os litígios comerciais em Genebra. Em entrevista concedida no mês de janeiro de 2004, Celso Amorim afirmou que o Brasil estava fazendo valer seu direito, "como qualquer outro país na OMC" fazia. Disse que a "Emenda Byrd" impunha uma dupla penalidade, porque ela não só cobrava o *antidumping* que era cobrado às vezes de maneira arbitrária, mas ainda transferia o dinheiro para os produtores americanos, portanto dava um subsídio. Reiterou que o Brasil – como a UE, o Japão, o México e vários outros países – estava entrando com pedido de autorização para retaliar. Esclareceu que isso não queria necessariamente dizer que o Brasil iria retaliar. Concluiu que podia ser que os EUA mudassem a medida, o que para o Brasil seria o ideal.

O relacionamento bilateral era questionado pela imprensa brasileira. Em entrevista concedida no mês de janeiro de 2004, perguntado sobre o que aprendera sobre os americanos, o Ministro Celso Amorim respondeu que eles só respeitavam quem se respeitava. Estendeu o argumento, dizendo que quem defendia seu interesse, sem ser antiamericano, eles respeitavam. Explicou que quando era um interesse legítimo, e não apenas um "jogo para a plateia", eles respeitavam. Prosseguiu dizendo que era preciso ter uma opinião baseada em princípios e interesses, e seguir seu rumo com equilíbrio. Argumentou que, se fosse submisso, seria descartado; por outro lado, se fosse estridente, retórico, também não se configurava como um interlocutor válido. Concluiu que a arte da diplomacia era defender o interesse nacional e fazer isso de modo humanista e equilibrado. Afirmou que os americanos olhavam o Brasil como parceiro. Declarou que nunca sentira uma atitude de cobrança nas suas conversas com o Secretário de Estado Colin Powell. Informou que conversavam inclusive no sentido de não deixar que as relações comerciais atrapalhassem as relações diplomáticas. Acrescentou que, em relação à América do Sul, havia uma atitude positiva, pois sabiam que a política brasileira era de democracia, de estabilizar o sul do continente. Observou que as formas não eram as mesmas, mas os valores básicos eram. Concluiu que, quando dois povos tinham os mesmos valores básicos, como era o caso de Brasil e EUA, as discordâncias não produziam confronto, eram até necessárias.

As discordâncias comerciais continuavam a surgir. Em junho de 2004, o governo norte-americano decidiu dar continuidade a exame de petição apresentada quatro anos antes por setores ligados à proteção dos direitos autorais nos EUA, no sentido de revisar benefícios atribuídos ao Brasil no quadro do Sistema Geral de Preferências SGP, sob alegações de "inadequada e ineficaz" proteção aos direitos autorais no país. Em contatos bilaterais no âmbito do Mecanismo de Cooperação e Consultas Brasil – EUA, o governo brasileiro procurava ressaltar ao lado norte-americano os esforços do governo brasileiro para combater o ilícito no Brasil.

Também a pendência a respeito da "Emenda Byrd" continuava a se processar em Genebra. Um painel de arbitragem da OMC autorizou o Brasil, em agosto, a "suspender concessões e outras obrigações" para com os EUA pelo fato de aquele país não estar cumprindo as recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias relativas ao contencioso da "Emenda Byrd". Os outros sete demandantes nessa arbitragem – Canadá, Chile, Coreia do Sul, Índia, Japão, México e UE – receberam autorizações análogas.

Em declarações diversas, o Presidente Lula e o Ministro Amorim procuravam definir o relacionamento bilateral e negar haver

antiamericanismo na política externa brasileira. Assim, em agosto, Celso Amorim afirmou que o fato de um país possuir indiscutível preeminência militar, como era o caso dos EUA, não significava que devia prescindir de outras visões de mundo. Disse que o caso do Iraque era ilustrativo dos limites das ações unilaterais.

A controvérsia sobre as exigências de entrada nos EUA alcançava entendimento bilateral. Em reunião de cooperação consular e jurídica entre Brasil e EUA realizada em Brasília em setembro, a delegação norte-americana concordou em considerar proposta brasileira de tornar disponível a cidadãos brasileiros, cuja entrada nos EUA fosse negada, carta em português, informando-os de seus direitos e do número do telefone da repartição consular mais próxima. A Parte norte-americana expressou a importância de sua política de "fronteiras seguras" e "portas abertas", que procurava garantir a segurança dos EUA e tratar os visitantes de maneira cortês e eficiente. A chefe da delegação estadunidense ressaltou que a grande maioria dos mais de um milhão de cidadãos estrangeiros que entravam diariamente nos EUA o faziam sem dificuldade. Não obstante, solicitou à Parte brasileira que informasse aos EUA de casos problemáticos e comprometeu-se a dar continuidade aos esforços dos EUA para assegurar viagens sem percalços. O chefe da delegação brasileira, Embaixador Ruy Nogueira, agradeceu a Parte norte-americana por seus esforços e pelo compromisso de manter comunicação contínua entre ambos os Governos.

Em outubro, Celso Amorim afirmou que a imposição unilateral de vontades não contribuía para a estabilidade internacional. Argumentou que a possibilidade de discordar e a manifestação de visões distintas não deviam ser vistas como empecilhos inoportunos ou incômodos. Defendeu a ideia de que, ao contrário, a manifestação de diferenças enriquecia e dava sustentação a qualquer processo de tomada de decisão, conferindo maior legitimidade e probabilidade de sucesso às iniciativas adotadas. Disse que o unilateralismo apenas reforçava o isolamento, agravava desigualdades e alimentava frustrações e fanatismo. Concluiu que a paz internacional não se construía pela imposição unilateral da força. Raciocinou que não seria impróprio sustentar que aos EUA correspondia uma parcela significativa – mas de modo algum exclusiva – da responsabilidade coletiva de promoção da paz sobre bases sólidas.

As vitórias brasileiras na OMC começavam a ter resultados concretos. Em novembro, o Órgão de Solução de Controvérsias autorizou o Brasil a suspender concessões e outras obrigações para com os EUA pelo não cumprimento, por aquele país, das recomendações relativas ao contencioso da "Emenda Byrd".

Após a reeleição de George Bush, naquele mês, o Embaixador em Washington, Roberto Abdenur, afirmou que o reeleito demonstrara desde o início de seu mandato a disposição de manter com o Brasil uma relação aberta, respeitosa e de densidade crescente. Ressaltou que os EUA continuavam a ser, de longe, o mais importante parceiro econômico-comercial do Brasil. Lembrou que quase 30% do saldo comercial brasileiro em 2003 fora gerado com os EUA, e mais de três quartos dos produtos brasileiros para lá exportados eram industrializados. Sublinhou que os EUA eram a principal fonte de investimentos diretos no Brasil, com estoque de cerca de US$ 34 bilhões, que geravam empregos, arrecadavam impostos e contribuíam para o esforço exportador brasileiro.

Os êxitos em litígios comerciais se davam não apenas no plano multilateral, mas também no bilateral. Por nota de abril de 2005, o Itamaraty informou que o governo dos EUA informara sua decisão de manter as preferências tarifárias atribuídas a produtos brasileiros no âmbito do SGP e de prosseguir na análise da situação da proteção dos direitos autorais no Brasil por cerca de mais cinco meses. Acrescentou a nota que, em razão do interesse nacional, o governo brasileiro continuaria a tomar medidas para combater a pirataria no Brasil.

Enquanto ocorriam os atritos políticos e diferendos comerciais acima mencionados, o relacionamento bilateral como um todo evoluiria positivamente. Em abril de 2005, o Itamaraty anunciou que a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, visitaria o Brasil. Afirmou a nota que o desenvolvimento da cooperação entre os dois países e as boas relações pessoais entre os Presidentes Lula e Bush tinham facilitado a identificação de áreas de atuação conjunta e garantido diálogo fluido e mutuamente respeitoso nas relações bilaterais. Notou que o comércio entre os dois países fora ampliado nos anos anteriores e ultrapassara a marca de US$ 31 bilhões nos dois sentidos em 2004. Concluiu com o comentário de que, absorvendo quase um quarto das exportações brasileiras, sobretudo de bens manufaturados, os EUA permaneciam na posição de principal parceiro comercial individual do país. De forma similar, o Brasil continuava a ser o maior receptor de investimentos dos EUA na América do Sul. Estimavam-se em US$ 34 bilhões os investimentos norte-americanos no Brasil e em US$ 2 bilhões os investimentos brasileiros nos EUA.

O Presidente Lula afirmou, em maio, que os americanos eram "duros" e que ele não era "louco de querer afrontá-los". Disse que queria tratá-los como eles tratavam o Brasil. Acrescentou que isso significava dizer aos americanos que o Brasil queria os mesmos direitos que eles

queriam. Concluiu que a "lógica comercial" era a única chance do Brasil "levar o jogo, pelo menos, para o empate e não perder de goleada, como sempre perdera".

No plano multilateral, a questão de subsídios para o algodão se desenvolvia. Por nota de julho, o Itamaraty informou que estava sendo circulado naquela data, na OMC, pedido brasileiro de autorização para adotar contramedidas sob o Artigo 4.10 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) e para suspender concessões e obrigações para com os EUA sob o Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC). Acrescentou a nota que o pedido brasileiro decorria do fato de ter expirado, no dia 1° daquele mês, o prazo para que os EUA retirassem os subsídios considerados proibidos pelo Órgão de Solução de Controvérsias.

Os litígios comerciais não se desaceleravam e, por nota de agosto, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera "com estranheza" o anúncio pelo governo norte-americano da aplicação de medidas *antidumping* preliminares sobre as importações de suco de laranja do Brasil. Considerou "lamentável" que o produto brasileiro, reconhecido no mercado internacional como altamente competitivo, fosse objeto de mais uma medida restritiva de comércio, que vinha somar-se ao imposto de importação específico de US$ 418 por tonelada. Declarou que o governo brasileiro e o setor privado examinariam cuidadosamente as condições e os procedimentos adotados na investigação *antidumping* sobre o suco de laranja do Brasil, no sentido de verificar se as disciplinas da OMC haviam sido plenamente observadas, além de tomar as medidas cabíveis.

A falta de cumprimento de decisões da OMC por parte de Washington era tratada com firmeza. Por nota de setembro, o Itamaraty informou que expirara no dia anterior, 21 de setembro de 2005, o prazo para que os EUA tivessem dado cumprimento às recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC no que dizia respeito aos subsídios que causavam prejuízo grave ao Brasil. Informou que o Brasil reservaria seus direitos em conformidade com as disposições do sistema de solução de controvérsias da OMC, devendo solicitar que o OSC, dentro dos 30 dias seguintes, concedesse autorização para que o Brasil adotasse as contramedidas aplicáveis ao caso.

Os contatos políticos se amiudavam. O Itamaraty informou, em setembro, que o Ministro Celso Amorim encontrava-se em Washington onde manteria reunião de trabalho com a Secretária de Estado dos EUA, Condoleeza Rice. Após o encontro, Celso Amorim informou que, do ponto de vista bilateral, haviam falado essencialmente de que tipo

de resultados desejavam para a visita do Presidente Bush ao Brasil e da expectativa muito positiva que existia a esse respeito da parte do Presidente Lula. Acrescentou ter sido discutida a ideia de ampliação da cooperação que já existia entre o Brasil e os EUA. Em outra entrevista, disse que ambos haviam dedicado bastante tempo à reforma da ONU e a temas como desarmamento, não proliferação e Oriente Médio. Declarou que havia sintonia de opiniões. Disse que o mesmo ocorria na área comercial. Ressaltou que o comércio com os EUA nunca crescera tão rápido.

Por nota de outubro, o Itamaraty informou que estava sendo circulado na OMC pedido brasileiro de autorização para adotar contramedidas sob o Artigo 7.9 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e para suspender concessões e obrigações para com os EUA sob o Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC). Informou que o Brasil lamentava aquela situação e notava que a plena implementação das recomendações do OSC era fundamental para a credibilidade do sistema multilateral de comércio. Em entrevista, Celso Amorim afirmou que os EUA ainda não haviam mudado a legislação para reduzir os subsídios. Reconheceu que a ONU e a OMC tinham suas limitações. Ponderou que as mudanças ocorriam de forma gradual. Esclareceu que, no caso do algodão, eram várias questões diferentes. Notou que uma dessas dependia de medida administrativa a qual os americanos haviam começado a tomar. Declarou que o Brasil ia avaliar se o atendia. Observou que outra dependia do Legislativo e a medida fora enviada ao Congresso. Ressaltou que, no caso do apoio interno às exportações, objeto do pedido brasileiro de autorização para retaliar, nada havia sido feito. Disse que o Brasil ia ver o que acontecia, mas não ia abdicar de seus direitos.

O Itamaraty informou, por nota de 3 de novembro, que o Presidente George W. Bush realizaria visita de trabalho a Brasília nos dias 5 e 6. Ressaltou a nota que, destino de quase um quinto das exportações brasileiras, os EUA permaneciam na posição de principal parceiro comercial individual do Brasil. Notou que as trocas bilaterais vinham-se incrementando, havendo as exportações crescido 20% em 2004 – resultado significativo quando se considerasse que cerca de 90% da pauta se compunha de produtos manufaturados. Acrescentou a nota que, dentre os resultados esperados do encontro presidencial, destacava-se o fortalecimento dos mecanismos de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, educação, meio ambiente e saúde, nos moldes da experiência bem-sucedida dos grupos de trabalho sobre crescimento,

agricultura e energia, criados durante a visita do Presidente Lula a Washington. Acrescentou que, igualmente, seriam intensificados os canais de diálogo institucional, com vistas a estimular os setores público e privado a aumentarem e diversificarem os fluxos de bens e serviços.

Durante a visita, os Presidentes Bush e o Presidente Lula reafirmaram as boas relações entre os dois países, comprometendo-se a trabalhar pelo avanço da paz, democracia, e uma conclusão exitosa da Rodada Doha. Bush agradeceu ao Brasil por exercer liderança no mundo e no hemisfério, inclusive o papel das forças de paz no Haiti. Por ocasião da visita, o Presidente Lula fez declaração à imprensa na qual afirmou que a presença do visitante expressava, em grau elevado, o aprofundamento do diálogo entre os dois Governos. Afirmou que haviam se equivocado redondamente aqueles que haviam previsto, quando de sua eleição para a Presidência do Brasil, que as relações entre o país e os EUA se deteriorariam. Declarou que, ao contrário, as relações atravessavam um de seus melhores momentos.

Da declaração conjunta por ocasião da visita, constou que os dois Presidentes haviam concordado em reforçar a cooperação bilateral para combater o narcotráfico, o tráfico de animais silvestres, o terrorismo e a lavagem de dinheiro, com ênfase na troca de informações entre as unidades de inteligência financeira dos dois países e na definição de mecanismos para recuperação de ativos resultantes de ilícitos transnacionais. Concordaram em: (a) convocar a Comissão Conjunta prevista no Acordo Bilateral de Cooperação em Ciência e Tecnologia de 1984 e reforçar atividades de médio e longo prazo em áreas como ciências da terra, do ar e do espaço, saúde, biodiversidade e agricultura; (b) renovar o atual Memorando de Entendimento, continuando a "Parceria para a Educação"; (c) elevar o nível do atual diálogo sobre a proteção do meio ambiente e sobre o manejo sustentável dos recursos naturais; e (d) estabelecer um mecanismo de consultas informais entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Departamento de Comércio.

Naquele ano de 2005, os EUA não davam ainda sinais claros de que sua economia entraria em recessão três anos depois. O orçamento do Pentágono equivalia aos orçamentos somados dos 12 ou 15 países seguintes na lista, e os gastos da defesa americana respondiam por 40 a 45% de todos os gastos dos 189 países do mundo[59].

Os diferendos comerciais com o Brasil prosseguiam, tendo novo bom resultado de negociações sido alcançado em janeiro de 2006. Por nota daquele mês, o governo brasileiro informou ter recebido, com satisfação, a decisão do governo de Washington de encerrar a investigação contra o

Brasil no âmbito das revisões periódicas do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA, divulgada naquela data. Considerou que o encerramento da investigação representava importante vitória para o Brasil e para os exportadores brasileiros, uma vez que assegurava a preservação do atual regime do SGP.

Uma decisão política com efeitos comerciais teria lugar quando os EUA vetaram a venda de aviões da EMBRAER à Venezuela. (O "veto" se tornara possível dado o percentual de componentes de fabricação norte-americana). Em entrevista concedida em janeiro de 2006, Celso Amorim tratou da questão. Afirmou que o Brasil estava usando os canais diplomáticos no mais alto nível para tratar do tema. Acrescentou que conversara com o Secretário de Comércio Bob Portman e duas vezes com a Secretária de Estado Condoleezza Rice a quem também escrevera, tendo uma resposta que não o satisfizera plenamente. Esclareceu que não recebera garantia, segurança de que haveria um tratamento adequado à questão. Explicou que os aviões não eram de uso militar ofensivo e argumentou que a Venezuela não era ameaça militar a ninguém, não estava sob sanções militares ou econômicas aprovadas por nenhum órgão internacional e nem mesmo pelo Congresso dos EUA.

Os litígios comerciais prosseguiam. Por nota de 10 de fevereiro de 2006, o governo brasileiro declarou que recebera com desagrado a decisão da Comissão de Comércio Internacional (CCI) dos EUA, adotada dois dias antes, por meio da qual a entidade se manifestara definitivamente sobre a existência de dano à indústria norte-americana por suposta prática de *dumping* nas importações de suco de laranja brasileiro. Acrescentou que, na tomada de decisão, o painel de seis investigadores dividira-se em três votos a favor e três votos contrários. Esclareceu que, pelas regras do CCI, o empate favorecia o pleito da indústria doméstica. Argumentou que tal resultado evidenciava a fragilidade da argumentação sobre existência de dano causado pelas exportações brasileiras. Reafirmou sua preocupação com a possibilidade de que as exportações brasileiras sofressem com a imposição de mais uma medida restritiva de comércio adotada pelos EUA (margens de *dumping* que variam de 9,73% a 60,29%), as quais se somariam ao já elevado imposto de importação vigente de US$ 441 por tonelada. Ressaltou que o suco de laranja brasileiro era amplamente reconhecido no mercado internacional como muito competitivo em razão dos seus baixos custos de produção. Sublinhou que as exportações brasileiras tinham historicamente desempenhado importante papel de complementar o abastecimento do mercado nos EUA. Declarou que a nova medida frustrava as justas expectativas dos produtores brasileiros de

acesso desimpedido ao mercado norte-americano. Concluiu que o governo brasileiro e o setor privado estavam realizando cuidadosa avaliação das decisões e dos procedimentos que foram adotados na investigação sobre o suco de laranja brasileiro, com vistas a verificar se as disciplinas da OMC haviam sido plenamente observadas e a tomar as medidas apropriadas.

Os novos entendimentos políticos bilaterais começavam a ser implementados. Em julho de 2006, realizou-se, em Washington, o primeiro Encontro da Comissão Conjunta Brasil – EUA sobre Cooperação Científica e Tecnológica.

Em outubro, perguntado sobre como estavam as relações entre Brasil e EUA, o Ministro Celso Amorim chamou atenção para o número de visitas de autoridades estadunidenses ao Brasil. Afirmou que as relações com o Presidente George W. Bush eram "pragmáticas e diretas". Informou que se comunicava com a Secretária de Estado Condoleezza Rice "com grande frequência". Esclareceu que conversavam sobre Haiti, América do Sul, Coreia do Norte, Líbano. Notou, por fim, que o comércio com os EUA vinha "batendo recordes". Conclui que havia intenção de aprofundar as relações com os EUA, "mas nunca de forma unidirecional", pois, "embora não houvesse dúvida de que os EUA eram um grande mercado, era necessário continuar buscando outros caminhos, para não ser o Brasil "dependentes de apenas um".

Em entrevista concedida no mês de fevereiro de 2007, perguntado novamente se havia algum viés antiamericano na política externa brasileira, Celso Amorim declarou que a atitude brasileira era pragmática e procurava defender o interesse brasileiro, não havendo antiamericanismo. Notou os contatos intensos do Presidente Lula com o Presidente George W. Bush, e citou a discussão em torno do biocombustível, e o trabalho conjunto no Haiti, sobre o qual os EUA ouviam muito o Brasil. Concluiu que havia uma relação madura e positiva em relação aos temas do continente.

O Presidente Bush visitou novamente o Brasil em março de 2007, quando, com o Presidente Lula, assinou um acordo sobre etanol[60]. Pelo documento, os dois países expressaram "a intenção de cooperar no desenvolvimento e difusão dos biocombustíveis numa estratégia de três níveis (bilateral, em terceiros países e global)". Em declaração à imprensa após almoço de trabalho em São Paulo com o Presidente Bush, o Presidente Lula ressaltou que, durante o seu primeiro mandato, o comércio entre os dois países aumentara mais de 50%. Afirmou que o memorando de entendimento sobre biocombustíveis que os respectivos Ministros haviam assinado era um passo decisivo para impulsionar a democratização

energética e levar os biocombustíveis para todos. Expressou a esperança do Brasil de que o mercado de etanol se beneficiasse de um comércio desimpedido e livre de protecionismo.

Por sua vez, o Presidente Lula visitou os EUA ainda no mesmo mês, quando manteve encontro com o Presidente Bush em Camp David. Em declaração à imprensa após o encontro, mencionou diversos dos assuntos que haviam sido tratados, em especial a questão do etanol. Informou ter falado "com o Presidente Bush sobre a preocupação brasileira com relação à questão da reforma da ONU". Reconheceu que se tratava de questão na qual os dois países tinham "mais divergências". Mencionou ter sido tratada a "situação do Oriente Médio, em especial o Líbano". Referiu-se a outros temas abordados, entre os quais, Haiti, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e a integração da América do Sul. Em artigo no mês seguinte, Celso Amorim afirmou que a agenda do encontro revelara "uma parceria madura". Rejeitou a ideia de que tal resultado fora obtido por uma suposta "correção de rumos" da política externa. Ressaltou que não necessariamente haveria sempre concordância entre Brasil e EUA.

Os diferendos comerciais prosseguiam independentemente dos avanços políticos bilaterais. Em medida de caráter amplo, por nota de 11 de julho de 2007, o Itamaraty informou que, com base no Entendimento sobre Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC), o governo brasileiro decidira solicitar consultas aos EUA sobre um conjunto de programas de apoio doméstico e de subsídios agrícolas concedidos aos produtores norte-americanos entre 1999 e 2005. Esclareceu que o pedido de consultas referia-se tanto a aspectos dos programas de apoio doméstico e de subsídios que já haviam sido questionados pelo Brasil no contencioso do algodão contra os EUA, como a novos elementos relacionados a esses programas, em especial, os montantes desembolsados anualmente em benefício dos produtores norte-americanos. Acrescentou que, na condição de um dos maiores produtores e exportadores agrícolas mundiais, interessava ao Brasil acompanhar e influenciar a evolução da jurisprudência da OMC relativa à aplicação das regras multilaterais sobre o comércio agrícola. Concluiu que a expectativa brasileira era de que as consultas fossem conduzidas com espírito construtivo e permitissem encontrar solução que salvaguarde plenamente os interesses nacionais.

No contencioso sobre subsídios ao algodão, por nota de 27 de julho de 2007, o Itamaraty informou que o Brasil recebera com satisfação o relatório preliminar do painel de implementação estabelecido para avaliar se os EUA haviam cumprido as decisões da OMC. Explicou ter o relatório

acolhido a apreciação brasileira quanto à insuficiência das medidas introduzidas pelos EUA em cumprimento às decisões do painel original, favoráveis ao Brasil.

Celso Amorim afirmou, em discurso pronunciado no mês de agosto, que o Brasil vivia "momento muito positivo nas relações bilaterais com os EUA". Constatou que estava sendo desenvolvida "uma cooperação ativa, impulsionada por visitas presidenciais, no campo dos biocombustíveis, a despeito da política comercial restritiva aplicada pelos EUA ao etanol". Referiu-se à assinatura de um "Memorando de Entendimento para fazer avançar a cooperação no desenvolvimento, pesquisa e difusão dos biocombustíveis". Notou o crescimento das exportações brasileiras de petróleo ("alcançando quase US$ 2 bilhões") e as vendas de etanol (que haviam saltado de apenas US$ 70 milhões, em 2005, para US$ 750 milhões, em 2006). Declarou abertura para "um entendimento Mercosul – EUA, mesmo sabendo que não seriam poucas as dificuldades, como se revelou na tentativa fracassada da ALCA".

Os contatos prosseguiriam. Em março de 2008, o Itamaraty anunciou a visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice. Informou que, na reunião com o Ministro Celso Amorim, seriam discutidos temas da agenda global como reforma do CSNU, mudança do clima, processo de paz no Oriente Médio, reforma dos organismos financeiros multilaterais, Rodada de Doha. Acrescentou que, no âmbito regional, particular destaque seria dado aos esforços conjuntos para a estabilização e a promoção de iniciativas de cooperação em benefício do desenvolvimento econômico e social do Haiti. Passariam também em revista os programas em curso de cooperação trilateral para a erradicação da malária em São Tomé e Príncipe, e de reforço do Poder Legislativo em Guiné-Bissau. No plano bilateral, o Ministro Amorim e a Secretária Rice examinariam os progressos alcançados na implementação do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis e os avanços na área econômico-comercial, inclusive sob o Foro de Altos Executivos. Discutiriam, ainda, formas de ampliar a cooperação bilateral em outras áreas, como ciência e tecnologia, agricultura, educação e saúde. Seria assinado Plano de Ação Conjunto para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade. De fato, após a realização do encontro, por nota à imprensa, o Itamaraty informou que, no encontro, haviam sido tratados aqueles temas.

Mal terminara a visita, o Itamaraty emitiu nota relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre direitos humanos que considerou contrário aos princípios da universalidade e da não seletividade a que estavam sujeitos:

> O governo brasileiro tomou conhecimento da apresentação da edição de 2008 do relatório anual do Departamento de Estado dos EUA sobre direitos humanos.
>
> Sem prejuízo de reconhecer a legitimidade da preocupação universal com os direitos humanos, o Brasil não comenta o conteúdo de relatórios elaborados unilateralmente por países, com base em legislações e critérios domésticos, pelos quais tais países se atribuem posição de avaliadores da situação dos direitos humanos em todo o mundo, exceto em seus próprios territórios e outras áreas sujeitas de fato à sua jurisdição. Tal postura contraria os princípios da universalidade e da não seletividade dos direitos humanos.
>
> Na defesa de critérios equânimes para a avaliação de países nos foros multilaterais, o Brasil será um dos primeiros a apresentar um relatório nacional sobre direitos humanos no contexto do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU, instrumento que considera legítimo para a avaliação universal na matéria.
>
> O Brasil está aberto ao diálogo construtivo e cooperativo com todos os mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos, que atuam de forma independente e imparcial e segundo normas e padrões multilateralmente definidos. O Brasil estendeu convite permanente a todos os Relatores Especiais de direitos humanos da ONU e participa ativamente do processo de construção institucional do Conselho de Direitos Humanos. Nesse contexto, lançou a iniciativa das "metas em direitos humanos" com vistas a que os países acelerem o processo de cumprimento universal dos compromissos previstos nos instrumentos jurídicos internacionais pertinentes, no âmbito das comemorações do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro próximo.

Dois dias depois, a um jornal brasileiro, o Ministro Celso Amorim afirmou que a visita da Secretária de Estado Condoleezza Rice ao Brasil significara "a continuidade de um processo de diálogo muito intenso". Negou que ela tivesse vindo "para pressionar o Brasil com relação às FARC". Em conferência que pronunciou em abril, declarou que o Brasil mantinha com os EUA, em que pesassem as diferenças que não tentava ocultar, "uma parceria madura, mutuamente respeitosa". Em outra entrevista concedida no mês de maio, considerou a relação bilateral "ótima".

A questão do algodão prosseguia. Em 2 de junho de 2008, o Itamaraty divulgou o relatório do Órgão de Apelação que confirmou

as decisões do painel de implementação no contencioso do algodão. Informou que, de acordo com os procedimentos da OMC, o relatório do Órgão de Apelação deveria ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias em prazo de até 30 dias. Após a adoção do relatório, caberia ao Brasil remeter o assunto ao painel arbitral que determinaria o montante das contramedidas que o país poderia impor contra os EUA. Expressou esperança de que os EUA efetuassem as modificações em sua legislação que pudessem dar cumprimento imediato às determinações do Órgão de Apelação.

Em setembro, a crise financeira nos EUA atingiu seu ponto mais crítico. Houve rápida e substantiva retirada de investimentos nos mercados financeiros, levando o governo a aprovar planos emergenciais de apoio a instituições financeiras. Mas, naquele ano, apesar da crise financeira, os EUA mantinham seu *status* de maior potência militar. Seus gastos com as forças armadas correspondiam a metade dos gastos mundiais em defesa[61].

Chegava ao fim o governo de George W. Bush, com a eleição, em novembro, de Barack Obama. Ao longo de cinco anos, o relativamente bom entendimento do governo Lula com o de Bush surpreendera muitos que esperavam s deterioração bilateral dadas as diferenças de visões. As percepções divergentes haviam se evidenciado nos atritos e diferendos comerciais e também em questões relevantes como a ALCA (objeto de exame na parte econômica deste capítulo) e a guerra no Iraque (examinada na seção sobre o Oriente Médio). Comparativamente com alguns outros países sul-americanos, porém, o relacionamento bilateral de Washington com Brasília poderia ser considerado muito mais próximo.

Em 20 de janeiro de 2009, Barack Obama tomou posse como Presidente. No dia 22, assinou documento determinando o fechamento, em um ano, do campo de detenção da baía de Guantánamo, em Cuba, no qual os EUA mantinham acusados de terrorismo que não eram cidadãos estadunidenses. Esse e outros atos que se seguiriam indicavam rumos diferentes em matéria de política externa. Perguntado sobre o que tais mudanças poderiam representar para o Brasil, Celso Amorim salientou dois aspectos positivos: a ênfase no multilateralismo e uma afinidade com o pensamento do Presidente Lula a respeito de não fechamento aos mais pobres.

Logo em seguida à posse de Obama, por nota de 6 de fevereiro, o governo expressou preocupação com "as notícias sobre a inclusão de dispositivos de natureza protecionista no pacote de estímulo econômico atualmente em discussão no Congresso dos EUA". Considerou que,

"independentemente de sua consistência ou não com as normas da OMC", "a intenção de reforçar os requisitos *Buy American* no pacote econômico norte-americano" emitia "sinal negativo em relação às iniciativas de cooperação internacional para a busca de soluções para a crise". Anunciou que o Ministério das Relações Exteriores estava avaliando os possíveis impactos da medida sobre as exportações brasileiras para os EUA, "bem como, se for o caso, as ações necessárias para enfrentá-los".

No mesmo mês de fevereiro, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim realizaria visita a Washington, no dia 25, para encontrar-se com a Secretária de Estado, Hillary Clinton. Esclareceu que seria a primeira reunião entre altas autoridades brasileiras e norte-americanas desde a posse do Presidente Barack Obama. Acrescentou que a visita seria uma oportunidade para examinar com a nova Secretária de Estado os caminhos para aprofundar as relações bilaterais, interesse comum que já havia sido manifestado pelos Presidentes Lula e Obama em conferência telefônica. Concluiu que o Ministro Celso Amorim e a Secretária de Estado tratariam das principais iniciativas do relacionamento bilateral e discutiriam temas regionais e globais. Por fim, mencionou que a preparação da viagem do Presidente Lula aos EUA também faria parte da agenda.

O contencioso sobre subsídios dos EUA ao algodão continuava a evoluir na OMC. Por nota de março de 2009, o Itamaraty informou que realizava-se em Genebra, audiência no âmbito do procedimento arbitral da Organização Mundial do Comércio que determinaria a forma e o montante das medidas que o Brasil poderia adotar contra os EUA no contencioso sobre subsídios ao algodão. Esclareceu que a documentação apresentada pelo Brasil no curso dos procedimentos de arbitragem solicitava autorização de contramedidas da ordem de US$ 2,5 bilhões e a possibilidade de aplicá-las ao comércio de bens, propriedade intelectual e serviços.

Ainda em março de 2009, o Itamaraty informou que o Presidente Lula realizaria visita de trabalho aos EUA. Notou que seria o primeiro encontro entre os dois mandatários e que teria uma "agenda global", devendo os Presidentes examinar, entre outros temas, a crise financeira mundial e formas de coordenar posições para a Cúpula do G-20, em Londres, no início de abril. Esclareceu que, quanto aos temas regionais, os Presidentes deveriam trocar impressões sobre a Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, sobre a cooperação entre o Brasil e os EUA em terceiros países, como o Haiti, e sobre o contexto de transformações econômicas, sociais e políticas por que passava a região. Por fim, no que se referia à agenda bilateral, esclareceu que deveriam ser examinadas formas de

intensificar a cooperação na área econômico-comercial e em temas como os biocombustíveis.

Em palestra na cidade de Nova York, Celso Amorim analisou o encontro Lula-Obama:

> Com os EUA, creio que estamos vivendo um momento de novas oportunidades. O encontro do Presidente Lula com o Presidente Obama foi excelente. Já tínhamos uma boa relação com a administração anterior. O fluxo comercial do Brasil com os EUA também duplicou nos últimos cinco ou seis anos. As pessoas comentam muito, com toda essa discussão sobre a ALCA, que o Brasil estava deixando os EUA de lado. Bem, vejam os senhores, o comércio do Brasil com os EUA, sobretudo exportações do Brasil para os EUA, cresceu mais do que o de qualquer outro país que tenha acordo de livre-comércio com os EUA. Eu acho que esse é um dado fantástico, e com uma grande vantagem: os nossos déficits não cresceram, ao contrário do que ocorreu com vários dos países que têm acordo de livre-comércio com os EUA. São estatísticas fáceis de comprovar e eu não preciso me estender sobre isso. Criamos o fórum de ´CEOs´, temos várias outras iniciativas na área de biocombustíveis, mas também temos uma coisa importante: a cooperação em terceiros países, na África, na América Central e no Caribe, e aí eu volto ao ponto. Há um lado econômico importante, há um lado de fomentar o desenvolvimento de outros países porque isso também é do nosso interesse, porque assegurará a paz no mundo. Creio que tudo que aconteceu na reunião do Presidente Lula e Presidente Obama indica que seguimos numa direção muito positiva.

As disputas comerciais, porém, continuariam. Em maio, o Itamaraty informou que o Embaixador do Brasil em Washington, Antonio Patriota, conjuntamente com os Embaixadores do Canadá, Chile e das Comunidades Europeias nos EUA, encaminhara carta ao Congresso norte-americano pela qual exortavam os parlamentares a eliminarem a concessão de subsídios a empresas produtoras de papel e celulose em função da utilização de mistura de óleo diesel com o combustível "licor negro", um subproduto gerado pelo processo de produção de celulose. Por nota de agosto, informou que o Brasil decidira apresentar, em Genebra, ao amparo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, pedido de estabelecimento de painel a respeito de medidas *antidumping* adotadas pelos EUA sobre a importação de suco de laranja brasileiro. Por nota também de agosto, informou que fora divulgada a decisão dos árbitros que examinaram o pedido brasileiro de autorização para adotar medidas

temporárias contra os EUA ("retaliação") no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão.

As diferenças políticas igualmente permaneciam. Por nota de setembro, o governo brasileiro declarou não reconhecer a legitimidade de relatório sobre trabalho forçado e infantil do Departamento de Trabalho dos EUA:

> O governo brasileiro tomou conhecimento dos relatórios sobre trabalho forçado e infantil produzidos pelo Departamento de Trabalho dos EUA.
>
> O governo brasileiro acredita que a ordem internacional deve ser regida por normas e que essas normas são legítimas quando construídas no âmbito multilateral. No que se refere a padrões trabalhistas globais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o fórum internacional legítimo e adequado para sua regulamentação e monitoramento das práticas dos Estados. O Brasil, como um dos países fundadores da OIT e membro permanente de seu Conselho de Administração, do qual exerce atualmente a Presidência, está absolutamente comprometido com a adoção de padrões mínimos internacionais de trabalho. Tal postura acha-se refletida no fato de que o Brasil é um dos membros que mais ratificaram normas criadas pela OIT.
>
> O Brasil reconhece os resultados do monitoramento da OIT, tendo ratificado, diferentemente dos EUA, as quatro convenções fundamentais que se referem ao combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil (Convenções n.º 29 e 105 - sobre trabalho forçado, e 138 e 182 - sobre trabalho infantil). O governo produz relatórios periódicos sobre estas convenções, que são analisados por Comissão de Especialistas em normas trabalhistas. O Brasil tem mantido política de total transparência em relação ao assunto e, até o momento, os relatórios brasileiros têm sido endossados pela Comissão, que teceu diversos elogios aos resultados decorrentes das políticas implementadas pelo governo.
>
> O Brasil não reconhece a legitimidade de relatórios sobre direitos humanos produzidos unilateralmente por terceiros países, cujas fontes e critérios de elaboração não possuem transparência, elemento necessário para assegurar sua confiabilidade. O Brasil tampouco concorda com a vinculação entre padrões trabalhistas e questões comerciais, dada a possibilidade de que tal procedimento seja usado com fins protecionistas.

Ainda em setembro, visitou o Brasil, o Representante Comercial dos EUA (USTR), Embaixador Ron Kirk. Participaria de reunião de

trabalho com o Ministro Celso Amorim com quem trataria das negociações da Rodada Doha e o aprofundamento do diálogo bilateral sobre comércio e investimentos.

Continuava o interesse sobre o relacionamento brasileiro com o novo governo estadunidense. Em entrevista à imprensa, Celso Amorim afirmou que, em resposta à pergunta sobre as relações bilaterais do Brasil com os EUA, nelas via uma boa oportunidade com a chegada do Presidente Barack Obama à Casa Branca. Declarou perceber no Presidente Obama uma grande disposição para o diálogo com a América Latina, ainda que os temas da agenda doméstica, a crise econômica e os conflitos no Afeganistão e no Iraque tivessem ocupado boa parte do tempo dele no início do mandato. Notou que também mantivera o Brasil um diálogo muito bom com o então Presidente George W. Bush, porém expressou opinião de que com Obama as circunstâncias seriam mais favoráveis para uma aproximação com a região.

Em março de 2010, a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, visitou o Brasil. Durante encontro com o Ministro Amorim, seriam assinados: Memorando de Entendimento sobre cooperação trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a *United States Agency for International Development* (USAID); Memorando de Entendimento sobre Questões de Gênero; e Memorando de Entendimento sobre Mudanças Climáticas. Seria examinado o estabelecimento do Diálogo de Parceria Global entre o Brasil e os EUA, que previa reuniões anuais dos dois Ministros. Segundo nota do Itamaraty, na reunião com o Ministro Amorim, deveriam ser tratados temas como mudança do clima, promoção da igualdade racial e de gênero, negociações na Organização Mundial de Comércio, cooperação trilateral com o Haiti e com países africanos, reforma da Organização da ONU, e outros temas da agenda global e regional.

Em abril, foi anunciado que os Governos do Brasil e dos EUA haviam concluído a negociação de acordo sobre cooperação em matéria de defesa. O acordo teria como objetivo aperfeiçoar a cobertura institucional para a cooperação bilateral já existente e futura em áreas como: a) visitas de delegações de alto nível; b) contatos em nível técnico; c) encontros entre instituições de defesa; d) troca de estudantes, instrutores e pessoal de treinamento; e) eventos de treinamento e aperfeiçoamento; f) visitas de navios; g) eventos esportivos e culturais; h) iniciativas comerciais relacionadas à defesa; e i) programas e projetos de tecnologia de defesa.

Os litígios comerciais prosseguiam, em especial o relativo ao algodão que dava ao Brasil a capacidade de retaliações contra os EUA, mas que

seria objeto de um entendimento bilateral. Por nota de abril, o Itamaraty informou que os Ministros da CAMEX haviam aprovado Resolução que adiava a entrada em vigor das contramedidas brasileiras sobre importações de bens dos EUA da América no contexto do contencioso do algodão na OMC. Por outra nota de abril, o Itamaraty informou que Brasil e EUA haviam concluído a negociação de Memorando de Entendimento no âmbito do contencioso do algodão (WT/DS267), conforme acordado entre os dois Governos nos dias 5 e 6 de abril. O Memorando estabelecia o marco jurídico entre os dois países que permitiria a criação de fundo para a transferência de recursos que seriam destinados ao setor cotonicultor brasileiro.

As discrepâncias políticas igualmente continuavam seu curso e a estas se acrescentavam novos elementos. Em maio, surgiu a questão de lei anti-imigratória em um dos Estados americanos que poderia ter impacto em imigrantes brasileiros. Embora se tratasse de assunto interno, o governo brasileiro emitiu nota na qual expressou "grande preocupação a notícia de que o estado norte-americano do Arizona" aprovara legislação que criminalizava a imigração irregular. Esclareceu que o governo brasileiro tinha se pronunciado firme e reiteradamente, em negociações bilaterais e nos foros internacionais, contra a associação indevida entre migração irregular e criminalidade. Previu que, pela nova lei do Arizona, o poder discricionário conferido aos agentes policiais para verificação da situação migratória e prisão de estrangeiros viria ao sacrifício dos direitos humanos dos migrantes. Considerou que conceder o mesmo tratamento a indocumentados e criminosos subvertia noções elementares de humanidade e justiça. Julgou que o caminho a seguir não era o da criminalização, mas o da regularização migratória, de que era exemplo a aprovação da Lei brasileira nº 11.961, de julho de 2009, que promovera ampla regularização da situação migratória dos estrangeiros no Brasil. Manifestou esperança de que tal legislação fosse revista, de modo a evitar a violação de direitos de milhões de estrangeiros que viviam e trabalhavam pacificamente nos EUA, como os brasileiros que se encontravam naquele país.

9.2.4.3. Canadá

Em janeiro de 2003, o Ministro do Exterior do Canadá, Bill Graham, efetuou visita ao Brasil. Segundo nota do Itamaraty ao anunciá-la, a visita inseria-se no propósito de reafirmar a importância que ambas as partes conferem às relações políticas bilaterais e de estreitar os laços de cooperação. Buscava, igualmente, estabelecer, ainda nos primeiros

dias do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro contato entre os dois Governos, a fim de reforçar a agenda bilateral. A agenda da visita previa a discussão de "Plano de Ação para Revigorar as Relações Brasil – Canadá", de iniciativa do governo canadense. No mencionado Plano, seriam apresentados, entre outros, temas referentes às relações políticas; a assuntos hemisféricos globais; ao intercâmbio acadêmico, cultural e educacional; e à cooperação militar e em matéria de segurança, bem como novas áreas de cooperação, tais como Ciência e Tecnologia, Esportes e Direitos Humanos.

O governo de Jean Chrétien buscou na ONU a aprovação de uma resolução de consenso a respeito da situação no Iraque. Pretendia que fosse concedido prazo curto, de dois ou três meses, de prorrogação das inspeções de armas antes que se pudesse autorizar o uso da força. Não tendo sido obtida tal resolução, o Canadá decidiu não participar da invasão do Iraque liderada pelos EUA[62].

Em dezembro, Paul Martin tornou-se Primeiro-Ministro do Canadá. Visitou o Brasil em novembro do ano seguinte. Em declaração à imprensa, o Presidente Lula notou que os investimentos canadenses no Brasil não chegavam a 2% do total que o Canadá investia no exterior. Ressaltou terem havido avanços nas conversas bilaterais sobre a indústria aeronáutica. Destacou também a importância de memorando que assinaram para o desenvolvimento de projetos conjuntos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto. Da declaração conjunta, constou, no âmbito bilateral, terem os dois líderes concordado em promover a ampliação das relações de comércio entre o Mercosul e o Canadá, por meio da negociação de acesso aos respectivos mercados, nas áreas de bens, serviços e investimentos, no contexto da conformação de uma futura ALCA.

Martin continuaria a enfrentar problemas no Parlamento. Em maio de 2005, sobreviveu votação de falta de confiança em seu governo mas, em novembro, viu-se obrigado a convocar eleições[63]. Em janeiro de 2006, Stephen Harper, líder do Partido Conservador, venceu a eleição federal, formou um governo de minoria e tomou posse no mês seguinte. Naquele ano, a Câmara dos Comuns aprovou uma moção reconhecendo Québec como uma nação dentro do Canadá.

Em fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Peter Gordon Mackay, visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que manteria encontros com autoridades e empresários brasileiros e participaria, em Brasília, da abertura do Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz, que teria como tema central

a experiência e as perspectivas da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). No campo bilateral, os Chanceleres discutiriam, entre outros assuntos, o aprofundamento da cooperação nas áreas da ciência e tecnologia e do meio ambiente, assim como na esfera acadêmica. No encontro, os Ministros Celso Amorim e Peter MacKay reiteraram o compromisso mútuo de intensificar as relações entre os dois países. Da Declaração Conjunta, constou que os Chanceleres haviam reafirmado o compromisso mútuo de aprofundar a cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente, acadêmica, assim como iniciar um diálogo estruturado na esfera de energia. Saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Canadense do Serviço Exterior; reiteraram o apoio aos esforços empreendidos pela Missão da ONU para a Estabilização do Haiti; comprometeram-se a intensificar a colaboração com o governo haitiano em benefício do desenvolvimento econômico, social e institucional do Haiti; e manifestaram também a intenção de implementar programa trilateral de vacinação no Haiti.

Em maio de 2007, o Ministro Celso Amorim retribuiu a visita. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty ressaltou que, com Mackay, passaria em revista questões regionais e globais, entre elas a parceria trilateral com o Haiti. Além de encontro com o Chanceler Mackay, o Ministro Celso Amorim manteria reunião com o Ministro do Comércio Internacional, David Emerson. Durante coletiva de imprensa conjunta com o anfitrião, declarou que os dois países vinham cooperando em diversas áreas e haviam acordado em incrementar a cooperação. Citou também a cooperação trilateral com o Haiti. Durante entrevista coletiva à imprensa, perguntado sobre a questão de subsídios canadenses a seu programa para a indústria aérea, Celso Amorim afirmou que a questão entre a EMBRAER e a Bombardier encontrava-se em fase muito positiva.

O relacionamento se incrementava assim como o número de brasileiros residentes no Canadá, tendo o Brasil criado pelo Decreto nº 6.113, de 15 de maio de 2007, o Consulado Geral em Vancouver. Por nota de 6 de julho de 2007, o Itamaraty informou que a Governadora-Geral do Canadá, Michaëlle Jean, realizaria visita de Estado ao Brasil nos dias seguintes. Ressaltou a nota que o Brasil havia se tornado – depois dos EUA, Reino Unido e França – o quarto maior investidor direto no Canadá, com um estoque de capital superior a US$ 20 bilhões. Notou que os investimentos diretos do Canadá no Brasil eram da ordem de US$ 6,7 bilhões.

Em declaração à imprensa por ocasião da visita de Estado ao Brasil da Governadora-Geral Michaëlle Jean, o Presidente Lula ressaltou que, entre 2003 e 2006, as trocas comerciais haviam dobrado, passando

de US$ 1,7 bilhão para US$ 3,4 bilhões. Notou que o Brasil tornara-se o quarto maior investidor direto no Canadá, com estoque de capital que alcançava US$ 21,5 bilhões. Ressaltou que o Canadá tinha cerca de US$ 7 bilhões investidos no Brasil, que era o maior destino de seus investimentos na região. Considerou superadas as diferenças entre as indústrias aeronáuticas dos dois países. Informou que, na conversa que tivera com a Governadora-Geral, também explorara as possibilidades para aprofundar nossa cooperação bilateral em ciência e tecnologia, em energia, e em educação e cultura.

Em outubro, Stephen Harper ganhou novo mandato como Primeiro-Ministro, mas sua situação política se dificultou e, em dezembro de 2008, teve que esforçar-se para evitar moção de não confiança proposta por partidos da oposição.

Em fevereiro de 2009, o Itamaraty informou que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lawrence Cannon, visitaria o Brasil. Acrescentou que os dois Ministros examinariam as tendências do comércio bilateral, tratariam também da próxima Cúpula das Américas e da cooperação com o governo haitiano e com a MINUSTAH.

Em março de 2010, o Secretário-Geral, Embaixador Antonio Patriota, chefiou delegação de Vice-Ministros e outras autoridades que visitou o Canadá em continuação a intercâmbio de alto nível iniciado com a visita de dez Vice-Ministros canadenses ao Brasil, um ano antes.

9.3. Europa

Com a inclusão na UE de muitos países anteriormente sob a esfera soviética, mudou o panorama político-econômico europeu. As linhas geográficas não mais corresponderiam a linhas ideológicas, desaparecendo, assim, a divisão política entre os países do Leste e do Oeste. Restaram, entre os europeus não membros da EU, alguns países ocidentais como Noruega, Islândia e Suíça, alguns orientais como Rússia e Ucrânia (membros da CEI juntamente com países da Ásia Central) e alguns países do sudeste europeu, entre os quais a Albânia e ex-componentes da Iugoslávia, isto é, Croácia e Macedônia (ambos em negociação com a UE), além de Montenegro e Sérvia (não oficialmente candidatos) e Bósnia-Herzegovina (potencial candidato). Os chamados países em transição da Europa Central e Oriental encontraram-se, pois, divididos entre os membros da UE e os da CEI (Comunidade de Estados Independentes).

No governo Lula, seriam criados sete novos postos na Europa, sendo três Consulados-Gerais na Europa ocidental: Paris (França), Madri (Espanha) e Genebra (Suíça); e quatro Embaixadas na parte Leste: Bratislava (Eslováquia), Liubliana (Eslovênia), Tirana (Albânia) e Zagreb (Croácia).

9.3.1. UE

Celso Amorim, em sua posse, declarou que o Brasil manteria uma relação próxima e construtiva com a UE. Disse que o país reconhecia a longa história de êxito da UE na construção da paz e da prosperidade pela via da integração. Ressaltou que, no plano político, o diálogo com a UE e os países que a constituíam era importante também com vistas a fortalecer os elementos de multipolaridade do sistema internacional[64]. Em maio, declarou que as relações com a Europa eram muito boas, tendo as conversas bilaterais revelado grande afinidade de pontos de vista em relação a temas da realidade internacional.

A UE era constituída, em 2004, de 15 países com uma população total de quase 400 milhões de habitantes[65]. Em 1º de maio, oito países da Europa continental (Europa Central e do Leste) e duas ilhas no Mediterrâneo (Chipre e Malta) tornaram-se membros[66]. Os novos membros eram, em sua maioria, originários do desmantelamento da zona econômica comunista do leste europeu[67]. Tratou-se da maior expansão até então da UE que passou a incluir Polônia, Lituânia, Letônia, Estônia, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Malta e Chipre. No total, a entidade atingiu uma composição de 25 países. A população da UE se viu aumentada em um quinto, embora sua economia tenha aumentado apenas 5%. Tendo o Chipre Grego aderido à EU, os turco-cipriotas no norte não foram incluídos apesar de terem votado a favor. Progrediram entendimentos para que a Turquia pudesse iniciar negociações para aceder à UE[68].

As relações do Brasil com a Europa mantinham-se muito importantes, mas continuavam a enfrentar a questão dos subsídios agrícolas. Em 26 de junho, o governo brasileiro emitiu nota em que informou ter tomado conhecimento de que os Ministros da Agricultura dos Estados-membros da UE haviam decidido, naquela data, introduzir reformas na Política Agrícola Comum (PAC) com o objetivo de reduzir os níveis de subsídios concedidos aos seus agricultores. Ressaltou que o protecionismo agrícola europeu e os subsídios bilionários com que a Europa sustentava sua agricultura constituíam um dos fatores

mais distorcivos do comércio agrícola mundial, com graves prejuízos para países exportadores competitivos, como o Brasil. Declarou que as mudanças anunciadas pela UE alteravam a forma como os subsídios eram concedidos, os valores desses mesmos subsídios e sua distribuição entre os diversos produtos. Informou que uma compreensão adequada das alterações e de seus efeitos exigia análise cuidadosa. Acrescentou que, de interesse maior para o Brasil, era o mandato negociador que a Comissão Europeia passaria a ter para as negociações sobre agricultura na OMC, como resultado daquelas mudanças. Concluiu que aguardaria, portanto, que a UE apresentasse suas novas propostas sobre a reforma do comércio agrícola internacional, em sintonia com os objetivos a que se propunha a Rodada de Doha.

Durante o governo Lula, o Brasil teria litígios com a UE na OMC, envolvendo os seguintes produtos: banana; frango; açúcar; pneu reformado; e carne. Os três primeiros se desenvolveriam em 2005.

Com relação à banana, em agosto de 2005, foi divulgado, em Genebra, o laudo arbitral relativo ao regime da UE para importação daquele produto. O Itamaraty considerou que a decisão fora favorável ao Brasil e a outros exportadores de bananas latino-americanos. Lembrou que, além do Brasil, haviam sido codemandantes na arbitragem os seguintes países: Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Venezuela. Acrescentou que o Brasil esperava que o processo de consultas a ser iniciado resultasse em solução satisfatória para todas as partes. Em outubro, informou que o laudo relativo à segunda arbitragem havia concluído que o novo regime proposto pela UE, com tarifa de 187 euros por tonelada, não garantiria a manutenção do acesso das bananas de origem latino-americana ao mercado comunitário.

No tocante ao frango, em setembro, o Itamaraty informou que o Brasil recebera, com grande satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da OMC sobre as medidas das Comunidades Europeias (CE) que haviam determinado a reclassificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado. Acrescentou que o documento mantinha a essência das conclusões do painel, que haviam sido amplamente favoráveis ao Brasil. Explicou que o relatório da apelação representava a última instância no processo de solução de controvérsias da Organização e, como tal, era irrecorrível. Concluiu que o governo brasileiro esperava que a UE, em sinal inequívoco de observância das disciplinas multilaterais de comércio, cumprisse plenamente as determinações do Órgão de Apelação no mais breve prazo possível.

Com respeito ao açúcar, em outubro, o Itamaraty informou que o Brasil recebera, com satisfação, laudo de arbitragem da OMC

sobre subsídios da UE à exportação daquele produto. Esclareceu que o documento estabelecera que a UE teria 12 meses e três dias para implementar as recomendações do painel e do Órgão de Apelação a contar da data de adoção dos seus relatórios. Notou que, com aquela decisão, as Comunidades teriam prazo para compatibilizar as normas referentes ao regime açucareiro com suas obrigações sob o Acordo de Agricultura. Mais especificamente, a UE deveria limitar suas exportações de açúcar e seu dispêndio em subsídios à exportação do produto. Considerou que o resultado era satisfatório para o Brasil, porque o prazo concedido pelo árbitro expiraria antes do início do novo ano fiscal europeu. Estimou que, com a retirada dos subsídios ilegais, o mercado internacional de açúcar deveria ser ampliado em volume. Ressaltou que abria-se ao Brasil e aos outros produtores competitivos de açúcar um mercado potencial anual. Expressou esperança de que a UE cumprisse as determinações do Órgão de Solução de Controvérsias dentro do prazo estipulado e reiterou que a plena observância das disciplinas comerciais já existentes era essencial para a credibilidade das negociações de novas regras multilaterais no contexto da Rodada de Doha.

Ainda com respeito ao açúcar, em novembro, o Itamaraty informou que o Brasil tomara conhecimento do acordo alcançado pelos Ministros de Agricultura dos 25 países-membros da UE acerca da reforma do regime europeu para aquele produto. Considerou que se tratava de passo importante em direção à eliminação das distorções geradas pelo regime europeu no mercado internacional do açúcar. Expressou a esperança do Brasil de que as medidas levassem ao cumprimento efetivo das recomendações do painel e do Órgão de Apelação da OMC no contexto do contencioso do açúcar. Considerou o entendimento logrado pelos Ministros de Agricultura europeus um desdobramento auspicioso para os países em desenvolvimento, responsáveis por cerca de 80% dos fluxos internacionais do produto. Concluiu que a plena observância pela UE das disciplinas multilaterais da OMC retiraria do comércio mundial cerca de 5 milhões de toneladas/ano, o que deveria resultar em ganhos anuais para os países em desenvolvimento da ordem de US$ 1,48 bilhão.

Em finais de maio de 2006, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, visitou o Brasil. Da Declaração Conjunta que assinou com o Presidente Lula, constou que os dois líderes haviam reiterado a importância de fortalecer o relacionamento bilateral com base no desenvolvimento de mecanismos regulares de diálogo setorial em áreas de interesse comum como cooperação científica, tecnológica e educacional; temas sociais; desenvolvimento sustentável; energia;

transportes; agricultura; comércio e investimentos. Constou também que os dois Presidentes haviam decidido examinar a instituição de um mecanismo de consultas sobre agricultura, com vistas a desenvolver um processo de coordenação e cooperação em aspectos relativos ao comércio de produtos agropecuários, questões sanitárias e fitossanitárias, entre outros assuntos.

O diferendo comercial relativo ao açúcar sofreria evolução. Por nota de 22 de maio, o Itamaraty informou que vencera, naquele dia, o prazo estabelecido para que a UE desse cumprimento às determinações do painel e do Órgão de Apelação da OMC naquele contencioso. Lamentou não ter, até aquele momento, qualquer confirmação quanto à efetiva adoção do conjunto de medidas necessárias para adequar o regime açucareiro europeu às regras multilaterais de comércio e assegurar a observância das determinações do painel e do Órgão de Apelação. Instou a UE a garantir o pronto e pleno cumprimento das determinações do painel e do Órgão de Apelação, ao mesmo tempo em que informou estar avaliando, em coordenação com os outros codemandantes (Austrália e Tailândia), os próximos passos a seguir no contencioso, tendo em vista os procedimentos próprios estabelecidos no Entendimento de Solução de Controvérsias da OMC.

A UE iniciaria procedimento na OMC contra o Brasil com relação a pneus reformados. Por nota de 8 de junho, o Itamaraty informou que o Brasil fizera entrega naquele dia, em Genebra, de sua primeira petição ao painel aberto pela UE, no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, contra medidas brasileiras relativas à importação de pneus reformados. Afirmou a nota que o documento brasileiro respondera de maneira clara e abrangente às alegações apresentadas pelo lado europeu em sua petição de 27 de abril de 2006. Declarou que as restrições brasileiras à importação de pneus reformados eram plenamente justificadas pelo Artigo XX do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, uma vez que constituíam medidas necessárias à proteção à saúde e ao meio ambiente no Brasil. Acrescentou que, pelas características singulares do pneu reformado – produto de ciclo de vida mais curto e gerador de quantidades adicionais e desnecessárias de resíduos de difícil gestão e disposição final –, sua livre importação pelo Brasil acarretaria sérios impactos sobre a saúde pública e o meio ambiente no país. Concluiu que a proibição de importação de pneus reformados constituía, portanto, medida necessária e eficaz para evitar tais impactos.

Enquanto isso, os avanços no processo de alargamento comunitário europeu prosseguiram. Em 1º de janeiro de 2007, Bulgária e Romênia

ingressaram na UE. Em 1º de maio, teve lugar o ingresso dos dez novos membros da UE. Em 25 de março, os líderes assinaram a Declaração de Berlim que deu novo impulso para a busca de novo acordo institucional.

Em julho, o Presidente Lula viajou para Lisboa para participar da I Reunião de Cúpula Brasil – UE e, em seguida, para Bruxelas onde visitou à Comissão Europeia e manteve encontro com o Presidente Durão Barroso e Comissários europeus. Ao anunciar a visita, o Itamaraty lembrou que o intercâmbio comercial entre o Brasil e a UE havia superado a cifra de US$ 51 bilhões em 2006, o que representara mais de 22% do comércio exterior brasileiro. Registrou que tinha havido um crescimento no comércio bilateral de 13%, em relação a 2005, e de mais de 60%, em relação a 2003. Da Declaração Conjunta emitida durante a Cúpula, constou que o Brasil e a UE haviam decidido "estabelecer uma parceria estratégica abrangente, baseada nos seus estreitos laços históricos, culturais e econômicos". Em 17 parágrafos, divididos em capítulos, o documento tratou de "diálogo político", "políticas setoriais", "desafios mundiais", "relações econômicas e comerciais", "união entre os povos" e "abertura ao futuro"[69]. Constou também que o Brasil e a UE estavam seriamente empenhados na conclusão do Acordo de Associação EU – Mercosul, que contribuiria para intensificar os fluxos comerciais e de investimentos entre as duas regiões.

A UE continuava a se modificar internamente e a se expandir. Em dezembro, os líderes europeus assinaram o Tratado de Lisboa. Entre outras mudanças, foram criados cargos de longo prazo de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante da UE para Assuntos Externos e Política de Segurança. No dia 21, a República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderiram ao tratado de Schegen de zona livre de fronteira.

O litígio comercial envolvendo a questão da carne se desenvolveria em 2008. Em fevereiro, por pedido expresso do Chanceler Celso Amorim, o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira, convocou o Encarregado de Negócios da Comunidade Europeia, Nicholas Foster, para manifestar a inconformidade do governo brasileiro com a decisão da Comissão Europeia de não publicar a lista de fazendas que, segundo as auditorias realizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cumpriam as exigências europeias em matéria de rastreabilidade. Segundo nota do Itamaraty, a pretensão europeia de que o Brasil selecionasse 300 propriedades dentre o universo de fazendas preliminarmente aprovadas pelo MAPA era descabida e discriminaria fazendas perfeitamente habilitadas, punindo os esforços dos fazendeiros que haviam procurado cumprir as exigências

estabelecidas pela UE. Na ocasião, foi reiterado ao Encarregado de Negócios que a decisão tomada não correspondia aos princípios que deveriam informar o relacionamento entre o Brasil e a UE, tendo em vista sua elevação, em 2007, ao caráter de parceria estratégica.

Em intervenções como Delegado Permanente do Brasil em Genebra, o Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho afirmou que o governo brasileiro lamentava a decisão da Comissão Europeia de suspender temporariamente as exportações de carne para o mercado europeu. Considerou a decisão europeia injustificável, na medida em que a carne brasileira não representava risco à saúde humana ou animal. Expressou esperança de que as autoridades europeias e brasileiras pudessem manter diálogo construtivo como já haviam feito no passado. Reservou o direito brasileiro de defender seus interesses no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e outros órgãos da Organização Mundial do Comércio.

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, visitou oficialmente o Brasil em março. Da Declaração conjunta emitida na ocasião, constou que a visita inscrevia-se "no quadro do contínuo aprofundamento da relação de Parceria Estratégica entre o Brasil e a UE". Incluiu referência ao Plano de Ação que orientaria a condução da cooperação bilateral. No documento, os dois Presidentes reafirmaram a intenção de ambas as Partes de atribuir prioridade, entre outros, aos temas de energia, desenvolvimento sustentável e mudança do clima, e cooperação em ciência e tecnologia. Durante conferência que pronunciou em abril, o Ministro Amorim afirmou que as relações com a UE haviam ganhado impulso com a Parceria Estratégica. Ressaltou que havia sido criado "um canal de diálogo privilegiado e de alto nível, que contempla o meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia".

O Ministro Celso Amorim participaria em Liubliana, capital da Eslovênia, no dia 6 de junho, da segunda reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil – UE. Ao anunciar o evento, o Itamaraty informou que o encontro permitiria avançar na elaboração do Plano Conjunto de Ação da Parceria Estratégica, documento que constituiria "a moldura central da cooperação bilateral". O Plano abrangeria temas como fortalecimento do sistema multilateral, direitos humanos, luta contra a pobreza, mudança do clima, relações econômicas, comerciais e de investimento, assuntos consulares e migratórios e cooperação em educação e cultura.

Em 2008, com um PIB de US$ 18,4 trilhões, a UE respondia por 30% do PIB mundial. Em palestra na cidade de Lisboa, Celso Amorim manifestou interesse em que a Parceria Estratégica se traduzisse não só em projetos bilaterais, mas também em projetos de cooperação com terceiros

países, sobretudo na África, tal como já previsto no mencionado Plano de Ação. Expressou, igualmente, interesse na retomada das negociações de um Acordo de Associação Birregional entre a UE e o Mercosul.

A II Reunião de Cúpula Brasil – UE realizou-se, em dezembro, no Rio de Janeiro. Em Declaração à imprensa após a reunião, o Presidente Lula ressaltou que tivera importância singular para o aprofundamento das relações Brasil – EU, pois adotara o Plano de Ação da Parceria Estratégica. Notou que, naquele ano, o intercâmbio comercial crescera 26% e superara os US$ 77 bilhões, ou seja, 22% do comércio global do Brasil. Ressaltou que os investimentos diretos dos países-membros da UE no Brasil, em 2007, haviam somado US$ 18 bilhões o que equivalia a 54% do total recebido naquele ano.

As relações pareciam promissoras, embora as negociações entre Mercosul – UE estivessem enfrentando enormes dificuldades. Apesar disso, em palestra pronunciada na cidade de Nova York, Celso Amorim salientou que o Brasil tinha uma parceria estratégica com a UE, que era "algo que apenas uma meia dúzia de países" possuíam, "em um relacionamento que não era apenas retórico, mas, ao contrário, envolvia diversos projetos nas áreas de energia, de educação, industrial, e cooperação com países mais fortes".

A III Reunião de Cúpula Brasil – UE realizou-se, em outubro de 2009, em Estocolmo. Da Declaração Conjunta, constou que os líderes haviam discutido temas globais, situações regionais e internacionais e o fortalecimento das relações Brasil – UE e, em particular, a implementação do Plano de Ação Conjunto.

A UE continuava a desenvolver seu processo de evolução interna. Em 3 de novembro, a República Tcheca se tornou o último país-membro da UE a assinar o Tratado de Lisboa, permitindo assim que o documento se tornasse lei. O Primeiro-Ministro da Bélgica, Herman Van Rompuy, foi designado o primeiro Presidente permanente do Conselho Europeu. Em 1º de dezembro, entrou em vigor o Tratado de Lisboa.

A IV Reunião de Cúpula Brasil – UE realizou-se em Brasília, em julho de 2010. Segundo os documentos oficiais, os líderes discutiram temas globais de interesse comum; as relações bilaterais; e intercambiaram pontos de vista sobre os respectivos cenários regionais.

*

A relação bilateral com os países-membros da UE continuaria a evidenciar maiores contatos com os parceiros tradicionais da Europa Ocidental (Portugal, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Alemanha, países Nórdicos e Países Baixos), mas também indicaria crescimento daqueles com outros membros da UE, em especial, alguns do Leste Europeu, tais como Polônia, República Tcheca e Hungria.

9.3.1.1. Portugal

Em julho de 2003, o Presidente Lula visitou Portugal. Em discurso ao Presidente Jorge Sampaio, notou que os números dos investimentos realizados por capitais portugueses no Brasil, nos dez anos anteriores, eram eloquentes, sobretudo quando considerados como fração do total de recursos disponíveis. Ao se dirigir à Assembleia Nacional, expressou o desejo de que Portugal continuasse a ser parceiro em empreitadas para o desenvolvimento econômico.

O Ministro Celso Amorim recebeu, em fevereiro de 2004, visita de sua colega portuguesa, a Ministra Maria Teresa Pinto Bastos Gouveia. Entre outros temas, trataram da situação em Guiné-Bissau e no Timor Leste[70]. Com respeito ao relacionamento entre a UE e a América do Sul, os dois Chanceleres destacaram a importância do futuro Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul, e manifestaram a expectativa de que as conversações se acelerassem ao longo do ano.

O Primeiro-Ministro Durão Barroso e o Presidente Lula reuniram-se, em março, por ocasião da VII Cimeira Bilateral entre os dois países. Da declaração conjunta no dia 8, constou que os Chefes de Governo haviam reconhecido as vantagens inerentes ao aumento da cooperação bilateral no setor de turismo e hotelaria; e decidido alargar o âmbito da cooperação bilateral no domínio da defesa. Na área da economia e do comércio, a Parte portuguesa salientou a importância do Brasil como destino privilegiado do investimento direto português, e manifestou o interesse em ver ampliados os investimentos brasileiros naquele país e também em outros países da UE, servindo Portugal, para tanto, como porta de entrada do capital brasileiro na Europa. Foi verificado que o patamar alcançado pelas relações comerciais bilaterais ainda não traduzia, "em sua plenitude, as reais potencialidades econômicas de cada país". Durão Barroso e Lula coincidiram, nesse sentido, "na necessidade de envidar esforços conjuntos para alterar positivamente tal situação". Com esse objetivo em vista, saudaram a iniciativa de relançar o Comitê Empresarial Brasil – Portugal.

Durão Barroso renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro, em julho, para assumir o de Presidente da Comissão Europeia. Foi substituído por Pedro Miguel de Santana Lopes, até então Prefeito de Lisboa e Presidente do principal partido da coalizão governamental. Em setembro, foi anunciado que o Primeiro-Ministro Santana Lopes realizaria visita oficial ao Brasil, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas; da Ministra da Cultura; e do Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Após a eleição legislativa de 2005, o Presidente Jorge Sampaio pediu a José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa que formasse um novo governo. Em maio, foi anunciado que o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Diogo Freitas do Amaral, realizaria visita oficial ao Brasil. Tratava-se da primeira visita bilateral feita pelo Chanceler português desde a posse do novo Gabinete.

O Presidente Lula visitou Portugal em outubro. Em discurso que pronunciou no Porto, observou que o Brasil era o segundo principal destino dos investimentos de portugueses. Da extensa declaração conjunta que assinou com o Presidente José Sócrates, constou que a Parte portuguesa salientara a importância que a consolidação do investimento direto português no Brasil vinha assumindo e reiterou o seu interesse em ver incrementados os investimentos brasileiros em Portugal. Neste âmbito, trocaram impressões sobre a possibilidade de desenvolvimento de cooperação no domínio dos biocombustíveis, particularmente etanol.

A eleição presidencial para a sucessão de Jorge Sampaio se realizou em 22 de janeiro de 2006. O ex-Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco e Silva do Partido Social Democrático venceu no primeiro turno com 50,59% dos votos. Tomou posse em março para um mandato de cinco anos.

O Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, realizaria visita oficial ao Brasil em agosto. Por nota, o Itamaraty informou que, dentre os principais temas da pauta bilateral, seria tratada a implementação do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, a cooperação cultural e o incremento dos investimentos portugueses no Brasil. Observou o incremento da corrente de comércio bilateral, que alcançara mais de US$ 1,2 bilhão em 2005, e o aumento dos investimentos portugueses no Brasil, cujo estoque era então superior a US$ 8 bilhões. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula ressaltou ser Portugal o sétimo maior investidor no Brasil. Referiu-se a associação entre a EMBRAER e a Indústria de Aeronáutica de Portugal, assim como entre a PETROBRAS e a GALP na prospecção de petróleo em águas profundas.

Por sua vez, o Presidente de Portugal, Aníbal Antônio Cavaco e Silva, realizaria visita ao Brasil, em março de 2008, no marco das comemorações do Bicentenário da Vinda ao Brasil da Família Real Portuguesa. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos diretos portugueses no Brasil passara de US$ 4,5 bilhões, em 2000, para US$ 8,6 bilhões, em 2006. O Itamaraty ressaltou que Portugal figurava como um dos maiores investidores no Brasil, depois de EUA, Países Baixos, Espanha, França e Alemanha.

No contexto da IX Cúpula Brasil – Portugal, na cidade de Salvador, Bahia, em outubro, o Presidente Lula receberia novamente o Primeiro-Ministro José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa. Deveriam ser assinados, durante o encontro, Memorando de Entendimento para a Implementação dos Mecanismos de Consultas Políticas e Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares. Seria ainda firmado protocolo entre o governo do Estado da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, pelo lado brasileiro, e a empresa Portugal Telecom Inovação S.A., do Grupo Portugal Telecom, pelo lado português, sobre a implantação daquela empresa no Parque Tecnológico de Salvador. Também seriam concluídos entendimentos entre a PETROBRAS e a GALP na área de produção e distribuição de biocombustíveis.

Em palestra num seminário na cidade de Lisboa, em maio de 2009, o Ministro Celso Amorim afirmou que o relacionamento entre o Brasil e Portugal tinha evoluído com vigor, acompanhando o mecanismo das cúpulas bilaterais. Notou que, no plano das consultas políticas, seus contatos com o colega Ministro Luís Amado tinham sido intensos e profícuos. Ressaltou que o comércio bilateral triplicara nos cinco anos anteriores, tendo ultrapassado US$ 2,2 bilhões nos 11 primeiros meses de 2008. Observou que Portugal era o sétimo maior investidor no Brasil, com mais de US$ 8 bilhões de investimentos em setores como energia, telecomunicações e turismo. Sublinhou que o Brasil tinha ampliado sua presença na economia portuguesa, inclusive na área financeira e em setores de tecnologia avançada. Destacou com um exemplo notável o caso da EMBRAER, que iria instalar duas fábricas de componentes para aeronaves em Évora – um investimento estimado em 150 milhões de euros.

O Ministro Celso Amorim visitou Lisboa, em julho, para participar da V Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias cujo tema central seria "As implicações da atual crise econômica e financeira para a governança democrática".

A X Cúpula Portugal – Brasil realizou-se em Lisboa, em maio de 2010. Da extensa Declaração Conjunta emitida na ocasião, constou, do ponto de vista estritamente bilateral, que o Primeiro-Ministro José Sócrates e o Presidente Lula haviam definido prioridades estratégicas à cooperação especificada no documento em diversos domínios (energia; ciência, tecnologia e inovação; promoção, difusão e projeção da língua portuguesa; cooperação política e diplomática; cooperação econômica, financeira e comercial; e cooperação no plano dos assuntos consulares e de circulação de pessoas). Foram assinados: Memorando de Entendimento

no âmbito dos assuntos jurídicos internacionais; Protocolo de cooperação no domínio da luta contra a dopagem; Memorando de Entendimento para o lançamento de um programa de formação avançada e investigação conjunta no setor da pesquisa e produção de hidrocarbonetos em águas profundas na bacia do Atlântico; Memorando de Entendimento para a promoção da igualdade de gênero; e Protocolo de cooperação técnica em especial nas áreas de saneamento e resíduos urbanos.

9.3.1.2. Espanha

O Presidente Lula visitou a Espanha em julho de 2003, sendo recebido pelo Presidente de governo, José Maria Aznar. Ao discursar no Congresso de Deputados, afirmou que os investimentos espanhóis no Brasil haviam fortalecido os laços econômicos entre as duas nações. Notou que a contribuição da Espanha para a formação do Brasil moderno incluía mais de dez milhões de brasileiros de descendência espanhola. Disse que havia boas oportunidades para cooperar e fazer negócios e que, por sua credibilidade e experiência, o Brasil via a Espanha como um parceiro natural nesse processo.

Ao receber o Presidente Aznar no Brasil, em outubro, o Presidente Lula registrou que a Espanha era então o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, mas notou que as trocas comerciais, no entanto, ainda estavam longe do potencial das duas economias. Anunciou a instalação de dois grupos de trabalho: o primeiro, sobre investimentos e marco regulatório; o segundo, sobre questões comerciais. Informou que, no tocante à cooperação bilateral, haviam sido identificadas áreas variadas, como turismo, agricultura de irrigação e educação.

À margem da XIII Cúpula Ibero-Americana, em novembro, o Presidente Lula e o Presidente Aznar assinaram, em Santa Cruz de la Sierra, o Plano de Parceria Estratégica Brasil – Espanha. Segundo nota do Itamaraty, o documento traduzia a vontade dos dois Governos de elevar o nível do relacionamento bilateral, ampliando e aprofundando a cooperação. No discurso que pronunciou na assinatura do documento, o Presidente Lula afirmou que o Plano de Parceria Estratégica era expressão eloquente do extraordinário dinamismo das relações bilaterais.

Em 11 de março de 2004, 191 pessoas foram mortas e 1.400 ficaram feridas em Madri como resultado de ataque terrorista. O governo Aznar acusou inicialmente o ETA de ter cometido o ataque, até que fosse evidenciado que se tratava de trabalho de um grupo islâmico ligado à Al-Qaeda. O Presidente

Lula enviou mensagem de condolências ao Rei Juan Carlos e ao Presidente do governo, José Maria Aznar, na qual repudiou e condenou veementemente os atentados. Por seu turno, Celso Amorim enviou mensagem semelhante à Chanceler da Espanha, Ana Palácio. No dia seguinte, milhões de pessoas protestaram contra o terrorismo. O Grupo do Rio emitiu comunicado em que os países-membros expressaram sua "indignação ante os covardes atentados terroristas perpetrados em Madri" e "seu pesar pela perda de vidas humanas e pelo sofrimento de vítimas inocentes". Condenaram "da forma mais veemente os atos bárbaros praticados", que afirmaram demonstrar "total falta de respeito pela vida humana e atentar contra os princípios elementares da convivência democrática".

Realizaram-se eleições, no dia 14, ainda sob o impacto do ataque terrorista. Foram vencidas pela oposição, liderada pelo socialista José Rodríguez Zapatero, que logo anunciaria a decisão de retirar tropas do Iraque[71]. O Presidente Lula transmitiu mensagens ao José María Aznar e ao eleito. Ao primeiro, expressou seu agradecimento pela forma correta e amistosa com que orientara as relações de seu país com o Brasil e pelas inúmeras manifestações de simpatia e amizade que lhe dispensara. Ao segundo, expressou suas calorosas felicitações pela vitória do PSOE nas eleições.

O novo Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, manteve, em julho, reunião de trabalho no Itamaraty com o Ministro Celso Amorim. Ambos ressaltaram a importância do Plano de Parceria Estratégica e sublinharam a necessidade de se implementar os mecanismos previstos naquele instrumento por intermédio de um programa de trabalho, com seu respectivo cronograma.

Rodríguez Zapatero visitou o Brasil em janeiro de 2005. Em declaração à imprensa, o Presidente Lula afirmou que a visita era extremamente significativa e dava consistência à parceria estratégica que os dois países estavam forjando. Em fevereiro, o Itamaraty informou que o Ministro Miguel Ángel Moratinos faria nova visita a Brasília. Acrescentou que mereceria especial atenção a situação no Haiti. Também deveriam ser discutidas a Rodada de Doha e a questão dos mecanismos inovadores de financiamento do combate à fome e à pobreza, entre outros assuntos.

Em visita à Espanha no mês de setembro de 2007, o Presidente Lula manteve encontro com empresários espanhóis, tendo ressaltado a importância de investimentos recíprocos.

Em fevereiro de 2008, o Ministro Celso Amorim realizou visita de trabalho à Espanha, no contexto da Declaração de Brasília de Consolidação da Parceria Estratégica entre os dois países. Com o Ministro Moratinos, deu

sequência aos temas examinados durante a visita oficial do Presidente Lula, tais como a consolidação do relacionamento entre as instituições de pesquisa científica dos dois países e a cooperação trilateral em favor da Bolívia no campo de saneamento básico e água potável. Ao anunciar a visita, o Itamaraty ressaltou que, no que se referia às trocas comerciais, em 2007, alcançara-se a marca inédita de mais de US$ 5 bilhões de corrente de comércio. No campo econômico, verificara-se significativa presença de empresas espanholas na economia brasileira, sobretudo nos setores de infraestrutura e de serviços. O estoque de investimentos superara US$ 30 bilhões, o que não apenas colocava a Espanha como o segundo maior investidor no país, mas também situava o Brasil como o segundo mais importante destino dos investimentos espanhóis no mundo.

Rodríguez Zapatero visitou o Brasil em maio. Ao anunciar sua vinda, o Itamaraty informou que, durante o encontro de trabalho, seriam discutidas a intensificação da cooperação entre as instituições de pesquisa científica dos dois países, as relações consulares e a cooperação no setor de biocombustíveis, bem como as relações de comércio e investimentos.

O Presidente Lula realizou visita à Espanha, em outubro, para receber o Prêmio Internacional "*Don Quijote de La Mancha*", em Toledo, onde manteria encontro com o Presidente Rodríguez Zapatero. Foram discutidas as relações consulares e a cooperação no setor de energia e em prol de terceiros países.

O Ministro Moratinos voltaria mais uma vez ao Brasil em julho de 2009. No mês seguinte, a Primeira Vice-Presidente, Ministra da Presidência e Porta-Voz do governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de la Veja, também visitou Brasília. Durante a visita, foi assinada carta de intenções entre o Ministério da Educação e o Instituto Cervantes sobre a utilização de recursos audiovisuais no ensino do idioma espanhol no Brasil. Também foi assinado Memorando de Entendimento para a realização de atividades de cooperação técnica com terceiros países. Segundo o Itamaraty, o fluxo de comércio bilateral crescera de US$ 2,53 bilhões, em 2003, para US$ 6,55 bilhões, em 2008 – o que representara um aumento de cerca de 160%. O estoque dos investimentos espanhóis no Brasil somara US$ 35 bilhões em 2008, posicionando a Espanha como o segundo principal investidor no Brasil.

9.3.1.3. França

Em 2003, a França, sob a Presidência de Jacques Chirac, não apoiou a guerra contra o Iraque, tendo ameaçado utilizar seu poder de veto no

CSNU. Com o apoio de Gerhard Schröder e de Vladimir Putin, Chirac conseguiu frustrar os esforços diplomáticos dos EUA e do Reino Unido de obter apoio da ONU para a guerra[72].

Essa visão semelhante entre Brasil e França a respeito do conflito não escaparia de texto da ata de reunião da Comissão Geral que teve lugar em Paris, em julho, sob a Presidência de Dominique de Villepin, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês e do Ministro Celso Amorim. Constou daquele documento que a França e o Brasil mantinham uma visão comum de "um mundo multipolar" e o compromisso em "favorecer o tratamento multilateral dos grandes desafios internacionais". Numa referência implícita à guerra no Iraque, constou também que as então "recentes situações de conflito e de pós-conflito" haviam confirmado a importância do envolvimento das instituições multilaterais nas questões relativas à paz e à segurança internacionais. Concluía o documento que, por isso, ambas as partes insistiam no papel da ONU, com destaque para o equacionamento diplomático de situações de conflito. Constou ainda que ambas as partes haviam manifestado o desejo de cooperar para preservar e reforçar o papel da ONU na solução de crises internacionais e na manutenção da paz.

Em entrevista à imprensa, concedida em Paris em outubro de 2004, Celso Amorim informou que, nos seus encontros na França, trataria de vários temas, entre os quais a visita do Presidente à França no ano seguinte e de convite que o Presidente Lula aceitara para estar em Paris no ano seguinte, como um convidado especial. Notou que seria também o ano do Brasil na França. Acrescentou que trataria de rever como andavam as conversações sobre a ponte no Rio Oiapoque. Disse que ia reiterar o convite para que a França participasse de alguma maneira do Tratado de Cooperação Amazônica.

Na recepção oferecida em Paris pelo Presidente Jacques Chirac, em 14 de julho de 2005, referindo-se à participação do seu anfitrião na sua iniciativa mundial para o combate à fome, o Presidente Lula afirmou que a França tinha uma história de solidariedade com o Brasil, independentemente de qual fosse o governo. Durante conferência de imprensa, informou que tratara com o Presidente Chirac de entendimentos sobre materiais para a aeronáutica militar, tecnologias avançadas na área espacial e biocombustíveis.

A relação bilateral aumentava e, por decretos de dezembro, o Consulado do Brasil em Caiena, Guiana Francesa, foi elevado a Consulado Geral e o de Paris foi criado, separadamente à Embaixada. Em maio de 2006, o Itamaraty anunciou a visita do Presidente Chirac

ao Brasil. Constou da nota à imprensa que a visita traduziria o interesse mútuo em intensificar o relacionamento bilateral, elevado ao patamar de "parceria estratégica", e tinha como objetivo aprofundar o diálogo, com ênfase na vertente científico-tecnológica. Destacou o interesse mútuo em desenvolver o mercado internacional de etanol e estabelecer cooperação trilateral para a expansão da produção de biocombustíveis em países em desenvolvimento, especialmente na África e no Caribe. Em declaração à imprensa no dia 25, o Presidente Lula notou que o comércio bilateral mais do que dobrara nos 10 anos anteriores e que a França era o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil. Referiu-se ao desejo de intensificar a cooperação em temas ligados à defesa.

Em maio de 2007, o Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, venceu a eleição presidencial, sucedendo a Jacques Chirac dez dias depois. François Fillon substituiu Dominique de Villepin como Primeiro-Ministro. Em fevereiro de 2008, o Presidente Lula encontrou-se com o Presidente Sarkozy em Saint-Georges de L'Oyapock. Do Comunicado Conjunto, constou que os dois Presidentes haviam reiterado o compromisso com a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, com o objetivo de inaugurá-la em 2010, para permitir a ligação rodoviária entre Macapá e Caiena.

Sarkozy visitou o Brasil em dezembro. Em declaração seguida de Conferência de Imprensa durante cerimônia de assinatura de atos, dirigindo-se ao Presidente Sarkozy, o Presidente Lula afirmou que, naquele dia, tinham os dois países a oportunidade de aprofundar o diálogo que haviam iniciado no início daquele ano. Informou que estavam adotando um plano de ação da parceria estratégica que orientaria a cooperação bilateral nos anos seguintes. Explicou que avançariam em projetos comerciais e parcerias industriais e tecnológicas. Observou que, em 2007, os capitais franceses no Brasil haviam crescido 62%, alcançando US$ 1,2 bilhão, o que fazia da França o quarto principal investidor. Notou também que, em 2007, o comércio aumentara exponencialmente, aproximando-se de US$ 7 bilhões. Da declaração conjunta ao final do encontro, constou a decisão de organizar o "Ano da França no Brasil" em 2009; a importância do desenvolvimento da cooperação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), de um lado, e da Fiocruz e do Instituto Pasteur, de outro, no desenvolvimento de atividades de pesquisa no campo da saúde; o progresso logrado pelos seis Grupos de Trabalho Brasil – França nas áreas de energia nuclear, energia renovável, tecnologias de defesa, inovação tecnológica, cooperação conjunta em países africanos e tecnologias espaciais; o anúncio da criação de um Grupo de Trabalho

franco-brasileiro sobre o meio ambiente e a constituição do Comitê Franco-Brasileiro de Agricultura; e a concordância em intensificar a cooperação na área de segurança pública.

Durante a visita, foram concluídos, entre outros, um Protocolo de Intenções sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas franco-brasileiras; um Protocolo de Cooperação referente à Promoção da Inovação Tecnológica; uma Declaração sobre Biocombustíveis; e um Convênio para a implementação do Projeto de Gestão Sustentável de Recursos Florestais no Brasil. Foram ainda concluídos entendimentos relativos a contratos e investimentos nas seguintes áreas: Parceria tecnológica para a modernização de fábrica no Brasil para a produção de estruturas de helicópteros para a comercialização em nível mundial; Compra de crédito carbono no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kyoto; e Investimentos para produção no Brasil de radares de longa distância para a comercialização em nível internacional.

As trocas de visita de alto nível se amiudavam. O Ministro Celso Amorim visitou Paris em fevereiro de 2009 e manteve reunião de trabalho com o Chanceler Bernard Kouchner. Tratariam de temas multilaterais, como a reforma da ONU, em particular do CSNU, a ampliação do G-8 e a crise financeira internacional. O Presidente Lula realizou visita de trabalho à França em abril. Manteve encontro com o Presidente Nicolas Sarkozy, em preparação à Cúpula do G-20 Financeiro a realizar-se em seguida na cidade de Londres. Os dois Presidentes deveriam, ainda, passar em revista os principais temas da agenda bilateral e mundial, com ênfase nas questões relativas à governança das instituições internacionais.

Em intervenção durante debate no Instituto Francês de Relações Internacionais em Paris no mês de junho, o Ministro Celso Amorim declarou que a Parceria Estratégica entre o Brasil e a França refletia o excelente estado das relações bilaterais. Acrescentou que era preciso dizer que o Brasil e a França compartilhavam uma visão muito semelhante da necessidade de reformar o sistema de governança mundial.

O Presidente Lula realizaria nova visita à França em julho e manteria encontro, em Paris, com o Presidente Sarkozy para discutir temas da agenda internacional e avaliar a implementação da parceria estratégica bilateral. Participaria de solenidade promovida pela UNESCO em que seria agraciado com o Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz. Em agosto, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner, o Ministro Celso Amorim proferiu, em Paris, palestra intitulada "Agir por uma governança global melhor" na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses.

O Presidente Sarkozy visitou o Brasil novamente em setembro. Participou, na condição de convidado de honra, das cerimônias alusivas à data nacional do Brasil e manteve reunião com o Presidente Lula. Entre outros temas, os dois líderes trataram da cooperação nas seguintes áreas: espacial; energia nuclear; desenvolvimento sustentável; biodiversidade; transportes sustentáveis; educação, linguística e técnica; e defesa. Examinaram também outros temas de cooperação: tais como temas migratórios e de segurança pública; bem como a cooperação conjunta em terceiros países. De Comunicado Conjunto, constou que os Presidentes haviam decidido fazer do Brasil e da França parceiros estratégicos também no domínio aeronáutico. A esse respeito constou o seguinte:

> Neste contexto, o Presidente francês comunicou ao Presidente brasileiro a intenção da França de adquirir uma dezena de unidades da futura aeronave de transporte militar KC-390, e manifestou a disposição dos industriais franceses de contribuir para o desenvolvimento do programa desta aeronave. Por seu lado, levando em conta a amplitude das transferências de tecnologia propostas e das garantias oferecidas pela parte francesa, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a decisão da parte brasileira de entrar em negociações com o GIE Rafale para a aquisição de 36 aviões de combate.

Em discurso pronunciado em novembro e alusivo ao encerramento do Ano da França no Brasil, o Presidente Lula ressaltou que o Brasil já era o principal parceiro comercial da França na América Latina, fora da OCDE, e era também o quarto parceiro comercial da França.

9.3.1.4. Itália

O Chanceler brasileiro realizou visita a Roma em novembro de 2003. As relações bilaterais vinham se desenvolvendo e, no ano seguinte, o volume do comércio entre Brasil e Itália atingiu cerca de US$ 5 bilhões, superando em muito os US$ 3,9 bilhões registrados no ano anterior. Naquele momento, a Itália era o oitavo país de destino das exportações e o nono país de origem das importações brasileiras.

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini, visitou o Brasil em julho de 2005**.** Segundo nota do Itamaraty, a agenda internacional de ambos os países revelava "coincidência de propósitos em diversos temas, como o cumprimento das Metas do Milênio, a implementação das metas de desenvolvimento

limpo do Protocolo de Kyoto, o combate ao crime organizado e a ajuda aos países mais pobres na luta contra a pobreza". Segundo aquele documento, a Itália era o quinto maior investidor externo no Brasil, o oitavo maior destino das exportações brasileiras e o nono maior fornecedor de produtos ao Brasil. Esperava-se que, no encontro em Brasília, os dois Chanceleres discutissem as possibilidades de desenvolver cooperação tripartite, por meio de projetos conjuntos de cooperação técnica em benefício de países da África. Seria discutida, também, a realização de missão empresarial de alto nível da indústria italiana ao Brasil com a meta de desenvolver projetos de parcerias industriais. Da declaração conjunta ao final do encontro, constou que o Ministro Celso Amorim dera início à reunião, referindo-se à presença no Brasil de 25 milhões de descendentes de italianos o que conferia ao relacionamento bilateral caráter particular, tendo em vista as afinidades culturais que promoviam e a expressividade dos contatos interpessoais.

O Presidente Lula realizaria visita oficial à Itália em outubro. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty informou que manteria encontro com o Presidente italiano, Carlo Ciampi, compareceria às comemorações dos 60 anos da FAO e proferiria palestra sobre a realidade econômica brasileira na sede da Confederação Geral da Indústria Italiana (Confindustria). Durante a visita, seria assinada uma Declaração Conjunta com o objetivo de fortalecer a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo. O documento previa a criação de quatro Grupos de Trabalho nas áreas de (1) biocombustíveis, energias alternativas e eficiência energética; (2) ciência, tecnologia e indústrias criativas; (3) recursos humanos na área do turismo; e (4) cooperação com países africanos em promoção de programas na área social e recursos humanos. Acrescentava a nota que o montante acumulado dos investimentos italianos na economia brasileira na década anterior crescera 300%, o que tornara a Itália o quinto maior fornecedor de investimentos externos diretos para o Brasil. Informou ainda que o comércio bilateral também crescera nos anos anteriores. Em discurso por ocasião de Declaração Conjunta à imprensa, o Presidente Lula notou que a Grande São Paulo era a maior cidade italiana fora da Itália.

Em março de 2006, realizou-se na capital paulista o "Fórum Brasil – Itália: Relações Bilaterais", com a presença de empresários italianos da Cofindustria, liderados por Ministro italiano e encerrado pelo Presidente Lula. Nas eleições de abril daquele ano, a coalizão de partidos de centro-esquerda venceu por pequena maioria no Senado e Romano Prodi assumiu a direção do governo italiano. Seguiu política de liberalização econômica e redução da dívida pública. Tropas italianas foram gradualmente sendo retiradas do Iraque no segundo semestre do ano.

Em março do ano seguinte, foi preso no Rio de Janeiro, o italiano Cesare Battisti, que havia sido membro de organização intitulada *Proletari Armati per il Comunismo - PAC*, e condenado por ter participado de grupo armado que cometeu atentados na Itália.

Em abril de 2008, Silvio Berlusconi, à frente de coalizão de centro-direita, venceu as eleições, voltando a assumir o governo. Em novembro daquele ano, o Presidente Lula realizaria visita de Estado à Itália. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, entre outros temas, trataria com o governo italiano das posições brasileira e italiana sobre a crise financeira internacional, com vistas à reunião do G-20 financeiro que teria lugar em Washington, naquele mês. Estavam também previstas as assinaturas de acordos bilaterais nas áreas de defesa, infraestrutura, tecnologias espaciais, saúde e ciências médicas, medicina veterinária, e de interação entre pequenas e médias empresas. Em discurso durante jantar oferecido pelo Presidente da República italiana, Giorgio Napolitano, o Presidente Lula afirmou que a aliança entre Itália e Brasil era importante para a construção de uma nova arquitetura global. Mencionou a assinatura de acordos que iriam permitir a expansão do diálogo nas áreas de defesa, saúde e ciências médicas, e cooperação em tecnologias espaciais.

Em janeiro de 2009, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, anunciou a decisão de conceder a Cesare Battisti o *status* de refugiado político. Perguntado sobre a questão, o Presidente Lula respondeu que a decisão brasileira era uma questão de soberania do Estado brasileiro. Declarou que Battisti era acusado de um crime cometido no ano de 1978, portanto, já fazia 32 anos. Afirmou que o acusador, na verdade, fizera um "processo de delação premiada". Notou que viera para o Brasil, trabalhara, e era um escritor. Defendeu a decisão do Ministro da Justiça.

O Presidente Napolitano escreveu ao Presidente Lula para expressar sua "profunda surpresa" com a decisão do Brasil de conceder asilo político a Cesare Battisti. Sublinhou as garantias constitucionais e jurídicas que a Itália oferecia "incluindo os responsáveis por atos de terrorismo" e manifestou "a mais vívida comoção" provocada pela decisão brasileira[73]. O Presidente Lula respondeu que a concessão da condição de refugiado ao senhor Battisti representava um ato de soberania do Estado brasileiro, "amparada na Constituição brasileira (Artigo 4º, X), na Convenção de 1951 da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados, e na legislação infraconstitucional (Lei nº 9474/97)"[74].

Ao tomar conhecimento da decisão do governo italiano de chamar para consultas o Embaixador da Itália no Brasil, em razão do "parecer

expresso sobre o caso Battisti pelo Procurador-Geral da República", o governo brasileiro emitiu nota em que considerou que todos os procedimentos sobre a questão estavam sendo seguidos de acordo com a legislação brasileira. Reiterou a confiança expressa pelo Presidente da República, em sua carta dirigida ao Presidente da Itália, de que os laços históricos e culturais que unem o Brasil e a Itália continuariam a inspirar os esforços brasileiros com vistas a aprofundar ainda mais as sólidas relações bilaterais nos mais diversos setores.

Durante viagem à Itália, em julho, para participar da Cúpula de l'Áquila, o Presidente manteve encontros com vários Chefes de Governo ou de Estado, entre os quais, Silvio Berlusconi. Enquanto isso, prosseguia o exame judicial do pedido de extradição de Cesare Battisti. No dia 9 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF), após longo debate, suspendeu o julgamento por pedido de vista de um dos Ministros. Em 10 de novembro, o Ministro da Justiça Tarso Genro declarou que a pressão feita pela Itália para a condenação do réu constituía "um desaforo ao Estado brasileiro e um desaforo à democracia no país".

Em entrevista coletiva concedida em Roma, em 16 de novembro, após almoço com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, perguntado sobre a questão, o Presidente Lula afirmou que não a poderia discutir por encontrar-se sob exame do Poder Judiciário. De fato, no dia 12, teve reinício o exame da questão no STF. No dia 18, por 5 votos a 4, entendeu caber ao Poder Executivo, na pessoa do Presidente da República, a decisão sobre a execução da extradição. Julgou nula a concessão de *status* de refugiado político a Cesare Battisti.

O caso Battisti parecia não afetar o relacionamento político bilateral pois, em abril de 2010, o Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros da Itália, Silvio Berlusconi, assinaram em Washington documento criando uma Parceria Estratégica. Do documento, constou um Plano de Ação que pormenorizou formas de cooperação bilateral sob os seguintes títulos: Diálogo Político; Cooperação judiciária; Concertação Inter-Regional; Cooperação em matéria técnico-militar e de defesa; Cooperação na área espacial; Cooperação Econômica, Comercial, Industrial e Financeira; Cooperação entre Pequenas e Médias Empresas; Turismo; Energia; Cooperação Cultural e Acadêmica; Cooperação Científica e Tecnológica; Cooperação Descentralizada; Saúde; e Ações em benefício das comunidades brasileira e italiana. No mesmo mês de abril, foi finalmente publicada a decisão do SRF sobre o caso Battisti.

Berlusconi visitou o Brasil em junho. Reuniu-se com o Presidente Lula em São Paulo. Os mandatários discutiriam temas da agenda

bilateral, no âmbito do Plano de Ação da Parceria Estratégica, com ênfase na cooperação econômico-comercial. Durante a visita, deveriam ser assinados atos bilaterais de cooperação nas áreas esportiva, cultural, de turismo e em matéria de infraestrutura, além de outros atos no campo econômico-comercial. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Berlusconi participariam ainda da sessão de instalação do Conselho Empresarial Brasil – Itália, bem como do encerramento do Seminário Empresarial. Nota do Itamaraty salientou que o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Itália passara de US$ 3,6 bilhões, em 2002, para US$ 9,4 bilhões, em 2008 – o que representara aumento de mais de 160%.

Em 31 de dezembro, último dia de seu mandato, o Presidente Lula denegou o pedido italiano de extradição de Cesare Battisti.

9.3.1.5. Reino Unido

O governo trabalhista britânico liderado por Tony Blair apoiou os EUA, com muita ênfase, na guerra contra o Iraque em 2003[75]. Apesar de protestos de rua contra o conflito, seu governo enviou 46 mil militares (um terço de suas forças terrestres) para a assistir o governo de George W. Bush naquela operação.

O partido trabalhista reelegeu-se no Reino Unido, em maio de 2005[76], mas com substancial redução de sua maioria. Como consequência da participação naquela guerra, aumentou a ameaça de ataques terroristas em território britânico. Em 7 de julho, quatro explosões (três no metrô e uma num ônibus) mataram 56 pessoas e feriram mais de 700 em Londres. Em mensagem divulgada no mesmo dia, o Presidente Lula, que se encontrava na reunião do G-8 em Gleneagles, expressou em nome do Brasil sua "mais firme condenação" a mais aquela "deplorável ação terrorista".

O Presidente Lula realizou, em março de 2006, visita oficial ao Reino Unido. Em discurso por ocasião do banquete de Estado oferecido pela Rainha Elizabeth II, ressaltou a cooperação científica naquela área, objeto de Plano de Ação que seria adotado durante sua visita. Ressaltou que o aprofundamento da cooperação bilateral em biotecnologia e mudança do clima, em particular, conferia nova dimensão ao relacionamento. No dia seguinte, por ocasião da cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial Brasil – Reino Unido, o Presidente Lula notou que as trocas comerciais entre o Brasil e o Reino Unido haviam fechado 2005 no seu nível mais alto, com um crescimento de 14% em relação ao ano anterior.

O Primeiro-Ministro Tony Blair e o Presidente Lula afirmaram, em artigo conjunto publicado no dia 9, que os dois países estavam comprometidos em lograr um resultado ambicioso nas conversações comerciais da OMC "para ajudar a tirar milhões de pessoas da pobreza". Expressaram a determinação de não permitir que as conversações falhassem e a decisão de trabalhar em conjunto para superar o impasse então existente. Consideraram que um fracasso não seria apenas uma oportunidade perdida na luta contra a pobreza e em prol da prosperidade global, mas seria, também, um duro golpe no "compromisso com o multilateralismo e com um mundo mais aberto e fundamentado em regras". Anunciaram que estavam considerando a convocação de uma reunião de líderes nos meses seguintes. Concordaram, também, que era de vital importância que o mundo se unisse para enfrentar o desafio da mudança do clima.

A Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett, realizaria visita oficial ao Brasil no período de 2 a 4 de julho. Por nota de 30 de junho, ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que o Ministro Amorim e a Secretária do Exterior deveriam passar em revista a evolução da cooperação bilateral em suas diferentes vertentes, tendo presentes os acordos que haviam sido assinados durante a Visita de Estado nas áreas de ciência e tecnologia, educação, saúde, economias criativas e meio ambiente. Destacou a cooperação em ciência e tecnologia em partícula nos campos da nanotecnologia e da saúde animal.

O Partido Trabalhista escolheu Gordon Brown, em junho de 2007, para suceder a Tony Blair como Primeiro-Ministro. Em 2008, o fluxo de comércio bilateral apresentou crescimento de 20,7%, tendo alcançado a cifra de US$ 6,3 bilhões. O Brasil era o maior receptor sul-americano de investimentos britânicos.

Em março de 2009, Brown realizou visita ao Brasil. Com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiria temas bilaterais e assuntos de interesse global, como a crise financeira internacional, a Rodada de Doha da OMC, a mudança do clima, o combate à pobreza, a reforma da ONU e de seu CSNU, entre outros temas, em São Paulo. Da Declaração Conjunta assinada ao final da visita, constou que o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Brown haviam se congratulado pelos avanços verificados no desenvolvimento da parceria estratégica entre os dois países e considerado oportuno elevar essa parceria a um novo patamar. Discutiram as ações do Brasil e do Reino Unido diante da crise financeira internacional. Manifestaram a intenção de realizar parcerias trilaterais em apoio à cooperação Sul-Sul, em benefício dos países em desenvolvimento. O Reino Unido ofereceu apoio ao BNDES para operacionalizar de forma efetiva o Fundo Amazônia. Concordaram

que contatos de alto nível sobre temas de defesa e segurança deviam ser desenvolvidos nas áreas de estratégia, política de defesa e operações conjuntas. Ambos os Mandatários comprometeram-se a garantir que o fluxo, nas duas direções, de estudantes, visitantes e executivos fosse incentivado e que os procedimentos de imigração fossem transparentes e não discriminatórios, com respeito à dignidade das pessoas; e a trabalhar em conjunto para eliminar práticas ilegais, inclusive o tráfico de pessoas.

Em julho, a Delegação Permanente do Brasil em Genebra apresentou, nos termos da Convenção da Basileia, denúncia de tráfico de resíduos perigosos provenientes do Reino Unido. Segundo nota do Itamaraty, o Ministro Celso Amorim conversou com o Chanceler britânico, David Miliband, que se prontificou a dar ao assunto a importância que merecia.

Em novembro, o Presidente Lula visitou novamente o Reino Unido. Os dois países assinaram Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de organização das Olimpíadas.

Como resultado das eleições gerais realizadas em maio de 2010, o Partido Conservador, liderado por David Cameron, formou novo governo.

Em setembro, realizou-se, em Brasília, a "Reunião do Diálogo Econômico de Alto Nível" entre os dois países. Abordaria temas relativos ao G-20, à reforma das instituições financeiras internacionais, à regulação financeira, à Rodada Doha da OMC, ao comércio entre o Mercosul e a UE e aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Também seriam discutidas oportunidades de aprofundamento da cooperação entre o Brasil e o Reino Unido.

9.3.1.6. Irlanda

Em março de 2004, a Presidente da Irlanda, Mary McAleese, visitou o Brasil. Conforme nota do Itamaraty, a visita tinha como um de seus objetivos estimular o aumento do comércio bilateral, da ordem de US$ 388 milhões em 2003, e do fluxo de investimentos entre os dois países. Fez-se acompanhar de delegação empresarial.

9.3.1.7. Países Baixos

Ao anunciar, em março de 2003, a visita de Estado ao Brasil da Rainha Beatrix dos Países Baixos, o Itamaraty ressaltou que, graças à

importância do porto de Rotterdam para o fluxo comercial brasileiro destinado à Europa, as exportações do Brasil para os Países Baixos haviam somado mais de US$ 3,1 bilhões e as importações alcançado cerca de US$ 536 milhões em 2002, resultando um saldo favorável para o Brasil de US$ 2,6 bilhões. Notou que tais valores faziam dos Países Baixos o segundo parceiro comercial do Brasil na Europa e o terceiro maior mercado de exportação para o Brasil. Sublinhou que, no que se referia a investimentos, em 2002, segundo dados do Banco Central, os Países Baixos haviam sido o principal investidor estrangeiro no país, com entradas de US$ 3,3 bilhões.

Em discurso à Rainha Beatrix, o Presidente Lula afirmou que o Brasil e os Países Baixos eram parceiros naturais pelas características de suas economias. Afirmou que o Brasil admirava os Países Baixos "não apenas pela força de sua economia e de seu comércio, ou pelo seu extraordinário patrimônio de História e cultura, mas principalmente pela sua tolerância, pelo seu respeito aos direitos humanos e pela sua longa tradição de exercício e defesa da democracia e do multilateralismo".

O Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Bernard Bot, visitou o Brasil em janeiro de 2007. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, no campo bilateral, discutiria com o Ministro Celso Amorim, entre outros assuntos, a cooperação nas áreas da agricultura e dos biocombustíveis, formas de colaboração trilateral com países africanos e ações no âmbito do patrimônio cultural comum do Brasil e dos Países Baixos. Notou que os Países Baixos ocupavam a segunda posição nos fluxos de investimentos diretos no Brasil, logo após os EUA, com recursos superiores a US$ 3,2 bilhões. A corrente de comércio bilateral totalizara US$ 6,5 bilhões em 2006, com saldo favorável ao Brasil da ordem de US$ 4,95 bilhões e crescimento de 11% em relação a 2005. Os Ministros Amorim e Bot assinariam, durante a visita, Memorando de Entendimento que estabeleceria Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas entre as duas Chancelarias. Assinariam, também, Memorando de Entendimento relativo à inclusão do Brasil no "Programa de Cooperação com Mercados Emergentes", com o objetivo de promover os investimentos neerlandeses no Brasil.

O Presidente Lula visitou o Reino dos Países Baixos em abril de 2008. Segundo o Itamaraty, a visita refletia o interesse dos dois países em intensificar o relacionamento bilateral em diferentes áreas e o diálogo sobre temas globais de interesse comum. Destacou que os Países Baixos vinham ocupando as primeiras posições no *ranking* de investimentos externos no Brasil, tendo liderado lista de investidores estrangeiros em 2002 e 2004. Notou que, em 2007, os Países Baixos haviam sido novamente

o primeiro investidor estrangeiro no Brasil com US$ 8,1 bilhões (cerca de 23,6% do total de investimentos estrangeiros diretos, que alcançara o montante de US$ 34,3 bilhões naquele ano). Mencionou também que a corrente de comércio bilateral tinha apresentado aumentos expressivos. Passara de US$ 6,5 bilhões, em 2006, para cerca de US$ 10 bilhões, em 2007, com exportações brasileiras de US$ 8,8 bilhões e importações de US$ 1,1 bilhão. Em discurso, por ocasião do almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende, o Presidente Lula observou que havia mais de 200 empreendimentos neerlandeses no Brasil e que muitas empresas brasileiras encontraram em solo neerlandês uma plataforma ideal para sua internacionalização.

O Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende, visitou o Brasil em março de 2009. Seriam assinados protocolos de cooperação nos setores portuário e hidroviário. Em abril de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Maxime Verhagen, visitou o Brasil. Reuniu-se com o Ministro Celso Amorim, ocasião em que seriam discutidos temas da agenda bilateral, com ênfase em questões econômicas e comerciais. Ao anunciar o encontro, o Itamaraty salientou que o intercâmbio comercial entre o Brasil e os Países Baixos passara de US$ 4,8 bilhões, em 2003, para US$ 12 bilhões, em 2008 – o que representava aumento de 150%. Além disso, notou que, ao longo dos anos anteriores, os Países Baixos tinham estado entre os três maiores investidores no Brasil.

9.3.1.8. Bélgica

Por nota de novembro de 2005, o Itamaraty informou que o Príncipe Philippe, herdeiro do trono da Bélgica, visitaria o Brasil naquele mês. Acrescentou que as relações econômicas entre Brasil e Bélgica eram intensas e promissoras. Notou que a Bélgica era o décimo maior investidor estrangeiro no Brasil, décimo-primeiro destino das exportações brasileiras e sétimo maior fornecedor europeu para o país. Observou que a corrente de comércio entre os dois países ultrapassava US$ 2 bilhões por ano, com superávit brasileiro de US$ 1,2 bilhão de janeiro a outubro daquele ano.

O Presidente Lula efetuou visita oficial ao Reino da Bélgica em outubro de 2009. Manteria encontro de trabalho com o Primeiro-Ministro Herman Van Rompuy, durante o qual seriam avaliadas as relações bilaterais e os respectivos cenários regionais, bem como discutidos temas de interesse comum da agenda internacional. Ao anunciar a visita, o

Itamaraty informou que, em 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Bélgica ultrapassara a marca dos US$ 6 bilhões, valor 20% maior do que o registrado em 2007. Acrescentou que, em 2008, o estoque de investimentos belgas no Brasil fora calculado em cerca de US$ 1,9 bilhões.

Na visita, deveriam ser assinados os seguintes atos: Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas; Acordo sobre Previdência Social; Acordo sobre Serviços Aéreos; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular; Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas; Memorando de Entendimentos sobre consultas na área migratória; Protocolo de Intenções sobre a participação do Brasil como homenageado do Festival Europalia em 2011; Acordo de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e o Centro Espacial de Liège; Memorando de Entendimento entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, e a *Wallonie-Bruxelles International* (*WBI*); e Memorando de Entendimentos sobre cooperação na área de logística de portos.

9.3.1.9. Luxemburgo

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, Jean Asselborn, realizou visita oficial ao Brasil em fevereiro de 2007. Com o Ministro Celso Amorim, Asselborn examinaria formas de diversificar o comércio bilateral e estimular os investimentos. Ao anunciar a visita, o Itamaraty notou que Luxemburgo constituía importante praça financeira na Europa e contava com a presença de vários bancos brasileiros.

Em novembro, o Grão-Duque Henri de Luxemburgo visitou o Brasil. Entre vários assuntos, tratou com o Presidente Lula da importância da inauguração de fornos adicionais da usina de Tubarão, na Grande Vitória, do grupo siderúrgico Arcelor-Mittal, cuja sede encontrava-se na capital de Luxemburgo. Ambos sublinharam a conveniência do reforço, com base na reciprocidade, das ligações aéreas entre os dois países. Previram também a negociação de um acordo cultural.

9.3.1.10. Alemanha

Em discurso que pronunciou em 27 de novembro de 2003, durante jantar que ofereceu ao Presidente da Alemanha, Johannes Rau, o

Presidente Lula desafiou os empresários a redobrarem os esforços que já haviam feito da Alemanha, o terceiro maior parceiro comercial e quinto maior investidor no Brasil.

Em novembro de 2004, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Joschka Fischer, visitou o Brasil. Em conferência de imprensa, o Ministro Celso Amorim assinalou que, além do aspecto afetivo e de amizade, tratou-se de uma visita essencialmente política. Acrescentou que não era uma visita para tratar de acordos técnicos, embora deles tivessem falado como possibilidades para o futuro.

A eleição federal, em 2005, apresentou empate entre os dois partidos principais que obtiveram quase o mesmo número de assentos, mas não suficientes para compor uma maioria sem o apoio de vários partidos pequenos. Em 1º de novembro, os dois partidos concordaram em formar uma coalizão dirigida por Angela Merkel.

Em nota de maio de 2006, o Itamaraty informou que o Ministro do Exterior da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, realizaria sua primeira visita oficial ao Brasil. Destacou, entre os diversos temas da agenda, a parceria no âmbito do G-4 sobre a ampliação do CSNU e o apoio mútuo em candidaturas nos recém-criados Conselho de Direitos Humanos e Comissão de Consolidação da Paz da ONU. Notou que o Brasil contava com o maior parque industrial alemão entre os países em desenvolvimento. Ressaltou que, no plano comercial, o intercâmbio bilateral ultrapassara a cifra dos US$ 11 bilhões em 2005, com crescimento constante das exportações brasileiras para a Alemanha (US$ 3,13 bilhões, em 2003; US$ 4,03 bilhões, em 2004; e US$ 5,02 bilhões, em 2005).

A Chanceler Angela Merkel visitou o Brasil em maio de 2008. Em declaração à imprensa e entrevista coletiva conjunta por ocasião da visita, o Presidente Lula referiu-se ao Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil – Alemanha, que acabava de assinar com a visitante, e à aliança dos dois países no combate à fome e na reforma do CSNU. Afirmou que o acordo bilateral de cooperação na área de energia, também assinado na ocasião constituía "pilar fundamental do renovado estímulo" à tradicional cooperação econômica e em ciência e tecnologia.

O Presidente Lula visitou a Alemanha em dezembro de 2009 e manteve encontro com a Chanceler Angela Merkel. Do Comunicado de imprensa conjunto na ocasião, constou que ambos haviam decidido continuar a fortalecer as estreitas e profundas relações nos campos político, cultural, econômico e social. Nesse sentido haviam concordado em intensificar o diálogo político entre Brasil e Alemanha com base no Plano de Ação da Parceria Estratégica nas seguintes áreas: Governança

Global; Mudança do Clima e Diversidade Biológica; Desarmamento e Não Proliferação; Defesa; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Sustentável e Energia; e Cooperação Econômica e Empresarial.

9.3.1.11. Áustria

O Itamaraty informou que o Presidente Heinz Fischer realizaria, em 19 de setembro de 2005, visita de Estado ao Brasil, a primeira de um Chefe de Estado austríaco a país da América do Sul. Seria acompanhado de significativa missão empresarial. Notou que o Brasil absorvia 40% de todo comércio que a Áustria realizava com os países da América Latina e captava a maior parte dos investimentos austríacos na região. Acrescentou que, durante a visita, seriam assinados dois memorandos de entendimentos: o primeiro, na área de cooperação técnica, cujo texto previa a realização de projetos de cooperação conjunta em países africanos lusófonos; o segundo, de cooperação entre as academias diplomáticas entre os dois países.

Em maio de 2008, realizou-se visita de trabalho do Chanceler Federal, Alfred Gusenbauer, às vésperas da V Cúpula América Latina e Caribe–UE. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula afirmou que o pioneirismo de Áustria e Brasil em matéria de proteção ambiental abria oportunidades para iniciativas conjuntas de grande impacto, em particular no campo da mudança do clima.

O Ministro Celso Amorim visitou a Áustria em junho de 2010. Na ocasião, fez palestra na Academia Diplomática de Viena e manteve encontros com o Presidente Heinz Fischer, o Primeiro-Ministro Werner Faymann, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Michael Spindelegger.

9.3.1.12. Suécia

Em setembro de 2003, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Anna Lindh, foi tragicamente assassinada. O Presidente Lula e o Ministro interino Samuel Pinheiro Guimarães enviaram ao Primeiro-Ministro da Suécia, Göran Persson, e ao Ministro substituto dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Jan Karlsson, respectivamente, mensagens de condolências.

O Presidente Lula visitou a Suécia em setembro de 2007. Por ocasião do jantar de Estado oferecido pelo Rei Carlos XVI Gustavo e pela

Rainha Silvia, salientou a importância de instrumento assinado durante a visita que dinamizaria a cooperação em energias renováveis.

Em outubro de 2009, o Itamaraty informou que o Presidente Lula realizaria visita oficial à Suécia por ocasião da III Cúpula Brasil –UE, a realizar-se em Estocolmo. Manteria reunião de trabalho com o Primeiro -Ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, e seria homenageado com jantar oferecido pelo Casal Real da Suécia. Por ocasião do encontro com o Primeiro-Ministro sueco, seria adotado o Plano de Ação de Parceria Estratégica Brasil–Suécia, que ensejaria o aprofundamento do diálogo político e a cooperação em foros multilaterais, bem como a cooperação nas áreas econômica e comercial, de bioenergia, de defesa, de meio ambiente, de ciência, tecnologia e inovação, de educação e cultural. Seriam também assinados o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas de Alto Nível e o Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora. Durante jantar oferecido pelos Reis da Suécia, o Presidente Lula declarou que o Plano de Ação da Parceria Estratégica, concluído durante a visita, oferecia um roteiro para continuar a aprofundar a aliança também nas áreas ambiental, de defesa, de energia renovável, de ciência e tecnologia e de educação e cultura.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, realizou visita ao Brasil em fevereiro de 2010. Na ocasião, seria avaliada a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil– Suécia, com ênfase na cooperação nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica e de bioenergia. O intercâmbio comercial Brasil– Suécia aumentara 144% entre 2003 e 2008, tendo se elevado de US$ 928 milhões para US$ 2,28 bilhões. A Suécia era um dos mais importantes investidores no Brasil. Cerca de 200 empresas suecas estavam então instaladas no país, gerando aproximadamente 50 mil empregos.

Em março o Rei Carlos XVI Gustavo e a Rainha Silvia visitaram o Brasil. Em discurso durante almoço no Palácio Itamaraty, o Presidente Lula declarou que o Brasil contava com a Suécia como seu maior aliado para liberalizar o mercado de etanol na UE.

9.3.1.13. Dinamarca

O Primeiro-Ministro Anders Rasmussen realizou visita oficial ao Brasil em abril de 2007. Na ocasião, seria assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Mudança do Clima, que possibilitaria a execução de projetos conjuntos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, do Protocolo de Kyoto. Em setembro,

o Presidente Lula realizaria visita aos países nórdicos. Na sessão de abertura do Seminário Empresarial em Copenhague, declarou que a sua visita era a primeira de um Presidente do Brasil à Dinamarca. Elogiou o Primeiro-Ministro Rasmussen por "promover planos ambiciosos para misturar etanol na gasolina". Anunciou que assinariam um Memorando de Entendimento na área de Energia Renovável.

Em outubro de 2009, o Presidente Lula esteve em Copenhague para defender a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos em 2016. Em dezembro, o Presidente Lula retornou à capital dinamarquesa por ocasião da 15ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima (COP-15).

9.3.1.14. Finlândia

A Presidente da Finlândia, Tarja Halonen, visitou o Brasil em 31 de outubro de 2003. Em discurso por ocasião do almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula referiu-se a instalação, no dia seguinte, de fábrica da empresa *Nokia* na Zona Franca de Manaus e à necessidade de que o mesmo dinamismo marcasse também as trocas comerciais, que ainda estavam longe de atingir o seu potencial.

Em visita à Finlândia no mês de setembro de 2007, o Presidente Lula informou, no encerramento do Seminário Brasil – Finlândia sobre Oportunidades de Investimentos, que já havia 43 grupos finlandeses com investimentos no Brasil. Notou que as trocas bilaterais haviam crescido mais de 120% entre 2003 e 2006. Em discurso, por ocasião da visita ao Parlamento, observou que sua visita, a primeira de um Chefe de Estado do Brasil, tinha um significado muito importante de estreitar ainda mais as relações, e trocar experiências bem-sucedidas.

9.3.1.15. Lituânia

Em julho de 2008, o Presidente Arturas Paulauskas visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty notou que a cidade de São Paulo abrigava a segunda maior colônia de lituanos do mundo, atrás apenas de Chicago, estimando-se em 260 mil pessoas a população brasileira de origem lituana. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula declarou que a assinatura de um acordo de cooperação cultural entre Brasil e Lituânia, naquele dia, permitiria maior aproximação e conhecimento mútuo entre os dois povos.

9.3.1.16. Estônia

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Estônia, Urmas Paet, realizou visita ao Brasil em abril de 2008. No Rio de Janeiro, o Chanceler Paet inaugurou o terceiro Consulado Honorário da Estônia no Brasil, que viria somar-se aos Consulados Honorários de Santos e de São Paulo. Sua visita ocorreu no ano do centenário da chegada do primeiro grupo de imigrantes estonianos ao Brasil. A agenda do encontro com o Ministro Celso Amorim incluiria temas como relações comerciais, assuntos consulares, incremento do turismo, cooperação em organismos multilaterais e questões globais e regionais de interesse mútuo.

Em junho de 2010, o Ministro Celso Amorim visitou a Estônia. Em Talim, manteria encontros com o Presidente Toomas Hendrik Ilves, o Primeiro-Ministro Andrus Ansip, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Urmas Paet, entre outras autoridades. Os Chanceleres deveriam discutir oportunidades para o incremento do comércio bilateral e assinar Memorando de Consultas Políticas.

9.3.1.17. Letônia

A Presidente Vaira Vike-Freiberga realizou visita ao Brasil em junho de 2007 – a primeira de um Chefe de Estado daquele país. Segundo nota do Itamaraty, no plano político, vinham-se estreitando as relações com o Brasil, impulsionadas, inclusive, pela ampla coincidência de visões sobre temas da agenda internacional, que se refletia no copatrocínio da Letônia à proposta, apresentada pelo G-4, de reforma do CSNU.

Em declaração à imprensa, o Presidente Lula afirmou que a visita coincidia com as comemorações dos 15 anos do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Informou que, no encontro que mantivera com a Presidente, fora discutido como aproveitar as oportunidades que se abriam para ampliar e diversificar a pauta comercial. Anunciou que estavam já em negociação acordos em matéria jurídica e cultural, bem como no campo do turismo e de consultas políticas bilaterais. Notou que a comunidade de origem letã no Brasil, a maior da América Latina, representava forte elo de ligação entre os dois países e povos. Ressaltou que os letões haviam fundado a cidade paulista de Nova Odessa.

Da Declaração Conjunta, constou que a Presidente Vaira Vike-Freiberga analisara com o Presidente Lula o interesse de seu governo no desenvolvimento da cooperação com o Brasil, sobretudo no setor

de biocombustíveis, reconhecendo a importância de outras áreas como turismo. Constou também que os dois Presidentes haviam ressaltado a disposição favorável de ambos os países em ampliar o quadro institucional do relacionamento Brasil Letônia, em particular nas áreas de cooperação jurídica em matéria penal, cooperação cultural e no setor de turismo e consultas políticas bilaterais.

9.3.1.18. Polônia

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Wlodzimierz Cimoszewicz, visitou o Brasil em agosto de 2003. Nas conversações que mantiveram em Brasília, os Ministros Celso Amorim e Wlodzimierz Cimoszewicz examinaram possibilidades para a intensificação da cooperação bilateral, havendo identificado como áreas de maior potencial os setores farmacêutico e da indústria aeronáutica. Enfatizaram a importância que atribuíam à negociação de um acordo de combate ao crime organizado e atividades ilícitas conexas, e a intenção de negociar acordos sobre extradição, transferência de presos e assistência consular.

As negociações avançaram e, em cerimônia realizada no mês de outubro de 2006, o Ministro Celso Amorim e o Embaixador da Polônia, Pawel Kulka-Kulpiowski, assinaram acordo de cooperação na luta contra o crime organizado e outras modalidades criminosas. O acordo previa a realização de atividades como intercâmbio de informações, assistência recíproca e cooperação técnica, científica e de capacitação entre as autoridades competentes de cada país.

O Primeiro-Ministro Jaroslaw Kaczynski foi substituído no cargo por Donald Tusk que anunciaria proposta de retirada de unidades militares do Iraque. Sua nomeação foi objeto de mensagem de cumprimentos do Presidente Lula que notou o fato da Polônia ser então o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Europa do Leste. Por sua vez, o Ministro Celso Amorim enviou mensagem de cumprimentos ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Radoslaw Sikorski, na qual salientou que os dois países compartilhavam posições como a defesa do multilateralismo, dos valores democráticos, dos direitos humanos, da paz e da segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento com justiça social.

Em abril de 2010, o Presidente Lech Kaczynski e outros membros do governo polonês morreram em queda de avião ocorrida no território russo. O governo brasileiro decretou luto oficial de três dias. O Presidente

Lula enviou mensagem de condolências ao Primeiro-Ministro Donald Tusk, e ao Presidente interino, Bronislaw Komorowski.

Em junho, o Ministro Celso Amorim realizou visita à Polônia, no contexto da celebração dos 90 anos de relações bilaterais entre os dois países. De Declaração Conjunta, assinada na ocasião, constou que os Ministros manifestaram o desejo de fortalecer o comércio bilateral e promover investimentos recíprocos.

9.3.1.19. República Tcheca

Entre 2003 e 2005, sob a Presidência de Václav Klaus, suceder-se-iam dois Primeiros-Ministros na República Tcheca: Vladimir Spidla e Stanilas Gross. Quando do mandato do segundo, o país tornou-se, em maio de 2004, membro da UE.

Em seguida, o governo foi liderado pelo Primeiro-Ministro Jiri Paroubek que visitou o Brasil em março de 2006. Em discurso durante almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula observou que nos três anos anteriores, o comércio entre o Brasil e a República Tcheca triplicara. Notou também que, graças a acordo bilateral de isenção de vistos, o turismo tinha crescido.

Ao anunciar a visita do Presidente Lula à República Tcheca em abril de 2008, o Itamaraty ressaltou tratar-se da primeira visita oficial de um Presidente do Brasil à República Tcheca desde o estabelecimento daquele país, em 1993. Informou que, durante a visita, também deveriam ser discutidos assuntos relacionados à Parceria Estratégica Brasil– UE, como ciência e tecnologia, mudança do clima, biocombustíveis e cooperação em terceiros países. Informou que o comércio bilateral atingira a cifra de US$ 335 milhões em 2007. Notou que a pauta de produtos do intercâmbio comercial vinha também se diversificando, de que era exemplo a venda de aeronaves da EMBRAER para a companhia aérea tcheca ABS Jets em 2007. Acrescentou que, durante a visita do Presidente Lula, estava prevista a assinatura de Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que deveria dar impulso adicional ao comércio e aos investimentos.

O Presidente Václav Klaus visitou o Brasil em novembro de 2009. Em discurso que lhe dirigiu, o Presidente Lula afirmou que, desde o início de seu governo, as trocas haviam triplicado, alcançando US$ 670 milhões em 2008. Observou que, por sua localização estratégica, a República Tcheca era um importante centro distribuidor de mercadorias e serviços para a Europa Central e do Leste. Mencionou a negociação em curso de

acordo de cooperação na área da defesa, afirmando que permitiria troca de experiências no campo de operações internacionais de manutenção da paz.

9.3.1.20. Eslováquia

Pelo Decreto nº 6.244, de 19 de outubro de 2007, foi criada a Embaixada do Brasil na República Eslovaca, com sede em Bratislava. Em 2008, o Brasil abriu a embaixada.

9.3.1.21. Hungria

Em março de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Péter Balázs, realizou visita ao Brasil. Com o Ministro Celso Amorim, discutiria temas das agendas bilateral e global, e assinaria Protocolo sobre Consultas Políticas.

9.3.1.22. Eslovênia

Pelo Decreto nº 6.249, de 1º de novembro de 2007, foi criada a Embaixada do Brasil em Liubliana, capital da Eslovênia, país desenvolvido, com PIB *per capita* alto, acima da média dos 27 membros da UE.

O Presidente daquele país, Danilo Turk, visitou o Brasil em abril do ano seguinte. Ao recebê-lo, o Presidente Lula afirmou que, por décadas, o Brasil acolhia cidadãos eslovenos. Anunciou a abertura de um leitorado de português na Universidade de Primorska, na cidade de Koper. Mencionou a existência de investimentos eslovenos no país e o crescimento das exportações brasileiras para a Eslovênia. Afirmou que o anúncio pelo visitante da instalação de missão diplomática eslovena em Brasília ratificava a sintonia de interesses.

9.3.1.23. Grécia

Em 2008, a corrente de comércio bilateral alcançou cerca de US$ 400 milhões, dos quais US$ 332 milhões corresponderam a exportações brasileiras. Entre os produtos exportados pelo Brasil para a Grécia destacaram-se aeronaves de uso civil e militar.

Em abril do ano seguinte, o Ministro Celso Amorim realizou visita oficial à Grécia onde manteve encontro de trabalho com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Dora Bakoyanis. Por ocasião da visita, foram assinados os seguintes atos: Memorando de Entendimento para Consultas Bilaterais Periódicas em nível de Ministro, Vice-Ministro ou de Subsecretários-Gerais; Memorando de Entendimento para Cooperação entre Academias Diplomáticas; Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica; Acordo sobre Extradição; e Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

9.3.1.24. Romênia

O Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva visitou Bucarest em outubro de 2004.

Em maio de 2010, o Chanceler romeno, Teodor Baconschi, esteve no Brasil onde participou do III Fórum da Aliança de Civilizações. Na ocasião, foram firmados Acordos sobre Cooperação Econômica e Tecnológica e sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Missão Diplomática e Repartições Consulares.

O Ministro Celso Amorim retribuiu a visita e esteve em Bucareste em junho de 2010. Com Baconschi, examinaria possibilidades de incremento do comércio bilateral e ampliação da cooperação nas áreas energética e tecnológica. Examinaria também com seu colega romeno possibilidades de incremento do comércio bilateral e ampliação da cooperação nas áreas energética e tecnológica.

9.3.1.25. Bulgária

O Presidente da Bulgária, Gueórgui Parvánov, visitou o Brasil em janeiro de 2005. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Presidente Lula, constou que ambos "os mandatários se comprometeram a envidar os melhores esforços, em parceria com o setor privado, no sentido de estimular e facilitar a realização de missões comerciais, mostras, feiras e seminários que permitam ao público de ambos os países conhecer o vasto potencial produtivo e os avanços setoriais do Brasil e da Bulgária, além de propiciar uma maior familiarização com marcas e produtos". Constou

também que foram assinados, no decorrer da visita, "documentos bilaterais" que deveriam dar impulso à cooperação concreta em várias áreas.

9.3.1.26. Chipre

Em janeiro de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Chipre, Markos Kyprianou, visitou o Brasil. Com o Ministro Celso Amorim, trataria da cooperação no setor energético, do intercâmbio comercial e da negociação de acordo para supressão de vistos. Assinaria um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de consultas políticas. No ano seguinte, pelo Decreto n° 7.072, o Brasil decidiu abrir embaixada em Nicósia, capital do Chipre.

9.3.2. Não membros da UE na Europa Ocidental

Dos países da Europa Ocidental que não se tornaram membros da UE (Noruega, Suíça e Liechtenstein) teriam relevância as relações com Oslo e Berna. Dos microestados europeus, teriam importância o relacionamento com o Vaticano e o estabelecimento de relações com os governos em Mônaco e San Marino.

9.3.2.1. Noruega

Em outubro de 2003, o Rei Harald V e a Rainha Sonja visitaram o Brasil. Em discurso por ocasião de almoço que lhes ofereceu, o Presidente Lula expressou desejo de ampliar ainda mais o comércio e os investimentos entre Brasil e Noruega, e de explorar as amplas oportunidades de complementaridade entre as duas economias. Notou, no campo econômico, avanços importantes que estavam sendo alcançados na exploração petrolífera, na pesca e na aquicultura, nos transportes marítimos e na energia hidrelétrica, entre outros. Segundo nota do Itamaraty, no contexto da visita, os Chanceleres Celso Amorim e Jan Petersen mantiveram reunião de trabalho em que avaliaram a possibilidade de que a experiência de Seminário Brasil–Noruega, realizado durante a visita, viesse a ser transformada em exercício regular, possivelmente anual, envolvendo outros países, com vistas a aprofundar o intercâmbio de experiências nas áreas de mediação e solução de conflitos internacionais.

Em setembro de 2007, o Presidente Lula visitou a Noruega. Em brinde por ocasião do banquete oferecido pelo Rei Harald e pela Rainha Sonja, afirmou que o Brasil identificava na Noruega uma parceira importante em ampla gama de temas do sistema global. Notou o expressivo número de empresas norueguesas instaladas no Brasil e o fato de já haver investimentos brasileiros naquele país. Por fim, observou o caráter complementar das duas economias o que ensejava muitas outras oportunidades de negócios e projetos conjuntos. Em discurso durante almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, declarou que o Brasil, durante sua visita, havia alcançado entendimentos que permitiriam aprofundar as relações em áreas como energia, mudança do clima, comércio e investimentos.

O Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg realizou visita oficial ao Brasil em setembro de 2008. Segundo nota do Itamaraty ao anunciar a visita, em Brasília, o Chefe do Governo norueguês manteria reunião de trabalho com o Presidente Lula, com quem trataria, no plano bilateral, de temas relacionados à exploração de petróleo, à cooperação nas áreas de aquicultura e pesca, à cooperação trilateral no Haiti e ao programa brasileiro de biocombustíveis. Stoltenberg faria anúncio da contribuição voluntária norueguesa ao Fundo Amazônia, que tinha por objetivo a redução de emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento na Amazônia brasileira. Durante a visita seria assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Temas Relacionados ao Combate do Aquecimento Global, à Proteção da Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável, que previa a parceria entre Brasil e Noruega para o estabelecimento de diálogo político e cooperação abrangente sobre tais temas. Notou a chancelaria brasileira que o comércio entre o Brasil e a Noruega triplicara nos cinco anos anteriores, tendo superado o total de US$ 1,1 bilhão em 2007. Cerca de 100 empresas norueguesas estavam presentes no Brasil, nas áreas de petróleo, energia, alumínio, fertilizantes, construção naval, papel e celulose, plataformas e equipamentos navais e serviços marítimos, entre outras. A principal área de investimentos brasileiros na Noruega era a de ferro-manganês (Rio Doce Manganese), em processo de expansão. Em discurso dirigido ao visitante, o Presidente Lula notou que o Brasil era, então, o maior parceiro comercial da Noruega na América Latina, e a Noruega tornara-se o principal destino das exportações brasileiras para os países nórdicos.

Em entrevista concedida no mês de dezembro de 2009, o Presidente Lula afirmou que a cooperação entre os dois países tinha como expressão maior a contribuição que a Noruega vinha fazendo para o Fundo Amazônia.

Considerou a colaboração norueguesa um reconhecimento da eficácia dos mecanismos de supervisão e monitoramento sendo implementados pelo Brasil naquele campo.

9.3.2.2. Suíça

Pelo Decreto nº 5.372, de 17 de fevereiro 2005, foi criado o Consulado Geral do Brasil em Genebra.

A Conselheira Federal para Economia da Suíça, Doris Leuthard, realizou visita oficial ao Brasil em fevereiro de 2007, acompanhada de expressiva delegação empresarial. Seria recebida pelo Ministro Celso Amorim com quem trataria de temas relacionados à dinamização do comércio bilateral e às possibilidades de cooperação, notadamente no campo dos biocombustíveis. Participaria da inauguração de fábrica da Nestlé em Feira de Santana, Bahia.

Em outubro, o Ministro Amorim realizou visita oficial à Suíça. Em Berna, o Ministro Celso Amorim abordaria temas da agenda bilateral (comércio, investimentos, cooperação científica e tecnológica, e biocombustíveis), bem como assuntos de interesse global. O Ministro Celso Amorim inauguraria, juntamente com a Conselheira Federal Doris Leuthard, a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil–Suíça de Relações Econômicas e Comerciais.

A Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey, realizou visita oficial ao Brasil em agosto de 2008. Durante o encontro com o Ministro Celso Amorim, seria assinado Memorando de Entendimento que estabeleceu mecanismo bilateral de consultas políticas.

9.3.2.3. Vaticano

O Papa Bento XVI visitou o Brasil em maio de 2007. Em discurso que proferiu na sua chegada, o Presidente Lula afirmou que o Estado brasileiro e a Igreja Católica tinham "uma longa e profícua trajetória de respeito mútuo e de cooperação", que se traduzia "em inúmeras parcerias de ação social e de promoção humana". Mencionou, em especial, "o apoio firme e entusiasmado do Vaticano à Ação Global contra a Fome e a Pobreza". Ressaltou que a Igreja Católica era "portadora de valores que permeiam profundamente a sociedade brasileira, uma sociedade que sempre teve como núcleo básico e referência primordial a família".

Assegurou compartilhar "a justa preocupação de resgatar e fortalecer a vida familiar, como premissa da autêntica vida comunitária e social".

Em novembro de 2008, o Presidente Lula foi recebido pelo Papa Bento XVI em audiência privada no Vaticano. Segundo nota do Itamaraty, retomaria temas de interesse comum abordados por ocasião da visita do Papa ao Brasil. Seria assinado o Acordo Brasil – Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Seriam tratados igualmente temas da agenda internacional, tais como a preservação da paz, a globalização solidária, o combate à fome e à pobreza, a questão migratória e a situação dos refugiados, a implementação dos Mecanismos Financeiros Inovadores e questões relacionadas à preservação do meio ambiente e ao uso de energia renovável.

9.3.2.4. San Marino

Pelo Decreto nº 5.309, de 14 de dezembro 2004, foi criada a Embaixada do Brasil em San Marino, República de San Marino, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.

9.3.2.5. Mônaco

Em abril de 2005, por ocasião do falecimento do Príncipe de Mônaco Rainier III, o Presidente Lula enviou mensagem ao Príncipe Albert II na qual encaminhou votos do mais sentido pesar. Não deixou de mencionar o "interesse afetuoso e atento" do Principado de Mônaco pela cultura brasileira.

Em abril de 2010, o Brasil e o Principado de Mônaco divulgaram Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas. A cerimônia de assinatura do Comunicado Conjunto se realizou no dia 14, na Representação Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova York, sendo o documento firmado pelas respectivas Representantes Permanentes junto à ONU: do lado brasileiro, a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti; do lado monegasco, a Embaixadora Isabelle Picco.

9.3.3. Candidatos à UE

Dos países candidatos a membros da UE, a saber, Croácia, Islândia, Macedônia, Montenegro e Turquia, o Brasil teria maior relacionamento com o último, embora tenha também mantido contatos com a Croácia, onde abriu embaixada, e Montenegro, cuja independência reconheceu e com o qual estabeleceu relações diplomáticas.

9.3.3.1. Croácia

Pelo Decreto nº 5.569, de 31 de outubro 2005, foi criada a Embaixada do Brasil na Croácia, com sede em Zagreb.

Por ocasião do III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2010, Brasil e Croácia assinaram os seguintes documentos: Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais.

9.3.3.2. Montenegro

Montenegro ainda fazia parte de uma união com a Sérvia, dois únicos países que restaram da República Federal da Iugoslávia. Em 2006, foi anunciada a realização de um referendo em Montenegro para dissolver a união com a Sérvia. Seu resultado apresentou 55,5% de votos a favor da independência, ou seja, percentual minimamente superior ao estabelecido pela UE para sua aceitação. Montenegro declarou sua independência em 3 de junho, dissolvendo-se a união dois dias depois.

Por nota do dia 14, o Itamaraty informou que, naquele dia, por correspondência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Montenegro, Miodrag Vlahovic, o Ministro Celso Amorim comunicara o reconhecimento pelo Brasil da independência da República do Montenegro, bem como a intenção de iniciar, oportunamente, processo com vistas ao estabelecimento de relações diplomáticas. Esclareceu a nota que o reconhecimento se dava à luz do referendo realizado em 21 de maio anterior, com base no artigo 60 da Carta Constitucional da União de Estados da Sérvia e Montenegro, em que a maioria se

pronunciara favoravelmente ao *status* do Montenegro como Estado independente, com plena personalidade jurídica internacional.

Em 20 de outubro, efetivou-se o anunciado estabelecimento de relações diplomáticas. Pelo decreto nº 6.152, de 10 de julho do ano seguinte, foi criada a Embaixada do Brasil em Podgorica, na República do Montenegro, cumulativa com a Embaixada em Belgrado.

9.3.3.3. Turquia

Em 2003, estava no poder na Turquia, desde o ano anterior, o partido conservador em matéria religiosa denominado Justiça e Desenvolvimento (AKP), liderado pelo ex-Prefeito de Istanbul, Recep Tayyip Erdogan. Ele saberia aproveitar as vantagens geoestratégicas de seu país, (localizado entre o Oriente Médio, a região dos Balcãs no sul da Europa e a Ásia Central), além de seu desenvolvimento recente, para ganhar crescente papel nas relações internacionais.

A Turquia não se mostraria livre de atentados terroristas. Em 15 de novembro, dois caminhões com bombas lançaram-se contra duas sinagogas em Istambul. Nas explosões que se seguiram, morreram 27 pessoas, na maioria muçulmanos turcos, e feriram-se outras 300. Um grupo islâmico assumiu a responsabilidade pelo ataque. Por nota do dia 17, o governo brasileiro expressou sua indignação pelos atentados e manifestou sua solidariedade ao governo turco e às famílias dos mortos e feridos. Conclamou as lideranças políticas internacionais a buscarem soluções que extirpassem desde logo as causas dos sucessivos atos de terror praticados em diferentes partes do mundo. O Ministro Celso Amorim enviou mensagem de condolências ao Chanceler turco.

No dia 20, "suícidas-bomba" detonaram veículos no banco HSBC e no Consulado Britânico em Istambul, matando 30 pessoas e ferindo 400. Entre os mortos, encontrava-se o Cônsul-Geral, Roger Short, e vários outros cidadãos britânicos, mas a maior parte das vítimas eram muçulmanos turcos. Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro deplorou e repudiou aqueles "atos de terror". Ao manifestar seu pesar aos Governos turco e britânico, bem como às famílias dos mortos e feridos, o governo brasileiro reiterou, com veemência, sua condenação explícita a semelhantes manifestações de violência, e voltou a conclamar a comunidade internacional a unir esforços na busca de soluções que erradiquem permanentemente os motivos que levavam seres humanos a cometer atos de terror.

Em março de 2004, o Ministro Celso Amorim visitou a Turquia. Manteve reuniões com o Presidente Ahmet Necnet Sezer, e com o Chanceler Abdullá Gul. Seria o primeiro Chanceler brasileiro a visitar aquele país. Conforme nota do Itamaraty, a visita buscava explorar o potencial de crescimento das relações entre dois países de nível semelhante de desenvolvimento. Seriam tratados temas da agenda bilateral e internacional e da cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, indústria aeroespacial, espaço exterior, turismo e defesa, entre outras. O Chanceler seria portador de carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Ahmet Necnet Sezer.

Dando continuação a essa aproximação, realizou-se em outubro, em Brasília, a I Reunião da Comissão Mista Brasil – Turquia de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial. O encontro foi presidido pelo Ministro Celso Amorim, e pelo Ministro das Finanças da Turquia, Kemal Unakitan, que veio ao Brasil acompanhado de delegação governamental e missão empresarial. Segundo nota à imprensa, durante a reunião, foram discutidos temas da pauta econômica multilateral e exploradas alternativas de adensamento das trocas comerciais e do fluxo de investimentos bilaterais, bem como processos de cooperação técnica e de facilitação de negócios, em áreas como energia (particularmente petróleo e etanol); agricultura; peças de automóveis; transporte marítimo; transporte aéreo; zonas francas; compras governamentais; turismo; e cooperação científica. Também foram examinados temas relativos à cooperação em questões culturais e educacionais.

Realizou-se também em outubro, em Brasília, a II Reunião de Consultas Políticas entre o Brasil e a República da Turquia. Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que, em 2004, o volume do comércio entre os dois países atingira a cifra de US$ 529,6 milhões, patamar que não refletia todo o potencial das relações comerciais bilaterais. Mencionou o interesse do Brasil, por meio da PETROBRAS, em participar, pela formação de *joint ventures*, do projeto de gás e oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan, que transportaria o produto bruto dos mercados do Cáucaso aos mercados europeus, e o interesse turco no agronegócio e na exportação de equipamento industrial.

Por nota de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Abdullá Gul, realizaria visita oficial ao Brasil. Acrescentou que a vinda ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro refletia o elevado grau de interesse mútuo na dinamização das relações políticas e comerciais. Anunciou que, durante a visita, seria firmado Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível, a

ser presidida pelos Chanceleres de ambos os países, com o objetivo de ampliar o diálogo em áreas como comércio, finanças e investimentos, ciência e tecnologia, indústria de defesa, turismo e cultura. Seria assinado, também, Memorando de Entendimento para Estabelecer Cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil e da Turquia.

O Presidente Lula efetuou visita à Turquia em maio de 2009, acompanhado de comitiva de cerca de trinta empresários brasileiros dos setores de energia, turismo, infraestrutura, defesa, aviação, alimentos, máquinas e equipamentos, entre outros. Na ocasião foram salientados a dinamização do fluxo de comércio e investimentos e o fomento ao turismo favorecido pela abertura da linha aérea entre São Paulo e Istambul pela *Turkish Airlines*. Em nota, o Itamaraty salientou que o intercâmbio comercial entre Brasil e Turquia mais que dobrara de 2003 a 2008, evoluindo de US$ 395,2 milhões para US$ 1,15 bilhão, o que representara incremento de mais de 190%. A PETROBRAS vinha realizando importantes investimentos na Turquia, atuando na prospecção de petróleo e gás natural no Mar Negro, em parceria com sua congênere turca, a TPAO. Em discurso na cidade de Istambul, o Presidente Lula ressaltou que o último mandatário brasileiro que estivera na Turquia fora o imperador Dom Pedro II, em 1865, ou seja, 134 anos antes de sua visita. Em outro momento, durante jantar oferecido pelo Presidente Abdullah Gul, afirmou que o Brasil estava pronto a cooperar com a Turquia para a diversificação de sua matriz energética.

Da Declaração Conjunta assinada ao final da visita, constou que os dois Chefes de Estado haviam enfatizado sua determinação de alçar a cooperação bilateral ao mais elevado patamar. Constou também que os dois líderes também haviam abordado as relações entre a Turquia e o Mercosul e haviam reiterado seu apoio à conclusão exitosa das negociações do Acordo de Livre-Comércio Mercosul – Turquia. Poucos meses depois da visita, pelo Decreto 6.989, de outubro, foi criado o Consulado Geral do Brasil em Istambul.

Em janeiro de 2010, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim realizaria nova visita à Turquia. Manteria encontros com o Presidente Abdullah Gul; com o Primeiro-Ministro, Recep Tayyip Erdogan; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ahmet Davutoglu; e com o Ministro Zafer Çaglayan, responsável pela pasta de comércio exterior. Copresidiria ao lado deste último, a II Reunião da Comissão Conjunta Brasil – Turquia de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial, cuja agenda previa discussão de projetos de cooperação aduaneira, energética, farmacêutica e de comércio de serviços, entre outros.

Em maio (tal como relatado na análise das relações com o Irã), Celso Amorim, o Chanceler turco, Ahmet Davutoglu, e o do Irã, Manuchehr Motaki, alcançaram um acordo sobre os princípios para reativar negociações sobre o programa nuclear do governo de Teerã.

No final do mês, o Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan visitou o Brasil acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ahmet Davotoglu, e do Ministro do Comércio Exterior, Zafer Caglayan, além de expressiva delegação empresarial. Conforme informado pelo Itamaraty, visitaria a EMBRAER e a FIESP; inauguraria o Consulado Geral da Turquia; e se encontraria com representantes da comunidade turca. Participaria, ainda, do encerramento do Fórum Empresarial Brasil – Turquia. Com o Primeiro-Ministro Erdogann discutiria temas da agenda bilateral, bem como questões regionais e assuntos de interesse comum da agenda internacional. Na ocasião, seriam assinados, além do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil – Turquia, atos bilaterais de cooperação nas áreas aduaneira, agrícola, sanitária e fitossanitária, bem como acordo para evitar a dupla tributação. No Rio de Janeiro, o Primeiro--Ministro da Turquia participaria da abertura do III Fórum da Aliança de Civilizações e visitaria a PETROBRAS. Notou a chancelaria brasileira que o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Turquia passara de US$ 268 milhões, em 2002, para US$ 1,15 bilhão, em 2008, o que representara um crescimento de 330%. Observou, por fim, que o fluxo comercial bilateral fora pouco afetado pelos efeitos da crise financeira internacional e, em 2009, mantivera-se pouco acima do patamar de US$ 1 bilhão.

Em discurso ao visitante, o Presidente Lula afirmou que a PETROBRAS intensificaria o trabalho com sua congênere turca TPAO na prospecção de petróleo em águas profundas na Costa de Sinop e também de gás natural em Kirklareli. Propôs que os dois países desenvolvessem projetos conjuntos para a produção de etanol e de biodiesel.

O Plano de Ação da Parceria Estratégica assinado na ocasião compreendeu capítulos sobre: I – Diálogo político e cooperação em foros multilaterais; II – Cooperação em comércio e investimentos; III -Cooperação na área de energia; IV – Cooperação na área de biodiversidade; V – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; VI – Cooperação na área de defesa; VII – Enfrentamento ao crime organizado e prevenção do terrorismo; VIII – Cooperação na área de ciência, inovação e alta tecnologia; IX – Cooperação na área educacional e cultura; e X – Implementação.

9.3.4. Candidatos potenciais

A UE reconheceu como potenciais candidatos a membros Albânia, Bósnia-Herzegovina e Sérvia. Embora considerado potencial candidato, Kosovo não é reconhecido como independente por todos os membros da UE.

9.3.4.1. Albânia

Pelo Decreto n° 7.073, de 26 de janeiro de 2010, foi criada a Embaixada do Brasil em Tirana, na República da Albânia.

9.3.4.2. Bósnia-Herzegovina

Em janeiro de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia e Herzegóvina, Sven Alkalaj, visitou o Brasil. Seria recebido pelo Ministro Celso Amorim, com quem assinaria acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço. Da Declaração Conjunta assinada na ocasião, constou que os dois Chanceleres haviam afirmado o interesse em conferir maior impulso ao diálogo político e às relações bilaterais entre os dois países. Os dois Ministros confirmaram, ademais, a vontade de dinamizar o intercâmbio comercial e de investimentos entre os dois países, inclusive por meio de missões empresariais.

Em junho de 2010, o Ministro Celso Amorim visitou a Bósnia-Herzegovina. Segundo nota do Itamaraty, além de possibilidades de incremento do comércio e cooperação bilaterais, os Ministros deveriam repassar os principais temas da agenda internacional, uma vez que Brasil e Bósnia-Herzegovina ocupavam atualmente assentos não permanentes no CSNU. Assinariam acordo sobre isenção de vistos em passaporte comum.

9.3.4.3. Sérvia e a questão do Kosovo

Em 2003, a República Federal da Iugoslávia se transformou na União dos Estados de Sérvia e Montenegro, situação que perduraria por três anos. Em junho daquele ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, visitou o Brasil. Segundo nota do Itamaraty, após "a perda de intensidade observada nas relações bilaterais

ao longo da década passada, como resultado da instabilidade nos Bálcãs", a visita do Ministro Goran Svilanovic tinha por objetivo "retomar o diálogo político construtivo e mutuamente proveitoso que o Brasil manteve com a extinta Iugoslávia" e abria "novas perspectivas para a ampliação do relacionamento bilateral com a Sérvia e Montenegro".

Em 31 de março de 2005, o Brasil concluiu o período de um mês durante o qual ocupou a Presidência rotativa do CSNU. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira, a situação na ex-Iugoslávia ocupara a atenção do Conselho em diversas ocasiões no decorrer do mês. No dia 4, o Conselho ouviu o relato do Presidente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) sobre a participação daquela instituição na Missão da ONU no Kosovo (UNMIK). Dez dias depois, prorrogou o prazo para a nomeação de juízes ao Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia. Finalmente, o Conselho ouviu o relato do Alto Representante para a Implementação do Acordo de Paz sobre a Bósnia-Herzegovina.

Embora a maioria dos sérvios tivessem desejado a manutenção da união com Montenegro, a Sérvia não teve outra alternativa, em junho de 2006, quando Montenegro declarou sua independência em 3 de junho, senão dissolver a união, o que fez dois dias depois.

Decidida a questão de Montenegro, restava a do Kosovo. Em fevereiro de 2007, Martti Ahtisaari revelou plano da ONU para o *status* final daquele território. Em 10 de dezembro, o prazo daquela organização para negociar acordo sobre o futuro do Kosovo terminou sem que se alcançasse êxito nos entendimentos.

O Kosovo formalmente declarou independência da Sérvia em 17 de fevereiro de 2008. Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro afirmou que acompanhava atentamente a evolução dos acontecimentos relacionados à "declaração unilateral" de independência do Kosovo. Esclareceu que a questão se encontrava sob exame do CSNU, "inclusive à luz do marco legal estabelecido na Resolução 1.244 de 1999" (que autorizou o estabelecimento de uma presença civil internacional no Kosovo para prover um administração sob a qual o povo do Kosovo pudesse gozar de autonomia substancial dentro da República Federal da Iugoslávia). Afirmou que o Brasil esperava que prevalecesse orientação construtiva e vontade política que possibilitasse alcançar solução satisfatória e conclamou os atores envolvidos no processo a exercerem o máximo comedimento de maneira a não pôr em risco a paz e a segurança na região, assim como a assegurarem a adequada proteção das minorias. Por fim, declarou que o Brasil favorecia a continuidade de negociações

sob os auspícios da ONU e considerava que uma solução devia dar-se no âmbito multilateral.

Nos dias que se seguiram à declaração, alguns países reconheceram a independência do Kosovo: EUA, Turquia, Albânia, Áustria, Croácia, Alemanha, Itália, França, Reino Unido, e Taiwan. Os anúncios iniciais seriam seguidos de outros tais como Austrália e Polônia e de protestos de outros, tais como a Rússia. No dia 21, realizou-se em Belgrado um grande protesto denominado "Kosovo na Sérvia" organizado pelo governo sérvio. Participantes do protesto dirigiram-se às embaixadas dos EUA, da Eslovênia (Presidente de turno da UE) e da Croácia, onde um grupo menor começou a atacá-las. Queimaram parte da embaixada estadunidense, destruíram o interior da eslovena e causaram danos menores à croata. As embaixadas da Bélgica, Alemanha e Turquia também sofreriam danos. O CSNU emitiu declaração condenando os ataques contra as embaixadas em Belgrado que "'resultaram em danos para as embaixadas e colocaram em perigo o pessoal diplomático", notando que a Convenção de Viena exige que o país anfitrião proteja embaixadas. O governo brasileiro declarou, por nota do dia 22, que tomara conhecimento, com grande apreensão, dos atos de violência na Sérvia, envolvendo ataques a missões diplomáticas em Belgrado. Expressou confiança em que as autoridades sérvias restabeleceriam a ordem, de forma a garantir a segurança da população e a adequada proteção das missões e do pessoal diplomático naquele país. Reiterou apelo ao comedimento e reafirmou sua convicção de que uma solução pacífica para a questão do Kosovo devia continuar a ser buscada por meio do diálogo e da negociação, sob os auspícios da ONU e no marco legal da Resolução 1.244 (1999) do CSNU.

Perguntado sobre a posição do Brasil em relação à independência do Kosovo, em entrevista concedida em 24 de março, o Ministro Celso Amorim afirmou que não era uma questão simples, porque havia dois aspectos a ser considerados. Notou, por um lado, que a última resolução da ONU a respeito da situação do Kosovo defendia a integridade territorial do que veio a ser a Sérvia, que na realidade era a Iugoslávia da época ainda. Declarou que isso fora desrespeitado com a declaração unilateral. Observou que era algo que estava ocorrendo sem a participação da ONU – "ignorando, aliás, uma resolução da ONU", e acrescentou que o Brasil não achava "isso um bom precedente". Observou, por outro lado, que a grande maioria do povo do Kosovo "queria efetivamente isso". Concluiu que era preciso "balancear essas questões" porque, na sua opinião, "se cada etnia, ou cada cultura, ou cada língua, ou mesmo cada dialeto" criasse um Estado-Nação próprio, isso seria "receita para a anarquia nas relações internacionais". Resumiu a posição brasileira da seguinte forma:

"O Brasil não reconheceu a independência do Kosovo porque achou que a decisão do CSNU não foi totalmente respeitada".

O Itamaraty informou, em março de 2008, que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Vuk Jeremic, realizaria visita de Estado ao Brasil no final daquele mês. Declarou que a visita refletia "a disposição de imprimir maior dinamismo às relações entre o Brasil e a Sérvia´. Com o Ministro Celso Amorim, seriam abordados os principais temas da agenda bilateral, a situação regional de ambos os países e assuntos globais de mútuo interesse. Notou a chancelaria brasileira que o Brasil era o principal parceiro comercial da Sérvia na América Latina. Observou que o intercâmbio apresentava potencial de ampliação e diversificação. Após mencionar possibilidades de cooperação cultural, científica e tecnológica, ressaltou que a Sérvia inaugurara uma usina produtora de biodiesel.

Apesar da continuidade da questão do Kosovo, a Sérvia foi convidada, em abril, a participar de "programa de diálogo intensificado" com a OTAN. Naquele momento, entre os cinco membros permanentes do CSNU, EUA, Reino Unido e França haviam reconhecido a independência do Kosovo, enquanto a China expressara preocupação, e a Rússia a considerara ilegal.

O Itamaraty informou, em abril de 2009, que o Ministro Celso Amorim manteria encontro, no Rio de Janeiro, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia, Vuk Jeremic. Deveriam ser tratados os principais temas da agenda bilateral, a situação regional de ambos os países e assuntos globais de interesse mútuo, tais como a reforma da ONU, as relações do Brasil e da Sérvia com a UE e a situação do Kosovo. Em dezembro daquele ano, a Sérvia apresentou pedido oficial para ser membro da UE, embora sequer tivesse pleiteado ingresso na ONU, presumivelmente por temor de veto contrário da Rússia e da China.

O Ministro Celso Amorim visitaria a Sérvia em junho de 2010, atendendo a convite do Chanceler Vuk Jeremic. Seria discutida a ampliação da relação bilateral em áreas como agricultura, energia e comércio. Deveriam ser assinados Memorando de Consultas Políticas e acordos para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço e em passaportes comuns. O Ministro Celso Amorim se encontraria ainda com o Presidente da Sérvia, Boris Tadic.

Enquanto isso, a Sérvia continuou a não reconhecer a independência do Kosovo que considerava ser uma entidade governada pela ONU sob a soberania sérvia, a Província Autônoma de Kosovo e Metohija. Por outro lado, o número de países que passaram a reconhecer a independência no

entanto aumentou para cerca de 75, tornando-se o Kosovo membro do FMI e do Banco Mundial.

9.3.5. CEI

Dos membros da CEI, são examinadas abaixo as relações bilaterais com Rússia, Ucrânia, Geórgia, Belarus e Moldávia. O relacionamento com Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirquistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão serão vistos sob as rubricas Ásia Central e Ásia Ocidental.

9.3.5.1. Rússia

Ao tratar do relacionamento com a Rússia, em abril de 2003, Celso Amorim informou que a Comissão bilateral de Alto Nível deveria contar, aquele ano, com um componente empresarial. Lembrou que ele próprio já estivera duas vezes, em menos de três meses, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Igor S. Ivanov, para conversas de cunho político. Recordou também que, juntamente com os outros membros da Tróica do Grupo do Rio, participara de densa e proveitosa reunião com o Presidente Vladimir Putin.

Em meio a uma série de ataques terroristas que ocorreram na Rússia e na Chechênia naquele período, o Ministro Ivanov realizou, em outubro, visita oficial ao Brasil. O visitante e o Ministro Celso Amorim analisaram o tema das quotas de importação instituídas pela Rússia para alguns tipos de alimentos e comprometeram-se a continuar as consultas correspondentes com vistas a alcançar uma solução para a questão. Da Declaração Conjunta, constou ter sido expressa "a aspiração recíproca de dar continuidade ao processo de ampliação e diversificação de uma cooperação mutuamente vantajosa nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica e cultural, dentre outras". Constou também a convergência ou proximidade das posições do Brasil e da Rússia no que tangia a amplo leque de questões. No que se referia à questão do respeito aos direitos humanos, registrou o documento a importância de contribuir para uma abordagem universal do assunto, a inadmissibilidade da politização e do uso de "padrões duplos" e concordaram em coordenar ações na área da defesa dos direitos humanos.

Em 2004, no clima político marcado pela continuação dos ataques terroristas atribuídos a rebeldes chechenos, Vladimir Putin venceu

com facilidade, em março, as eleições para um segundo termo[77] e deu prosseguimento a adoção de medidas contra aqueles separatistas. Em maio, chechenos assassinaram um líder deles próprios considerado pró-Rússia. Em agosto, foram lançadas bombas contra duas aeronaves russas.

O apoio popular aos separatistas sofreu queda após 1º de setembro, quando terrorista chechenos tomaram como reféns 1.300 pessoas, a maioria crianças, em escola em Beslan, Ossétia do Norte. Exigiram a libertação de terroristas chechenos em prisões e a independência da Chechênia. No dia 3, forças russas deram fim à situação. Morreram 335 pessoas (inclusive 32 dos 40 sequestradores) e 700 ficaram feridas. Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro condenou a "escalada de ações terroristas verificada em território da Federação da Rússia, que já provocou a morte de dezenas de pessoas e agora ameaça centenas de civis inocentes, na maioria crianças". Reafirmou seu repúdio ao terrorismo, independentemente dos autores e motivações. No dia 3, emitiu nova em que manifestou sua "condenação mais veemente às ações terroristas ocorridas em Beslan, que deixaram enlutada a comunidade internacional", e expressou sua "consternada solidariedade para com os feridos e as famílias das vítimas inocentes".

Enquanto isso, o processo de aproximação prosseguiu com a realização em Nova York, em 24 de setembro, de Reunião Ministerial entre a Tróica do Grupo do Rio, integrada por Brasil, Peru e Argentina, e a Federação da Rússia. Na ocasião, foi adotado Comunicado Conjunto, do qual constou que, em nome do Grupo do Rio, o representante do Brasil manifestara a solidariedade do Grupo à Federação da Rússia, diante dos deploráveis atos de terrorismo praticados em Beslan.

Em novembro, o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin, visitou o Brasil. Em discurso na cerimônia de assinatura de atos, o Presidente Lula salientou a relevância dos acordos que estavam firmando. Ressaltou as possibilidades do programa de cooperação no campo espacial. Sublinhou que, com "a valiosa participação russa", o Brasil estava retomando o programa de utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais. Destacou também os memorandos que o BNDES assinou com o Banco do Comércio Exterior da Rússia e com o Eximbank. Da Declaração Conjunta, constou, no plano bilateral, que ambos os mandatários haviam confirmado seu interesse em aprofundar a cooperação bilateral na área energética, em particular nos setores de gás natural e petróleo, com o objetivo de desenvolver parcerias com a participação de empresas de ambos os países, nas esferas da exploração, do transporte e da produção de hidrocarbonetos. Foi registrada também a importância de dar continuidade ao desenvolvimento da cooperação bilateral na área do agronegócio. Por fim,

constou que os Presidentes haviam dado instruções para a intensificação dos esforços com vistas a encontrar soluções mutuamente aceitáveis para problemas relacionados ao fornecimento de produtos cárneos brasileiros ao mercado russo, à exportação de trigo russo ao Brasil e à compra, pela Rússia, de soja e farelo de soja brasileiros. Ainda nesse sentido, concordaram quanto à conveniência de celebrar um acordo de cooperação bilateral na área veterinária.

Por nota de outubro de 2005, o Itamaraty informou que o Presidente Lula realizaria visita oficial à Federação da Rússia naquele mês. Em Moscou, o Presidente Lula avistar-se-ia com o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, com quem manteria encontro privado e reunião ampliada de trabalho. Em discurso na cidade de Moscou, no dia 18, durante Declaração à Imprensa, o Presidente Lula notou que Brasil e Rússia eram países de dimensões continentais, com extensos recursos naturais e parques produtivos altamente complexos. Ambos haviam tido industrialização tardia e suas economias estavam diante de desafios semelhantes. Precisavam modernizar, ganhar competitividade, mas, sobretudo, atender às demandas de suas sociedades. Declarou que o povo brasileiro e o povo russo eram motivados por um profundo sentimento nacional e por um desejo de presença soberana no mundo. Afirmou que a política externa brasileira tinha a Rússia como parceiro estratégico. Notou que Brasil e Rússia não tinham contenciosos históricos e tinham, portanto, um mundo promissor a ser construído.

Da declaração conjunta que assinou com Putin, constou a satisfação de ambos com a cooperação na área da indústria da aviação e a disposição da EMBRAER de estabelecer parceria com empresas russas, inclusive a possibilidade de estabelecimento de linha de montagem de jatos ERJ--145 na Rússia. Constou também a colocação no mercado brasileiro de helicópteros e hidroaviões russos, em particular o helicóptero MI-171A e do avião BE-103. Foi mencionado também o desenvolvimento da cooperação bilateral para os usos pacíficos do espaço exterior, com especial destaque para a missão de astronauta brasileiro no segmento russo da Estação Espacial Internacional, em 2006. Observaram os dois Presidentes que as negociações sobre a cooperação brasileiro-russa para a modernização do VLS-1 brasileiro encontravam-se em fase avançada e que estava em fase de negociação programa conjunto para a construção de equipamento espacial de telecomunicações. Constou também que os Presidentes haviam confirmado sua disposição de examinar favoravelmente maneiras de explorar o potencial da cooperação técnico-militar, conforme os interesses dos dois países.

A Rússia, em 2005, era o segundo maior exportador de petróleo, depois da Arábia Saudita[78]. Em novembro daquele ano, Celso Amorim notou o crescimento das exportações de carnes para aquele país. Ressaltou que o comércio bilateral, de cerca de US$ 2 bilhões, fora, no ano anterior, o maior na história das relações bilaterais. Concluiu que a visita do Presidente Putin abrira campos promissores de colaboração nas áreas espacial, tecnológica e energética.

O Presidente do governo (equivalente a Primeiro-Ministro), Mikhaíl Fradkóv, visitou o Brasil em abril de 2006. Com o Vice-Presidente da República, José de Alencar Gomes da Silva, copresidiu a IV Reunião da Comissão Brasileiro–Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), a mais alta instância de coordenação política entre os dois países. Ao anunciar o encontro, o Itamaraty ressaltou que a corrente de comércio bilateral mais do que duplicara nos três anos anteriores, atingindo o volume recorde de US$ 3,63 bilhões em 2005, fazendo do Brasil o maior parceiro comercial da Rússia na América Latina. De Declaração Conjunta, constou a suspensão das restrições à importação pela Rússia de carnes bovinas provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a liberação da importação de carnes de aves. Durante o encontro foram assinados seguintes instrumentos: Memorando de Entendimento e Cooperação na Área de Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e a Agência Federal de Regulamentação Tecnológica e Metrologia da Federação da Rússia; Programa de Cooperação entre o Conselho Administrativo de Segurança Econômica do Ministério da Justiça e o Serviço Federal de Política Antimonopólio da Federação da Rússia; e Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.

Em dezembro, o Itamaraty informou que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Serguei Lavrov, realizaria visita oficial ao Brasil, naquele mês, a convite do Ministro Celso Amorim. Segundo a nota da chancelaria brasileira, as relações entre o Brasil e a Rússia vinham-se intensificando, no quadro da Parceria Estratégica e da Aliança Tecnológica. Deveriam ser examinados meios de estimular os investimentos e parcerias entre o Brasil e a Rússia em campos como os da ciência e tecnologia, agricultura, energia, cultura e turismo. Seriam analisadas as possibilidades de ampliação do intercâmbio comercial, que vinha registrando sucessivos recordes. Os dois Ministros assinariam Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologias Associadas à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, que deveria fomentar o intercâmbio de produtos e tecnologias a serem desenvolvidos

de forma conjunta. Trocariam, também, os instrumentos de ratificação do Tratado de Extradição bilateral.

Do Comunicado Conjunto, constou que o Ministro Lavrov, em audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reiterara a disposição da Federação da Rússia de aprofundar o relacionamento com o Brasil. Constou também, no plano bilateral, que os Ministros haviam manifestado a disposição de ampliar e diversificar a corrente bilateral de comércio, com vistas à maior participação de produtos de alto valor agregado, triplicando o montante do intercâmbio bilateral, de forma a atingir a cifra de US$ 10 bilhões até o ano de 2010. Foi mencionada também a atenção dada à cooperação bilateral nos campos da ciência e tecnologia.

À margem da Reunião de Chanceleres do Conselho do Mercado Comum, deveria ser assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o Mercosul e a Rússia. Por ocasião da Cerimônia de Assinatura, Celso Amorim declarou que o documento firmava as bases para encontros periódicos, espelhava muito bem o desejo comum do Mercosul, enquanto bloco, e da Federação da Rússia, de manter um diálogo aprofundado na base de princípios que comuns: defesa da paz, do multilateralismo, dos princípios da autodeterminação e da não intervenção da solução pacífica de controvérsias.

Em agosto de 2008, teve início conflito armado entre, de um lado, a Geórgia e, de outro, a Rússia e governos separatistas de Ossétia do Sul e Abcazia. Na noite do dia 7, a Geórgia lançou um ataque contra a Ossétia do Sul, numa tentativa de reconquistar aquele território onde habitavam georgianos e estava sob ocupação russa desde conflitos da década anterior. Acusou a Rússia de ter deslocado unidades que não eram de mantenedores da paz. O ataque por parte da Geórgia causou baixas entre russos que resistiram ao ataque juntamente com milícia da Ossétia. Forças georgianas conseguiram conquistar Tskhinvali. Em resposta, a Rússia deslocou unidades do Exército bem como lançou ataques aéreos contra forças da Geórgia, justificando tratar-se de intervenção humanitária e de manutenção da paz. Por nota, do dia 8, o governo brasileiro afirmou que acompanhava com preocupação os episódios de escalada de violência na Ossétia do Sul e lamentou a perda de vidas no conflito. Declarou que o Brasil repudiava o recurso à violência e defendia a solução pacífica de controvérsias. Conclamou as partes envolvidas a buscar o diálogo, com vistas ao imediato cessar-fogo e à conciliação para a restauração da paz e da segurança na região, com base no Direito Internacional.

No dia 9, forças navais russas bloquearam parte do litoral da Geórgia. A Marinha georgiana tentou intervir, mas foi derrotada

em escaramuça naval. Com apoio de forças da Abcazia, os russos atacaram o Desfiladeiro de Kodori controlado pela Geórgia. Diante da fraca resistência encontrada, forças russas avançaram em território da Geórgia ocidental. Finalmente, os georgianos se retiraram da Ossétia do Sul, tendo os russos ocupado as cidade de Poti, Gori, Senaki, e Zugdidi.

Após mediação da Presidência francesa da UE, as partes alcançaram um acordo no dia 12. Em nova nota sobre a questão, no dia 13, o governo brasileiro deplorou o uso da força e a perda de vidas humanas e encorajou os governos da Federação Russa e da República da Geórgia a exercerem autocontenção e buscarem uma solução para a disputa com base nos esforços de mediação da Presidência do Conselho da UE. Reiterou a importância do compromisso com os princípios da solução pacífica de controvérsias, do respeito à integridade territorial dos Estados e do respeito aos direitos humanos. Urgiu as partes em conflito para que promovessem efetivamente a cessação das operações militares e reafirmou seu apelo em favor da segurança, da justiça e do respeito à vontade dos povos e às suas diversidades culturais.

O acordo de paz foi assinado pela Geórgia no dia 15 e pela Rússia no dia seguinte, tendo o Presidente Dmitri Medvedev determinado a suspensão da operação militar russa. Manteve, porém, tropas em zona entre Abcazia e Ossétia do Sul e criou postos de controle na Geórgia. No dia 26, a Rússia reconheceu a independência da Ossétia do Sul e de Abcazia. Foi acompanhada de declarações de reconhecimento por parte de Nicarágua, Venezuela e Nauru. Por sua vez, a Geórgia não reconheceu a independência da Ossétia do Sul, considerando-a uma parte de sua soberania territorial ocupada pelo Exército russo.

Em entrevista concedida ao jornal argentino Clarín em Brasília em 8 de setembro de 2008, Celso Amorim afirmou:

> - ¿Cuál es la posición de Brasil respecto a lo sucedido en Geórgia?
>
> En la Asamblea General de la ONU tengo intenciones de hablar con mi amigo, el Ministro de relaciones exteriores de Rusia. Quiero escuchar su versión; aunque Brasil defiende de manera muy fuerte el principio de integridad territorial de los Estados y no creemos que eso deba ser relativizado. Pero quiero escuchar lo que pasa efectivamente en la región. De cualquier manera, sí puedo adelantarle lo siguiente: Brasil no tiene ninguna intención de reconocer ningún otro Estado, como tampoco reconocemos Kosovo, basados también en el hecho de que no hay ninguna resolución de la ONU que lo permita.

- ¿Ve un cambio geopolítico en este conflicto?

Creo que se estaba subestimando las fuerzas de Rusia. Los años que vinieron después de la caída del comunismo aparentemente habían sumido a Rusia en un estado débil, frágil. Pero luego se afirmó. Y por otro lado, si en Ossétia había un estacionamiento de tropas rusas y sobreviene un ataque militar, no se podía esperar que no hubiera una reacción.

A aproximação bilateral prosseguia e, em novembro, a V Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil–Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (V CIC). Ao anunciar o encontro, o Itamaraty informou que os principais itens de exportação do Brasil para a Rússia eram carnes e açúcar, além de tratores, fumos e café. Acrescentou que a Rússia era o quarto principal destino das exportações do setor agropecuário brasileiro. Notou que o Brasil importava da Rússia principalmente fertilizantes.

Em novembro de 2008, o Presidente Dmitri Medvedev, visitou o Brasil. Em discurso que proferiu ao recebê-lo, o Presidente Lula notou que o comércio entre os dois países mais do que triplicara em cinco anos. Ressaltou que empresas brasileiras haviam se instalado na Rússia, onde também exportavam para países vizinhos. Sublinhou que o maior mercado consumidor de carnes brasileiras, fora do próprio Brasil, era o mercado russo. Saudou a instalação da Gazprom no Brasil, onde já cooperava com a PETROBRAS. Destacou a assinatura de Acordo de Cooperação Técnico-Militar para permitir o desenvolvimento de novas tecnologias na área da defesa. Expressou certeza de que, com a assinatura do acordo para a supressão de vistos de curta duração em passaportes comuns, o fluxo turístico entre os dois países certamente iria aumentar.

Em maio de 2010, o Itamaraty informou que, a convite do Presidente Dmitri Medvedev, o Presidente Lula realizaria visita a Moscou naquele mês. Acrescentou que, na ocasião, seria adotado o Plano da Ação da Parceira Estratégica Brasil–Rússia. Deveriam ser também assinados os seguintes atos: Acordo Intergovernamental sobre Proteção Mútua dos Direitos dos Resultados da Atividade Intelectual, Empregados ou Obtidos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar; Programa de Cooperação Científico-Tecnológica para 2010-12; Acordo para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação; e Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia para 2010-12. Seria ainda adotada Declaração conjunta referente aos 65 anos do fim da II Guerra Mundial. Esclareceu que o intercâmbio

comercial entre o Brasil e a Rússia evoluíra de US$ 1,68 bilhão, em 2002, para US$ 4,3 bilhões, em 2009, e reconheceu que tal valor era inferior à cifra recorde de quase US$ 8 bilhões obtida em 2008. Atribuiu a queda aos efeitos da crise financeira internacional.

Em discurso que pronunciou durante reunião ampliada com o Presidente Medvedev, o Presidente Lula notou que era a quarta vez que visitava a Rússia. Em declaração à imprensa, concedida após cerimônia de assinatura de atos, afirmou que Rússia e Brasil compartilhavam a aspiração de construir um mundo de paz e democracia, com oportunidade de crescimento econômico e justiça social.

9.3.5.2. Ucrânia

O Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, visitou o Brasil em 21 de outubro de 2003. Por ocasião do almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula discursou sobre as possibilidades do programa de cooperação no campo espacial e mencionou especificamente a conclusão próxima de entendimentos em torno da utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais.

Por nota de abril de 2005, o Itamaraty informou que o Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Embaixador Borys Tarassiuk, realizaria visita ao Brasil. Acrescentou que, da pauta da visita do Chanceler da Ucrânia ao Brasil, constavam itens como cooperação espacial, ampliação do comércio bilateral e reforma da ONU, entre outros. Sublinhou que, no Brasil, estimava-se que a comunidade de ucranianos e descendentes totalizasse cerca de 500 mil pessoas, a maioria das quais residia no Paraná.

A cooperação bilateral com o Brasil se desenvolvia, embora, comparativamente, em escala reduzida. Por nota de junho de 2006, o Itamaraty informou que, em cerimônia realizada na sede da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro, com a presença do Embaixador da Ucrânia no Brasil e de representante do Ministério das Relações Exteriores, os Presidentes da FIOCRUZ e do Instituto ucraniano INDAR haviam assinado acordo de transferência de tecnologia para produção de insulina humana por tecnologia recombinante.

A cooperação bilateral dava sinais de aumento. Em junho de 2008, realizou-se em Kiev a terceira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Brasil – Ucrânia com o objetivo de avaliar o estado da cooperação bilateral e dinamizar as relações de cooperação e intercâmbio por meio da identificação de novas oportunidades. Seria também assinado,

durante o evento, Memorando de Entendimento para a criação de Comissão sobre comércio e investimentos, bem como instrumento na área de metrologia.

Em dezembro de 2009, o Presidente Lula visitou a Ucrânia. Em discurso, durante encontro com a Primeira-Ministra Yulia Tymoshenko, notou que os ucranianos no Brasil perfaziam uma comunidade de 450 mil descendentes. Mencionou disposição para resolver os problemas com relação ao projeto de foguete *Cyclone*, um veículo lançador de satélites. Citou ainda possibilidades de comércio na área de defesa. Da Declaração Conjunta, constou que os Presidentes haviam abordado temas de comum interesse da agenda internacional, avaliado os respectivos cenários regionais e passado em revista os principais pontos do relacionamento Brasil – Ucrânia em suas variadas vertentes. Do ponto de vista bilateral, constou a reafirmação de compromisso com a parceria para o lançamento do veículo *Cyclone-4*, pela empresa binacional "Alcântara *Cyclone Space*", a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, empreendimento considerado de importância estratégica para os dois países.

9.3.5.3. Belarus

O Presidente Alexander Lukashenko visitou o Brasil em março de 2010. Da Declaração Conjunta assinada após encontro com o Presidente Lula, constou que os dois Chefes de Estado haviam reafirmado os valores que o Brasil e a Belarus compartilhavam "quanto ao respeito ao direito internacional, ao fortalecimento da democracia, à defesa dos direitos humanos e à promoção da paz e da segurança internacionais". Constou também que a visita refletia "a disposição mútua de aprofundar o diálogo político entre os dois países no mais alto nível e estimular a intensificação do relacionamento bilateral nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica, cultural e educacional". Registrou igualmente ter o Presidente Lula saudado o anúncio, pelo Presidente Lukashenko, da intenção da Belarus de abrir Embaixada em Brasília. Pelo documento foi anunciado que o Brasil, seguindo o princípio da reciprocidade, também abriria Embaixada em Minsk.

9.4. África

Em abril de 2003, Celso Amorim afirmou que, com a África, o Brasil desejava promover uma política verdadeiramente preferencial, em

consonância com os interesses de amplos setores da sociedade brasileira e, particularmente, dos afrodescendentes.

Durante o primeiro ano de governo, o Presidente Lula e o Ministro Amorim dariam inúmeras explicações ou justificativas para a forte aproximação com a África, algumas ligadas à formação brasileira, outras relativas a possibilidades econômicas de longo prazo. Assim, em maio, ao retornar de viagem a seis países africanos, Celso Amorim declarou ter visto perspectivas muito positivas, citando como exemplos as áreas de construção, de mineração e de petróleo. No final do mesmo mês, notou que, com 76 milhões de afrodescendentes, o país constituía a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e declarou que o governo estava empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa. Em julho, afirmou que a política externa se fazia olhando para o futuro, para a projeção do Brasil e que, nessa projeção, os interesses na África iriam aumentar. Em outubro, declarou que o objetivo brasileiro com a África era muito mais de cooperação direta do que propriamente de criar uma estratégia global. Argumentou que não buscava o Brasil obter apenas um ganho imediato, um lucro imediato, ou mesmo uma cooperação técnica imediata, buscava a si mesmo; sua "própria identidade", pois a África era parte forte da identidade brasileira. Acrescentou que havia uma oportunidade de cooperação econômica que seria mutuamente proveitosa e ajudaria a África a se desenvolver.

No biênio seguinte, Celso Amorim continuou a defender a aproximação com a África por razões culturais e econômicas. Em julho de 2004, ressaltou que o Brasil devia grande parte do que era ao trabalho de escravos africanos. Notou as raízes culturais e religiosas africanas. Acrescentou que, além disso, havia países como a África do Sul, com nível de desenvolvimento muito parecido com o do Brasil e com os quais podia firmar parcerias. Sublinhou que a África era um continente com muitos recursos minerais, campo no qual o Brasil podia contribuir para o desenvolvimento dos africanos e se beneficiar também. Informou que o Presidente Lula ia à África participar de uma reunião dos países de língua portuguesa. Em outubro, considerou que o Brasil estava estabelecendo "novas pontes para uma cooperação mais estreita, em sintonia com as afinidades históricas e geográficas", e em consonância com os "esforços internos de promoção da igualdade racial". Em março de 2005, ressaltou que o total do comércio do Brasil com a África no ano anterior estivera em torno de US$ 6 bilhões. Em setembro, o Presidente Lula sublinhou que as relações do Brasil com os países africanos, tanto em matéria de cooperação como de comércio, vinham ganhando intensidade sem precedentes. Observou que, somente em agosto, recebera a visita de dez líderes africanos.

Em 2006, tanto o Presidente quanto o Ministro buscaram mostrar resultados já alcançados e insistiram nos argumentos sobre as vantagens a longo prazo da aproximação e no relato dos esforços que vinham empreendendo. Em janeiro, Celso Amorim ressaltou que o Presidente Lula, até então, visitara 14 países da África. Declarou que, para o Brasil, isso era uma forma de resgatar um débito, pois havia no continente o que ele chamou de uma "sede de Brasil", um desejo de ter uma maior presença brasileira em terras africanas. Argumentou que o Brasil não podia desconhecer a África, ignorar que, do outro lado do Atlântico, havia uma área que interessava por suas riquezas minerais, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista comercial, não só pelo que podia o Brasil comprar, mas também como mercado consumidor para produtos brasileiros. Em março, afirmou que nunca o Brasil buscara tanto aproximar-se da África, tendo o Presidente Lula visitado 17 países do Continente e recebido grande número de Chefes de Estado africanos. Acrescentou que determinara a abertura de Embaixadas e o envio de missões de cooperação nas áreas de agricultura, saúde, educação e cultura. Em julho, o Presidente Lula afirmou que a relação comercial entre Brasil e países africanos significava então US$ 12,5 bilhões. Em artigo publicado em novembro, Celso Amorim ressaltou que, nos quatro anos anteriores, haviam sido abertas ou reabertas 12 representações diplomáticas na África. Notou que, somadas às já existentes, o Brasil contava, então, com Embaixadas em 33 países africanos.

Por ocasião de audiência com Embaixadores africanos, em maio de 2007, o Presidente Lula notou que, quando se reunira pela primeira vez, havia 15 Embaixadores africanos acreditados em Brasília. Observou que, então, já eram 24 e outras embaixadas deveriam ser abertas proximamente. Expressou a intenção de ampliar seu número de visitas ao continente africano. De sua parte, Celso Amorim notou que, em matéria de comércio, de 2002 até então este havia passado de US$ 5 bilhões para US$ 15 bilhões, nos dois sentidos. Em entrevista no mês de dezembro, o Chanceler brasileiro ressaltou que, durante aquele ano, o Presidente Lula visitara sete vezes a África; realizara-se a primeira Cúpula África – América do Sul; fortalecera-se a participação na CPLP; haviam se multiplicado os projetos de cooperação; a EMBRAPA abrira escritório em Gana; e a Fiocruz tencionava fazer o mesmo em Moçambique.

Em 2008 e 2009, prosseguiram as declarações sobre a prioridade africana e indicações de resultados obtidos, sobretudo comerciais. Em discurso na UNCTAD, o Presidente Lula informou ter visitado 19 países africanos e lembrou que o Brasil acolhera, na Bahia, a Segunda Conferência de intelectuais da África e da Diáspora. Em abril de 2008, Celso Amorim

ressaltou que o Presidente Lula recolocara "a África no lugar central que sempre deveria ter na política externa brasileira".

Ao tratar da África, em janeiro de 2009, Celso Amorim afirmou que o universalismo que o governo Lula procurava imprimir à política externa não se limitava ao plano declaratório. Em palestra na cidade de Nova York no mês de março, Celso Amorim informou que o Brasil estava presente em 20 países africanos. Notou que o comércio do país com a África aumentara de US$ 5 bilhões, em 2002, para US$ 26 bilhões, em 2008. Argumentou que, se fosse a África tomada como um país individual, seria o 4º maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos EUA, da China e da Argentina, e na frente, por exemplo, da Alemanha e da Itália. Ressaltou que a ação dos investidores brasileiros, cada vez mais ousada, vinha acompanhada de ações de cooperação técnica, na área agrícola, na área da saúde, de combate à AIDS, etc. Em entrevista no mês de maio, constatou que o Brasil se tornara o país da América Latina que tinha o maior número de embaixadas na África, superando Cuba, tendo o total passado de 20 para 35.

Na cerimônia de abertura de Assembleia da União Africana, realizada na Líbia, em julho, o Presidente Lula declarou que a prioridade para as relações com a África estava respaldada por ações concretas. Informou que realizara dez viagens ao continente africano. Notou que Brasília era uma das capitais do mundo com maior número de embaixadas africanas e expressou esperança de ver concretizada a abertura do escritório da União Africana no Brasil.

Em abril de 2010, o Presidente Lula afirmou que terminaria o seu mandato tendo visitado 25 países africanos. Em agosto, porém, durante reunião de instalação da Secretaria da Cúpula América do Sul – África, o Presidente Lula afirmou que havia visitado 29 países africanos no seu mandato.

Em termos comerciais, as exportações brasileiras para a África passaram de US$ 2,8 bilhões, em 2003, a US$ 9,3 bilhões, em 2010, ou seja, mais do que triplicaram[79]. Do ponto de vista de cooperação técnica, o Brasil desenvolveria cerca de 300 projetos com 37 dos 53 países africanos[80], com destaque para a instalação de fábrica de medicamentos para tratamento de HIV em Moçambique e de escritório da EMBRAPA em Gana.

Seriam abertas ou reabertas 17 embaixadas no continente africano: Bamako (Mali), Cartum (Sudão), Conacri (Guiné), Cotonou (Benin), Dar es Salam (Tanzânia), Freetown (Serra Leoa), Gaborone (Botsuana), Lusaka (Zâmbia), Malabo (Guiné Equatorial), Nouakchott (Mauritânia), Uagadugu (Burkina Faso), Brazzaville (Congo), Lomé (Togo), Lagos (Nigéria, Consulado), Iaundê (Camarões), Adis Abeba (Etiópia) e São Tomé (São Tomé e Príncipe).

9.4.1. África Meridional

Dos países situados na África Meridional, o governo de Pretória receberia as maiores atenções no relacionamento bilateral, sendo seguido pelo de Windhoek que continuaria a merecer atenção em matéria de cooperação. O Brasil acompanharia a situação preocupante no Zimbábue. Teria ainda relevância a abertura de embaixada brasileira na capital de Botsuana.

9.4.1.1. África do Sul

Em abril de 2003, o Itamaraty anunciou que o Ministro Celso Amorim visitaria a África do Sul, no mês seguinte, no contexto da preparação da visita que o Presidente Lula pretendia realizar a alguns países da África. Na África do Sul, além dos contatos bilaterais de alto nível, o Ministro Celso Amorim presidiria a Delegação brasileira à II Reunião da Comissão Mista Brasil – África do Sul. Após o encontro, informou que tinha mantido encontro em Pretória com a Ministra do Exterior sul-africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, para examinar formas de impulsionar o relacionamento bilateral. Naquele mês, Celso Amorim afirmou que o nível de desenvolvimento alcançado pela África do Sul permitia que se explorassem oportunidades de cooperação em setores como o automotivo, aeronáutico e metalúrgico, com possibilidade de estabelecimento de *joint ventures*. Acrescentou que isso poderia ser feito sem prejuízo de um esforço redobrado em áreas como a do agronegócio, em que existiam comprovadas complementaridades. Informou que o Ministro do Comércio, Alec Erwin, queria acelerar os entendimentos para a conclusão de acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral.

As declarações brasileiras eram de reforço das relações. Em outubro, Celso Amorim afirmou que a África do Sul era um país bastante estratégico para o Brasil. Lembrou que era parceiro junto com a Índia no G-3, e mostrava-se um aliado fundamental nas negociações internacionais, como ficara provado na formação do G-X, em Cancún. Registrou que muitos negócios estavam em curso naquele país, citando como exemplos a área automotiva e a de aviação, com a EMBRAER.

O interesse pela aproximação bilateral ficou ainda mais claramente demonstrado quando o Presidente Lula visitou a África do Sul em dezembro. Em discurso que pronunciou no jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente Thabo Mbeki, afirmou que o Brasil havia descoberto ter muito em comum com a África do Sul, como sociedades multiétnicas e com grande diversidade cultural. Falou da construção de

uma parceria estratégica. Fez menção a trabalho conjunto para "vencer o flagelo do HIV/AIDS". Referiu-se a ter o Brasil uma "dívida com a África", de "reconhecimento pela contribuição, em condições de sofrimento e opressão, que milhões de africanos deram para a construção do Brasil". Durante conferência de imprensa conjunta com o Presidente Thabo Mbeki, no dia 7, afirmou que o Brasil queria uma relação estratégica, uma relação de parceria. Do Comunicado Conjunto assinado na visita, constou que os Presidentes haviam concordado em incrementar a cooperação referente a medidas de combate às várias epidemias que afligiam ambos os países em áreas como HIV/AIDS, doenças causadas pela água, malária e dengue.

As iniciativas brasileiras encontravam receptividade. Em outubro de 2004, foi anunciado que a Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, realizaria visita oficial ao Brasil, a fim de copresidir, junto com o Ministro Celso Amorim, a III Sessão da Comissão Mista Brasil–África do Sul. Em março de 2005, o Ministro Celso Amorim retornou à África do Sul onde participaria da 2ª Reunião da Comissão Mista Trilateral do IBAS – Foro de Diálogo Índia–Brasil – África do Sul, à frente de delegação técnica interministerial. Por decreto de dezembro, o Consulado na Cidade do Cabo foi elevado à categoria de Consulado Geral.

Mbeki viria ao Brasil, em agosto de 2006, para participar da I Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia–Brasil – África do Sul (IBAS) e, em outubro de 2007, o Presidente Lula oltaria à África do Sul, desta vez para a II Cúpula IBAS, realizada em Johanesburgo.

Naquele período, o líder sul-africano começaria a receber críticas no exterior por negar a ocorrência de uma crise de AIDs no país, bem como por não condenar o regime de Mugabe no Zimbábue. Internamente, enfrentaria dificuldades com seu Vice-Presidente, Jacob Zuma, a quem despediu quando este foi acusado de corrupção. Esses fatores, entre outros, levariam a que perdesse a liderança do ANC, justamente para seu ex-Vice, Jacob Zuma. Em 21 de setembro de 2008, Mbeki apresentou sua renúncia. Até a realização de eleições em abril de 2009, foi substituído interinamente pelo Presidente da Assembleia Nacional, Kgalema Motlanthe. O ANC venceu as eleições, embora tenha reduzido sua maioria. Jacob Zuma tomou posse como Presidente em maio.

O novo Presidente sul-africano visitou o Brasil em outubro de 2009, acompanhado, entre outras autoridades, da Ministra das Relações Exteriores e Cooperação, Maite Nkoana-Mashabane; do Ministro do Comércio e Indústria, Robert Davies; e do Ministro dos Esportes, Mankhenkesi Stofile. Liderou, ainda, missão de cerca de 60 empresários. Ao anunciar a visita, o Itamaraty ressaltou que o comércio bilateral Brasil

– África do Sul alcançara US$ 2,5 bilhões, em 2008, com US$ 1,7 bilhões de exportações e US$ 773 milhões de importações brasileiras. Durante a visita seria assinado um memorando de entendimento sobre cooperação na área do esporte. Em entrevista coletiva concedida conjuntamente com o Presidente Zuma, o mandatário brasileiro afirmou que a visita reforçava os laços entre países que haviam nascido para ser amigos e sócios. Notou que empresas brasileiras – como a Marcopolo, a Vale e a Odebrecht – já haviam feito investimentos na África do Sul e que firmas sul-africanas apostavam no Brasil. Anunciou a missão do Ministro da Indústria e Comércio à África do Sul para consolidar definitivamente as oportunidades de negócios. Ressaltou as possibilidades com as Copas do Mundo de 2010 e 2014 nos dois países e as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016; e a necessidade de "trabalhar para aumentar o turismo, multiplicar as conexões aéreas e explorar as possibilidades abertas pelos acordos de cooperação esportiva". Propôs parceria também em setores de ponta como a biotecnologia, astronomia, nanotecnologia e informática. Mencionou especificamente a experiência brasileira em biocombustíveis e o domínio sul-africano em matéria de liquefação de carvão e gás natural.

O Presidente Lula voltou à África do Sul em julho de 2010. Em discurso ao Presidente Zuma, salientou que o Plano de Ação da Parceria Estratégica assinado naquele dia era "repleto de possibilidades". Notou que o Brasil já era o segundo maior fornecedor de produtos agropecuários para a África do Sul e ressaltou ter havido um forte aumento das exportações sul-africanas para o Brasil. Considerou a celebração do acordo Mercosul – SACU um importante passo para impulso do intercâmbio. Em discurso durante encerramento do Fórum Empresarial, lembrou que era a terceira vez que visitava a África do Sul como Presidente. Durante a visita, seriam assinados uma declaração sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica e um memorando de entendimento sobre consultas e cooperação na área das relações intergovernamentais.

9.4.1.2. Namíbia

Em abril de 2003, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim efetuaria viagem a seis países africanos, incluindo a Namíbia. Conforme a nota de imprensa, na Namíbia, última etapa de sua viagem oficial, o Ministro Celso Amorim "reciprocaria as inúmeras visitas de

autoridades namibianas ao Brasil e buscaria ampliar o quadro das relações bilaterais, então fortemente vinculadas por estreita e profícua cooperação em matéria naval".

Ao retornar da viagem, Celso Amorim informou que o Primeiro-Ministro namibiano, Ben Gurirab, antecipara-lhe, em Windhoek, que seria inaugurada em breve uma embaixada da Namíbia em Brasília. Informou que a cooperação naval prestada pelo Brasil deveria ingressar em nova fase, com o levantamento de recursos da plataforma continental namibiana. Em entrevista no mesmo mês, ressaltou a importância da cooperação na área naval e informou que o Ministro da Defesa ia visitar aquele país. Acrescentou que o Brasil estava em um processo de doação de uma corveta para a Marinha da Namíbia, e revelou que o governo namibiano manifestara a clara intenção de comprar cinco barcos-patrulha. Revelou o interesse brasileiro em trabalhar no mapeamento dos recursos da plataforma continental. Em outubro, destacou a cooperação naval, mas acrescentou que a cooperação não se limitava àquela área. Destacou também a participação na exploração da plataforma marinha, esclarecendo que era muito rica no litoral daquele país, e expressou o interesse brasileiro em reforçar a atuação da EMBRAPA, investindo em acordos na área agrícola.

O Presidente Lula incluiu a Namíbia na sua viagem à África em novembro. Em discurso ao Presidente Sam Nujoma, referiu-se ao programa brasileiro de treinamento da Ala Marítima das Forças de Defesa da Namíbia e anunciou a criação de Adidância Naval na Namíbia no ano seguinte. Notou que o Brasil vinha contribuindo para os esforços de pesquisa e demarcação da plataforma marítima da Namíbia. Expressou o desejo de estender o exemplo da cooperação naval para outros campos e declarou que o Brasil estava pronto a oferecer vagas e bolsas, nos níveis de graduação e pós-graduação, em áreas de interesse prioritário para a Namíbia. Mencionou como uma área promissora a do treinamento e cessão de tecnologias de cultivo, numa parceria entre o Ministério da Agricultura Namibiano e a EMBRAPA. Manifestou a disposição de cooperação no combate à epidemia do HIV/AIDS. No encerramento do Encontro Empresarial Brasil – Namíbia, notou que o relacionamento comercial vinha sendo modesto, simbólico mesmo, pois naquele ano, até setembro, chegara a pouco mais de US$ 7 milhões, com saldo favorável ao Brasil. Ressaltou a necessidade de encontrar meios de alavancar as trocas comerciais de modo mutuamente vantajoso. Declarou que o Brasil tomava parte, com grande interesse, nas negociações comerciais entre o Mercosul e a Comunidade Aduaneira da África Austral, a SACU, que incluiria

também a Namíbia. Ressaltou a ideia de maior utilização do porto de Uolvis Bei, em território namibiano, que permitiria reforçar a vocação da Namíbia como porta de entrada e fornecedor de bens e serviços para a África – sobretudo para os países de seu entorno imediato.

Sam Nujoma voltou ao Brasil em junho de 2004. Ao anunciar a visita, o Itamaraty afirmou que esta correspondia à intensificação das relações bilaterais, que se desenvolviam em torno de afinidades estratégicas e de diversos programas de cooperação, sobretudo na área naval, decididos pelos dois Presidentes no seu encontro anterior. Visitaria o porta-aviões "São Paulo" e se deslocaria à Base Naval de Aratu, na Bahia, para solenidade de doação de uma corveta brasileira à Ala Naval das Forças Armadas da Namíbia. Conforme constou de Comunicado Conjunto, com o Presidente Lula tratou, entre outras questões, de erradicação da pobreza, segurança alimentar, serviços de saúde, emprego e educação, bem como as relativas à necessidade de garantir a proteção dos direitos humanos e da democracia. Os dois Presidentes registraram com satisfação o início de tratativas entre as delegações visando a futuro acordo de cooperação técnica nas áreas de produção e transmissão de energia elétrica e exploração de gás natural.

Não podendo Sam Nujoma ser reeleito pela quarta vez, Hifikepunye Pohambaem foi escolhido como candidato da SWAPO para eleições em novembro de 2004. Com ampla maioria de votos, Pohambaem venceu os dois outros candidatos. O Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva chefiou delegação brasileira às cerimônias de posse em março de 2005.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Marco Hausiku, visitou o Brasil em setembro de 2008. A agenda incluiria encontros no Itamaraty, no Ministério da Defesa, no Ministério da Indústria e Comércio e na EMBRAPA, onde realizaria visita de campo. Durante a visita do Ministro Marco Hausiku, seria firmado um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas bilaterais.

O Presidente Hifikepunye Pohamba visitou o Brasil em fevereiro de 2009, acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro da Defesa, do Ministro da Indústria e Comércio e de outras autoridades. No Rio de Janeiro, visitaria a PETROBRAS e a Escola Naval, onde se reuniria com autoridades do Ministério da Defesa, em particular do Comando da Marinha, e encontraria os oficiais da Marinha da Namíbia que vinham recebendo formação no Brasil, no âmbito do programa de cooperação entre as Marinhas dos dois países. Em discurso, durante almoço oferecido ao visitante, o Presidente Lula informou que, desde 1998, quase 500 oficiais namibianos haviam recebido treinamento no Brasil, e, naquele momento, outros 162 integrantes da Marinha da

Namíbia estudavam no país. Anunciou que, a partir do segundo semestre daquele ano, chegariam quatro lanchas-patrulha também produzidas no Brasil. Notou que o comércio bilateral aumentara mais de seis vezes desde 2002.

9.4.1.3. Zimbábue

O Ministro Celso Amorim visitou o Zimbábue em maio de 2003. Segundo nota do Itamaraty, a ida àquele país constituiu uma escala técnica para contatos com autoridades locais, com quem o Ministro poderia discutir possibilidades de cooperação em matéria de AIDS, uma vez que aquele país era muito afetado pela síndrome.

O Zimbábue enfrentava, além desse, muitos outros problemas. Os dados do país em 2007 indicavam ter a economia se reduzido pela metade em sete anos. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 2008, os três principais candidatos eram o Presidente Robert Mugabe (ZANU-PF), Morgan Tsvangirai (Movimento pela Mudança Democrática –MDC-T), e Simba Makoni, um independente. Nenhum dos candidatos obteve a maioria necessária, cabendo a Tsvangirai (com 47,9%) e Mugabe (com 43,2%) participar de um segundo turno. Tsvangirai, entretanto, retirou-se do pleito, alegando violência contra membros de seu partido. No segundo turno, Mugabe se declarou vencedor. A reação internacional não foi unânime. Os EUA e o Reino Unido pleitearam aumento de sanções.

Em resposta a críticas na imprensa a respeito da presença diplomática brasileira no Zimbábue durante as eleições, o porta-voz do Itamaraty, Embaixador Ricardo Neiva Tavares, publicou a seguinte nota:

> A reforma do CSNU parece que se tornou uma obsessão não do Itamaraty, mas de certos setores da imprensa. Só isso poderia explicar o editorial "Fausto tropical" (Opinião, 29/ 3), que, partindo da falsa noção de que a diplomacia brasileira "negocia sua reputação em troca de apoio para aquela veleidade", deixa de mencionar fatos relevantes e faz deduções equivocadas. As eleições no Zimbábue não foram acompanhadas apenas pelos países salientados por este jornal. Também enviaram missões o Uruguai e a África do Sul, entre outros, além de praticamente todos os organismos regionais africanos, como a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Sadc) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa). Todos os Embaixadores residentes em Harare, inclusive os de países da UE e dos EUA, além do Brasil, foram credenciados para acompanhar o pleito.

Houve também convites diretos a parlamentares, feitos pela ONG *Lawyers for Human Rights*. Por fim, cabe notar que a participação brasileira foi estimulada não só pelo governo mas pela própria oposição no Zimbábue.

Por nota de 3 de abril, o governo brasileiro informou que seguia com interesse os desdobramentos das eleições gerais do Zimbábue. Tal como o fizera Ricardo Neiva Tavares, a nota indicou nomes de observadores internacionais. Esclareceu que o Brasil foi representado pelo Embaixador em Harare, Raúl de Taunay, e pelo observador parlamentar Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Acrescentou que, segundo o testemunho dos observadores e de acordo com o relatório das organizações internacionais presentes, o pleito transcorrera em atmosfera de serenidade, sem distúrbios, impedimentos à circulação, intimidações ou episódios que pudessem colocar em risco a normalidade da votação. Narrou ter o Ministro Celso Amorim recebido, naquele dia, o Deputado Antonio Carlos Pannunzio, de quem ouvira impressões sobre o observado em oito seções eleitorais e nas ruas de Harare e arredores. Informou que o governo brasileiro aguardava a divulgação dos resultados das eleições presidenciais. Concluiu que esperava que a apuração e a totalização dos votos ocorressem em ambiente de tranquilidade e transparência e que a vontade popular democraticamente expressa nas urnas fosse respeitada por todos os candidatos.

Em nova nota, no dia seguinte, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento das conclusões do Relatório da missão de observação eleitoral da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que o ambiente prevalecente afetara a credibilidade das eleições presidenciais do segundo turno e de que o resultado não representava a vontade do povo zimbabuano. Acrescentou a nota que, ao expressar seu apoio aos apelos da União Africana para que se evitassem ações que pudessem prejudicar o clima de diálogo, o Brasil entendia que o governo do Zimbábue tinha a responsabilidade de promover, com o apoio da SADC e da União Africana, um entendimento nacional com as demais forças políticas do país que permitisse a retomada da normalidade política e de condições propícias ao desenvolvimento econômico e social do Zimbábue.

Em 11 de julho, o CSNU considerou proposta de imposição de sanções contra o Zimbábue, mas esta foi vetada pela Rússia e pela China. A União Africana pediu a formação de um governo de unidade nacional. Por nota do dia 25, o governo brasileiro expressou satisfação com a assinatura, três dias antes, de Memorando de Entendimento entre o Presidente Robert Mugabe e as duas facções do partido de oposição MDC com vistas à construção

concertada de uma solução sustentável para a situação do Zimbábue. Fez votos de que as partes envolvidas se dedicassem ao diálogo e ao entendimento com vistas à reconciliação nacional. Sublinhou a importância de que o estabelecimento de mecanismos de reforço do diálogo interno no Zimbábue tivesse sido resultado de esforços diplomáticos dos países da região, em especial da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Saudou particularmente o papel central desempenhado pelo mediador oficial da SADC para a situação zimbabuana, Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, na busca por uma solução diplomática para a questão. Em 15 de setembro, após negociações, o Presidente Robert Mugabe e os líderes da oposição Morgan Tsvangirai e Arthur Mutambara assinaram acordo de compartilhamento do poder, pelo qual Tsvangirai seria o novo Primeiro-Ministro de Zimbábue. O Ministro Celso Amorim visitaria o Zimbábue em outubro. Nota do Itamaraty informou que, em sua passagem por Harare, deveria encontrar-se com o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, com o Primeiro-Ministro designado, Morgan Tsvangirai, e com o Vice-Presidente, Arthur Mutambara.

Em 2 de fevereiro de 2009, o governo brasileiro emitiu nota na qual informou ter recebido com agrado a aceitação, pelo governo e pelos principais líderes oposicionistas zimbabuanos, dos termos e prazos propostos pela Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para a formação de um governo de coalizão nacional no Zimbábue. Encorajou as forças políticas zimbabuanas a observarem os parâmetros estabelecidos pela SADC e expressou a confiança de que as lideranças partidárias do Zimbábue saberiam colocar o bem coletivo e os interesses maiores do povo zimbabuano acima de suas divergências políticas. Fez um chamado à comunidade internacional para que trabalhasse construtivamente com o governo de coalizão nacional no Zimbábue e contribuísse para a criação de um ambiente de entendimento e de reconciliação nacional. Reiterou sua expectativa de que a mediação empreendida pela SADC lograria alcançar uma solução consensual para a crise no Zimbábue. No dia 13, Tsvangirai tomou posse como Primeiro-Ministro. Assumiu o governo de um país em situação econômica caótica, com altíssimo nível de desemprego e hiperinflação. Por nota, o governo brasileiro registrou com satisfação a posse e reiterou seu reconhecimento pelo papel exercido pelos Presidentes Thabo Mbeki e Kgalema Motlanthe da África do Sul, em nome da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), para a consecução daquele objetivo.

Em novembro de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbábue, Simbarashe Mumbengegwi, realizou visita oficial a Brasília.

Durante a visita, seriam assinados o Memorando para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas e o Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

9.4.1.4. Botsuana

Em Botsuana, o Presidente Festus Mogae foi reeleito em 2004. Prometeu lutar contra a pobreza, o desemprego e a epidemia de AIDS. Visitou o Brasil oficialmente em julho de 2005. Ao recebê-lo, o Presidente Lula elogiou a estabilidade política do país e seu compromisso com os valores democráticos. Assinou com o visitante um Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

Em fevereiro de 2006, o Presidente Lula visitou Botsuana. Em discurso por ocasião do almoço que lhe foi oferecido, afirmou que, com base no Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, os dois países haviam avançado em diversos projetos de interesse direto para suas populações. Referiu-se a instrumento que haviam assinado em matéria de combate ao vírus do HIV/AIDS e a outro que tinha como objetivo criar oportunidades para a juventude, por meio da cooperação esportiva, com repercussões nos planos dos serviços sociais e profissionais. Expressou a intenção de fundar parceria em bases econômicas firmes e de elevar o nível das trocas comerciais. Do Comunicado Conjunto emitido na ocasião, constou que os Presidentes haviam se comprometido a apoiar a consolidação de um relacionamento duradouro, denso e mutuamente benéfico.

Por decreto de junho, foi criada a Embaixada do Brasil na República de Botsuana, com sede em Gaborone. Em agosto, o Tenente-General Mompati Merafhe, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Botsuana, visitou o Brasil. Segundo o Comunicado Conjunto, o visitante comemorou a decisão do governo brasileiro de abrir Embaixada residente em Gaborone e o Ministro Celso Amorim, em resposta, agradeceu ao governo botsuanês a anuência para a abertura da Embaixada brasileira. No ano seguinte, o Brasil abriu embaixada em Gaborone.

Em julho de 2007, Festus Mogae anunciou sua intenção de renunciar nove meses depois. Em abril de 2008, foi sucedido, interinamente, pelo Vice-Presidente Ian Khama, filho do primeiro Presidente do país. Adotou posição de não reconhecer o governo do Zimbábue até que incluísse membros do partido de Morgan Tsvangarai. Ele também condenou o governo de Omar Al-Bashir no Sudão.

O Ministro das Relações Exteriores de Botsuana, Phandu Skelemani, realizou visita oficial ao Brasil em maio de 2009. Com o Ministro Celso Amorim, discutiria perspectivas de cooperação técnica em biocombustíveis, esportes, educação e DST/AIDS, bem como iniciativas para promover o comércio bilateral. Trataria, igualmente, da abertura de Embaixada residente de Botsuana no Brasil, a primeira do país na América Latina, prevista para este ano. Durante a visita, deveriam ser assinados atos bilaterais sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação; a Implementação do Projeto "Fortalecendo o Quadro Estratégico Nacional para HIV/AIDS"; e o exercício de atividade remunerada por dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Nas eleições de outubro de 2009, Ian Khama tomou posse como Presidente, após seu partido obter a maioria dos assentos no Parlamento.

9.4.2. África Ocidental

Dos países localizados na África Ocidental, os relacionamentos prioritários para o Brasil continuariam a ser aqueles com os países de língua portuguesa, isto é, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Importantes contatos seriam mantidos também com os governos de Abuja, Dacar, Abidjã e Acra.

9.4.2.1. Guiné-Bissau

Guiné-Bissau apresentaria quadro de enorme instabilidade política, com golpes de Estado e até assassinato presidencial. O Brasil acompanharia de perto a situação e atuaria nos planos bilateral, plurilateral (CPLP) e multilateral (ONU).

Em 2003, o país encontrava-se numa crise econômico-financeira. Em março, o governo brasileiro informou que o Brasil estava promovendo consultas aos demais membros da CPLP, bem como aos órgãos responsáveis da ONU, com a finalidade de identificar possíveis medidas de apoio a Guiné-Bissau, visando, em particular, "a atenuação da crise sócio-econômica no país e a facilitação do diálogo entre as forças políticas bissau-guineenses". Esclareceu que, com tais medidas, o Brasil esperava pudessem "ser garantidas as condições mínimas necessárias à realização das próximas eleições legislativas", que considerava "essenciais para a

instalação de um quadro político conducente, no curto e médio prazos, à retomada do desenvolvimento social, político e econômico no país". Informou que o Tribunal Superior Eleitoral enviaria a Bissau uma missão de dois técnicos que, em conjunto com os técnicos da Guiné-Bissau e outros funcionários da ONU, deveria dar consultoria às autoridades locais no tocante à preparação e realização das referidas eleições. Acrescentou que, por intermédio de suas representações diplomáticas em Washington e Nova York, o Brasil enviaria a organismos financeiros internacionais, em particular ao FMI e ao Banco Mundial, uma solicitação de apoio daquelas instituições ao governo da Guiné-Bissau, a fim de que fossem "criadas as condições econômicas e financeiras mínimas capazes de viabilizar os esforços de estabilização no domínio social e político".

O Brasil continuou a demonstrar interesse pela situação bissau-guineense. Em discurso que pronunciou, em Lisboa, em 11 de julho, por ocasião de visita à sede da CPLP, o Presidente Lula afirmou que, em relação à Guiné-Bissau, o Brasil vinha atuando, naquele e em outros foros, com o objetivo de promover soluções negociadas. Declarou que era importante que os próprios guineenses encontrassem, pelo diálogo, o caminho do convívio pacífico capaz de levar ao desenvolvimento. Disse que a grave crise econômica e política que se abatia sobre aquele "país irmão" espelhava uma "triste realidade que se alastrava pelo continente africano". Ressaltou que a comunidade internacional não podia conformar-se.

9.4.2.1.1. Golpe de Estado (setembro de 2003)

Um golpe de Estado ocorreria em 14 de setembro quando, sem derramamento de sangue, militares, chefiados pelo General Veríssimo Correia Seabra, prenderam o Presidente Kumba Yalá. O governo brasileiro emitiu nota em que lamentou o golpe militar. Notou que ocorrera no contexto do quadro de fragilidade e instabilidade políticas que se instalara no país, sobretudo a partir da destituição, condenada por toda a comunidade internacional, da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau. Em nome da CPLP, apelou aos militares bissau-guineenses, bem como às lideranças políticas do país, para que fosse instalada a ordem constitucional. Conclamou ainda os militares e os partidos políticos da Guiné-Bissau a assumirem um compromisso firme de restabelecimento da justiça, do Estado de Direito e de respeito aos direitos humanos, no contexto da preparação das próximas eleições

legislativas, que se esperava fossem prontamente realizadas, em um ambiente de confiabilidade e transparência.

No dia 28, Henrique Rosa tomou posse como Presidente e Arthur Sanhá, como Primeiro-Ministro. Enquanto isso, o golpista General Veríssimo Seabra presidia o chamado Conselho Nacional de Transição. Quando da visita do Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso ao Brasil, em março de 2004, o visitante e o Presidente Lula sublinharam a importância que atribuíam à realização das eleições legislativas na Guiné-Bissau naquele mês. Afirmaram que a campanha eleitoral constituía "oportunidade para a consagração dos valores da tolerância e da vivência cívica, fundamentais para o aprofundamento da cultura democrática naquele país". Nesse sentido, os dois governantes trocaram informações sobre iniciativas que o Brasil e Portugal vinham desenvolvendo, "em apoio ao processo eleitoral guineense, e também sobre diligências tomadas por ambos os países, junto a organismos internacionais e Governos estrangeiros, em busca de financiamento a programas de assistência destinados àquele país". Instruíram os respectivos Chanceleres a permanecerem em contato para tratar a respeito da situação da Guiné-Bissau, e manifestaram a "inequívoca disposição de seguir dedicando aos problemas guineenses toda a atenção" que estivesse "ao alcance de seus Governos".

De fato, as eleições, adiadas inúmeras vezes, finalmente foram realizadas naquele mês. O governo brasileiro congratulou o povo e as autoridades da Guiné-Bissau por seu bom andamento. Em nota à imprensa, registrou que o Brasil enviara delegação do Tribunal Superior Eleitoral, missão técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que prestou apoio na preparação do pleito.

A situação no país, entretanto, não se tranquilizou. Em outubro, um motim militar resultou na morte do General Veríssimo Correia Seabra. O Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior declarou que os rebeldes eram ex-soldados da ONU que, ao voltarem da Libéria, reclamavam atraso no pagamento de seus soldos. Por nota no dia 6, o governo brasileiro informou que tomara conhecimento, com preocupação, "de movimentos militares rebeldes que estão atuando contra o governo democraticamente constituído na Guiné-Bissau". Informou que estava participando de articulações, no âmbito do CSNU, com vistas a que a comunidade internacional prestasse "o apoio necessário para a estabilização política na Guiné-Bissau, a consolidação da democracia e a retomada do crescimento sócio-econômico do país". Acrescentou que, como parte da CPLP, o Brasil atuaria em coordenação com os demais membros no sentido de apoiar

as iniciativas da comunidade internacional em favor da Guiné-Bissau. Manifestou a expectativa de que a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) pudessem prontamente juntar-se àquele esforço.

Nos dias 10 a 13 de outubro, a CPLP enviou missão de bons ofícios a Bissau, chefiada pelos Chanceleres Ovídio Pequeno, de São Tomé e Príncipe, e José Ramos-Horta, do Timor Leste, para contatos com altas autoridades daquele país e alguns dos militares revoltosos. Entre os dias 14 e 20 de outubro, esteve na Guiné-Bissau missão militar da CPLP, formada por dois oficiais, um de Cabo Verde e outro de Portugal – à qual se juntou, autorizado pela ONU, o oficial brasileiro que se encontrava a serviço do Escritório da ONU de Apoio à Construção da Paz na Guiné--Bissau (UNOGBIS).

No dia 20, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim participaria, em 1º de novembro, de Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP quando seriam avaliados os relatórios das duas missões e possíveis iniciativas de apoio à Guiné-Bissau que permitissem superar a crise e conduzir o país no rumo da paz e do desenvolvimento. A nota à imprensa esclareceu que, para o Brasil, a situação na Guiné-Bissau devia ser tratada com máxima prioridade pela comunidade internacional, inclusive no âmbito do CSNU, no qual o assunto já vinha sendo examinado.

Celso Amorim visitou Guiné-Bissau em janeiro de 2005. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Ministro do Exterior Soares Sambú, constou o empenho do Brasil em apoiar o governo guineense junto às instituições financeiras internacionais e à comunidade de países doadores, bem como no CSNU, no sentido de obter o apoio internacional necessário para a normalização político-institucional do país e a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social. Constou também o agradecimento feito pelo Ministro Sambú da doação, do Brasil, ao Fundo Especial da CPLP, da soma de US$ 500 mil, a ser destinada para atividades de cooperação visando à reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

A situação da Guiné-Bissau era acompanhada também multilateralmente. Em 31 de março, o Brasil concluiu o período de um mês durante o qual ocupou a Presidência rotativa do CSNU. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira, foi emitida declaração presidencial pela qual o Conselho, ao reconhecer progressos em Guiné-Bissau, exortou as partes envolvidas no processo político do país a comprometerem-se com a condução de eleições livres, pacíficas, transparentes e justas. O Conselho reafirmou, ainda, o papel do Escritório

de Apoio à Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNOGBIS) no apoio à realização das eleições e à reconciliação entre os militares.

A convite do Presidente da República de Transição, Henrique Pereira Rosa, o Presidente Lula visitou Guiné-Bissau no dia 13 de abril. Segundo Comunicado Conjunto, o Presidente Pereira Rosa agradeceu a contribuição do governo brasileiro para o Fundo Especial da CPLP, na soma de US$ 500 mil, destinada à reforma das Forças Armadas do país. No domínio da saúde, felicitaram-se pela iniciativa brasileira de lançar o programa de cooperação internacional em HIV/AIDS – Fase II. No âmbito da educação profissional, constataram os avanços registrados no projeto de estabelecimento em Bissau de um Centro de Formação Profissional e Social, iniciativa que contaria com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil.

O processo eleitoral bissau-guineense avançava. Por nota de 17 de junho, o governo brasileiro informou que o acompanhava com atenção. Expressou a expectativa de que as eleições presidenciais, programadas para o dia 19, pudessem transcorrer em condições de tranquilidade. Informou também a respeito dos técnicos que enviara para cooperar na preparação e realização das eleições.

9.4.2.1.2. Eleições presidenciais (junho de 2005)

As eleições presidenciais foram realizadas em 19 de junho. O deposto Presidente Yalá se candidatou, alegando ser o Presidente legítimo do país. Mas foi vencido no primeiro turno, tanto pelo (também deposto) ex-Presidente Nino Vieira (candidato de uma facção do PAIG), quanto pelo terceiro candidato, Malam Bacai Sanhá.

A CPLP se manifestaria sobre as eleições. Na X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP realizada em Luanda entre 19 e 20 de julho de 2005, foi aprovada uma resolução sobre a Guiné-Bissau. Os Ministros presentes decidiram felicitar o Presidente de Transição da República da Guiné-Bissau, Henrique Pereira Rosa, "pela firmeza e espírito de tolerância manifestados na plenitude do período transitório, com vistas à materialização dos compromissos assumidos", e encorajá-lo a prosseguir nesse sentido para que o processo conducente à paz e ao progresso social se tornasse uma realidade. Decidiram também "louvar as forças políticas e os movimentos da sociedade civil pela sua luta incansável na busca da paz e as Forças Armadas pela sua neutralidade e encorajá-los

a não pouparem esforços conducentes ao reforço da democracia, manifestados na forma ordeira e na elevada participação em que decorreu o primeiro turno das eleições presidenciais de 19 de junho de 2005". Exortaram a comunidade internacional, "em particular a CEDEAO, a UEMOA, a União Africana, a ONU e a UE a manter o seu imprescindível apoio para o segundo turno das eleições presidenciais, bem como para o período pós-eleitoral, visando o desenvolvimento socioeconômico, fator decisivo para a instauração da paz, estabilidade e progresso social e econômico do Povo guineense". Do comunicado final, constou que os Ministros congratularam-se com a abertura de uma Representação Temporária da CPLP em Bissau, dirigida pelo Dr. Carlos Moura, de nacionalidade brasileira, que procuraria "contribuir, através do diálogo com as autoridades do país, forças políticas e organizações da sociedade civil, para a reconciliação nacional e a normalização democrática, a par de uma estreita coordenação com os parceiros da Guiné-Bissau para a mobilização de recursos para o desenvolvimento do país".

No segundo turno das eleições presidenciais realizadas em 24 de julho, Nino Vieira, com 54,45% dos votos, derrotou Malam Bacai Sanhá, que recusou-se a reconhecer tal resultado, afirmando ter o pleito sido fraudulento em dois distritos eleitorais. Em nota de 16 de agosto de 2005, o Itamaraty informou que, no dia 10 de agosto, haviam sido anunciados os resultados oficiais das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, com a vitória do candidato Nino Vieira. Acrescentou que observadores eleitorais presentes ao pleito, entre os quais a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a CPLP, a UE e a ONU, haviam considerado que o processo eleitoral fora realizado de forma livre, justa e transparente. Acrescentou que, em linha com a nota emitida pela CPLP, no dia 11 de agosto, o governo brasileiro estava confiante em que os resultados finais seriam plenamente acatados pelo governo e pelo povo da Guiné-Bissau. Anunciou, por fim, que o governo brasileiro deveria integrar missão da CPLP a Guiné-Bissau, chefiada pelo Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, em sua qualidade de Presidente da CPLP.

Nino Vieira tomou posse como Presidente em 1º de outubro. O Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior não aceitou sua vitória eleitoral e Vieira o demitiu, no dia 28. Nomeou, no dia 2 de novembro, Aristides Gomes para assumir, em seu lugar, a Chefia do governo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da República da Guiné-Bissau, António Isaac Monteiro, visitou o Brasil oficialmente em março de 2006. Do

Comunicado Conjunto após encontros, constou que o principal ponto da agenda de seu encontro com o Ministro Amorim fora o tema relacionado à organização da VI Conferência da CPLP, que se celebraria na cidade de Bissau em julho daquele ano. O Ministro Amorim reiterou a oferta de apoio brasileiro para a organização daquele evento. O Ministro Monteiro registrou, com satisfação, as doações efetuadas pelo governo brasileiro com vistas à reestruturação das Forças Armadas guineenses. O Ministro Monteiro agradeceu também o depósito efetuado pelo Brasil, via Fundo Especial da CPLP, no "*Emergency Economic Management Fund*", criado para Guiné-Bissau. Passaram em revista os avanços do Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS – Fase II, objeto de Ajuste Complementar entre os dois Governos. Registraram a concessão de 215 bolsas a estudantes da Guiné-Bissau em instituições de ensino no Brasil, no quadro do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), coordenado pelo Ministério da Educação do Brasil. Congratularam-se pelo bom andamento do projeto de instalação, em Bissau, de um Centro de Formação Profissional e Promoção Social, com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil. Celebraram os entendimentos entre os dois países, com vistas ao desenvolvimento, na Guiné-Bissau, de programa de alfabetização de jovens e adultos, a cargo da entidade brasileira Alfabetização Solidária.

A situação política parecia nunca se tranquilizar. O situacionista PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) aliou-se, em março de 2007, a dois outros partidos para compor novo governo, o que levou a sucessivos votos de não confiança contra Aristides Gomes que, no dia 29, renunciou. Foi substituído, em 13 de abril, por Martinho Ndafa Kabi, nome que Nino Vieira aceitou após muito resistir.

Nino Viera visitou o Brasil em novembro. Em discurso, por ocasião de almoço em homenagem ao visitante, o Presidente Lula afirmou que o Brasil tinha que assumir mais responsabilidades com Guiné-Bissau. Ressaltou que aquele país, "de pouco mais de 1 milhão de habitantes", tinha "extremas necessidades", precisava "conhecer um processo de desenvolvimento". Afirmou que o Brasil tinha, em muitas áreas, "condições plenas de ajudar". Propôs que fosse feito um resumo do trabalho das 30 missões brasileiras que haviam ido a Guiné-Bissau; o envio de mais algumas missões importantes (PETROBRAS, Ministro da Defesa, EMBRAPA). Mencionou a "questão energética em Guiné-Bissau", pois, na sua visão, existiria "potencial de construir hidrelétrica". Anunciou que enviaria ao Congresso Nacional pedido de perdão da dívida de Guiné-Bissau.

A instabilidade política prosseguiu e, em fevereiro de 2008, o PAIGC retirou seu apoio ao Primeiro-Ministro Martinho Ndafa Kabi, e, no mês seguinte, as eleições foram adiadas. Em julho, o PAIGC retirou apoiou aos dois outros partidos coligados em protesto contra medidas de Kabi. Vieira dissolveu a Assembleia Nacional e designou, em agosto de 2008, Carlos Correia para o cargo de Primeiro-Ministro. No 11, daquele mês, o Itamaraty emitiu nota em que informou ter o governo brasileiro recebido, com apreensão, as notícias sobre a tentativa, por parte de setores militares da Guiné-Bissau, de desestabilização do governo do Presidente João Bernardo Vieira. Lamentou "a tentativa de intervenção não democrática no processo político bissau-guineense" e expressou "firme apoio à ação das autoridades constituídas do país em defesa da normalidade institucional". Conclamou o governo, as Forças Armadas e a sociedade bissau-guineenses a manterem a serenidade, a fim de que o processo de estabilização institucional do país pudesse continuar a progredir, com o apoio da comunidade internacional e, em particular, da ONU.

Em eleições parlamentares realizadas em 16 de novembro, o PAIGC obteve a maioria das cadeiras. Por nota à imprensa, o Itamaraty declarou que, conforme o testemunho de observadores internacionais, inclusive da CPLP, a celebração do pleito transcorrera de forma livre e pacífica. Notou o apoio dado pelo Brasil para a organização e a apuração do pleito. Considerou a realização das eleições em Guiné-Bissau "etapa importante no processo de reconstrução nacional", para o qual contribuía "o trabalho da Comissão da ONU para a Construção da Paz, coordenado pelo Brasil". Expressou a confiança do governo brasileiro de que a apuração continuaria a ocorrer dentro da normalidade e de que o fortalecimento das instituições democráticas contribuiria para a consolidação da paz e do desenvolvimento bissau-guineense.

Pouco depois das eleições, soldados rebeldes atacaram a casa do Presidente Nino Vieira, mas foram repelidos por sua guarda. O Brasil acompanhava a situação e, em palestra, como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, realizado em Lisboa no mês de janeiro de 2009, o Ministro Celso Amorim ressaltou o papel do Brasil como país coordenador na Comissão de Construção da Paz da ONU para Guiné-Bissau.

9.4.2.1.3. Assassinato do Presidente (março de 2009)

Acontecimentos trágicos ocorreriam no início de março. No dia 1º, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e antigo rival político de Nino Vieira, Tagme Na Waie, foi morto num atentado com bomba. Suspeitando que Nino Vieira estivesse envolvido no assassinato, alguns militares atacaram o palácio presidencial e, na manhã seguinte, mataram-no a sangue frio.

O governo brasileiro emitiu, no dia 2, nota em que expressou a profunda consternação com a notícia. Manifestou seu mais forte repúdio a aqueles atos de violência, acrescentando que atentavam contra as instituições bissau-guineenses. Informou que estava em coordenação estreita com os demais países-membros da CPLP, a fim de proceder a uma análise conjunta da situação e de propiciar o apoio necessário para a normalização do quadro interno na Guiné-Bissau. Acrescentou que a Missão do Brasil junto à ONU, que presidia os trabalhos da Comissão para a Construção da Paz das Nações Unidas (CCP) para a Guiné-Bissau, fora orientada a reunir-se com o Secretariado da ONU e com membros do CSNU. Informou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha sido informado da situação em Guiné-Bissau pelo Ministro Celso Amorim e, diretamente, pelo Embaixador do Brasil em Bissau, Jorge Kadri. Acrescentou que o Ministro Celso Amorim mantivera conversas sobre a situação na Guiné-Bissau com os Ministros das Relações Exteriores da França e de Portugal, entre outros. Por fim, esclareceu que o Embaixador do Brasil em Bissau vinha acompanhando a situação dos brasileiros que se encontravam no país e, em seus contatos com o Primeiro-Ministro e a Ministra das Relações Exteriores do país, tinha manifestado a expectativa do Governo brasileiro de que as autoridades constituídas soubessem "propiciar um ambiente de serenidade e de diálogo pacífico, com pleno respeito à ordem constitucional".

O exército negou que se tratava de um golpe, permitindo que o Presidente da Assembleia Nacional, Raimundo Pereira, assumisse a Presidência interina. Muitos governos de todo o mundo condenaram o assassinato de Nino Vieira. Seguindo o termos constitucionais, Raimundo Pereira tomou posse no dia 3, tendo o prazo de 60 dias para organizar eleição presidencial. O novo Presidente interino apelou à comunidade internacional ajuda para que o país pudesse readquirir estabilidade.

No dia 5, vários políticos foram mortos para, segundo versão oficial, evitar golpe de Estado contra a liderança militar temporária. Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro afirmou

que tomara conhecimento com preocupação dos acontecimentos da madrugada daquela sexta-feira em Guiné-Bissau, que haviam resultado nas mortes do candidato à Presidência da República Baciro Dabó, do ex-Ministro da Defesa Hélder Proença e de dois assessores deste. Exortou a sociedade bissau-guineense a manter a serenidade e a atuar com moderação, de forma a preservar o quadro político-institucional e os avanços logrados no processo de estabilização e de reformas internas. Fez um apelo às autoridades bissau-guineenses e à comunidade internacional para que contribuíssem com a manutenção de um ambiente pacífico que favorecesse a organização das próximas eleições, etapa fundamental para a consolidação democrática do país e para a retomada de seu projeto nacional. Concluiu que seguiria acompanhando os desdobramentos da situação em Guiné-Bissau, em coordenação com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

9.4.2.1.4. Eleições presidenciais (junho de 2009)

No primeiro turno das eleições presidenciais realizado em 28 de junho, o Presidente interino Malam Bacai Sanhá venceu o ex-Presidente Kumba Yalá. Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro saudou a realização, em 28 de junho, das eleições presidenciais, "que transcorreram de forma pacífica e ordeira, conforme testemunho de observadores internacionais, entre os quais três representantes brasileiros integrantes de Missão de Observação Eleitoral da CPLP". Esclareceu que, em atenção a pedido formulado pelas autoridades bissauenses, encontrava-se, desde 15 de junho, naquele país, missão técnica da Justiça Eleitoral brasileira para auxiliar no pleito. Considerou a realização das eleições presidenciais antecipadas, conforme estabelecido pela Constituição da Guiné--Bissau, uma etapa importante no processo de retomada da normalidade institucional do país, após o assassinato do Presidente João Bernardo Nino Vieira. Expressou confiança de que a apuração continuaria a ocorrer dentro da normalidade e de que as eleições contribuiriam para o fortalecimento das instituições democráticas, a consolidação da paz e o processo de reconstrução nacional na Guiné-Bissau.

O segundo turno das eleições presidenciais se realizou em 26 de julho, tendo vencido o candidato Malam Bacai Sanhá, do PAIGG. Em nova nota, o Itamaraty expressou satisfação pela sua realização de forma transparente e livre. Parabenizou o povo bissau-guineense pela maneira pacífica como o pleito foi realizado e por mais aquela demonstração de empenho pelo

fortalecimento da democracia no país. Ressaltou ter o Brasil prestado apoio à Comissão Nacional de Eleições de Guiné-Bissau, por meio de missão técnica do Tribunal Superior Eleitoral. Lembrou ter enviado também contribuição financeira para a organização das eleições e representantes para a Missão de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Reiterou o compromisso do governo brasileiro com a estabilidade, o desenvolvimento e a consolidação da paz na Guiné-Bissau, e renovou sua disposição de seguir aprofundando a cooperação em benefício daquele país.

Sanhá tomou posse em 8 de setembro. O Ministro Celso Amorim visitou Guiné-Bissau no mês seguinte. Fez-se acompanhar de representantes da EMBRAPA, da FIOCRUZ e da CAPES, bem como por empresários. Manteria encontros com o Presidente Malam Bacai, com o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Maria Adiatu Djaló Nandigna, e com o Ministro da Defesa, Artur Silva. Ademais, deveria participar do encerramento do Encontro de Cooperação Técnica e Empresarial Brasil – Guiné-Bissau.

Em 1º de abril de 2010, alguns militares prenderam e detiveram o Comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, Jose Zamora Induta, e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes. No mesmo dia, o governo brasileiro emitiu nota em que informou ter tomado conhecimento, com grande preocupação, dos acontecimentos daquela manhã. Exortou "as autoridades constituídas da Guiné-Bissau, as Forças Armadas e a sociedade a atuarem com moderação, de forma a equacionar os problemas político-institucionais do país dentro da ordem democrática, bem como a assegurar condições para consolidação dos avanços no processo de estabilização e de reformas internas", que contava "com amplo respaldo da comunidade internacional". Acrescentou a nota que o governo brasileiro seguiria acompanhando atentamente os desdobramentos da situação na Guiné-Bissau, em coordenação estreita com os demais membros da CPLP. Após protestos no país e no exterior, o Primeiro-Ministro Carlos Gomes foi liberado.

Em agosto de 2010, o Presidente Sanhá visitou o Brasil. No discurso que lhe dirigiu, o Presidente Lula observou que aquela era a sexta visita de um Presidente da Guiné-Bissau ao Brasil. Ressaltou que, no CSNU, o Brasil estava trabalhando para que o novo escritório da ONU pudesse, efetivamente, apoiar o fortalecimento das instituições guineenses e sublinhou que, em associação com aquela organização, estava construindo o Centro de Formação das Forças de Segurança. Informou que a Missão Técnico-Militar Brasileira apoiaria a reestruturação das Forças Armadas e contribuiria para o treinamento das tropas guineenses, ajudando

a transformá-las em efetivos agentes da paz e transformação social. Acrescentou que ia habilitá-las a desenvolver projetos de engenharia prioritários, como a reforma de quartéis, construção de pontes e cisternas de água, e também de perfuração de poços artesianos. Mencionou a associação criada entre a Agência Brasileira de Cooperação e o SENAI para montar o Centro de Formação Profissional em Bissau que estava formando carpinteiros, eletricistas, encanadores, pedreiros e costureiros. Notou que 150 ex-alunos já haviam ingressado no mercado de trabalho. Ressaltou que mais de 1.200 estudantes da Guiné-Bissau haviam se graduado no Brasil.

9.4.2.2. Cabo Verde

O Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, visitou o Brasil em junho de 2003. Em julho do ano seguinte, o Presidente Lula retribuiu a visita. Da nota do Itamaraty que anunciou a viagem, constou que estava prevista a inauguração de um telecentro doado pelo Brasil a Cabo Verde para viabilizar um programa de cooperação na área de governo eletrônico. Acrescentou que seriam também assinados acordos bilaterais nas áreas de serviços aéreos, capacitação de recursos humanos e cooperação técnica em tecnologia eletrônica. Durante a visita, num discurso em sessão solene da Assembleia Nacional, o Presidente Lula afirmou que, localizado a meio caminho entre o Brasil e a África, Cabo Verde era sócio indispensável para o aprofundamento das relações brasileiras com aquele continente.

Em janeiro de 2005, Celso Amorim visitou Cabo Verde. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Ministro do Exterior cabo-verdiano, Dr. Victor Manuel Barbosa Borges, constou que, no domínio da educação, os Ministros haviam se congratulado pela assinatura do documento bilateral que estabelecia o "Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência", fixando atividades de cooperação no sentido de apoiar o governo cabo-verdiano no esforço de criação da Universidade de Cabo Verde. Felicitaram-se, igualmente, pela assinatura do Ajuste Complementar ao "Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde, III Fase", que permitiria dar continuidade ao projeto em curso de alfabetização de jovens e adultos. Constou também que, no campo da educação profissional, os Ministros Victor Borges e Celso Amorim haviam se regozijado com o lançamento do projeto de estabelecimento, na Cidade da Praia, de um Centro de Formação Profissional e Promoção Social, iniciativa que contava com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI) do Brasil. O documento registrou ainda que, no domínio da saúde, os Ministros haviam celebrado o lançamento, pelo governo brasileiro, do "Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS – Fase II", que incluía Cabo Verde entre os países beneficiários, e pelo qual o Brasil desenvolveria ações que se enquadravam nas prioridades do governo cabo-verdiano naquele domínio e visavam a contribuir para o esforço da sua capacidade de implementação de políticas de prevenção, aconselhamento e tratamento universal de soropositivos.

Os contatos bilaterais se aprofundavam. Por nota de agosto de 2005, o Itamaraty informou que o Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves, faria visita de trabalho ao Brasil. Informou que a visita permitiria passar em revista diversos temas de cooperação bilateral, em especial a participação brasileira na instalação da Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país, e questões de interesse da CPLP. Do Comunicado Conjunto assinado durante a visita, constou que o Presidente Lula e o Presidente de Cabo Verde haviam se felicitado pela conexão aérea entre o arquipélago cabo-verdiano e o nordeste brasileiro, que vinham propiciando "intenso intercâmbio entre Cabo Verde e o Brasil, com efeitos multiplicadores nas áreas do comércio, das relações econômicas e empresariais, da cooperação educacional e cultural, entre outros setores, no quadro do estabelecimento de parcerias estratégicas entre os dois países".

O interesse cabo-verdiano pelo Brasil aumentava. Por nota de outubro de 2005, o Itamaraty informou que o Presidente daquele país, Pedro Pires, faria visita oficial ao Brasil. Acrescentou que a visita permitiria passar em revista temas de cooperação bilateral, em especial a participação brasileira na instalação da Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula afirmou que o governo e a sociedade brasileira estavam engajados no projeto de criação da primeira universidade pública de Cabo Verde. Acrescentou que também queriam cooperar na alfabetização e na capacitação técnica de jovens cabo-verdianos. Do Comunicado Conjunto da visita, constou que o Chefe de Estado brasileiro reiterara ao Chefe de Estado cabo-verdiano os benefícios inerentes à proposta de assinatura de um Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e Cabo Verde, que estabelecia o marco jurídico-institucional para a negociação de um futuro acordo de livre-comércio entre as duas partes.

Em 2007, Cabo Verde tornou-se o segundo país de menor desenvolvimento relativo a passar à categoria de país em desenvolvimento (o primeiro fora Botsuana). Em junho do ano seguinte, o Ministro dos

Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Victor Borges, visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty afirmou que esta serviria para reforçar o diálogo político entre os dois países. Notou que o Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, estivera quatro vezes no Brasil desde 2003. Acrescentou que Cabo Verde era o segundo país que mais recebia cooperação técnica do Brasil em todo o mundo, e o maior no continente africano. Concluiu com a informação de que o comércio bilateral aumentara de US$ 9 milhões, em 2003, para US$ 36 milhões, em 2007.

Em junho de 2008, o Ministro Celso Amorim incluiu Cabo Verde em novo périplo africano. Em Praia, a capital do país, entrevistar-se-ia com o Presidente Pedro Pires, com o Primeiro-Ministro José Maria Neves e com o Chanceler Victor Borges. Na ocasião, inauguraria o Centro de Estudos Brasileiros e o Centro de Formação Profissional de Praia, iniciativa conjunta da Agência Brasileira de Cooperação e do SENAI. Seriam assinados Memorando de Entendimento sobre consultas políticas e atos bilaterais para a implementação de novos projetos de cooperação.

O Ministro Celso Amorim retornou a Cabo Verde, em março de 2009, para participar de reunião ministerial extraordinária da CPLP, sobre a situação em Guiné-Bissau. No mês seguinte, recebeu a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, José Brito. Seria o terceiro encontro entre Chanceleres dos dois países nos dez meses anteriores. Durante a visita, deveria ser assinado Memorando de Entendimento para a aplicação em Cabo Verde do Programa de Incentivo à Formação Científica, iniciativa do MRE e da CAPES.

As visitas prosseguiam. Em outubro, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves realizou visita oficial ao Brasil. Segundo nota do Itamaraty, entre os temas a serem discutidos destacavam-se a negociação da dívida de Cabo Verde, a cooperação e o comércio bilateral. No discurso que pronunciou no almoço que ofereceu ao visitante, o Presidente Lula notou que aquela era a terceira visita do Presidente Pires ao Brasil, em apenas quatro anos. Afirmou que o governo e a sociedade brasileira estavam engajados no projeto de criação da primeira universidade pública de Cabo Verde. Expressou a intenção brasileira de também cooperar na alfabetização e na capacitação técnica de jovens cabo-verdianos. Anunciou a implementação de programas de formação de médicos cabo-verdianos e ajuda no combate à AIDS. Ressaltou a importância do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, na Casa Cor de Rosa, em Praia.

O Presidente Lula realizou mais uma visita a Cabo Verde, antes de terminar seu segundo mandato presidencial. Encontrou-se com o Presidente Pedro Pires e participou da primeira Cúpula entre o

Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Segundo nota do Itamaraty, em reunião bilateral, discutiria com o anfitrião, entre outros, temas comerciais e de cooperação bilateral, como as oportunidades de negócios que se abriam com a conclusão das negociações da dívida externa cabo-verdiana com o Brasil. Notou a chancelaria brasileira que o comércio bilateral crescera mais do que quatro vezes em cinco anos: tendo passado de US$ 8,9 milhões, em 2003, para mais de US$ 39 milhões, em 2008, sendo particularmente intenso o fluxo comercial com os estados de Ceará e Pernambuco.

9.4.2.3. Nigéria

O Chanceler Celso Amorim visitou Abuja em janeiro de 2005 e o Presidente Lula realizou visita de Estado à Nigéria em abril daquele mesmo ano. Do Comunicado Conjunto divulgado, constou que os Presidentes Obasanjo e Lula haviam observado com satisfação a intensificação da cooperação bilateral, conforme demonstrado pela assinatura do Acordo de Agricultura e com a perspectiva de assinatura com brevidade do Acordo sobre Confidencialidade, que daria início à execução do projeto de transferência da tecnologia brasileira para a produção de medicamentos antirretrovirais na Nigéria. Constou também que os dois Presidentes haviam identificado como áreas específicas para cooperação bilateral cultura, comércio, investimentos, agricultura, manufaturas, setor militar e energia. Naquele mês, com a transferência da capital da Nigéria de Lagos para Abuja, pelo Decreto nº 5.422, foi criado o Consulado Geral em Lagos.

O Presidente Obasanjo visitou o Brasil em setembro. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que a Nigéria era um dos mais importantes parceiros atlânticos do Brasil. Notou que a balança comercial bilateral montava a US$ 4 bilhões. Observou também a diversificação das respectivas pautas de exportação, em áreas como a agroindústria, serviços e hidrocarbonetos.

Do Comunicado Conjunto, constou que, durante a visita, os seguintes Acordos Bilaterais e Instrumentos de Cooperação haviam sido assinados por Ministros de ambos os lados, além do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Atividades Comerciais: Acordo sobre Serviços Aéreos; Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Acordo de Isenção de Vistos para Detentores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço; Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Produção e Processamento Agroindustrial

de Mandioca na Nigéria"; Acordo Complementar ao Acordo Básico sobre Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria"; e Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro.

Em discurso no mês de novembro, o Presidente Lula revelou que, quando da visita do Presidente da Nigéria em setembro, estava pendente um problema de uma dívida com o Brasil que era de US$ 30 milhões, mas que com juros e outros, já estava em mais de cem milhões de dólares, o que dificultava "qualquer negócio com a Nigéria". Narrou como conversara com o Presidente Obasanjo a quem explicou que o Brasil importava quase US$ 3,5 bilhões da Nigéria e exportava menos que US$ 500 milhões, sendo preciso equilibrar a balança comercial para que o Brasil não tivesse que procurar comprar petróleo de outros países, ao invés de comprar só da Nigéria. Falou-lhe da necessidade do pagamento da dívida para que não fossem dificultadas novas linhas de financiamento à Nigéria. Contou como foi aventada a ideia de transformar a dívida num crédito.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Oluyemi Adeniji, visitou o Brasil em junho de 2006. Ao anunciar a visita, o Itamaraty notou que o Brasil e a Nigéria tinham desenvolvido intensa agenda de cooperação, na qual estavam contemplados temas como agricultura, defesa e saúde, inclusive no que dizia respeito ao combate do vírus HIV/AIDS. Ressaltou que, desde fins de 2004, a balança comercial vinha registrando crescimento sustentado das exportações brasileiras da ordem de 40%. O Presidente Lula esteve na Nigéria em novembro para participar da Cúpula África–América do Sul (AFRAS).

Na eleição de 2007, Umaru Yar'Adua e Goodluck Jonathan, ambos do Partido Democrata Popular, foram eleitos respectivamente Presidente e Vice-Presidente, em eleições marcadas por denúncias de fraude por parte de outros candidatos e observadores internacionais. Umaru Yar'Adua visitou oficialmente o Brasil em julho daquele ano. O Itamaraty anunciou que, por ocasião da visita, deveriam ser assinados acordos nas áreas de energia, biotecnologia e esportes. Notou que a Nigéria era o principal parceiro comercial do Brasil na África, tendo o intercâmbio comercial em 2008 sido de US$ 8,2 bilhões. Concluiu, por fim, que o Brasil era o segundo maior importador de produtos nigerianos no mundo e a Nigéria o maior fornecedor de petróleo do Brasil. Em discurso dirigido ao visitante, o Presidente Lula lembrou que havia estado duas vezes na Nigéria e que recebera o ex-Presidente Obasanjo em 2005. Declarou que,

com a assinatura do Memorando de Entendimento e Energia, os dois países iam incrementar a cooperação. Expressou satisfação por saber que a produção da PETROBRAS na Nigéria já era a segunda mais importante da empresa no exterior, devendo tornar-se a primeira ainda naquele ano. Notou que o petróleo extraído pela PETROBRAS em território nigeriano poderia chegar a 400 mil barris diários. Do Comunicado Conjunto, constou ter sido acertado que os dois governos fariam todos os esforços para a abertura, no mais breve prazo, de uma conexão aérea direta entre Brasil e Nigéria. Constou também a assinatura de novos acordos nas áreas de energia, esportes e biotecnologia.

Em setembro de 2009, visitou o Brasil uma delegação ministerial nigeriana chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chief Ojo Maduekwe, e composta pelos Ministros do Petróleo e da Energia, além de cinco altos oficiais das Forças Armadas. Segundo nota do Itamaraty, a visita tinha por objetivo dar seguimento às conversações mantidas entre os Presidentes Lula e Umaru Musa Yar'Adua a respeito da cooperação bilateral no setor de energia.

Em 23 de novembro, Yar'Adua deixou o país para tratamento médico. Em janeiro de 2010, o Tribunal Superior do país deu prazo de 14 dias para que os Ministros federais decidissem se Yar'Adua estava incapacitado para exercer as funções de seu cargo, devendo ouvir o depoimento de cinco médicos, entre os quais o seu médico pessoal. Em fevereiro, o Senado decidiu que a Presidência fosse transferida para o Vice-Presidente Goodluck Jonathan. Yar'Adua faleceu em maio.

9.4.2.4. Costa do Marfim

Em janeiro de 2003, o Presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, assinou com líderes rebeldes um acordo para a criação de um governo de unidade nacional. Apesar desse entendimento, a situação não se tranquilizou. Em março de 2004, foram mortas 120 pessoas que participavam de um protesto. O país estava dividido entre o Presidente Laurent Gbagbo e o líder rebelde Guillaume Soro, numa situação de quase guerra civil. A economia se deteriorara em comparação com anos anteriores. A dívida externa aumentara e distúrbios civis ocorriam diariamente. Os mantenedores de paz da ONU foram deslocados para uma zona neutra.

O mandato presidencial de Gbagbo, que venceu em outubro de 2005, foi prorrogado em razão do não desarmamento dos rebeldes o que

impossibilitaria a realização de eleições. A prorrogação até outubro de 2006 teve o endosso da União Africana e do CSNU, assim como sua não extensão por mais um ano. Em março de 2007, novo acordo de paz foi assinado entre o governo e os rebeldes e o líder destes, Guillaume Soro, tornou-se o Primeiro-Ministro. O governo brasileiro expressou, em 16 de março, satisfação pela notícia da assinatura do acordo que representou, na visão brasileira, "passo importante no processo de paz na Costa do Marfim". O Brasil cumprimentou o Presidente Gbagbo e o líder Soro pela determinação em buscar um acordo e também o Presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré, por seus esforços em favor de uma solução definitiva e duradoura da crise marfinense. Por fim, manifestou sua disposição de contribuir com iniciativas da comunidade internacional e das partes interessadas visando à implementação das medidas previstas no Acordo de Ouagadougou.

Em novembro, o acordo de paz deixou de vigorar quando rebeldes se recusaram a se desarmar, tendo o governo determinado ataques aéreos contra eles. Um dos ataques atingiu soldados franceses membros das forças de paz. Em reação, forças francesas atacaram um aeroporto, destruindo todos os aviões da força aérea do país. Seguiram-se protestos e violência entre franceses e marfinenses. Milhares de estrangeiros, especialmente franceses, deixaram as cidades principais. Por nota do dia 14, o Itamaraty informou que cidadãos brasileiros residentes em Abidjan haviam contatado a Embaixada do Brasil para manifestar a vontade de retornar ao país. Acrescentou que, para efetuar o resgate desses cidadãos, o governo brasileiro decidira enviar à Costa do Marfim uma aeronave da FAB. Além dos brasileiros, a aeronave deveria igualmente resgatar cidadãos argentinos, a pedido do governo da Argentina. Na mesma missão, seriam enviados para Abidjan 13 militares brasileiros de operações especiais, para garantir a segurança da Embaixada do Brasil.

As eleições presidenciais foram finalmente realizadas em novembro de 2010. Os resultados iniciais indicaram ter Gbagbo perdido para seu ex-Primeiro-Ministro Alassane Ouattara. O partido governamental discordou do resultado e apresentou recurso ao Conselho Constitucional, alegando fraudes na região norte, o que foi negado por observadores internacionais. Os membros do Conselho Constitucional, que haviam sido nomeados por Gbagbo, consideraram ter havido fraude e ter a eleição sido vencida por este com 51% dos votos. Seguiram-se conflitos e milhares de pessoas deixaram o país. A União Africana enviou o ex-Presidente da África do Sul na qualidade de mediador. O CSNU aprovou uma resolução em que, tomando por base o entendimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

(CEDEAO), reconheceu ter Ouattara vencido as eleições. O Brasil conclamou os líderes políticos no país a respeitarem os resultados das eleições e a atenderem aos apelos expressos no Comunicado Final da Reunião Extraordinária da Autoridade de Chefes de Estado e de governo da CEDEAO.

Por nota de 10 de dezembro, o governo brasileiro informou que acompanhava com preocupação aqueles acontecimentos. Conclamou os líderes políticos no país a respeitarem os resultados das eleições e a atenderem aos apelos da CEDEAO; às declarações do Presidente de turno da União Africana, Bingu Wa Mutharika; do Conselho de Paz e Segurança da União Africana; e à declaração dos Presidentes do CSNU e do SGNU. Exortou as partes a agirem com moderação e a encontrarem uma solução para o impasse por meios pacíficos, em consonância com o espírito do Acordo Político de Uagadougou, de modo a alcançar um rápido restabelecimento da normalidade democrática e constitucional do país.

9.4.2.5. Senegal

O Chanceler senegalês Cheikh Tidiane Gadio visitou o Brasil em maio de 2005, sendo recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou mensagem do Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade. Dez dias depois, o Ministro Celso Amorim retribuiu-lhe a visita e assinou em Dacar um Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no domínio do controle biológico do gafanhoto.

O Presidente Lula visitou o Senegal em abril daquele ano. Do Comunicado Conjunto, constou que o Presidente Wade expressara gratidão ao Presidente Lula pelo apoio do Brasil na luta contra o gafanhoto, que se traduziu na doação de um avião pulverizador, na formação e no treinamento de nove profissionais senegaleses: quatro mecânicos, três pilotos e dois agrônomos. Constou também que as duas Partes haviam procedido à assinatura do Memorando de Entendimento sobre Telecomunicações entre a Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil e a Agência de Regulação das Telecomunicações do Senegal. No domínio agrícola, o Presidente brasileiro comprometeu-se a ampliar a cooperação técnica bilateral, colocando à disposição do Senegal a experiência brasileira em matéria de produção de biodiesel, entre outros.

Por nota de junho, o Itamaraty informou que a Comissão Mista bilateral se reuniria naquele mês. Informou que, na ocasião, seria assinado Protocolo de Intenções no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos

Humanos e da Inclusão Social; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde; Memorando de Entendimento na Área de Segurança Alimentar; e Acordo sobre exercício de atividades profissionais para os cônjuges de diplomatas. Informou ainda que, durante a VI Reunião, teriam continuidade as negociações para a Assinatura de Acordo sobre cooperação em agricultura entre a EMBRAPA e o Instituto Senegalês de Pesquisas Agrícolas (ISRA), e para o estabelecimento de cooperação em matéria de pecuária, nos aspectos de transferência de tecnologia e capacitação; pesquisa zootécnica e veterinária; e estímulo ao intercâmbio de experiências entre criadores senegaleses e brasileiros.

O Brasil e o Senegal assinaram na cidade de Dacar, em 28 de abril de 2006, Minuta de Acordo Sobre Serviços Aéreos. Negociações entre a empresa brasileira TAF Linhas Aéreas S/A, sediada no Ceará, e as contrapartes senegalesas estavam em andamento, com vistas ao estabelecimento de linha direta entre Fortaleza e Dacar.

O Presidente Abdoulaye Wade visitou o Brasil em maio de 2007 e novamente em maio de 2009. Esta última seria sua terceira viagem ao país. Em encontro bilateral com o Presidente Lula tratou, entre outras questões, da promoção do comércio bilateral, da cooperação técnica prestada pelo Brasil nas áreas de saúde e agricultura, e da situação da África Ocidental, em particular em Guiné-Bissau.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Madické Niang, visitou o Brasil em maio de 2010. Por ocasião da visita, seria assinado Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois países.

9.4.2.6. Gana

Em agosto de 2004, por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, o Ministro das Relações Exteriores de Gana, Nana Akufo-Addo, visitou o Brasil. Ao anunciar sua vinda, o Itamaraty ressaltou que o país vinha desenvolvendo com Gana um trabalho de intensificação das relações bilaterais. Notou que, em cerca de um ano, Gana convertera-se no quarto maior importador de produtos brasileiros na África Subsaariana, atrás apenas da África do Sul, da Nigéria e de Angola. Observou que a balança de comércio entre o Brasil e Gana passara de cerca de US$ 30 milhões, em 2002, para aproximadamente US$ 105 milhões, em 2003.

O Presidente Lula visitou Gana em abril de 2005. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Presidente John Agyekum Kufuor, constou, no plano bilateral, que ambos haviam reafirmado seu empenho em fortalecer

a cooperação técnica, especialmente na agricultura. Haviam destacado a programa de cooperação trilateral na área de desenvolvimento da cultura da mandioca, conduzido com o Japão. De sua parte, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia expressado sua confiança no potencial de cooperação entre Brasil e Gana em matéria de produção e processamento de sal.

Em julho de 2006, em discurso por ocasião da visita do Presidente Kufuor, o Presidente Lula anunciou que o Brasil decidira estabelecer, em Acra, o primeiro escritório na África da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA. Ressaltou que Gana era um dos principais destinos para exportações brasileiras na África, tendo crescido 30% no ano anterior.

O Presidente Lula visitou o país em abril de 2008. Em discurso durante cerimônia de descerramento de placa alusiva à visita às instalações do escritório regional da EMBRAPA na África, dirigindo-se ao Presidente Kufuor, esclareceu que a escolha de Gana para sediar aquela instituição refletia a presença estratégica que ocupava no continente africano e espelhava também a confiança que o Brasil nele depositava como modelo do potencial de cooperação solidária entre países em desenvolvimento.

O Vice-Presidente de Gana, Alhaji Aliu Mahama, visitou o Brasil em junho de 2008. Ao recebê-lo, o Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva reforçou "o compromisso do governo brasileiro em apoiar programas indispensáveis ao desenvolvimento de Gana". Mencionou os esforços brasileiros para a viabilização de projetos, tais como a construção de usinas hidrelétricas, a central térmica em Shama, a planta de etanol em Makango e o depósito de combustíveis no porto de Tema. Referiu-se às perspectivas de cooperação em matéria de petróleo. Notou também perspectivas de avanço na cooperação no cultivo de caju e na intensificação de trocas comerciais de gêneros alimentícios e de maquinário agrícola.

Em 2009, as trocas comerciais entre Brasil e Gana atingiram US$ 197 milhões.

9.4.2.7. Libéria

Em 2003, dois grupos que se opunham ao governo de Charles Taylor haviam conseguido controlar quase dois terços do país. Em junho, um dos grupos assediou e atacou a capital, Monróvia. No dia 24 de julho, o governo brasileiro emitiu nota em que lamentou profundamente

a retomada das hostilidades na Libéria e afirmou acompanhar com consternação o recrudescimento do conflito no país, que tinha causado grande número de mortos e feridos na população civil, assim como deslocamentos em massa. Acrescentou que, ciente dos esforços envidados pela comunidade internacional na busca de uma solução negociada para o conflito, o governo brasileiro associava-se às manifestações do SGNU que consideravam inaceitáveis as tentativas de resolver o conflito pela força e solicitava às partes envolvidas um imediato cessar-fogo, assim como a pronta conclusão de um acordo negociado sob os auspícios da Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (CEDEAO). Encorajou todos os esforços diplomáticos desenvolvidos no âmbito da União Africana e dos organismos regionais africanos para pôr fim aos conflitos armados no continente. Ao expressar sua inconformidade com as gravíssimas consequências humanitárias decorrentes da deterioração da situação na Libéria e seu apoio a uma solução negociada para o conflito, o governo brasileiro apelou a todas as partes em condições de fazê-lo a atuarem de modo a livrar a população liberiana do flagelo da guerra que vinha se abatendo sobre o país.

No dia 1º de agosto, o CSNU adotou a resolução 1.497 que autorizou o estabelecimento de uma força multinacional na Libéria. Diante da possibilidade de ser julgado por crime de guerra, Charles Taylor renunciou no dia 11 e partiu para exílio na Nigéria. Foi substituído pelo Vice-Presidente Moses Blah. Por nota de 12 de agosto, o governo brasileiro declarou que acolhia com satisfação a Resolução 1.497. Reiterou sua consternação diante do número de mortos e feridos e dos deslocamentos em massa na Libéria, ao longo dos meses anteriores. Expressou com otimismo os acontecimentos políticos no país, que abriam caminho para uma retomada das negociações. Por fim, manifestou a esperança brasileira de que se pudesse alcançar solução pacífica e definitiva para a crise liberiana, e encorajou todas as partes em conflito a observar o cessar-fogo e a permitir que a assistência humanitária alcançasse a população, com o objetivo de pôr fim ao sofrimento do povo da Libéria.

O Brasil assinou Acordo de Cooperação Técnica com a Libéria em 2009. Em fevereiro do ano seguinte, a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Olubanke King Akerele, realizou visita ao Brasil. Tratou-se da primeira visita de um Chanceler da Libéria ao Brasil. Daria início à preparação da visita ao Brasil da Presidente Ellen-Johnson Sirleaf.

Em abril, a Presidente Ellen Johnson-Sirleaf visitou o Brasil acompanhada dos Ministros de Negócios Estrangeiros; Agricultura; Terras, Minas e Energia; Comércio; Assuntos Econômicos e Legais. Em

discurso à visitante, o Presidente Lula notou que tratava-se da primeira visita de um Chefe de Estado da Libéria ao Brasil. Ressaltou o intercâmbio de equipes técnicas nas áreas de fortalecimento institucional e de saúde. Foram assinados os seguintes atos durante a visita: Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; Acordo sobre Cooperação Educacional; Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista; Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas; Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva; e Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Minas e Energia.

9.4.2.8. Gâmbia

O Presidente de Gâmbia, Yahya Jammeh, em agosto de 2005, visitou o Brasil. Ao recebê-lo, o Presidente Lula salientou a importância da assinatura, na ocasião, de acordo que estabeleceu uma Comissão Mista e de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica. Colocou à disposição da Gâmbia a capacitação brasileira "em lidar com os problemas de urbanização". Afirmou que o intercâmbio na área educativa oferecia outra oportunidade de cooperação. Do Comunicado Conjunto, constou que, no âmbito da visita, fora firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica e Acordo de Criação da Comissão Mista Brasil – Gâmbia.

9.4.2.9. Burkina Faso

O Presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré, realizou visita de trabalho ao Brasil em setembro de 2003. Ao anunciar a visita, nota do Itamaraty ressaltou tratar-se da primeira visita presidencial entre os dois países desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1975. Informou que, no âmbito comercial, deveriam ser analisados, durante os encontros com o Ministro Celso Amorim, mecanismos de estímulo ao comércio bilateral, campo em que, segundo a nota, o Brasil podia oferecer significativa gama de bens de consumo imediato, além de serviços de alta qualidade em matéria de engenharia de infraestrutura, mineração e transportes. Acrescentou que, em matéria de cooperação, deveria ser examinada a possibilidade de oferecimento de vagas para alunos de Burkina Faso em escolas técnicas e universidades brasileiras.

Também seria discutido o programa brasileiro de combate ao HIV/ AIDS, bem como mecanismos de cooperação no campo de fabricação de medicamentos genéricos.

Por nota de 29 de agosto de 2005, o Itamaraty informou que o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Burkina Faso, Youssouf Ouedraogo, visitaria o Brasil. Anunciou que, durante a visita ministerial, deveria ser assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, tendo o país manifestado interesse, também, em incrementar as relações comerciais com o Brasil nas áreas de produtos agroalimentares, engenharia pesada e material médico-hospitalar.

Por Decreto nº 6.237, de 11 de outubro de 2007, foi criada a Embaixada do Brasil na República de Burkina Faso, com sede em Uagadugu. Quatro dias depois, o Presidente Lula visitou Burkina Faso. Em declaração, após encontro com o Presidente Blaise Compaoré, o Presidente brasileiro ressaltou a relevância do protocolo firmado em matéria de cultivo de algodão; na área da saúde, a cooperação em vigilância epidemiológica, medicina tradicional, sistemas de saúde e saúde infantil. Do Comunicado Conjunto, constou que haviam sido assinados Protocolos de Entendimento nas áreas de saúde, agricultura, pecuária e esportes e que os Presidentes haviam acordado também a criação de uma Comissão Mista de Cooperação Brasil–Burkina Faso.

Em janeiro de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Burkina Faso visitou o Brasil. Segundo nota do Itamaraty, entre os assuntos a serem examinados com o Ministro Celso Amorim, destacavam-se a abertura recíproca de embaixadas e a implementação de protocolos de cooperação nas áreas de produção de cana-de-açúcar, cotonicultura, sojicultura, pecuária, saúde e esportes.

9.4.2.10. Benin

Rogatien Biaou, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Africana da República do Benin, efetuou visita oficial ao Brasil, de 10 a 12 de agosto de 2005. Do Comunicado Conjunto**,** constou que as conversações mantidas durante a visita haviam permitido explorar os meios e modos de dinamizar a cooperação entre o Brasil e o Benin, em particular nos campos da saúde, da agricultura, dos esportes, do meio ambiente, da cultura, do turismo e da formação profissional.

Por Decreto nº 5.604, de 6 de dezembro 2005, foi criada a Embaixada do Brasil na República do Benin, com sede em Cotonou. Quando visitou o Benin, em fevereiro do ano seguinte, o Presidente Lula anunciou que o

Brasil decidira abrir a sua embaixada naquele país. Afirmou que o Brasil tinha muito para ajudar o povo africano em saúde, agricultura, educação. Do Comunicado Conjunto que assinou com o General Mathieu Kérékou, Presidente do Benin, constou que, no plano bilateral, haviam os dois Presidentes concordado em intensificar as relações de cooperação entre o Brasil e o Benin em particular nos campos da agricultura, da saúde, dos esportes, da cultura, do turismo, da energia da formação profissional e do comércio. Foram assinados, durante a visita, os seguintes instrumentos de cooperação: Memorando de Entendimento na Área de Esportes; Protocolo de Intenções na Área da Cotonicultura; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica para Prevenção e Tratamento da malária. Anunciaram a decisão de abrir Embaixadas residentes respectivamente em Brasília e em Cotonou, no curso de 2006.

Em entrevista no dia 13 de fevereiro, ao retornar de nova viagem à África, o Presidente Lula afirmou que o Benin o emocionara demais porque visitara o Portal do Não Retorno, por onde os escravos saíam para vir para o Brasil; e também visitara o mesmo lugar por onde eles retornaram, já depois do fim da escravidão no Brasil. Ressaltou os acordos na área do esporte e na área da saúde, sobretudo na área da saúde, para cuidar da AIDS.

Em 2006, o Brasil abriu embaixada em Cotonou.

9.4.2.11. Guiné

Por Decreto nº 5.770, de 8 de maio de 2006, foi criada a Embaixada do Brasil na República da Guiné, com sede em Conacri. Em 2008, o Brasil implementou a decisão.

9.4.2.12. Mali

Por Decreto nº 6.238, de 11 de outubro de 2007, foi criada a Embaixada do Brasil na República do Mali, com sede em Bamako. Em 2008, o Brasil abriu aquele novo posto diplomático.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Moctar Ouane, visitou o Brasil em agosto de 2009. Com o Ministro Amorim assinaria Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas e Acordo sobre Isenção de Visto para Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Ainda no Itamaraty,

o Ministro do Mali teria encontros para tratar de cooperação em agricultura e energia. No dia 14, o Ministro Ouane seria recebido pelo Diretor-Presidente da EMBRAPA, Pedro Antonio Arraes Pereira, pois fora instalada no Mali fazenda-modelo de produção de algodão.

Celso Amorim visitou o Mali em outubro de 2009. Além de encontros com o Presidente Amadou Toumani Touré, com o Primeiro-Ministro, Modibo Sidibé, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Moctar Ouane, o Ministro Celso Amorim participaria da abertura de seminário empresarial bilateral. Deveriam ser assinados ajuste complementar na área de rizicultura e acordo sobre atividades remuneradas de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Ainda no Mali, o Ministro Amorim visitaria a fazenda-modelo de produção de algodão que previa o treinamento de cerca de 150 pesquisadores e profissionais do Mali, Burkina Faso, Benin e Chade, numa primeira fase, e de outros países africanos interessados, num segundo momento.

O Presidente da República do Mali, Amadou Toumani Touré, realizou visita ao Brasil em abril de 2010. Em discurso durante almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula referiu-se ao projeto da Fazenda Modelo de Sotuba como sendo uma experiência pioneira de fomento à capacidade produtiva do Mali, mas que beneficiaria também agricultores de Burkina Faso, Benin e Chade.

9.4.2.13. Mauritânia

Em outubro, pelo Decreto nº 6.236, foi criada a Embaixada do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, com sede em Nouackchott.

Em agosto de 2008, o Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi e o Primeiro-Ministro Yahya Ould Ahmed Waghf foram presos por oficiais militares e mantidos em prisão domiciliar no palácio presidencial. Por nota do dia 6, o Itamaraty informou que o governo brasileiro tomara "conhecimento, com preocupação, da deposição (do Presidente Abdallahi), por militares".

9.4.2.14. Serra Leoa

Em abril de 2007, os Presidentes Lula e Ernest Bai Koroma mantiveram encontro em Gana à margem da XII UNCTAD. Em decorrência de tal reunião, a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Zainab Bangura, e o Ministro de Comércio e Indústria de Serra Leoa, Alimamy Koroma, realizaram, no mês

seguinte, visita ao Brasil com o objetivo, entre outros, de preparar a vinda do Presidente Koroma ao Brasil. Seria assinado Acordo de Cooperação Técnica que serviria de base para futuros projetos de cooperação agrícola brasileira em culturas como as de arroz, castanha de caju e mandioca.

O Presidente Koroma visitou o Brasil em agosto de 2009. Seriam firmados acordos para cooperação cultural, isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, criação de mecanismo de consultas políticas e estabelecimento de uma comissão mista bilateral. Em discurso que lhe dirigiu, o Presidente Lula salientou que se tratava da primeira visita de um Chefe de Estado de Serra Leoa ao Brasil. Do Comunicado Conjunto, constou que os dois Presidentes haviam acordado, durante a visita, que a parte brasileira enviaria a Serra Leoa missão sob a coordenação dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com participação de representantes dos Ministérios de Minas e Energia e da Saúde, da Eletrobrás, da EMBRAPA e de outros setores de relevância para a relação bilateral. Constou ainda que os Presidentes haviam reiterado a intenção de estabelecer Embaixadas residentes.

De fato, pelo Decreto n° 7.076, de 26 de janeiro de 2010, foi criada a Embaixada do Brasil em Freetown, na República de Serra Leoa.

9.4.2.15. Togo

Em dezembro daquele ano, pelo Decreto nº 5.633, foi criada a Embaixada do Brasil na República do Togo, com sede em Lomé.

O Ministro Celso Amorim realizou visita ao Togo em outubro de 2009. Teve encontros com o Presidente Faure Gnassingbé, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Regional, Kofi Esaw, e com o Ministro da Cooperação do Desenvolvimento e da Ordenação Territorial, Gilbert Bawara. Na ocasião foram assinados ajuste complementar para apoio à formação profissional e tecnológica no Togo, em especial nas áreas de formação pedagógica e mecânica de automóveis, e projeto de apoio institucional ao "*Institut Togolais de Recherche Agronomique (ITRA*)".

9.4.2.16. República do Níger

Em novembro de 2004, realizaram-se eleições presidenciais e legislativas na República do Níger. Mamadou Tandja foi reeleito para mais um mandato de cinco anos com 65% dos votos.

Em fevereiro de 2010, Tandja foi deposto por um golpe militar. Por nota do dia 19, o governo brasileiro informou que acompanhava com preocupação os acontecimentos ocorridos. Informou que o Brasil se associava às manifestações de repúdio à quebra da normalidade democrática já externadas pela União Africana e pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Exortou as autoridades e a sociedade nigerenses a manterem a serenidade e a atuarem com moderação, de forma a preservar o quadro político-institucional e a restabelecer a ordem constitucional e democrática no país.

9.4.3. África Central

Dos países da África Central, tal como em outras regiões africanas, o relacionamento mais importante para o Brasil seria aquele com os países de expressão portuguesa, isto é, com os governos em Luanda e de São Tomé.

9.4.3.1. Angola

Ao retornar de viagem à África, em maio de 2003, Celso Amorim informou que estivera em Angola, com 20 ou 30 empresários brasileiros. Ressaltou que vários destes haviam mencionado a necessidade de uma agência bancária brasileira e de voos diretos de uma linha aérea brasileira; e, eventualmente, financiamento. Notou que, após décadas de uma sangrenta guerra civil que devastara o país, Angola vivia um novo capítulo de paz e reconciliação nacional. Observou que Angola passava por um processo de reconstrução de infraestrutura, em que a participação de sócios estrangeiros era vista como essencial.

As oportunidades comerciais seriam novamente ressaltadas por Celso Amorim em outubro. Afirmou que Angola era um país muito rico. Notou que o Brasil já tinha uma presença tradicional na área de petróleo e queria mantê-la e desenvolvê-la, se fosse possível. Registrou também participação expressiva na área da construção civil, lembrando que empresas brasileiras haviam tido importante papel na construção de barragens, principalmente, e na mineração de diamantes, e expressou opinião de que deviam diversificar essa presença. Observou que muitas empresas brasileiras, de pequeno e médio porte, já estavam estabelecidas. Informou ter encontrado brasileiros trabalhando com transporte coletivo e até nos ramos de alimentação. Sublinhou que outra área em que os

angolanos precisavam muito de ajuda era a agrícola, pois as plantações haviam sido completamente devastadas durante a guerra civil. Destacou a necessidade da presença de um banco brasileiro em Angola como elemento importante para facilitar a transferência de capitais para os pequenos e médios empresários. Expressou o desejo de que o Banco do Brasil pudesse estabelecer uma agência em Angola. Concluiu dizendo que, para o Brasil, Angola era um parceiro de grandes potencialidades, um país importante na África, não só pela riqueza natural, mas pela sua diversidade cultural. Recordou que Angola influenciara fortemente a cultura brasileira. Disse que era um parceiro extremamente valioso, além de ser vizinho direto, pois estava diretamente do outro lado do Atlântico. Sublinhou que era um país rico em petróleo, em diamantes e que tinha grande interesse cultural pelo Brasil. Lembrou, por fim, que onde quer que se fosse, mesmo em lugares públicos, via-se televisões transmitindo programas brasileiros.

O Presidente Lula visitou Angola em novembro. Em discurso por ocasião da abertura da reunião ministerial, felicitou o Presidente José Eduardo dos Santos pela paz no país, o que permitiria consolidar e aprofundar a cooperação bilateral. Notou que Angola era então o principal beneficiário dos programas de cooperação técnica brasileiros. Observou que era ainda o destino de parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de contar com sistema de crédito por parte do governo brasileiro. Declarou que, por isso, as relações bilaterais se inscreviam em um contexto de afinidades espontâneas e solidariedade recíproca. Concluiu que tais circunstâncias explicavam por que Angola era, desde sua independência, uma prioridade da diplomacia brasileira. Mencionou cooperação em áreas como agricultura, educação e formação profissional, entre outros. Ressaltou que, na área agrícola, a EMBRAPA apoiaria o projeto de fortalecimento dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola. Referiu-se também a projetos em matéria de extensão rural e agricultura familiar. Na área de saúde, expressou desejo de trabalhar em matéria de imunizações e malária e de continuar a apoiar Angola no combate à devastadora epidemia da AIDS. Manifestou grande expectativa em torno da execução do acordo, assinado pouco mais de um ano antes, relativo ao apoio brasileiro à reestruturação do programa de ensino básico e médio em Angola. Sublinhou a relevância de documentos subscritos, entre os quais, o Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente e um Programa de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica. No setor petrolífero, informou que se contemplava a participação da PETROBRAS e da Agência Nacional do Petróleo em projetos de cooperação técnica, como o levantamento de dados em bacias terrestres de produção. Citou

também, como exemplo, um acordo a ser assinado entre o Ministério da Juventude e Desportos de Angola e o Ministério do Esporte do Brasil, projetos de apoio ao Instituto de Formação de Quadros de Administração Local (IFAL) de Angola, bem como a cooperação para a modernização do Estado.

Ao final da visita, foi emitido comunicado do qual constou que Lula e José Eduardo dos Santos haviam se regozijado com o nível da cooperação financeira existente e haviam encorajado os operadores econômicos dos respectivos países a encontrarem formas para o estabelecimento de parcerias por forma a rentabilizar as oportunidades que se ofereciam neste domínio. Destacaram, no âmbito da cooperação bilateral, a construção da barragem hidroelétrica de Capanda como um exemplo de cooperação com vantagens mútuas.

Em abril de 2005, o Chanceler de Angola, João Bernardo de Miranda, realizaria visita a Brasília para copresidir, com o Ministro Celso Amorim, a VI Sessão da Comissão Mista Brasil–Angola. Ao anunciar a vinda, nota do Itamaraty informou que os dois Ministros manteriam encontro privado antes do início da Comissão Mista, com o objetivo de examinar aspectos do relacionamento bilateral, bem como questões regionais e internacionais de interesse recíproco. Acrescentou que durante a reunião da Comissão Mista, seriam tratadas as possibilidades de aumentar a cooperação entre ambos os países em temas como agricultura, formação profissional, educação, administração pública, esporte, ciência e tecnologia, cultura, pesca, geologia e minas, estatísticas do trabalho, administração pública e cooperação judiciária, entre outros. Disse que o evento precederia a visita oficial que o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, faria ao Brasil, em retribuição à visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola. Informou, por fim, que também em preparação à visita do Presidente angolano, seria realizado no Rio de Janeiro, seminário empresarial organizado pela Câmara de Comércio Brasil–Angola, com apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Itamaraty.

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, visitou o Brasil em 3 de maio de 2005. Em discurso durante cerimônia de assinatura de atos, o Presidente Lula ressaltou que os dois países estavam explorando novas possibilidades de cooperação em matéria de ciência e tecnologia, educação, administração pública, formação profissional, agricultura, meio ambiente e pesca. Para o presidente, alguns resultados já estavam à vista nos acordos que foram assinados nas áreas jurídica, e de geologia e mineração. Anunciou que o Brasil estava aumentando significativamente suas linhas de crédito para exportações de bens e serviços brasileiros

para Angola que passaria a dispor, a partir de recursos "à altura de suas enormes demandas da reconstrução nacional". Declarou que com os novos recursos Angola poderia dobrar a capacidade da hidrelétrica de Capanda.

Do Comunicado Conjunto assinado, constou terem sido assinados durante a visita os seguintes acordos bilaterais: Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal; Acordo sobre Extradição; Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica nas áreas de Geologia, Mineração e Tecnologia Mineral; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária; e Protocolo de Entendimentos sobre a Concessão de Créditos ao governo Angolano no valor de US$ 580 milhões.

O Presidente Lula visitou Angola em outubro de 2007. Em discurso na Sessão Solene de Abertura do Encontro Bilateral com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, o mandatário brasileiro notou que, desde sua visita anterior, o comércio bilateral aumentara quase cinco vezes, com exportações angolanas anuais de US$ 460 milhões. Notou que Angola era o terceiro maior fornecedor africano do Brasil e quarto maior importador de produtos brasileiros na África. Ressaltou que a PETROBRAS triplicara o número de blocos em que estava explorando petróleo em Angola. Observou também que os investimentos angolanos também estavam presentes no Brasil, uma vez que a Somoil vencera disputa para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, na Bahia, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização. Sublinhou também a abertura de um Consulado Geral angolano, em São Paulo, em abril daquele ano.

Em setembro de 2008, realizaram-se eleições legislativas em Angola. Na ocasião, o Itamaraty emitiu nota em que as considerou importante etapa no processo de consolidação da democracia naquele país. Notou que dois representantes brasileiros haviam participado da Missão de Observação Eleitoral da CPLP. Registrou "com satisfação o esforço do governo de Angola de assegurar a realização de processo eleitoral no espírito do compromisso dos países-membros da CPLP com a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e a justiça social". Expressou a confiança do governo brasileiro em que a apuração dos votos transcorreria dentro da normalidade e contribuiria "para o continuado fortalecimento das instituições democráticas, necessárias para a consolidação da paz e do desenvolvimento angolano".

Angola era, no início de 2010, o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana. Em junho daquele ano, o Presidente José Eduardo dos Santos retornou ao Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, durante sua realização, seriam assinados dez atos bilaterais, entre os quais, a Declaração Conjunta de Parceria Estratégica entre o Brasil e Angola, o Acordo de Cooperação em Defesa e os Acordos de Cooperação em Ensino Superior e Não Superior. Naquele momento, Angola era um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. Notou que, em 2009, a corrente de comércio bilateral somara US$ 1,47 bilhão, dos quais US$ 1,33 bilhão em exportações brasileiras. Acrescentou que o Brasil disponibilizara US$ 2,5 bilhões em linhas de crédito para financiamento à exportação de bens e serviços para Angola no âmbito do Fundo de Garantia de Exportações, o que fazia de Angola o maior beneficiário daquela modalidade de crédito.

Em discurso ao visitante, o Presidente Lula notou que a economia angolana crescera em ritmo acelerado, o que permitira dobrar o seu PIB nos sete anos anteriores. Ressaltou que o intercâmbio bilateral elevara-se, entre 2002 e 2008, mais de 20 vezes, passando de US$ 211 milhões a US$ 4,2 bilhões, o que fazia de Angola um dos principais parceiros do Brasil na África. Foi assinada uma Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre os dois países. Ele tinha como objetivo estimular "a concertação nos assuntos bilaterais e internacionais, a diversificação das áreas e dos meios de cooperação, o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental, a troca de conhecimentos científicos e tecnológicos".

O Ministro Celso Amorim receberia, no dia 31 de dezembro de 2010, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Rebelo Chikoti. De nota do Itamaraty, constou que os dois países mantinham diversos programas de cooperação técnica e que Angola estava entre os três maiores parceiros comerciais do Brasil na África, sendo o maior beneficiário, naquele continente, de linhas de crédito brasileiras.

9.4.3.2. São Tomé e Príncipe

Por decreto de 18 de março de 2003, foi criada a embaixada na República de São Tomé e Príncipe. Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que, dentre os estados-membros da CPLP, São Tomé e Príncipe era o único onde o Brasil ainda não contava com uma missão diplomática residente, tendo sido a cumulatividade exercida, até então, pela embaixada

em Libreville, República do Gabão. Recordou os programas de cooperação bilateral já em andamento no domínio da educação (alfabetização de adultos), agricultura e saúde. Afirmou que as perspectivas de natureza econômico-comercial também eram "estimulantes".

9.4.3.2.1. Golpe militar (julho de 2003)

Um golpe militar ocorreria em 16 de julho, enquanto o Presidente Fradique Melo de Menezes estava na Nigéria. Foi liderado por Fernando Pereira que alegava corrupção e divisão injusta da futura receita de petróleo. Por nota, o governo brasileiro condenou e repudiou firmemente o golpe. Ressaltou que o Brasil, na sua condição de Presidente da CPLP, buscaria, com os governos dos demais países da Comunidade, contribuir para o pronto restabelecimento da ordem democrática em São Tomé e Príncipe.

O Comitê de Concertação Permanente da CPLP condenou, no mesmo dia, "com firmeza a sublevação militar" e rejeitou "a assunção do poder" que não respeitava os princípios constitucionais vigentes naquele país, acrescentando que "a alternância no poder devia sempre ter lugar por meio dos processos democráticos institucionalmente consagrados". Instou ademais os revoltosos a que cessassem a rebelião, restabelecendo a ordem constitucional e a legalidade democrática, libertando os membros do governo e outros detidos sem que houvesse violência no país.

Reunido no dia 17, em Coimbra, sob a Presidência do Ministro Celso Amorim, o Conselho de Ministros da CPLP afirmou a necessidade do retorno imediato e incondicional ao normal funcionamento das instituições democráticas. Instou os revoltosos para que assegurassem a integridade física e a libertação imediata de todos os detidos e exortou o povo de São Tomé e Príncipe a manter a serenidade e a restabelecer, pela via do diálogo, a ordem e a legalidade democráticas. Por fim, manifestou a CPLP sua firme vontade de contribuir, em coordenação com os organismos regionais africanos, para a pronta normalização institucional, indicando sua disposição de designar uma representação para integrar uma missão que ajudasse a encontrar uma solução para a crise.

Ainda sob a Presidência do Ministro Celso Amorim, no dia 18, o Conselho de Ministros da CPLP decidiu enviar de imediato missão de bons ofícios àquele Estado-Membro. A missão da CPLP seria integrada pelo Ministro do Interior de Angola, Oswaldo Serra Van-Dúnem, e pelo Embaixador do Brasil em Luanda, Jorge Taunay, e se coordenaria com

representantes de países que integravam organismos regionais africanos também associados no esforço de promoção de uma solução para a crise santomense. A missão iria manter conversações com os revoltosos, somando-se assim às gestões que já vinham sendo lideradas, na capital santomense, desde o início da sublevação militar, pelo Embaixador de Portugal em São Tomé, com a participação também da Encarregada de Negócios do Brasil em São Tomé, Conselheira Eliana da Costa e Silva Puglia. Após a negociação de um acordo, foi possível o retorno de Menezes ao governo.

A tomada do poder pelos militares durou apenas uma semana, tendo um acordo sido negociado pelo qual o Presidente retornou ao cargo. Resolvido esse episódio político, em entrevista concedida em 1º de outubro, Celso Amorim informou que estava sendo articulada uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar os santomenses a desenvolverem o sistema de regulação e licitação da exploração do petróleo no país. Ressaltou que o Brasil tinha uma capacidade acumulada de negociação de blocos de petróleo que podia ser extremamente útil a São Tomé e Príncipe. Indicou como outras áreas de cooperação bilateral a agricultura e a saúde, lembrando que o país tinha índices altos de malária e que o Brasil podia colaborar com técnicas de prevenção da doença. Mencionou também programas ligados à educação, sobretudo o Bolsa Escola.

Durante sua visita a São Tomé e Príncipe, em novembro, o Presidente Lula inaugurou a embaixada brasileira. No discurso que pronunciou, afirmou que o início da exploração do petróleo devia transformar o ambiente econômico local e criar excelentes oportunidades para o desenvolvimento daquele país. Ressaltou que o Brasil poderia contribuir muito na área da agricultura, na área científica e tecnológica e na área da saúde. Mencionou ter o Brasil tecnologia de exploração de petróleo bem como capacidade para ajudar a preparar as pessoas, a formar técnicos, sublinhando que podia até ser que a PETROBRAS viesse a disputar o seu espaço nos mares de São Tomé e Príncipe.

Por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes, no dia 2, o Presidente Lula notou que chegara a São Tomé e Príncipe num momento decisivo de sua história, quando o povo santomense repudiara "uma tentativa de subverter a ordem democrática e constitucional". Na dupla qualidade de Presidente do Brasil e da CPLP, expressou solidariedade e apoio aos esforços de Fradique Menezes para "normalizar a situação do país e cicatrizar feridas". Referiu-se à "promissora cooperação em agricultura" e mencionou a

aprovação de dois projetos nas áreas de assistência técnica à pesquisa agrícola e ao desenvolvimento rural, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar. Na área de saúde pública, ressaltou ter sido assinado protocolo de intenções que cobriria áreas essenciais como o combate à AIDS e à malária, e a capacitação e o treinamento de pessoal. Expressou interesse em poder contar com o apoio do PNUD, do Banco Mundial e também do Banco Africano de Desenvolvimento para realizar, em São Tome e Príncipe, uma experiência positiva de cooperação trilateral. Vislumbrou também "grandes possibilidades de uma parceria de longo prazo na reestruturação das Forças Armadas" santomense, com destaque para a capacitação de quadros e a estruturação da Marinha. Sublinhou ter sido assinado naquele dia ato que permitiria iniciar cooperação bilateral na área petrolífera.

Do Comunicado Conjunto assinado na ocasião, constou que haviam sido assinados oito documentos os quais cobriam a cooperação em áreas diversas, tais como educação, saúde, ciência e tecnologia, e agricultura, e um Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no domínio do Setor Petrolífero.

Em 16 de julho de 2004, o Embaixador brasileiro em São Tomé, Dyrceu Pinheiro, entregou ao Presidente Fradique de Menezes, cheque no montante de US$ 500 mil para completar o orçamento da V Conferência de Chefes de Estado e de governo da CPLP. Em pronunciamento que fez no dia 27 naquele evento, o Presidente Lula afirmou que todos os povos tinham o direito aos avanços da inteligência e da criatividade humanas para promover seu progresso e bem-estar. Ressaltou, nesse contexto, que os países da CPLP havia feito "valer o direito de cada povo expressar-se em seu próprio idioma", ao assegurar que a CPLP falasse em português na Conferência da Sociedade da Informação, em Genebra.

Por nota de 16 de agosto de 2005, o Itamaraty informou que o Presidente Fradique de Menezes faria visita oficial ao Brasil dois dias depois. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula afirmou que estava comprometido com a intensificação das relações entre Brasil e São Tomé e Príncipe. Expressou desejo de continuar a trabalhar para intensificar a concertação político-diplomática e a cooperação bilateral, e para fortalecer os elos econômicos e comerciais.

Do Comunicado Conjunto da visita, constou que, no que respeitava a temas bilaterais, os dois Presidentes haviam examinado os programas de cooperação em andamento e ressaltado, nesse sentido, os bons resultados dos entendimentos nos campos da agricultura, desenvolvimento urbano, educação, desporto, formação profissional,

saúde e tecnologia da informação. Constou ainda que o Presidente Lula tomara boa nota do interesse manifestado pelo Presidente de São Tomé e Príncipe quanto às possibilidades de cooperação bilateral nos setores de cooperativismo agrícola e de microcrédito. Foi assinado, durante a visita, o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científico e Técnica para a Implementação do Projeto "Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) em São Tomé e Príncipe". O Presidente Lula anotou, com grande satisfação, a disposição do governo de São Tomé e Príncipe de intensificar conversações com a EMBRAER, com vista à possível incorporação, à Air São Tomé, de aeronaves produzidas no Brasil. O Presidente Fradique de Menezes reiterou ao Presidente Lula o interesse de São Tomé e Príncipe em contar com o envolvimento brasileiro em atividades de prospecção petrolífera, tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria quanto na zona econômica exclusiva do país. Os Presidentes decidiram instalar a Comissão Mista Brasil – São Tomé e Príncipe, com reuniões regulares a serem presididas em nível ministerial, cuja periodicidade seria oportunamente fixada pelos canais diplomáticos.

Em maio de 2008, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim visitaria São Tomé e Príncipe naquele mês, a caminho da V Reunião Ministerial do IBAS, na África do Sul. Seria recebido pelo Presidente Fradique de Menezes; pelo Primeiro-Ministro, Patrice Emery Trovoada; e pelo Chanceler Ovídio Pequeno. Durante a visita, o Ministro Celso Amorim inauguraria o projeto de cooperação bilateral para o estabelecimento de sistema de governo Eletrônico em São Tomé e visitaria o então recém-inaugurado Centro de Estudos Brasileiros (CEB) de São Tomé (Centro Cultural Guimarães Rosa). Esclareceu a nota à imprensa que o Projeto governo Eletrônico visava a permitir a interligação entre os vários órgãos governamentais santomenses, por meio da criação de um centro de processamento de dados do governo.

Em janeiro de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny, visitou o Brasil. Em Brasília, última etapa de sua visita, seria recebido pelo Ministro Celso Amorim. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, entre as iniciativas mais importantes do relacionamento bilateral, destacavam-se as ações de cooperação em gestão pública, governo eletrônico, saúde, educação e segurança alimentar. Seriam assinados acordos para cooperação em pesca e para a implementação do programa Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe.

O Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Rafael Branco, realizou visita ao Brasil entre os dias 9 e 13 de março de 2009. Foi recebido

pelo Presidente Lula e homenageado em almoço no Itamaraty pelo Ministro Celso Amorim, com quem assinou atos sobre cooperação em agricultura e formação profissional.

9.4.3.3. Gabão

Em julho de 2004, o Presidente Lula visitou o Gabão, país, com renda *per capita* mais alta da África Subsaariana, em razão da produção de petróleo *offshore*. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Presidente Omar Bongo, no dia 30, constaram diversas áreas de cooperação bilateral no campo do ensino superior, em ciência e tecnologia; em matéria de saúde (o combate ao paludismo, prevenção e combate ao HIV/AIDS, produção de medicamentos genéricos, doação de medicamentos antirretrovirais); em matéria agrícola (cultura da mandioca); cooperação nos setores de formação de quadros militares (em matéria de treinamento para as operações de combate em meio tropical e para a luta contra a biopirataria); cooperação em matéria de pesca, recursos marinhos e aquicultura; e apoio a pequenas e médias empresas. Os dois Presidentes manifestaram sua grande satisfação pela decisão da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de aceitar o convite para explorar o manganês nas jazidas de Okondja e do Sul de Franceville, Província do Alto-Ogouê. Congratularam-se pela disposição comum dos dois Governos de iniciar rapidamente as negociações com vistas ao reescalonamento da dívida gabonesa para com o Brasil, conforme a regulamentação do Clube de Paris. O Presidente Bongo agradeceu muito particularmente a decisão política do Presidente Lula da Silva de considerar oportunamente a conversão parcial da dívida bilateral em projetos de investimentos brasileiros no Gabão.

9.4.3.4. Camarões

Em janeiro de 2005, Celso Amorim visitou a República dos Camarões. Do Comunicado Conjunto que assinou com o Ministro do Exterior, Laurent Esso, constou que, no plano da cooperação bilateral, os dois Ministros haviam se congratulado pelas excelentes relações tradicionalmente mantidas pelos dois países, fundadas em um quadro jurídico constituído por acordos em matéria comercial, cultural, científica e técnica, que comportavam ainda grande margem de ampliação. Constou também que os dois Ministros haviam tomado

nota com satisfação dos entendimentos mantidos na ocasião nos domínios da agricultura e da circulação de pessoas. Por fim, constou que o Ministro das Relações Exteriores dos Camarões havia tomado conhecimento dos projetos apresentados por seu homólogo nos campos da cooperação em matéria de desporto e de saúde, e havia manifestado a disposição do governo camaronês de examinar com boa vontade aqueles projetos, com vistas à sua assinatura proximamente.

Por Decreto nº 5.370, de 10 de fevereiro 2005, foi criada a Embaixada em Iaundê. O Presidente Lula visitou os Camarões em abril de 2005 e decidiu implementar, naquele mesmo ano, a decisão de reabrir a embaixada.

Em agosto, o Chanceler Laurent Esso visitou o Brasil por ocasião de reunião da Comissão Mista bilateral. No discurso que pronunciou ao recebê-lo, Celso Amorim notou que seriam tratados temas na área agrícola, na área de educação e na área da saúde. Anunciou a vinda ao Brasil do Presidente Paul Biya no final de setembro seguinte. Observou que o comércio bilateral era muito pequeno, mas que aumentara em quase 500%, se tomada uma perspectiva de três anos. Acrescentou que era sobretudo muito desequilibrado, porque favorecia muito o Brasil. Expressou o desejo de que se procurasse o equilíbrio através do aumento do comércio dos dois lados e não da sua diminuição.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camarões, Henri Eyebe Ayissi, realizou visita oficial ao Brasil em fevereiro de 2010. Era sua primeira visita e a segunda de um Chanceler camaronês ao país. Na ocasião, foram firmados atos nas áreas de esportes, turismo, e trabalho remunerado de dependentes de pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, além de memorando de entendimento sobre consultas políticas. O Ministro camaronês faria, ainda, visita à sede da EMBRAPA, onde seria recebido pelo Presidente da instituição, Pedro Arraes. Ao anunciar a visita, o Itamaraty notou que, entre 2005, quando a Embaixada do Brasil em Iaundé foi reaberta, e 2008, o comércio bilateral crescera de US$ 88 milhões para US$ 136 milhões.

O Presidente de Camarões, Paul Biya, visitou o Brasil em agosto de 2010. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula salientou o fato de que, como detentores de importantes reservas florestais, Brasil e Camarões eram ativos promotores do manejo racional dos recursos naturais e de um acordo para redução das emissões de gases de efeito estufa. Notou que estavam em curso várias iniciativas importantes em saúde, agricultura e energia, que seriam complementadas com os acordos assinados naquele dia nas áreas de cultural, turismo e pecuária. Anunciou que, em setembro,

o Brasil enviaria nova missão técnica a Camarões nas áreas de extensão rural, pecuária e cooperativismo. Mencionou projeto trilateral a ser executado com a França em relação à agricultura.

9.4.3.5. República Democrática do Congo (Antigo Zaire)

No início de 2003, embora o conflito que envolveu Uganda, Ruanda e a República Democrática do Congo (RDC) estivesse formalmente encerrado pelos Acordos de Lusaka, a Missão da ONU encarregada de monitorar o processo de paz (MONUC) continuava a relatar a ocorrência de movimentos de tropas hostis, sobretudo entre Uganda e Ruanda. Também internamente na RDC a situação não estava estável em Kinshasa onde, em março, houve uma tentativa de golpe de Estado. Com a retirada, em maio, de tropas de Uganda que se encontravam em Bunia e Ituri, irromperam lutas entre dois grupos étnicos rivais. O SGNU, Kofi Annan, fez um apelo ao estabelecimento e deslocamento de uma força multinacional temporária até que a MONUC pudesse ser reforçada. Por resolução adotada no final do mês, o CSNU autorizou tal força com a missão de proteger o aeroporto e civis. Por nota conjunta com o Ministério da Defesa, o Itamaraty informou que o Brasil contribuíra com dois aviões de transporte para a Força Multilateral Temporária de Emergência da ONU em Bunia. Em setembro, a MONUC estabeleceu uma zona livre de armas naquela região.

Em fevereiro de 2005, nove soldados da MONUC foram mortos em Ituri. Em ação que o SGNU qualificou de autodefesa, forças da MONUC mataram 50 rebeldes. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira do CSNU em março, o Conselho acompanhou a situação na RDC. No segundo dia da Presidência brasileira, foi emitida declaração condenando com firmeza o ataque desferido em fevereiro contra a patrulha da MONUC, da qual haviam sido mortos nove soldados a serviço da Missão. A declaração também conclamou o governo de União Nacional e Transição a agir de modo rápido e efetivo para desarmar as milícias que continuavam a ameaçar a estabilidade do país, e transmitiu os pêsames do CSNU às famílias dos soldados falecidos. No dia 30, foi adotada a Resolução 1.592 (2005), que estendeu o mandato da MONUC até 1º de outubro e conclamou o governo transitório da RDC a, juntamente com a MONUC, desenvolver operações para o desarmamento de combatentes estrangeiros no país.

Em dezembro, um referendo aprovou nova constituição para a RDC. Por nota do dia 21, o Itamaraty informou que o governo brasileiro

acompanhara, com interesse, o referendo sobre a adoção da Constituição. Comentou que o referendo inseria-se nos esforços do governo congolês para reorganizar a estrutura institucional do país, entre os quais se incluía o alistamento de quase 25 milhões de eleitores, que deveriam ser chamados mais uma vez às urnas para eleições no transcurso do primeiro semestre do ano seguinte. Afirmou que o Brasil congratulava-se com o governo e o povo congolês pela tranquilidade em que havia transcorrido o referendo, o que contribuíra para o processo de transição política e o aprofundamento da democracia no país. Notou que, entre os observadores internacionais que acompanharam o referendo, haviam estado dois representantes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Por fim lembrou que o governo brasileiro reabrira, naquele ano, a Embaixada residente em Kinshasa.

Por nota de março de 2007, o Itamaraty informou que o governo brasileiro acompanhava, com apreensão, a situação em Kinshasa, onde vinham ocorrendo confrontos armados desde o dia 22 daquele mês. Expressou a firme expectativa brasileira de que as hostilidades fossem suspensas, em benefício da continuidade do processo institucional da RDC, refletido no fim do governo de Transição e na eleição presidencial de 2006. Constou ainda da nota que a Embaixada do Brasil em Kinshasa informara que os cerca de 50 cidadãos brasileiros que viviam naquele país estavam bem.

Em setembro de 2010, o Itamaraty emitiu nota pela qual o Brasil expressou "perplexidade e profunda indignação", ao tomar conhecimento de que cerca de 240 mulheres e crianças haviam sido vítimas de estupro em massa praticado por rebeldes, entre os dias 30 de julho e 3 de agosto, em localidades do leste da RDC. Reiterou a importância de que a Missão da ONU para a Estabilização do Congo (MONUSCO) dispusesse dos meios necessários para assegurar a proteção de civis, particularmente mulheres e crianças. Concluiu que o Brasil repudiava a violência sexual e seu uso como instrumento de guerra, que buscava afetar, além das vítimas, seus laços familiares e comunitários. Em entrevista à imprensa no dia 9, o Ministro Celso Amorim defendeu a manutenção das forças de paz da ONU na RDC. Declarou que o governo brasileiro acompanhava com atenção e preocupação as denúncias de violação de direitos humanos naquele país.

Em novembro, o Ministro Amorim visitou Kinshasa. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty informou que, na ocasião, manteria encontro de trabalho com seu homólogo congolês, Alexis Thambwe Mwamba, com quem passaria em revista temas do relacionamento bilateral e do quadro regional. Celso Amorim também se avistaria com representantes da ONU em Kinshasa. Lembrou a nota à imprensa que o Brasil tinha buscado, no

âmbito da ONU, contribuir para o fortalecimento da estabilidade política da RDC e prestara, no final de outubro, assistência humanitária de US$ 1 milhão à RDC, por meio de doação ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, em apoio a atividades voltadas ao reforço de mecanismos de reparação e de acesso à justiça para vítimas de violência sexual no país africano. Observou também que o comércio bilateral entre o Brasil e a RDC aumentara mais de 20 vezes entre 2002 e 2009, passando de US$ 2,84 milhões para US$ 58,56 milhões.

Após a visita, foi emitido Comunicado Conjunto do qual constou que a visita ocorrera conforme "o espírito e as disposições da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural assinada em Brasília, em 02/11/1972, entre o governo da República Democrática do Congo e o governo da República Federativa do Brasil". Constou também que, ao longo do encontro, "repleto de franqueza e cordialidade", os Ministros congolês e brasileiro haviam exprimido "a vontade de conjugar seus esforços para o desenvolvimento positivo das relações", tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral. Constou ainda que os dois Ministros haviam assinado um Memorando de Entendimento entre seus dois Ministérios. Mencionou ainda o documento que, a respeito do programa de cooperação, os dois Ministros haviam procedido a uma análise de todos os projetos de cooperação assinados pelas duas Partes e haviam concordado em ampliar a cooperação em todas as áreas da vida nacional ao longo da próxima cessão da comissão mista. Foi mencionado especialmente o reforço da cooperação bilateral, inclusive por acordos e projetos nas seguintes áreas: saúde, agricultura, biocombustíveis, florestas, biodiversidade, pesca, cooperação técnica, cultura e esportiva, formação profissional, parceria entre as duas Academias Diplomáticas, desenvolvimento dos meios de transportes, construção civil e cooperação industrial.

No dia 17 de novembro, foi anunciado que o Brasil efetivara a doação de US$ 1 milhão ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (EACDH) para a expansão do programa de proteção a vítimas de violência sexual na RDC.

9.4.3.6. República do Congo (Congo-Brazzaville)

Em 2003, no Congo, o Presidente Denis Sassou Nguesso ocupava a Presidência da República desde sua eleição no ano anterior. Em 13 de junho de 2005, ele visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o

Itamaraty ressaltou que o Presidente congolês era "um ativo líder africano, com importante atuação nas questões de prevenção e solução de conflitos no âmbito continental". Notou que a empresa brasileira Andrade Gutierrez havia construído rodovia naquele país. Observou que a República do Congo tinha importantes reservas de petróleo e de gás natural, estimadas em 93 bilhões de barris e 495 bilhões de metros cúbicos, respectivamente. Acrescentou que os setores madeireiro e de mineração apresentavam também perspectivas de cooperação. Ao receber o visitante, o Presidente Lula declarou que a "competência do Brasil na área de engenharia pesada, construção civil e mineração" permitiria explorar as fortes complementaridades entre as duas economias. Afirmou também que, a área de cooperação energética, em especial, espelhava as possibilidades das relações bilaterais. Nesse sentido, ressaltou a "liderança tecnológica da PETROBRAS na exploração de petróleo em águas profundas". Por fim, referiu-se à experiência brasileira no emprego do etanol como aditivo à gasolina que, juntamente com o biodiesel, era outra tecnologia brasileira que poderia ajudar a República do Congo a valorizar seus recursos naturais.

O Presidente Lula retribuiu a visita em outubro de 2007. Pouco antes, pelo Decreto nº 6,235, foi criada a Embaixada do Brasil na República do Congo, com sede em Brazzaville. Naquela capital, por ocasião da abertura do Encontro Empresarial, o Presidente Lula salientou que, desde o início de seu governo, as trocas comerciais haviam aumentado quase 15 vezes: tendo passado de US$ 22 milhões para US$ 324 milhões. Informou que, para facilitar os investimentos brasileiros, seu governo estava estudando transformar a dívida bilateral do Congo em linhas de financiamento para a compra de bens e serviços brasileiros. Declarou que, por meio da cooperação técnica, poderiam se multiplicar as oportunidades para fazer negócios e reforçar a produtividade e a competitividade da economia congolesa. Ofereceu os conhecimentos brasileiros na área de construção de habitações sociais, desenvolvimento urbano e saneamento básico, e em tecnologias não convencionais para a construção civil. Sugeriu ainda a troca de experiências na implementação de políticas públicas, possivelmente na regulamentação do setor petrolífero, no qual a República do Congo tinha amplo potencial e o Brasil tinha mérito reconhecido. Convidou a República do Congo a ingressar na revolução energética do futuro: os biocombustíveis. Colocou a EMBRAPA à disposição para fazer no Congo a mesma revolução na produção agrícola que realizara no Brasil. Em conferência de imprensa, declarou que o Brasil tinha todo o interesse em resolver a questão da dívida congolesa, de aproximadamente

US$ 400 milhões. Revelou que havia dito ao Presidente Sassou que era importante mandar urgente ao Brasil uma equipe de técnicos com projetos bem definidos na área de infraestrutura e na área da agricultura, porque o governo tinha disposição, e os empresários brasileiros tinham interesse, sobretudo, na área da irrigação. Durante a visita foi assinado Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Luta contra a AIDS na República do Congo".

O Ministro do Planejamento e Organização do Território, Pierre Moussa, e o Ministro da Agricultura e Pecuária da República do Congo, Rigobert Maboundou, visitaram o Brasil no período de 30 de março a 5 de abril de 2008. Ao final do encontro das autoridades congolesas com o Ministro Celso Amorim, em 1º de abril, foi assinado o "Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Congo para Constituir Entendimento Especial de Cooperação sobre a Atividade Econômica, Financeira e Comercial".

9.4.3.7. Guiné Equatorial

Por nota de agosto de 2005, o Itamaraty anunciou a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Pastor Micha Ondo Bilé. A visita coincidiria com a entrada em funcionamento da representação residente da Guiné Equatorial em Brasília. Cumpriria programa que previa reuniões com a PETROBRAS e com responsáveis por áreas nas quais o governo da Guiné Equatorial gostaria de contar com a cooperação brasileira, como as de saúde e educação. O Chanceler equato-guineense foi portador de mensagem do Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbassogo a ser transmitida ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Do Comunicado Conjunto constou que, durante reunião de trabalho entre os dois Ministros, no dia 23, haviam sido examinadas as novas perspectivas que se abriam para as relações bilaterais, com o início do funcionamento da representação residente da Guiné Equatorial em Brasília, especialmente no que se referia ao incremento da cooperação em áreas consideradas de interesse mútuo, como saúde, agricultura, educação, esportes e recursos energéticos. Para dispor de uma moldura jurídica necessária ao desenvolvimento da referida cooperação, os dois Ministros assinaram Acordo-Quadro de Cooperação Técnica. A Parte equato-guineense propôs um projeto de Acordo de Criação de Comissão

Mista Bilateral e um Projeto de Acordo Marco de Cooperação Econômica, Cultural e Científica, que a parte brasileira ficou de examina no mais breve prazo possível.

Em 2007, o Brasil abriu a embaixada em Malabo. O Ministro Celso Amorim realizou visita à Guiné Equatorial em outubro de 2009. A delegação seria integrada por representantes de diferentes órgãos governamentais envolvidos na cooperação do Brasil com a África, bem como por empresários. A programação previa encontros com o Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbassogo e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pastor Micha Ondo Bilé.

9.4.3.8. República Centro-Africana

Por meio de Comunicado Conjunto subscrito em 27 de abril de 2010, em Nova York, pelos respectivos Representantes Permanentes junto à ONU, o Brasil e a República Centro-Africana estabeleceram relações diplomáticas. Ao anunciar o fato, o Itamaraty informou tratar-se de iniciativa que se inscrevia no esforço do governo brasileiro de valorizar e aprofundar as relações com os países africanos. Assinalou também que, com o ato firmado com a República Centro-Africana, o Brasil passara a manter relações diplomáticas com todos os Estados do continente africano.

9.4.4. África Oriental

Dos países localizados na África Oriental, o relacionamento com Maputo, seria o mais relevante.

9.4.4.1. Moçambique

Em maio de 2003, Celso Amorim afirmou que identificara em Maputo um grande interesse moçambicano em contar com a participação do Brasil no projeto de exploração de carvão de Moatize, cujo potencial multiplicador de oportunidades não devia ser subestimado. Informou que Moçambique desejava desenvolver com o Brasil um programa piloto para o combate à AIDS. Em entrevista concedida no mesmo mês, informou que havia uma perspectiva de participação da Companhia Vale do Rio Doce na mineração do carvão. Notou que isso, por sua vez, poderia ter

desdobramentos na área de siderurgia, da produção de alumínio e até também na produção de energia elétrica. Em outubro, declarou que o Brasil mantinha firme a intenção em levar adiante o projeto de construção de fábrica de medicamentos antirretrovirais para ajudar no controle da AIDS. Informou que dependia exclusivamente de uma negociação interna no Brasil, com relação à forma do perdão da dívida externa de Moçambique. Acrescentou que quando se perdoava uma dívida, sempre devia haver um resíduo, e a intenção do Brasil era utilizá-lo para a construção da fábrica. Com respeito à reativação das minas de carvão de Moatize, informou que havia interesse do governo brasileiro, da Vale do Rio Doce e do governo de Moçambique. Esclareceu que se tratava de um tema complexo, porque envolvia a mineração, a construção de ferrovias, obras de construção civil e empresas em mais de um país. Ressaltou, na área agrícola, que Moçambique era um país com uma renda *per capita* muito baixa, mas que tinha um potencial bastante razoável para se desenvolver, principalmente por ter um mercado próximo a ele muito grande, que era o da África do Sul.

O Presidente Lula visitou Moçambique, em 5 de novembro, tendo mantido encontros com o Presidente Joaquim Chissano. Em discurso que pronunciou em seminário sobre comércio e investimentos, anunciou que o Brasil decidira perdoar grande parcela da dívida moçambicana. Manifestou a disposição brasileira de tornar viável, no âmbito do Mercosul, um acordo que levasse em conta as necessidades diferenciadas das economias e que desse aos produtos moçambicanos acesso livre ao mercado brasileiro. Informou que vinha procurando apoiar o interesse de algumas empresas e, sobretudo, da Vale do Rio Doce na exploração de carvão de Moatize. No setor de agronegócio, afirmou que o Brasil já estava em condições de avançar na implementação do projeto de monitoramento hidrológico e ambiental em Moçambique, usando satélites brasileiros.

Chissano visitou o Brasil em agosto de 2004. Durante o almoço em sua homenagem, o Presidente Lula referiu-se ao interesse da Companhia Vale do Rio Doce, com apoio financeiro do BNDES, em "engajar-se na exploração do carvão de Moatize e no desenvolvimento social do Vale do Zambeze". Mencionou também o acordo que consolidou "o compromisso brasileiro de reduzir a dívida de Moçambique com o Brasil". Manifestou confiança de revigorar "programas de cooperação nas áreas de educação, agricultura, esportes, meio ambiente e administração pública". Por fim, reiterou "o compromisso do Brasil em instalar, em Maputo, fábrica de antirretrovirais".

Em eleições realizadas em dezembro, o candidato da FRELIMO, Armando Guebuza venceu com 64% dos votos. No Parlamento, a

FRELIMO obteve 160 assentos e a coalizão da RENAMO com outros partidos pequenos os 90 restantes.

Em março de 2005, o Ministro Celso Amorim visitou Moçambique. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, em sua visita a Maputo, teria a oportunidade de manter contatos com as novas autoridades moçambicanas. Observou que, na pauta das relações bilaterais, notavam-se projetos de grande alcance, como o que contemplava a instalação, em Moçambique, de fábrica de produção de medicamentos antirretrovirais. Acrescentou que, no plano econômico, o relacionamento entre os dois países recebera novo ímpeto em função da vitória da Companhia Vale do Rio Doce no processo de seleção internacional para a exploração do complexo carbonífero de Moatize. Após a visita, constou do Comunicado Conjunto que os dois Governos manifestaram satisfação pelo desenvolvimento do projeto PCI-Ntwanano, que visava fortalecer a capacidade moçambicana no combate ao HIV/AIDS. Constou também que, no mesmo contexto, o Brasil informara sobre o início do estudo de viabilidade técnica e financeira da fábrica de antirretrovirais, a ser elaborado em parceria com a parte moçambicana. Mencionou ter sido acordado que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do lado brasileiro, desenvolveria, conjuntamente com o Ministério da Saúde de Moçambique, programas de cooperação no domínio do ensino e da pesquisa em saúde, que compreenderiam atividades de intercâmbio de pessoal acadêmico, científico e técnico, formação de docentes e investigadores e outras ações correlacionadas. Constou ainda que os dois Governos haviam felicitado o compromisso da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) de incluir, no projeto de exploração do carvão de Moatize, diversos programas de desenvolvimento econômico e social em Moçambique. Constou, por fim, a decisão de reativar a Comissão Mista.

O Presidente Guebuza realizou visita de Estado ao Brasil em setembro de 2007. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula reiterou publicamente a disposição brasileira de continuar trabalhando com Moçambique para a instalação, em Maputo, de fábrica de remédios antirretrovirais. Acrescentou que era também intenção brasileira abrir uma representação da Fundação Oswaldo Cruz em Maputo, que seria a primeira da Fiocruz fora do Brasil.

Em setembro de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói, visitou o Brasil. Segundo nota do Itamaraty, a cooperação com Moçambique mostrava-se particularmente relevante na área da saúde pública, estando então em planejamento a instalação na cidade de Maputo do escritório da

Fiocruz para a África. Encontrava-se também em fase de detalhamento o cronograma para a instalação de uma fábrica de antirretrovirais no país, com tecnologia brasileira. Entre os atos a serem assinados durante a visita do Ministro Oldemiro Balói estavam previstos: Acordo para Instalação de Escritório da Fiocruz em Moçambique; Instrumento para o Fortalecimento da Agência Moçambicana Reguladora do Setor Farmacêutico; Instrumento para Treinamento em Produção de Medicamentos Antirretrovirais; e Convênio para o Fortalecimento do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique.

O Presidente Lula visitou Moçambique em outubro de 2008. Segundo nota do Itamaraty, inauguraria o Escritório Regional para África da Fundação Oswaldo Cruz. Anunciaria também medidas para a implantação, com cooperação brasileira, de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique. De fato, conforme constou de Comunicado Conjunto, os Presidentes Lula e Guebuza anunciaram a abertura oficial do primeiro escritório internacional da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em Maputo, "para aprofundar a cooperação em saúde pública com Moçambique e com todos os demais países e organismos regionais do continente africano". Expressaram, além disso, "profunda satisfação com o decurso dos preparativos para instalação de uma fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, com consultoria técnica da FIOCRUZ e apoio financeiro do governo brasileiro". Além disso, anunciaram a instalação, em Maputo, da fábrica de materiais desportivos doada pelo governo brasileiro; destacaram a ampliação dos programas de bolsas de estudos e de pesquisa em instituições públicas de ensino superior no Brasil; e confirmaram a entrega de Unidade Móvel para o ensino técnico-profissional em Maputo, resultado da parceria entre o Serviço Social da Indústria (SESI), do Brasil, e o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) de Moçambique. O Presidente Lula anunciou oficialmente a iniciativa de instalação de Centro de Formação Profissional do SENAI em Maputo e comunicou o próximo envio de missão técnica a Moçambique para dar início à elaboração desse projeto.

Após sua reeleição, o Presidente Guebuza retornou ao Brasil em julho de 2009. Ao anunciar a visita de trabalho, o Itamaraty informou que deveriam ser assinados acordos nas áreas de serviços aéreos, formação profissional e tecnologia social. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula notou que haviam se realizado cinco visitas presidenciais nos seis anos anteriores: duas em Maputo e três em Brasília. Com respeito à fábrica de antirretrovirais, declarou que estava certo de que os trâmites legislativos pudessem ser concluídos a tempo de seu funcionamento antes do final do ano seguinte. Mencionou, na área esportiva, ter sido inaugurada em

Maputo fábrica de bolas e anunciou que técnicos brasileiros treinariam profissionais moçambicanos para a operação e manutenção de suas instalações. Referiu-se ao projeto de extração do carvão em Moatize, pela Vale, responsável até o momento pela geração de três mil postos de trabalho em Moçambique. Notou também a participação da Camargo Corrêa no projeto hidrelétrico de Nkuwa.

Em maio de 2010, o Itamaraty informou que o Brasil realizara doação em assistência humanitária a Moçambique, com vistas a minimizar a situação de grave insegurança alimentar dos moçambicanos que residiam em regiões afetadas por enchentes e secas. Acrescentou que o Programa Mundial de Alimentos, em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique, utilizaria a doação, no valor de US$ 100 mil, para adquirir e distribuir 145 mil toneladas de alimentos. Seria dada prioridade às compras efetuadas diretamente de produtores locais.

9.4.4.2. Etiópia

Por Decreto de 30 de setembro 2004 foi criada a Embaixada em Adis Abeba, República Democrática Federal da Etiópia. Em março do ano seguinte, o Ministro Celso Amorim visitou aquele país. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou, por nota à imprensa, que o Chanceler brasileiro seria portador de mensagens dirigidas pelo Presidente Lula ao Presidente Girma Woldegiorgis e ao Primeiro-Ministro Mélès Zenawi, relativas à prioridade que o governo brasileiro atribuía ao relacionamento com a África. Acrescentou a nota que, com o objetivo de colaborar para maior aproximação com a Etiópia, estava em curso a reabertura de Embaixada brasileira em Adis Abeba. De fato, durante a visita, Celso Amorim foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Ato Seyoum Mesfin que expressou satisfação com a reabertura da Embaixada do Brasil em Addis Abeba. Do Comunicado Conjunto, constou que os Ministros haviam concordado quanto à necessidade de aumentar os contatos entre companhias brasileiras e etíopes, visando gerar melhor conhecimento recíproco das oportunidades de negócio, que deveriam ajudar a fortalecer os laços econômicos e comerciais entre o Brasil e a Etiópia.

No final daquele mês, o Brasil concluiu sua Presidência rotativa do CSNU. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira, o CSNU adotara a Resolução 1.586 (2005), que prorrogou o mandato da Missão da ONU na Etiópia e na Eritreia (UNMEE) até setembro. Em 7 de dezembro, a Eritreia proibiu voos de helicópteros da ONU e determinou

que membros da missão das forças de paz, (em particular dos EUA, Canadá, Europa e Rússia) na sua fronteira com a Etiópia, partissem em dez dias. No dia 10, a Etiópia anunciou que estava retirando algumas de suas forças da fronteira com a Eritreia "no interesse da paz". No dia 15, a ONU começou a retirar tropas de paz da Eritreia em cumprimento a resoluções aprovadas no dia anterior. No dia 21, uma comissão da Corte Permanente de Arbitragem da Haia julgou que a Eritreia havia violado o direito internacional quando atacou a Etiópia em 1998, dando origem ao conflito.

9.4.4.3. Somália

Em 31 de março de 2005, o Brasil concluiu o período de um mês durante o qual ocupou a Presidência rotativa do CSNU. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira, o Conselho emitiu declaração no dia 7 em que acolheu com satisfação os esforços do Escritório Político da ONU na Somália (UNPOS) e congratulou a União Africana e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) pelo apoio dado ao governo de transição da Somália. A declaração instou todas as facções e milícias somalis a cessarem imediatamente as hostilidades e a iniciarem negociações com o governo de transição para um cessar-fogo abrangente e verificável. Oito dias mais tarde, ao aprovar unanimemente a resolução 1.587 (2005), o CSNU restabeleceu o Grupo de Monitoramento encarregado de investigar violações do embargo de armas imposto à Somália.

Em outubro de 2009, por nota do Itamaraty, o governo brasileiro informou que acompanhava, "com profunda preocupação, a espiral de violência na Somália", que vitimara mais de 30 pessoas nos dias anteriores e que levara ataque ao aeroporto da capital Mogadíscio "na tentativa de se atingir o avião que conduziu o Presidente Xeque Sharif Ahmed para visita oficial a Uganda". Acrescentou a nota que o governo brasileiro condenava a violência empregada por facções somalis para atingir seus objetivos políticos e exortava-as a respeitar o governo Federal de Transição e a recorrer ao diálogo como meio para a resolução de suas divergências.

Em nova nota emitida no mês dezembro, o governo brasileiro informou ter recebido com consternação a notícia de que haviam morrido, "pelo menos, 19 pessoas, dentre elas, três Ministros de Estado do governo Federal de Transição somali, como resultado de atentado terrorista cometido em Mogadíscio, na Somália, em 3 de dezembro". Acrescentou a nota que, ao "condenar de forma veemente os atos dessa

natureza, quaisquer que sejam os motivos alegados", o governo brasileiro manifestava "as mais sinceras condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Somália".

9.4.4.4. Quênia

O Ministro Celso Amorim viajou em março de 2005, para o Quênia, com o objetivo de participar de encontro miniministerial informal da OMC, em Mombaça, bem como de realizar visita bilateral àquele país. Manteria encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Sr. Chirau Ali Mwakwere, e seria recebido pelo Presidente Mwai Kibaki. Segundo nota do Itamaraty, a visita tinha por objetivo reforçar a coordenação existente, mediante a celebração de Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, bem como identificar iniciativas que permitissem dinamizar a cooperação bilateral, sobretudo nos setores de saúde, da agricultura e das relações econômico-comerciais. Da nota em que o Itamaraty informou sobre o encontro que manteve com o Ministro do Exterior, Chirau Ali Mwakwere, constou que os dois Ministros haviam de fato firmado o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas e considerado "de suma importância promover o adensamento da cooperação bilateral, mediante a adoção de projetos e iniciativas específicas, especialmente nos setores da agricultura, meio ambiente, saúde e outros de natureza social".

Chirau Ali Mwakwere visitou o Brasil em agosto de 2005. Ao recebê-lo, Celso Amorim afirmou que o comércio bilateral era muito pequeno, pois o Brasil exportava apenas US$ 20 milhões para o Quênia. Da nota do Itamaraty, constou que haviam se registrado importantes resultados nas deliberações, refletindo-se a confluência de opiniões nas diversas áreas de cooperação examinadas, tais como modernização tecnológica da indústria açucareira queniana, incluindo produção de etanol; setor cafeeiro; energia hidroelétrica; saúde; esportes e cultura; agricultura e desenvolvimento de rebanhos; turismo; meio ambiente; educação; e formação profissional. Informou também que foi firmado, no encerramento da reunião, o Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista e o Acordo de Cooperação Desportiva.

Em dezembro de 2007, realizaram-se eleições no Quênia, tendo o Presidente Kibaki concorrido à reeleição. Diante de críticas diversas sobre a lisura do processo eleitoral houve protestos que degeneraram em violência e destruição de propriedades. Um grupo de africanos eminentes, liderado pelo ex-SGNU, Kofi Annan, intermediou uma

solução pacífica para o impasse criado. Em janeiro de 2008, o governo brasileiro informou que acompanhava com preocupação a situação no Quênia e lamentou "os tristes episódios de violência e de intolerância política" que se haviam intensificado nos dias anteriores. Fez um chamado a todas as forças políticas quenianas no sentido do pronto restabelecimento de um quadro de diálogo pacífico e de reconciliação nacional. Em fevereiro, Kibaki e seu principal opositor, Rayla Odinga, assinaram um acordo para formar um governo de coalizão. Em abril, Kibaki nomeou um gabinete de coalizão.

9.4.4.5. Tanzânia

Pelo Decreto nº 5.394, de 11 de março 2005, foi criada a Embaixada do Brasil na República Unida da Tanzânia. Em maio daquele ano, o Ministro do Exterior da Tanzânia, Jakaya Kikwete, foi eleito Presidente do país. Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim haviam enviado mensagens de cumprimentos alusivas à eleição. Acrescentou que, nas mensagens, fora salientada a satisfação do governo brasileiro com a maneira democrática e transparente em que se realizara o pleito. Também foi expressa a expectativa do Brasil de seguir desenvolvendo, com a Tanzânia, o excelente nível de relacionamento atingido no governo do Presidente Benjamin Mkapa, de que era exemplo significativo a reabertura da Embaixada brasileira residente em Dar es Salaam.

Em maio de 2006, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Tanzânia, Asha-Rose Migiro, visitou o Brasil. Com o Ministro Celso Amorim firmaria o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Brasil – Tanzânia. Nota do Itamaraty ressaltou que um dos principais tópicos de interesse para a cooperação bilateral consistia no campo da agricultura.

Em agosto de 2007, foi aberta a Embaixada tanzaniana em Brasília, e dois anos depois, o Brasil reabriu efetivamente a embaixada em Dar es Salaam.

Em julho de 2010, o Presidente Lula visitou aquele país. Seria a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro. Segundo nota do Itamaraty, durante a visita, deveriam ser assinados Acordos de Cooperação entre Academias Diplomáticas e de Combate ao Desmatamento, além de um Memorando de Entendimento sobre Programa de Mistura de Etanol à Gasolina na Tanzânia, proposto pela PETROBRAS. Também seriam

assinados programas executivos sobre cultivo de mandioca e frutas tropicais e de combate ao trabalho infantil. Observou ainda o Itamaraty em sua nota, que desde 2003, a corrente de comércio bilateral multiplicara-se por dez. Em discurso durante a visita, o Presidente Lula anunciou que ia conversar com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para que o governo agilizasse o perdão da dívida de US$ 246 milhões que a Tanzânia tinha com o Brasil. Esclareceu que a dívida datava dos anos 1980 e, segundo o Presidente da Tanzânia, Jakaya Mrisho Kikwete, os recursos haviam sido tomado emprestados com a finalidade de construir uma rodovia.

Em setembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Tanzânia, Bernard Kamillius Membe, realizou visita ao Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou por nota à imprensa que, "entre os avanços observados nas diferentes iniciativas bilaterais", destacavam-se "a cooperação para a produção de biocombustíveis e os importantes investimentos brasileiros, por meio da PETROBRAS, no campo de energia não renovável". Salientou, ademais, que se encontrava sob exame o desenvolvimento de cooperação em favor dos setores agropecuário e de infraestrutura da Tanzânia.

9.4.4.6. Zâmbia

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Reverendo Ronnie Shikapwasha, realizou visita oficial ao Brasil em março de 2006. Ao divulgar a visita, o Itamaraty ressaltou o grande potencial de crescimento do relacionamento bilateral, devido à importância econômica do país africano, quarto maior produtor mundial de cobre e primeiro de cobalto. Informou também que, durante os encontros com o Ministro Amorim, seria anunciada a abertura de Embaixadas nas respectivas capitais. Do Comunicado Conjunto divulgado após a visita, constou, no plano da cooperação econômica, que o Ministro da Zâmbia salientara o potencial econômico de seu país, bem como as oportunidades que o mercado zambiano proporcionava aos investidores estrangeiros, sobretudo nos setores de mineração – com destaque para as importantes reservas de cobre e cobalto – turismo, agricultura e esportes, entre outros. Constou também que, em resposta, o Ministro Amorim expressara sua confiança de que os empresários dos dois países viessem a intensificar um profícuo diálogo em torno de interesses recíprocos nas esferas da economia e do comércio.

Por Decreto nº 5.771, de 8 de maio, foi criada a Embaixada do Brasil na República da Zâmbia, com sede em Lusaka.

9.4.4.7. Burundi

Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que o Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, visitaria o Brasil em agosto de 2009. Ressaltou tratar-se da primeira visita oficial de um Chanceler burundinês ao país. Com o Ministro Celso Amorim firmaria Acordo-Quadro de Cooperação Técnica. Observou a nota que o Brasil prestava importante cooperação ao Burundi no marco do Fundo IBAS, que, no ano anterior, aprovara US$ 1,1 milhão para projeto de combate à AIDS naquele país. Acrescentou que estavam ainda previstos na programação do visitante encontros no Ministério da Saúde, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na EMBRAPA e no IPEA.

9.4.4.8. Malaui

A primeira transferência de poder entre Presidentes eleitos no Malaui ocorreu em maio de 2004, quando Bingu wa Mutharika venceu as eleições. Pouco depois de reeleito, visitou o Brasil em maio de 2009, acompanhado da Ministra das Relações Exteriores, Eta Elizabeth Banda, e de comitiva integrada pelos Ministros da Indústria e Comércio, Minas e Energia, e Transporte e Obras Públicas. Entre os temas a serem discutidos com o Presidente Lula incluía-se a cooperação em agricultura, esportes e HIV/AIDS, bem como os investimentos brasileiros nas áreas de infraestrutura, turismo e mineração. O Presidente Mutharika deveria também manter contatos com setores empresariais.

Em discurso que pronunciou em almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula declarou que a primeira visita de um líder do Malaui ao Brasil abria a oportunidade para os dois países se conhecerem melhor. Ressaltou a importância do Acordo de Cooperação Técnica assinado durante a visita. Afirmou que, no campo da bioenergia, eram promissoras as oportunidades para projetos conjuntos. Do Comunicado Conjunto, constou que o Presidente Mutharika salientara, em particular, o interesse do seu país no desenvolvimento de parcerias na área de agricultura, energia, mineração, comércio, transferência de tecnologia, sobretudo no campo das energias renováveis, e esportes.

9.4.5. África Setentrional

Dos países da África setentrional, o Brasil desenvolveu relacionamento maior com o Egito, Marrocos e Argélia. Os contatos com a Líbia representariam modificação de situação vigente havia anos. No relacionamento com o Sudão, destacar-se-ia a abertura de embaixada brasileira e a atuação na ONU sobre a questão de Darfur. Fazem parte ainda do mundo árabe, Comoros (ilha no Oceano Índico na costa da África Oriental) bem como Djibuti (no Nordeste africano).

9.4.5.1. Marrocos

Em fevereiro de 2004, em consequência de um terremoto na costa norte do Marrocos, 628 pessoas morreram, 926 ficaram feridas e 2.539 casas foram destruídas, deixando desabrigadas mais de 15 mil pessoas. O governo brasileiro enviou três lotes de medicamentos, a título de assistência humanitária, às vítimas, perfazendo um total de mais de uma tonelada de medicamentos, para o atendimento a 9 mil pessoas, por um período de três meses.

Dias depois, o governo brasileiro emitiu nota em que congratulou as partes envolvidas em iniciativa do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados de realizar o Programa de Visitas Familiares entre refugiados saarauis do campo de Tindouf, localizado na Argélia, e saarauis residentes no território do Saara Ocidental. Em nota, o Itamaraty notou que se tratava da primeira oportunidade, em 25 anos, de contato pessoal entre saarauis vivendo nos campos de refugiados e seus parentes no território. O Brasil manifestou a expectativa da continuidade de medidas de construção de confiança entre o Reino do Marrocos e a Frente Polisário, que permitissem o desbloqueio das negociações de paz e resultassem na superação definitiva do conflito na região.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa, visitou o Brasil em abril. Do Comunicado Conjunto, constou que o visitante foi recebido pelo Presidente Lula a quem entregou carta do Rei Mohamed VI. Os dois Chanceleres consideraram auspiciosa a possibilidade de iniciar conversações para a conclusão de um acordo comercial preferencial e, em uma segunda fase, de uma zona de livre-comércio entre o Mercosul e o Marrocos. Trataram de cooperação brasileiro-marroquina, nos campos do combate à habitação insalubre e da formação profissional de jovens. Sobre a situação no Saara Ocidental, os

Chanceleres do Brasil e do Marrocos reiteraram o apoio às decisões do CSNU para alcançar uma solução política definitiva, negociada entre as partes.

O Rei do Marrocos, Mohamed VI, visitou o Brasil em novembro. Em discurso por ocasião de almoço que lhe ofereceu no dia 26, o Presidente Lula anunciou que missão empresarial brasileira visitaria o Marrocos e expressou interesse por uma ligação aérea direta entre os dois países, bem como pelo estabelecimento de uma zona de livre-comércio entre o Mercosul e aquele país. Do Comunicado Conjunto assinado durante a visita, constou a possibilidade de cooperação nas áreas de formação profissional, recursos hídricos, agricultura e habitação popular.

Em janeiro de 2006, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa, visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que o comércio bilateral atingira, em 2005, US$ 725,4 milhões, sendo o saldo comercial, em torno de US$ 102,7 milhões, favorável ao Brasil. Do Comunicado Conjunto da visita, constou que os dois Ministros sublinharam a importância de celebrar-se a Primeira Sessão da Comissão Mista Marrocos – Brasil, no Marrocos, ainda no primeiro semestre. Constou também que as duas Partes haviam tomado nota, igualmente, com satisfação, do desenvolvimento da cooperação entre os dois países, notadamente nos domínios da habitação, justiça, pesca e da formação profissional, como resultado das recomendações, durante a visita ao Marrocos, de Missão Multissetorial brasileira e da realização de visitas ao Brasil de Missões marroquinas desses setores. Além disso, convieram em conferir prioridade à cooperação nos domínios da pesquisa tecnológica e científica, por intermédio do intercâmbio de informações, particularmente no domínio das novas tecnologias.

Em setembro de 2009, o Ministro Celso Amorim visitou o Marrocos onde manteve encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação, Taïb Fassi-Fihri.

9.4.5.2. Argélia

Em maio de 2004, o Presidente da Argélia, Abdelazia Bouteflika, visitou o Brasil. Em nota antes de sua chegada, o Itamaraty informou que a Argélia era um dos principais parceiros comerciais do Brasil na África, com um intercâmbio total de US$ 2,3 bilhões em 2004 – quase o dobro do valor registrado em 2003. Em discurso por ocasião de almoço em homenagem ao visitante, o Presidente Lula expressou gratidão ao líder

argelino por seu apoio e participação central na Cúpula América do Sul – países Árabes, que ambos presidiram. Declarou que, na esfera bilateral, existia considerável espaço para diversificação e aumento das trocas em bases sustentáveis e equilibradas. Do Comunicado Conjunto, constou que os seguintes acordos de cooperação foram firmados por ocasião da visita: Acordo Fitossanitário; Acordo Sanitário e Veterinário; e Acordo sobre a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.

Por nota de 19 de dezembro de 2005, o Itamaraty informou que o Presidente Lula enviara mensagem ao Presidente Abdelaziz Bouteflika na qual informou que tomara conhecimento, com satisfação e alívio, da boa notícia relativa à sua saída do hospital e aos sinais de progressiva e completa recuperação de sua saúde. Expressou a expectativa de saudá-lo pessoalmente em Argel.

O Presidente Lula, de fato, visitou a Argélia. Em entrevista concedida, em 7 de fevereiro de 2006, a órgãos da imprensa argelina, o Presidente Lula observou que o comércio de US$ 3,2 bilhões em 2005 era desequilibrado (com um déficit de US$ 2,5 bilhões para o Brasil) e os empresários e equipes técnicas de governo ainda se conheciam mal. Ressaltou que as duas petroleiras, a PETROBRAS e a Sonatrach, podiam desenvolver parceria para atuarem juntas na Argélia, no Brasil ou ainda em terceiros mercados. Notou que a Argélia era o primeiro parceiro árabe do Brasil e segundo africano, sendo o Brasil o primeiro parceiro para a Argélia entre os países em desenvolvimento.

Em discurso, no dia 9, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente Abdelaziz Bouteflika, o Presidente Lula ressaltou que a Argélia era o primeiro fornecedor de petróleo e nafta ao Brasil. Referiu-se à parceria entre as empresas Randon e a Cevital na construção de reboques rodoviários. Expressou satisfação com o projeto de reforma e ampliação da infraestrutura argelina que, no seu entender, marcava a volta dos serviços brasileiros de engenharia à Argélia, como na Barragem de Boussiaba.

Do Comunicado Conjunto assinado na visita, constou que a visita permitira a assinatura, pelos representantes dos dois Governos, de quatro acordos bilaterais: Acordo Comercial, Acordo sobre Transporte Marítimo, Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura, e Protocolo de Entendimento na Área de Segurança Animal e Vegetal.

Em entrevista em 13 de fevereiro de 2006, ao retornar ao Brasil, o Presidente Lula informou que fizera um apelo ao Presidente Bouteflika, mostrando-lhe que não tinha nenhum sentido suspender a carne brasileira, porque o Brasil era um território muito grande. Explicou que o Brasil tinha 200 milhões de cabeças de gado e argumentou que se havia um foco de

febre aftosa num local ou numa região, o governo brasileiro tratava de isolar aquela região para continuar vendendo carne para seus compradores.

9.4.5.3. Líbia

Após negociações secretas conduzidas por britânicos e estadunidenses, em agosto de 2003, o governo líbio enviou carta à ONU na qual aceitou formalmente sua responsabilidade pela ação de funcionários na colocação de bombas no voo da Pan Am que caíra em Lockerbie, na Escócia, cerca de 15 anos antes. Concordou em pagar indenização às famílias das 270 vítimas no valor de até US$ 2,7 bilhões. No mesmo mês, o Reino Unido e a Bulgária copatrocinaram uma resolução na ONU para retirar as sanções impostas à Líbia. Pela Resolução 1.506, o CSNU suspendeu "as sanções impostas à Líbia após colocação de bombas terroristas nos voos 103 da PanAm e 772 da UTA".

Em setembro, o Presidente do governo espanhol, José María Aznar, visitou a Líbia. Nesse novo contexto político internacional com relação à Líbia, no dia 10 de dezembro, o Presidente Lula também efetuou viagem àquele país. Em discurso na cerimônia de encerramento de encontro empresarial, declarou que o evento dava continuidade ao esforço iniciado em julho, com o envio da primeira missão empresarial brasileira em mais de uma década. Considerou que o encontro representava "um importante passo no aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre Líbia e Brasil". Constatou que o comércio bilateral encontrava-se em um patamar muito inferior ao seu potencial. Afirmou que a recuperação econômica de ambas economias e o fim das sanções econômicas internacionais, que afetavam o comércio exterior líbio, criavam as condições para que o comércio de investimentos bilaterais voltasse a crescer, superando os níveis alcançados no passado. Expressou o desejo do governo brasileiro desenvolver, com a Líbia, "um relacionamento amplo, produtivo e equilibrado".

Ainda no mês de dezembro, a Líbia anunciou que abandonaria seus programas de desenvolvimento de armas nucleares. Por nota do dia 20, o governo brasileiro expressou agrado pelo anúncio. Afirmou que, na sequência do levantamento das sanções pelo CSNU, a decisão deveria propiciar uma mais ampla integração da Líbia à comunidade internacional, facilitando também a concretização de projetos bilaterais de cooperação econômica e comercial entre o Brasil e a Líbia.

Semanas depois de sua realização, a visita do Presidente Lula à Líbia ainda causava controvérsia no Brasil. Em entrevista concedida em

5 de janeiro de 2004, Celso Amorim informou que nos seus encontros na Líbia, o Presidente Lula nunca deixara dúvida sobre suas posições e transmitira suas mensagens sem que fosse preciso "dar lições de moral". Em outra entrevista concedida no dia 28, perguntado sobre "a lógica de visitar a Líbia", Celso Amorim afirmou que, nas relações internacionais, havia uma série de coisas a se equilibrar. Se o Brasil fosse ter relações só com aqueles que considerasse virtuosos, talvez não devesse "sair de casa". Argumentou que nenhuma das partes interessadas, EUA, França e Inglaterra, havia se oposto a que a ONU deixasse de considerar a Líbia um país promotor do terrorismo.

Prosseguiam as negociações entre a Líbia e países ocidentais. Ainda no mesmo mês de janeiro, a Líbia concordou em indenizar também as famílias de vítimas de avião de passageiros da França que caíra há 15 anos ao explodir quando sobrevoava o Saara. Esses gestos eram objeto de aberturas graduais das potências ocidentais. Assim em 26 de fevereiro, os EUA suspenderam proibição de viagens para a Líbia, em vigor havia 23 anos. Em março, o Primeiro-Ministro Tony Blair visitou o líder líbio, Coronel Muammar Gaddafi, tornando-se o primeiro líder das potências ocidentais a fazê-lo. Durante a visita, elogiou as ações tomadas pelo líder líbio e declarou esperar que a Líbia se tornasse um forte aliado na luta internacional contra o terrorismo. No mês seguinte, Gaddafi viajou para Bruxelas, na primeira viagem à Europa Ocidental em 15 anos.

Em continuação a suas negociações, a Líbia concordou, em agosto, com o pagamento de uma indenização no valor de US$ 35 milhões às vítimas de atentado a bombas em clube noturno de Berlim, 16 anos antes (e que fora o motivo de bombardeio dos EUA à Líbia, em ação retaliatória). Noutra ação relacionada à suspensão do embargo, em janeiro de 2005, a Líbia realizou leilão de licenças para a exploração de gás e petróleo, abrindo, após duas décadas, oportunidades a empresas ocidentais para dela participarem, o que incluiria companhias tais como a British Petroleum (BP) do Reino Unido e a PETROBRAS.

Em entrevista concedida em janeiro de 2005, Celso Amorim reconheceu que tinha havido críticas à aproximação de países árabes, em especial a Líbia, mas afirmou que "o povo entendeu e apoiou". Ressaltou que o Brasil fora criticado, mas que os Primeiros-Ministros da Espanha e do Reino Unido também haviam ido a países árabes e haviam sido aplaudidos. Disse que as críticas não eram sérias. Reiterou seu argumento de que, em política externa, se alguém se relacionasse apenas com aqueles que fossem virtuosos, nem poderia sair de casa.

Em maio de 2006, os EUA anunciaram que restaurariam relações diplomáticas totais com a Líbia, se esta desmantelasse seus programas de armas. No mês seguinte, o Departamento de Estado também retirou, após 27 anos, a Líbia de sua lista de Estados que patrocinavam terrorismo. Essas ações de governos não se faziam sem alguma reação privada contrária à aproximação do governo líbio. Assim, em setembro, a ONG denominada *Human Rights Watch* acusou a Líbia de violação de direitos humanos por forçar a repatriação de imigrantes que haviam ingressado em países da EU, colocando alguns deles em risco de possíveis perseguições ou tortura. Os gestos políticos no Ocidente continuavam, porém, a favorecer a "redenção" do governo de Gaddafi. Em julho de 2007, o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, visitou a Líbia, ocasião em que assinou diversos acordos. Em outubro, a Líbia foi eleita para um assento não permanente no CSNU para o biênio de 2008-2009.

Em maio de 2008, o Ministro Celso Amorim visitou a Líbia. Em Trípoli, manteve encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abderrahman Chalgam, e com o Ministro de Obras Públicas, Abuzeid Omar Dorda. Em nota, o Itamaraty ressaltou que seria a terceira visita de autoridades brasileiras à Líbia desde o ano anterior (o Presidente Lula em 2003, o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio García, em setembro de 2007, e o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabriellli, dois meses antes). Esclareceu ainda o Itamaraty que o Ministro Celso Amorim participaria também de almoço de trabalho com empresários brasileiros estabelecidos na Líbia. Notou, a esse respeito, que empresas brasileiras de serviços eram então "responsáveis por grandes projetos de infraestrutura, como a construção do novo aeroporto e de anel rodoviário na capital líbia e obras de saneamento básico no nordeste do país". Ressaltou que a PETROBRAS, instalada em Trípoli desde 2005, estava pesquisando em bloco *offshore* que lhe fora adjudicado na primeira licitação feita pelo Estado líbio. Finalmente, observou o Itamaraty que as exportações brasileiras haviam crescido de US$ 52 milhões, em 2003, para US$ 238 milhões, em 2007. Concluiu que, ainda assim, em razão das importações de petróleo, o Brasil era deficitário no comércio bilateral, tendo o déficit brasileiro chegado a cerca de US$ 750 milhões.

Os entendimentos da Líbia com os países ocidentais continuavam. Em agosto de 2008, o Congresso dos EUA aprovou lei que suspendeu sanções contra a Líbia. Após a Líbia ter pago a parcela final de indenização no montante de US$ 1,8 bilhão para as vítimas de Lockerbie, foram formalmente suspensas as restrições contra o governo de Gaddafi. Por outro lado, famílias líbias receberam indenização de US$ 300 milhões pelas

baixas sofridas em ataques aéreos conduzidos pelos EUA. O Primeiro-Ministro italiano, Silvio Berlusconi, pediu desculpas à Líbia pelos danos causados durante a era colonial. No final do mesmo mês, a Itália se comprometeu a pagar indenização de US$ 5 bilhões pela ocupação da Líbia no passado e assinou acordo pelo qual, a título de indenização, seriam feitos investimentos de US$ 5 bilhões na ex-colônia. Em troca, a Líbia comprometeu-se a combater a imigração ilegal e investir em empresas italianas. Em setembro, a Secretária de Estado estadunidense Condoleezza Rice visitou a Líbia e declarou que as relações bilaterais entravam numa nova fase. Em outubro de 2008, a Líbia pagou US$ 1,5 bilhão – que teria obtido por meio de doações de empresas privadas – a um fundo a ser utilizado para indenizar famílias de vítimas estadunidenses do voo da Pan Am e do clube noturno de Berlim.

O Vice-Primeiro-Ministro da Líbia, Imbarek Ashamikh, visitou o Brasil em fevereiro de 2009. Sua viagem pelo país incluiu programa organizado pela Construtora Norberto Odebrecht/CODEVERDE, e visitas a projetos de irrigação no semiárido baiano. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que o Brasil era o maior parceiro comercial da Líbia na América Latina. Informou que o comércio bilateral superara US$ 1,7 bilhão em 2008 e que "grandes empresas brasileiras, como a PETROBRAS, a Odebrecht e a Queiroz Galvão", atuavam no mercado líbio.

Em junho, o Presidente Lula retornou à Líbia para participar, como convidado de honra, da abertura da XIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA). Por sua vez, Gaddafi realizou visita de Estado à Itália, que se tornara o principal parceiro comercial da Líbia, e participou, em julho, da Cúpula do G-8 em L'Aquila na qualidade de Presidente da União Africana. Durante a reunião trocou aperto de mão com o Presidente dos EUA, Barack Obama, primeiro líder estadunidense na história a cumprimentá-lo.

9.4.5.4. Sudão

Em Darfur, região no oeste do Sudão, tiveram início, em fevereiro de 2003, confrontos entre, de um lado, africanos não muçulmanos (membros do Exército Sudanês de Liberação e do Movimento de Justiça e Igualdade – JEM) e, de outro lado, uma milícia (*Janjawid*) composta de membros de tribos árabes do norte. Milhares de mortes resultariam de ações da *Janjawid* que cometeria violações de direitos humanos, inclusive mortes em massa, saques e estupros da população não árabe de Darfur, queima de casas e

de vilas inteiras. A situação causou êxodo de sobreviventes para campos de refugiados. Em março, irromperam lutas entre forças do governo e rebeldes, tendo início a movimentação dos refugiados em direção ao Chade. Em abril, a ONU informou que as milícias *Janjawid* executavam uma campanha de limpeza étnica contra a população negra de Darfur. Em maio, descreveu a crise humanitária na região como uma das maiores no mundo. Dois relatórios de direitos humanos concluíram que o governo sudanês e milícias árabes cometiam violações em massa que "poderiam constituir crimes de guerra e/ou crimes contra a humanidade".

Em meados de 2004, entre 50 e 80 mil pessoas já haviam sido mortas e pelo menos um milhão de outras haviam sido obrigadas a deixar suas casas, causando uma grave crise humanitária na região. Para alguns, o ocorrido em Darfur seria comparável ao ocorrido em Ruanda[81]. O governo sudanês era acusado não apenas de apoio financeiro à *Janjawid* como também de participação em ataques conjuntos contra alvos civis. No início de julho, o SGNU, Kofi Annan, e o Secretário de Estado doe EUA, Colin Powell, visitaram o Sudão e a região de Darfur, tendo exortado o governo sudanês a deixar de apoiar as milícias *Janjawid*. O Congresso dos EUA aprovou resolução que declarou ser o conflito armado em Darfur um genocídio e pediu ao governo que liderasse esforço internacional para dar-lhe um fim.

O Itamaraty distribuiu, em 28 de julho, nota à imprensa a respeito da situação em Darfur na qual o governo brasileiro reiterou a urgência do cumprimento, por todas as partes envolvidas, do acordo de cessar-fogo e apelou ao governo sudanês para que cumprisse todos os compromissos do Comunicado Conjunto assinado com o SGNU, em particular aqueles relativos à extensão de ampla e segura proteção às populações de Darfur e à aplicação da lei contra os violadores de direitos humanos. Reconheceu a complexidade da crise em Darfur e a necessidade imperiosa de que se promovesse solução política, em paralelo aos esforços de aumento da assistência internacional para a superação da crise humanitária. Expressou esperança de que as partes resolvessem suas disputas por meios pacíficos e negociados, e exortou os rebeldes de Darfur a retomarem as negociações com o governo de Cartum. Apoiou os esforços do SGNU com vistas ao alívio da crise humanitária e à proteção das populações de Darfur. Estimou que o CSNU devia apoiar os esforços da União Africana, que assumira a tarefa de monitorar o cessar-fogo, e, dessa forma, contribuir para a pacificação de Darfur. Informou que estava avaliando, em consulta com os demais membros do Conselho e com o Secretariado da ONU, qual a forma mais apropriada de promover melhores condições de segurança em Darfur.

Em 30 de julho, pela Resolução 1.556 do CSNU, foi concedido ao governo do Sudão o prazo de 30 dias para desarmar e julgar a *Janjawid* sob pena de impor sanções ao país. A Liga Árabe solicitou prazo mais amplo e alertou que o Sudão não deveria se tornar outro Iraque. A Resolução 1,556 impôs também embargo de armas à *Janjawid* e outras milícias. O Presidente sudanês, Omar Hassan Al-Bashir, declarou que a preocupação internacional com Darfur seria apenas alvejar o estado islâmico do Sudão. Alertou o Reino Unido e os EUA a não interferirem nos assuntos internos da África Oriental. O prazo concedido pelo CSNU expirou em 29 de agosto e o Secretário-Geral apresentou relatório em que reconheceu melhoras na situação, mas notou que as milícias *Janjawid* continuavam armadas e atacando civis. Acrescentou que os compromissos do governo sudanês com respeito a suas próprias forças armadas haviam sido apenas parcialmente implementadas, tendo os refugiados reportado diversos ataques envolvendo forças governamentais. Concluiu que cabia ao governo do Sudão impedir os ataques contra civis e garantir-lhes proteção. Aconselhou aumento substancial da presença internacional em Darfur para monitorar o conflito.

As pressões internacionais se refletiam no âmbito da ONU. Em setembro, o CSNU aprovou a Resolução 1.564 que pressionou o governo sudanês a agir com urgência para melhorar a situação, ameaçando com a possibilidade de sanções de petróleo no caso de não cumprimento da resolução 1.556 ou recusa de aceitação do aumento das forças de paz da União Africana. Estabeleceu uma Comissão Internacional de Inquérito para examinar violações de direitos humanos e determinar se estava ocorrendo genocídio. A Rússia se opôs à ameaça pelo CSNU de imposição de sanções ao Sudão.

Por nota do dia 27, o Itamaraty informou que o Brasil votara a favor da Resolução 1.564 tendo em vista que seu objetivo principal era "salvar vidas em Darfur", tarefa que – afirmou – fazia-se cada vez mais urgente. Ressaltou que, entre os aspectos positivos da Resolução estavam o reconhecimento dos esforços da União Africana na solução da crise em Darfur, solicitação de maior apoio da comunidade internacional a esses esforços, bem como a determinação de que os grupos rebeldes sudaneses cessassem a violência e cooperassem com as organizações humanitárias e de monitoramento da situação na região. Declarou que o governo brasileiro continuaria acompanhando com toda a atenção a evolução da situação em Darfur e em todo o Sudão, com vistas à retomada efetiva do processo de paz e ao fim da crise humanitária que afetava mais de um milhão de pessoas no país.

A ONU informou, em novembro, que tropas sudanesas haviam invadido os campos de refugiados de Abu Sharif e Otashm perto de Nyala, em Darfur, deslocando pessoas e impedindo o acesso de agências assistenciais aos que permaneceram nos refúgios. Uma semana depois, o governo sudanês e dois grupos rebeldes assinaram acordos que estabeleceram zona de exclusão aérea e concederam acesso a agências internacionais de ajuda humanitária. Apesar de tais acordos, no dia seguinte, militares sudaneses conduziram ataques contra vilas de refugiados em Darfur.

Em janeiro de 2005, a Comissão de Inquérito Internacional da ONU divulgou um relatório sobre os assassinatos em massa e estupros de civis darfurianos. Declarou que "o governo do Sudão não havia perseguido política de genocídio", mas acrescentou que isso não diminuía a gravidade dos crimes perpetrados. Concluiu que ofensas internacionais, tais como crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos em Darfur, não eram menos sérias ou odiosas do que o genocídio.

Segundo nota do Itamaraty, a situação no Sudão fora a questão mais complexa tratada pelo CSNU no decorrer da Presidência brasileira durante o mês de março. Notou a Chancelaria brasileira que haviam sido adotadas três resoluções: (a) a Resolução 1.590 que criou nova operação de paz: a Missão da ONU no Sudão (*UNMIS*), para apoiar a implementação do Acordo Abrangente de Paz assinado pelo governo e pelos rebeldes em janeiro; (b) a Resolução 1.591 que estabeleceu um comitê para monitorar as sanções impostas ao Sudão, um painel de peritos para auxiliar esse comitê e estendeu a todo o país as sanções determinadas pela Resolução 1.556 (2004), que incluíam embargo do comércio de armas na região e sanções pessoais aos membros das milícias "*janjawid*"; e (c) pela Resolução 1.593, o Conselho decidiu remeter ao Tribunal Penal Internacional a situação em Darfur, no sudoeste sudanês, onde, conforme apurou Comissão Independente de Inquérito, foram perpetrados crimes contra a humanidade.

No restante do ano, prosseguiriam tentativas de negociação de fim dos conflitos e a tomada de passos para levar à justiça internacional acusados de atrocidades em Darfur. Assim, em abril, noticiou-se que a ONU teria fornecido ao Tribunal Penal Internacional uma lista de cinco nomes de suspeitos de crimes de guerra em Darfur, o que levou o Presidente Omar Al-Bashir a declarar que não entregaria nacionais sudaneses a um tribunal estrangeiro. Por outro lado, em setembro, prosseguiram negociações promovidas pela União Africana entre representantes do governo sudanês e dois dos principais grupos rebeldes. No final do mês,

porém, uma milícia da *Janjawid* atacou uma vila com refugiados, tendo morrido dezenas de pessoas. Em outubro, diante do aumento de conflitos na região, a ONU anunciou que retiraria todo o pessoal não essencial que se encontrava em Darfur.

A necessidade de obtenção de mais informações diretas *in loco* a respeito da situação do país, entre outras razões, estaria por trás da emissão do Decreto nº 5.590, de novembro, pelo qual foi criada a embaixada no Sudão.

Em dezembro, o Embaixador Ronaldo Sardenberg fez pronunciamento no CSNU a respeito do segundo relatório apresentado pelo Promotor Luiz Moreno-Ocampo sobre as investigações em Darfur no cumprimento à Resolução 1.593. Notou que o governo do Sudão vinha cooperando com o Tribunal Penal Internacional ao facilitar encontros do Promotor e ao prestar informações. Expressou esperança de que o Promotor, ao avaliar se a jurisdição sudanesa estava atuando conforme os princípios reconhecidos de direito internacional, tomasse em consideração também dispositivos relativos a independência e imparcialidade, que considerou exigência *sine qua non* para assegurar justiça e confiabilidade.

Na ONU, prosseguiam os esforços para pacificar a região. Em fevereiro de 2006, os EUA solicitaram que a ONU iniciasse planos para o envio de mantenedores de paz a Darfur. O CSNU concordou e pediu a presença de uma tropas de 12 a 20 mil componentes além da entrega de armas e incorporação à ONU dos sete mil militares da União Africana que já lá se encontravam.

Em maio de 2006, o Itamaraty informou que se encontrava em visita ao Brasil o Subsecretário de Negócios Estrangeiros do Sudão, Dr. Mutrif Seddig. Na ocasião, informou que estava em processo de abertura a missão diplomática brasileira residente em Cartum. Naquele mês, a Comissão Internacional de Inquérito sobre Darfur, organizada pela ONU, concluiu que "o governo do Sudão não praticou política de genocídio, (embora) ofensas cometidas, tais como crimes contra a humanidade e crimes de guerra, possam ser mais sérias e odiosas do que genocídio".

A pressão internacional aumentava e, em 31 de julho, o SGNU, Kofi Annan, propôs uma força de manutenção de paz da ONU de cerca de 24 mil componentes para Darfur. Em agosto, o CSNU aprovou (com a abstenção da China, da Rússia e do Catar) a Resolução 1.706 que criou nova força de paz, chamada *UNAMID*, com 26 mil integrantes, para suprir e suplementar as forças de paz da União Africana. O Sudão se opôs fortemente à Resolução e declarou que veria as forças da ONU como invasores estrangeiros.

A situação em Darfur não apresentava melhoras e, em março de 2007, a missão da ONU no Sudão acusou o governo daquele país de orquestrar e tomar parte em violações graves em Darfur e pediu ação internacional urgente para proteger civis na região.

Prosseguiam também os avanços para a incriminação de culpados: em abril, os juízes do Tribunal Penal Internacional emitiram ordens de prisão para o ex-Ministro do Interior, Ahmad Harun, e para o líder da *Janjawid*, Ali Kushayb, por crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O governo do Sudão declarou que o Tribunal não exercia jurisdição no Sudão para julgar cidadãos sudaneses e afirmou que não entregaria os dois acusados.

Tanto no CSNU quanto no TPI o tema de Darfur continuava a ocupar atenção. Em julho, a resolução 1.769 do CSNU aprovava a criação de uma força de manutenção de paz em Darfur composta da ONU e da União Africana. No TPI, no ano seguinte, promotores do Tribunal Penal Internacional apresentaram dez acusações contra o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, três de genocídio, cinco de crimes contra a humanidade e dois de homicídio. Acusaram Al-Bashir de ser o mentor e executor de plano para destruir em parte substancial três grupos tribais de Darfur em razão de etnias. As provas foram submetidas a três juízes. Bashir rejeitou as acusações. Em março de 2009, o Tribunal emitiu ordem de prisão para o Presidente Al-Bashir, sem as acusações de genocídio, mas incluindo crimes de guerra e contra a humanidade em Darfur. Constituiu-se no primeiro indiciamento de um Chefe de Estado desde o estabelecimento do Tribunal em 2002.

As iniciativas para estabelecimento de paz apresentavam finalmente progresso. Por nota de março de 2010, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera com satisfação a notícia da assinatura, em Doha, de Acordo-Quadro preliminar entre o governo do Sudão e o Movimento para Justiça e Igualdade (JEM). Segundo a nota, o acordo refletia o comprometimento dos principais atores sudaneses com uma solução política e abrangente da questão de Darfur, e a necessidade de que fossem enfrentadas suas causas profundas. No documento, o Brasil reiterou seu compromisso de apoiar o processo político em curso no Sudão, inclusive nos debates acerca do tema no âmbito do CSNU. Concluiu que o Brasil manifestava, ainda, a expectativa de que o compromisso estabelecido em Doha pudesse redundar, no mais breve prazo, na conclusão de um acordo consensual e duradouro para a questão de Darfur.

9.4.5.5. Egito

O Presidente Lula visitou o Egito em dezembro de 2003. Em discurso que pronunciou, durante seminário empresarial, afirmou que Brasil e Egito eram países de projeção regional e global, e tinham muitos interesses comuns. Sublinhou que existia um potencial de complementaridade entre os dois países a ser explorado. Informou que análises econômicas indicavam claramente haver espaço para sensível melhoria do intercâmbio entre Brasil e Egito. Notou que junto aos produtos que tradicionalmente constituíam objeto de intercâmbio, como o açúcar e o minério de ferro brasileiro, o algodão e os tapetes egípcios, somavam-se outros setores nas trocas bilaterais. Citou como exemplos os campos da agricultura e da irrigação, da fabricação de medicamentos e da aviação civil e militar. Informou que outros produtos estavam sendo progressivamente identificados. Acrescentou que no agronegócio eram grandes as possibilidades de cooperação ao longo de toda a cadeia produtiva: da plantação à comercialização de café, milho, soja, trigo ou produtos de criação animal. Observou que o instrumento de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) e a HELA (Associação para o Aperfeiçoamento da Exportação Hortifrutícula) previa treinamento de agrônomos e transferência de tecnologias entre os dois países. Constatou que o Egito era um importante parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, tendo o comércio atingido cerca de US$ 500 milhões. Acrescentou que tinha potencial para aumentar ainda mais e era o país com o qual o Brasil tinha registrado o seu maior superávit na região. Acrescentou que havia outras áreas em que o intercâmbio podia prosperar, como o turismo, em que o potencial, de lado a lado, era enorme.

No discurso que pronunciou na visita à sede da Liga dos Estados Árabes, o Presidente Lula ressaltou que havia mais de 10 milhões de brasileiros descendentes de imigrantes árabes no Brasil. Observou que a compra de produtos brasileiros representava cerca de 1,5% do total de importações do mundo árabe. Sublinhou que o Mercosul e o Mundo Árabe possuíam enormes mercados, com populações de, respectivamente, 210 milhões e 200 milhões de habitantes. Expressou a esperança de que a Cúpula entre líderes da América do Sul e de países Árabes, prevista para o ano seguinte, fosse marco definitivo no estreitamento das relações entre o Mundo Árabe e as nações sul-americanas. Expressou desejo de que a iniciativa criasse uma nova moldura para a cooperação e o diálogo entre as duas regiões.

Em resumo da visita, o Itamaraty informou que, com o Presidente Hosni Mubarak, o Presidente Lula examinara as possibilidades de

ampliar a cooperação bilateral no campo comercial, que já registrava cifras de aproximadamente US$ 500 milhões, com grande potencial de crescimento. Acrescentou que, durante o encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Atef Ebeid, haviam sido assinados dois instrumentos internacionais: um Memorando de Entendimento para Isentar de Vistos os Funcionários Governamentais em Missões Oficiais e um Memorando para Estabelecer Consultas Políticas Bilaterais, quando se completassem as negociações para a assinatura de Acordo Bilateral de Extradição.

No dia 23 de dezembro, por nota à imprensa, o governo brasileiro deplorou "o acontecido em 21 do corrente, quando, após encontros com as mais altas autoridades israelenses, o Ministro das Relações Exteriores egípcio, Ahmed Maher, ao visitar a Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, foi vítima de agressão por palestinos". Acrescentou que o "ato de violência" era "tanto mais lamentável" porquanto fora dirigido contra autoridade de país que empreendia "esforços junto a israelenses e palestinos no sentido de negociar um cessar-fogo" que pudesse levar as partes a retornarem à mesa de negociações para encerrar o conflito na região.

Uma série de ataques terroristas na cidade turística de Charm el--Cheik, na Península do Sinai, no Egito, causou a morte de 85 pessoas, a maioria das quais egípcios, e ferimentos a outras 200. Por nota de 25 de julho, o governo brasileiro manifestou profundo pesar e solidariedade ao governo e ao povo egípcios. Repudiou o ato "de barbárie", que havia causado grande consternação na sociedade brasileira, e expressou confiança de que as autoridades egípcias conseguiriam punir seus autores.

O Itamaraty informou que o Ministro do Comércio do Egito, Rachid Mohamed Rachid, realizaria visita ao Brasil em agosto de 2008. O programa da visita incluiria contatos com autoridades governamentais e representantes empresariais em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte.

9.5. Oriente Médio

No seu discurso de posse, Celso Amorim afirmou que, após um encaminhamento que despertara esperanças, era triste ver a deterioração da situação no Oriente Médio, onde viviam populações com as quais o Brasil tinha vínculos profundos. Declarou que não se podia, "de forma alguma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas e de desencadear forças incontroláveis com enorme potencial desestabilizador para a

região e para o mundo". Afirmou que era preciso resgatar a confiança na ONU. Ressaltou que o CSNU era o único órgão legalmente habilitado a autorizar o uso da força, "recurso extremo a ser utilizado apenas quando todos os outros esforços e possibilidades também se tenham efetivamente esgotado". Acrescentou que era igualmente importante para a credibilidade do CSNU em sua tarefa de manter a paz que suas resoluções fossem fielmente cumpridas[82].

Maior aproximação dos países árabes seria anunciada logo no início do governo. Em abril, Celso Amorim declarou que o aprofundamento das relações do Brasil com o Oriente Médio se processaria tanto pela via bilateral como por intermédio de contatos mais sistemáticos com a Liga dos Estados Árabes, o Conselho de Cooperação do Golfo e a União do Magrebe Árabe. Anunciou que o contato de alto nível se inauguraria com a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri, no mês de junho. Acrescentou que outras iniciativas estavam previstas tanto no plano político quanto no econômico-comercial. Notou que, por se tratar do país da região com maior população e economia mais diversificada, o Egito retinha particular relevância naquele contexto. Informou ainda que tinha mantido interlocução intensa com os Embaixadores do Conselho de Cooperação do Golfo e demais países árabes em Brasília e que de todos recebera manifestações de apreço pelos esforços do governo brasileiro em explorar soluções pacíficas para os problemas da região. Notou que era apreciada a posição brasileira em defesa da rápida implantação de um Estado Palestino independente, e do direito à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Durante o governo Lula seriam abertos seis postos no Oriente Médio: as embaixadas em Mascate (Omã), Nicósia (Chipre) e Doha (Catar); e os consulados em Istambul (Turquia), Ramalá (Palestina) e Beirute (Líbano).

9.5.1. O conflito israelense-palestino

Em 2003, os EUA e Israel recusavam-se a negociar o conflito israelense-palestino com Yasser Arafat. Em março, este designou Mahmoud Abbas como Primeiro-Ministro, cargo anteriormente inexistente na Autoridade Palestina. Logo ficaria claro, no entanto, que havia desentendimentos entre designante e designado.

Enquanto isso, os ataques terroristas prosseguiam, tendo sido mortos, entre janeiro e março, cerca de 60 israelenses. Num desses

atentados, ocorrido em 5 de março, morreram 17 pessoas e ficaram feridas 53 outras, entre as quais muitas crianças e adolescentes. O atentado foi executado por um membro do Hamas em ônibus civil em Haifa. O ato ocorreu após diversas semanas de violência nos territórios ocupados nos quais 40 palestinos haviam sido mortos em excursões do exército israelense na Faixa de Gaza.

Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro condenou enfaticamente o atentado. Afirmou que via com grande preocupação a escalada da violência na região, "em vista inclusive de incursões das forças israelenses em Gaza e na Cisjordânia, com a ocorrência de vítimas civis", e conclamou à rápida retomada do processo de paz. No dia seguinte, emitiu outra nota em que expressou sua consternação ante a escalada de violência em Gaza e na Cisjordânia e deplorou a ocorrência de numerosas vítimas causadas pelas incursões de forças israelenses.

9.5.1.1. O Mapa do Caminho da Paz (abril de 2003)

Em abril, o "Quarteto" composto de EUA, UE, ONU e Rússia divulgou o "Mapa do Caminho para a Paz", plano que estaria sendo guardado até a nomeação de Abbas como Primeiro-Ministro. Ariel Sharon o endossou e anunciou seu compromisso com a criação de um Estado Palestino no futuro. Nesse clima um pouco mais promissor, no final do mês, foi anunciada a visita do Ministro Celso Amorim ao Egito, à Jordânia e ao Líbano. Na ocasião, além de participar de reunião da OMC no Egito, e de reunião do Fórum Econômico Mundial (Davos) na Jordânia, o Ministro manteria encontros com autoridades dos três países, nos quais buscaria identificar oportunidades de cooperação e diálogo com aqueles Governos.

O conflito entre terroristas e israelenses prosseguia. Entre abril e junho, em 24 ataques terroristas, morreram mais de 60 israelenses. Entidades tais como as Brigadas Mártires Fatá al Aqsa, Frente Popular para a Libertação Palestina, Tanzim Fatá e Hamas assumiram responsabilidades por diferentes ataques. Apesar da violência, parecia haver alguma esperança de retomada de negociações para a questão palestina.

Por nota à imprensa em 4 de julho, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento com satisfação dos esforços de paz empreendidos pelas partes envolvidas no conflito. Considerou a decisão do governo israelense de retirar suas forças militares de áreas ocupadas em Gaza e a trégua anunciada por grupos palestinos na Intifada armada "passos importantes no impulso do processo de paz". Apoiou os esforços de

mediação e negociação com vistas a assegurar a continuidade do Mapa do Caminho para a Paz. Anunciou que o Brasil estava disposto a contribuir para o sucesso das negociações naquilo que estivesse a seu alcance, sob a égide da ONU. Exortou as partes a manterem-se coesas para alcançar uma paz duradoura no Oriente Médio.

Em agosto, Israel libertou 331 palestinos num gesto considerado como de apoio ao Plano de Caminho para a Paz. A situação de segurança, porém, não melhorava. Entre agosto e setembro, mais oito ataques ceifaram a vida de cerca de 30 pessoas. Um dos ataques foi realizado em 19 de agosto por suicida com bomba que se detonou em ônibus na cidade de Jerusalém, matando ao menos 18 pessoas e ferindo cerca de cem outras. O Hamas e o Jihad Islâmico assumiram responsabilidade por sua realização.

Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro manifestou-se profundamente consternado diante da onda de violência que contaminava o cenário do Oriente Médio naqueles dias. Afirmou que a ocorrência de atentado terrorista, perpetrado por grupos extremistas contra alvo civil na área central de Jerusalém, era objeto de repúdio e preocupação. Condenou-o veementemente. Acrescentou que o Brasil via com grande preocupação os atentados suicidas por parte de grupos extremistas e as incursões das forças israelenses no território palestino. Declarou que tal clima de represálias sucessivas prejudicava o entendimento que se instalava nas semanas anteriores como resultado dos esforços empreendidos pelas lideranças políticas das partes em conflito, no contexto da implementação do Mapa do Caminho para a Paz.

Apesar dos ataques, em 7 de setembro, Isrel liberou mais 161 palestinos que se encontravam presos. Por outro lado, o Gabinete de Segurança de Israel decidiu "remover" dos territórios palestinos o Presidente da Autoridade Nacional da Palestina, Yasser Arafat.

Por nota de 12 de setembro, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento da decisão, com profunda apreensão. Declarou que o Brasil reconhecia no Presidente Arafat uma autoridade legítima e democraticamente eleita pelo povo palestino. Expressou a posição de que a decisão do Gabinete de Segurança israelense poderia comprometer irremediavelmente o processo de paz. Exortou Israel a reverter a decisão e conclamou israelenses e palestinos a agir com moderação e retornar à mesa de negociações, único espaço de onde poderia "surgir uma solução justa e duradoura para o conflito na região".

Israel continuaria a planejar meios para proteger sua população contra os ataques terroristas, entre os quais, a controvertida construção

de muro de separação de territórios palestinos. No CSNU, os EUA vetaram, em meados de outubro, um projeto de resolução que declararia a ilegalidade do muro e exigiria sua demolição, por desviar-se da linha verde, isto é, da demarcação entre Israel e seus vizinhos.

Os ataques terroristas e os revides israelenses prosseguiram. Em 4 de outubro, o Jihad Islâmico assumiu a responsabilidade por bomba suicida em restaurante em Haifa que matou 20 pessoas e feriu mais de 60.

Por nota, o governo brasileiro condenou o atentado. Qualificou-o de "bárbaro" e afirmou que a repetida violência contra alvos civis constituía "prática inaceitável", que se afastava "diametralmente das diretivas de aumento de confiança mútua, estabelecidas no Mapa do Caminho para a Paz".

Em retaliação ao ataque de Haifa, Israel atacou com bombas, em 5 de outubro, local próximo a Damasco, alegando que era um centro de treinamento de terroristas para membros do Jihad Islâmico. Este declarou que o local não estava sendo utilizado e a Síria afirmou que a área era ocupada por civis. Governos europeus condenaram a ação de Israel.

A violência prosseguia. Em 15 de outubro, três diplomatas estadunidenses foram mortos e um ficou ferido na Faixa de Gaza quando uma bomba destruiu um jipe blindado em um comboio que os transportava. Em 19 de outubro, três militares israelenses foram mortos e outro ficou gravemente ferido durante uma patrulha ao norte de Ramalá, quando terroristas dispararam por trás. O Fatá Al-Aqsa reivindicou a responsabilidade pelo ataque.

O governo brasileiro declarou, no dia 23 de outubro, que acompanhava "com grave preocupação a ininterrupta onda de violência" que continuava "a caracterizar" o relacionamento israelense-palestino. Ao recordar que tanto o Primeiro-Ministro israelense, quanto o Primeiro-Ministro palestino, haviam afirmado que o Mapa do Caminho para a Paz era o único instrumento disponível para negociar-se a paz, conclamou os membros do Quarteto a intervirem firmemente para que as duas partes cessassem as hostilidades recíprocas. Lamentou profundamente as mortes, o "elevado número de feridos e a destruição causada por operações das Forças de Defesa de Israel na cidade de Gaza" e expressou crença de que o clima de hostilidade prevalecente obstruía o diálogo e prejudicava as iniciativas tendentes à retomada de negociações de paz.

Ainda em outubro, disputas entre Arafat e Abbas sobre a questão de controle da segurança levaram a que o segundo renunciasse ao cargo de Primeiro-Ministro, alegando falta de apoio dos EUA e de Israel assim como incitação interna contra seu governo.

Em 2 de dezembro, antes de embarcar para sua viagem a cinco países árabes, o Presidente Lula emitiu nota em que apresentou o apoio brasileiro a "iniciativa organizada por setores expressivos da sociedade civil de Israel e da Palestina para a paz no Oriente Médio". Considerou que a proposta representava um passo positivo e inspirador para a região. Acrescentou que o Brasil nutria a esperança de que Israel e a Palestina trabalhassem conjuntamente em favor de uma solução pacífica do conflito, por meio de concessões recíprocas. Concluiu que somente pela via da negociação e do diálogo se poderia alcançar uma paz duradoura.

Em discurso na Síria, o Presidente Lula afirmou que o Brasil acompanhava com grande interesse e preocupação os acontecimentos; desejava ver prevalecerem a paz e o entendimento no lar de tantos de seus parentes e antepassados. Afirmou que o Brasil defendia firmemente a criação de um Estado palestino; considerava que a continuada ocupação de territórios palestinos, a manutenção e expansão de assentamentos eram inaceitáveis; acreditava que o Mapa do Caminho para a Paz e a Iniciativa Árabe da Paz ofereciam alternativas convergentes para o estabelecimento de um Estado palestino independente no mais breve prazo, ao mesmo tempo que atendia às preocupações com a segurança de Israel; guiava-se pelo princípio de que o direito de um povo exercer soberania sobre seu território era inalienável e, por isso, votara na ONU, em favor da resolução que exigia a devolução das Colinas de Golã à Síria.

Continuava a situação de insegurança. Em 25 de dezembro, quatro militares israelenses foram mortos e mais de 20 pessoas ficaram feridas em um atentado suicida em um ônibus a leste de Tel Aviv. A Frente Popular para a Libertação da Palestina assumiu a responsabilidade pelo ataque.

Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro manifestou-se profundamente consternado com as ações e reações de violência ocorridas nos cinco dias anteriores no Oriente Médio. Declarou que o "ataque perpetrado contra soldados israelenses, os duros ataques retaliatórios das forças militares de Israel, na faixa de Gaza, e o atentado palestino suicida do dia de Natal, em Tel Aviv" configuravam "lamentável e inaceitável espiral de brutalidade", que contrastava "com o espírito de paz e fraternidade celebrado na Terra Santa e em todo o mundo por ocasião dos festejos de Natal". Acrescentou que constituíam, ainda, "sério golpe às tentativas de renegociação de um cessar-fogo" que permitisse a volta à mesa de negociações para a implementação do Mapa do Caminho para a Paz.

Em 13 de janeiro de 2004, seis israelenses foram mortos e cinco outros ficaram feridos em ataque suicida com bomba na fronteira entre Israel e a Faixa de Gaza. O Hamas e a Brigada de Mártires Fatá Al-Aqsa

assumiram responsabilidade pelo ataque. No dia seguinte, três militares israelenses foram mortos e 10 ficaram feridos quando um suicida detonou uma bomba na Faixa de Gaza. O Hamas e as Brigadas dos Mártires Al-Aqsa do Fatá assumiram responsabilidade conjunta pelo ataque.

Em meio a tais ataques, o Primeiro-Ministro Ariel Sharon anunciou que consideraria uma retirada unilateral de partes dos territórios ocupados. O plano da evacuação de 17 assentamentos em Gaza e outros quatro na Cisjordânia, em fevereiro, foi bem recebido pelo Ministro do Comércio e Indústria, Ehud Olmert, e pela Ministra da Imigração, Tzipi Livni, mas foi condenado pelo Ministro do Exterior, Silvan Shalom, e pelo Ministro das Finanças, Bibi Netanyahu. Naquele mês, líderes palestinos e israelenses se reuniram no Egito numa tentativa de acordar um cessar-fogo.

O anúncio pareceu surtir poucos efeitos imediatos pois, entre o dia 25 de janeiro e 27 de fevereiro, em cinco ataques terroristas diferentes, morreram 27 pessoas, tendo as Brigadas dos Mártires Al-Aqsa do Fatá e o Hamas reivindicado responsabilidade por sua realização.

Em março, o Ministro Celso Amorim expressou preocupação com o nível de violência no Oriente Médio. Anunciou o estabelecimento de uma missão diplomática brasileira em Ramalá e a indicação de um Enviado Especial para o Oriente Médio. Esclareceu que, na "condição de país com o maior número de pessoas de descendência árabe, e com uma dinâmica e altamente influente comunidade de judeus – ambos convivendo lado a lado, pacificamente – o Brasil acreditava poder ajudar, de alguma forma, nos esforços que vinham sendo realizados pela comunidade internacional, ao mesmo tempo em que reconhecia totalmente a complexidade dessa tarefa".

A violência prosseguia. Entre 14 de março e 3 de abril, quatro ataques levariam à morte mais uma dúzia de pessoas. Num deles, em 19 de março, um árabe cristão e filho de conhecido advogado foi morto a tiros disparados de um veículo quando praticava corrida em bairro ao norte de Jerusalém. As Brigadas Mártires Al-Aqsa do Fatá reivindicaram responsabilidade pelo ataque e, mais tarde, publicaram um pedido de desculpas. Três dias depois, palestinos protestaram nas ruas após um helicóptero de Israel ter disparado um míssil que matou o Xeque Ahmed Yassin e seus acompanhantes na cidade de Gaza.

Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro condenou o assassinato e deplorou as ações e reações retaliatórias que opunham israelenses e palestinos. Também o Grupo do Rio emitiu comunicado em que expressou sua grande preocupação ante o recrudescimento da violência. Esta continuou e, em 3 de abril, um israelense foi morto a tiros por um terrorista na parte externa de sua casa, depois de sua filha de

14 anos ter sido baleada. O Hamas reivindicou a responsabilidade pelo ataque.

O Brasil aumentava seu acompanhamento da questão do Oriente Médio e, em 16 de abril, o Itamaraty informou que, tão logo concluísse sua missão na Embaixada do Brasil em Pequim, após a visita do Presidente Lula à China, o Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto seria designado para as funções de Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio.

A luta recrudesceu em Gaza e em Israel. Entre 17 de abril e 23 de julho, ocorreram 18 ataques, com mortes de cerca de 20 pessoas. Num revide israelense ocorrido em 22 de abril, helicópteros israelenses dispararam mísseis contra veículos na Faixa de Gaza, matando o líder do Hamas, Abdel Aziz Al-Rantissi. Noutro, em 18 de maio, as forças israelenses lançaram operação para destruir túneis de contrabando em Rafah e impedir o embarque de mísseis e armas. Na operação, mataram 40 militantes palestinos, 12 civis e demoliram cerca de 50 construções. Houve protestos em várias partes do mundo.

Por nota no próprio dia 18, o Brasil condenou "as ações de violência por parte das Forças de Defesa de Israel", "bem como a intenção do governo israelense de dar continuidade à destruição de residências de civis palestinos em Rafah".

Em outra nota, emitida no dia 21, expressou "sua mais veemente condenação às ações perpetradas pelas Forças de Defesa de Israel em Rafah, na Faixa de Gaza, as quais, por meio da 'Operação Arco-Íris', resultaram na morte e em ferimentos de mais de 40 palestinos, inclusive crianças e manifestantes que protestavam de maneira pacífica". Condenou, igualmente, "a intenção manifesta do governo israelense de dar continuidade às demolições de casas e à ofensiva contra os habitantes de Rafah". Exortou o governo de Israel ao cumprimento da Resolução 1.544 do CSNU, que pediu o fim imediato das agressões. Conclamou o governo de Israel "a cessar as hostilidades e a prosseguir com o plano de retirada de Gaza, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Mapa do Caminho para a Paz".

A discussão internacional sobre o projeto israelense de erigir muro divisório prosseguia. Em julho, a Corte Internacional de Justiça emitiu um parecer sobre a decisão do governo israelense. Por 14 votos contra um, o tribunal criticou a política do governo Sharon. Se a elevação de separação física era criticada, a de "desengajamento" era bem recebida: em cumprimento às determinações de Ariel Sharon, em 23 de agosto, Israel "desengajou-se" unilateralmente de 25 assentamentos judeus na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

O interesse brasileiro pela região expressava-se de maneira concreta. Em cumprimento ao anunciado anteriormente pelo Ministro Celso Amorim, por Decreto nº 5.202, de 2 de setembro, foi criado o Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, na Cisjordânia.

Após a morte de duas crianças israelenses causadas por foguetes lançados por palestinos, Israel deu início, entre 30 de setembro e 16 de outubro, a uma operação militar no norte de Gaza com foco nas cidades de Beit Hanoun e Beit Lahia e no campo de refugiados Jabaliya. O objetivo era prevenir o lançamento de morteiro e foguetes contra assentamentos israelenses em Gaza e na cidade de Sderto em Israel. No ataque, militares israelenses mataram entre 104 e 133 palestinos, inclusive entre 18 e 31 civis; demoliram 77 casas e danificaram instalações públicas, inclusive escolas, jardins de infância e mesquitas, e destruíram fazendas. Segundo os israelenses, os prédios demolidos eram usados pelos palestinos como cobertura para lançamento de foguetes e mísseis antitanques.

Por nota do dia 4 de outubro, o governo brasileiro deplorou "vivamente os atos de violência cometidos na fronteira norte da Faixa de Gaza, em particular a ofensiva das Forças de Defesa de Israel durante a Operação "Dias de Penitência", que já ocasionara mais de 70 mortes e ferimentos em cerca de 250 pessoas. Projeto de resolução apresentado no CSNU condenando a ação israelense foi vetado pelos EUA, no dia 5, por não ter sido levado em conta os atos terroristas contra Israel.

Em 26 de outubro, o Parlamento israelense (Knesset) aprovou plano do Primeiro-Ministro de retirar assentamentos judeus da Faixa de Gaza e de alguns assentamentos na Cisjordânia. Ariel Sharon obteve 67 votos a favor e 45 contra a medida, tendo havido sete abstenções.

Por nota de 27 de outubro, o Brasil considerou a decisão adotada, "um passo importante para avançar no processo de paz do Oriente Médio".

Yasser Arafat adoeceu em outubro. Por mensagem à Autoridade Nacional Palestina no dia 29, o Presidente Lula transmitiu os votos de pronta recuperação do "líder histórico da causa palestina e incansável artífice dos anseios de autodeterminação de seu povo". Arafat faleceu em 11 de novembro, tendo o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu de Oliveira e Silva, comparecido à cerimônia fúnebre realizada no Cairo. Em entrevista à imprensa, Celso Amorim informou que o Ministro brasileiro e o Enviado Especial para Ramalá haviam tratado da possibilidade do Brasil juntar-se aos esforços do Quarteto para execução do Caminho para a Paz.

Em 9 de janeiro de 2005, Mahmoud Abbas foi eleito com 63% dos votos para suceder a Arafat como Presidente da Autoridade Palestina. A eleição de Abbas daria impulso à retomada de negociações de paz.

9.5.1.2. Cúpula de Charm el-Cheik (dezembro de 2005)

Em gesto declaradamente de boa vontade para com a nova liderança palestina, em 27 de dezembro, Israel liberou 159 prisioneiros palestinos. O novo líder, de fato, teria aceitação por Israel como interlocutor, o que não era mais o caso de Arafat. Assim, em 8 de fevereiro, com Abbas reuniram-se em Charm el-Cheik, Ariel Sharon; Hosni Mubarak e o Rei Abdullah II da Jordânia. Declararam seu desejo de trabalhar para terminar a *Intifada Al-Aqsa* que já durava quatro anos. Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro registrou, com satisfação, a realização da Cúpula. Considerou que as eleições palestinas e o compromisso assumido pelas lideranças palestinas e israelenses de conter a violência que vitimava ambos os povos constituíam "marcos de importância fundamental para restaurar a confiança entre as partes e facilitar a retomada das negociações de paz, no contexto do Mapa do Caminho, com vistas a uma solução justa, abrangente e duradoura do conflito".

Em entrevista no dia 23, perguntado se era possível que o Brasil viesse a desempenhar um papel positivo nas negociações de paz na Palestina, Celso Amorim declarou que nenhum país podia pretender estar apto a resolver a crise; pois só os árabes e os israelenses podiam equacionar a questão. Mas acrescentou que o Brasil podia vir a ter um papel positivo, sobretudo em vista dos dez milhões de pessoas de sua população que tinha origem árabe e pelo fato de igualmente contar com significativa presença judaica. Revelou que, em sua visita à Palestina, o Chanceler Nabil Shaath transmitira-lhe o interesse palestino em que o Brasil desempenhasse papel nas negociações de paz a serem retomadas. Acrescentou que, além disso, durante sua visita na semana anterior o Presidente Mahmoud Abbas insistira em que o Brasil estivesse pronto para desempenhar um papel importante naquela matéria. Informou que Abbas chegara a sugerir a formação de um comitê quadripartite com a participação do Brasil, África do Sul, Índia e Turquia, para assistir o Quarteto já existente. Concluiu que o papel brasileiro não seria de apresentar soluções mágicas, mas sim de prestar assistência no processo da sequência das proposições.

Em 21 de fevereiro, o governo de Israel prosseguiu com gestos positivos em relação Abbas e liberou 500 prisioneiros palestinos. Parecia, como em tantas outras oportunidades, que haveria possibilidades de negociações conducentes à paz.

Em artigo que publicou no dia 4 de março, Celso Amorim afirmou que o Brasil respaldava os esforços do SGNU e do Quarteto com o objetivo de levar adiante o "Mapa do Caminho" entre israelenses e palestinos. Ressaltou que o Brasil tinha consistentemente apoiado "a criação de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, assim como o direito à existência e à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas". Anunciou que, com vistas a ampliar sua presença "em uma das regiões estratégicas para a paz e a segurança globais e, eventualmente, contribuir para o processo de paz", o Brasil havia aberto um escritório de representação em Ramalá e havia designado um Embaixador Extraordinário para os assuntos do Oriente Médio. Por fim, declarou que para coroar tal processo de aproximação com os países árabes, seria realizada, em 2005, uma Cúpula pioneira dos países sul-americanos e árabes.

Em 31 de março, o Brasil concluiu o período de um mês durante o qual ocupou a Presidência rotativa do CSNU. Segundo nota do Itamaraty, naquele período, o Conselho tratou da questão do Oriente Médio. Recordou que, no dia 9, a Presidência brasileira do CSNU emitira declaração em que acolheu com satisfação as conclusões da reunião ocorrida em Londres, em 1º de março, sobre apoio à Autoridade Palestina. Notou que o CSNU também acolhera o plano apresentado pelo Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que visava a fortalecer as instituições e a economia palestinas. No dia 24, o CSNU recebeu o relatório do Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos da ONU sobre a situação no Oriente Médio. O documento enfatizou que, apesar dos progressos observados, a incerteza e a fragilidade ainda caracterizavam o processo de paz entre israelenses e palestinos, e expressou preocupação com relação ao muro em construção pelo governo de Israel.

Em entrevista coletiva no dia 4 de abril, juntamente com o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Embaixador Amre Moussa, Celso Amorim declarou que, na questão palestina, o Brasil desejava que houvesse uma solução que garantisse "um Estado Palestino economicamente viável e com respeito à dignidade humana, em um contexto de paz regional para todos os Estados da região". A um jornal egípcio, Celso Amorim revelou, no dia 10, que a declaração da Cúpula Árabe – Sul-americana incluiria um apoio explícito ao direito à independência do povo palestino.

Em 2 de junho, Israel libertou 398 prisioneiros palestinos, mas os ataques terroristas não se interrompiam. Entre 17 de abril e 23 de julho, cerca de 30 pessoas, na maioria israelenses, morreram em ataques terroristas diversos e em confrontos em operações para prendê-los. Num dos ataques, ocorrido em 14 de julho, uma cidadã israelense-brasileira,

Dana Galkowicz, foi morta por um foguete disparado ao norte da Faixa de Gaza. O Hamas, o Jihad Islâmico e o Fatá assumiram a responsabilidade pelo ataque.

Por nota do dia 15, o governo brasileiro informou que acompanhava, com apreensão, a escalada da tensão em Israel e nos territórios palestinos, resultante da sucessão de atos de violência que haviam levado, nos dias anteriores, à morte de vários civis, inclusive da cidadã brasileiro-israelense Dana Galkowicz. Exortou todas as partes envolvidas a evitar quaisquer iniciativas que pudessem vir a comprometer os preparativos para a retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza, a desativação de assentamentos judeus naquele território e sua entrega à administração da Autoridade Nacional Palestina, prevista para o mês de agosto seguinte. Transmitiu suas mais sinceras condolências aos familiares da Senhora Galkowicz, bem como a todas as famílias das vítimas dos episódios de violência na região.

Israel colocava em vigor seu plano de "desengajamento" da Faixa de Gaza. Por nota de 17 de agosto, o governo brasileiro informou que acompanhava atentamente a implementação do plano de retirada de colonos na Faixa de Gaza e em quatro assentamentos do Norte da Cisjordânia. Afirmou que o Brasil saudava a determinação do governo israelense em levar a cabo o Plano de Desengajamento, a despeito da complexidade da empreitada. Declarou que o governo brasileiro compartilhava o anseio da comunidade internacional para que a Autoridade Nacional Palestina pudesse assumir, sem incidentes e em ambiente de paz, o controle pleno sobre o território de Gaza, em seguida à saída dos colonos. Reiterou seu entendimento de que o Plano de Desengajamento de Gaza representava iniciativa capaz de contribuir de forma significativa para fazer avançar o processo de paz no Oriente Médio. Instou todas as partes envolvidas a dar prosseguimento ao diálogo com tal objetivo, no âmbito do "Mapa do Caminho para a Paz". Reafirmou sua disposição de contribuir, se assim fosse do interesse das Partes, para os esforços da comunidade internacional com vistas à obtenção de uma paz justa e duradoura na região, que contemplasse, por um lado, a criação de um Estado palestino soberano, economicamente viável e geograficamente coeso e seguro; por outro, o direito de Israel à existência e à segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

O "desengajamento" da Faixa de Gaza se completou em 12 de setembro e o "desengajamento" militar da Cisjordânia dez dias depois. Após essas medidas, entretanto, a cidade israelense de Sderot passou a ser objeto de ataques procedentes de Gaza. Entre 23 de outubro e 9 de

novembro, outros ataques levariam à morte mais uma dezena de pessoas em Israel, na maioria civis.

Em 15 de novembro, Israel e a Autoridade Palestina chegaram a um acordo sobre acesso à Faixa de Gaza após negociações facilitadas e promovidas pelos EUA, UE e o enviado especial do Quarteto. Por nota do dia 18, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim encaminhara mensagens à Secretária de Estado dos EUA, Condoleeza Rice, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Silvan Shalon, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina, Nasser Al-Kidwa, e ao Emissário Especial do Quarteto para o Desengajamento, James Wolfenson, congratulando-os pelos entendimentos logrados. Em suas mensagens, o Ministro Amorim registrou que os acordos obtidos para o tratamento de questões de fronteira, logística e infraestrutura constituíam decisivos avanços nas negociações de paz e na implementação das diretrizes estabelecidas pelo "Mapa do Caminho para a Paz". Na mesma linha, o Chanceler Amorim informou que o governo brasileiro, em consonância com sua firme postura favorável à solução pacífica das controvérsias, emprestara seu apoio às gestões empreendidas pelos diversos atores políticos no sentido de fazer os Governos israelense e palestino perseverarem nos esforços pela paz no Oriente Médio, bem como pela segurança das fronteiras regionais e pelo desenvolvimento econômico e social dos territórios palestinos.

Celso Amorim publicou artigo, em 25 de novembro, no qual notou que o Brasil tinha consistentemente apoiado a criação de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, assim como o direito à existência e à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Lembrou que o Brasil respaldara os esforços do SGNU e do Quarteto (EUA, Rússia, UE e ONU) para levar adiante o "Mapa do Caminho" entre israelenses e palestinos. Afirmou que o país estava disposto, inclusive, a cooperar com o processo, caso solicitado pelas partes envolvidas. Ressaltou que a determinação brasileira de ampliar sua presença em uma das regiões estratégicas para a paz e a segurança globais e, eventualmente, de contribuir para o Processo de Paz, levara à abertura de um escritório de representação em Ramalá e à designação de um Embaixador extraordinário para os assuntos do Oriente Médio.

A Chancelaria brasileira continuaria a se manifestar sobre os acontecimentos na região.

Por nota do Itamaraty de 6 de dezembro, o governo brasileiro condenou com veemência o atentado perpetrado dois dias antes em centro

comercial da cidade israelense de Netanya e apresentou seu mais profundo sentimento de solidariedade aos familiares e amigos das vítimas. Lamentou a perda de vidas inocentes e reiterou seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de seus atores e motivações. Exortou os governos de Israel e da Autoridade Nacional Palestina a que, a despeito da gravidade do atentado de Netanya, prosseguissem nas negociações de paz, com vistas à implementação das medidas contempladas no "Mapa do Caminho para a Paz".

O governo brasileiro decidiu enviar missão de observadores às eleições parlamentares previstas para o dia 25 de janeiro de 2006 destinadas à renovação do Conselho Legislativo Palestino (CLP). Por nota de 4 de janeiro de 2006, ao anunciar a decisão, o Itamaraty informou que atendera, para tanto, convite recebido da Autoridade Nacional Palestina (ANP). Acrescentou que a delegação de observadores brasileiros deveria ser integrada por representantes da justiça eleitoral, do Congresso Nacional, do Ministério das Relações Exteriores e da comunidade árabe-brasileira. Considerou que as eleições parlamentares deveriam constituir marco significativo no processo de consolidação das instituições palestinas. Expressou a expectativa do governo brasileiro de que o pleito para o CLP contribuísse para a pronta retomada das negociações de paz, com base nos parâmetros fixados pelo Mapa do Caminho. Concluiu com a afirmação de que o envio de delegação observadora ao próximo pleito legislativo evidenciava a disposição do Brasil de oferecer auxílio e cooperação à Autoridade Nacional Palestina e de participar, de forma mais ativa, dos esforços de paz em curso no Oriente Médio.

O Hamas venceu a eleição para o legislativo palestino no dia 25, conquistando a maioria dos assentos no Conselho Legislativo Palestino. Obteve 76 dos 132 assentos, tendo o Fatá que, antes tinha a maioria, caído para apenas 43, o que levaria a conflitos entre esses dois grupos. Após o pleito, o Hamas rejeitou todos os acordos assinados com Israel, recusou reconhecer-lhe o direito de existir, e afirmou que o holocausto constituía uma conspiração judaica. Os EUA e muitos países europeus suspenderam a transferência de fundos, insistindo que o Hamas devia reconhecer Israel, renunciar à violência e aceitar pactos anteriores de paz. De sua parte, Israel recusou-se a negociar com o Hamas, porque este mantinha posição sobre o país na qual entendia que aquele Estado não tinha o direito de existir e de que Israel como um todo constituía uma ocupação ilegal que devia ser eliminada.

O Brasil se expressou a respeito das eleições palestinas. Por nota à imprensa, em 26 de janeiro, o governo brasileiro manifestou sua

satisfação com o transcurso, em clima de completa tranquilidade, das eleições legislativas palestinas no dia anterior. Congratulou a Autoridade Nacional Palestina, o Comitê Eleitoral Central e, sobretudo, o povo palestino, que comparecera em número expressivo ao pleito. Considerou que o processo eleitoral constituiu marco decisivo para a consolidação da democracia. Acrescentou a nota que o Brasil acompanhava com grande interesse a situação na região, apoiava os esforços em prol da construção de um futuro de justiça e prosperidade para todos os povos do Oriente Médio e esperava que o processo democrático conduzisse ao estabelecimento do Estado palestino independente e soberano, em coexistência pacífica com Israel.

A escalada de violência nos Territórios Palestinos Ocupados, desencadeada por ataque contra presídio em Jericó, seguido de atos hostis contra civis, cidadãos estrangeiros e representações de entidades internacionais levou o governo brasileiro a se manifestar.

Por nota de 15 de março, afirmou que acompanhava aquela situação com apreensão. Conclamou as partes a tomarem medidas que contribuíssem para sustar a espiral de violência, inclusive a libertação de pessoas sequestradas, "em momento tão decisivo para o futuro do processo de paz israelense-palestino, com a proximidade das eleições legislativas israelenses e a formação, em curso, do novo governo palestino".

No dia 29, tomou posse o novo Gabinete Ministerial da Autoridade Nacional Palestina. Por nota de 30 de março, o governo brasileiro o cumprimentou. Expressou esperança de que o governo palestino pudesse lograr avanços efetivos no processo de paz israelense-palestino, com a retomada do diálogo entre as partes e dos esforços para a criação de Estado palestino, em conformidade com os parâmetros fixados pelos Acordos de Oslo e pelo "Mapa do Caminho para a Paz". No dia seguinte, informou ter recebido, com consternação, a notícia do atentado que vitimara, próximo ao assentamento judeu de Kedumin, na Cisjordânia, quatro civis israelenses, entre eles a cidadã brasileiro-israelense Helena Levy. Condenou com veemência aquele ato que qualificou de injustificável e exortou as Partes em conflito a evitar toda ação que contribuísse para estimular escalada de hostilidades e enfrentamentos na região. Acrescentou que a Embaixada do Brasil em Tel-Aviv estava em contato com a família da Senhora Levy e vinha prestando toda a assistência necessária. Transmitiu suas mais sinceras condolências aos familiares da Senhora Levy, bem como às famílias das demais vítimas do atentado.

9.5.1.3. Abertura de Escritório de Representação brasileira na Palestina (maio de 2006)

Em maio de 2006, o Brasil abriu Escritório de Representação em Ramalá. Naquele momento, a deterioração da situação dos palestinos na Faixa de Gaza preocupava a comunidade internacional. O governo brasileiro se manifestaria a cada evolução da situação, fosse essa política ou econômica.

Assim, por nota de 7 de junho, o Itamaraty informou que o governo brasileiro vinha acompanhando com apreensão "a situação de virtual colapso econômico e de crescente deterioração das condições de vida e segurança nos territórios palestinos, agravada pela suspensão de parcela considerável da assistência financeira internacional" até pouco antes prestada à Autoridade Nacional Palestina. Exortou as partes envolvidas a abster-se de tomar quaisquer medidas ou iniciativas que pudessem "contribuir para acirrar sentimentos de animosidade e prejudicar a perspectiva de retomada do diálogo direto entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina/Organização para a Libertação da Palestina". Acrescentou que o governo brasileiro apelava às partes para que evitassem o recurso à violência, em especial dirigida contra a população civil. Exortou, também, a que não fossem tomadas medidas que restringissem injustificadamente, sem devido amparo no Direito Internacional, a liberdade de movimento e o direito de residência da população palestina radicada nos territórios ocupados.

Por nota do dia 12 de junho, o governo brasileiro informou ter recebido com profunda consternação a notícia do incidente que resultara na morte de vários civis palestinos, incluindo mulheres e crianças, na zona litorânea da Faixa de Gaza, no dia 9. Ao lamentar a perda de vidas inocentes, o governo brasileiro apresentou sinceras condolências às famílias das vítimas e dos feridos, e expressou sua confiança em que o ocorrido seria plenamente investigado. Renovou seu apelo para que se evitasse o recurso à violência na região, em especial a dirigida contra a população civil, em flagrante violação ao direito internacional humanitário.

Por nota do dia 26, o governo brasileiro condenou o atentado que vitimara, no dia anterior, dois soldados na localidade israelense de Kerem Shalom, além de deixar dois feridos e resultar no sequestro do Cabo Gilad Shalit, das Forças de Defesa de Israel. Apresentou suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas e apelou em favor da pronta libertação do militar israelense, tendo em mente aspectos humanitários e implicações para a retomada do processo de paz na região.

No dia 28, teve início a Operação chamada de "Chuvas de Verão", lançada por Israel na Faixa de Gaza com objetivos declarados de eliminar o lançamento de foguetes Qassam e libertar o Cabo Gilad Shalit capturado pelo Hamas. Segundo estatísticas israelenses, 757 mísseis haviam sido lançados de Gaza contra Israel desde a retirada israelense da Faixa de Gaza.

Por nota de 28 de junho de 2006, o Itamaraty informou que a Embaixadora de Israel no Brasil fora chamada ao Itamaraty naquele dia para ser informada de que o governo brasileiro recebera com extrema preocupação a notícia do lançamento da operação militar "Chuvas de Verão" das Forças de Defesa de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados. Pela nota, o Brasil reiterou sua posição contrária a iniciativas unilaterais ou atos de represália que pudessem contribuir para desencadear nova espiral de violência na região. Deplorou os sofrimentos impostos à população civil palestina, afirmando que boa parte da qual se vira privada do acesso aos serviços de eletricidade e água potável. Exortou as partes em conflito a confiarem no papel que a comunidade internacional podia desempenhar para a retomada do processo de paz na região.

Em agosto, o Itamaraty informou que, durante a Conferência Internacional sobre a Situação Humanitária nos Territórios Palestinos Ocupados, a delegação do Brasil, chefiada pelo Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, anunciaria contribuição de US$ 500 mil para projetos humanitários da ONU naqueles territórios.

A situação palestina era preocupante e, em 17 de janeiro de 2007, Israel liberou US$ 100 milhões de ativos congelados para o Presidente Mahmoud Abbas da Autoridade Nacional Palestina com o objetivo de fortalecer sua posição.

Durante reunião de cúpula em março, a Liga Árabe retomou a Iniciativa de Paz que fora proposta pelo Príncipe Abdullah da Arábia Saudita, cinco anos antes e frequentemente reiterada. Imediatamente Benjamin Netanyahu, na qualidade de líder da oposição, e vários membros do Likud a rejeitaram.

O governo de coalizão do Fatá e Hamas na Autoridade Nacional Palestina se desfez, em 15 de maio, enquanto irrompiam lutas na Faixa de Gaza. Em junho, membros eleitos do Hamas foram destituídos de suas funções no governo da Autoridade Palestina na Cisjordânia e substituídos por membros do Fatá e por independentes. No dia 18, o Presidente palestino, Mahmoud Abbas (membro do Fatá), promulgou decreto tornando ilegais as milícias do Hamas. Israel impôs bloqueio econômico a Gaza, e o Hamas lançou ataques contra as áreas de Israel próximas da fronteira com Gaza.

Em meio a essa cisão palestina, Israel libertou duas centenas de prisioneiros. Por nota de 23 de julho, o governo brasileiro informou ter recebido com satisfação a notícia da libertação de 255 prisioneiros palestinos pelo governo de Israel, no dia 20. Expressou esperança de que a decisão contribuísse para o fortalecimento da colaboração entre o governo israelense e a Autoridade Nacional Palestina, com vistas à constituição de um Estado palestino independente, em convivência pacífica e harmônica com Israel. Manifestou confiança em que a repetição de gestos daquela natureza permitisse a construção de uma atmosfera duradoura de confiança recíproca. Expressou, ainda, sua expectativa de que um ambiente mais favorável ao diálogo permitisse a melhoria das condições de vida do povo palestino e a cessação definitiva de ataques contra a população israelense.

Em julho, o Hamas passou a exercer *de facto* o governo da Faixa de Gaza. Na prática, a Autoridade Palestina estava dividida em duas. Forças do Fatá entraram em combate contra o Hamas. Líderes do primeiro fugiram para o Egito e para a Cisjordânia. O Presidente Abbas formou um novo governo de coalizão.

Em gesto de boa vontade com o governo palestino, o Primeiro-Ministro Ehud Olmert concedeu, no dia 16 de julho, anistia a 178 membros do Fatá que se encontravam foragidos. No dia seguinte, o Gabinete aprovou ordem de libertação de 256 prisioneiros palestinos. A lista incluía membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina, da Frente Democrática para a Libertação da Palestina e do Fatá.

Em 6 de agosto, o Primeiro-Ministro Ehud Olmert manteve encontro com Mahmoud Abbas em Jericó. Paralelamente, seu governo aumentou o controle da Faixa de Gaza e restringiu o fluxo de bens e pessoas, contribuindo assim para o aumentou da pobreza e do desemprego na cidade de Gaza.

Em novembro, Israel deu por terminada sua operação militar na Faixa de Gaza, retirou suas tropas e determinou um cessar-fogo, apesar de não ter obtido a libertação do Cabo Gilad Shalit. Olmert declarou a intenção israelense de negociar com os palestinos todos os temas. O cessar-fogo não seria respeitado pelo Hamas, após uma incursão israelense a Gaza durante a qual quatro militantes do Hamas foram mortos.

9.5.1.4. Conferência de Annapolis (novembro de 2007)

Em 19 de novembro, Israel libertou 441 prisioneiros palestinos num gesto de apoio ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina. Poucos

dias depois, realizou-se a Conferência de Annapolis, uma tentativa de estabelecer paz no conflito árabe-israelense. Seria a primeira vez em que uma solução baseada em dois Estados seria articulada para solucionar o conflito. Foi organizada pela Secretária de Estado, Condoleezza Rice, e contou com a presença de Mahmoud Abbas, Ehud Olmert, e George W. Bush. O Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera convite do governo dos EUA para participar da Conferência.

Por nota de 23 de novembro, esclareceu que o encontro teria por objetivo retomar o processo de paz no Oriente Médio, com ênfase no conflito israelense-palestino. Anunciou que a delegação brasileira seria chefiada pelo Ministro Celso Amorim. Expressou a esperança do Brasil de que a Conferência de Annapolis representasse "passo decisivo para o envolvimento mais abrangente da comunidade internacional no processo de paz", que viesse "a resultar na constituição de um Estado palestino independente e economicamente viável, em convivência pacífica com Israel". Acrescentou a nota à imprensa que o governo brasileiro estava "pronto a oferecer a mais ampla colaboração" que estivesse "a seu alcance para impulsionar o avanço dos entendimentos e do diálogo entre as partes". Reiterou que o Brasil apoiava "todos os esforços internacionais para revitalizar a economia palestina e promover o fortalecimento institucional em Gaza e na Cisjordânia". Lembrou que o Brasil participara da Conferência de Doadores e expressou confiança em que novas iniciativas de ajuda e de cooperação econômica e técnica viessem a ser tomadas na Conferência que teria lugar em Paris, no mês de dezembro seguinte. Manifestou a disposição do governo brasileiro "continuar contribuindo, na medida de suas possibilidades, com recursos financeiros e nas áreas de cooperação técnica" que fossem "do interesse do povo palestino". Recordou, por fim, que o Brasil acolhera pouco antes "mais de uma centena de refugiados palestinos provenientes da área de fronteira entre o Iraque e a Jordânia".

Em discurso que pronunciou na Conferência, o Ministro Amorim louvou aquele esforço "em favor da paz" e declarou que "Terra por paz" continuava a ser um "princípio norteador para uma solução negociada duradoura". Expressou entendimento de que isso devia levar "a um Estado palestino soberano, democrático, coeso e economicamente viável dentro de um horizonte de tempo digno de crédito". Acrescentou que a paz devia "incluir também medidas eficientes para proteger e defender Israel contra atos de violência e para permitir a manutenção de relações pacíficas e produtivas com os Estados Árabes". Ressaltou que as negociações deviam ser "abrangentes e inclusivas". Defendeu a ideia de que deviam ser "acompanhadas por esforços feitos de boa-fé para resolver definitivamente

as questões pendentes entre Israel e seus vizinhos árabes (Síria e Líbano) com base nas fronteiras pré-1967 e nas resoluções da ONU". Tratou da situação dos Territórios Ocupados e, nesse sentido, afirmou que o Brasil estava preparado para aumentar de modo significativo sua cooperação econômica e técnica para a reconstrução da Palestina.

Mais tarde, Celso Amorim diria que o convite a países de fora da região, como Brasil, África do Sul e Índia (que não eram "nem parte do conflito nem potências tradicionais na política do Oriente Médio"), fora um "reconhecimento do papel construtivo que esses países – no caso, o próprio IBAS – podiam dar ao processo, trazendo ideias novas e estimulando posturas baseadas na diversidade e a tolerância".

Em dezembro, Olmert declarou que não poderia excluir a possibilidade de um ataque ao Irã e pediu à comunidade internacional que aumentasse a pressão contra aquele país. Chamou de criminosas as repetidas ameaças do Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, de que o Estado de Israel devia ser destruído.

Naquele ano, o governo de Israel compilou os totais de ataques e mortes causadas por terroristas suicidas, notando-se decréscimo da violência: em 2003, 25 ataques, 142 mortes; em 2004, 14 ataques, 55 mortes; em 2005, 7 ataques, 22 mortes; em 2006, 4 ataques, 15 mortes; e em 2007, um ataque, 3 mortes[83]. Para tal redução de ataques, teria contribuído, entre outras, a política israelense de ingressar nos territórios de onde estes partiam, prática que gerava preocupação internacional.

Por nota de 15 de janeiro de 2008, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera com grande preocupação a notícia da incursão das Forças de Defesa de Israel na cidade de Gaza naquela data, que resultara na morte de pelo menos 18 pessoas. Declarou que o Brasil lamentava que tais fatos tivessem ocorrido e exortou as partes em conflito à imediata cessação das hostilidades e à prática da contenção e do diálogo. Por fim, conclamou israelenses e palestinos a evitarem atos de represália capazes de minar os novos e importantes esforços de paz em curso e de aprofundar a espiral de violência na região.

A outra medida israelense – a construção de muro divisório – continuava sendo desafiada. Em 23 de janeiro de 2008, milhares de palestinos se dirigiram ao Egito quando um muro na fronteira de Gaza foi derrubado por militantes.

Em 5 de fevereiro, novo atentado suicida em Israel causaria a morte de uma pessoa e ferimento de várias outras.

Por nota, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera com profunda consternação a notícia do ataque suicida que custara a

vida de uma pessoa e ferira ao menos outras 11, na cidade israelense de Dimona. Declarou que o Brasil reiterava sua veemente condenação ao recurso a atos de terrorismo, não importava sob que justificativa. Estendeu aos familiares da vítima desse brutal ato de violência suas mais sinceras condolências. Exortou "palestinos e israelenses a exercer a autocontenção e a manter o diálogo, de modo a evitar o aprofundamento da espiral de violência na região e a preservar os esforços de retomada do processo de paz manifestados nas Conferências de Annapolis e Paris".

Em discurso ainda em fevereiro, Celso Amorim declarou que o problema da Palestina estava no centro de todos os problemas do Oriente Médio. Acrescentou que, enquanto este não se resolvesse, nenhum dos outros problemas seria resolvido. Expressou a percepção de que os países sul-americanos podiam contribuir para o diálogo.

Em março, mais atos violentos seriam causa de manifestações brasileiras. Por nota de 3 de março de 2008, o governo brasileiro expressou "profunda preocupação" diante da "dramática intensificação do quadro de tensão e de enfrentamentos armados na Faixa de Gaza e no Sul de Israel" verificada nos dias anteriores, que "resultou na morte de mais de uma centena de pessoas, incluindo crianças, e deixou numerosas vítimas entre a população civil". Instou as partes envolvidas a "cessar de forma imediata todos os atos de hostilidade e a evitar represálias desproporcionais que contribuam para ameaçar a estabilidade da região, alimentar a espiral de violência e afetar de forma adversa o prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis".

Por nota de 7 de março, o governo brasileiro afirmou ter recebido, "com grande consternação, a notícia do atentado que deixou oito mortos e mais de uma dezena de estudantes feridos no seminário de Mercaz Harav, em Jerusalém", no dia anterior. Ao manifestar suas mais sinceras condolências e solidarizar-se com os familiares das vítimas, o governo brasileiro reafirmou seu "veemente repúdio a quaisquer atos de terrorismo" e reiterou seu apelo para que as partes envolvidas cessassem todos os atos de violência que pudessem comprometer o prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis.

Por nota de 17 de abril, o governo brasileiro informou ter recebido "com consternação" a notícia sobre as operações das Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza, "que já vitimaram pelo menos vinte palestinos, inclusive civis, entre os quais cinco crianças e um profissional de imprensa". Declarou que causava "apreensão a escalada de violência na

Faixa de Gaza", que também custara a vida de três militares israelenses, próximo ao kibutz Be'eri. Ao solidarizar-se com os familiares das vítimas, o governo brasileiro reiterou "seu veemente repúdio a quaisquer atos de violência". O Brasil exortou as partes envolvidas a "exercerem o comedimento e a moderação necessários à preservação da vida de civis inocentes e ao prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis".

O governo brasileiro demonstrava crescente interesse pela questão israelo-palestina. Em discurso no mês de abril, Celso Amorim informou ter sido dedicada ao Oriente Médio grande parte da conversa que manteve com a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, quando da passagem desta pelo Brasil. Informou ter levantado com a chefe da diplomacia estadunidense a questão da eliminação de 50 pontos de verificação (*check points*) na Palestina, o que ocorreria posteriormente.

Em conferência que pronunciou ainda no mês de abril, expressou o interesse brasileiro em manifestar-se sobre a situação no Oriente Médio. Afirmou que em sua mais recente visita ao Oriente Médio, pudera "testemunhar o sofrimento do povo palestino" e as dificuldades que persistiam "no caminho da paz, tão necessária para a tranquilidade daquela região e do mundo". Acrescentou que a aparente distância do Brasil da região não significava que nada tinha o país o que dizer sobre a questão. Argumentou que, "muito pelo contrário", constatara que o Brasil era visto como um interlocutor cuja contribuição era valorizada tanto por árabes quanto por israelenses.

Em maio, um porta-voz do Primeiro-Ministro Ehud Olmert confirmou a negociação de um tratado de paz. Dizia-se que poderia incluir o futuro da Colina de Golã. O governo brasileiro via com interesses esses desenvolvimentos positivos.

Os ataques frequentes por morteiros e foguetes procedentes da Faixa de Gaza contra Israel prosseguiram até junho, quando foi acordado um cessar-fogo entre o Hamas e Israel. Por nota de 19 de junho, o governo brasileiro afirmou ter recebido com satisfação a notícia da entrada em vigor, naquele dia, de cessar-fogo entre Israel e o Hamas e outros grupos políticos palestinos. Manifestou a esperança de que o acordo representasse "passo decisivo com vistas a atenuar a grave situação humanitária na Faixa de Gaza e a pôr fim aos ataques contra a população civil israelense no Negev Ocidental". Concluiu com a afirmação de que, ao "expressar seu reconhecimento pelo papel central do governo egípcio na obtenção do referido acordo", o Brasil manifestava sua "expectativa de que a consolidação de ambiente de calma e paz na região facilitasse a consecução de avanços concretos no processo

de paz e o cumprimento dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis".

Um dirigente do Hamas afirmou, em 15 de agosto, que o Cabo israelense Gilad Shalit não seria liberado a não ser em troca de milhares de palestinos detidos em Israel. Dois outros militares israelenses seriam mortos entre 19 de agosto e 12 de setembro, em incidentes provocados por ações do Fatá Al-Aqsa, Hamas e Comitês de Resistência Popular.

Em 25 de agosto, Israel libertou 199 palestinos, inclusive Mohammed Abu Ali-Yata e Said Al-Ataba, ambos condenados por morte de civis israelenses, em outro gesto de boa vontade com relação a Mahmoud Abbas.

Por nota de 25 de agosto, o governo brasileiro saudou a libertação por Israel, naquele dia, de 198 prisioneiros palestinos. Manifestou esperança de que a decisão contribuísse para "fortalecer a confiança entre israelenses e palestinos no âmbito do diálogo de paz inaugurado na Conferência de Annapolis, com vistas ao estabelecimento de um Estado palestino independente, em convívio harmônico com Israel".

Em 1º de outubro, Israel libertou mais 86 prisioneiros, muitos dos quais membros do Fatá. Por outro lado, continuou a enviar militares a Gaza.

Por nota de 6 de novembro, o governo brasileiro informou ter recebido com preocupação a notícia da incursão militar israelense próxima a Khan Younis, em Gaza, no dia 4, que causara "pelo menos 6 mortes, bem como do lançamento de foguetes, por militantes palestinos, contra as cidades israelenses de Sderot e Ashkelon". Considerou que, ao "colocar em risco o cessar-fogo iniciado em 19 de junho último, resultado do firme empenho diplomático do governo egípcio", ações daquela natureza ameaçavam inviabilizar essa e as demais iniciativas de paz para a região. Instou as partes "envolvidas a cessar de forma imediata todos os atos de hostilidade e a evitar represálias, de forma a permitir a manutenção da trégua, essencial para a mitigação da grave situação humanitária na Faixa de Gaza, e o prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis".

A ofensiva palestina aumentou em novembro depois de ataque israelense contra túnel de contrabando construído pelo Hamas. Em entrevista concedida no dia 12 de dezembro, o Presidente Lula se manifestou sobre a situação do Oriente Médio. Defendeu a ideia de que a paz iria acontecer somente quando houvesse outros interlocutores discutindo a paz em Israel. Declarou expressamente que os EUA não

poderiam ser "o único interlocutor para resolver o problema do Oriente Médio", sendo necessária a representação de outros países, de grupos diferentes.

9.5.1.5. Conflito de Gaza (dezembro de 2008- janeiro de 2009)

Em dezembro, após o colapso de um cessar-fogo não oficial entre Israel e Gaza, e o reinício de bombardeios de cidades sulinas de Israel a partir de Gaza, forças israelenses empreenderam campanha de três semanas naquele território. No dia 27, o conflito teve início com ataque aéreo sobre a Faixa de Gaza, tendo o governo israelense declarado que o objetivo era impedir o lançamento de foguetes e a importação de armas para aquela faixa de terra. Visaram a estações de polícia e outros prédios governamentais do Hamas, atingindo cidades com alta densidade populacional (Khan Younis e Rafah).

No dia seguinte, o CSNU emitiu uma declaração pela qual pediu "uma suspensão imediata de toda violência". A Liga Árabe e a UE fizeram apelos semelhantes. Não foram atendidos, tendo Israel, no dia 3 de janeiro, iniciado invasão por meio de forças terrestres.

Por nota de 3 de janeiro de 2009, o governo brasileiro deplorou "a incursão militar terrestre israelense na Faixa de Gaza", que tendia a agravar ainda mais o conflito israelense-palestino. Reiterando declarações anteriores em que conclamava ambas as partes a se absterem de atos de violência, o governo brasileiro apoiou os "esforços, inclusive no CSNU, por um cessar-fogo imediato, de modo a permitir a pronta retomada do processo de paz". Declarou que a "realização de uma conferência internacional em seguimento à reunião de Annapolis, conforme proposta feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constituiria passo importante para o restabelecimento da paz na região, com base no reconhecimento do direito de constituição do Estado palestino e da existência de Israel em condições de segurança". Acrescentou que, com tal objetivo, o Ministro Celso Amorim mantivera contatos nos dias anteriores com lideranças políticas europeias, norte-americanas e árabes, bem como com o SGNU. Informou, por fim, que o Ministro Celso Amorim encontrava-se naquele momento em Lisboa, onde manteria conversações com autoridades portuguesas, inclusive sobre o processo de paz na Palestina.

Dois dias depois, forças israelenses começaram a atingir alvos previamente danificados pelos ataques aéreos, concentrando-se nas unidades de lançamentos de foguetes. Em resposta, o Hamas intensificou

seus ataques com foguetes contra o sul de Israel, atingindo as cidades de Beersheba e Ashdod.

Nesse contexto, o governo brasileiro decidiu ampliar sua ajuda aos palestinos em Gaza. Por nota de 8 de janeiro, o Itamaraty informou que, em atenção a pedido formulado pela Delegação da Autoridade Nacional Palestina em Brasília, o governo brasileiro enviaria, no dia seguinte, aeronave Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira com 14 toneladas de medicamentos e alimentos para doação às pessoas afetadas pelo conflito na Faixa de Gaza. Acrescentou que a referida aeronave aterrissaria, no dia 11 de janeiro, em Amã, na Jordânia. Esclareceu que dali, os donativos seriam imediatamente transportados à Faixa de Gaza, com o apoio da Organização Jordaniana Hachemita de Caridade. Acrescentou que o governo brasileiro doaria 8 toneladas de alimentos de alto valor calórico e proteico.

No dia 9, o CSNU, por 14 votos a favor e uma abstenção (EUA), aprovou a resolução 1.860 que pediu "um cessar-fogo imediato, durável e integralmente respeitado" por meio de retirada completa de Israel e fim do contrabando de armas. Tanto Israel quando o Hamas desconheceram a resolução. Terá tido seu efeito, no entanto, pois no dia 18, o conflito terminou quando Israel, sob protestos internacionais generalizados, declarou um cessar-fogo, retirando suas tropas três dias depois.

O conflito teria causado a morte de cerca de 1.300 pessoas (inclusive 416 crianças) e ferimento a 2.700 outras. (Segundo outras fontes, teriam morrido entre 1.166 e 1.417 palestinos, e 13 israelenses). Ao final do conflito, mais de 400 mil habitantes de Gaza ficaram sem água e 4 mil lares haviam sido destruídos, deixando milhares de pessoas desabrigadas.

Muitos governos condenaram ambos os lados do conflito. Dos membros da Organização da Conferência Islâmica, 34 países condenaram exclusivamente Israel, sendo que três destes (Irã, Líbia e Coreia do Norte) apoiaram as operações do Hamas. Dezenove países, na maioria membros da UE, condenaram exclusivamente os ataques do Hamas. Bolívia, Jordânia, Mauritânia e Venezuela reduziram ou romperam relações com Israel.

O Brasil condenou ambos os lados. Durante conferência de imprensa em janeiro de 2009, o Presidente Lula reiterou a condenação brasileira à violência que ocorria em Gaza. Criticou o enfraquecimento da ONU e do CSNU. Citou o Brasil com "um exemplo de convivência pacífica entre árabes e judeus". Declarou que "nem Hamas e nem Israel" tinham razão. Anunciou que o Brasil estava tentando criar as condições para que o grupo que se reuniu em Annapolis voltasse a se reunir. Insistiu na ideia

de que era preciso mudar os interlocutores que estavam negociando, não podendo "ser apenas os EUA ou um outro país".

Em palestra na cidade de Lisboa no dia 5 de janeiro de 2009, Celso Amorim defendeu a maior participação de países em desenvolvimento na "reativação de mecanismo como o de Annapolis a fim de não só tentar encaminhar uma solução de longo prazo, mas também de pôr um fim à trágica perda de vidas" que se via diariamente.

Ainda em janeiro, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim faria visitas a Israel, Palestina, Síria e Jordânia, "para tratar do conflito na Faixa de Gaza". Esclareceu a Chancelaria brasileira que o objetivo da visita era "apoiar os esforços para um cessar-fogo imediato, o alívio da situação humanitária e o estabelecimento de uma paz duradoura na região". Acrescentou que a visita ocorria "na sequência de contatos mantidos pelo Ministro Amorim com alguns dos principais líderes políticos envolvidos na busca de uma solução para o conflito – o SGNU, o Presidente palestino, o Secretário-Geral da Liga Árabe, o Presidente da Comissão da UE, a Secretária de Estado dos EUA e os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Israel, França, Egito, Turquia, Espanha, Suíça e Síria".

O Brasil continuaria a se manifestar sobre o conflito. Por nota de 15 de janeiro, o governo brasileiro informou ter recebido "com choque" a notícia do ataque israelense que atingira as instalações da ONU em Gaza (UNWRA) e provocara incêndio e destruição de alimentos e remédios doados pela comunidade internacional às vítimas do conflito. Declarou que juntava-se "às manifestações de protesto e indignação feitas pelo SGNU, Ban Ki-Moon". Lamentou a "continuada perda de vidas em função da sequência do conflito". Acrescentou que, enviado à região pelo Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim reiterara a autoridades sírias, israelenses, palestinas, jordanianas e egípcias a necessidade de imediato cumprimento da Resolução 1.860 (2009) do CSNU, que impunha a cessação imediata das hostilidades, "único meio de se evitar mais mortes e sofrimento entre a população civil de ambos os lados".

Por nota de 16 de janeiro, informou que, naquela data, dando continuidade às conversações sobre a situação em Gaza, o Ministro Celso Amorim mantivera contato telefônico com o Alto Representante da UE para Política Externa, Javier Solana; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ali Babacan; o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Store. Acrescentou que as conversas tinham visado o "intercâmbio

de impressões e avaliações sobre as perspectivas de um cessar-fogo em Gaza". Informou que, a todos os interlocutores, o Ministro Celso Amorim reiterara a necessidade do cumprimento imediato da resolução 1.860 (2009) do CSNU, que pedia o fim das hostilidades, e a preocupação brasileira com a degradação da situação humanitária na Faixa de Gaza.

Em 17 de janeiro, Israel anunciou um cessar-fogo unilateral na Guerra de Gaza. Entrou em efeito no dia seguinte, tendo o Hamas declarado seu próprio cessar-fogo. O governo brasileiro manifestou satisfação.

Por nota de 17 de janeiro, o Itamaraty informou que o Brasil acolhia positivamente o cessar-fogo unilateral decretado pelas autoridades israelenses na Faixa de Gaza. Acrescentou que o governo brasileiro esperava que a medida, conforme requerido pela Resolução 1.860 (2009) do CSNU, levasse à retirada das forças de Israel daquele território e à imediata abertura das fronteiras, de modo a permitir o acesso irrestrito de assistência humanitária. Acrescentou que o governo brasileiro conclamava as partes a evitar qualquer ato que colocasse em risco o objetivo de uma trégua sustentável, que permitisse a imediata retomada das negociações com vistas a uma paz duradoura na região. Reiterou a disposição brasileira de continuar a participar dos esforços internacionais que conduzissem à criação de um "Estado palestino viável, em coexistência pacífica com o Estado de Israel". Concluiu que o governo brasileiro sublinhava ser fundamental o pleno cumprimento de todas as resoluções do CSNU a respeito da situação na Palestina, em particular, naquele momento, a Resolução 1.860 (2009).

A guerra terminou finalmente no dia 18. Israel retirou suas tropas de Gaza, mantendo, porém, o bloqueio da fronteira e do espaço aéreo. Ataques aéreos intermitentes de ambos os lados continuaram por semanas.

O governo brasileiro deu continuidade a sua ajuda humanitária. Por nota de 23 de Janeiro, o Itamaraty informou que o Escritório em Gaza da Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA), responsável pela distribuição das doações enviadas pelo Brasil à população palestina, confirmara que as oito toneladas de alimentos e seis toneladas de medicamentos haviam chegado a Gaza, em 16 de janeiro, e já haviam sido distribuídas. Esclareceu que os alimentos haviam sido destinados a dois abrigos de emergência, ambos administrados pela ONU e ocupados por centenas de pessoas deslocadas. Acrescentou que o carregamento de medicamentos, por sua vez, fora enviado aos hospitais Al-Ahli e Shifa, este o maior da Faixa de Gaza. Ressaltou que o governo brasileiro seguia acompanhando com atenção a situação em Gaza. Considerou fundamental a plena implementação da Resolução 1.860 (2009) do

CSNU, como forma de se alcançar um cessar-fogo sólido e duradouro. "De imediato, e dada a situação especialmente grave da população civil em Gaza", exortou o governo de Israel a permitir, "sem qualquer tipo de restrição, o fluxo de assistência humanitária". Manifestou esperança de que "a intensa movimentação diplomática promovida, entre outros, pelo governo do Egito e pela UE" resultasse "em rápida resposta às questões ainda pendentes para o estabelecimento de um ambiente" que propiciasse "a necessária retomada de negociações, com vistas a uma solução justa e definitiva para a questão palestina".

Durante solenidade do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto realizada em São Paulo, no dia 27 de janeiro, o Presidente Lula afirmou que a diplomacia brasileira havia reiterado às autoridades sírias, israelenses, palestinas, jordanianas e egípcias, "a necessidade de se evitar mais mortes e sofrimento na população civil de ambos os lados". Declarou que havia "outros atores interessados em agir a favor de um entendimento", e que a paz só tinha "a ganhar com a participação de países como o Brasil". Acrescentou que o Brasil não estava interessado nos resultados políticos e nos dividendos econômicos que podiam ser obtidos na região. Esclareceu que o interesse exclusivo do país era o de contribuir para a paz duradoura e definitiva na região. Ressaltou que o Brasil tinha "condições e credenciais para participar, junto com outros países", de iniciativas que conduzissem "a um consenso para superar a violência e a irracionalidade". Lembrou que o Brasil conclamara o pronto estabelecimento das condições que permitissem "a plena retomada da assistência humanitária à população de Gaza e a tranquilidade para a população de Israel".

O crescente interesse brasileiro pela questão israelo-palestina era objeto de questionamentos internos que seriam respondidos por Celso Amorim que justificou sua ida ao Oriente Médio e explicou a razão do interesse brasileiro na questão.

> A primeira razão – sem nenhuma ordem hierárquica – é que o Brasil tem uma enorme comunidade árabe e uma importante comunidade judaica. Ambas tendo contribuído e sendo parte do que é o tecido social brasileiro hoje. Portanto, nada do que ocorre num conflito que envolve, de um lado, israelenses, e de outro lado, árabes, pode nos ser estranho.
>
> Em segundo lugar, em função mesmo dessa grande comunidade, nós temos situações em que cidadãos brasileiros também são ameaçados pelo conflito. [...]

> Em terceiro lugar, o que ocorre no Oriente Médio, embora envolva essencialmente árabes, palestinos e israelenses, na realidade, interessa a toda a humanidade, porque ali está em jogo não apenas o destino de dois povos ou dos povos que estão circundando essa região, mas, em grande medida, está também sendo jogada a sorte da paz no mundo. Se há uma região no mundo em que isso ocorre de maneira mais evidente, é, sem dúvida alguma, o Oriente Médio.

Em seguida, apresentou argumentos relativos aos pedidos tanto de Israel quanto dos países árabes de que o Brasil tenha maior envolvimento na questão.

Em entrevista concedida no mês de fevereiro de 2009, perguntado por que o Brasil não havia sido mais firme na condenação de Israel, Celso Amorim defendeu a manutenção do diálogo com aquele país. Notou que, quando um bombardeio atingiu um prédio da ONU, havia convocado o Embaixador em Brasília para "dizer que era inaceitável". Acrescentou, porém, que não queria "perder a interlocução". Observou que se desse vazão a todas as emoções, incapacitaria o exercício da diplomacia.

Noutra entrevista concedida na mesma data, defendeu o papel do Brasil como interlocutor no Oriente Médio. Afirmou que o Brasil tinha possibilidades de falar com vários atores, de maneira que outros não tinham, entre outras razões, por não ter "um passado colonial"; por boas relações com Israel; por não ter ficado marcado pelos conflitos da Guerra Fria; e por dar exemplo de convívio interno entre judeus e árabes. Concluiu que o Brasil se credenciava como interlocutor. Reconheceu que não era o Brasil sozinho que ia encontrar uma solução, mas o "somatório" tinha importância. Revelou ter afirmado a autoridades israelenses que mesmo para países que tinham boa relação como Israel como era o caso do Brasil, chegava a um ponto que era difícil fazê-lo. Era preciso que Israel ajudasse para que as posições radicais não prevalecessem.

Em fevereiro, a violência continuou e o Brasil voltaria a se manifestar. Por nota de 2 de fevereiro, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebia com "grande preocupação as notícias de agressões mútuas entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza". Conclamou as partes envolvidas a "exercer contenção e a evitar quaisquer atos" que prejudicassem a consolidação do cessar-fogo anunciado em 17 de janeiro. Acrescentou que considerava que a violência dificultava o acesso da assistência humanitária internacional e prejudicava "os esforços em favor de uma solução negociada, pacífica e sustentável para o conflito". Nesse sentido, reiterou a necessidade do pleno cumprimento da Resolução 1.860 (2009) do CSNU.

O Ministro Celso Amorim visitaria o Egito, em março, para participar de conferência internacional sobre Gaza e da reunião ministerial de países árabes e sul-americanos. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty informou, por nota, tratar-se do primeiro grande esforço coletivo da comunidade internacional para a normalização da situação humanitária em Gaza após o conflito de janeiro. Deveria ter a participação de mais de 70 países, teria como foco a obtenção de recursos para assistência humanitária; o financiamento para a reconstrução e o desenvolvimento da Faixa de Gaza; e o apoio ao processo de reconciliação política entre as facções palestinas. Acrescentou que, na ocasião, o Ministro Celso Amorim anunciaria contribuição brasileira. De fato, no discurso que proferiu, Celso Amorim lembrou que nas conferências de doadores de Estocolmo e Paris, o Brasil contribuíra com um total de US $ 10,5 milhões e anunciou que tinha a honra de anunciar que o governo brasileiro decidira doar mais US$ 10 milhões para a reconstrução de Gaza.

As ações de Israel recebiam pressões internacionais. Em 3 de abril, foi estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU missão "para investigar todas as violações do direito internacional de direitos humanos e de direito internacional humanitário por Israel contra o povo palestino". Diante de objeções, o mandato foi reinterpretado para incluir todas as violações cometidas no contexto de operações militares, antes, durante e depois da guerra em Gaza. O Presidente do Conselho, Richard Goldstone, foi designado chefe da missão.

Em maio de 2009, o Presidente Shimon Peres expressou satisfação com a reviravolta nas atitudes árabes com relação à paz com Israel, tal como refletida na iniciativa saudita (proposta pelo Príncipe Abdullah da Arábia Saudita e retomada dois anos antes). A Autoridade Palestina apoiou o plano e Mahmoud Abbas pediu ao Presidente Barack Obama que o adotasse como parte de sua política para o Oriente Médio. Facções islâmicas, porém, rejeitaram o plano.

As ações de Israel com relação aos palestinos continuavam a ser objeto de críticas do governo brasileiro. Por nota de 3 de agosto, o governo brasileiro deplorou a retirada de cerca de 50 palestinos de suas casas em Jerusalém Oriental, no dia 2 de agosto, as quais haviam sido posteriormente ocupadas por cidadãos israelenses. Considerou a retirada de palestinos de Jerusalém Oriental e de quaisquer outros territórios ocupados contrária ao direito internacional e ao encaminhamento do processo de paz no Oriente Médio. O Brasil instou as autoridades de Israel a reverter a decisão, "dado seu efeito prejudicial à criação de condições mínimas para a paz na região". Acrescentou que, conforme explicitado

pelo Ministro Celso Amorim ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, o Brasil esperava que Israel se abstivesse de tomar medidas que prejudicassem "o progresso das negociações com vistas ao estabelecimento de um Estado palestino viável e sem restrições".

A missão Goldstone apresentou seu relatório final em 15 de setembro e acusou tanto militantes palestinos quanto as Forças de Defesa Israelense de cometimento de crimes de guerra e possivelmente crimes contra a humanidade. Recomendou que cada lado investigasse sua própria conduta e, caso contrário, que o caso fosse levado ao Tribunal Penal Internacional. O governo de Israel rejeitou o relatório alegando que continha muitos erros. O Hamas também o rejeitou inicialmente, mas depois exortou as potenciais mundiais que o endossassem[84]. Em 16 de outubro, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou resolução que endossou o relatório e criticou Israel. Em 4 de novembro, a AGNU aprovou uma resolução que solicitou investigações independentes a serem conduzidas por Israel e grupos armados palestinos sobre as alegações de crimes de guerra descritos no relatório.

Tanto Shimon Peres quanto Mahmoud Abbas estiveram no Brasil em novembro. Em entrevista coletiva concedida em conjunto com o Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, em Salvador, na Bahia, o Presidente Lula evitou resposta direta a uma pergunta sobre a questão da possibilidade da declaração de independência palestina.

Em dezembro, Israel deu sinais de que teria a intenção de construir mais 700 assentamentos em Jerusalém Oriental, vista como contrária ao direito internacional. O Brasil reagiu a essa proposta com nota do dia 12 de março em que informou ter recebido com "profunda preocupação o anúncio israelense de construção de 1.600 novas unidades habitacionais em Jerusalém Oriental e 112 moradias em assentamento na Cisjordânia". Informou que o Ministro Celso Amorim declarara no dia 10 de março, em entrevista coletiva no Palácio Itamaraty, "lamentar a autorização para novas construções em assentamentos, especialmente neste momento em que as conversações entre israelenses e palestinos (ainda que indiretas) poderiam recomeçar".

O Presidente Lula efetuou, em março de 2010, visita a Israel, Territórios Palestinos Ocupados e Jordânia. Ao anunciar a viagem, nota do Itamaraty ressaltou que se tratava da primeira visita de um Presidente brasileiro àqueles locais. Esclareceu que se reuniria com o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, e com o Primeiro-Ministro palestino, Salam Fayyad. Em Ramalá, inauguraria a "Rua Brasil", próxima ao complexo presidencial da Autoridade Palestina. Depositaria

oferenda floral no Mausoléu de Yasser Arafat. Deveriam ser assinados acordos de cooperação técnica, educacional e cultural, e memorandos sobre saúde, esportes e turismo. Por nota de 9 de maio, o governo brasileiro afirmou ter recebido com satisfação a notícia da retomada do processo de paz no Oriente Médio, por meio de conversações indiretas entre o governo de Israel e a Autoridade Nacional Palestina. Conclamou as partes a se engajarem de forma construtiva nas negociações, abstendo-se de quaisquer medidas que pudessem minar a confiança mútua e prejudicar o desenvolvimento do processo de paz. Expressou seu entendimento de que o diálogo era o único meio para se alcançar uma paz justa e duradoura na região e reiterou a expectativa de que o processo de paz, então reiniciado, resultasse, no mais breve prazo possível, na criação de um Estado Palestino, convivendo em harmonia e segurança com o Estado de Israel.

Em entrevista concedida no dia 11 de maio de 2009, Celso Amorim rebateu críticas às pretensões brasileiras de ajudar na resolução do conflito Israel-Palestina. Contestou que o Brasil tinha influência. Mencionou ter sido recebido pelos Chefes de Estado dos países que visitara na região. Afirmou que o Brasil era um país de influência na ONU, no Conselho de Direitos Humanos, nos órgãos internacionais. Argumentou que poderia participar de um processo mais amplo.

Em maio, uma flotilha organizada pelo Movimento Gaza Livre e a Fundação Turca para Direitos Humanos, Liberdades e Auxílio Humanitário, dirigiu-se a Gaza com ajuda humanitária e material de construção civil, com a intenção de romper o bloqueio israelense da Faixa de Gaza (destinado a evitar o ingresso de material militar). No dia 13, militares de Israel alcançaram a flotilha por barcos rápidos e helicópteros, e abordaram os navios que a compunham. Nos embates que se seguiram, morreram nove ativistas, tendo sete israelenses ficado feridos.

O CSNU condenou "os atos que haviam resultado na perda de vidas" e solicitou rápida investigação dos fatos ocorridos. O Conselho de Direitos Humanos da ONU considerou ultrajante o ataque e enviou missão para investigá-lo. O Primeiro-Ministro turco, Recep Tayyip Erdoğan, acusou Israel de terrorismo de Estado. A respeito, o governo brasileiro emitiu, em 31 de maio, nota à imprensa.

Informou que, com "choque e consternação", o governo brasileiro recebera a notícia do ataque israelense a um dos barcos da flotilha que levava ajuda humanitária internacional à Faixa de Gaza, do qual resultara a morte de mais de uma dezena de pessoas, além de ferimentos em outros integrantes. Pela nota, o Brasil condenou, "em termos veementes, a ação israelense", considerando que não havia "justificativa para intervenção

militar em comboio pacífico, de caráter estritamente humanitário". Julgou o fato "agravado por ter ocorrido, segundo as informações disponíveis, em águas internacionais". Considerou que o incidente devia ser objeto de investigação independente, que esclarecesse "plenamente os fatos à luz do Direito Humanitário e do Direito Internacional como um todo". Acrescentou que os "trágicos resultados da operação militar israelense" denotavam, "uma vez mais", a necessidade de que fosse levantado, imediatamente, o bloqueio imposto à Faixa de Gaza, "com vistas a garantir a liberdade de locomoção de seus habitantes e o livre acesso de alimentos, remédios e bens de consumo àquela região". Declarou ter preocupado especialmente ao governo brasileiro a notícia de que uma brasileira, Iara Lee, estava numa das embarcações que compunha a flotilha humanitária. Informou que o Ministro Celso Amorim, ao solidarizar-se com os familiares das vítimas do ataque, determinara que fossem tomadas providências imediatas para a localização da cidadã brasileira. Acrescentou que a Representante do Brasil junto à ONU fora instruída a apoiar a convocação de reunião extraordinária do CSNU para discutir a operação militar israelense. Por fim, informou que o Embaixador de Israel no Brasil estava sendo chamado ao Itamaraty para que fosse manifestada a indignação do governo brasileiro com o incidente e a preocupação com a situação da cidadã brasileira.

Desde que declarou sua independência em 1988, a Palestina obteve gradualmente o reconhecimento de grande número de países no Oriente Médio, África e Ásia. As exceções permaneceram os EUA, países da UE e Austrália, entre outros. Em setembro de 2010, estimava-se que mais de uma centena de países reconhecia o Estado Palestino.

Em 3 de dezembro, o Presidente Lula enviou carta a Mahmoud Abbas em resposta a outra que este lhe enviara solicitando o reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de 1967. Afirmou que, por considerar que a solicitação apresentada era "justa e coerente com os princípios defendidos pelo Brasil para a Questão Palestina", o Brasil, por meio daquela carta, reconhecia o Estado palestino nas fronteiras de 1967. Em nota a respeito do assunto, o Itamaraty esclareceu que a iniciativa era "coerente com a disposição histórica do Brasil de contribuir para o processo de paz entre Israel e Palestina", cujas negociações diretas estavam naquele momento interrompidas, e estava em consonância com as resoluções da ONU, que exigiam o fim da ocupação dos territórios palestinos e a construção de um Estado independente dentro das fronteiras de 4 de junho de 1967.

Seguiram-se reconhecimentos também por parte de Argentina, Bolívia e Equador.

*

O Brasil manteria relações bilaterais com todos os países do Oriente Médio, em especial com o Líbano, de onde provém muitos brasileiros. Com relação à invasão e ocupação do Iraque, o país se manifestaria inequivocamente contra tais ações.

9.5.2. Israel

Perguntado sobre Israel, durante entrevista à imprensa concedida em dezembro de 2004, o Ministro Celso Amorim declarou que o Brasil tinha muitas boas relações com aquele país e manifestou a intenção de visitá-lo. De fato, em maio de 2005, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim visitaria Israel naquele mês. Acrescentou a nota que o comércio bilateral subira de US$ 505 milhões, em 2003, para US$ 715 milhões, em 2004, representando incremento de mais de 40% em um ano. Estava previsto que, durante a visita, seria assinado Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas anuais entre as Chancelarias dos dois países.

Embora as relações fossem normais, parecia haver de parte de Israel dúvidas sobre os posicionamentos brasileiros. Em outubro, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim recebera mensagem do Ministro das Relações Exteriores de Israel, Silvan Shalom, a propósito de declarações do Presidente Mahmoud Ahmadinejad do Irã. Esclareceu que, em resposta, o Ministro Celso Amorim reiterara ao Chanceler Shalom a posição brasileira de que, ao mesmo tempo em que reconhecia o direito palestino a um Estado soberano, defendia ter o Estado de Israel o direito de viver em paz e segurança dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Acrescentou que o Ministro Amorim expressara ao Chanceler de Israel que o Brasil, fiel ao princípio da solução pacífica de controvérsias, condenava de maneira veemente quaisquer declarações destinadas a incitar à violência e ao desrespeito do direito internacional.

A situação político-partidária em Israel sofreria modificação quando, em novembro, o Primeiro-Ministro Ariel Sharon anunciou sua renúncia e a intenção de criar um novo partido, o Kadima, e pediu ao Presidente de Israel para convocar eleições. O novo grupo político aceitou que o processo de paz levasse à criação de um Estado Palestino. Aderiram ao novo partido figuras importantes do Likud e do Partido Trabalhista.

O relacionamento bilateral prosseguia seu curso e, por nota de dezembro, o Itamaraty informou que, no dia seguinte, seria realizada

a I Reunião de Consultas Políticas entre as Chancelarias do Brasil e de Israel. Acrescentou que o mecanismo anual de consultas políticas entre as duas Chancelarias fora estabelecido por Memorando de Entendimento assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim a Israel. Acrescentou que, durante a reunião inaugural, ambas as partes deveriam examinar a situação dos respectivos entornos regionais, incluindo as perspectivas do cenário político no Oriente Médio, além de passar em revista os principais tópicos do relacionamento bilateral.

Os contatos bilaterais aumentaram. Em dezembro, o Itamaraty informou que o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, realizaria visita a Israel naquele mês. Acrescentou que deveria reunir-se com autoridades israelenses e do Quarteto (EUA, Rússia, UE e Secretaria-Geral da ONU) diretamente envolvidas nas negociações de paz israelo-palestinas. Esclareceu que a visita do Embaixador Ouro-Preto a Israel inseria-se no contexto da prioridade conferida pela política externa brasileira ao relacionamento com os países do Oriente Médio. Notou que ocorria em momento caracterizado por eventos de relevante significado para a evolução futura do processo de paz, tanto no âmbito político doméstico (eleições iminentes em Israel e nos territórios palestinos) como no contexto regional mais amplo (retirada israelense de Gaza). Acrescentou que a visita refletia, também, a disposição do Brasil de contribuir, de forma mais ativa, em conjunto com outros países em desenvolvimento de projeção externa semelhante, para os esforços empreendidos pela comunidade internacional com vistas à retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo "Mapa do Caminho para a Paz". Recordou que essa disposição fora transmitida ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon, por ocasião da visita do Ministro Celso Amorim a Israel, em maio de 2005.

Em 18 de dezembro, Ariel Sharon sofreu um derrame leve. O Itamaraty informou que o Presidente Lula havia lhe enviado mensagem na qual, em nome do governo e do povo brasileiros, e em seu próprio, estimou os melhores votos para sua pronta recuperação. Expressou a esperança de que pudesse tão logo possível reassumir suas funções. A saúde do líder israelense não melhorou e, em 4 de janeiro de 2006, após ter Sharon sofrido outro derrame, desta vez muito mais forte, Ehud Olmert foi oficialmente designado Primeiro-Ministro interino. O Presidente Lula enviou a Olmert mensagem dos melhores votos para a recuperação do Primeiro-Ministro Sharon, "cuja atuação pessoal tinha desempenhado papel de fundamental importância nos esforços de paz em curso no

Oriente Médio". O Ministro Celso Amorim enviou também mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Silvan Shalom, na qual afirmou que o Brasil estava genuína e sinceramente empenhado em lograr um efetivo estreitamento dos vínculos de amizade e cooperação entre os dois países.

Por nota de março, o Itamaraty informou que o Presidente Lula enviara mensagem ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert, para, ao ensejo da vitória do partido Kadima nas eleições legislativas israelenses, cumprimentá-lo e formular votos de êxito na gestão do novo governo Israelense. Acrescentou que estava certo de que o novo governo continuaria a contribuir para o diálogo com o governo da Autoridade Nacional Palestina e para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região.

Em abril, o gabinete israelense julgou que Sharon estava incapacitado. A declaração de sua incapacidade entrou em vigor no dia 14, data em que formalmente Sharon deixou de ser o Primeiro-Ministro e foi substituído por Ehud Olmert. O Presidente de Israel, Moshe Katsav, pediu a Olmert que formasse novo governo. No dia 4 de maio, o novo Chefe do governo apresentou seu gabinete ao Knesset. Entre julho e agosto, haveria a Guerra do Líbano e a popularidade de Olmert começaria a cair.

Em discurso que proferiu na cerimônia religiosa do Dia de Recordação das Vítimas do Holocausto, em São Paulo, no mês de fevereiro de 2007, o Presidente Lula ressaltou ter sido o Brasil copatrocinador de Resolução da AGNU, aprovada na semana anterior, que condenara, "sem nenhuma reserva, qualquer negação ao Holocausto". Argumentou que não se podia, no século XXI, aceitar a hipótese da negação dos fatos históricos do século XX, sobretudo quando esses fatos estavam "provados por vítimas, parentes de vítimas e reconhecido por todas as instituições democráticas do planeta Terra".

Olmert anunciou em julho de 2008 que renunciaria em setembro quando o Kadima elegesse um novo líder. Em 17 de setembro, Tzippi Livni venceu as eleições partidárias. No dia 21, o Presidente Shimon Peres pediu a ela que formasse um governo. Livni, no entanto, não conseguiria formar uma coalizão e Olmert permaneceria no cargo até eleições gerais marcadas para fevereiro do ano seguinte. Nessas, o Likud obteve 29 assentos e o Kadima 28; tendo o Presidente Shimon Peres pedido a Netanyahu que formasse novo governo.

Em julho, o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, visitou o Brasil. Ao anunciar sua vinda, o Itamaraty ressaltou que se tratava da primeira visita de um Chanceler israelense

ao Brasil desde 1987, quando o então Ministro Shimon Peres estivera no país. Sublinhou também a "multiplicação de visitas de autoridades de lado a lado". Ressaltou a assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e Israel, "o primeiro do bloco sul-americano com um parceiro extrarregional". Anunciou que, durante a visita, seria assinado acordo na área de serviços aéreos.

Em novembro de 2009, o Presidente de Israel, Shimon Peres, visitou o Brasil. Em declaração à imprensa, o Presidente Lula afirmou que os acordos assinados na ocasião, "em áreas tão variadas, como o turismo, produção cinematográfica e cooperação técnica", ajudariam a enriquecer o diálogo entre dois povos que celebravam a vida.

O Presidente Lula efetuou, em março de 2010, visita a Israel, Territórios Palestinos Ocupados e Jordânia. Ao anunciar a viagem, nota do Itamaraty ressaltou que se tratava da primeira visita de um Presidente brasileiro àqueles locais. Segundo o Itamaraty, a visita refletia "a crescente aproximação do Brasil com países do Oriente Médio". Anunciou que seria discutido, em cada destino, o aprofundamento dos laços bilaterais, comerciais e de cooperação. A Chancelaria brasileira informou ainda que o intercâmbio comercial do Brasil com Israel saltara de US$ 440 milhões, em 2002, para US$ 1,6 bilhão, em 2008. Salientou que era esperado o crescimento das trocas comerciais em virtude da entrada em vigor, no mês seguinte, do Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e Israel, e da abertura de linha aérea São Paulo – Tel Aviv.

Em maio de 2010, uma frota de duas ONGs, denominada Flotilha da Liberdade, que transportava 750 pessoas, e transportando ajuda humanitária para a Faixa de Gaza foi interceptada pela Marinha de Israel. Entre os ativistas que se encontravam nas embarcações, encontrava-se a cidadã brasileira Iara Lee, que foi detida pelas autoridades israelenses. Após visita àquela cidadã pelo Encarregado de Negócios do Brasil em Tel Aviv, o Itamaraty emitiu nota à imprensa no dia 1° de junho na qual informou que a brasileira se encontrava retida na Prisão de El'A, em Be'er Sheva, em Israel. Acrescentou que ela estava bem de saúde e havia confirmado dispor, na prisão, de alimentos e vestimentas adequadas. Acrescentou que, por meio do telefone celular do Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil, buscara contato com membros de sua família e deixara recado para a irmã, residente em Nova York. Acrescentou ter se queixado de que as autoridades israelenses não haviam permitido, no dia anterior, que entrasse em contato com a Embaixada do Brasil e afirmou que suas bagagens e passaportes (brasileiro e estadunidense) continuavam retidos por Israel. Acrescentou que a cidadã brasileira

explicara ao diplomata do Brasil que as autoridades israelenses haviam exigido, como condição para a sua libertação, que ela assinasse termo declarando ter entrado ilegalmente em Israel. Esclareceu que Iara Lee informara que não pretendia assinar o documento, uma vez que fora presa pelas forças israelenses em águas internacionais. Por fim, constou da nota o compromisso do governo brasileiro de continuar em contato permanente com as autoridades israelenses, instando-as a que libertassem pronta e incondicionalmente a brasileira, como de resto exigia a própria Declaração da Presidência do CSNU, aprovada no dia anterior.

9.5.3. Líbano

O Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, visitou o Brasil em junho de 2003. Após recebê-lo, o Presidente Lula informou que o governo brasileiro tinha a intenção de divulgar um plano de ação para o desenvolvimento das relações com os países árabes no período de seu governo. Anunciou que pretendia empreender, ainda naquele ano, viagem a alguns países árabes, dentre os quais certamente estaria o Líbano. Revelou que, com o objetivo de discutir preliminarmente sobre essa viagem, o Ministro Celso Amorim deveria empreender visita ao Líbano ainda naquele mês. Em nota à imprensa, após a visita, o Itamaraty informou que os dois Presidentes haviam concordado em que o restabelecimento de uma linha aérea regular entre São Paulo e Beirute, a instalação de filiais de bancos brasileiros no Líbano e maiores facilidades para concessão de vistos para homens de negócios constituíam ferramentas de especial importância para dinamizar os fluxos de negócios e de turismo, e indústria. Acrescentou terem os dois Presidentes decidido criar uma Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível, com participação ministerial e empresarial, para promover a cooperação econômica, o incremento dos fluxos de capitais e de investimentos, e o aumento e a diversificação do intercâmbio comercial.

Em dezembro, o Presidente Lula visitou o Líbano. Em discurso que pronunciou no Plenário da Assembleia Nacional ressaltou que havia entre 6 e 7 milhões de descendentes dos imigrantes libaneses no Brasil. Expressou desejo de ampliar a coordenação política entre os dois países, aumentar o fluxo comercial e aprofundar a cooperação cultural, técnica e educacional. Manifestou o desejo de que o Líbano fosse parceiro privilegiado do Brasil. Em seminário empresarial, propôs que se fizesse de Beirute a ponta de lança das exportações brasileiras para

o Oriente Médio e outros mercados do mundo árabe. Em nota após a visita, o Itamaraty destacou entre os acordos assinados, o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Comissão Bilateral de Alto Nível para Criar Mecanismo com Reuniões Periódicas entre Altas Autoridades dos Dois Países. Acrescentou terem sido assinados, ainda, acordos nas áreas de cooperação técnica, de turismo, antidrogas, cooperação sanitária e fitossanitária. Acrescentou que haviam sido anunciadas as negociações de acordos nas áreas de cooperação cultural e educacional, de saúde, de energia elétrica, esportes e de Memorando de Entendimento para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais. Anunciou que, no ano seguinte, seriam iniciadas conversações para um acordo de previdência social. Registrou ainda o adiantado estágio da avaliação a que o Banco do Brasil procedia sobre o possível início de suas operações diretas na região. Revelou também a decisão de estimular a ampliação do conhecimento mediante a troca de missões científicas. Acrescentou que, com vistas a facilitar ainda mais os contatos entre as duas comunidades e dinamizar os fluxos de negócios e de turismo, o governo brasileiro estava adotando medidas que permitiriam agilizar a tramitação de pedidos de visto. Registrou que ficara ainda acertado negociar, a partir do ano seguinte, a retomada da ligação aérea direta entre os dois países.

O Presidente do Líbano, Emile Lahoud, visitou o Brasil em janeiro de 2004. Em discurso que pronunciou ao recebê-lo, o Presidente Lula afirmou que o país acompanhava, com grande interesse e preocupação, os acontecimentos no Oriente Médio, em particular na Palestina. Afirmou que a paz entre palestinos e israelenses era uma tarefa de toda a comunidade de nações. Defendeu um papel ativo da ONU na região e a efetiva aplicação de suas resoluções, enquanto expressão da vontade coletiva internacional. Declarou que o Brasil apoiava as iniciativas então em curso para reaproximar os povos do Oriente Médio por meio do diálogo e do entendimento. Repudiou a repressão desmesurada nos territórios árabes ocupados bem como todas as formas de violência que alimentavam "o círculo vicioso de retaliação mútua".

A situação entre Beirute e Damasco pareceu se acalmar quando, em 26 de abril, diante de pressões internacionais, a Síria anunciou a retirada dos últimos militares do total de 14 mil que mantinha no Líbano, com o que terminaria assim 29 anos de domínio naquele país vizinho. Em 2 de setembro, o CSNU adotou a Resolução 1.559, patrocinada pela França e pelos EUA, que conclamou o Líbano a estabelecer sua soberania sobre todo seu território e "forças estrangeiras" (implicitamente a Síria)

a retirarem-se do Líbano e cessarem intervenção política naquele país. A resolução também conclamava a todas as milícias libanesas ou não que se desfizessem e declarassem apoio a processo eleitoral livre e justo. Nove países votaram a favor (Angola, Benin, Chile, França, Alemanha, Romênia, Espanha, Reino Unido e EUA) e seis países se abstiveram (Argélia, Brasil, China, Filipinas, Paquistão e Rússia).

Ainda em setembro, a Assembleia Nacional aprovou emenda constitucional que permitiria ao Presidente Émile Lahoud ser reeleito por mais três anos. A decisão seria considerada como pressão exercida pela Síria, que o apoiava. O Primeiro-Ministro Rafik Hariri opôs-se à emenda e renunciou em protesto à decisão. Havia ademais entendimento de que a emenda constitucional contrariava a Resolução 1.559 do CSNU que determinava a convocação de nova eleição presidencial. A situação se tornava politicamente tensa. Em 1º de outubro, um dos opositores de Lahoud, Marwan Hamadeh, sofreu um atentado. O SGNU, Kofi Annan, expressou preocupação pelo ataque e, no dia 7, informou o CSNU de que a Síria não havia retirado suas forças do Líbano. No dia 19, o CSNU votou por unanimidade (com o voto inclusive da Argélia) a favor de um chamado à Síria para que se retirasse do território libanês em cumprimento à Resolução 1.559.

Nesse clima preocupante, no dia 28 de janeiro de 2005, pela Resolução 1583, o CSNU convocou o governo do Líbano a exercer integralmente sua autoridade no sul, inclusive através do deslocamento de tropas para assegurar a calma na área e exercer o controle do uso de força no seu território.

9.5.3.1. Assassinato de Hariri (fevereiro de 2005)

No dia 14 de fevereiro, o ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri, foi morto em Beirute. Ele foi vítima de um ataque suicida com explosivos que matou também outras 16 pessoas e feriu 120. Os EUA, a UE e a ONU exigiram a retirada síria do Líbano e uma investigação internacional do assassinato. O CSNU adotou a Resolução 1.595 que determinou o envio de uma equipe para investigar o assassinato. O governo brasileiro condenou o ato com veemência. Recordou ter Hariri realizado visitas oficiais ao Brasil nas quais contribuíra para o adensamento das relações bilaterais e para o fortalecimento dos laços de amizade entre os povos brasileiro e libanês. Reconheceu a importante contribuição que o ex-Primeiro-Ministro Hariri prestara para a paz civil, para a estabilização

política e para a reconstrução do Líbano, após longos anos de guerra. Manifestou sua preocupação com os eventuais desdobramentos daquela ação terrorista e confiou em que as autoridades libanesas conseguiriam identificar e punir os culpados e seus instigadores.

Em meio a momento político interno de muita gravidade no Líbano, pelo Decreto nº 5.423, de 14 de abril, o governo brasileiro decidiu criar o Consulado Geral em Beirute (que se mostraria pouco depois de grande valia para a prestação de assistência a brasileiros durante o conflito desenvolvido naquele país no ano seguinte).

Após o assassinato de Hariri, aumentou a pressão internacional para que a Síria se retirasse do Líbano. Mas o deslocamento de 14 mil militares sírios do Líbano tardaria quase dois meses para ser completado. Finalmente, no dia 26 de abril, as ultimas tropas haviam partido. Após a vitória da oposição antissiria nas eleições realizadas em maio, o Presidente Lahoud pediu a Fouad Siniora que formasse um novo governo.

As investigações sobre a morte de Hariri tiveram início. Em 20 de outubro, o chefe da equipe nomeada pela ONU, o juiz alemão Detlev Mehlis, apresentou relatório ao CSNU, implicando tanto libaneses quanto sírios, com ênfase no serviço de inteligência de Damasco. Em 31 de outubro, o CSNU adotou por unanimidade a Resolução 1.636 que pediu às autoridades sírias cooperação integral no inquérito da Comissão Independente sobre o assassinato, devendo prender os suspeitos identificados no relatório. Em discurso em reunião Ministerial do CSNU, na cidade de Nova York, o Ministro Celso Amorim afirmou que o Brasil votara a favor do texto da resolução no entendimento de que qualquer medida adicional só poderia ser adotada com base em exame coletivo das conclusões finais da Comissão pelos membros do Conselho. Explicou que, em outras palavras, o Brasil considerava que referências ao Capítulo VII da Carta da ONU não pressupunham, nem autorizavam medidas contra a Síria na ausência de decisão coletiva do Conselho, baseada em cuidadosa avaliação dos fatos.

A situação interna permanecia instável. Por nota do Itamaraty de 12 de dezembro, o governo brasileiro condenou "com veemência e indignação" o atentado terrorista cometido em Beirute naquele dia que resultara na morte do jornalista e Deputado libanês Gibran Tueni e de mais quatro pessoas, deixando ainda dezenas de feridos. Esclareceu a nota que o falecido desempenhava papel de relevo, tanto em sua atividade jornalística, à frente do jornal "An-Nahar" (O Dia), quanto no Parlamento libanês. Acrescentou que Tueni destacara-se pela "defesa incansável da liberdade de imprensa e por seu abnegado patriotismo, bem como pelo empenho em prol da afirmação da soberania do Líbano".

No dia 23 de janeiro de 2006, o CSNU fez um chamado ao governo libanês a apresentar progresso no controle de seu território e desmantelamento de milícias, ao mesmo tempo em que fazia um chamado ao governo sírio a cooperar com tais esforços e adotar medidas para impedir o ingresso de armas e pessoas no Líbano. Em fevereiro, a ONU e o governo libanês acordaram quanto ao estabelecimento de um Tribunal Especial para o Líbano para julgar o assassinato de Hariri.

Entrementes, um caso de natureza consular seria objeto de interação diplomática bilateral. Por nota de 16 de março, o Itamaraty informou que fora presa, quatro dias antes, em São Paulo, pelo crime de corrupção ativa, a nacional libanesa Rana Abdel Rahim Koleilat, acusada de crimes financeiros no Líbano. Acrescentou que, no dia 14, o Embaixador do Brasil em Beirute recebera telefonema do Primeiro-Ministro Fuad Siniora para informar do interesse do governo do Líbano em que Rana Koleilat fosse extraditada para aquele país. Acrescentou que comunicara, no mesmo dia 14, à Embaixada do Brasil em Beirute o procedimento necessário para a mencionada extradição: o envio ao Ministério pela Embaixada do Líbano em Brasília de pedido de prisão preventiva para fins de extradição. Explicou que tal informação fora também transmitida à Embaixada do Líbano em Brasília. Informou ainda que, na manhã do dia 15 de março, o Ministro das Relações Exteriores do Líbano comunicara ao Embaixador do Brasil em Beirute o interesse da parte libanesa na extradição de Rana Koleilat e salientara que estavam sendo tomadas as providências necessárias para o encaminhamento formal do pedido de prisão preventiva para fins de extradição. Esclareceu que, no início da tarde, a Embaixada do Líbano formalizara ao Itamaraty tal pedido de prisão preventiva, imediatamente expedido ao Ministério da Justiça, para retransmissão ao Supremo Tribunal Federal, que o deferiu. Por fim, notou que o governo do Líbano tinha o prazo de 60 dias para apresentar ao governo brasileiro o pedido de extradição, acompanhado dos documentos que o justificassem.

9.5.3.2. Guerra do Líbano (julho de 2006)

Em julho ocorreria a chamada Guerra do Líbano. No dia 12, tropas de Israel invadiram aquele país em reação a ações do Hezbollah que haviam resultado no sequestro de dois soldados israelenses e na morte de três outros. Dois dias depois, o Hezbollah declarou guerra aberta contra Israel. O Primeiro-Ministro libanês, Fouad Siniora, apresentou plano para pôr fim ao conflito e convocou uma reunião da Liga Árabe em Beirute.

O Brasil se manifestaria a cada momento do conflito. Por nota no próprio dia 12, o governo brasileiro condenou com veemência "os ataques perpetrados pelo movimento libanês Hezbollah contra áreas ao norte de Israel, que haviam ferido e vitimado vários soldados das Forças de Defesa de Israel e resultado no sequestro de dois militares israelenses". O governo brasileiro exortou a que fossem evitadas novas agressões e que fossem observadas as Resoluções pertinentes do CSNU. Acrescentou que o governo brasileiro acompanhava, "com apreensão, a escalada da violência na região, que poderia comprometer seriamente as perspectivas de retomada do processo de paz". Lamentou a incursão das Forças de Defesa de Israel no sul do Líbano e o ataque a instalações locais e reiterou sua oposição a "atos desproporcionais de represália que pudessem contribuir para deteriorar ainda mais o já delicado quadro político e humanitário regional". Conclamou todas as partes envolvidas a "envidar o máximo esforço possível de autocontenção e diálogo, evitando engajar-se em novo ciclo de enfrentamentos, cujas primeiras vítimas serão as respectivas populações civis". Apresentou suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas e apelou em favor da pronta e incondicional libertação dos militares israelenses.

Por nota do dia seguinte, o governo brasileiro informou ter recebido com profunda consternação a notícia do falecimento de quatro cidadãos brasileiros da mesma família, entre os quais duas crianças, na cidade de Srifa, vítimas de ações militares no Líbano. Condenou o ataque "perpetrado pelas forças de Israel", considerando que havia constituído "reação desproporcional" e levado à perda de vidas inocentes entre a população civil. Reiterou sua oposição "a atos de represália que apenas contribuíam para deteriorar a delicada situação na região". Conclamou ao diálogo todas as partes envolvidas e apoiou os esforços da ONU em favor de um cessar-fogo, bem como da libertação dos soldados israelenses sequestrados. Segundo a nota, o Ministro Celso Amorim instruiu o Cônsul-Geral do Brasil em Beirute a enviar agente consular ao local de falecimento dos cidadãos a fim de obter informações adicionais e prestar todo o apoio necessário. Acrescentou que a Embaixada e o Consulado Geral do Brasil em Beirute estavam igualmente de prontidão para dar assistência aos nacionais brasileiros residentes no Líbano. Por fim, o governo brasileiro apresentou suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas.

Em entrevista concedida no mesmo dia 13, Celso Amorim declarou que o Brasil condenava todo o tipo de incursão, todo o tipo de ato terrorista, mas achava que a reação de Israel fora desproporcional.

Ressaltou que o Líbano era, no final das contas, um país independente, passara por uma transformação importante, tinha um governo de coalizão ampla. Acrescentou que o Brasil acompanhava a situação no Oriente Médio com muita preocupação e via a radicalização. Ressaltou que não estava condenando só Israel. Notou que o Brasil criticara as ações do Hezbollah, mas achava que a reação israelense fora desproporcional e tendia a gerar mais problemas e o governo brasileiro via com preocupação a crise se espalhar.

Por nota do dia 18, o governo brasileiro informou ter recebido com grave consternação a notícia do falecimento de mais um cidadão brasileiro, o menor Bassel Tormos, de oito anos de idade, vítima de ações das Forças de Defesa de Israel na localidade de Tallousa, no sul do Líbano. Acrescentou a nota do Itamaraty que, segundo informações recebidas do Consulado Geral em Beirute, a mãe e o irmão do menor falecido, nascido em Foz do Iguaçu, estariam feridos. O Brasil reiterou sua condenação "à represália militar desproporcional do governo de Israel, que tinha levado à perda de vidas inocentes e a pesados danos na infraestrutura libanesa, com consequências de longo prazo para a população civil". Ao lamentar o falecimento dessa nova vítima brasileira e ao apresentar suas mais sinceras condolências a seus familiares, o governo brasileiro renovou seu apoio às iniciativas diplomáticas em curso e, em especial, à Missão de Alto Nível enviada pelo SGNU, com vistas à obtenção de um imediato cessar-fogo na região.

Por nota do dia 19, o governo brasileiro informou que continuava a acompanhar com extrema preocupação a escalada do conflito militar em curso no Líbano. Ao reiterar seu repúdio ao terrorismo, ressaltou que, não importava sob que justificativa, o Brasil condenava, nos termos mais veementes, o uso da força contra a população civil, que provocara a morte de pelo menos sete cidadãos brasileiros, entre eles três crianças. Notou, com consternação, que a ação militar israelense no Líbano já ocasionara mais de duas centenas de vítimas e de 400 feridos entre a população civil, além de danos materiais de enorme magnitude a instalações de infraestrutura no país, então virtualmente isolado por terra, mar e ar. Exortou Israel a evitar medidas desproporcionais de represália capazes de contribuir para a deterioração da situação humanitária no território libanês. Reiterou os termos da Resolução 1.559 do CSNU, que pediu o desmantelamento de todas as milícias presentes no Líbano. Renovou seu apoio às iniciativas diplomáticas em andamento para a obtenção de um cessar-fogo imediato, em particular aos esforços da Missão de Alto Nível enviada pelo SGNU à região. Exortou a comunidade internacional

a assumir sua responsabilidade com vistas a restabelecer um ambiente de paz e estabilidade na região, e conclamou as partes diretamente envolvidas a adotar medidas que possam, desde já, contribuir para uma solução duradoura do conflito.

Por nota de 24 de julho de 2006, o Ministro Celso Amorim enviou mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Massimo D'Alema, na qual juntou-se ao Presidente Lula, que enviara mensagem ao Primeiro-Ministro Romano Prodi, para felicitá-lo pela iniciativa de convocar reunião para considerar a escalada de violência no Líbano. Ressaltou a importância daquele gesto, em momento em que a comunidade internacional precisava atuar unida em favor da paz e de uma solução diplomática para o conflito. Acrescentou que o Brasil tinha acompanhado com extrema preocupação a situação no Líbano. Declarou que o Brasil repudiava o terrorismo, não importava sob que justificativa, mas não podia deixar de condenar, nos termos mais veementes, o uso indiscriminado da força, que resultara na morte de grande número de civis inocentes, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infraestrutura do Líbano. Acrescentou que, ao mesmo tempo em que reiterava apoio a todas as Resoluções do CSNU, o Brasil acompanhava com interesse as iniciativas diplomáticas em andamento para a obtenção de um cessar-fogo imediato. Destacou, nesse contexto, os apelos do SGNU e de Sua Santidade, o Papa Bento XVI. Considerou que a comunidade internacional deveria assumir sua responsabilidade de restabelecer um ambiente de paz e estabilidade na região. Nesse sentido, congratulou-se com a iniciativa de seu governo e desejou êxito nas conversas em Roma.

Por nota de 26 de julho, o governo brasileiro manifestou a mais profunda consternação pela morte de quatro observadores militares da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL) como resultado de ataques das Forças de Defesa de Israel. Enfatizou a importância da proteção ao pessoal da ONU e, por intermédio do Secretário-Geral Kofi Annan, expressou seu sincero pesar aos Governos e às famílias das vítimas. Exortou as autoridades de Israel a criarem as condições para uma investigação que esclarecesse cabalmente as circunstâncias desse grave episódio. Reiterou sua firme condenação ao uso indiscriminado da força, que resultou, inevitavelmente, em vítimas na população civil. Disse que o Brasil juntou-se a todos aqueles na comunidade internacional que têm defendido a imediata cessação das hostilidades.

Por nota de 30 de julho, o Presidente Lula transmitiu mensagem ao Primeiro-Ministro do Líbano, Fuad Siniora em que afirmou que estava profundamente chocado, indignado e consternado com os violentos

bombardeios israelenses daquele dia, na localidade de Qana, no sul do Líbano, que haviam vitimado a população civil, incluindo dezenas de crianças, mulheres e idosos. Afirmou que o governo brasileiro reiterava a sua oposição a atos de violência indiscriminada e ao uso de força militar contra alvos civis por quem quer que fosse. Informou que estava instruindo o Ministro das Relações Exteriores no sentido de que o governo brasileiro apoiasse o apelo de Siniora para que o CSNU impusesse cessar-fogo imediato ao conflito.

Em exposição que fez no dia 2 de agosto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre a situação dos brasileiros no Líbano, Celso Amorim recordou os fatos imediatos que levaram ao conflito, reconhecendo que um soldado israelense havia sido sequestrado e terem havido "ações do Hezbollah", que o Brasil condenara, mas reiterou a ideia de ter havido "uma reação desproporcional" de Israel que "na realidade atingiu, quaisquer que" fossem "os objetivos militares, principalmente a população civil, inclusive brasileiros" que eram "muitos", como se sabia, "no Líbano". Em seguida, explicou as diversas medidas que vinham sendo adotadas para a evacuação de brasileiros que se encontravam naquele país em conflito.

O Presidente Lula enviou, no dia 3, carta ao SGNU, Kofi Annan, sobre a situação no Líbano, na qual repudiou o terrorismo (leia-se do Hezbollah) mas condenou a "reação desproporcional e o uso excessivo da força" (leia-se de Israel). Declarou que era fundamental que o CSNU agisse com celeridade, objetivando pôr fim ao conflito. Conforme informou o Itamaraty, cartas de teor semelhante foram também enviadas pelo Presidente Lula aos Chefes de Estado ou de governo dos cinco membros permanentes do CSNU (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia), bem como dos dois membros não permanentes que representavam, naquele momento, a região da América Latina e Caribe (Argentina e Peru).

O Ministro Celso Amorim visitou o Líbano, no dia 15, "com o objetivo de manter diálogo com autoridades locais e trocar impressões sobre as perspectivas de solução do conflito no Líbano". A Chancelaria brasileira informou que seria recebido pelo Presidente Emile Lahoud, pelo Primeiro-Ministro Fuad Siniora, pelo Chanceler Fawzi Salloukh e pelo Presidente da Assembleia Nacional, Nabih Berri. Faria entrega às autoridades libanesas de doação humanitária brasileira de 2,5 toneladas de medicamentos, que incluíam antirretrovirais, antibióticos e 16 *kits* de farmácia básica, suficientes para o atendimento das necessidades emergenciais de 145 mil pessoas. Deveria igualmente visitar a Embaixada e o Consulado Geral do Brasil em Beirute, a fim de manifestar seu

reconhecimento à atuação dos funcionários daquelas repartições nas operações de assistência e retirada de cidadãos brasileiros do Líbano.

O CSNU aprovou unanimemente, em 11 de agosto, a Resolução 1.701 para terminar as hostilidades. A resolução, aprovada tanto pelos governos do Líbano quanto de Israel, pediu o desarmamento do Hezbollah, a retirada de Israel do Líbano, o deslocamento de soldados libaneses e a ampliação da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL). No dia 14, o cessar-fogo da ONU entrou em vigor, mas o conflito prosseguiu, terminando formalmente apenas em setembro quando Israel suspendeu o bloqueio naval do Líbano.

No dia 16, chegou ao Brasil um voo da VARIG proveniente do Líbano com 270 passageiros. Segundo nota do Itamaraty, com aquele transporte, a operação de retirada dos brasileiros já alcançara o total de 2.576 pessoas. Acrescentou a Chancelaria que 110 brasileiros ainda se encontravam em Adana, Turquia, devendo partir em avião da FAB. Concluiu a nota que, incluindo as pessoas que haviam regressado ao Brasil por meios próprios, a operação de retirada de brasileiros do Líbano lograra evacuar 2.950 pessoas da zona de conflito. Em outra nota, no dia 22, o Itamaraty esclareceu que o transporte fora realizado em 14 voos da FAB e em quatro voos efetuados pelas companhias aéreas brasileiras TAM, GOL, BRA e VARIG. Informou ainda que a operação de retirada de brasileiros do Líbano fora acompanhada de assistência humanitária, tendo sido enviadas 4,2 toneladas de medicamentos do Ministério da Saúde e 5,2 toneladas de mantimentos e alimentos coletados pela comunidade libanesa de São Paulo. Esta ajuda fora transportada pela FAB, inclusive no voo que conduziu o Ministro Celso Amorim a Beirute, no dia 15. Além disso, cerca de 3,2 toneladas de doações da comunidade libanesa haviam sido transportadas pela VARIG.

Na Conferência Internacional de Doadores para o Líbano, realizada em Estocolmo, no dia 31, a delegação brasileira chefiada pelo Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, anunciou contribuição brasileira de US$ 500 mil para assistência humanitária ao Líbano, por intermédio da ONU. A delegação brasileira informou, também, que deveria ir ao Líbano missão multidisciplinar para identificar áreas em que a cooperação técnica brasileira pudesse ser imediatamente utilizada em benefício dos esforços libaneses de reconstrução.

Passado o conflito, o Brasil prosseguiria sua cooperação bilateral. Em discurso que pronunciou por ocasião da Conferência Internacional de Paris de Apoio ao Líbano, realizada em Paris, no mês de janeiro de 2007, o Ministro

Celso Amorim anunciou uma doação adicional de US$ 1 milhão, destinada a financiar projetos brasileiros de cooperação com o Líbano. Declarou que o Brasil apoiava, "com vigor, a plena execução da Resolução 1.701". Louvou os esforços do Primeiro-Ministro Siniora para manter o caráter pluriconfessional da sociedade libanesa e a natureza laica do governo. Acrescentou que não haveria solução duradoura da questão libanesa, enquanto não se solucionasse "o problema palestino, sobre a base de um Estado independente e viável, vivendo em paz e segurança ao lado de Israel". Reiterou a sugestão do Presidente Lula, manifestada durante a Sexagésima Primeira Sessão da Assembleia Geral da ONU, no sentido de se celebrar uma conferência internacional com a presença das Partes diretamente envolvidas, bem como com a participação de alguns atores extrarregionais, com o objetivo de discutir a retomada do processo de paz no Oriente Médio. Concluiu que sua mensagem final era por "um comprometimento pleno com a unidade, com a integridade territorial, bem como com a plena independência da nação libanesa".

Entre maio e setembro, ocorreu novo conflito no Líbano, desta vez entre as forças armadas libanesas e o grupo islâmico denominado Fatá Al-Islam. Teve início, em 20 de maio, no campo de refugiados palestinos em Nahr Al-Bared perto de Trípoli e espalhou-se para outro campo de refugiados, tendo bombas terroristas sido lançadas também em Beirute. Por nota de 18 de julho, o governo brasileiro informou ter recebido, com profundo pesar, a notícia do falecimento do cidadão brasileiro Ali Ahmad Smidi, tenente do Exército libanês, durante aqueles confrontos. Acrescentou que o Consulado Geral do Brasil em Beirute vinha oferecendo apoio e solidariedade aos familiares do brasileiro, residentes na cidade de Sultan El Yacoub, no Vale do Bekaa. Transmitiu à família da vítima daquele trágico evento suas mais sentidas condolências.

A situação continuaria instável. Em 21 de novembro, Pierre Amin Gemayel, Ministro da Indústria do Líbano, foi assassinado em Beirute. Em dezembro, partidos pró-Síria lançaram uma campanha de protestos nas ruas com o objetivo de obter poder de veto no governo. A oposição parlamentar recusou-se a votar para um novo Presidente quando expirou o mandato de Lahoud, passando Siniora a exercer interinamente a Presidência até a eleição de novo titular.

Os protestos nas ruas do Líbano prosseguiram por 17 meses até 7 de maio de 2008. Diversas forças políticas e militantes lançaram um ataque armado contra Beirute. Vários locais públicos e residências oficiais foram assediados. Cerca de 200 pessoas morreram nas lutas que se seguiram. Por nota emitida no dia 9, o Itamaraty informou que o governo brasileiro acompanhava com grande preocupação o

agravamento da tensão política no Líbano, que já provocara "a morte de pelo menos onze pessoas, em sua maioria civis, em enfrentamentos entre grupos rivais desde o dia 7 de maio". Declarou que o Brasil, "ao conclamar as diferentes forças políticas libanesas ao diálogo e à abstenção do uso da força", reiterava "seu firme respaldo ao governo libanês em seus esforços para defender a ordem pública, a independência, a soberania, a integridade territorial e a unidade do Líbano, nos termos das Resoluções 1559 e 1701 do CSNU". Reafirmou o apoio do governo brasileiro "aos esforços da comunidade internacional com vistas à superação do impasse político no país, com base na Iniciativa da Liga Árabe". Acrescentou que o Ministério das Relações Exteriores estava "acompanhando atentamente a situação da comunidade brasileira no Líbano, para tomar as providências de assistência que se façam necessárias".

O assédio de imóveis terminou quando os líderes libaneses se encontraram em Doha e chegaram a um acordo pelo qual foi prometido poder de veto à minoria em troca do comprometimento de que armas não mais seriam utilizadas para ganhos em política interna. O governo brasileiro expressou, por nota do dia 15, satisfação com "o anúncio do acordo entre grupos governistas e oposicionistas no Líbano, obtido após mediação promovida pela Liga dos Estados Árabes por meio de delegação chefiada pelo Primeiro-Ministro do Catar, Xeque Hamad Bin Jassim, e integrada pelos Ministros das Relações Exteriores de Argélia, Bareine, Djibuti, EAU, Iêmen, Jordânia, Marrocos e Omã". Manifestou confiança em que o acordo celebrado entre as partes representaria "passo decisivo rumo ao fim do atual ciclo de violência no Líbano e contribuirá para promover o diálogo entre as diversas facções políticas, com vistas a possibilitar a pacificação interna e a superação do atual impasse político no país".

Dias depois, realizaram-se as eleições presidenciais nas quais saiu-se vencedor o General Michel Sleiman. O Presidente Lula enviou-lhe mensagem em que se referiu ao resultado como sendo um consenso alcançado pelas forças políticas do país. Em nova nota no dia 15 de julho, o governo brasileiro expressou com satisfação a notícia da formação do novo Gabinete de Ministros no Líbano, no dia 11, em cumprimento ao acordo entre as diversas facções políticas libanesas celebrado em Doha. Manifestou a expectativa brasileira de que a formação do governo representasse "passo decisivo para a estabilização política do país". Demonstrou confiança em que a designação do novo Gabinete de Ministros contribuiria "para o fortalecimento institucional do Líbano e para fomentar o diálogo e o entendimento entre os diversos grupos libaneses, em benefício do progresso e do desenvolvimento do país".

Em abril de 2010, o Presidente Michel Sleiman visitou o Brasil. Ao anunciar sua vinda, o Itamaraty ressaltou que esta coincidia com as comemorações dos 130 anos da imigração árabe para o Brasil. Ressaltou que os laços entre o Brasil e o Líbano distinguiam-se "pela relevância da contribuição dada ao país pelos imigrantes libaneses", cujos descendentes eram estimados em aproximadamente 10 milhões de pessoas. Observou que a corrente bilateral de comércio, que ao término de 2003 estava em pouco acima de US$ 60 milhões, crescera para cerca de US$ 312 milhões ao final de 2009. Por fim, informou que, durante a visita do Presidente Sleiman, estava prevista a assinatura de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva e Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil e o Ministério de Assuntos Sociais da República Libanesa. Em discurso durante almoço oferecido ao visitante, o Presidente Lula declarou que o Brasil queria participar da construção de um novo Líbano. Afirmou que "colaborar para a plena reconciliação do Líbano era o desejo de todos os brasileiros pois espelhava a profunda gratidão a uma nação que tanto contribuíra para a formação do Brasil moderno e confiante de hoje".

9.5.4. Síria

Em 2003, dois fatos relativos à Síria teriam relevância internacional. O primeiro seria a oposição do governo do Presidente Bashar Al-Assad à invasão do Iraque. A delegação síria atuou nesse sentido como membro não permanente do CSNU. O segundo seria o bombardeio israelense, em outubro, de local próximo a Damasco que o governo de Tel Aviv alegava ser utilizado para treinamento de terroristas do Jihad Islâmico. A Síria afirmou que o local era de uso civil e governos europeus condenaram o ataque.

O Presidente Lula visitou a Síria em dezembro. Em Damasco, no discurso que proferiu no jantar oferecido pelo Presidente Bashar Al--Assad, Lula afirmou que as relações bilaterais tinham uma dimensão humana única, que se expressava na comunidade de mais de 2 milhões de descendentes de sírios que viviam no Brasil. Do Comunicado Conjunto assinado por ocasião da visita, constou que os dois Presidentes haviam concordado que o volume do intercâmbio comercial não correspondia ao potencial de ambos países e que seus governos deveriam envidar todos os esforços possíveis para reverter essa situação. Expressaram sua convicção de que os atos assinados durante a visita, nas áreas de cooperação técnica,

econômica, cultural, educacional, de esportes e de turismo, bem como a formação de um Comitê Conjunto e de Conselho Empresarial, constituíam a base para elevar o nível das relações entre os dois países.

Em seminário sobre negócios e investimentos, ainda em Damasco, o Presidente Lula afirmou que seu governo estava determinado a construir uma nova agenda bilateral para relançar as relações bilaterais, em todas as áreas. Declarou que o objetivo de sua presença na Síria era gerar a mobilização político-empresarial necessária para dar um forte impulso ao relacionamento. Destacou que, no setor dos serviços, ligado a transporte, engenharia pesada e energia, havia espaço para parcerias inovadoras por meio de *joint ventures*. Mencionou produtos farmacêuticos e saúde pública, metalurgia, energia alternativa, telecomunicações e novas tecnologias, sobretudo na área de biotecnologia, como algumas das áreas em que podiam os dois países se ajudar mutuamente.

Em 2005, após o assassinato do ex-Primeiro-Ministro libanês, Rafik Hariri, houve acusações de envolvimento do governo sírio naquela ação, o que foi negado por Damasco. Outro fato importante naquele ano seriam os protestos curdos após o assassinato de um clérigo, tendo o ato se transformado em ações violentas entre policiais e manifestantes, com a morte de cinco pessoas.

Em 2007, teria repercussão internacional o bombardeio por Israel, em 5 de setembro, de um local na região síria de Deir ez-Zor que Tel Aviv afirmava ter uma instalação nuclear para fins militares. O governo de Damasco negou que a alegação israelense fosse verdadeira. Por nota, o governo brasileiro condenou o bombardeio. Declarou que, ao "reiterar seu repúdio a atos de violência e, em especial, a todas as formas de terrorismo", o governo brasileiro expressava sua "consternação ante o acirramento dos ânimos no Oriente Médio" e conclamava "as partes envolvidas a evitarem represálias sucessivas e a buscarem a rápida retomada do processo de Paz".

Em entrevista concedida no mês de maio de 2008, Celso Amorim revelou que fora portador de mensagem do Presidente da Síria para o Primeiro-Ministro de Israel.

> Eu fui ao Oriente Médio recentemente, já na sequência da reunião de Annapolis (sobre a paz no Oriente Médio), que o Brasil participou, etc. Já tinha ido lá uma vez, mas voltei. Eu fui portador de uma mensagem do Presidente da Síria (Bashar Al-Assad) ao Primeiro-Ministro de Israel (Ehud Olmert), coisa que jamais na minha vida pensei que ocorreria.

Qual era a mensagem?

A mensagem eu não posso dizer qual é, mas enfim ela é perfeitamente compatível com algumas coisas que tem... já publicadas. Dizem respeito aos problemas entre a Síria e Israel especificamente. Mas, enfim, é algo que só o contato pessoal é que pode fazer.

Graças a gestões francesas, em agosto de 2008, Síria e Líbano estabeleceram relações diplomáticas plenas. O Itamaraty emitiu nota na qual o governo brasileiro expressou "grande satisfação", com aquela notícia. Lembrou a nota que o Brasil abrigava, "com orgulho, as mais numerosas comunidades de origem síria e libanesa no exterior". Saudou a aproximação "entre os dois países e povos irmãos" e manifestou a expectativa de que o gesto contribuísse "decisivamente para promover a estabilidade e o progresso de ambas as partes".

Um atentado ocorrido em Damasco no mês de setembro de 2008 causou nova manifestação brasileira sobre eventos na Síria. Por nota do dia 27, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera "com consternação a notícia do atentado a bomba" que custara a vida de ao menos 17 pessoas e ferira diversas outras. Noutro fato de relevo naquele ano, em 26 de outubro, forças dos EUA atacaram território sírio a partir do Iraque. O governo sírio chamou o evento de um ataque "criminoso e terrorista" contra sua soberania, alegando que todos os oito mortos eram civis.

Em junho de 2010, o Presidente Bashar Al-Assad visitou o Brasil. Durante a visita seriam assinados acordos de cooperação jurídica em matéria penal e acordo de transferência de pessoas condenadas, assim como programa executivo de cooperação educacional e memorando de entendimento na área de saúde. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que Brasil e Síria haviam ampliado significativamente os laços econômicos nos sete anos anteriores, tendo a corrente bilateral de comércio passado de US$ 78 milhões, em 2003, para cerca de US$ 307 milhões, em 2009.

Em discurso que proferiu ao receber o Presidente Al-Assad, o Presidente Lula observou que se tratava da primeira visita de um Chefe de Estado da Síria. Afirmou que havia mais de dois milhões e meio de homens e mulheres descendentes de sírios no Brasil. Destacou a criação do Conselho Empresarial Brasil – Síria que abria "oportunidades para multiplicar o comércio e estimular os investimentos". Defendeu o fim dos entraves que impediam "o avanço do processo de acessão da Síria à Organização Mundial do Comércio". Agradeceu o apoio sírio à

retirada dos cidadãos brasileiros do Líbano durante a conflagração de 2006. Declarou que o Brasil apoiava o princípio da "terra por paz" para assegurar a devolução das Colinas de Golã à Síria.

9.5.5. Iraque

Pode ser argumentado que a invasão e ocupação do Iraque, assim como suas consequências, constituiriam o fato internacional de maior relevância no período tratado neste capítulo. O Brasil se posicionaria contra o conflito.

9.5.5.1. A caminho do conflito (janeiro a março de 2003)

No início de 2003, os inspetores da AIEA apresentaram relatório à ONU, tendo Hans Blix, que chefiava a UNMOVIC *(United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission)*, solicitado mais prazo para inspeções, acrescentando que a cooperação iraquiana estava aumentando e que os mísseis não permitidos estavam sendo destruídos. Por sua vez, o Presidente do Iraque, Saddam Hussein, declarou não ter armas de destruição em massa. Apesar dessas afirmações, os preparativos militares e diplomáticos para um conflito estavam em marcha. Os fatos se sucederiam rapidamente entre janeiro e fevereiro.

Em 20 de janeiro, o Ministro do Exterior da França, Dominique de Villepin, após uma reunião do CSNU, declarou à imprensa que seu país não se associaria a intervenção militar que não fosse apoiada pela comunidade internacional. Dez dias depois, Reino Unido, Espanha, Dinamarca, Portugal e Itália, bem como Polônia, Hungria e República Tcheca publicaram carta no jornal *The New York Times* com crítica ao CSNU por permitir que Saddam Hussein violasse sistematicamente suas resoluções. Declararam apoio aos planos dos EUA de invadirem o Iraque.

Em 4 de fevereiro, o Itamaraty emitiu nota na qual reiterou preocupação ante as perspectivas de uso de força e fez apelo para uma solução pacífica. Expressou o entendimento do governo brasileiro de que deviam ser asseguradas condições para que os inspetores cumprissem plenamente o mandato que haviam recebido do CSNU. Instou o governo do Iraque a aceitar as medidas decididas pelo CSNU e a respeitar integralmente as disposições da Resolução 1.441 e de outras resoluções relevantes do Conselho.

No dia 5, o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, dirigiu-se ao CSNU para buscar a autorização da ONU a uma invasão no Iraque. Alegou que o Iraque produzia armas químicas e biológicas e tinha ligações com o Al-Qaeda. Dominique de Villepin contestou que, se fosse preciso escolher entre intervenção militar e regime de inspeção inadequado por falta de cooperação do Iraque, devia ser escolhido um reforço dos meios de inspeção. Ainda no mesmo dia, os Chanceleres dos países-membros do Mercosul emitiram declaração em que afirmaram que apenas o CSNU poderia autorizar o uso de força.

> Sobre a atual situação internacional e as ameaças que pesam sobre ela, os Chanceleres reiteram seu repúdio ao terrorismo e às armas de destruição em massa; apoiam os esforços pacíficos para que a resolução 1441 seja totalmente cumprida; nesse sentido, expressam sua confiança nos inspetores da UNMOVIC e da AIEA, que devem ter o tempo suficiente para realizar suas tarefas com a plena e integral cooperação do governo iraquiano; reiteram o papel do CSNU como o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional, e o único com legitimidade para autorizar o uso da força.

No dia 11, o Presidente russo, Vladimir Putin, visitou o Presidente da França, Jacques Chirac, e anunciou sua oposição a uma guerra contra o Iraque[85]. No dia seguinte, o Brasil emitiu nota em que reiterou seu apoio a "todos os esforços pacíficos, no quadro da ONU, com vistas ao pleno cumprimento pelo Iraque da resolução 1.441 do CSNU, em particular para garantir a eliminação de todas as armas de destruição de massa e outras armas proscritas". Acrescentou a nota que, nesse sentido, o governo brasileiro tomava "conhecimento com grande interesse da declaração comum feita pela Rússia, França e Alemanha sobre o Iraque", cujos objetivos apoiava.

Entre os dias 12 e 14, o CSNU reuniu-se para tratar do Iraque. EUA, Reino Unido, Polônia, Itália, Austrália, Dinamarca, Japão, e Espanha propuseram uma resolução que autorizasse o uso da força no Iraque, mas alguns membros da OTAN, tais como Canadá, França e Alemanha, além da Rússia, exortaram a continuação de esforços diplomáticos. Diante da possibilidade de perderem na contagem de votos, assim como de um provável veto da França e da Rússia, os proponentes da resolução retiraram a proposta.

Hans Blix (UNMOVIC) e Mohamed El-Baradei (Diretor da AIEA) apresentaram relatório que concluía não haver prova de atividades militares nucleares proibidas, nem de arma de destruição em massa, mas aduzia que Bagdá deveria cooperar mais.

Como primeiro a intervir, na reunião do CSNU, o representante da Síria apoiou a continuação das inspeções e argumentou que o Iraque era acusado de desrespeitar resoluções da ONU, enquanto Israel não fazia caso para mais de 500 destas e possuía armas de destruição em massa.

Como segundo a intervir, Villepin declarou, no dia 14, que, ao adotar unanimemente a resolução 1.441, os membros do CSNU haviam coletivamente expressado acordo quanto aos dois passos a serem tomados: o desarmamento por meio de inspeções ou, caso essas não fossem bem-sucedidas, o exame pelo CSNU de todas as opções, inclusive o recurso à força. Ressaltou que somente então uma segunda resolução se justificaria. Alertou para as consequências pesadas do uso da força para o povo, a região e a instabilidade internacional e disse que não poderia ser pensada, senão, como último recurso. Disse que a opção pela guerra podia parecer a mais rápida. Mas alertou para que não se esquecesse de que, após vencer a guerra, seria necessário reconstruir a paz. Em palavras proféticas, sublinhou que seria tarefa longa e difícil, pois a reconstrução deveria preservar a unidade do Iraque; e restabelecer, de maneira durável, a estabilidade em país e região fortemente afetados pela intrusão de força. Defendeu a opção pelas inspeções que permitissem progresso diário em direção a um desarmamento pacífico do Iraque. Concluiu que o uso da força não se justificava naquele momento. Declarou que uma intervenção prematura colocaria em perigo a unidade da comunidade internacional, retiraria sua legitimidade e, com o tempo, seria ineficaz. Reforçaria o sentimento de injustiça, agravaria tensões e criaria risco de abertura do caminho para outros conflitos. Expressou dúvidas sobre as possibilidades de vínculos entre a Al-Qaeda e o regime de Bagdá.

Em nota emitida no dia 18, o Itamaraty divulgou intervenção do Representante Alterno do Brasil na ONU, Embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, que expressou a preocupação brasileira com a situação no Iraque.

> O Brasil tem acompanhado com preocupação e apreensão a situação referente ao Iraque, consciente das implicações que os desdobramentos relacionados com o tema possam ter para a manutenção da paz e segurança internacionais. As implicações da atual situação e o risco de guerra que dela decorre já se fazem sentir em todo o mundo, pelo aumento da incerteza, das cisões políticas e da instabilidade dos mercados. Sem sombra de dúvidas, a eclosão de um conflito armado imporá custos elevados em termos humanos, políticos e econômicos. As expressivas manifestações contrárias à guerra observadas ao longo do último fim de semana em diversos países - incluindo o meu

próprio – demonstram claramente que significativos segmentos da opinião pública nesses países veem tal curso de ação com desconforto e dúvida, para dizer o mínimo.

Acompanhamos atentamente as opiniões expressas pelos membros do CSNU sobre a situação referente ao Iraque e acreditamos que a realização de um debate aberto na esteira das apresentações realizadas pelo Dr. Hans Blix e pelo Dr. Mohammed El-Baradei a este Conselho em 14 de fevereiro último oferece à comunidade internacional como um todo valiosa oportunidade para manifestar pontos de vista sobre uma questão que afeta a todos. Agradecemos, portanto, aos membros do Conselho por essa iniciativa.

As apresentações do Chefe dos inspetores oferecem-nos a avaliação mais recente, informativa e imparcial a respeito da implementação da Resolução 1.441. Este relato sobre seus trabalhos revela o progresso até aqui alcançado, as dificuldades envolvidas, bem como a necessidade de cooperação imediata, ativa e incondicional com a UNMOVIC e a Agência Internacional de Energia Atômica por parte das autoridades iraquianas.

O Brasil tem instado o Iraque a cumprir integralmente as resoluções pertinentes do CSNU, em especial a resolução 1.441, a fim de garantir a completa eliminação de todas as armas de destruição em massa e outras armas proibidas, e apoia os esforços adicionais realizados no âmbito da Organização em prol de uma solução pacífica para a questão. A Resolução 1.441 oferece marco normativo cujas possibilidades devem ser integralmente exploradas. Essas possibilidades claramente pressupõem a cooperação plena, ativa e incondicional das autoridades iraquianas com os inspetores; maior eficiência do regime de inspeções e o desenvolvimento de mecanismos de verificação e monitoramento, tais como aqueles estabelecidos na Resolução 1.284. A esse respeito, foram apresentadas diversas sugestões pelos membros do Conselho, em especial França, Rússia e Alemanha. Apoiamos os objetivos contidos nas referidas iniciativas. É possível uma solução pacífica para a crise. Ainda existe esperança de paz. Devemos insistir em alcançá-la.

Muito obrigado.

No dia 27, a Câmara dos Deputados brasileira apoiou uma moção em favor da paz. No documento, os parlamentares brasileiros reconheceram "a atitude do governo iraquiano, que passou a cooperar ativamente com os inspetores da ONU, permitindo, inclusive, o

sobrevoo de seu território por aviões capazes de monitorar os mais sutis deslocamentos de equipamentos militares"; expressaram preocupação com as consequências que uma nova guerra provocaria "na já combalida população iraquiana, gravemente afetada pela subnutrição, pelo desemprego e por doenças que tinham sido erradicadas, especialmente o tifo e a cólera, bem como por novos males cuja origem é de difícil identificação, como o aumento da teratogênese em crianças"; afirmaram estar conscientes de que as nações do Oriente Médio, bem como a maior parte dos países do mundo, não consideravam o Iraque como uma ameaça à sua integridade territorial ou soberania; consideraram os efeitos negativos que uma nova guerra contra o Iraque teriam no mercado internacional de petróleo, no fluxo de investimentos para os países em desenvolvimento e, particularmente, na economia brasileira; manifestaram "integral apoio a uma solução diplomática e pacífica do conflito entre aquele país e os EUA".

Em meio a tentativas de solução pacífica, acelerava-se a preparação dos EUA e do Reino Unido para a guerra. Cerca de 250 mil militares haviam sido reunidos, sobretudo no Coveite, com uma divisão no mar à espera para entrar pelo norte a partir da Turquia. O calor e a necessidade de não deixar a tropa na espera por muito tempo determinariam que a ação se iniciasse antes de abril[86].

Em 1º de março, os EUA pediram ao Presidente do Iraque, Saddam Hussein, que renunciasse seu cargo para evitar a guerra, sentimento mais tarde expresso também por Bareine e Coveite. Na mesma data, o Parlamento turco vetou o acesso de tropas dos EUA a bases aéreas turcas para atacar o Iraque. O governo Bush decidiu então atacar o Iraque pelo sul, através do Golfo Pérsico.

Paul Kennedy comentaria que, embora não houvesse como interpretar a decisão de Washington de derrubar Saddam Hussein como um ato de legítima defesa previsto no Artigo 51 da Carta da ONU, colocava-se o problema de como poderia o CSNU manietar os EUA que, em 2003, gastava mais em armamentos do que o resto do mundo em conjunto[87]. A recusa americana de submeter ao CSNU aprovação para uma ação específica seria objeto de prolongado debate dali para frente, colocando-se em questão a possibilidade da ONU bloquear a beligerância de uma Grande Potência[88].

Com apoio britânico, buscou-se uma segunda resolução da ONU por ser a Resolução 1.441 considerada insuficiente para justificar a guerra. Em 10 de março, Chirac declarou que vetaria uma segunda resolução que autorizasse hostilidades, não importava quais fossem as circunstâncias[89].

Diante da ameaça francesa de veto, a resolução proposta por Tony Blair para uma segunda resolução foi retirada[90].

No dia 11, iraquianos ameaçaram dois aviões dos EUA, em missões de inspetores de armas da ONU, forçando-os a abortar a missão e retornar para a base.

Naquela data, no CSNU, o Embaixador Luís Tupy Caldas de Moura, Representante Permanente Alterno do Brasil junto à ONU, proferiu discurso sobre a questão do Iraque:

> Senhor Presidente,
>
> A posição do povo e do governo brasileiros é bem conhecida. O Iraque deve ser desarmado por meios pacíficos. O Iraque deve cumprir integralmente as resoluções do CSNU. A força somente deve ser usada como último recurso, e seu uso deve ser integralmente autorizado pelo Conselho.
>
> Hoje, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, encontrou-se com o Secretário-Geral Kofi Annan, na Haia. Entregou-lhe uma carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual o Presidente reafirma que o Brasil mantém-se pronto a cooperar com qualquer iniciativa voltada para encontrar uma solução pacífica para a crise.
>
> Como dissemos antes, ainda há uma chance para a paz, e devemos insistir nela.
>
> Senhor Presidente,
>
> Como foi dito por muitos oradores no debate da última sexta-feira, as decisões a serem tomadas pelo Conselho ganharam uma dimensão que vai além da questão do Iraque. Elas poderão ter efeitos adversos e de longo prazo sobre as estruturas da paz e segurança internacionais.
>
> É, assim, essencial que a voz dos Estados-membros da ONU, não membros do CSNU, seja ouvida novamente. O Brasil acompanha a situação com grande preocupação. Ao se avolumarem os indícios de que tomamos o rumo de uma guerra, temos que considerar os enormes custos envolvidos.
>
> A guerra sempre cobra um pesado preço em vidas humanas e não é, neste momento, uma alternativa plausível à diplomacia. Qualquer conflito militar requererá o dispêndio de imensa quantidade de recursos. Em termos

econômicos globais, uma guerra certamente agravará a recessão que já vitima as economias do mundo, particularmente as mais vulneráveis dos países em desenvolvimento. Em termos humanitários, uma guerra pode trazer enorme desolação e sofrimento.

Uma guerra pode também desestabilizar a volátil situação na região.

Nosso esforço coletivo na guerra contra o flagelo do terrorismo seria severamente prejudicado por reações radicais. Mais ainda, se forem tomadas medidas sem levar em consideração as decisões do Conselho.

Os relatórios apresentados ao Conselho pelos Doutores Blix e El-Baradei indicam que algum progresso foi alcançado. As apresentações também sublinharam o fato de que é necessário mais tempo – não um período indefinido de tempo – para que os inspetores levem a cabo apropriadamente as tarefas que lhes foram confiadas pelo CSNU.

Algumas propostas foram feitas a esse respeito e deveriam ser totalmente exploradas, a fim de que os inspetores possam terminar seu trabalho e apresentar suas conclusões ao Conselho.

Os membros do CSNU têm sobre si uma decisão crucial a tomar. Esperamos que, uma vez tomada, tal decisão será respeitada por todos nós. Essa é a única maneira de assegurar a autoridade desta Organização.

Muito Obrigado.

O debate entre EUA, Reino Unido, França e outros países revelava discordâncias em meio a claros sinais da impossibilidade de conter o ímpeto belicista. No dia 13, o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair propôs uma alteração à resolução do CSNU que pediria ao Iraque que cumprisse certos requisitos para provar que estava se desarmando. A alteração foi imediatamente rejeitada pela França que prometeu vetar qualquer nova resolução. No dia 17, Bush deu um ultimato para Saddam Hussein e seus filhos para que deixassem o Iraque ou enfrentariam a ação militar no momento que os EUA decidissem. No dia 18, Chirac declarou que o Iraque não apresentava ameaça imediata que justificasse uma guerra imediata. No mesmo dia, o Parlamento do Reino Unido votou a favor de uma moção entendida como tendo autorizado a invasão do Iraque. Também na mesma data, teve início o bombardeio do Iraque por EUA, Reino Unido, Espanha,

Itália, Polônia, Austrália, e Dinamarca. No dia 19, os inspetores de armas da ONU terminaram sua missão e partiram do Iraque.

O próprio Presidente Lula assim resumiria sua atuação antes da invasão:

> Ainda antes da invasão do Iraque, o governo brasileiro posicionou-se, de forma inequívoca, contra o uso da força naquele país, sem a autorização do CSNU.
>
> Meus esforços por uma solução pacífica, para o conflito não lograram seu objetivo, mas contribuíram para reforçar nossa posição de país que busca soluções pacíficas e conformes ao Direito Internacional, em defesa do sistema de segurança coletiva baseado na Carta da ONU.
>
> Paradoxalmente, o fato de a ONU terem sido alijadas do processo de decisão que conduziu à intervenção militar no Iraque reforçou a consciência de que é necessário rever a estrutura da Organização[91].

Por sua vez, ao resumir a atuação brasileira com relação ao Iraque, o Ministro Celso Amorim afirmou que o Presidente Lula tomara uma série de iniciativas para contribuir para uma solução diplomática da crise. Frisou que, tomando por base ideias aventadas pelos países do Golfo, Lula mantivera contato com o SGNU, Kofi Annan, e membros do CSNU com vistas a obter o cumprimento pelo Iraque de suas obrigações internacionais ao mesmo tempo em que se preservava a autoridade do CSNU[92].

Cerca de 40 países haviam declarado apoiar a invasão do Iraque e três (Reino Unido, Austrália e Polônia) haviam enviado tropas[93]. Mas, na Europa, a maior parte da opinião pública se opusera à guerra. No Reino Unido, a aprovação pública vinculara-se à aprovação de uma segunda resolução da ONU que autorizasse a guerra. Gerhard Schroder declarara que a Alemanha não participaria da guerra. Na França, Chirac insistira em que a ONU não poderia ser deixada de lado. Na Turquia, o parlamento não autorizara que forças terrestres atravessassem o país, aparentemente por temer que uma guerra levasse à independência curda.

9.5.5.2. Invasão (março de 2003)

No dia 20, os EUA e aliados invadiram o Iraque[94]. O governo Bush alegou que o Iraque havia descumprido a Resolução 687 da ONU que

determinava que abandonasse seus programas de desenvolvimento de armas nucleares e químicas e baseou sua ação militar na Resolução 678 da ONU. A guerra começou, na madrugada, com um ataque de míssil num complexo em Bagdá[95], seguido de invasão por tropas terrestres dos EUA, Reino Unido, Austrália e Polônia.

Logo depois dos primeiros ataques a Bagdá, Chirac acusou os EUA de terem rompido a legitimidade da ONU ao dar um prêmio ao emprego da força[96]. No mesmo dia, o governo brasileiro emitiu nota em que lamentou profundamente o início das operações militares em território iraquiano e apelou para cessação das hostilidades:

> O governo brasileiro lamenta profundamente o início das operações militares em território iraquiano e que não se tenha perseverado na busca de uma solução pacífica para o desarmamento do Iraque, no marco da Carta da ONU e das resoluções do CSNU, e em conformidade com as inúmeras manifestações de Chefes de Estado, de Parlamentos e da sociedade civil em todos os continentes.
>
> Lamentando o sofrimento que a ação armada inevitavelmente acarretará para civis inocentes, o governo brasileiro conclama ao respeito às normas do direito humanitário internacional, em especial no que se refere à proteção das populações civis, ao tratamento de prisioneiros e à proteção do direito das vítimas.
>
> O governo brasileiro faz um apelo à cessação de hostilidades, à restauração da paz e ao respeito da integridade territorial do Iraque.

O Presidente Lula fez pronunciamento à nação em que igualmente lamentou o início da ação armada no Iraque ressaltando que não contava com autorização expressa do CSNU:

> Eu quero me dirigir a vocês, da imprensa brasileira e ao povo brasileiro, para lamentar o início da ação armada no Iraque e, em particular, o recurso à força e sem autorização expressa do CSNU.
>
> Desde que assumi a Presidência, tomei uma série de iniciativas em busca de uma solução pacífica para a crise, com o pleno cumprimento pelo Iraque das resoluções do CSNU.

Nesse sentido, conversei, pessoalmente e por telefone, com vários líderes e governantes do mundo. Até o último momento, estive empenhado em buscar uma solução negociada. Com este objetivo, fiz repetidos contatos com o SGNU. Da nossa parte, a diplomacia brasileira e eu pessoalmente fizemos todo o possível para que o conflito fosse evitado.

Diante do início da guerra, preocupa-nos o sofrimento de inocentes, cujas vidas devem ser preservadas. Faço um apelo para que sejam respeitadas as normas do direito internacional humanitário, principalmente no que se refere à proteção das populações civis e dos refugiados.

Inquietam-nos também repercussões regionais e internacionais do conflito. Não queremos ver o agravamento da instabilidade no Oriente Médio, região de onde descendem milhões de brasileiros e brasileiras e à qual nos unem laços de amizade e cooperação.

Todos precisamos de estabilidade e de paz, para levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social.

Estamos tomando todas as providências para que o povo brasileiro não sofra com os efeitos da guerra.

Estamos cuidando do abastecimento, da saúde, da vigilância de nossas fronteiras, e do apoio aos brasileiros, que vivem na região afetada pelo conflito. Estou certo de que, com todas essas atitudes, interpreto o sentimento do povo brasileiro, que deseja viver num mundo pacífico, em que as normas do direito internacional sejam plenamente respeitadas.

Obrigado.

No dia 22, os EUA e o Reino Unido deram início a um ataque aéreo contra alvos em Bagdá. A lista dos participantes da invasão somara 48 países (dos quais três haviam contribuído com tropas: Reino Unido, Austrália e Polônia). Além disso, outros 37 países enviaram tropas para proporcionar apoio militar após a invasão.

No dia 24, Celso Amorim concedeu entrevista durante a qual expressou opinião de que o conflito iraquiano tendia a dificultar acordos multilaterais. No dia 26, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto à ONU, em reunião do CSNU sobre a situação no Iraque, afirmou que o governo brasileiro acentuava a necessidade de que

fossem firmemente respeitados todos os princípios do direito humanitário internacional, em particular aqueles que se referiam à proteção das populações civis e dos refugiados, e ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

No dia 31, o Ministro Celso Amorim foi recebido em audiência pelo Papa João Paulo II. Na oportunidade, entregou-lhe carta do Presidente Lula sobre a crise no Iraque. Os principais pontos da carta do Presidente da República eram os seguintes:

> - O Brasil tem acompanhado com grande expectativa as ações dos diversos emissários da Santa Sé e o envolvimento pessoal do Papa João Paulo II na busca de solução pacífica para a crise do Iraque;
>
> - Nação onde a maior população católica do mundo convive pacificamente com outros credos, o Brasil compartilha da preocupação da Santa Sé frente à constituição de novo foco de instabilidade e ao possível agravamento de extremismos;
>
> - A comunidade internacional está hoje particularmente necessitada de autoridade moral e liderança espiritual;
>
> - O Papa tem papel extremamente importante a desempenhar na retomada do diálogo sobre o futuro do Iraque e na reorganização de uma ordem mundial fundada na tolerância, na solidariedade e no respeito ao direito internacional.

Os fatos militares se acelerariam após o início da invasão. Em 3 de abril, forças dos EUA tomaram o aeroporto de Bagdá. No dia 7, os britânicos tomaram a segunda cidade do Iraque, Basra No dia 9, forças americanas tomaram o controle de Bagdá. Saddam Hussein perdeu o controle do país e teve início crescente insurgência contra as forças ocupantes[97]. Nos dias seguintes, os curdos no norte ocuparam Mosul e Kirkuk[98].

O Brasil deixava cada vez mais clara sua oposição ao conflito iraquiano. No dia 10, Celso Amorim afirmou que o Brasil defendera com firmeza que o Iraque cumprisse plenamente suas obrigações, em particular no que tangia ao trabalho dos inspetores da ONU, para garantir que as armas de destruição em massa estivessem efetivamente eliminadas. Frisou que o país apoiara todas as resoluções pertinentes do CSNU e havia exortado o Iraque a cumpri-las. Disse que o Brasil via mérito na tese de reforçar as inspeções e dar tempo para que pudessem provar sua utilidade. Acrescentou que sabia que o custo, em termos humanos, de uma ação militar seria muito alto. Recordou ter o país lamentado, assim, que não se tivesse perseverado

na busca de uma solução pacífica para a crise. Ainda em abril, afirmou que a opção militar como forma de assegurar o desarmamento do Iraque não obtivera o apoio do CSNU, provocara cisão inédita na OTAN e polarizara a opinião pública mundial. Concluiu que a instabilidade inerente a um sistema de desequilíbrio de poder se vira agravada por fortes divergências na forma de avaliar as ameaças e de como lidar com elas.

No dia 23, ao responder pergunta sobre o Iraque, na Câmara dos Deputados, Celso Amorim declarou que o Brasil tomara posições claras contrárias à guerra, não só porque defendia a paz e a solução pacífica de controvérsias, mas também porque defendia os mecanismos da ONU, inclusive para o caso extremo, que era o uso da força. Declarou que tais mecanismos não haviam sido utilizados. Notou que isso criava um problema difícil no momento da reconstrução. Mostrou-se favorável a ajuda humanitária brasileira "desde que em volumes compatíveis com as nossas possibilidades". Quanto à reconstrução, disse que, se houvesse uma licitação feita por instituições multilaterais, pelo Banco Mundial ou sob a supervisão da ONU, não via por que as empresas brasileiras não devessem participar.

Os EUA buscavam dar a impressão de ter a guerra sido justa e bem-sucedida. Em 1º de maio, George W. Bush, a bordo de um porta--aviões, anunciou o fim dos principais combates no Iraque. Haviam participado da invasão, 255 mil militares americanos, 45 mil britânicos, dois mil australianos, 400 checos e eslovacos e 200 poloneses. Do lado aliado faleceram 150 militares, do lado iraquiano estima-se terem morrido 2.400 militares e 6.400 civis[99].

No dia 22, o CSNU adotou a resolução 1.483 que removeu as sanções econômicas contra o Iraque e autorizou o Secretário-Geral a designar um representante especial para trabalhar com administradores dos EUA e do Reino Unido na reconstrução, ajuda humanitária e criação de um novo governo. Criou também um Fundo do Desenvolvimento para o Iraque, com recursos da venda do petróleo. O brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi designado Representante Especial pelo SGNU.

9.5.5.3. Morte de Sérgio Vieira de Mello (agosto de 2003)

Em 19 de agosto, a Missão de Assistência da ONU no Iraque foi bombardeada A explosão, causada por um suicida que dirigiu um caminhão bomba, teve como alvo o Hotel Canal utilizado pela ONU como sua sede. Por nota, o governo brasileiro condenou veementemente o ato. Informou que o Presidente da República acompanhava com grande

preocupação o estado de saúde do brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Reiterou que o Brasil rechaçava todo ato de terrorismo e, em especial, aqueles dirigidos contra organizações que trabalhavam pela promoção da paz. Concluiu que era motivo de repulsa o fato de ter sido o Escritório da ONU em Bagdá escolhido como "alvo de um atentado covarde, no momento em que prestava serviços inestimáveis aos iraquianos e à comunidade internacional, conforme mandato conferido pelo CSNU". Ainda no mesmo dia, após ter sido confirmada a morte de Sérgio Vieira de Mello[100], o governo brasileiro emitiu a seguinte nota:

> Chocado e compungido, o governo brasileiro recebeu com profunda tristeza a notícia da morte de Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do SGNU no Iraque, em decorrência de bárbaro e insensato ato terrorista.
>
> Sérgio Vieira de Mello sempre se desincumbiu com grandeza e profissionalismo das difíceis missões que lhe foram confiadas no Camboja, na Bósnia e no Kosovo, entre outras. No Timor Leste, teve papel fundamental, na qualidade de chefe da Autoridade Transitória da ONU, na reconstrução do país e na consolidação de suas instituições. Era um defensor incansável do humanismo, da paz, do direito e do multilateralismo. Honrou a cidadania brasileira e é motivo de orgulho para toda a Nação.
>
> O Presidente da República determinou luto oficial por três dias e decidiu outorgar a Ordem Nacional do Mérito, em seu grau máximo, a Sérgio Vieira de Mello, como homenagem póstuma. O Presidente da República colocou o avião presidencial à disposição para transportar o corpo de Sérgio Vieira de Mello de regresso ao Brasil, se esse for o desejo da família.
>
> O governo brasileiro, que está recebendo inúmeras manifestações de pesar de líderes mundiais, expressa aos familiares de Sérgio Vieira de Mello os seus sentidos pêsames e compartilha a dor dos que lhe eram próximos.

No dia 20, o Itamaraty informou que o Presidente da República havia posto à disposição da família de Sérgio Vieira de Mello avião da Força Aérea Brasileira para o traslado de seu corpo. Em discurso por ocasião do Dia do Diplomata, celebrado no dia 18 de setembro, o Ministro Celso Amorim afirmou que Sérgio Vieira de Mello, de quem se orgulhava de ter sido amigo pessoal, era "exemplo de dedicação aos desvalidos, sensibilidade política, coragem, capacidade de análise e de comunicação".

Em entrevista concedida no dia 22 de setembro, Celso Amorim declarou que a discussão sobre uma nova resolução da ONU e do CSNU para se formar uma força multinacional no Iraque demonstrava que mesmo a maior potência não conseguia realizar as coisas sozinhas. Notou que os EUA, do ponto de vista exclusivamente militar, talvez conseguissem, mas argumentou que já não se vivia só, encontrando-se o mundo em contexto diferente. Lembrou que o Brasil expressara claramente a sua posição contra o uso da força, notando que aquele era um recurso extremo, que só podia ser utilizado quando se tivesse o aval do CSNU, o que – declarou – não ocorrera no caso do Iraque.

Ao encerrar pronunciamento que fez em Nova York, no mesmo dia 22, durante a conferência "Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade", o Presidente Lula afirmou:

> Encerro com um pensamento para Sérgio Vieira de Mello e para os demais funcionários da Organização que morreram no atentado de Bagdá.
>
> O exercício, pelo povo iraquiano, de sua soberania e autodeterminação é condição essencial para a estabilização do país. O "Documento de Oslo" afirma que as desigualdades de poder decorrentes de ocupação estrangeira criam ambiente propício à perpetração de atos terroristas.
>
> O terrorismo é sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao terrorismo.

Ao abrir a 58ª AGNU em Nova York, no dia seguinte, o Presidente Lula iniciou seu pronunciamento com as seguintes palavras:

> Esta Assembleia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto-Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello.
>
> A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis.
>
> Exerceu, em nome da ONU, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil.

> Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.

Em seguida, declarou que as "tragédias do Iraque e do Oriente Médio" só encontrariam solução num quadro multilateral, em que a ONU tivesse um papel central. Afirmou que, no Iraque, o clima de insegurança e as tensões crescentes tornavam ainda mais complexo o processo de reconstrução nacional. Reiterou que a superação desse impasse somente poderia ser assegurada a partir da liderança da ONU, "não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do processo político, com vistas à restauração plena da soberania iraquiana no mais breve prazo." Argumentou que os membros da ONU não podiam fugir a suas responsabilidades coletivas. Concluiu que se podia talvez vencer uma guerra isoladamente, mas não se podia construir a paz duradoura sem o concurso de todos.

Em 13 de dezembro, Saddam Hussein, foi capturado vivo em Tikrit[101]. Por nota de 14 de dezembro, o Brasil considerou que a captura de Saddam Hussein representava "um ponto de inflexão na situação iraquiana" e afirmou que esperava contribuísse para "acelerar o processo de transição ao autogoverno pelo povo iraquiano". Reiterou seu ponto de vista de que a ONU devia desempenhar um papel central nesse processo.

A situação no Iraque estava muito longe de se normalizar. Ao contrário, embora ocupado militarmente, o país exibia crescente instabilidade. Ao final do ano, compilava-se o total de 25 ataques suicidas com bombas, executados no Iraque.

Em palestra na Conferência Asiática de Segurança, em Nova Délhi, em janeiro de 2004, Celso Amorim analisou as consequências do 11 de setembro para a ONU e, em particular para o Iraque. Identificou três momentos distintos: "uma fase de apoio virtualmente universal a uma ação forte contra a Al-Qaeda, refletida na decisão por consenso no Conselho quanto à remoção do Talibã no Afeganistão; um interlúdio de profundas divisões entre os membros do Conselho em relação à guerra contra o Iraque; e, atualmente, o frágil consenso em torno da adoção da Resolução 1.511 sobre o Iraque, que pode ser interpretado como um sinal de uma disposição da comunidade internacional de virar essa página e olhar para o futuro"[102].

9.5.5.4. Constatação de inexistência de armas de destruição em massa e violações de direitos humanos (2004)

Os fatos ocorridos após o início da guerra colocavam em questão, não apenas sua justificativa, mas também o comportamento dos ocupantes causava perplexidade mundial. Assim, já em 2004, ficaria claro que não havia armas de destruição em massa no Iraque[103]. Um grupo de investigação (*Iraq Survey Group – ISG*) criado pelas forças que ocuparam o Iraque foi encarregado de estabelecer os fatos com relação à alegada existência de armas de destruição em massa no Iraque antes de sua ocupação. O chefe do ISG, David Kay, após meses de investigação, renunciou em 23 de janeiro. Declarou que não acreditava que armas de destruição em massa seriam descobertas no Iraque e expressou opinião de que estas nunca existiram. Seu sucessor, Charles Duelfer diria que as chances de encontrar tais armas eram praticamente inexistentes. Em 3 de fevereiro, o diretor da CIA, George J. Tenet, declarou que aquela agência nunca informara a George Bush que o governo de Saddam Hussein representava uma ameaça iminente. Reconheceu que nenhuma arma de destruição em massa fora encontrada[104].

Outra consequência desastrosa da guerra seria a violação de direitos humanos causada pelas forças ocupantes. Em 28 de abril, abuso de prisioneiros em Abu Ghraib no Iraque foi revelado na televisão dos EUA. Relatos de abusos físicos, psicológicos e sexuais, inclusive tortura, estupro, sodomia e homicídio de prisioneiros tornaram-se de conhecimento público. Foram cometidos por integrantes do Exército dos EUA e de outros órgãos governamentais daquele país. No dia 7 de maio, o jornal *The New York Times* publicou matéria em que pedia a saída do Secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, em razão dos abusos de Abu Ghraib. (*"Donald Rumsfeld Should Go"*)[105]. Em 21 de junho, o mesmo jornal denunciou terem autoridades estadunidenses despendido US$ 2,5 bilhões da receita iraquiana de petróleo, apesar de acordo de que esta se destinava a uso na restauração da soberania iraquiana.

Os EUA continuavam, no entanto, a tentar dar sinais de volta à normalidade ao país. No dia 28 de junho, ocorreu a "transferência da soberania" ao Iraque. Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro considerou que a assunção do governo interino no Iraque, conforme previsto na Resolução 1.546 (2004) do CSNU, representava "passo importante no processo de normalização institucional", que deveria ainda incluir a realização de eleições democráticas e a formação de governo constitucionalmente eleito, até o final de 2005. Registrou a nota

que, como membro do CSNU, o Brasil atuara no processo negociador da Resolução 1.546 orientado pelo objetivo de assegurar o exercício pleno da soberania do povo iraquiano, bem como o fortalecimento do papel da ONU no processo de normalização institucional do Iraque. Expressou a esperança brasileira de que o Iraque alcançasse, o mais breve possível, as condições de segurança e estabilidade que permitissem àquele país buscar o bem-estar de sua população e a sua plena participação na Comunidade das Nações.

As provas de não existência de armas de destruição em massa se acumulavam e derrubavam assim o principal argumento para justificar a invasão. Em 30 de setembro, o ISG apresentou o relatório Duelfer que concluiu, entre outras conclusões, que: (a) não havia encontrado provas de que Saddam Hussein houvesse reiniciado seu programa nuclear; (b) havia encontrado apenas um pequeno número de munições químicas velhas e abandonadas; e (c) não havia indicações de que o programa de armas biológicas tivesse sido restabelecido.

Também caíra por terra rapidamente a argumentação estadunidense de que o fim do regime de Saddam Hussein traria estabilidade ao Iraque. Durante o ano, aumentaram os ataques contra as forças da coalizão envolvendo não apenas sunitas, mas também xiitas. Os 138 mil militares americanos e os nove mil britânicos não foram suficientes para assegurar paz e ordem[106]. Ao final do ano, compilava-se o total de 140 ataques suicidas com bombas executados no Iraque.

Essa situação se tornava evidente mesmo para os que haviam participado da invasão. Ao longo do ano, haviam retirado tropas do Iraque os seguintes países: Nicarágua, Espanha, Honduras, República Dominicana, Filipinas, Tailândia, Hungria, Nova Zelândia e Islândia.

9.5.5.5. Sequestro de engenheiro brasileiro (2005)

Nessa situação de crescente insegurança, em 19 de janeiro de 2005, o engenheiro brasileiro João José Vasconcellos, funcionário da construtora Norberto Odebrecht, foi sequestrado em emboscada no aeroporto de Bagdá. Por nota do dia 21, o Itamaraty informou que o governo brasileiro acompanhava com atenção a ocorrência e mantinha estreito contato com a direção daquela empresa para "o rápido e favorável desfecho do caso". No dia seguinte, informou que o Ministro Celso Amorim reunira seu Gabinete e mantivera contato e reuniões com outras agências do governo para tratar do caso. Informou também que fora determinada a

mobilização das Embaixadas e representações brasileiras na região a fim de analisar todas as informações relevantes para o caso. Acrescentou que, como era natural em situações daquele tipo, eventuais iniciativas seriam tomadas com a necessária discrição. No dia 24, o Itamaraty informou que permanecia em estreito contato e coordenação com a empresa Norberto Odebrecht e com as Representações do Brasil no exterior, com o objetivo de buscar o fim do sequestro do cidadão brasileiro João José Vasconcellos. Associou-se aos apelos humanitários feitos pela empresa e pela família do Senhor Vasconcellos, no sentido de que o lamentável episódio se encerrasse o mais rapidamente possível, e acrescentou que tinha, com a necessária discrição, feito valer os canais de que dispunha.

Algum progresso no sentido de recuperação da soberania iraquiana ocorreria, quando, em 30 de janeiro de 2005, realizaram-se eleições, apesar de se dar contra pano de fundo de violência continuada. Com comparecimento de 58% dos eleitores, o partido Xiita tornou-se majoritário.

Enquanto isso, o governo brasileiro continuava seus esforços para localizar o engenheiro João José Vasconcellos.

No dia 31, o Itamaraty informou que, no contexto das iniciativas que vinham sendo tomadas pelo governo brasileiro, referentes ao sequestro no Iraque do Senhor João José Vasconcellos Júnior, o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, havia mantido, nos dias anteriores, conversações com autoridades na Jordânia e na Síria, tendo encontrado em todos os seus interlocutores atitude de muito boa vontade e disposição de prestar apoio. Informou ainda que as gestões de iniciativa do Brasil tinham incluído autoridades, entidades e indivíduos, em diferentes países, dentro e fora da região, com experiência em situações semelhantes. Acrescentou que vinham sendo feitos também contatos com organizações religiosas e de assistência humanitária, que se tinham comprometido a cooperar. Por fim, informou que o Embaixador Ouro-Preto viajaria para o Líbano e, em seguida, retornaria à Jordânia e poderia viajar a outros países do Oriente Médio, caso julgasse produtivo ou necessário.

Por nota de 3 de fevereiro, o governo brasileiro informou que continuava envidando todos os esforços para encontrar solução positiva para o sequestro do Senhor João José Vasconcellos Júnior no Iraque. Acrescentou que o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, vinha mantendo contatos na Jordânia, onde se encontrava naquele momento, Síria e Líbano. Acrescentou que outros contatos vinham sendo feitos por intermédio das Embaixadas e representações brasileiras dentro e fora da região. Esclareceu que as gestões brasileiras tinham incluído

autoridades governamentais, entidades, indivíduos e organizações religiosas e de assistência humanitária do Brasil e de diferentes países. Considerou que, enquanto permanecesse o quadro de alto risco que caracterizava a atual situação de segurança no Iraque, o governo brasileiro não considerava aconselhável que, a não ser em caso de extrema necessidade, os cidadãos brasileiros viajassem para aquele país ou lá permanecessem.

Em entrevista no mês de fevereiro, perguntado se previa que as eleições ajudariam a resolver futuros conflitos, Celso Amorim declarou que eleições democráticas no Iraque constituíam um começo saudável, mas afirmou que todos sabiam que as eleições não haviam englobado todas as partes interessadas. Disse que todos estavam cientes de que o Brasil havia se oposto à guerra no Iraque e que acreditava que se poderia ter alcançado uma solução pacífica na época. Acrescentou que o Brasil ficara profundamente chocado ao saber que um de seus cidadãos estava sendo mantido como refém no Iraque.

Os ataques terroristas prosseguiam. Em 28 de fevereiro, pelo menos 120 pessoas morreram quando um suicida com um carro-bomba explodiu seu veículo em Hilla em meio a uma multidão de pessoas que se candidatavam a empregos nas novas forças de segurança iraquianas. Outras 130 pessoas ficaram feridas no ataque mais mortífero em 2 anos.

Em artigo que publicou no dia 4 de março de 2005, Celso Amorim declarou que o mundo vivia ainda sob o impacto da intervenção no Iraque, que, "realizada sem o devido respaldo do CSNU", havia tido sérias repercussões para a ONU. Reiterou que o Brasil procurara "contribuir para um encaminhamento pacífico da questão", lembrando que o Presidente Lula realizara "esforços pessoais, em contatos com o Secretário-Geral Kofi Annan e outras lideranças, para manifestar o sentimento nacional contrário à guerra". Ressaltou que prevalecera, porém, um enfoque unilateral, que não trouxera, e dificilmente traria, uma perspectiva de solução para o problema iraquiano. Sublinhou que, entre as numerosas vítimas da guerra, estava o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que honrara o país pelo exemplo de toda uma vida dedicada à ONU, à causa da paz e do diálogo entre as nações e a ajudar os pobres e vítimas de conflitos.

A insatisfação popular se manifestava. Em 9 de abril, dezenas de milhares de manifestantes, muitos dos quais partidários do clérigo xiita Moqtada Sadr, marcharam por Bagdá denunciando a ocupação dos EUA.

Outro caso envolvendo cidadão brasileiro ocuparia a Chancelaria brasileira. Em 19 de abril, por nota, o Ministério das Relações Exteriores informou ter recebido informação do Chefe do Núcleo Iraque em Amã, Ministro Paulo Joppert Crissiuma, segundo a qual o cidadão brasileiro

Luiz Augusto Branco havia sido ferido em atentado no Iraque, contra comboio no qual viajava no final de semana, e evacuado para país vizinho, a fim de receber tratamento. Acrescentou que o Itamaraty mobilizara as representações brasileiras na região e fora informado de que a Embaixada do Brasil no Coveite localizara o Senhor Branco em hospital naquele país. Acrescentou que o Embaixador no Coveite, Mário Roiter, visitara naquele dia o Senhor Branco e pudera verificar que o cidadão brasileiro estava consciente e que seu estado de saúde era estável.

As críticas internacionais à ocupação aumentavam e se tornavam mais explícitas. Em maio, o Arcebispo Giovanni Lajolo, que ocupava no Vaticano o cargo de Secretário das Relações com os Estados (o equivalente a Ministro do Exterior), declarou, com referência a Abu Ghraib, que a tortura constituía golpe mais sério contra os EUA do que os atentados de 11 de setembro. Notou que tal golpe não havia sido aplicado por terroristas, mas pelos próprios estadunidenses[107].

Em discurso que pronunciou na cidade de Bruxelas, em 22 de junho, durante a Conferência Internacional sobre o Iraque, o Ministro Amorim afirmou que era preciso "contribuir para a normalização e a plena reintegração do Iraque à família das nações". Declarou que era importante que forças iraquianas estivessem "em posição de assumir total responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança". Acrescentou que era "imperativo o estrito respeito aos direitos humanos e ao direito humanitário". Ofereceu o apoio do Brasil para assistência eleitoral, caso solicitado pela ONU. Informou que estavam em curso planos para a reabertura da embaixada brasileira em Bagdá.

O Brasil continuava a se manifestar com relação a eventos ocorridos no Iraque. Por nota de 2 de setembro de 2005, o governo brasileiro informou ter recebido, com consternação, a notícia do lamentável incidente ocorrido em Bagdá que vitimara muitas centenas de peregrinos, entre eles grande número de mulheres e crianças, nas proximidades da mesquita de Kadhimiya. Expressou ao governo e ao povo iraquianos o seu mais profundo pesar e manifestou sentida solidariedade com o sofrimento das famílias das vítimas.

Todos os fatos demonstravam o estado de insegurança. Persistia a ameaça de guerra civil entre xiitas, sunitas e curdos, com possíveis repercussões no Oriente Médio[108]. Em outubro, o total de mortos dos EUA atingiu dois mil. Em 8 de novembro, forças dos EUA e do Iraque invadiram local mantido por insurgentes em Fallujah, matando e capturando muitos deles. Outra ofensiva contra insurgentes foi lançada em Mossul.

Essa situação interna preocupava a comunidade internacional e, em 12 de novembro, o SGNU, Kofi Annan, efetuou sua primeira visita ao

Iraque desde que a guerra começara e exortou os iraquianos a abraçarem processo de paz, objetivando reconciliar todos os grupos étnicos e religiosos.

Os ataques prosseguiam. Em 18 de novembro, dois suicidas usando cintos com explosivos explodiram duas mesquitas xiitas na cidade de Khanaqin, perto da fronteira iraniana, matando pelo menos 74 pessoas.

9.5.5.6. Eleições (dezembro de 2005)

Em 15 de dezembro, realizaram-se as primeiras eleições parlamentares sob a nova constituição iraquiana. Como resultado, um governo de coalizão foi formado sob a liderança do Primeiro-Ministro Nouri Al-Maliki, tendo Jalal Talabani como Presidente. Por nota do dia 19, o Itamaraty informou que o Brasil saudava a realização de eleições legislativas para a escolha de uma nova Assembleia, que deveria levar, em conformidade com o cronograma estabelecido pela Resolução 1.546 do CSNU, à composição de um governo permanente naquele país. Felicitou o povo iraquiano por sua determinação em transpor mais uma etapa rumo à retomada de sua plena soberania e à reconstrução nacional.

As buscas relativas ao Engenheiro João Vasconcellos também continuavam. Por nota de 17 de janeiro de 2006, o governo brasileiro informou que continuava empenhado em obter informações que levassem ao esclarecimento do sequestro e desfecho do caso do Engenheiro João José Vasconcellos Júnior. Acrescentou que as Embaixadas brasileiras na região estavam mobilizadas e o Núcleo Iraque da Embaixada na Jordânia acompanhava todos os desdobramentos e mantinha contatos com Governos estrangeiros. Caso necessário, poderiam ser organizadas novas missões à região.

Durante o ano, Portugal e Países Baixos haviam retirado tropas do Iraque. Ao final, compilava-se o total de 478 ataques suicidas com bombas executados no país.

Outro cidadão brasileiro perderia a vida no Iraque. Por nota de 30 de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que o Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nogueira, telefonara naquele dia ao Senhor Robson de Lima Barbosa, pai do cidadão brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, integrante das Forças Armadas dos EUA, falecido no Iraque no dia anterior. Acrescentou que, na ocasião, o Embaixador Ruy Nogueira colocara à disposição do Senhor Barbosa e de sua família o serviço consular brasileiro nos EUA para o apoio e as providências que se fizerem necessárias.

A violência prosseguia seu curso no Iraque e, a cada atentado maior, o governo brasileiro se manifestava. Em fevereiro, explosões danificaram mesquita em Al-Askari. Xiitas em todo o Iraque revidaram atacando mesquitas sunitas. Temia-se guerra civil. Em junho, o líder do Al-Qaeda no Iraque, Abu Musab Al-Zarqawi e sete de seus auxiliares foram mortos em ataque dos EUA. Por nota de 26 de junho de 2006, o Itamaraty informou que o governo brasileiro tomara conhecimento, com profundo pesar, da execução no Iraque do Terceiro Secretário Fiodor Zaitsev e de outros três funcionários da Embaixada russa em Bagdá. Pela nota, ao lamentar o ocorrido, o Brasil reiterou seu total repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente dos motivos alegados por seus autores. Manifestou plena solidariedade ao governo e ao povo da Rússia, ao mesmo tempo em que apresentou suas condolências aos familiares e amigos das vítimas desse deplorável ato de violência.

Prosseguia lentamente a recomposição do Estado iraquiano. Em 7 de setembro, o Primeiro-Ministro Nouri Al-Maliki assinou um documento pelo qual assumiu o controle da pequena frota naval iraquiana, da força aérea e divisão do Exército baseada no sul do país. Em 15 de outubro, foi declarado o estabelecimento do Estado Islâmico do Iraque.

9.5.5.7. Envio de Embaixador brasileiro (dezembro de 2006)

Menos de dois meses depois, no dia 19 de dezembro, o Embaixador do Brasil junto ao governo da República do Iraque com residência temporária em Amã, Bernardo de Azevedo Brito, apresentou credenciais ao Presidente Jalal Talabani, em Bagdá. Segundo nota do Itamaraty, na ocasião, o Chefe de Estado iraquiano salientou a importância das relações bilaterais e expressou satisfação com o processo de reativação gradual da Embaixada do Brasil em Bagdá, iniciado em 2004, com a instalação do Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada do Brasil na capital jordaniana. Informou ainda que o Presidente Talabani referiu-se à sua presença na Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília, em maio de 2005, lembrando haver sido sua primeira participação em eventos internacionais na qualidade de Chefe do Estado iraquiano, e aludiu à atuação construtiva do Brasil nos diversos foros multilaterais. Manifestou, ainda, o desejo de receber missões comerciais brasileiras que pudessem beneficiar-se das oportunidades de negócios que surgiam em seu país, e a expectativa de que o Brasil estivesse presente no processo de

reconstrução do Iraque, o que contribuiria como incentivo ao comércio bilateral.

Continuavam as responsabilizações do regime anterior e a violência. Em 5 de novembro, o ex-Presidente Saddam Hussein e dois assessores foram condenados à morte por crimes contra a humanidade. Em 30 de dezembro, Saddam Hussein foi executado. A violência prosseguia. Em 12 de dezembro, em Bagdá, um suicida atingiu uma multidão, em sua maioria xiitas pobres, matando pelo menos 71 pessoas e ferindo outras 220. Ao final de 2006, compilava-se o total de 297 ataques suicidas com bombas executados no Iraque.

Durante o ano, haviam retirado tropas do Iraque os seguintes países: Itália, Noruega e Japão. Enquanto seus aliados deixavam o Iraque, os EUA se viam obrigados a aumentar sua presença como principal país ocupante. Em 10 de janeiro de 2007, George W. Bush anunciou plano de enviar mais 21.500 militares para o Iraque. A situação no país se tornava cada vez mais violenta. Em 28 de janeiro de 2007, uma batalha entre insurgentes e tropas apoiadas pelos EUA matou 300 suspeitos de insurgência.

Em 3 de fevereiro, um suicida com bomba explodiu seu veículo no mercado de Sadriyah, em Bagdá, matando 135 pessoas e ferindo outras 305, no pior ataque individual desde a invasão de 2003 liderada pelos EUA.

Em 27 de março, no maior ataque em quatro anos, 152 pessoas foram mortas e 347 ficaram feridas quando um suicida com caminhão-bomba atingiu o bairro xiita de Tal Afar. Cem casas foram destruídas na explosão. Em 29 de março, dois suicidas a pé com bombas mataram 82 pessoas em um mercado no bairro de Shaab de Bagdá. Em 19 de junho, um suicida com bomba matou 87 pessoas e feriu cerca de 200 quando lançou seu caminhão contra uma mesquita xiita em Bagdá.

Em 7 de julho, cerca de 150 iraquianos foram mortos e 250 ficaram feridos quando um suicida com caminhão-bomba explodiu em movimentado mercado na cidade de Amirli perto de Tuz Khurmatu. Em 14 de agosto, suicidas com bombas em quatro veículos massacraram centenas de membros da seita Yazidi, no norte do Iraque, no ataque mais mortal desde a invasão do país. O governo iraquiano informou que havia sido 411 os mortos, mas o Crescente Vermelho Iraquiano informou que mais de 500 pessoas haviam sido mortas e 1.500 feridas.

Em 24 de setembro, protestos contra a Guerra no Iraque ocorreram em vários países, tendo mais de 150 mil se manifestado em Washington D.C. As notícias sobre a violência continuavam a dominar as informações

relativas ao Iraque. Ao final de 2007, compilava-se o total de 442 ataques suicidas com bombas executados no Iraque. Durante o ano, retiraram tropas do Iraque os seguintes países: Dinamarca e Eslováquia.

Em meio a essa situação de violência, o caso do engenheiro brasileiro João José Vasconcellos teria desfecho trágico. Em junho de 2007, mais de dois anos depois de seu sequestro, o Itamaraty informou que seu corpo havia sido encontrado.

Em 9 de janeiro de 2008, um estudo de mortes iraquianas causadas pela violência desde a invasão estimou em 151 mil o número de mortes ocorridas entre março de 2003 e junho de 2006. Tal noticiário tinha repercussão política. Uma pesquisa de opinião pública concluiu que apenas 32% dos estadunidenses apoiavam a guerra no Iraque e 61% queriam que o próximo Presidente removesse a maior parte das tropas poucos meses depois de assumir. Em 20 de março, em gravação divulgada pela rede Al-Jazeera, uma voz identificada como sendo de Osama Bin Laden afirmou que o Iraque era a base perfeita para organizar uma *jihad* e libertar a Palestina. Em 30 de março, o número de mortos estadunidenses na guerra atingiu o total de 4.007 pessoas.

No contexto da reconstrução do Estado iraquiano, o Brasil recebeu, em junho, a visita do Ministro do Comércio daquele país, Abdel Falah al Sudani. Ao anunciar a vinda, o Itamaraty lembrou que o Iraque, que já fora o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio nos anos 80, era, naquele momento, o país da região que menos comprava do Brasil. Concluiu nota à imprensa com a afirmação de que a visita do Ministro do Comércio abria nova etapa de interlocução com o governo iraquiano com vistas à identificação e aproveitamento de oportunidades comerciais para o Brasil naquele país.

No Iraque, prosseguiam manifestações antiestadunidenses, ataques terroristas e retirada de tropas de outros países. Em 14 de dezembro de 2008, durante uma conferência de imprensa, um jornalista iraquiano, Muntadhar Al-Zaidi, lançou seus sapatos contra o Presidente Bush que se esquivou a tempo. Ao final de 2008, compilava-se o total de 257 ataques suicidas com bombas executados no Iraque. Durante o ano, retiraram tropas do Iraque os seguintes países: Albânia, Bulgária, Moldávia, Ucrânia, República Tcheca, Coreia do Sul, Bósnia-Herzegovina, Tonga, Macedônia, Azerbaijão, Letônia, Mongólia, Cazaquistão, Armênia, Geórgia, Lituânia, Polônia e Cingapura.

Em 27 de fevereiro de 2009, o novo Presidente dos EUA, Barack Obama, anunciou que todas as tropas de combate seriam retiradas do Iraque até 31 de agosto de 2010. Uma força de transição composta de

pessoal de apoio, aconselhamento e contraterrorismo, no total de 35.000 a 50.000 pessoas, deveria se retirar no final de 2011.

O Brasil continuaria a se manifestar por ocasião dos ataques mais relevantes. Por nota de 19 de setembro de 2009, o governo brasileiro expressou "grande consternação" diante da notícia dos atentados terroristas ocorridos no Iraque no dia 19 de agosto, que haviam provocado elevado número de vítimas e haviam tido "como alvos, entre outros, prédios de órgãos governamentais, como os Ministérios da Relações Exteriores e das Finanças daquele país". Concluiu a nota que, "ao reiterar seu profundo repúdio a todas as formas de terrorismo", o governo brasileiro externava "suas mais sinceras condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Iraque".

Prosseguia a debandada de países aliados, a violência e somavam-se os mortos. Ao longo do ano, haviam retirado tropas do Iraque os seguintes países: Austrália, Reino Unido, Romênia, Estônia e El Salvador. Em agosto, todos os membros da coalizão haviam deixado o Iraque, exceto os EUA que ainda mantinham, em dezembro, 112 mil militares no Iraque. Ao final do ano, compilava-se o total de 76 ataques suicidas com bombas executados no Iraque. Em janeiro de 2010, o total de mortos da coalizão que invadiu e ocupou o Iraque atingia 4.692 pessoas, das quais 4.374 dos EUA, 179 do Reino Unido, 33 da Itália, 23 da Polônia, 18 da Ucrânia, 11 da Espanha, sete da Dinamarca, cinco de El Salvador, cinco da Geórgia e quatro da Eslováquia. Os países que perderam entre um e três nacionais foram Letônia e Romênia (três cada um); Estônia, Tailândia, Austrália e Países Baixos (dois cada um); e Cazaquistão, Coreia do Sul, Hungria, República Tcheca e Azerbaijão (um cada um).

Em julho de 2010, o governo brasileiro informou que realizara contribuição voluntária ao "Plano de Ação Humanitária para o Iraque em 2010", elaborado pelo Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), no valor de US$ 500 mil. Os recursos seriam utilizados para fortalecimento da alimentação escolar iraquiana e para o financiamento de ações de reparação e reconstrução de escolas, inclusive em campos de refugiados.

9.5.6. Irã

No primeiro biênio do governo Lula, o relacionamento entre o Brasil e o Irã não apresentaria fatos mais relevantes. A situação interna naquele país chamaria a atenção em junho de 2003, quando um protesto contra o governo reuniu milhares de estudantes em Teerã. Em dezembro,

destacar-se-ia a assinatura pelo país de Protocolo Adicional com a AIEA para permitir aos inspetores acesso a documentação relativa a compras governamentais na área nuclear, equipamentos de uso duplo, estações de trabalho militares, e locais de pesquisa e desenvolvimento. Ainda no fim daquele mês, ocorreria terremoto em solo iraniano, tendo o Presidente Lula enviado mensagem de solidariedade ao Presidente Muhammad Khatami e de condolências aos familiares das vítimas. No dia 31, o governo brasileiro anunciou que enviaria ao Irã carregamento de uma tonelada de medicamentos para contribuir à ajuda humanitária que estava sendo prestada às vítimas do terremoto.

Nas eleições realizadas no mês de fevereiro de 2004, os conservadores recuperaram o controle do Parlamento iraniano, perdendo força as ideias de reformistas. Em matéria nuclear, tiveram relevância, em junho, crítica da AIEA ao país por não cooperar com respeito a informações sobre seu programa nuclear e, em novembro, a decisão do governo de Teerã de suspender negociações sobre enriquecimento de urânio com a UE. No final do ano, tiveram também destaque as conversações do Irã com Reino Unido, França, Alemanha e UE a respeito da questão nuclear. As desconfianças daqueles membros da comunidade internacional, expressas na AIEA, teriam origem no fato do Irã, com apoio do cientista nuclear paquistanês Abdul Quadir Khan, obter urânio enriquecido.

A situação política interna e o relacionamento externo do Irã sofreriam modificação relevante em junho de 2005 quando o ex-Prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad, venceu, com 62% votos, o ex--Presidente Ali-Akbar Hashemi Rafsanjani, no segundo turno das eleições presidenciais. Ahmadinejad tomou posse em agosto e começaria sua polêmica Presidência. Pouco depois de sua posse, entre agosto e setembro, o novo governo declarou que reiniciaria a conversão de urânio, mas insistiu que o programa tinha fins pacíficos.

Em entrevista concedida no dia 26 de setembro, Celso Amorim informou que conversara com Condoleezza Rice sobre o Irã. Afirmou que tanto os EUA quanto o Brasil concordavam sobre a importância da não proliferação, sendo os objetivos semelhantes. Acrescentou que continuariam a conversar sobre a melhor maneira de alcançar um resultado que fosse positivo. Ressaltou a importância de preservar a autoridade da AIEA e de que o Irã cumprisse com as obrigações que contraíra. Disse que, sobre isso, não havia nenhuma divergência, mas acrescentou que a questão que se colocava era a oportunidade de o assunto ser levado ou não ao CSNU.

Em 26 de outubro, durante Conferência intitulada "Mundo sem Sionismo", realizada em Teerã, Ahmadinejad pediu que Israel fosse

"apagado do mapa". Condenou também o processo de paz para o Oriente Médio. No dia 30, o jornal *The New York Times* publicou a declaração, de difícil compreensão, em que tal afirmação teria sido feita, e na qual Israel seria o "regime ocupante":

> Nosso querido Imã (referindo-se ao Ayatollah Khomeini) disse que o regime ocupante deve ser apagado do mapa e esta foi uma declaração sábia. Não podemos ceder a respeito do tema da Palestina. É possível criar uma nova frente no meio de uma velha frente. Seria uma derrota e quem quer que aceite a legitimidade desse regime terá assinado de fato a derrota do mundo islâmico. Nosso caro Imã mirou no coração do mundo opressor na sua luta, isto é, o regime ocupante. Não tenho dúvida de que a nova onda que começou na Palestina, e nós o testemunhamos no mundo islâmico também, eliminará essa mancha desgraçada do mundo islâmico.

Em discurso no mês de dezembro, Ahmadinejad, em fórmula igualmente enigmática, declarou que o holocausto era uma lenda inventada e promovida por Israel:

> Eles inventaram uma lenda, sob o nome de Massacre dos Judeus, e eles a mantem acima do próprio Deus, da própria religião e dos próprios profetas. Se alguém no seu país questiona Deus, ninguém diz nada, mas se alguém nega o mito do Massacre dos Judeus, os alto-falantes sionistas e o governo pago pelo sionismo começam a soar.

O governo brasileiro deixou claro não concordar com tal afirmação. Por nota emitida no dia 16, o Itamaraty informou que a AGNU aprovara pouco antes uma resolução – copatrocinada pelo Brasil – que marcava o reconhecimento histórico do Holocausto, reafirmava o compromisso dos países-membros de lutar contra todas as formas de intolerância, e estabelecia o dia 27 de janeiro como o "Dia Internacional das vítimas do Holocausto". Acrescentou que o governo brasileiro considerava primordial a participação de cada um dos membros da comunidade internacional para a consecução dos objetivos da referida resolução, tendo em vista a manutenção da paz e segurança mundiais. Concluiu que, naquele sentido, o governo brasileiro lamentava toda declaração que pudesse pôr em causa a existência do Holocausto.

*

Por nota de 26 de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do

Brasil junto à ONU, na qualidade de Presidente em exercício da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, conduziria as cerimônias do dia internacional dedicado à memória das vítimas do Holocausto na sede da ONU, em Nova York. Acrescentou a nota que, segundo resolução da ONU copatrocinada pelo Brasil, "o Holocausto, que resultou no assassinato de um terço do povo judeu, juntamente com inúmeros membros de outras minorias, será sempre uma advertência para todo o mundo dos perigos do ódio, fanatismo, racismo e preconceitos". Observou ainda a nota que a resolução também falava na necessidade de que fossem absorvidas as lições do Holocausto com o objetivo de ajudar a prevenir atos futuros de genocídio.

Em 4 de fevereiro, o Brasil votou na AIEA a favor de uma resolução sobre a implementação pelo Irã do Acordo de Salvaguardas decorrente de suas obrigações sob o TNP. A Resolução foi aprovada por 27 votos favoráveis, 3 contrários (Cuba, Síria e Venezuela) e 5 abstenções (Argélia, Belarus, Indonésia e Líbia). Explicou o Itamaraty que, ao votar favoravelmente, a delegação brasileira baseara-se no entendimento dos próprios proponentes de que a Resolução apenas informava o CSNU das medidas que eram requeridas para que o Irã pudesse contar com a confiança da comunidade internacional sobre a finalidade pacífica de seu programa nuclear. Esclareceu ter o Brasil considerado que o CSNU não deveria tomar qualquer tipo de ação sobre o dossiê iraniano até a próxima sessão regular da Junta, em março, ocasião em que o Diretor-Geral da AIEA apresentaria relatório abrangente sobre a implementação das medidas de fomento da confiança mencionadas na Resolução. Expressou a nota do Itamaraty a confiança do Brasil de que o Irã esclareceria as questões formuladas pela AIEA no mais breve prazo possível. Manifestou confiança, igualmente, em que os passos que viesse a adotar o Irã na matéria fossem devidamente reconhecidos pela comunidade internacional. Por fim, informou que, nesse sentido, o Brasil exortara o Irã e todas as partes envolvidas, particularmente os membros do CSNU, a que se abstivessem de medidas e gestos que pudessem levar a um agravamento da situação.

Em entrevista concedida, no dia 7, o Presidente Lula afirmou que a questão nuclear do Irã tinha "um canal apropriado de tratamento no seio da AIEA e da ONU". Acrescentou que o Brasil privilegiava o tratamento das questões internacionais pela via da negociação e do multilateralismo e queria que se tentassem todas as formas possíveis de resolver as pendências pacificamente, sem confrontações ou aumento de tensões. Concluiu que queria que fossem dadas, não uma, mas todas as chances à diplomacia.

O Irã foi novamente atingido por terremoto. Por nota de 31 de março, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera, com

consternação, a notícia daquela ocorrência que vitimara centenas de pessoas. Manifestou solidariedade ao governo e ao povo iranianos, e expressas condolências aos familiares das vítimas.

Em 11 de abril, Mahmoud Ahmadinejad confirmou que o Irã havia produzido, com sucesso, alguns gramas de urânio enriquecido. No dia 20, o Irã anunciou acordo com a Rússia envolvendo firma de enriquecimento conjunto de urânio em solo russo. Nove dias depois, informou que não mudaria toda sua atividade nuclear para a Rússia, o que teria assim redundado em fim do acordado com Moscou.

Demonstrando continuado interesse pela questão nuclear iraniana, o governo brasileiro informou, por nota de 31 de maio, ter tomado conhecimento do anúncio da disposição dos EUA de engajar-se, juntamente com Alemanha, França e Reino Unido, na via do diálogo e da negociação com o Irã, em torno de seu programa nuclear. Considerou importante todos os gestos que apontassem na direção do diálogo, condição para que se alcançassem soluções pacíficas e duradouras no campo da segurança internacional. Exortou o Irã a igualmente demonstrar cooperação com a comunidade internacional, inclusive por meio do cumprimento das resoluções aprovadas pela Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Paralelamente, o governo iraniano continuava a provocar polêmica internacional. Em 11 de dezembro, Mahmoud Ahmadinejad abriu conferência sobre o Holocausto em Teerã. No dia seguinte, declarou que Israel estava prestes a espatifar-se pois esta seria uma promessa divina e o desejo de todos os países.

A questão nuclear continuava a criar desentendimentos com potências ocidentais. Mas outras questões emergiam paralelamente. Assim, em fevereiro de 2007, a AIEA declarou que o Irã havia deixado de cumprir prazo para suspensão do enriquecimento de urânio. No mês seguinte, noutro tipo de enfrentamento, forças navais da Guarda Revolucionária do Irã apreenderam membros da Marinha Real britânica em águas disputadas entre Irã e Iraque. Tinha assim início de impasse diplomático entre Londres e Teerã.

Aumentavam as pressões dos EUA para que outros países deixassem de negociar com o Irã. Durante visita aos EUA, no final de março, o Presidente Lula respondeu pergunta sobre a presença da PETROBRAS no Irã:

> Jornalista Ricardo Baltazar - Valor Econômico: O governo dos EUA, nas últimas semanas, tem manifestado muita preocupação com os investimentos

> de algumas companhias estrangeiras do setor de petróleo no Irã. Nesta semana, o Embaixador americano no Brasil deixou bastante claro que essa preocupação se estende aos investimentos que a PETROBRAS tem feito no Irã, que a PETROBRAS considera estratégicos. Eu perguntaria ao Presidente Lula se, na sua avaliação, a PETROBRAS deve continuar fazendo negócios no Irã, ou deve se afastar, como os EUA gostariam. [...]
>
> Presidente Lula: Eu estou convencido de que a PETROBRAS vai continuar investindo e pesquisando no Irã. O Irã tem sido um parceiro comercial importante do Brasil, eles nos compram mais de US$ 1 bilhão e não nos vendem quase nada. Eu sou defensor de que o comércio justo é aquele comércio em que você compra e vende, você vende e compra. Não pode só vender. E, depois, tem os problemas políticos dentro de cada país. Mas, até agora, o Irã não tem sido vítima de nenhuma sanção proposta pela ONU. Eu sei que tem divergência política entre o Irã e outros países. Com o Brasil, nós não temos nenhuma divergência política e, portanto, vamos continuar trabalhando junto com o Irã naquilo que for de interesse do Brasil. Não vejo nenhum problema para ser diferente.

Em 4 de abril, a crise diplomática entre Londres e Teerã se desanuviou quando o Irã anunciou a liberação dos marinheiros britânicos que haviam sido capturados. Mas, ainda naquele mês, as apreensões ocidentais aumentariam quando o Presidente Ahmadinejad declarou que seu país podia produzir combustível nuclear em escala industrial. Os temores seriam aumentados com informações da AIEA de que o país começara a de fato produzir tal combustível em fábrica subterrânea e que teria dado início a mais de 1.300 centrífugas.

No mês de maio, a AIEA informou que o Irã poderia desenvolver uma arma nuclear em prazo de três a oito anos, se assim desejasse. Em julho, porém, as tensões diminuiriam quando Teerã concordou em permitir que inspetores visitassem usina nuclear em Arak. Apesar desse sinal promissor, em outubro, os EUA impuseram unilateralmente sanções contra o Irã, consideradas as mais severas em quase 30 anos.

As desconfianças com relação às intenções do governo iraniano aumentariam novamente em fevereiro de 2008, quando este lançou um foguete de pesquisa para inaugurar um centro espacial recentemente construído. Naquele mês, a ONU afirmou que o país havia alcançado a capacidade iminente de produzir bomba nuclear, se pudesse enriquecer mais o urânio[109].

As pressões contra o Irã teriam efeitos indiretos no Brasil que, para aquele país, exportava produtos diversos. Diante de alegações na imprensa

de violação brasileira de sanções impostas pela ONU, o Itamaraty emitiu, no dia 6, a seguinte nota:

> Com relação à notícia veiculada pela imprensa, no último dia 5 de fevereiro, a respeito de alegada violação do regime de sanções imposto pelo CSNU ao Irã, por parte de empresas brasileiras que teriam realizado àquele país vendas de açúcar e carne, via Dubai, Emirados Árabes Unidos, o Ministério das Relações Exteriores esclarece que nenhuma Resolução do CSNU proíbe exportações de açúcar, carne ou quaisquer outros produtos que fazem parte de nossa pauta de exportação para o Irã. As proibições de exportações ao Irã, determinadas pelo CSNU, cobrem somente itens relacionados aos programas nuclear e de mísseis balísticos. Nos casos de armamentos pesados, vigora a exortação de "vigilância e cautela". Historicamente, o governo brasileiro sempre cumpriu plenamente as determinações das Resoluções adotadas pelo CSNU. O Ministério das Relações Exteriores recorda que as Resoluções nº 1.737 (2006) e nº 1.747 (2007), que regulam o referido regime de sanções, foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, por meio dos Decretos nº 6.045, de 21 de fevereiro de 2007, e 6.118, de 22 de maio de 2007, respectivamente.

No mês seguinte, dois fatos teriam relevância no Irã. O primeiro seria visita inesperada de Ahmadinejad ao Iraque, onde assinou acordos e fez chamamento à saída de tropas estrangeiras daquele país vizinho. O segundo seria a vitória dos conservadores no Parlamento iraniano, obtendo dois terços dos assentos, em eleições das quais muitos reformistas haviam sido impedidos de participar.

Em meio a clima de crescente animosidade ocidental contra Teerã, realizou-se em 12 de março em Brasília, a VI Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Irã. Segundo nota do Itamaraty, as duas delegações passariam em revista temas de caráter bilateral, regional e multilateral e teriam presente, nas conversações, "o amplo potencial existente nas relações diplomáticas entre os dois países, inclusive a possibilidade de expansão dos vínculos econômico-comerciais". Ressaltou a nota que, nos dois anos anteriores, o volume de exportações brasileiras aumentara 79,08%.

Os atritos internacionais com o Irã prosseguiriam. Em maio, a AIEA declarou que o país continuava a reter informações sobre seu programa nuclear. No mês seguinte, Javier Solana, em nome da UE, apresentou oferta comercial. Teerã, porém, afirmou que a examinaria, se não fosse condicionada a suspensão de seu programa de enriquecimento de urânio. Em julho, o Irã realizou testes em nova versão de míssil de

longo alcance e teria declarado que tinha capacidade para atingir alvos em Israel. Em agosto, venceu, sem reação iraniana, novo prazo informal dado por países ocidentais para que o Irã respondesse a proposta de incentivos em troca de suspensão de atividades nucleares. Por seu lado, o governo de Teerã anunciou ter lançado com êxito um foguete com capacidade para transportar satélite para o espaço. Em setembro, o CSNU aprovou unanimemente uma resolução que exigiu do Irã a suspensão do enriquecimento de urânio, mas não impôs novas sanções, tendo em vista a posição da Rússia que a estas se opunha.

Em outubro, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim realizaria, no dia 2 de novembro, visita oficial ao Irã, acompanhado de delegação empresarial integrada por representantes de várias das principais agremiações e empresas brasileiras. Acrescentou que, em Teerã, o Ministro Celso Amorim deveria encontrar-se com o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manouchehr Mottaki, o Presidente da Assembleia dos Sábios e ex--Presidente da República, Akhbar Rafsanjani, o Presidente do Parlamento, Ali Larijani, e o Secretário-Geral do Conselho Supremo de Segurança Nacional, Said Jalili. Acompanhado de seu homólogo iraniano, o Ministro Celso Amorim participaria, também, da abertura do encontro empresarial Brasil – Irã. Ainda conforme a nota, a visita do Ministro Celso Amorim inseria-se "na estratégia brasileira de reforçar seus contatos com atores relevantes no Oriente Médio e na Ásia Central, de estimular a diversificação dos laços comerciais brasileiros no mundo e de manter constante diálogo entre países em desenvolvimento". Por fim, observou que o Irã era o maior mercado brasileiro no Oriente Médio, tendo absorvido, no ano anterior, 28,7% das exportações brasileiras para a região, tendo o intercâmbio comercial entre os dois países crescido quase quatro vezes e atingido a cifra de cerca de US$ 2 bilhões.

Em novembro, o Presidente Ahmadinejad surpreendeu observadores ao congratular Barack Obama por sua eleição como Presidente dos EUA, oferecendo-lhe diálogo incondicional sobre o programa nuclear iraniano.

Em entrevista a órgão de imprensa concedida no mês de fevereiro de 2009, o Ministro Celso Amorim defendeu as relações bilaterais com o Irã:

> [...] o Irã. É um país sobre o qual o Brasil não pode ficar indiferente. Primeiro porque é um grande mercado. Esse ano caiu um pouco. No ano passado

> comprou quase US$ 2 dois bilhões do Brasil e não vendeu, praticamente nada, o petróleo que produzem não é exatamente o que a gente compra.
>
> MYLTON SEVERIANO - O quê eles compram?
>
> Tudo. Dois bilhões de dólares é muita coisa. Mas frangos, carnes, é um item forte. Temos que manter relações. Concorda-mos com tudo que os líderes iranianos dizem ou fazem? Não. É um país importante, setenta milhões de habitantes, uma cultura milenar. Eu fui lá. Muitos Estados que gozam das bênçãos das grandes potências não têm o dinamismo interno do Irá. Eu vi a irritação quando o segurança queria tirar o cidadão do lugar pra fazer passar um Ministro estrangeiro. Eu vi muitas mulheres, ao contrário de outros países, dirigindo automóveis. Não vou dizer que lá é perfeito. Liberdade religiosa, temos feito algumas críticas. Agora, não chegamos ao ponto de condenar o Irã. Tem que ter o diálogo. Voltando à questão da não proliferação. O Brasil é contra a proliferação. Agora, é preciso distinguir a questão da não proliferação nuclear da questão do direito ao desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos. Como se chega a uma normalização? Por exemplo: o CSNU adotou sanções contra o Irã, e nós não somos favoráveis, mas uma vez que o CSNU adotou, nós seguimos. Agora, nós não seguimos sanções unilaterais.

Também no mesmo mês, o governo iraniano daria novo sinal de abertura ao diálogo com Washington quando, durante a celebração dos 30 anos da revolução islâmica, Mahmoud Ahmadinejad declarou que receberia de bom grado conversações com os EUA desde que baseadas em "respeito mútuo". No mês seguinte, porém, o líder Supremo Ali Khamenei afirmou que o Presidente Obama, tal como o ex-Presidente Bush, estava seguindo "uma trilha desorientada" no Oriente Médio.

Ainda em abril, o Itamaraty anunciou a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã, Manouchehr Mottaki. Segundo nota à imprensa, em Brasília, o Ministro Mottaki deveria manter encontros com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Ministro Celso Amorim, com o Ministro de Minas e Energia, Édison Lobão, e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Participaria também da abertura de reunião entre a delegação iraniana e empresários e representantes de instituições públicas brasileiras. Segundo ainda a nota, a visita daria continuidade ao diálogo que o Brasil tinha mantido com diferentes atores no Oriente Médio e na Ásia Central. Notou o Itamaraty que no ano anterior, o Irã absorvera cerca de 15% das exportações brasileiras para o Oriente Médio e consolidara-se como

o terceiro maior mercado brasileiro na região. Concluiu a chancelaria brasileira que, no acumulado da década, o Irã figurava como um dos dez principais mercados para as exportações do agronegócio brasileiro.

No mês seguinte, em mensagem dirigida ao Presidente Lula, o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, solicitou o adiamento da visita que faria ao Brasil. Segundo nota do Itamaraty, na comunicação, o Presidente Ahmadinejad manifestou apreço pelo convite brasileiro e pediu que a visita, que incluiria outros países da América do Sul, fosse realizada depois das eleições presidenciais iranianas, marcadas para o dia 12 de junho. Manteve-se, no entanto, a programação empresarial, prevista para realizar-se em paralelo à visita. Em entrevista concedida a órgão de imprensa, o Ministro Celso Amorim respondeu perguntas a respeito da razão da aproximação brasileira do Irã e sobre o adiamento da visita:

> CC: O Irã pode tornar-se um parceiro importante?
>
> CA: Sim, já é. Em 2007 vendemos 2 bilhões de dólares para o Irã, não é nada desprezível. Em 2008 caiu um pouco, mas podemos retomar.
>
> CC: Esta aproximação é um símbolo do pragmatismo comercial que vocês têm praticado, de não se importar com as questões políticas dos países?
>
> CA: Não é não nos importarmos. Não deixamos de criticar, como foi criticada a declaração sobre o Holocausto do líder iraniano, mas é não nos recusar-mos ao diálogo. É pelo diálogo que se pode ter influência sobre os países. Queiram ou não as pessoas, o Irã é um interlocutor importante para a questão do Oriente Médio. É um país poderoso, de 70 milhões de habitantes, não adianta tentar ignorá-lo. O Presidente Lula não deixará de dar a opinião dele, do Brasil, ao Presidente Ahmadinejad ou a quem quer que ganhe a eleição em junho. Agora, se você só vai convidar e dialogar com as pessoas com as quais concorda, vai ter muito pouca gente.
>
> CC: Por que houve o adiamento da visita?
>
> CA: Se há um problema eleitoral lá, e se a visita pode ser mais produtiva depois da eleição, compreendemos e achamos natural.

As notícias a respeito do Irã continuavam a preocupar membros da comunidade internacional. Em 20 de maio, o jornal *The New York Times* publicou matéria segundo a qual o Irã haveria testado um míssil

sofisticado que teria capacidade para atingir Israel e partes da Europa Ocidental.

Após as eleições presidenciais de junho de 2009, o Ministro do Interior anunciou que Mahmoud Ahmadinejad havia vencido a eleição com 62,63% dos votos, enquanto Mir-Hossein Mousavi havia obtido o segundo lugar com 33,75% dos votos. No dia 13, acusações de fraude na eleição presidencial do Irã deram início a protestos por partidários do candidato derrotado Mir-Hossein Mousavi. Em confrontos nas ruas, morreram cerca de 30 pessoas e mais de mil foram presas. No dia 16, o Conselho Guardião anunciou que 10% dos votos seriam recontados. Mousavi declarou que essa recontagem não seria suficiente. No dia 19, o líder supremo Aiatolá Ali Khamenei declarou que os protestos em favor de Mousavi eram ilegais. No dia 20, os manifestantes encontraram forte pressão das forças governamentais, ocorrendo muitas mortes.

Em entrevista concedida no dia 22, perguntado se considerava legítima a vitória de Ahmadinejad, Ministro Celso Amorim respondeu que seria muito difícil supor que a vantagem – 62 % [Ahmadinejad] e 33 % [Musavi] – se explicasse com falsificações. Considerou positivo o próprio fato de que as eleições tivessem se realizado e havido discussão aberta.

As pressões contra a aproximação brasileira do Irã se refletiam em perguntas da imprensa. Em entrevista coletiva concedida na cidade Nova York, no dia 23, o Presidente Lula declarou que defendia, para o Irã, o mesmo que defendia para o Brasil no que dizia respeito à energia nuclear, isto é, o direito de utilizar a tecnologia da energia nuclear para fins pacíficos. Quanto "a questão do Holocausto", afirmou que pensava e defendia que houve o Holocausto, tendo havido milhões de vítimas. Acrescentou que se os iranianos pensavam diferentemente, era "um problema deles" e não seu. Argumentou que isso não prejudicava a relação do Estado brasileiro porque "isso não é um clube de amigos", mas "uma relação do Estado brasileiro com o Estado iraniano". Perguntado sobre o que conversava com o Irã, afirmou que o Brasil tinha um *superávit* na balança comercial com o Irã muito forte e achava necessário equilibrar o intercâmbio. Quanto às eleições iranianas, perguntou que direito tinha ele, como Presidente do Brasil, ou qualquer outro Presidente, de questionar o resultado eleitoral do Irã. Considerou que seria petulância demais ficar do Brasil, a 12 mil quilômetros de distância, ou 14 mil, julgando a eleição do Irã, porque ele não gostaria que os iranianos julgassem a brasileira.

Mahmoud Ahmadinejad tomou posse em agosto e iniciou seu segundo mandato. No mês seguinte, seu governo admitiu que estava construindo uma unidade para enriquecimento de urânio próximo à

cidade de Qom, mas insistiu que seus fins seriam pacíficos. Em entrevista concedida no dia 25 de setembro, o Presidente Lula afirmou que, quanto a insinuações ou suposições sobre a existência de uma outra usina no Irã, não tinha porque não acreditar no que o Presidente iraniano lhe dissera.

Em 1º de outubro, EUA, França e Rússia propuseram um acordo com o Irã a respeito de seu programa nuclear, numa tentativa de encontrar um meio termo entre, de um lado, a necessidade declarada pelo Irã de ter um reator nuclear e, de outro, as preocupações daqueles que temiam que o país tinha a intenção secreta de desenvolver uma arma nuclear. Demonstrando forte interesse pela questão, o governo brasileiro emitiu nota, no dia seguinte, em que considerou positiva a "disposição construtiva e demonstrada por todas as partes" e saudou a perspectiva de que o diálogo tivesse continuidade. Expressou, ainda, "sua satisfação com o envolvimento direto dos EUA nessas conversas e a retomada dos contatos bilaterais de alto nível com o Irã". Concluiu com a afirmação de que o Brasil reiterava que o fortalecimento do diálogo era a única opção viável para o tratamento da questão nuclear iraniana.

Em 19 de outubro, o Itamaraty emitiu nota em que externou consternação com a notícia de atentado terrorista ocorrido no Irã, no dia anterior, que vitimara mais de 40 pessoas, entre as quais oficiais da Guarda Revolucionária, e feriu cerca de outras 30. Reiterou seu repúdio a todas as formas de terrorismo e transmitiu seus votos de pesar e de solidariedade às famílias das vítimas.

No dia 29, Ahmadinejad afirmou que acolhia (a ideia de um) intercâmbio de combustível, cooperação nuclear, construção de usinas energéticas e declarou que estavam os iranianos preparados para cooperar. Acrescentou, entretanto, que o Irã não voltaria atrás no seu direito a um programa nuclear soberano. Em novembro, porém, o Irã rejeitou a proposta de acordo sobre seu programa nuclear. Ainda naquele mês, a AIEA aprovou resolução condenatória do governo de Teerã por desenvolver em segredo uma segunda unidade de enriquecimento de urânio. O Irã considerou a decisão uma manobra política e anunciou planos para criar mais dez unidades semelhantes.

O Presidente Ahmadinejad visitou o Brasil em finais de novembro. Em declaração à imprensa após assinatura de atos, o Presidente Lula declarou que a distância geográfica e a diversidade cultural não deviam "servir de pretexto para manter os povos afastados". Afirmou que, pelo contrário, era "necessário descobrir afinidades, explorar parcerias e discutir temas da agenda global". Destacou haver "grande [...] potencial de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, do comércio e dos

investimentos". Sublinhou ter o comércio bilateral dobrado durante seu governo. Notou que o Irã era um dos maiores mercados para as exportações agrícolas brasileiras e que, em breve, poderia voltar a ser o principal destino das exportações brasileiras no Oriente Médio. Dirigindo-se ao Presidente Ahmadinejad ressaltou que, num "mundo cada vez mais multipolar", era "fundamental reforçar as relações Sul--Sul e consolidar os mecanismos de integração" nas respectivas regiões. Afirmou que o Brasil reconhecia o direito de o Irã "desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos, com pleno respeito aos acordos internacionais".

Do Comunicado Conjunto, constou que o Presidente Ahmadinejad manifestara apoio ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente no CSNU reformado. Constou que os dois dirigentes haviam expressado "seu inabalável repúdio às armas de destruição em massa, em particular às armas nucleares, cuja existência implica uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais e à sobrevivência humana". Em entrevista coletiva concedida em conjunto com o Presidente Ahmadinejad, respondendo à indagação de jornalista, o Presidente Lula reiterou que o Irã tinha o direito de desenvolver o enriquecimento do urânio para a produção de energia para fins pacíficos, tanto quanto o Brasil tinha.

Em fevereiro, o Irã declarou que estava pronto a enviar urânio enriquecido para o exterior para mais enriquecimento mediante acordo com países ocidentais. Esse anunciado desejo iraniano seria acompanhado de perto pelo Brasil. Assim, ao discursar em abril, por ocasião do Dia do Diplomata, o Ministro Celso Amorim declarou que o Brasil não era nem pró-EUA nem pró-Irã, mas pró-Paz. Afirmou que o país era contra as armas nucleares e a favor do desenvolvimento nuclear pacífico. Em ponto crucial de seu discurso, acrescentou que, mais concretamente, o Brasil via que era "possível chegar a uma solução negociada para o problema iraniano", "com base em propostas existentes". Anunciou que, por isso continuaria a tentar, "sem bravatas ou tiradas quixotescas, mas também sem a covardia dos que podem mas não fazem, por conveniência, medo ou inapetência política". Concluiu que (o Brasil) queria evitar, neste caso, "uma tragédia similar à que ocorreu no Iraque, onde o ciclo de sanções impostas a Bagdá e as atitudes desafiantes de Saddam Hussein terminaram da forma que todos conhecemos".

9.5.6.1. Intermediação turco-brasileira (maio de 2010)

A ocasião para a intermediação brasileira seria criada durante a visita do Presidente Lula ao Irã entre os dias 15 e 17 de maio. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty salientou tratar-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Irã. Informou que, no dia 16, o Presidente Lula se reuniria com o Líder Supremo, Aiatolá Ali Khamenei; com o Presidente Ahmadinejad; e com o Presidente do Parlamento, Ali Larijani. Participaria também do encerramento de encontro empresarial Brasil – Irã. Por fim, no dia 17, o Presidente Lula compareceria à cerimônia de abertura da 14ª Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do G-15. Da nota à imprensa, constou ainda que, em seus contatos com as autoridades iranianas, o Presidente Lula pretendia "explorar formas de aprofundar as relações bilaterais, ampliar os fluxos de comércio e de investimento e diversificar a cooperação, em áreas como Turismo, Esportes, Energias renováveis e Agricultura". Por ocasião da visita, estavam "previstas as assinaturas de atos sobre cooperação em turismo, esportes, agricultura, metrologia, mineralogia, indústria e comércio". Acrescentou a Chancelaria brasileira que os dois lados passariam em revista os principais temas da agenda internacional, em particular as questões do Oriente Médio e que o Presidente Lula trataria também do programa nuclear iraniano.

De fato, no dia 17, Irã, Brasil e Turquia emitiram uma Declaração Conjunta na qual revelaram um acordo para envio de urânio do Irã para o exterior para enriquecimento.

> Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil - 17 de maio de 2010
>
> Tendo-se reunido em Teerã em 17 de maio, os mandatários abaixo assinados acordaram a seguinte Declaração:
>
> 1. Reafirmamos nosso compromisso com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, de acordo com os artigos relevantes do TNP, recordamos o direito de todos os Estados-Parte, inclusive a República Islâmica do Irã, de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear (assim como o ciclo do combustível nuclear, inclusive atividades de enriquecimento) para fins pacíficos, sem discriminação.
>
> 2. Expressamos nossa forte convicção de que temos agora a oportunidade de começar um processo prospectivo, que criará uma atmosfera positiva,

construtiva, não confrontacional, conducente a uma era de interação e cooperação.

3. Acreditamos que a troca de combustível nuclear é instrumental para iniciar a cooperação em diferentes áreas, especialmente no que diz respeito à cooperação nuclear pacífica, incluindo construção de usinas nucleares e de reatores de pesquisa.

4. Com base nesse ponto, a troca de combustível nuclear é um ponto de partida para o começo da cooperação e um passo positivo e construtivo entre as nações. Tal passo deve levar a uma interação positiva e cooperação no campo das atividades nucleares pacíficas, substituindo e evitando todo tipo de confrontação, abstendo-se de medidas, ações e declarações retóricas que possam prejudicar os direitos e obrigações do Irã sob o TNP.

5. Baseado no que precede, de forma a facilitar a cooperação nuclear mencionada acima, a República Islâmica do Irã concorda em depositar 1200 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU) na Turquia. Enquanto estiver na Turquia, esse urânio continuará a ser propriedade do Irã. O Irã e a AIEA poderão estacionar observadores para monitorar a guarda do urânio na Turquia.

6. O Irã notificará a AIEA por escrito, por meio dos canais oficiais, a sua concordância com o exposto acima em até sete dias após a data desta Declaração. Quando da resposta positiva do Grupo de Viena (EUA, Rússia, França e AIEA), outros detalhes da troca serão elaborados por meio de um acordo escrito e dos arranjos apropriados entre o Irã e o Grupo de Viena, que se comprometera especificamente a entregar os 120 quilos de combustível necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã.

7. Quando o Grupo de Viena manifestar seu acordo com essa medida, ambas as partes implementarão o acordo previsto no parágrafo 6. A República Islâmica do Irã expressa estar pronta - em conformidade com o acordo – a depositar seu LEU dentro de um mês. Com base no mesmo acordo, o Grupo de Viena deve entregar 120 quilos do combustível requerido para o Reator de Pesquisas de Teerã em não mais que um ano.

8. Caso as cláusulas desta Declaração não forem respeitadas, a Turquia, mediante solicitação iraniana, devolverá rápida e incondicionalmente o LEU ao Irã.

9. A Turquia e o Brasil saudaram a continuada disposição da República Islâmica do Irã de buscar as conversas com os países 5+1 em qualquer lugar, inclusive na Turquia e no Brasil, sobre as preocupações comuns com base em compromissos coletivos e de acordo com os pontos comuns de suas propostas.

10. A Turquia e o Brasil apreciaram o compromisso iraniano com o TNP e seu papel construtivo na busca da realização dos direitos na área nuclear dos Estados-membros. A República Islâmica do Irã apreciou os esforços construtivos dos países amigos, a Turquia e o Brasil, na criação de um ambiente conducente à realização dos direitos do Irã na área nuclear.

- Manucher Mottaki, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã

- Ahmet Davutoglu, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia

- Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

A Declaração Conjunta firmada por Brasil, Turquia e Irã foi encaminhada, no dia 19, aos membros do CSNU, e, no dia 24, ao Diretor-Geral da AIEA. O documento não seria, no entanto, tomado em conta quando o CSNU aprovou resolução que impôs sanções ao Irã. O Brasil votou contra o projeto, tendo a Representante Permanente do Brasil, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, pronunciado a seguinte explicação de voto:

O Brasil vota contra o projeto de resolução.

Ao fazê-lo, estamos honrando os propósitos que inspiraram nossos esforços que resultaram na Declaração de Teerã de 17 de maio.

Estamos votando contra por não vermos as sanções como instrumento eficaz neste caso. As sanções, muito provavelmente, levarão ao sofrimento do povo iraniano e serão usadas por aqueles que, em todos os lados, não desejam a prevalência do diálogo.

[...]

> Também votamos contra porque a adoção de sanções, a esta altura, vai de encontro aos bem-sucedidos esforços do Brasil e da Turquia para engajar o Irã em uma solução negociada para seu programa nuclear.
>
> [...], a Declaração de Teerã adotada em 17 de maio constitui oportunidade única que não deve ser desperdiçada. Foi aprovada pelas mais altas instâncias da liderança iraniana e endossada pelo Parlamento iraniano.
>
> [...]
> Estamos firmemente convencidos de que a única maneira possível de alcançar esse objetivo comum é garantir a cooperação do Irã por meio do diálogo e de negociações eficazes e objetivas.
>
> [...]
>
> Assim, o governo brasileiro lamenta profundamente que a Declaração Conjunta não tenha recebido o reconhecimento político que merecia e que tampouco lhe tenha sido dado o tempo necessário para frutificar.
>
> O Brasil considera pouco natural lançar-se no caminho das sanções antes mesmo que as partes envolvidas possam sentar e discutir a implementação da Declaração. As reações do Grupo de Viena à carta iraniana de 24 de maio, que confirmou o compromisso do Irã com o conteúdo da Declaração, foram recebidas há apenas poucas horas. Não foi concedido ao Irã nenhum tempo para reagir às opiniões do Grupo de Viena, inclusive à proposta de realização de reunião técnica para discutir detalhes.
>
> A adoção de sanções em tais circunstâncias envia um sinal errado ao que poderia ser o começo de um engajamento construtivo em Viena. [...]

As notícias sobre desentendimentos do Ocidente com o Irã marcariam a pauta jornalística até o final de 2010. Em julho, chamou a atenção internacional uma condenação a apedrejamento de uma iraniana acusada de adultério. No mês de dezembro, em Genebra, o Irã e alguns países relevantes acordaram manter conversações na Turquia em janeiro do ano seguinte. Também naquele mês, o Presidente Ahmadinejad demitiu o Ministro do Exterior Manucher Mottaki.

9.5.7. Arábia Saudita

Em 2003, houve diversos ataques suicidas contra alvos ocidentais em Riade. As forças estadunidenses foram retiradas em setembro[110]. Um dia depois dos EUA terem fechado sua missão diplomática, em 8 de novembro, um suicida explodiu bomba em área residencial em Riade, matando 17 pessoas, na maioria muçulmanos que trabalhavam na Arábia Saudita. As suspeitas recaíram sobre a Al-Qaeda. Por nota, o Brasil manifestou seu "mais vivo repúdio" ao atentado e estendeu sua sincera solidariedade ao governo Saudita e às famílias dos mortos e dos feridos.

Em 2004, ocorreram outros ataques terroristas. Em abril, quatro policiais e um agente de segurança foram mortos em ataques perto da capital Riade. Em maio, um ataque contra uma petroquímica matou cinco estrangeiros. Em junho, três ataques levaram à morte dois estadunidenses e um engenheiro, também dos EUA, foi decapitado. Forças sauditas mataram um líder da Al-Qaeda. Em dezembro, ataque contra o consulado dos EUA levou à morte cinco funcionários e quatro terroristas. Dois carros-bomba explodiram no centro da capital saudita e forças de segurança mataram sete suspeitos.

Em 2005, diminuiu o número de ataques terroristas, tendo as forças sauditas de segurança obtido êxito contra os insurgentes. O Rei Fahd faleceu e foi sucedido pelo Príncipe Abdula[111]. O Presidente Lula enviou mensagem de condolências na qual registrou "a profunda admiração e respeito do povo brasileiro pelo legado de Sua Majestade o Rei Fahd Bin Abdul Aziz Al-Saud". Referiu-se a "seu compromisso constante com a paz e com a unidade árabe" o qual, afirmou, seria "sempre apreciado por todos aqueles que trabalham em nome da tolerância e do entendimento entre os povos".

Continuaram a diminuir os ataques terroristas. Em fevereiro de 2006, o governo saudita conseguiu evitar um ataque suicida planejado contra unidade de processamento de petróleo. Em junho, morreram seis homens ligados à Al-Qaeda em conflito com a polícia em Riade. Em 2007, houve prisões de suspeitos de terrorismo e também um ataque terrorista a grupo de turistas franceses. Em fevereiro de 2009, a Interpol emitiu alertas contra 85 homens suspeitos de planejar ataques na Arábia Saudita. Em fevereiro, a Arábia Saudita afirmou ter prendido onze militantes da Al-Qaeda.

Em maio de 2009, o Presidente Lula visitou a Arábia Saudita. Ao anunciar a visita, o Itamaraty ressaltou tratar-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. Notou que a Arábia Saudita fora, no

ano anterior, o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Sublinhou que o intercâmbio comercial entre os dois países mais que quadruplicara desde 2002. Observou que, no ano anterior, chegou a US$ 5,47 bilhões (exportações brasileiras de US$ 2,56 bilhões e importações de US$ 2,91 bilhões). Por ocasião da visita, deveriam ser assinados acordos nas áreas de cooperação cultural, educacional, entre academias diplomáticas e um Memorando para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. Em discurso por ocasião de almoço na Câmara de Comércio na Arábia Saudita, o Presidente Lula destacou que, nos seis anos anteriores, houve um crescimento de 450% no fluxo de Balança Comercial entre os dois países. Mencionou ter a firma brasileira Biomm realizado investimentos na Arábia Saudita para a implantação de fábrica de insulina humana, para atender a Arábia Saudita e todo o Oriente Médio. Referiu-se à expectativa brasileira de receber investimentos sauditas no setor do agronegócio. Em entrevista, durante encontro com a imprensa brasileira e estrangeira, o Presidente Lula afirmou que, pelo potencial econômico da Arábia Saudita e pelo potencial econômico do Brasil, haveria muito mais possibilidade de fazer crescer as relações bilaterais e, consequentemente, crescer o fluxo na balança comercial entre os dois países.

A luta saudita contra o terrorismo prosseguiria. Em 2009, um ataque suicida feriu o Príncipe Mohamed bin Nayef, chefe do serviço de segurança saudita. Em julho, 330 militantes da Al-Qaeda foram submetidos a julgamentos. Em agosto, a Arábia Saudita prendeu 44 suspeitos de ligações com a Al-Qaeda. Em novembro de 2010, foi anunciada a prisão de 149 militantes, na sua maior parte suspeita de ligação com a Al-Qaeda.

9.5.8. Emirados Árabes Unidos – EAU

O Presidente Lula visitou os EAU (EAU) em dezembro de 2003. Foi recebido pelo Xeque Zayed bin Sultan Al-Nahyan. Segundo Comunicado Conjunto, mantiveram conversações oficiais sobre as relações entre os dois países em diversos aspectos, sobre meios de promover e desenvolver essas relações, bem como sobre os eventos correntes nas esferas regional e internacional. O Ministro Celso Amorim manteve encontro com Rashid Abdulla Al-Nuaimi, Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo ambos se congratulado com o incremento das relações bilaterais entre os dois países em setores diversos, especialmente na área do petróleo. Os dois expressaram "satisfação pelos resultados obtidos nas conversações oficiais, confirmando seu empenho em promover as relações entre os dois países e fomentar a cooperação comercial bilateral em conformidade com

a OMC, em seguimento ao encontro realizado em Cancún, México, bem como seu compromisso em manter tais encontros em diferentes níveis, com base na política da não intervenção, não violência e da solução pacífica de controvérsias".

Em discurso que pronunciou na cerimônia de inauguração da "Semana do Brasil em Dubai" e Encontro de Negócios Brasil – EAU, o Presidente Lula manifestou interesse brasileiro em explorar novas oportunidades de fornecimento de equipamentos brasileiros da mais alta qualificação nos campos da infraestrutura, dos transportes urbanos e aéreos, além dos sistemas de defesa. Disse que a EMBRAPA podia compartilhar sua experiência bem-sucedida no plantio de soja em regiões semiáridas e arroz em área irrigadas. Ressaltou que a parceria público privada que o governo propunha, podia exercer uma forte atração sobre investimentos da região. Declarou que o governo brasileiro estava estudando, com todo interesse, a proposta do governo dos Emirados para negociar acordos para evitar a bitributação que tornasse ainda mais atraentes as possibilidades de comércio e investimento entre os dois países.

Em 2 de novembro de 2004, o Xeque Zayed bin Sultan Al-Nahyan faleceu. Seu filho mais velho, o Xeque Khalifa bin Zayed Al-Nahyan, sucedeu-o como o dirigente de Abu Dhabi, sendo eleito Presidente pelo Conselho Supremo. Em janeiro de 2006, o Xeque Maktoum bin Rashid Al-Maktoum, Primeiro-Ministro dos EAU e dirigente de Dubai, faleceu e o Príncipe Mohamed bin Rashid Al-Maktoum assumiu ambos os cargos.

Em outubro de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU, Xeque Abdullah bin Zayed Al-Nahyan visitou o Brasil acompanhado de uma comitiva de empresários. A visita compreenderia encontros em Brasília, com o Ministro Celso Amorim, e no Rio de Janeiro e São Paulo, com os respectivos Governadores. Segundo o Itamaraty, os EAU eram o segundo principal destino das exportações brasileiras para o mercado médio-oriental, atrás apenas da Arábia Saudita. Em 2008, o comércio bilateral atingira mais de US$ 1,9 bilhão, com superávit de US$ 730 milhões a favor do Brasil.

Em agosto de 2010, um caso consular receberia atenção nas relações bilaterais. Uma adolescente, filha de mãe brasileira, de 14 anos, foi condenada em Abu Dhabi a seis meses de prisão por ter relações sexuais consensuais com um cidadão paquistanês de 28 anos. Perguntado pela imprensa, o Ministro Celso Amorim afirmou que estava atento ao caso e informou que o Itamaraty estava em contato com autoridades dos EAU, mas que o caso requeria cuidado e discrição. O processo foi acompanhado por um funcionário da Embaixada do Brasil e o advogado da família da

brasileira. A defesa apresentou uma apelação e a adolescente permaneceu livre enquanto aguardava a sentença final do juiz responsável pelo processo. Os advogados argumentaram que a brasileira não poderia ter sido julgada, de acordo com a *sharia* (lei islâmica), porque não era muçulmana. Em outubro, a adolescente brasileira foi absolvida, mas a decisão ainda poderia sofrer alterações porque o Ministério Público dos Emirados Árabes tinha condições de recorrer.

Em dezembro, realizou-se em Foz do Iguaçu, Reunião Ministerial Mercosul – EAU. Segundo Comunicado de Imprensa, emitido por ocasião da XL Reunião do Conselho do Mercosul, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros mantiveram encontro com o Xeque Abdullah bin Zayed Al-Nahyan, Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU. Lembrou o Comunicado que os EAU detinham então a Presidência rotativa do Conselho Supremo do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Ainda de acordo com aquele documento, os Ministros ressaltaram a importância de se buscar meios adicionais para aprofundar as relações econômicas entre os blocos, ademais das negociações para o livre-comércio. Com estes objetivos em mente, comprometeram-se a explorar soluções criativas para as questões pendentes da negociação de ALC Mercosul – CCG e para avançar a discussão de mecanismos adicionais para aprofundar laços econômicos entre as duas regiões.

9.5.9. Catar

Celso Amorim visitou o Catar em fevereiro de 2005. Em entrevista publicada em jornal local, explicou que, depois da visita ao Brasil do Xeque Hamad Bin Jassim bin Jaber Al-Thani, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores do Catar, os dois países haviam concordado com a abertura de Embaixadas em ambos os países, o que o Catar fizera de imediato. Explicou que, devido a restrições orçamentárias, o Brasil não pudera "honrar seu compromisso com a rapidez que seria desejável". Informou que o Presidente Lula estava muito interessado na abertura da Embaixada no mais breve espaço de tempo, de forma a possibilitar maior desenvolvimento das relações. Com relação ao comércio bilateral, afirmou que o comércio e investimentos com o Catar eram muito importantes para o Brasil, especialmente nos campos da infraestrutura, do intercâmbio de tecnologia e da indústria petroquímica.

Dois meses depois, pelo Decreto nº 5.409, de fato, foi criada a Embaixada do Brasil no Estado do Catar, com sede em Doha. O Emir

daquele país, Xeque Hamad Bin Khalifa Al-Thani, visitou Brasília, no mês seguinte, quando chefiou a delegação catariana à I Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Em janeiro de 2010, o Emir retornou ao Brasil. Ao anunciar a vinda, o Itamaraty informou que, durante sua estada em Brasília, assinaria com o Presidente Lula acordos sobre o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas e de comitê de cooperação intergovernamental; sobre serviços aéreos bilaterais; sobre formas de evitar a dupla tributação dos lucros do transporte aéreo internacional; sobre isenção de vistos em passaportes oficiais e diplomáticos; e sobre cooperação econômica e comercial. Acrescentou que, no encontro, seriam avaliadas as oportunidades de incremento e diversificação do intercâmbio econômico-comercial e de investimentos[112]. Em maio, o Presidente Lula retribuiu a visita. O Itamaraty informou que seriam assinados acordos de cooperação em cultura, esportes e turismo e ressaltou que, entre 2003 e 2008, o intercâmbio comercial do Brasil com o Catar crescera mais de 11 vezes, passando de US$ 37 milhões para US$ 439 milhões. Em discurso que pronunciou num seminário empresarial ao iniciar a visita, o Presidente Lula afirmou que retribuía a visita do Emir do Catar com o ânimo de impulsionar os contatos entre os empresários.

9.5.10. Jordânia

Em junho de 2003, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim realizaria viagem à Jordânia. Esclareceu que participaria de Reunião Extraordinária do Fórum Econômico Mundial (Davos), naquele país, e manteria encontros com autoridades, nos quais buscaria identificar oportunidades de cooperação e diálogo. Esclareceu que, na Jordânia, deveria ser recebido pelo Rei Abdullah II, a quem faria entrega de carta do Presidente Lula, e manteria reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marwan Muasher.

Em 2004, estimava-se que metade da população da Jordânia era composta de palestinos[113]. No dia 9 de novembro, ocorreram três ataques terroristas simultâneos em hotéis em Amã. Ao menos 57 pessoas foram mortas e 115 ficaram feridas. O "Al-Qaeda no Iraque", um grupo dirigido por Abu Musab Al-Zarqawi, assumiu responsabilidade pela ação. Por nota do dia 10, o governo brasileiro condenou com veemência os atentados e lamentou a perda de vidas inocentes e reiterou seu total repúdio ao terrorismo. Ao manifestar seu profundo sentimento de pesar e

sua solidariedade ao governo e ao povo da Jordânia, o governo brasileiro apresentou suas condolências aos familiares e amigos das vítimas desses deploráveis atos de violência.

Por nota de 16 de março de 2006, o Itamaraty informou que encontrava-se em visita ao Brasil o Príncipe Hassan bin Talal, da Jordânia, com objetivo preponderantemente cultural e acadêmico. Acrescentou que o Príncipe Hassan manteria reunião com o Ministro Celso Amorim.

Em julho de 2008, o Itamaraty anunciou a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Jordânia, Salaheddin Al-Bashir. Esclareceu a nota que a vinda ao Brasil do Chanceler al Bashir era uma retribuição da visita realizada a Amã, em fevereiro, pelo Ministro Celso Amorim. Teria "como objetivo principal preparar a visita do Rei Abdullah II ao Brasil", prevista para o mês de outubro seguinte. Notou a Chancelaria que Brasil e Jordânia, "ao compartilharem a defesa do equilíbrio, do diálogo, e da moderação como meios para a superação dos conflitos médio-orientais", tinham "atuado em conjunto nos mais diversos foros internacionais em benefício da paz e da estabilização do Oriente Médio". Acrescentou que, no plano bilateral, pretendia dar impulso às negociações de acordos em áreas como cooperação econômica e comercial, educação, turismo, ciência e tecnologia, e agricultura, entre outras. Observou ainda que o comércio bilateral crescera, em 2007, mais de 140% em relação ao ano anterior e atingira o recorde de US$ 292 milhões. Sublinhou, por fim, que a assinatura, durante a Cúpula do Mercosul em Tucumán, do Acordo-Quadro de Livre-Comércio entre o Mercosul e a Jordânia, que visava a criar uma Zona de Livre-Comércio, fortalecia ainda mais os laços econômico-comerciais bilaterais.

O Rei Abdullah II Ibn Al-Hussein, do Reino Hachemita da Jordânia, acompanhado da Rainha Rania, de delegação governamental e de importante comitiva de empresários, visitaria o Brasil em outubro. Tratava-se da primeira visita de um Chefe de Estado jordaniano ao Brasil. Deveriam ser assinados 12 atos bilaterais, em áreas que incluíam cooperação educacional, cultural, econômico-comercial, turismo e agricultura, entre outros temas. Os dois Chefes de Estado tratariam de medidas destinadas ao incremento do comércio bilateral e discutiriam sobre o andamento das negociações do Acordo de Livre-Comércio Mercosul – Jordânia, bem como sobre as oportunidades de cooperação na área agrícola, científica e tecnológica, cultural, educacional e de turismo. Tratariam igualmente do processo de paz no Oriente Médio e das atividades relacionadas à Cúpula América do Sul – Países Árabes. Notou o Itamaraty que o Brasil

e a Jordânia tinham fortalecido os laços econômicos bilaterais. Informou que, em 2007, a corrente de comércio entre os dois países crescera mais de 140% em relação ao ano anterior e atingira US$ 292 milhões.

Em discurso ao visitante, o Presidente Lula notou que era a primeira visita de um Chefe de Estado da Jordânia ao Brasil. Declarou que o Rei Abdullah II era admirado pela liderança que exercia nas principais iniciativas de pacificação no Oriente Médio. Acrescentou que seu empenho era fonte de inspiração para todos aqueles que acreditavam na paz. Salientou a assinatura dos acordos assinados nos campos de cooperação educacional, do turismo, da cooperação científica e tecnológica, em agricultura, e em matérias econômicas e comerciais.

O Presidente Lula efetuou, em março de 2010, visita à Jordânia. Teria encontro privado com o Rei Abdullah II e reunião com o Primeiro-Ministro Samir Rifai. Participaria, ainda, do encontro empresarial Brasil – Jordânia, com a participação de 50 empresários brasileiros. Durante a visita, seria assinado acordo para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais. Notou o Itamaraty que o intercâmbio comercial Brasil-Jordânia saltara de US$ 28 milhões para US$ 318 milhões, de 2002 a 2008. Estavam em andamento negociações para a assinatura de acordo de livre-comércio do Mercosul com a Jordânia.

9.5.11. Omã

O Ministro Celso Amorim visitou Omã em fevereiro de 2005. Segundo o Itamaraty, a viagem teria por objetivo aprofundar contatos com aquele país, identificar oportunidades de cooperação e diálogo nos planos governamental e empresarial, bem como dar continuidade aos preparativos da Cúpula de Chefes de Estado e de governo da América do Sul e dos Países Árabes. O Ministro seria portador de carta do Presidente Lula. Em Mascate, Omã, o Ministro seria recebido pelo Representante Especial do Sultão Qaboos Bin Said, Sayyid Assaad Bin Tareq Bin Teymour Al-Said, e manteria conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yussuf Bin Alawi Bin Abdallah.

Pelo Decreto nº 6.432, de 14 de abril de 2008, foi criada a Embaixada do Brasil no Sultanato de Omã, com sede em Mascate. Em 2009, o Brasil abriu a embaixada.

Em setembro de 2010, o Ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, liderou missão comercial ao Omã. Visitaria o Porto de Sohar onde a mineradora brasileira Vale atuava

e desenvolvia um projeto de pelotização, com capacidade de produção de 9 milhões de toneladas por ano de pelotas de minério de ferro, e de um centro de distribuição com capacidade para a movimentação de 40 milhões de toneladas anuais no porto de Sohar.

9.6. Ásia e Pacífico

Embora sem a mesma intensidade dada à América do Sul ou à África, o Brasil estenderia sua atuação a vários países da Ásia e Pacífico. Além de incrementar o relacionamento com parceiros maiores, tais como China, Japão e Índia, e outras economias em desenvolvimento, iniciou também contatos com países na Ásia Central e Ocidental.

Em agosto de 2008, realizou-se no Brasil a III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), entidade que inclui, do lado asiático, países do Leste e do Sudeste asiático, assim como a Australásia. Comentando o evento em uma conferência que pronunciou mais tarde, Celso Amorim afirmou que, na ocasião, o Brasil reiterara a importância que atribuía ao relacionamento com a Ásia.

Durante o governo Lula, seriam abertas ou reabertos dez postos diplomáticos ou consulares na Ásia: as embaixadas em Colombo (Sri Lanka), Daca (Bangladesh), Pionguianque (Coreia do Norte) e Yangon (Mianmar); e os Consulados em Cantão (China), Hamamatsu (Japão) e Mumbai (Índia). A esses sete postos, somar-se-iam três embaixadas na Ásia Central e Ocidental: Astana (Cazaquistão), Baku (Azerbaijão) e Ierevan (Armênia).

9.6.1. Leste asiático

No Leste Asiático receberia maior atenção da diplomacia o governo em Pequim. A maior inovação seria a aproximação de Pionguianque, onde seria aberta embaixada.

9.6.1.1. China

A China continuaria seu acelerado crescimento econômico, sem alteração no sistema político, exceto a mudança de lideranças, pois, em março de 2003, no Congresso Nacional do Povo, a Presidência passou de

Jiang Zemin para Hu Jintao. No cargo de Primeiro-Ministro, Wen Ziabao substituiu Zhu Rongji[114].

O reconhecimento da crescente importância da China no plano bilateral seria objeto de declarações do Ministro Celso Amorim. Assim, em abril, Celso Amorim afirmou que a China passara, no ano anterior, à condição de quarto maior importador de produtos brasileiros. Notou que a cooperação espacial prosseguia com o lançamento do segundo satélite, estando prevista a construção de outros satélites, inclusive de telecomunicações. Ressaltou que, em parceria com empresa chinesa, a EMBRAER estava presente em Harbin. Notou que o primeiro avião produzido em *joint venture* ficaria pronto em novembro daquele ano. Registrou que a parceria estratégica se completava com um diálogo político de alto nível e um cronograma intenso de visitas de parte a parte. Revelou que, em telefonema ao Chanceler Li Zhao Xing, pudera reafirmar o propósito brasileiro de trazer o relacionamento bilateral a patamares ainda mais elevados, conforme afirmara o Presidente Lula em jantar na embaixada da China poucas semanas antes.

Em entrevista no mês de outubro, destacou o crescimento econômico constante da China e notou que, naquele ano, passaria a ser o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Lembrou que o Brasil mantinha com aquele país cooperação em áreas de tecnologia muito avançada e anunciou a intenção do Presidente Lula ir à China. Noutra entrevista, no mesmo mês, declarou que a China era um grande parceiro. Notou que o comércio já devia estar chegando a US$ 5 ou 6 bilhões naquele ano. Ressaltou o potencial enorme da China e afirmou que certamente estaria entre as prioridades brasileiras. Informou que devia ir à China tão logo fosse possível para preparar uma visita do Presidente Lula. Destacou a importância da China como uma das grandes potências que, sem dúvida, ia contribuir para a multipolaridade, o que era "muito saudável para o mundo".

Gestos políticos brasileiros refletiam esse reconhecimento do aumento da importância econômica bilateral. Em nota de março de 2004, o Brasil reiterou seu apoio à "política de uma-só-China". Manifestou seu apoio à "política de reunificação pacífica do território conduzida pelo governo chinês", e somou-se "às manifestações da comunidade internacional contrárias a movimentos unilaterais" que viessem alterar o *status quo* e comprometer a paz e a estabilidade na região. Nesse sentido, manifestou sua preocupação ante o "referendo" convocado pela liderança do território de Taiwan sobre compras de armas avançadas, com linguagem que insinuava "uma suposta autonomia em relação à China".

Três dias depois, o Itamaraty anunciou que o Ministro Celso Amorim visitaria a China naquele mês para preparar a visita do Presidente Lula em maio.

Em entrevista à imprensa no dia 29 de abril, o Ministro ressaltou o crescimento do comércio bilateral, notando que passara de US$ 1 bilhão para US$ 8 bilhões em dez anos. Destacou a possibilidade de turismo chinês no Brasil, bem como de investimentos provenientes daquele país, sobretudo em ferrovias e em aço. No dia seguinte, o Itamaraty informou que, durante a visita a Pequim, em coordenação com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, Celso Amorim solicitara às autoridades chinesas o reconhecimento da certificação da soja brasileira para as exportações do produto a partir do mês seguinte. Anunciou que, atendendo às gestões brasileiras, o Ministério da Agricultura da China expedira a nova autorização. Ressaltou a nota que a soja em grãos era o primeiro produto da pauta de exportações brasileiras para a China. Respondera, no ano anterior, por US$ 1,3 bilhão, ou cerca de 30% de todos os produtos brasileiros exportados para aquele país. Ressaltou que o Brasil era então o segundo maior exportador de soja em grãos para a China, com 36% do mercado.

O Presidente Lula anunciou, no dia seguinte, sua intenção de visitar oficialmente a China. Notou que o comércio bilateral praticamente triplicara nos três anos anteriores; registrou que seria inaugurada, ainda naquele ano, a primeira fábrica da EMBRAER fora do Brasil; expressou alegria em saber que estavam em fase adiantada estudos para a China desenvolver programas de combustível alternativo, baseados no Pró-Álcool brasileiro; atribuiu prioridade ao programa de satélites de sensoriamento remoto e ao lançamento do segundo satélite da série, previsto para o segundo semestre; e no campo da saúde, afirmou que a combinação da experiência brasileira no combate à AIDS com a capacitação chinesa em medicamentos genéricos tornava mais eficaz o combate a aquele mal em ambos os países.

Em 20 de maio, o Presidente Lula fez pronunciamento à imprensa a respeito de visita que faria a partir do dia seguinte à China, deixando claro o objetivo comercial da viagem:

> A China, com seu 1 bilhão e 300 milhões de habitantes é, nesse momento, o país que mais cresce no mundo e um dos países que mais compram. [...] Desde o ano passado, o nosso governo tomou a decisão estratégica de se aproximar cada vez mais da China e, já em 2003, vendemos 4 bilhões e meio de dólares para eles. [...]

> A China compra muito, [...] Isso sem falar do etanol, [...] que a China pode precisar, e muito, pois tem 171 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, e com milhões de carros. [...] Essa oportunidade o Brasil não pode e não vai perder [...][115]

Na visita, o Presidente Lula fez-se acompanhar de sete Ministros, seis Governadores, um Senador e dez Deputados, bem como de uma missão empresarial composta por mais de 420 integrantes. Do Comunicado Conjunto entre os dois países, constou que as duas partes haviam concordado em estabelecer a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a fim de orientar e coordenar o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países.

Em conferência na Universidade de Pequim, o Presidente Lula registrou que, em 2003, o comércio bilateral alcançara US$ 8 bilhões, um aumento de cerca de 200% em relação ao ano 2000, e oito vezes mais do que em 1993. Notou que, já nos primeiros dois meses de 2004, o intercâmbio comercial aumentara 73% em relação ao mesmo período do ano anterior. Afirmou que, na questão dos transportes, por exemplo, a associação entre os dois países para a recuperação e expansão do sistema ferroviário brasileiro permitiria que as exportações agrícolas brasileiras chegassem à China em maior volume, com menores custos. Acrescentou que outros setores nos quais a parceria prometia-se promissora eram *software* e energia, em particular a exploração conjunta de poços de petróleo e minas de urânio. Referiu-se também à cooperação científico-tecnológica, em particular na área espacial, sublinhando que, depois do bem-sucedido lançamento dos satélites de sensoriamento remoto CBERS-1 e 2, estavam os dois países trabalhando na construção dos CBERS-3 e 4. Sublinhou também o avanço do projeto conjunto de fabricação de aviões de uso comercial de porte médio, cujo protótipo experimental fora testado com êxito.

Em discurso, no dia 24, o Presidente Lula ressaltou que no âmbito do comércio bilateral, a China tornara-se, em 2003, o terceiro maior mercado de destino para as exportações brasileiras e o quinto maior supridor de produtos importados pelo Brasil. Observou que, além da soja e do minério de ferro, o Brasil estava também vendendo produtos de maior valor agregado, como laminados de aço, automóveis, autopeças, óleo de soja, celulose, máquinas e instrumentos mecânicos, suco de laranja e outros. Acrescentou que, no caso dos produtos agroindustriais, como a carne, por exemplo, o avanço nos entendimentos sanitários e fitossanitários permitiria a abertura de novas oportunidades. Destacou, do lado dos investimentos brasileiros realizados na China, a decisão da

EMBRAER de associar-se com a empresa aeroespacial chinesa AVIC II para produzir e comercializar aviões de passageiros de alcance regional. Sublinhou também a criação da empresa Baovale, formada pela Companhia Vale do Rio Doce e pela Baosteel, com vistas à ampliação da produção brasileira de aço, num investimento superior a US$ 1 bilhão. Informou que a PETROBRAS estava desenvolvendo ações de parceria com diversas companhias estatais chinesas, em particular a Sinopec, para exportação de petróleo, a exploração do produto em terceiros mercados e o intercâmbio de conhecimento na tecnologia de processamento do xisto. Referiu-se, por fim, ao fato de estarem os dois países caminhando para o terceiro satélite e para o aprofundamento da cooperação na comercialização e cessão das suas imagens a terceiros países, bem como na produção de diversos aplicativos no setor aeroespacial.

O enorme crescimento do comércio bilateral não se faria sem algumas dificuldades. Em entrevista concedida em 20 de junho de 2004, perguntado se o conflito da soja podia prejudicar o relacionamento do Brasil com a China, Celso Amorim respondeu que vinha tratando do tema para resolver a questão, mas não descartou a possibilidade de recurso à OMC. Por nota à imprensa emitida naquele mesmo dia, o Itamaraty divulgou teor de comunicação enviada pelo Presidente Hu Jintao ao Presidente Lula na qual expressou crença de que, "através de consultas amigáveis entre as entidades competentes dos dois países," a questão do comércio de soja pudesse ser solucionada. Em julho, perguntado pela imprensa se o Itamaraty ficara decepcionado pelo veto chinês à soja brasileira, Celso Amorim afirmou que, quando dois países como o Brasil e a China decidiam formar uma parceria estratégica, isso não queria dizer que seria um caso de amor permanente. Acrescentou que, se não tivessem os dois países uma relação especial, "o episódio da soja teria sido bem mais complicado". Ressaltou que, quando soube que o Presidente Lula queria falar sobre o caso da soja, o Presidente Hu Jintao se apressara em mandar a mensagem dizendo que queria uma solução. Ressaltou que, em dois dias, chegara-se a um acordo.

Em novembro, o Presidente Hu Jintao visitou o Brasil. Em declarações à imprensa, o Presidente Lula informou que, durante a visita, haviam sido assinados diversos acordos bilaterais em áreas que iam do comércio e a indústria, ao combate do crime organizado, passando por ciência e tecnologia, energia e turismo. Destacou os protocolos que permitiriam continuar com o programa de lançamento conjunto de satélites e que permitiriam o lançamento de um novo satélite – o CBERS 2-B – e a venda e cessão de imagens geradas pelo programa.

Ressaltou também, o Mecanismo de Destino Aprovado, que previa fosse intensificar o fluxo de turistas chineses ao Brasil. Em discurso que pronunciou durante jantar que ofereceu ao visitante, o Presidente Lula referiu-se às perspectivas que se abriam de investimentos chineses da ordem de US$ 7 bilhões nos setores estratégicos de infraestrutura ferroviária, portuária, energética, siderúrgica e de telecomunicações.

Durante audiência em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o Ministro Celso Amorim notou que a China rivalizava com a Argentina como o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Tratou do tema que qualificou de polêmico relativo ao reconhecimento pelo Brasil do *status* de economia de mercado da China. Ressaltou que fora um reconhecimento de natureza política, tendo feito parte de um memorando de entendimento, que era um documento político, não jurídico. Esclareceu que o Brasil queria cumpri-lo, mas na medida em que os outros elementos do memorando também fossem cumpridos. Ressaltou que tais elementos envolviam acordos na área sanitária que permitissem que a carne brasileira e as aves tivessem acesso mais fácil ao mercado chinês, que permitissem que setores de grande interesse, como era o caso da aviação, mas também de automação, também pudessem ser objeto de cooperação intensa. Ressaltou também que todos os empreendimentos, inclusive os investimentos no Brasil, deviam ser na base de *joint ventures*. Sublinhou que assim era na China, e era importante que assim fosse no Brasil: que o investimento chinês não fosse de controle total da produção, mas que tivesse a participação de empresas brasileiras. Chamou a atenção para a questão do *antidumping*, observando que pelo protocolo de exceção não era preciso procurar os custos na China, podia-se buscar um custo comparativo de outro país. Apontou para o fato de que a China já tinha sido reconhecida como economia de mercado por cerca de 20 ou 23 países, e que alguns outros estavam à beira de fazê-lo, como a Austrália.

Durante o ano de 2005, concentrar-se-iam as declarações de Celso Amorim no comércio bilateral. Em artigo que publicou no mês de março, observou que este poderia mais do que duplicar nos cinco anos seguintes. Declarou que a parceria estratégica consolidava-se. Afirmou que o relacionamento bilateral quantitativamente, apesar dos problemas setoriais, havia aumentado muito, mas que, qualitativamente, a relação estava ficando desequilibrada. Notou que o Brasil ainda enfrentava muita dificuldade nas áreas sanitária e fitossanitária na China. Ressaltou que o Brasil havia feito parcerias na área de aviação, mas o ritmo de encomendas era lento. Concluiu que tudo teria de ser visto em conjunto para a relação se manter estratégica.

Em 2006, a China havia se tornado a quarta economia mundial. O Itamaraty informou que o Vice-Presidente José Alencar visitaria aquele país em março para instalar oficialmente a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Coordenação e Cooperação – COSBAN. Esclareceu que aquela comissão deveria promover, a cada 2 anos, contatos regulares entre altos representantes dos dois países, com o objetivo de avançar o relacionamento bilateral. Durante a visita do Vice-Presidente foram assinados os seguintes instrumentos: Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os Anos de 2006 a 2008; Memorando de Entendimento de Cooperação em Informações e Telecomunicações entre o Ministério da Indústria Informática da República Popular da China e a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil; Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério de Finanças da China para o Lançamento do Diálogo Financeiro Brasil-China; Memorando Instaurador de Mecanismo Consultivo e de Cooperação entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil; Carta de Intenções entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil sobre a Cooperação em Inspeção e Quarentena para Importação e Exportação de Carne Suína; e Protocolo entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil sobre Quarentena e Requisitos Sanitários para Exportação de Couros e Peles Wet Blue, Curtidos ou Encalados do Brasil para a China.

Em 2007, as notícias provenientes da China refletiam o novo papel que começava a desempenhar no cenário internacional. Naquele ano, com crescimento de 13% no ano e PIB de US$ 3,4 trilhões, a China ultrapassou a Alemanha. Também naquele ano, a China passou para o 3º lugar entre os países destinatários das exportações brasileiras, com 6,7% do total[116].

Em 2008, alguns problemas internos chineses eram acompanhados com interesse pelos diversos países, como o Brasil, que cada vez mais estreitavam laços econômicos com aquela economia em ascensão. Assim, em março, separatistas tibetanos alvejaram prédios do governo e de chineses "*han*". Por nota à imprensa, o governo brasileiro deplorou "os acontecimentos na Região Autônoma do Tibete, que acarretaram a perda de vidas humanas". Recordou "seu tradicional apoio à integridade territorial da República Popular da China", e manifestou "a firme expectativa" de que se exercesse "autocontenção, de modo a possibilitar uma solução

duradoura que favoreça a paz e o entendimento na Região Autônoma do Tibete, com pleno respeito às diferenças culturais e religiosas". Em entrevista televisiva, perguntado sobre a questão do Tibete, o Ministro Celso Amorim notou que a defesa brasileira da integridade territorial da China era uma posição tradicional do país, e não uma posição só do governo Lula. Sublinhou que, naquele momento, o Brasil queria que a situação fosse resolvida sem violência. Em maio, o governo brasileiro anunciou que, em auxílio às vítimas do terremoto em Sichuan, o governo brasileiro doaria 3.500 latas de macarrão instantâneo, 300 pacotes de biscoito desidratado, 300 sacos de arroz, 200 tendas ou similares, 2.500 cobertores militares e 7.488 cobertores comuns. Naquele ano, em razão da crise internacional, a taxa de crescimento econômico chinês caiu para 9%.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi, visitou o Brasil em janeiro de 2009. Do Comunicado Conjunto, constaria que os dois Chanceleres "haviam avaliado positivamente o significativo desenvolvimento da relação bilateral e haviam acordado iniciar a discussão de um Programa de Trabalho de Longo Prazo Brasil – China, com vistas a fortalecer a cooperação em todos os setores do relacionamento, em benefício mútuo". Constou também que os dois Chanceleres haviam expressado entendimento de que os dois países compartilhavam "amplo consenso em torno de temas importantes das agendas regionais e internacional". Registrou ainda a intenção de ambos os países aprofundarem o diálogo estratégico e manterem "estreita coordenação e colaboração a respeito da crise financeira internacional, a reforma do sistema financeiro internacional, a reforma da ONU, a revitalização da Rodada Doha e a cooperação entre países em desenvolvimento, entre outros".

Em artigo intitulado "A cooperação Brasil–China na área espacial", que publicaram em fevereiro, o Ministro Celso Amorim e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, notaram que o comércio bilateral crescera a "um ritmo impressionante", tendo a corrente de comércio entre os dois países passado de US$ 6,6 bilhões, em 2003, para US$ 36,5 bilhões, em 2008, com um crescimento de mais de 550%. Ressaltaram ter a China se tornado a segunda maior parceira individual do Brasil na área de comércio, depois dos EUA. Informaram que, com o CBERS-2 desenvolvido com a China, o Brasil tornara-se o maior distribuidor de imagens de satélite do mundo, fornecendo gratuitamente, pela rede eletrônica internacional, desde junho de 2004, mais de meio milhão de imagens para cerca de 20 mil usuários. Notaram que os países da América do Sul ao alcance das antenas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Cuiabá, eram os mais beneficiados por essa política. Acrescentaram que, em 2007, o Brasil e a China haviam decidido

fornecer as imagens do CBERS também aos países da África. Dessa forma, os governos e as organizações do continente africano podiam monitorar desastres naturais, desmatamentos, ameaças à produção agrícola e riscos à saúde pública. Declararam que era essencial a manutenção de um programa espacial ágil e eficaz, voltado para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Por nota, o Itamaraty informou que o Presidente Lula realizaria, em maio, visita de Estado à China. Ressaltou que a visita contaria com ampla programação empresarial. Anunciou que o Presidente Lula inauguraria o Centro de Estudos Brasileiros na Academia de Ciências Sociais da China e visitaria as instalações da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, onde eram desenvolvidos os projetos do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). Acrescentou que a visita seria ainda oportunidade para o anúncio de Plano de Ação para o período 2010 a 2014, a ser aprovado no segundo semestre daquele ano, durante a II COSBAN.

Às vésperas de sua partida para a China, o Presidente Lula concedeu entrevista exclusiva à agência de notícias Xinhua. Informou que seria sua terceira visita, num reflexo da importância da parceria entre os dois países. Afirmou que a parceria se centrava em três principais pilares: comercial, tecnológico e coordenação na reforma das instituições financeiras. Declarou que, no âmbito comercial, a China já era o primeiro parceiro do Brasil, sendo preciso diversificar mais as trocas, sobretudo de forma a agregar maior valor às exportações brasileiras. Acrescentou que, no âmbito tecnológico, ia ser aprofundada a parceria em alta tecnologia, reforçando o Programa CBERS de lançamento de satélites de sensoriamento, e iniciados outros projetos conjuntos de biocombustíveis e biotecnologia. Por fim, mencionou a necessidade de "contribuir de forma decisiva para a construção de um sistema de governança global mais equitativo e sustentável".

Em Pequim, ao discursar durante cerimônia de encerramento do Seminário "Brasil – China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica", o Presidente Lula afirmou que aquele era um momento especial das relações entre a China e o Brasil, pois comemoravam-se os 35 anos do estabelecimento de relações diplomáticas; havia sido reforçada a parceria estratégica; havia se intensificado o comércio bilateral; e estava "cada dia mais claro o potencial de expansão dos investimentos entre os dois países". Da Declaração Conjunta, constou que haviam sido assinados instrumentos de cooperação nas áreas política, jurídica, do comércio de produtos agropecuários, científica e tecnológica, espacial, financeira, de energia e de cooperação portuária, que aproximariam ainda mais os povos brasileiro e chinês.

Em entrevista coletiva concedida, o Presidente Lula afirmou que os chineses estavam "ávidos para participar da questão do pré-sal". Anunciou a decisão de abrir agências do BNDES e do Banco do Brasil na China. Revelou proposta que fizera a Hu Jintao de realizar uma reunião entre o Presidente do Banco Central brasileiro, o Ministro da Fazenda do Brasil, o presidente do Banco Central da China e o Ministro da Fazenda chinês para estabelecer uma relação de trocas comerciais em moedas chinesa e brasileira.

Ainda em maio, pelo Decreto n° 6.839, foi criado o Consulado Geral do Brasil em Cantão. Naquele mês, em entrevista à imprensa, o Presidente Lula considerou sua viagem à China a melhor das que fizera. Mencionou ter chegado a boa conclusão a questão do frango" e haver "perspectivas boas de fechar acordo na questão da carne". Salientou a importância dos acordos do BNDES com o equivalente chinês. Salientou ter o Banco de Desenvolvimento da China emprestado "os US$ 10 bilhões que a PETROBRAS precisava para explorar o pré-sal". Expressou confiança em que a China compraria aviões da EMBRAER, o que não teria até "por conta da crise".

Em 2010, com um PIB de quase US$ 6 trilhões, a China ultrapassou o Japão e tornou-se a segunda economia do mundo. Em abril, o Presidente Hu Jintao realizaria visita de Estado ao Brasil, e participaria da II Cúpula do BRIC. Segundo nota do Itamaraty, com o Presidente Lula discutiria o aprofundamento da Parceria Estratégica, com foco na ampla agenda bilateral e na crescente importância dos dois países no debate sobre governança global. Firmaria o Plano de Ação Conjunta Brasil – China, que estabeleceria metas para o conjunto as relações bilaterais no período 2010-2014. Ressaltou a Chancelaria brasileira que a China fora, em 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio de US$ 36,1 bilhões, dos quais US$ 20,2 bilhões corresponderam a exportações brasileiras. Nos dois primeiros meses de 2010, o fluxo do comércio bilateral somara US$ 5,54 bilhões, o que representava aumento de 36,5% em relação ao mesmo período de 2009.

9.6.1.2. Japão

O Ministro Celso Amorim realizou visita oficial ao Japão em março de 2004. Segundo nota do Itamaraty, a "visita veio reafirmar a alta prioridade da tradicional parceria bilateral Brasil-Japão, mediante a diversificação e a intensificação da cooperação entre Estados para fortalecer o sistema

internacional". Foi recebido pelo Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, a quem fez entrega de carta do Presidente Lula convidando-o a visitar o Brasil. No Ministério japonês dos Negócios Estrangeiros, manteve reunião de trabalho com a Ministra Yoriko Kawaguchi durante a qual o Chanceler brasileiro discorreu sobre a situação da comunidade brasileira no Japão.

Naquele ano, Koizumi ganhou mais um mandato como Primeiro-Ministro quando seu partido venceu as eleições. Sua popularidade aumentava na medida em que a economia se recuperava. Ao recebê-lo em setembro no Brasil, o Presidente Lula expressou confiança em que a revitalização do Comitê Econômico CNI – *Nippon Keidaren* permitiria aos empresários dos dois países identificar novas oportunidades de investimentos e explorar as complementaridades comerciais. Afirmou que, no campo ambiental, eram promissoras as possibilidades de cooperação. Declarou que a experiência brasileira com biocombustíveis oferecia alternativa para tornar a matriz energética japonesa mais limpa e sustentável. Expressou reconhecimento pelos esforços de Kozuimi para facilitar a integração dos imigrantes brasileiros.

Em maio de 2005, o Presidente Lula realizou visita oficial ao Japão. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty informou que, no encontro com o Primeiro-Ministro Koizumi, seriam examinados os principais temas da agenda bilateral, bem como questões internacionais de interesse comum, como a reforma do CSNU. O Presidente Lula estaria acompanhado de numeroso grupo de empresários brasileiros e manteria encontro com os principais empresários do Japão. Ressaltou a Chancelaria brasileira que o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão alcançara, em 2004, US$ 5,64 bilhões, o que representava um crescimento de 16,7% em relação ao ano anterior. Em discurso no Parlamento japonês, o Presidente Lula agradeceu o apoio que vinha prestando para que a comunidade brasileira pudesse beneficiar-se da mesma oportunidade de integrar-se à sociedade japonesa que os imigrantes japoneses haviam tido no Brasil. Afirmou que as medidas de apoio aos brasileiros, sobretudo no campo da Educação, Saúde e Previdência Social, permitir-lhes-iam construir um futuro melhor, fosse no Japão ou no Brasil.

Foram concluídos vários documentos por ocasião da visita do Presidente Lula a Tóquio: Declaração Conjunta Relativa à Cooperação sobre Assuntos Internacionais; Programa Conjunto Relativo às Comunidades Brasileiras no Japão; Memorando sobre a Cooperação Bilateral nos Campos Social e Educacional; Memorando sobre Intercâmbio Cultural e Educacional; Memorando sobre Cooperação na Área de Ciência e Tecnologia; Declaração Conjunta de Imprensa sobre Cooperação Técnica; Comunicado Conjunto se Imprensa sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de

Kyoto; e Comunicado Conjunto de Imprensa sobre o Estabelecimento do Conselho Brasil-Japão para o Século 21.

Em julho de 2007, um terremoto atingiu o Japão. O Ministro Celso Amorim enviou mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Taro Aso, na qual expressou consternação por ter o sismo provocado "irreparáveis perdas humanas, além de danos materiais". Externou a solidariedade do governo e povo brasileiros para com os familiares das vítimas, e fez votos de que a situação voltasse prontamente à normalidade.

Em discurso na cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil–Japão, realizada em Brasília, no mês de janeiro de 2008, o Ministro Embaixador Celso Amorim declarou que viviam no Brasil um milhão e meio de pessoas de origem japonesa, a maior comunidade nipônica existente fora do Japão. Notou que existiam no Japão mais de 300 mil brasileiros, a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior.

O Príncipe-Herdeiro Naruhito representou o Japão nas cerimônias de comemoração do centenário da imigração japonesa ao Brasil, em Brasília, no dia 18 de junho. O Presidente Lula o recebeu no Palácio do Planalto, onde ocorreu o lançamento de selo e de moeda alusivos ao centenário. Em nota, o Itamaraty ressaltou que o Japão constituía o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. Em artigo para jornal nipônico, o Presidente Lula tratou do Centenário da Imigração Japonesa. Viu na comemoração estímulo para lançar as bases para um "novo ciclo virtuoso nas relações bilaterais" que deveriam combinar "temas tradicionais da agenda – mineração, siderurgia e agricultura -- com frentes inovadoras de atuação conjunta, como projetos no âmbito do desenvolvimento limpo, incorporação do etanol na matriz energética japonesa e desenvolvimento de novo sistema de TV digital".

Pelo Decreto nº 6.599, de 9 de outubro, foi criado o Consulado Geral do Brasil em Hamamatsu, no Japão, aberto no ano seguinte. Por nota à imprensa, em abril de 2009, o Itamaraty informou ter se realizado em Brasília, no mês anterior, a III Reunião de Coordenação Consular Brasil –Japão, com a participação do Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, do Embaixador do Japão em Brasília e de altos funcionários governamentais de ambos os países. Informou a nota que, na ocasião, examinara-se em profundidade o conjunto de medidas anunciadas pelo governo do Japão para apoiar trabalhadores estrangeiros, sobretudo brasileiros ("decasséguis"), em face da conjuntura econômica e seus reflexos adversos para o mercado de trabalho.

9.6.1.3. Coreia do Sul

Roh Moo-hyun tomou posse como Presidente da República da Coreia (Coreia do Sul) em fevereiro de 2003. Em novembro daquele ano, durante a IV Reunião da Comissão Mista realizada em Brasília, ambas as delegações notaram que a Coreia do Sul era um dos maiores investidores asiáticos no Brasil e concordaram quanto à importância de continuar a promover um ambiente favorável aos investimentos nos dois países.

Roh Moo enfrentaria problemas políticos que impediriam sua visita ao Brasil. Em março de 2004, a Assembleia Nacional aprovou seu *impeachment* sob acusações diversas. Roh foi suspenso de suas funções até decisão final do Tribunal Constitucional e o Primeiro-Ministro Goh Kun assumiu a Presidência interinamente. Enquanto se aguardava a decisão judicial, a popularidade de Roh aumentou nas eleições para a Assembleia Nacional realizadas em abril e seu partido obteve a maioria dos assentos. Em maio, o Tribunal Constitucional revogou o *impeachment* e Roh Moon-hyun reassumiu a Presidência.

Resolvida a questão política, em novembro, Roh Moo-hyun realizou visita de Estado ao Brasil. Conforme o Comunicado Conjunto, ele e o Presidente Lula concordaram em transformar a "Parceria Especial para o Século XXI", planejada durante a visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Coreia, em 2001, na "Relação Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI". Em discurso ao visitante, o Presidente Lula notou que empresas brasileiras e coreanas estavam desenvolvendo associações em matéria de mineração e energia. Observou que o comércio bilateral daquele ano deveria alcançar cerca de US$ 3 bilhões, fazendo da Coreia o terceiro maior parceiro do Brasil na Ásia. Mencionou finalmente que os investimentos coreanos no Brasil espalhavam-se por setores dinâmicos da economia brasileira como o automotivo, eletrônico, construção, telecomunicações e transporte.

O Presidente Lula retribuiu a visita em maio de 2005. Em discurso por ocasião do encerramento de seminário sobre oportunidades de comércio e investimentos, notou que 60% das exportações brasileiras para a Coreia do Sul eram de produtos semimanufaturados, minérios e soja. Observou que o Brasil tinha uma ampla gama de produtos com maior valor agregado, de aviões ao *software*, já exportados com sucesso para outros mercados, mas ainda ausentes na Coreia do Sul. Acrescentou que isso era também o caso das carnes de frango e bovina, dos couros e peles, de produtos alimentares, dos cereais, das frutas frescas, das joias e bijuterias, das pedras preciosas e semipreciosas, e dos móveis e insumos

de aço. Vislumbrou oportunidades de cooperação no setor automotivo, de combustíveis renováveis e de mineração.

Do Comunicado Conjunto que assinou com o Presidente Roh Moo-hyun, no dia seguinte, constou que os dois países haviam acordado cooperar nas seguintes áreas prioritárias: biotecnologia, uso pacífico da energia nuclear, tecnologia aeroespacial, biomassa, nanotecnologia e células combustíveis. Constou também que ambos Presidentes haviam tomado nota, com satisfação, da conclusão dos termos de referência para a elaboração de Estudo Conjunto sobre a Viabilidade de um Acordo Comercial entre o Mercosul e a Coreia do Sul. Constou ainda que o Presidente Lula da Silva e o Presidente Roh haviam trocado impressões a respeito da importância de uma estreita cooperação na área da aviação, no quadro do existente Acordo de Serviços Aéreos bilateral, com o objetivo de aumentar o fluxo de turistas e empresários entre os dois países. Constou, por fim, que durante a visita haviam sido emitidos os seguintes Memorandos de Entendimento (ME) e documentos: ME para o Estabelecimento do Comitê de Cooperação Agrícola; ME entre o BNDES e o EXIM Bank da Coreia do Sul; ME entre a APEX e a "*Korea Trade-Investment Promotion Agency* (KOTRA); Acordo de Cooperação entre o Banco do Brasil e o "*Korea Exchange Bank*"; Acordo de Cooperação entre a ELETROBRAS e a "*Korea Eletric Power Corporation*"; ME entre a Companhia Vale do Rio Doce e a POSCO; e ME entre a Companhia Vale do Rio Doce, Danielli & Office Meccaniche S.P.A., Dongkuk Steel Mill, Usina Siderúrgica do Ceará, Banco do Nordeste do Brasil e Estado do Ceará.

Após a realização, em Brasília, no mês de outubro, da Quinta Reunião do Mecanismo de Consulta Política Brasil–Coreia do Sul, o Itamaraty informou que, no plano bilateral, haviam sido examinadas questões ligadas à infraestrutura, recursos naturais, ciência e tecnologia, e comércio bilateral. Acrescentou que, em tal contexto, fora acordada a realização da primeira reunião do Comitê de Cooperação Agrícola e haviam se concluído entendimentos com vistas à assinatura de Melhorando de Entendimento que criasse um centro de tecnologia digital no Brasil. Informou ainda que as duas delegações haviam manifestado satisfação com a evolução recente do comércio bilateral, que quase alcançara US$ 4 bilhões em 2004, e ressaltaram a expectativa de que continuasse a expandir-se e a diversificar-se. Reafirmou-se interesse em concluir, até maio de 2006, o Estudo Conjunto sobre o Impacto de um Acordo Comercial Mercosul – Coreia do Sul. Decidiu-se que a primeira reunião do Fórum Brasil – Coreia do Sul seria realizada no Brasil, ainda em 2005.

Em dezembro, realizou-se a I Reunião do Fórum Brasil – Coreia, em Brasília. Os dois lados identificaram áreas potenciais para expandir e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e de investimento, bem como para cooperação em ciência e tecnologia e para novas iniciativas no campo da cooperação cultural.

O partido conservador da oposição, liderado por Lee Myung-bak, venceu as eleições em dezembro de 2007. O novo mandatário visitou o Brasil em novembro de 2008. Ao anunciar a visita, o Itamaraty notou que, nos anos anteriores, a Coreia do Sul vinha aumentando seus investimentos no Brasil, sobretudo nos setores automobilístico, eletrônico, mineral, siderúrgico, agrícola e financeiro. Observou também o interesse que tinha demonstrado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no projeto do trem-bala, que interligaria as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sublinhou igualmente que, no tocante à área de ciência e tecnologia, progrediam os entendimentos nos setores de biogenética e energia nuclear. Por fim, ressaltou que a Coreia do Sul era o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, tendo a corrente de comércio bilateral atingido, em 2007, US$ 5,4 bilhões e, no período de janeiro a setembro de 2008, já superado US$ 6,4 bilhões.

Em discurso ao visitante, o Presidente Lula ressaltou que o comércio bilateral crescera 183% entre 2002 e 2007, estando em 2008 próximo a US$ 8 bilhões. Notou oportunidades para a Coreia "em projetos como o do Trem de Alta Velocidade, o Plano Nacional de Dragagem e a construção naval". Acrescentou que se abriam novas oportunidades para a associação entre empresas brasileiras e coreanas em energia e mineração. Observou que a cooperação avançava em setores de ponta, como os da biotecnologia e da tecnologia agrícola. Demonstrou interesse em "combinar vantagens comparativas e agregar valor em áreas chave como energias renováveis, uso pacífico da energia nuclear, tecnologia aeroespacial, nanotecnologia e informática".

9.6.1.4. Coreia do Norte

Em 6 de janeiro de 2003, a AIEA aprovou uma resolução pela qual exigiu que a Coreia do Norte abandonasse seu programa de armas nucleares "em semanas", sob pena de enfrentar possível ação por parte do CSNU. A reação da Coreia do Norte não tardaria, pois, no dia 10, anunciou que se retiraria do TNP[117]. Ao justificar a decisão, alegou a falta de cumprimento por parte dos EUA de compromissos, assumidos

na década anterior, relativos ao relacionamento entre as duas Coreias, que compreendiam assistência para suprir necessidades energéticas do país por meio de reatores nucleares. Tinha, assim, início uma crise com a Coreia do Norte em razão de seu programa nuclear. Em 12 de janeiro de 2003, o governo brasileiro expressou séria preocupação com o anúncio da Coreia do Norte de que se retiraria do TNP[118].

Dando seguimento à ação ofensiva, no dia 5 de fevereiro, a Coreia do Norte declarou que havia reativado seu programa nuclear, o que causou grande preocupação, sobretudo para a Coreia do Sul[119]. No dia 12, a AIEA declarou que a Coreia do Norte havia descumprido salvaguardas nucleares e encaminhou a questão para o CSNU. A Coreia do Norte continuou suas manifestações de cunho belicoso e, no dia 24, disparou míssil no mar que divide a Coreia do Sul e o Japão. No dia 10 de março lançou um segundo míssil no mesmo local. No dia 9 de abril, o CSNU expressou preocupação com o programa nuclear norte-coreano.

Ainda em abril, pela primeira vez desde o início da crise, reuniram-se em Pequim, delegações da Coreia do Norte, EUA e China para tratar da questão nuclear norte-coreana[120]. Em agosto, a Coreia do Norte concordou em manter conversações com tais países, e também com a Rússia, Japão e Coreia do Sul. Estabelecia-se, a partir de então, em resposta à crise, uma comissão hexapartite em esforço para resolver a questão nuclear da Coreia do Norte.

As ações norte-coreanas apresentavam avanços e recuos. Em outubro, o governo de Pionguianque anunciou que reprocessara oito mil barras de combustível nuclear, material suficiente para a produção de seis bombas nucleares. No entanto, no dia 9, apresentou oferta de congelar seu programa nuclear em troca de várias concessões por parte dos EUA. O governo de George W. Bush rejeitou a oferta, afirmando que a Coreia do Norte devia desmantelar totalmente seu programa nuclear. Tendo esse pano de fundo, a segunda e a terceira rodadas de negociações hexapartites, realizadas em Pequim, respectivamente em fevereiro e junho de 2004, não avançaram, exceto pela apresentação de oferta por parte dos EUA de conceder combustível, caso a Coreia do Norte congelasse seu programa nuclear.

Nos constantes altibaixos em sua atuação, em 19 de setembro, a Coreia do Norte concordou em suspender a fabricação de armas nucleares em troca de ajuda e cooperação. Mas, em 28 de setembro, declarou que havia transformado em armas nucleares o plutônio das oito mil barras de combustível. Na AGNU, o Vice Ministro Choe Su-hon declarou que as armas eram necessárias para autodefesa contra a ameaça nuclear dos EUA.

Em fevereiro de 2005, o governo de Pionguianque anunciou a suspensão de sua participação nas negociações hexapartites por período indefinido, culpando o governo Bush de ter a intenção de "antagonizar, isolar e reprimir a qualquer custo". Reiterou, nesse contexto, seu argumento de necessidade de armas nucleares para sua autodefesa, confirmando possuir armas nucleares[121]. Por nota do dia 11, o governo brasileiro lamentou a decisão anunciada pela Coreia do Norte e recordou ter apoiado, desde o começo, o processo de negociação hexapartite que considerava mecanismo hábil para chegar a entendimentos que levassem em conta, de maneira equilibrada, as preocupações de segurança da Coreia do Norte, assim como as dos demais Estados que delas participavam.

Nos meses seguintes, continuariam as idas e vindas nas negociações, entremeadas de ações com características beligerantes. Assim, em nova ação agressiva, no dia 1º de maio, véspera de uma reunião de membros do TNP, a Coreia do Norte lançou um míssil de longo alcance no Mar do Japão. Por outro lado, em julho, teve início a quarta rodada das negociações hexapartites em Pequim. Estas chegaram a um impasse no mês de agosto, mas apresentaram progressos em setembro, quando a Coreia do Norte concordou em renunciar às armas nucleares em troca de garantias de ajuda e segurança. Posteriormente, solicitou um reator nuclear civil, exigência que complicou as conversações.

O Ministro do Comércio Exterior da Coreia do Norte, Rim Kyong Man, visitou Brasília, em novembro. Segundo nota do Itamaraty, a visita teve como objetivo a negociação de acordo que previa o tratamento recíproco de nação mais favorecida no comércio bilateral. Acrescentou a nota que os entendimentos haviam evoluído de maneira positiva e teriam continuidade por meio dos canais diplomáticos. Durante a visita, foi anunciada a abertura do escritório comercial da Coreia do Norte em São Paulo, o qual estaria subordinado à Embaixada em Brasília. Acrescentou a nota que o comércio bilateral Brasil – Coreia do Norte alcançara, em 2004, um total de US$ 240 milhões, com um superávit brasileiro de US$ 100 milhões, sendo os principais itens exportados pelo Brasil produtos do complexo soja, óleos brutos de petróleo, milho em grão e ferro fundido. Por seu lado, a exportação coreana incluíra terminais portáteis de telefonia celular, circuitos integrados e memórias para computadores.

Em 5 de julho de 2006, a Coreia do Norte testou o lançamento de um míssil de longo alcance e seis de alcance médio, causando grande preocupação internacional. Por nota do dia seguinte, o Itamaraty informou que o governo brasileiro havia recebido com grande preocupação a notícia da realização de testes de mísseis pela Coreia do Norte. Ao reiterar sua

postura em favor do desarmamento e da não proliferação de armas de destruição em massa, o governo brasileiro condenou o ato de Pionguianque, tendo considerado que agregava tensão a um quadro regional já instável em função dos parcos avanços registrados nas negociações sobre segurança na Península Coreana. Conclamou a Coreia do Norte a restabelecer a moratória de testes de mísseis de 1999, reafirmada em 2002, e retornar com espírito construtivo às negociações hexapartites. Afirmou que aquele mecanismo representava foro adequado para lograr entendimentos que levassem em conta, de forma equilibrada, as preocupações de segurança dos Estados que dele participavam, inclusive da Coreia do Norte. Acrescentou que o Brasil continuaria a acompanhar com atenção os desdobramentos da ação do governo de Pionguianque, em linha com a postura brasileira de apoio aos esforços diplomáticos orientados a uma solução pacífica e duradoura da questão da Península Coreana.

Em outubro, a Coreia do Norte afirmou ter uma arma nuclear a ser testada pela primeira vez. O CSNU emitiu uma declaração pela qual exortou a Coreia do Norte a não realizar o teste e não atuar de qualquer forma que pudesse agravar a tensão, a trabalhar em prol da não proliferação e facilitar uma solução pacífica e abrangente por meio de esforços políticos e diplomáticos. Mais tarde, a Coreia do Norte afirmou ter conduzido o teste. As reações internacionais não tardariam, pois, pela Resolução 1.718, de 14 de outubro, o CSNU condenou a realização dos testes e concordou em impor sanções à Coreia do Norte que incluíam ações para prevenir o fornecimento de tecnologia nuclear, venda de armamento em grande escala e de bens de luxo ao país, além de permitir a inspeção de cargas para assegurar seu cumprimento.

Em dezembro, foram retomadas as conversações hexapartites e, em janeiro de 2007, realizaram-se reuniões bilaterais entre os EUA e a Coreia do Norte, em Berlim. No mês de fevereiro, a Coreia do Norte concordou em fechar suas instalações nucleares como primeiro passo para completar a desnuclearização, recebendo, em troca, uma ajuda energética equivalente a 50 mil toneladas de combustível fóssil pesado.

As negociações hexapartites prosseguiram com algum êxito. Em junho, inspetores da AIEA visitaram o complexo nuclear de Yongbyon. No mês seguinte, confirmaram que a Coreia do Norte havia fechado o reator nuclear naquele local, tendo o Diretor daquela agência internacional, Mohamed El-Baradei, declarado que se tratava de um passo na direção correta. Na mesma data, um carregamento de petróleo foi despachado da Coreia do Sul para a Coreia do Norte, como parte das 50 mil toneladas acordadas.

Em setembro, inspetores dos EUA, China e Rússia visitaram o reator na localidade de Yongbyon em busca de meios para desativá-lo de forma permanente. No mês seguinte, o governo de Pionguianque comprometeu-se a desativar três unidades nucleares e informar sobre todos seus programas nucleares até o final do ano. As notícias pareciam, pois, promissoras, sobretudo com a realização, em novembro, da primeira reunião dos Primeiros-Ministros das duas Coreias após 15 anos.

Em janeiro de 2008, os EUA chamaram atenção para o fato de a Coreia do Norte ter deixado de cumprir o prazo para informar suas atividades nucleares, tendo a China exortado Pionguianque a fazê-lo. Nos meses seguintes, as relações entre as duas Coreias se deteriorariam rapidamente. Finalmente, em junho, a Coreia do Norte apresentou suas informações sobre seu programa nuclear e destruiu uma torre de esfriamento do reator atômico principal de Yongbyon.

Por nota emitida no dia 30, o governo brasileiro acolheu com satisfação o anúncio do cumprimento pelo governo da Coreia do Norte "dos compromissos - assumidos no contexto das 'Negociações Hexapartites' para o desarmamento da Península Coreana – de apresentar declaração referente a seu programa nuclear ao governo chinês, que presidia as negociações, e de desmantelar suas instalações nucleares, como no caso da demolição da torre de resfriamento do complexo nuclear de Yongbion". Expressou esperança de que "aquelas iniciativas, bem como a contrapartida assumida pelo governo dos EUA" – que tomara "as medidas iniciais para o levantamento de algumas das sanções aplicadas à Coreia do Norte –", constituíssem "passos efetivos para a evolução positiva do processo negociador hexapartite e para o desarmamento da Península Coreana".

A situação encontrava-se, portanto, menos tensa quando, demonstrando, mais uma vez, interesse por países, ainda que distantes, pelo Decreto nº 6.587, de 29 de setembro, foi criada a embaixada brasileira em Pionguianque. A situação entre as duas Coreias parecia de fato desanuviar-se. Em 2 de outubro, o Presidente da Coreia do Sul, Roh Moo-hyun, e o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-il, realizaram em Pionguianque a segunda reunião de cúpula.

A questão nuclear continuaria, no entanto, a apresentar retrocessos: em dezembro, o governo de Coreia do Norte declarou que retardaria o trabalho de desmantelamento do programa nuclear em resposta a uma decisão de suspender a ajuda energética.

Em janeiro de 2009, a Coreia do Norte denunciou os acordos com a Coreia do Sul e, em abril, lançou um foguete com satélite de comunicações

que os sul-coreanos afirmaram constituir um teste de tecnologia para um míssil de longo alcance. O CSNU criticou o lançamento e a Coreia do Norte deixou as conversações hexapartites. Por nota de 7 de abril, o governo brasileiro informou que acompanhava com atenção a situação gerada pelo lançamento, pela Coreia do Norte, do foguete *Taepodong*-2, que, "segundo o governo norte-coreano, transportava um satélite de comunicação". Afirmou que tomara "nota das reações de preocupação de diversos países, especialmente os da região". Acrescentou que seguia com interesse as discussões mantidas sobre o assunto no âmbito do CSNU e reiterou a importância que atribuía às negociações hexapartites "para o encaminhamento favorável da questão da segurança na Península Coreana".

Em reação a declaração do Presidente do CSNU que condenou o lançamento, a Coreia do Norte afirmou, em 14 de abril, que se retiraria das negociações hexapartites e que retomaria seu programa de enriquecimento de urânio para fortalecer sua capacidade de dissuasão nuclear. Por nota do dia 15, o governo brasileiro afirmou que recebera "com preocupação a reação do governo norte-coreano à manifestação do CSNU, no sentido de cessar a cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica, reativar instalações nucleares e abandonar as negociações hexapartites sobre a questão nuclear norte-coreana". Conclamou a Coreia do Norte a "cumprir as decisões do CSNU, a restabelecer a cooperação com a AIEA e a retomar o diálogo hexapartite, com vistas à manutenção da paz e da estabilidade na região".

No dia 25, a Coreia do Norte reativou suas instalações nucleares. Em meio a essa situação novamente tensa, o Itamaraty informou que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, Pak Ui-chun, realizaria visita ao Brasil. No dia 11 de maio, seria recebido pelo Ministro Celso Amorim. Lembrou a nota que as relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Norte haviam sido estabelecidas em março de 2001 e que a Embaixada residente da Coreia do Norte em Brasília fora instalada em janeiro de 2005. Anunciou que a Embaixada residente do Brasil em Pionguianque, criada pelo Decreto 6.587 de setembro de 2008, estava em fase final de instalação. Por fim, informou que, em 2008, o comércio bilateral atingira US$ 381,1 milhões.

No dia 25 de maio, a Coreia do Norte conduziu outro teste nuclear[122]. Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro condenou-o "veementemente". Afirmou que violava a Resolução 1.718, adotada pelo CSNU. Expressou a expectativa de que a Coreia do Norte se reintegrasse, o mais rapidamente possível, e como país não nuclearmente armado, ao TNP. Conclamou a Coreia do Norte a assinar, no mais breve prazo, o CTBT e a

observar estritamente a moratória de testes nucleares. Por fim, manifestou a esperança de que a Coreia do Norte retornasse, com espírito construtivo, às negociações hexapartites, e apelou a todas as partes para que se abstivessem de atos que pudessem agravar as tensões nos contextos regional e global.

Durante o correr daquele ano, o Brasil abriu embaixada em Pionguianque. Em entrevista à imprensa, em 5 de junho, o Ministro Celso Amorim comentou a nomeação do Embaixador Arnaldo Carrilho para chefiar a missão diplomática na Coreia do Norte e a suspensão de sua ida para Pionguianque:

> Agora estamos sendo criticados por causa da embaixada na Coreia do Norte. Mas, se não tivéssemos embaixada, não teria tido tanto destaque na mídia internacional a decisão do governo brasileiro de suspender a ida do Embaixador para lá. Isso equivale a um pedido de consultas. Se ainda assim quiserem criticar, é bom lembrar que a abertura de uma embaixada é um ato meramente administrativo. Quem tomou a decisão política de restabelecer relações diplomáticas com aquele país foi o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O CSNU aprovou a imposição de sanções mais duras contra a Coreia do Norte. Pionguianque respondeu que consideraria qualquer tentativa de bloqueio liderado pelos EUA como um ato de guerra e acrescentou que planejava transformar o estoque de plutônio em armas. Segundo notícias veiculadas em 13 de junho, a RPCD teria declarado que daria andamento a seu programa de enriquecimento de urânio, o que seria o primeiro reconhecimento público da sua existência.

Em janeiro de 2010, elevaram-se fortemente as tensões na Península Coreana quando a artilharia da Coreia do Norte efetuou disparos em área marítima sob disputa, como parte do que chamou de um exercício militar. A Coreia do Sul retornou disparos, mas não se registraram baixas de um lado ou de outro.

Em 26 de março, a corveta *Cheona*, da marinha sul-coreana, foi afundada, perecendo 46 marinheiros. Após investigação, peritos da Coreia do Sul, EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Suécia concluíram, em maio, que fora torpeada por submarino da Coreia do Norte. Esta negou responsabilidade pelo afundamento, tendo a China (assim como a Rússia) colocado em questão a validade da investigação. O CSNU emitiu uma declaração de seu Presidente que condenou o ataque sem identificar, porém, o atacante.

Por nota do dia 25 de maio, o governo brasileiro afirmou que recebera, com grande preocupação, relatório de investigação apresentado

pelo governo da Coreia do Sul sobre as causas do afundamento. Lamentou "profundamente o episódio", considerando que potencialmente podia "constituir uma ameaça à paz na região", e se solidarizou com o governo coreano e com as famílias das vítimas pelas irreparáveis perdas sofridas. Concluiu a nota que o governo brasileiro continuava a acompanhar atentamente a questão e conclamava as partes envolvidas a absterem-se de quaisquer atos que pusessem em risco a estabilidade da Península Coreana.

No segundo semestre do ano, novos fatos perturbadores continuaram a marcar a situação na Península. Em julho, os EUA anunciaram novas sanções contra a Coreia do Norte em razão do afundamento da corveta *Cheonan*. Pionguianque afirmou que exercícios militares programados pelos EUA e a Coreia do Sul constituiriam uma provocação e ameaçou com uma resposta nuclear. Em setembro, os EUA aprovaram as novas sanções. Em novembro, confrontos na área marítima em disputa, levariam à morte dois marinheiros sul-coreanos, tendo a Coreia do Norte insistido em que não fora o primeiro lado a disparar.

9.6.1.5. Mongólia

Por nota de 27 de abril de 2010, o Itamaraty informou que o governo brasileiro realizara no dia anterior, doação ao Fundo da ONU para a Infância (UNICEF), com vistas a contribuir para as ações de assistência humanitária a crianças da Mongólia que sofriam os efeitos do inverno anterior, extremamente rigoroso. Acrescentou a nota que os recursos, no valor de US$ 100 mil, seriam utilizados para adquirir alimentos, garantir calefação e prover assistência médica às crianças mais vulneráveis. Concluiu que a doação seria acompanhada pela Embaixada do Brasil em Pequim.

9.6.2. Ásia Meridional

Na Ásia Meridional, o Brasil buscaria maior aproximação e aprofundamento das relações com o governo de Nova Délhi. Para maior presença na região, contribuiria também a reabertura de embaixada em Colombo. Acompanharia com atenção a evolução do conflito entre a Índia e o Paquistão, bem como aquele no Afeganistão.

9.6.2.1. Conflito Índia – Paquistão

O conflito a respeito da Caxemira sofreria evolução positiva quando, em 26 de novembro de 2003, Índia e Paquistão acordaram um cessar-fogo na linha internacional não disputada, a "Linha de Controle", ao longo da geleira de Sachem. Seria o primeiro cessar-fogo total declarado por ambos os países em cerca de 15 anos. Como resultado, diminuiu a violência rapidamente e teve início processo de paz. No dia seguinte, por nota à imprensa, o governo brasileiro declarou ter recebido com satisfação o anúncio da entrada em vigor do cessar-fogo. Expressou crença de que a "importante decisão, conjugada a outras medidas recentes tendentes a aumentar a confiança mútua entre os dois países", contribuiria para a diminuição das tensões bilaterais, "abrindo caminho para negociações que permitam aos dois países resolverem suas diferenças de forma pacífica". Concluiu que, "como amigo da Índia e do Paquistão", o Brasil se regozijava pela "decisão de se engajarem decididamente na redução das tensões na região."

Em dezembro, Índia e Paquistão acordaram também em restabelecer ligações aéreas diretas e permitir sobrevoos. Em janeiro de 2004, o Primeiro-Ministro indiano Atal Bihari Vajpayee e o Presidente paquistanês Pervez Musharraf mantiveram encontro à margem da Cúpula da Associação do Sul da Ásia para Cooperação Regional (SAARC). Anunciaram novos passos para a normalização das relações entre os dois países. Por nota, o governo brasileiro manifestou esperança de que a retomada do diálogo entre aqueles dois países levasse à solução pacífica e negociada de todas as pendências bilaterais, inclusive a questão da Caxemira.

O novo Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, manteve encontro, em setembro, com o Chefe de Estado paquistanês. Novamente, o governo brasileiro expressou satisfação e expressou crença de que o compromisso de se buscar a normalidade das relações bilaterais indo-paquistanesas, através de medidas de aumento de confiança mútua, traria "resultados virtuosos não apenas para os dois países, mas para a região como um todo". Declarou que, como país amigo da Índia e do Paquistão, o Brasil regozijava-se com os avanços na consolidação do diálogo entre os dois países.

Em novembro, a Índia iniciou a retirada de algumas de suas tropa que se encontravam na Caxemira. No ano seguinte, aquela região seria atingida por terremotos, tendo o governo brasileiro prestado ajuda humanitária. Por nota de 18 de outubro de 2005, declarou que, "profundamente entristecido com as consequências dos terremotos que haviam atingido a região da Caxemira no dia 8", solidarizava-se com as

vítimas da calamidade e manifestava "seu profundo pesar aos Governos e aos povos daqueles países". Acrescentou que o Presidente da República determinara, com vistas a contribuir para obviar o sofrimento das pessoas atingidas, o envio de ajuda humanitária ao Paquistão. Anunciou que já haviam sido disponibilizados 300 kg de remédios, oriundos do Ministério da Saúde, e cerca de 14 toneladas de alimentos, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social. Acrescentou que o transporte seria feito pela Força Aérea Brasileira e a data e a rota do voo mais adequadas ainda estavam em estudo e seriam informadas oportunamente. As Embaixadas do Brasil em Islamabad e em Nova Délhi acompanhariam os desdobramentos dos tremores de terra e manteria contato estreito com as autoridades e os hospitais da área a fim de localizar e prestar assistência a cidadãos brasileiros eventualmente vitimados nos terremotos.

Em novembro, atentados de grandes proporções em Mumbai causaram a morte de cerca de 200 pessoas. A Índia responsabilizou militantes paquistaneses pelos atentados e, no mês seguinte, anunciou uma pausa no processo de paz com o Paquistão. A crise seria dissipada em julho de 2009 quando os Primeiros-Ministros de ambos países se encontraram e se comprometeram a lutar juntos contra o terrorismo.

9.6.2.2. Índia

Em abril de 2003, Celso Amorim afirmou que as relações com a Índia adquiriam nova relevância. Notou que, nos três anos anteriores, o comércio bilateral triplicara em valor, situando-se em US$ 1,2 bilhão. Informou que receberia a primeira visita de um Chanceler da Índia ao Brasil, estando prevista sua permanência em Brasília para um encontro trilateral com a homóloga sul-africana. Ressaltou que tal encontro, que podia ser qualificado como "sul-sul-sul", ofereceria oportunidade para uma concertação de certa forma inédita.

De fato, o Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Yashwant Sinha, visitou o Brasil em maio. Por nota, o Itamaraty informou que a visita derivava do interesse do Brasil em "diversificar seus parceiros e aprofundar relações com grandes países em desenvolvimento, como a Índia". Sublinhou o crescimento de 250% do comércio bilateral, entre 2000 e 2002, o qual elevara a Índia à posição de quarto maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China, Japão e Coreia do Sul.

Por Comunicado Conjunto, os Chanceleres expressaram a opinião de que países como Índia e Brasil eram candidatos naturais a um assento

permanente no CSNU reestruturado. Na agenda bilateral, referiram-se à possibilidade da venda de aeronaves da EMBRAER para o governo indiano. Registraram com satisfação a contribuição da indústria farmacêutica indiana com medicamentos de alta qualidade e preços competitivos ao Programa Nacional de Saúde do Brasil e a presença de *joint ventures* no Brasil nos setores de tecnologia da informação. Declararam que a adoção de programa de mistura de etanol à gasolina adotado pela Índia, semelhante ao Pró-Álcool, viera acrescentar possibilidades de cooperação bilateral, em termos de bens e serviços. Concordaram em que as relações econômicas e comerciais deveriam ganhar dinamismo adicional com a assinatura de dois instrumentos entre o Mercosul e a Índia: o Acordo-Quadro e o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas naquele ano. Após a visita, Celso Amorim e o Chanceler indiano concederam entrevista conjunta à imprensa, o Ministro brasileiro informou que haviam começado a "mapear" os próximos passos da cooperação bilateral com a realização de uma Comissão Mista, que teria um escopo bastante amplo, e que devia ser chefiada por ambos.

Celso Amorim expressou opinião, durante entrevista concedida em 4 de outubro, de que a Índia, embora distante geograficamente, era próxima "do ponto de vista estrutural", porque, como o Brasil, era um país, ao mesmo tempo, grande, importante, com grande influência internacional, grande potencial e, ainda, com problemas de pobreza. Acrescentou que eram também países, "de certa maneira, próximos historicamente", lembrando nesse sentido que o caminho das Índias esteve na origem do Brasil.

O Chanceler brasileiro visitou a Índia em outubro com o objetivo, entre outros, de preparar visita do Presidente Lula no início do ano seguinte. Ao final da visita, constou do Comunicado Conjunto que assinou com o Ministro Yashwant Sinha ter o comércio bilateral triplicado entre 1998 e 2002 e mostrado a manutenção de tendência positiva para 2003. Constou também que a conclusão do Acordo Mercosul–Índia de Preferências Tarifárias Fixas proporcionaria estímulo adicional para o intercâmbio entre os países-membros. Segundo o documento, os Ministros haviam decidido incentivar a cooperação bilateral em ciência e tecnologia, e concordado com a necessidade de os dois países cooperarem em novas áreas, como o combate ao analfabetismo e à fome, e a redução da pobreza. Os Ministros decidiram ademais realizar o primeiro encontro da Agenda Comum Brasil–Índia para o Meio Ambiente antes da visita do Presidente Lula à Índia.

Durante o ano, o rápido desenvolvimento econômico da Índia, a estabilidade política e a iniciativa de paz com o Paquistão causaram

aumento da popularidade do governo de Nova Délhi. Essa era a situação indiana quando o Presidente Lula realizou visita ao país em janeiro de 2004. Em discurso ao anfitrião, declarou que viajara à Índia para "forjar uma parceria privilegiada", uma parceria que desejava fosse "modelar para outras nações em desenvolvimento". Afirmou que, em nenhum outro campo, a cooperação era mais urgente e necessária do que no combate à fome e à extrema pobreza. Mencionou também potencialidades de cooperação científica e técnica, dando como exemplo as tratativas sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, inclusive a possibilidade de lançamento de satélites brasileiros por veículos indianos. Previu que o Acordo Comercial entre o Mercosul e a Índia multiplicaria as oportunidades de comércio.

Por ocasião da abertura da Reunião Ampliada Brasil–Índia, dirigindo-se ao Primeiro-Ministro Atal Bihari Vajpayee, o Presidente Lula mencionou possibilidade de cooperação em agricultura, entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola – ICAR. Destacou também a importância dos entendimentos para estabelecer frequências aéreas entre os dois países e promover o turismo. Em entrevista que concedeu de balanço do primeiro dia de viagem do Presidente Lula à Índia, o Ministro Celso Amorim ressaltou o apoio mútuo que os países fizeram para serem membros permanentes do CSNU. No discurso que pronunciou em 27 de janeiro na solenidade de abertura do Encontro "Brasil–Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades", o Presidente Lula ofereceu compartilhar com a Índia tecnologia na área de cana-de-açúcar e etanol, e expressou o interesse brasileiro em aprofundar intercâmbio científico em biotecnologia.

O oposicionista Partido do Congresso venceu as eleições em maio e Manmohan Singh foi designado para o cargo de Primeiro-Ministro. O novo governo enfrentaria diversas dificuldades: um *tsunami* que atingiu seu litoral meridional em dezembro; enchentes causadas por monções em julho de 2005; e um terremoto na região de Caxemira em outubro. No dia 29 do mesmo mês, bombas de um grupo terrorista daquela área disputada matou 62 pessoas. O governo brasileiro condenou com veemência os atentados. Manifestou também seu profundo pesar e sentimento de solidariedade ao governo e ao povo da Índia. Reiterou ainda seu repúdio ao terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações. Lamentou a perda de vidas inocentes e apresentou suas condolências aos familiares e amigos das vítimas daqueles atos de violência. Apesar de tais dificuldades, a Índia continuou a apresentar resultados econômicos positivos, com crescimento do PIB a taxas elevadas, embora a taxa de

crescimento e a renda *per capita* em 2005 ainda fossem cerca de metade da China.

Em março de 2006, os EUA e a Índia, que realizara testes com bombas nucleares e continuava a não ser signatária do TNP, assinaram um acordo pelo qual Washington concederia a Nova Délhi acesso a tecnologia nuclear civil e, em troca, a Índia prestaria informações sobre seu programa nuclear.

Naquele ano, continuariam a ocorrer ataques terroristas em solo indiano. Em março, 14 pessoas morreram em decorrência de bomba lançada contra peregrinos em Varanasi. Em maio, militantes islâmicos mataram 35 hindus na Caxemira. Em julho, mais de 180 pessoas morreram em ataques com bombas em trens na hora de maior tráfego em Mumbai. Por nota, o governo brasileiro informou que havia recebido com profunda consternação a notícia. Ao lamentar a perda de vidas inocentes, apresentou condolências às famílias das vítimas, bem como ao governo da Índia. Reiterou seu repúdio à ação terrorista e renovou apelo para que não se recorresse à violência contra a população civil.

Em junho de 2006, pelo Decreto nº 5.808, foi criado o Consulado Geral do Brasil na República da Índia, com sede em Mumbai, o que constituiria uma clara amostra da aproximação maior entre os dois países.

O Primeiro-Ministro Manmohan Singh visitou o Brasil em setembro. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula afirmou haver o desejo de ampliar o acordo de preferências comerciais entre Índia e Mercosul, com especial atenção aos interesses do Uruguai e Paraguai, sócios menores do bloco. Declarou que o Brasil estava disposto a compartilhar a sua experiência em matéria de etanol e a desenvolver parcerias industriais e tecnológicas com a Índia. Ressaltou que, com os atos que haviam assinado durante a visita, os dois governos dariam novo impulso à aliança nos mais diversos campos, da pesquisa agrícola ao turismo, dos serviços aéreos ao sistema de defesa, da energia à cooperação científica e tecnológica, passando pelo reforço das atividades culturais. Mencionou associação inédita entre a PETROBRAS e a Companhia Petroleira Indiana, para cooperação na exploração em águas profundas.

Do Comunicado Conjunto após a visita, constou a decisão de iniciar diálogo estratégico bilateral sobre temas regionais e globais de interesse mútuo, como segurança energética e a situação de segurança internacional, inclusive a ameaça de terrorismo; abrir Centros Culturais em São Paulo e em Nova Délhi; cooperar na promoção do intercâmbio em matéria de futebol e de treinamento de jogadores e técnicos indianos; designar Adidos de Defesa em suas respectivas

capitais; estabelecer Comitê Conjunto de Defesa; estabelecer cooperação entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Laboratório Nacional de Física da Índia (NPLI). Acordaram também texto de Memorando de Entendimento sobre cooperação científica e tecnológica nas áreas de Física, Química e Engenharia de Medição. Durante a visita, foram firmados os seguintes atos bilaterais: Acordo Bilateral de Cooperação Científica e Tecnológica; Acordo sobre Serviços Aéreos; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Assentamentos Humanos; Memorando de Entendimento sobre Proteção Fitossanitária; Memorando de Entendimento sobre as "Semanas de Cultura Indiana no Brasil" e "Semanas de Cultura Brasileira na Índia"; Memorando de Entendimento entre a ABNT e o "*Bureau of Indian Standards*"; Memorando de Entendimento entre a "Bharat Earth Movers" e a Companhia de Comércio e Construções (CCC); Memorando de Entendimento entre a PETROBRAS e a "ONGC-OVL".

Em abril de 2007, o Ministro Celso Amorim visitou novamente a Índia, desta vez a convite do Ministro do Exterior, Pranab Mukherjee. Ambos copresidiram a III Reunião da Comissão Mista Brasil–Índia. Segundo o Comunicado Conjunto, na reunião, as duas Partes trataram, entre outros, dos seguintes temas: aprofundamento do Acordo de Preferências Tarifárias entre o Mercosul e a Índia; do Acordo entre a PETROBRAS e Companhias Indianas para Explorar, Produzir e Comercializar Petróleo, Gás e Derivados no Brasil, na Índia e em Terceiros Países; da Cooperação Agrícola em curso em áreas como pesquisa e desenvolvimento, medidas fitossanitárias, sanidade vegetal e animal; da Cooperação Científica e Tecnológica; de Programas Conjuntos de Pesquisa nos campos de biotecnologia, informação tecnológica, fármacos, HIV/AIDS e doenças tropicais, com ênfase na eliminação de epidemias de tuberculose e malária; da Cooperação Educacional; de Iniciativas Culturais; da criação do Comitê Conjunto de Defesa; e da decisão de designar Adidos Militares às Missões Diplomáticas em ambos os países.

Em maio, o governo indiano anunciou o maior crescimento de sua economia em 20 anos, pois o PIB crescera 9,4%, desde março do ano anterior. Em junho, em meio a esse clima econômico positivo, o Presidente Lula visitou a Índia. Em entrevista coletiva que concedeu em Nova Délhi, referiu-se ao "potencial de crescimento dos dois países" e as consequentes possibilidade de aumentar o intercâmbio bilateral. Em discurso de brinde, por ocasião de jantar em sua homenagem, oferecido pelo Presidente da Índia, Dr. Abdul Kalam, mencionou a assinatura durante a visita de acordos

sobre energia, colaboração espacial, educação, cultura, entre outros. Insistiu nas possibilidades de cooperação em matéria de biocombustíveis.

Em discurso pronunciado no mês de agosto, Celso Amorim chamou atenção para a importância do relacionamento com a Índia. Referiu-se a seu crescimento econômico a taxas em torno de 9% ao ano e à "significativa complementaridade entre as economias brasileira e indiana". Notou que as exportações brasileiras para a Índia mais do que haviam quadruplicado nos quatro anos e meio anteriores. Anunciou que, em seguimento à Reunião da Comissão Mista do IBAS, no mês de julho, em Nova Délhi, deveria ser constituído grupo de trabalho que examinaria as modalidades de um Acordo de Livre-Comércio trilateral.

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Pranab Mukherjee, realizou visita oficial ao Brasil em fevereiro de 2008. Segundo o Itamaraty, trataria com o Ministro Amorim, "no âmbito bilateral, da cooperação em áreas como energia, ciência e tecnologia, defesa, educação e cultura, bem como discutiria formas de imprimir maior dinamismo ao comércio e investimentos recíprocos". Firmaria "instrumentos para o incremento de cooperação em matéria de combate à fome e à pobreza; esportes e programas para a juventude; e infraestrutura".

A Presidente da Índia, Pratibha Patil, realizou visita de Estado ao Brasil, em abril. Em nota, o Itamaraty ressaltou que o Brasil fora escolhido como destino de sua primeira viagem ao exterior desde sua posse. Notou também que ocorria, "ademais, em contexto de vigorosa expansão da Parceria Estratégica, não apenas em sua dimensão bilateral, mas também multilateral".

Entre finais de agosto e início de setembro, o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, S. M. Krishna, visitou o Brasil para copresidir, juntamente com o Ministro Celso Amorim, a IV Reunião da Comissão Mista Brasil – Índia. Durante a visita, segundo o Itamaraty, seriam "discutidas formas de expandir os fluxos de comércio e de investimento e a cooperação bilateral". Também seriam "tratados os principais temas da agenda internacional e ações para aprimorar a coordenação dos dois países com vistas à transformação das instâncias decisórias globais". A IV Reunião da Comissão Mista Brasil–Índia apontaria "iniciativas concretas para estimular a cooperação bilateral em áreas como: agricultura; energia; comércio e investimentos; defesa; ciência e tecnologia; pesquisa espacial; saúde e temas sociais; cultura; e educação".

Em abril de 2010, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, visitou o Brasil. Seria sua segunda visita como Chefe de Governo indiano. Participaria igualmente da IV Reunião do Fórum de Diálogo Índia – Brasil –

-África do Sul (IBAS) e da II Cúpula do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Segundo o Itamaraty, a visita do Primeiro-Ministro indiano constituiria "oportunidade para o aprofundamento da cooperação entre o Brasil e a Índia em setores como ciência e tecnologia, agricultura, educação, cultura, turismo, energia, transportes e desenvolvimento social". Notou que, em 2009, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia atingira o montante de US$ 5,6 bilhões, dos quais US$ 3,4 bilhões haviam correspondido a exportações brasileiras para aquele país. Paralelamente à visita do Primeiro-Ministro Singh ao Brasil, teria lugar, ainda, a II Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil–Índia. O encontro seria copresidido pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo Assessor de Segurança Nacional da Índia, Embaixador Shivshankar Menon.

Da Declaração Conjunta Brasil–Índia, constou a necessidade de reforçar, de forma concreta, a cooperação bilateral em Ciência e Tecnologia, Energia Nuclear, Espaço e Defesa para benefício mútuo. Observaram, igualmente, que Biotecnologia, Tecnologia da Informação, Ciência Marinha e Nanotecnologia.

9.6.2.3. Paquistão

Em 1º de janeiro de 2004, Pervez Musharraf venceu voto de confiança no colégio eleitoral confirmando-se como Presidente do Paquistão. Em novembro, visitou o Brasil. Em discurso durante almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula declarou que o processo de reconciliação com a Índia, que seu visitante pusera em marcha, juntamente com os governantes indianos, tinha "as marcas de um homem de Estado". Acrescentou que, na luta contra o terrorismo, o Paquistão combatera aqueles que rejeitavam "as normas mínimas da convivência e do respeito mútuo". Referiu-se ao acordo bilateral que estavam subscrevendo contra o narcotráfico e crimes conexos como sendo indispensável para a repressão de ilícitos que financiavam atos terroristas. Afirmou também que o Memorando de Entendimento em matéria de segurança alimentar, que assinaram no mesmo dia, demonstrava o empenho dos dois países em levar a solidariedade aos cidadãos mais necessitados.

Do Comunicado Conjunto, constou que os mandatários haviam reconhecido que havia grande potencial para aumentar o comércio bilateral e os investimentos recíprocos. Reiteraram o compromisso de implementar o Acordo Bilateral de Comércio de 1982, especialmente no que dizia respeito à criação de um comitê para aumentar a integração comercial dos

dois países por meio de um conselho empresarial. O Presidente Musharraf manifestou interesse em um Acordo de Livre-Comércio entre o Paquistão e o Mercosul, e o Presidente Lula acolheu favoravelmente a iniciativa.

O Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim visitaria o Paquistão em setembro para presidir reunião do G-20 e manter encontros bilaterais. Esclareceu que a visita seria a primeira de uma autoridade brasileira ao Paquistão em 20 anos. Informou que havia perspectivas de negociação de acordo Mercosul–Paquistão. Acrescentou que o Ministro Celso Amorim manteria reunião com o Chanceler Kurshid M. Kasuri, durante a qual deveriam ser examinados diversos temas de interesse, como iniciativas de cooperação bilateral nas áreas de energia, etanol e aviação.

Em outubro de 2005, ocorreu violento terremoto no Paquistão. Por nota do dia 21, o Itamaraty informou que, de conformidade com a determinação do Presidente da República de enviar ajuda humanitária ao Paquistão, avião da Força Aérea Brasileira partiria do Rio de Janeiro para transportar doação do governo brasileiro em apoio às vítimas. A aeronave, em atendimento às necessidades prioritárias indicadas pelo governo paquistanês, transportaria 300 kg. de medicamentos e 14 toneladas de alimentos, além de mil cobertores.

Por ocasião da Cúpula do Mercosul realizada em julho de 2006, na Argentina, foi assinado um Acordo-Quadro, visando ao estabelecimento de uma área de livre-comércio Mercosul – Paquistão. Como passo intermediário, decidiu-se negociar um acordo de preferências tarifárias fixas – ou Acordo de Comércio Preferencial – que seria expandido, numa segunda etapa, para um Acordo de Livre-Comércio.

Atos violentos continuariam a marcar o noticiário do Paquistão, tendo o governo brasileiro se manifestado sobre eles. Em outubro de 2007, após oito anos em exílio, a ex-Primeira Ministra Benazir Bhutto retornou ao Paquistão. Dois meses depois, foi assassinada. Em agosto, sob ameaça de *impeachment*, Pervez Musharraf renunciou e Asif Ali Zardari, viúvo de Benazir Bhutto, foi eleito Presidente.

Em junho de 2008, a embaixada da Dinamarca em Islamabad foi objeto de um ataque de um carro-bomba que causou a morte de seis pessoas. Por meio de uma informação colocada na rede eletrônica internacional, um membro da Al-Qaeda assumiu a responsabilidade do atentado e mencionou a publicação de desenhos de um cartunista dinamarquês ofensivos ao Islã. O governo brasileiro deplorou o atentado que resultara "na morte de pelo menos oito pessoas e deixou dezenas de feridos, entre os quais a brasileira Maria Iraise Macena Nobre". Esclareceu a nota do Itamaraty que aquela cidadã brasileira, que trabalhava na Embaixada da Dinamarca, fora hospitalizada

com ferimentos e já recebera a visita do Vice-Cônsul do Brasil em Islamabad. Acrescentou que a explosão causara danos em outros prédios próximos ao da Embaixada da Dinamarca, inclusive na Residência do Embaixador do Brasil.

Em setembro, o Islamabad Marriott Hotel sofreu ataque com bomba quando um caminhão explodiu, matando 54 pessoas e ferindo 26. O governo brasileiro manifestou sua solidariedade ao governo e ao povo paquistaneses e apresentou suas condolências aos familiares das vítimas do "inaceitável ato terrorista praticado".

Em maio de 2009, suicidas com bombas detonaram um veículo carregado com explosivos que se encontrava perto de escritórios em Lahore, matando 27 pessoas e ferindo 326. O governo brasileiro declarou ter recebido com pesar e consternação a notícia. Ao transmitir suas condolências aos familiares das vítimas, reiterou sua "mais enérgica condenação à prática de violência indiscriminada" e reafirmou "sua veemente oposição a quaisquer atos de terrorismo". Renovou seu "apoio ao governo paquistanês na defesa da ordem pública e do pleno funcionamento das instituições democráticas" e fez votos de que o Paquistão pudesse "trilhar o caminho da paz e da estabilidade".

Em junho, ao menos 40 pessoas foram mortas e outras 70 ficaram feridas quando um suicida explodiu-se no lado de fora de uma mesquita no distrito de Dir. No dia 6, dois policiais foram mortos em ataque suicida contra uma unidade policial em Islamabad. Outros quatro policiais ficaram feridos. No dia 8, uma onda de violência levou à morte 12 pessoas. No dia 9, um caminhão com bomba atravessou um hotel em Peshawar, matando 11 pessoas e ferindo 60. Em nota naquela data, o governo brasileiro declarou que recebera, com profundo pesar e consternação, a notícia dos atentados terroristas ocorridos no Paquistão nos quatro dias anteriores.

Em outubro, outra longa lista de atentados levaria à morte mais de 250 pessoas. Por nota, o governo brasileiro declarou que via "com grande preocupação a escalada da violência no Paquistão".

Em fevereiro de 2010, realizou-se em Brasília, a primeira Reunião Bilateral de Consultas Políticas Brasil – Paquistão. Segundo nota do Itamaraty, as duas partes realizaram uma extensa revisão do estado das relações bilaterais e trocaram opiniões sobre questões regionais e globais de interesse mútuo. Concordaram em estreitar os contatos e explorar novos campos de cooperação, particularmente no setor econômico, em áreas como biocombustíveis, agricultura, governo eletrônico e automação bancária, entre outras.

9.6.2.4. Afeganistão

A partir de 2003, as forças do Talibã aumentaram seus ataques repentinos, incluindo a utilização de foguetes. Em agosto, a OTAN assumiu o comando de forças de paz. Internamente, o país se organizara desde a saída do Talibã e, em outubro de 2004, Hamid Karzai foi eleito Presidente nas primeiras eleições presidenciais no país.

A ONU continuava a monitorar a situação afegã. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira do CSNU em março de 2005, o Representante Especial do SGNU para o Afeganistão fez um relato sobre a situação política e de segurança, e explicou a necessidade de adiar-se por quatro meses as eleições no país. O CSNU, subsequentemente, prorrogou por um ano o mandato da Missão de Assistência da ONU no Afeganistão (UNAMA), por meio da Resolução 1.589.

Em discurso que pronunciou na cidade de Londres, no mês de janeiro de 2006, durante conferência sobre o Afeganistão, em que estava presente o Presidente Hamid Karzai, o Ministro Celso Amorim afirmou que o Brasil apoiara com grande satisfação as então quatro últimas resoluções do CSNU sobre o Afeganistão. Declarou que o Brasil estava pronto a oferecer sua cooperação àquele país, particularmente em áreas como monitoramento do comércio exterior e de finanças públicas, censo populacional, pesquisa agrícola, desminagem e assistência eleitoral. Anunciou que o Brasil continuaria a apoiar o envolvimento da ONU no Afeganistão.

A guerra prosseguia e o governo brasileiro acompanhava os acontecimentos. Por nota de 14 de janeiro de 2008, informou que recebera, com grande pesar, a notícia do atentado suicida ocorrido, naquele dia, em hotel da cidade de Cabul que provocara pelo menos seis mortos e seis feridos. Notou que, no momento do atentado, encontrava-se no hotel o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Store, que não fora atingido. Pela nota, o governo brasileiro renovou seu apoio aos esforços para combater a escalada de violência e defender a ordem pública no Afeganistão. Manifestou suas mais sentidas condolências, solidarizou-se com os familiares das vítimas, e reafirmou seu "veemente repúdio a atos de terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações".

A violência prosseguia. Por nota de 7 de julho, o governo brasileiro deplorou o atentado terrorista cometido naquele dia contra a Embaixada da Índia em Cabul que resultara na morte de pelo menos 40 pessoas, entre elas o Adido de Defesa e o Cônsul indianos, e deixara cerca de 140 feridos. Em 19 de agosto, insurgentes do Talibã mataram 10 e feriram 21 soldados franceses em emboscada. Em setembro, após anunciar a retirada de 8

mil militares do Iraque, Bush anunciou o envio de 4.500. Naquele mês, o número de mortos dos EUA já alcançava o total de 113 militares e do Reino Unido, 108.

O Brasil se manifestava por ocasião de eventos maiores, sobretudo ataques terroristas. Por nota de 28 de outubro, o governo brasileiro repudiou "com veemência" uma série de atos terroristas, o último dos quais, perpetrado naquela data em Cabul que causara a morte de 12 pessoas, inclusive seis funcionários da ONU, e deixara dezenas de feridos.

9.6.2.5. Sri Lanka

Em 2003, já fazia 20 anos que o Sri Lanka vivia situação de conflito interno entre o governo e o grupo separatista Tigres Tamil, grupo étnico proveniente da Índia que habitava a costa norte, noroeste e nordeste da ilha. Não bastassem os problemas políticos internos no norte, em dezembro de 2004, um *tsunami* atingiu a costa leste do país causando a morte de mais de 30 mil pessoas e deixando muitas outras desabrigadas.

Após um período de cessar-fogo, as hostilidades se reiniciaram em 2005. Em agosto, foi assassinado o Ministro do Exterior, Lakshman Kadirgamar, de origem Tamil, mas crítico do separatismo. Por nota, o governo brasileiro informou ter recebido, com pesar e preocupação, a notícia do assassinato. Reconheceu a importante contribuição que o Ministro Kadirgamar prestara no processo que estabelecera o cessar-fogo entre o governo e os separatistas três anos antes, após quase 20 anos de guerra civil. Informou que o governo brasileiro seguiria com atenção os desdobramentos do assassinato do Ministro Kadirgamar e expressou confiança em que as autoridades do Sri Lanka conseguiram identificar e punir os culpados.

Pelo Decreto nº 5.632, de 22 de dezembro, foi criada a embaixada do Brasil em Colombo. Quatro dias depois, o Itamaraty informou que o Presidente Lula havia enviado à Embaixada do Sri Lanka em Brasília mensagem ao povo daquele país ao completar-se um ano da tragédia do *tsunami*.

A implementação do decreto ocorreria em 2008, quando o Brasil reabriu a embaixada em Colombo. Em setembro daquele ano, o Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka, Rohitha Bogollagama, visitou o Brasil, acompanhado do Ministro do Desenvolvimento Habitacional, Geethanjana Gunawardena. Na oportunidade, seria assinado o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, primeiro instrumento a ser firmado entre os dois países, cujo objetivo era estimular o desenvolvimento de projetos de cooperação em áreas como agricultura, energia e turismo.

Em maio de 2009, após a morte do líder tamil Velupillai Prabhakaran, o Presidente Mahinda Rajapaksa declarou o fim do conflito. A fase final da guerra causara o deslocamento de cerca de 300 mil pessoas. O Governo brasileiro realizou, em 16 de junho, doação ao Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), para apoio a deslocados internos no Sri Lanka. A doação, no valor de US$ 900 mil, seria acompanhada pela Delegação brasileira em Genebra e seria prioritariamente utilizada para auxiliar o reassentamento e abrigo de famílias deslocadas.

9.6.2.6. Bangladesh

Pelo Decreto n° 6.778, de 18 de fevereiro de 2009, foi reaberta a Embaixada do Brasil em Daca, República Popular de Bangladesh.

9.6.2.7. Butão

Por Comunicado Conjunto emitido na cidade de Nova York, em 21 de setembro de 2009, foram estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.

9.6.3. Ásia central

Na Ásia Central, a atuação brasileira se restringiria essencialmente a contatos no âmbito multilateral. As exceções seriam o Cazaquistão, onde o Brasil abriu embaixada, e o Uzbequistão, com o qual haveria troca de visitas de alto nível.

9.6.3.1. Cazaquistão

Pelo Decreto nº 5.686, de 31 de janeiro de 2006, foi criada a Embaixada do Brasil na República do Cazaquistão e, no mesmo ano, ela foi aberta.

Em abril de 2007, o Brasil recebeu a visita da Vice-Ministra de Indústria e Comércio do Cazaquistão, Zhanar Aitzhanova. Na ocasião, manteve contatos com diversas autoridades do governo brasileiro, entre as quais, o Ministro das Relações Exteriores; o Secretário-Executivo

do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento; o Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior; o Presidente da PETROBRAS e o Diretor-Presidente da EMBRAPA. Encontrou-se, também, com representantes do setor privado. No dia 23, os dois países firmaram protocolo que encerrou as negociações bilaterais para acessão do Cazaquistão à OMC. Esclareceu nota do Itamaraty que as duas partes haviam chegado a um acordo com relação aos compromissos em acesso ao mercado de bens e de serviços a serem assumidos pelo lado cazaque. Acrescentou que o acordo para acesso a mercados contemplava, entre outros produtos, carne bovina, carne suína, carne de frango, café, soja, açúcar, tabaco, couros, autopeças e automóveis. Concluiu a nota que a assinatura do protocolo, bem como a perspectiva de conclusão do processo de acessão do Cazaquistão à OMC, deveria contribuir para a intensificação do comércio bilateral, o qual já apresenta evolução positiva.

O Presidente Nursultan Nazarbayev realizou visita de Estado ao Brasil, em setembro, acompanhado de diversos Ministros de Estado e dirigentes de grandes empresas estatais. Segundo nota do Itamaraty, seria a primeira visita oficial de um Chefe de Estado e de Governo de um país da Ásia Central à América Latina. Segundo nota do Itamaraty, a visita do Presidente cazaque tinha por objetivo estreitar o diálogo e a cooperação bilaterais. Esclareceu que, nos encontros oficiais, seriam discutidos mecanismos de ampliação das consultas políticas, das trocas comerciais e da cooperação, com destaque para as áreas de energia e agricultura.

O Presidente Lula visitou o Cazaquistão em junho de 2009, em retribuição à visita do Presidente Nazarbayev. Segundo nota do Itamaraty, em Astana, o Presidente Lula teria encontro com o Presidente Nazarbayev e com o Primeiro-Ministro, Karim Massimov. Fez-se acompanhar de delegação empresarial integrada por representantes dos setores de construção civil, mineração, alimentação, aviação civil, bancário e esportivo.

Em discurso que pronunciou durante almoço oferecido pelo Presidente Nazarbayev, o Presidente Lula sublinhou que o intercâmbio entre os dois países quintuplicara nos cinco anos anteriores, mas comentou que ainda estava muito aquém do seu potencial. Anunciou ter determinado ao Vice-Ministro de Indústria e Comércio Exterior que fosse ao Cazaquistão, acompanhado de missão empresarial. Lembrou ter a Vale aberto escritório em Almaty.

Da Declaração Conjunta assinada na ocasião, constou, no plano bilateral: a importância das missões da EMBRAPA e da Agência Brasileira de Cooperação ao Cazaquistão; a evolução das negociações entre a

EMBRAER e o Ministério dos Transportes e Comunicações cazaque; a informação de uma próxima visita de delegação brasileira, composta de representantes dos setores de mineração, companhias de aviação civil, bancos e da indústria alimentar, ao Cazaquistão, em setembro daquele ano; o estabelecimento, naquele ano, da Comissão Intergovernamental sobre Comércio e Cooperação Econômica; e a necessidade de desenvolver a cooperação nas esferas cultural, científica, educacional e desportiva.

Em declaração à imprensa, o Presidente Lula declarou que os dois países podiam avançar em áreas como a exportação de carne. Notou o interesse brasileiro em participar do crescimento econômico e dos investimentos em infraestrutura do Cazaquistão. Citou, como exemplos de cooperação com a EMBRAPA, o aperfeiçoamento da tecnologia e produção de carne, de trigo e de cultivos agrícolas em áreas áridas. Ressaltou terem as respectivas empresas de aviação assinado cartas de intenção de *leasing* de duas aeronaves, o E-190 da EMBRAER. Congratulou o Presidente Nazarbayev pela "corajosa decisão de desativar o seu arsenal de armas nucleares, logo depois da independência do Cazaquistão".

9.6.3.2. Uzbequistão

Em maio de 2008, o Ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio do Uzbequistão visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que o Uzbequistão tinha demonstrado interesse na experiência brasileira em tecnologias de biocombustíveis e de reaproveitamento de resíduos do algodão, do qual era o quarto produtor mundial. Acrescentou a nota de imprensa que o Presidente Islam Karimov estava convidado a visitar o Brasil no ano seguinte quando deveriam ser firmados os acordos então em negociação, nas áreas de cooperação técnica, econômico-comercial, cultural e no setor de turismo.

O Itamaraty informou, em maio de 2009, que o Presidente Karimov visitaria o Brasil naquele mês. Tratava-se da primeira visita de um Chefe de Estado uzbeque à América Latina. Da Declaração Conjunta, ao final da visita, constou que as Partes incentivariam a cooperação entre suas instituições legislativas e judiciárias; aprofundariam a cooperação nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, energia, educação, arte, turismo, esporte e saúde, dentre outras; incentivariam o contato direto entre universidades, centros científicos e culturais, museus e bibliotecas, bem como entre organizações que tratem de ciência, cultura e arte; fomentariam o intercâmbio de conhecimentos e informações nos campos

da ciência, tecnologia e sistemas de inovação com vistas a avaliar áreas potenciais para cooperação; tomariam medidas, com base em acordos mútuos, para simplificar os procedimentos de concessão de vistos aos nacionais da outra Parte; e criariam condições favoráveis para as relações econômicas, comerciais e financeiras, assim como para investimentos nos dois países.

9.6.4. Ásia ocidental

9.6.4.1. Armênia

Entre os muitos armênios no exterior, encontram-se cerca de cem mil que vivem no Brasil e que pediam a abertura de embaixada brasileira na Armênia. Em 2006, o Brasil abriu essa missão diplomática em Ierevan.

9.6.4.2. Azerbaijão

Em abril de 2006, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Embaixador Elmar Mammadyarov, realizou visita oficial ao Brasil. Segundo nota do Itamaraty, tratava-se da primeira visita de um Chanceler azeri ao Brasil. Acrescentou a nota que deveriam ser iniciados "contatos de mais alto nível, com o objetivo de promover o conhecimento recíproco, a concertação política e o adensamento das relações econômicas e comerciais". Concluiu a Chancelaria brasileira que o Azerbaijão era "um dos maiores receptores mundiais de investimentos estrangeiros diretos, em função do grande potencial de sua indústria petrolífera e de seu acesso privilegiado às jazidas do Mar Cáspio. O país possui papel central no transporte de petróleo e gás natural pelo Cáucaso".

Pelo Decreto n° 6.578, de setembro de 2008, o Brasil criou a embaixada em Azerbaijão, com sede na capital Baku.

9.6.5. Sudeste Asiático

No Sudeste Asiático, o Brasil lograria manter atuação crescente sobretudo em Hanói, Díli, Jacarta, Manila e Cingapura. Inovaria com a criação de embaixada em Mianmar. Em julho de 2008, o Presidente Lula realizou visita de Estado ao Vietnã, Timor Leste e Indonésia.

9.6.5.1. Malásia

O Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, visitou o Brasil em março de 2003. Ao recebê-lo, o Presidente Lula afirmou que eram excelentes as perspectivas de ampliar a cooperação em vários campos. Citou os setores aeroespacial e da tecnologia avançada, em que os dois países tinham "convergência de interesses e margem de cooperação profícua e mutuamente benéfica". Notou que, na área ambiental, Brasil e Malásia tinham "elevado grau de afinidades", pois ambos integravam o "megagrupo de países diversos e afins", formados pelos países em desenvolvimento, que, juntos, detinham mais de 80% da biodiversidade do planeta.

Em aula magna pronunciada em abril, Celso Amorim destacou aquela visita. Notou que, na condição de Presidente do Movimento Não Alinhado, o Primeiro-Ministro Mahatir compartilhara com o governo brasileiro suas percepções sobre a agenda internacional e o papel que podiam assumir os países em desenvolvimento na defesa de uma ordem internacional mais sensível a suas carências.

Em outubro de 2010, uma missão empresarial, chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento visitou a Malásia. Compôs-se de representantes das indústrias de alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, construção e moda. Na ocasião, o Itamaraty informou que a corrente comercial do Brasil com a Malásia ultrapassara US$ 2 bilhões em 2008 e 2009, tendo aumentado mais de 350% nos dez anos anteriores. Os setores brasileiros tidos como potenciais exportadores à Indonésia eram os de máquinas e motores, petróleo e derivados, produtos metalúrgicos, químicos, eletroeletrônicos e veículos e o de peças.

9.6.5.2. Tailândia

Em junho de 2004, o Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra visitou o Brasil. Em discurso por ocasião de almoço que lhe ofereceu, o Presidente Lula ressaltou a relevância da Comissão Mista bilateral criada durante a visita bem como a assinatura de memorando de entendimento de financiamento comercial e um acordo fitossanitário. Notou que o comércio bilateral aumentara mais de 50%, em 2003, alcançando US$ 855 milhões. Referiu-se à venda de dois aviões da EMBRAER para a Tailândia.

O Ministro das Relações Exteriores, Kantathi Suphamongkhon, visitou Brasília em agosto de 2006. Segundo nota do Itamaraty, na área

bilateral, os dois Ministros examinariam as perspectivas de cooperação, em particular nas áreas de tecnologia da informação, saúde, agricultura e produção de etanol. O Chanceler tailandês aproveitaria sua visita ao Brasil para conhecer de perto os projetos desenvolvidos pela EMBRAPA. Os Ministros Amorim e Suphamongkhon analisariam também formas de aumentar a corrente do comércio entre os dois países, que crescera mais de 100% nos três anos anteriores, havendo passado de US$ 677 milhões, em 2003, para US$ 1,4 bilhão, em 2005.

Em setembro de 2006, quando Thaksin se encontrava na cidade de Nova York, um Golpe de Estado derrubou seu governo. A partir de então, o país viveria situação de forte instabilidade política com repercussões diversas. Em março de 2009, manifestantes favoráveis ao ex-Primeiro--Ministro Thaksin Shinawatra realizaram protestos contra políticas econômicas do governo. Foi declarado estado de emergência e foram mobilizadas tropas para Bangkok onde confrontos causaram ferimentos a 120 pessoas. Entre julho e setembro, milhares de manifestantes realizaram comícios em Bangkok e outras cidades. Entre março e maio de 2010, dezenas de milhares de manifestantes em prol do líder da oposição, o ex-Primeiro-Ministro Thaksin, com camisetas vermelhas, organizaram protesto que paralisou o centro de Bangkok. Por nota do dia 19 de maio, o governo brasileiro manifestou preocupação com acontecimentos na Tailândia. Expressou sua solidariedade à nação tailandesa, e fez votos de que a situação voltasse à normalidade o mais breve possível, "em benefício da paz e prosperidade nacionais". Esclareceu que, apesar de estarem impossibilitados de ter acesso à Embaixada, os diplomatas brasileiros em Bangkok tinham "informado regularmente sobre a evolução dos acontecimentos políticos no país e mantido permanente contato com a comunidade brasileira".

9.6.5.3. Mianmar

A situação de Mianmar é marcada internacionalmente pela questão de direitos humanos sob o regime militar e, em especial, pela situação da política Aung San Suu Kyi, membro da oposição submetida a prisão domiciliar durante cerca de duas décadas (entre 1989 e 2010).

Em 2003, Aung San Suu Kyu havia sido levada a prisão novamente. Em agosto, o governo anunciou um "mapa para a democracia" que afirmou estar implementando, o que foi recebido no exterior com muito ceticismo. Nas tentativas de aplacar tais críticas externas, em fevereiro

de 2005, o governo convocou uma Convenção Nacional para revisar a Constituição. Muitos partidos, inclusive o de Aun Suu Kyi (a Liga Nacional pela Democracia) foram impedidos de participar. Numa tentativa de evitar protestos, em novembro de 2005, o governo anunciou a mudança da capital de Yangon para Naypyidaw.

A situação no país continuou a preocupar a comunidade internacional. Em novembro de 2006, a OIT anunciou que procuraria processar na Corte Internacional de Justiça os membros da junta militar de Mianmar por crimes contra a humanidade, devido à prática de trabalho forçado de seus cidadãos.

Em agosto de 2007, surgiram novos protestos pela democracia no país, chefiados por monges budistas e reprimidos com força pelo governo. Em relatório que apresentou em dezembro à AGNU, o Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos no Mianmar, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, informou que tinha havido mais de 30 baixas em Rangun durante os protestos.

O governo brasileiro se pronunciou sobre a questão de Aun Suu Kyi por notas de maio e agosto de 2009. Na primeira, afirmou que vinha acompanhando com preocupação as informações a respeito do novo processo judicial contra aquela política birmanesa. Manifestou seu apoio à Declaração emitida pelo CSNU sobre o assunto, segundo a qual o Conselho reiterara a necessidade de que o governo de Mianmar criasse as condições necessárias para um genuíno diálogo com Aung San Suu Kyi e todas as partes e grupos étnicos envolvidos, a fim de que se alcançasse uma reconciliação nacional abrangente com o apoio da ONU. Na segunda nota, deplorou a sentença que condenara Aung San Suu Kyi a 18 meses adicionais de prisão domiciliar. Juntou-se aos apelos feitos para que ela fosse libertada imediatamente, de tal modo que as eleições em Mianmar pudessem realizar-se em clima favorável e gozassem de credibilidade.

Em janeiro de 2010, o governo brasileiro anunciou a decisão de abrir embaixada em Yangum, capital de Mianmar. Pelo Decreto n° 7.074, a decisão foi formalizada.

9.6.5.4. Cingapura

Por nota, o Itamaraty informou que o Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura, Professor S. Jayakumar, realizaria visita oficial ao Brasil, em setembro de 2005. Durante a visita ao Rio de Janeiro, onde Cingapura

mantinha investimentos expressivos nas áreas de construção naval e prospecção de petróleo em águas profundas, a delegação manteria encontros empresariais. Em São Paulo, o Vice-Primeiro-Ministro seria recebido pelo Governador do Estado e participaria da cerimônia de inauguração do Escritório Comercial de Cingapura, que serviria de base para operações de comércio e investimento em toda a América Latina. Acrescentava a nota que as relações bilaterais com Cingapura viviam momento de grande dinamismo, com desempenho expressivo do comércio bilateral, que praticamente dobrara entre 2000 e 2004 e deveria superar, em 2005, a casa de US$ 1 bilhão. Por nova nota, informou que, durante sua visita a Brasília, o Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura manifestara ao Vice-Presidente da República, à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Secretário-Geral das Relações Exteriores o apoio inequívoco de seu país à candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU. Notou que Cingapura era "um importante articulador de posições, tanto no âmbito regional asiático, quanto multilateral". Acrescentou que Cingapura estava também muito empenhada em dinamizar as relações inter-regionais, dispondo-se a trabalhar nesse sentido juntamente com o Brasil.

Em novembro de 2008, o Primeiro-Ministro da República Lee Hsien Loong visitou o Brasil. Segundo nota do Itamaraty, o encontro com o Presidente Lula permitiria "examinar os progressos alcançados nas relações bilaterais, sobretudo no que tange a comércio e investimentos bilaterais e às novas possibilidades de cooperação em ciência e tecnologia, combate a doenças tropicais, logística portuária e transporte aéreo". Acrescentou que o encontro possibilitaria também a troca de ideias sobre temas multilaterais de interesse mútuo e sobre a aproximação entre o Mercosul e a ASEAN, cuja primeira reunião ministerial ocorrera naquele dia. Notou o Itamaraty que Cingapura era o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN e o sexto maior na Ásia. Indicou que, desde 2003, o intercâmbio comercial bilateral crescera mais de 240%, atingindo US$ 2,58 bilhões, em 2007. Acrescentou que Cingapura era um importante investidor asiático no Brasil, em especial nos setores de construção naval e de exploração de petróleo em águas profundas.

Em discurso ao visitante, o Presidente Lula afirmou que ele dirigia país que soubera "combinar bem-estar social com soberania e desenvolvimento". Propôs a multiplicação do potencial da parceria bilateral por meio de projetos de cooperação em campos estratégicos. Realçou a assinatura, na ocasião de Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos e Memorando de Entendimento sobre Ciência e Tecnologia, com ênfase em Saúde Pública, notando que o segundo

instrumento habilitava Cingapura e Brasil a compartilharem avanços em áreas de ponta como informática e fármacos.

9.6.5.5. Vietnã

Em 2004 o Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong, visitou oficialmente o Brasil. Segundo nota do Itamaraty, dentre os temas da agenda, destacavam-se o diálogo sobre as possibilidades de cooperação na área da produção de etanol; o processo de acessão do Vietnã à OMC; a concessão bilateral recíproca de tratamento de nação mais favorecida; e a reforma da ONU.

Do Comunicado Conjunto assinado ao final da visita, constou terem sido celebrados um Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos e um Memorando de Entendimento entre a Confederação Nacional da Indústria e a Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã. Além disso, constou terem o Presidente Lula e o visitante expressado "a disposição de estimular o estabelecimento de cooperação estreita sobre etanol e tecnologias relacionadas"; manifestado a disposição de desenvolver cooperação no campo da saúde, em particular na área de DST/AIDS; anunciado com satisfação a conclusão das negociações bilaterais sobre concessões e compromissos no acesso a mercados de bens e serviços no âmbito do processo de negociação da acessão do Vietnã à OMC; e saudado igualmente o Acordo por Troca de Notas Relativo ao Tratamento Recíproco de Nação Mais Favorecida entre Brasil e Vietnã, que visava a reduzir substancialmente tarifas e barreiras não tarifárias no comércio bilateral.

Em março de 2006, visitou o Brasil delegação vietnamita chefiada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Deputado Nguyen Van An. Conforme constou de nota do Itamaraty, com uma população de aproximadamente de 83 milhões de habitantes, o Vietnã apresentava taxas de crescimento econômico elevadas (superiores, em média, a 8% nos anos anteriores). Tinha registrado, também, trajetória expansiva nas correntes de comércio, as quais alcançaram, em 2005, US$ 32 milhões. Em discurso ao visitante, o Presidente Lula notou que estavam em negociação instrumentos de colaboração em etanol e no campo da saúde e ciências biomédicas, o qual teria entre seus objetivos prioritários o combate ao HIV/AIDS. Notou também a disposição para avançar em outras áreas, como a científica e tecnológica, e a esportiva.

O Ministro Celso Amorim visitou o Vietnã em fevereiro de 2008. Ao anunciar a visita, o Itamaraty ressaltou que o comércio bilateral

multiplicara-se quase sete vezes no período de 2003 a 2007, passando de US$ 47 milhões para US$ 323 milhões. Notou que, em 2006, fora aberto Escritório Comercial do Vietnã em São Paulo e, em 2007, fora criada a Câmara de Comércio Brasil – Vietnã. Informou que os dois países haviam estabelecido a meta de US$ 1 bilhão para o intercâmbio comercial até 2010. Anunciou que, durante a visita do Ministro Celso Amorim ao Vietnã, deveria ser firmado instrumento para cooperação técnica na área de etanol. Informou também que estavam em negociação outros acordos nos campos de ciência e tecnologia, agricultura e esportes. Mencionou existir ainda potencial de cooperação em construção de hidrelétricas, siderurgia, indústria alimentícia, processamento de madeiras e aquicultura.

O Presidente Lula visitou o Vietnã em julho de 2008. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, nos encontros, seriam discutidos temas da agenda bilateral e multilateral, bem como iniciativas para intensificar a cooperação entre o Brasil e o Vietnã, nos campos da agricultura, infraestrutura, inclusão social, formação profissional, energia renovável, comércio e investimentos. Em discurso que pronunciou ao anfitrião, o Presidente Lula destacou o excelente momento que vivia a relação bilateral o que explicava o nível inédito das trocas comerciais. Declarou que os instrumentos assinados naquela data abriam caminhos para aprofundar a parceria também em matéria de ciência e tecnologia, agricultura, saúde e esportes. Sublinhou o estabelecimento de uma Comissão Mista para facilitar a coordenação das iniciativas entre os governos. Noutro discurso, na cerimônia de encerramento do seminário empresarial, notou que, entre 2002 e 2007, a corrente de comércio entre os dois países passara de US$ 43 milhões para US$ 323 milhões, o que representava um crescimento superior a 650%. Destacou a abertura de um escritório comercial do Vietnã em São Paulo. Mencionou estarem a PETROBRAS e a Petrovietnam discutindo possibilidades de investimento nos dois países, na área de exploração de petróleo. Lembrou que os dois governos estavam negociando acordo de cooperação na área agrícola. Reiterou que as empresas brasileiras de construção civil poderiam dar importante contribuição às obras de infraestrutura em curso no Vietnã. Assinou-se acordo inédito de cooperação para o desenvolvimento de técnicas de produção e uso do etanol combustível.

Do Comunicado Conjunto, constou que o Presidente Lula e o Presidente Ngyen Minh haviam: concordado em promover o comércio e os investimentos, bem como a cooperação entre o Brasil e o Vietnã em campos como o da ciência e tecnologia, agricultura, energia renovável, educação, cultura, esportes, turismo, infraestrutura, e inclusão social; se congratulado pela pronta implementação do Protocolo de Intenções na

Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol; reconhecido a importância da cooperação em matéria de educação como importante canal para o fortalecimento dos laços de amizade entre o Brasil e o Vietnã; e expressado o apreço pelos esforços da Universidade de Hanói no ensino do português no Vietnã e na promoção do ensino da língua vietnamita no Brasil.

9.6.5.6. Filipinas

A Presidente Gloria Macapag Al-Arroyo visitou o Brasil em junho de 2009. Ao recebê-la, o Presidente Lula notou que o comércio bilateral passara de US$ 400 milhões a mais de US$ 1 bilhão, entre 2004 e 2008. Mencionou a existência de investimento filipino da *Tecon Suape* em Pernambuco e a abertura do escritório da Vale do Rio Doce em Manila. Referiu-se à assinatura de instrumentos bilaterais nas áreas de agricultura e pesquisa agropecuária, e os entendimentos entre a EMBRAPA e a PADCC para intercâmbio de experiências em tecnologia na agricultura tropical. Citou o acordo sobre cooperação em bioenergia como forma de abrir caminho para compartilhar conhecimento na produção de etanol.

Da Declaração Conjunta constou que, durante a visita, haviam sido assinados os seguintes atos: Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Agricultura; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Reforma Agrária; Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico; Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a "*Philippine Agricultural Development and Commercial Corporation – PADCC*"; Memorando de Entendimento entre a Confederação Nacional de Indústrias (CNI) e a "*Philippine Chamber of Commerce and Industry – PCCI*", e Comunicado Conjunto entre a Associação Brasileira de Criadores de Gado Girolando e o Ministério da Agricultura filipino, para a doação amostras de sêmen bovino da raça girolando às Filipinas.

9.6.5.7. Indonésia

Na Indonésia, a Presidente Megawati Sukarnoputri perdeu as eleições em 2004 para o General Susilo Bambang Yudhoyono que, em 20 de outubro daquele ano, tornou-se o primeiro Presidente eleito

diretamente na Indonésia. Uma série de desastres naturais e algumas ações terroristas ocorreriam no início de sua gestão e o Brasil se manifestaria sobre tais eventos.

O primeiro ocorreu quando, em 26 de dezembro de 2004, um terremoto no Oceano Índico, com epicentro na costa de Sumatra, causou um *tsunami* que atingiu as cidades de Banda Aceh, Calang, e Meulaboh. Cerca de 230 mil pessoas morreram em Aceh e meio milhão ficaram desabrigadas.

Entre os mortos, encontrava-se a diplomata Lys Amayo de Benedeck D'Avola e seu filho. O Itamaraty emitiu a seguinte nota:

> No decorrer da madrugada de hoje, 28 de dezembro, o Embaixador do Brasil na Tailândia informou terem sido encontrados os corpos da Conselheira Lys Amayo de Benedeck e de seu filho menor Gianluca, resgatados na ilha de Phi Phi, naquele país. O Embaixador solicitou que fosse enviada à Embaixada do Brasil em Bangcoc a ficha datiloscópica da Diplomata, o que já foi feito, para a pronta liberação dos corpos. Durante os mais de vinte anos em que serviu ao Ministério das Relações Exteriores, a Conselheira Lys Amayo de Benedeck D'Avola se distinguiu por sua integridade, seriedade e competência, além da afabilidade, que lhe permitiu granjear largo círculo de amizades entre os seus colegas brasileiros e estrangeiros. O Ministério das Relações Exteriores lamenta profundamente as perdas da funcionária e de seu filho e se associa à dor dos familiares e amigos da Conselheira Lys Amayo de Benedeck D'Avola.

Novas tragédias ocorridas na Indonésia levariam o governo brasileiro a se manifestar novamente. Em 26 de março, um segundo maremoto atingiu Aceh e Nias no norte de Sumatra, matando mais 90 pessoas e deslocando dezenas de milhares de outras, causando um tsunami sobre Nias.

Em 1º de outubro de 2005, bombas em Bali mataram 26 pessoas e feriram 100. Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro condenou os atentados terroristas. Lamentou a perda de vidas e se solidarizou com as famílias das vítimas daqueles "atos de barbárie". Manifestou seu profundo pesar ao governo e ao povo da Indonésia e reiterou seu repúdio ao terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações.

Em maio de 2006, um terremoto atingiu a cidade de Yogyakarta, perto de Galur, ao sul da ilha de Java, causando a morte de 5.782 pessoas e ferimento a 36.299. Destruiu 135.000 casas e deixou um milhão e meio de pessoas desabrigadas. Por nota de 28 de maio de 2006, o governo brasileiro

solidarizou-se com as famílias das vítimas e manifestou seu sentido pesar ao governo e ao povo da Indonésia.

Em julho de 2006, um terremoto em Java causou a morte de 668 pessoas, o desaparecimento de 65 e o ferimento de 9.299. Por nota de 20 de julho de 2006, o governo brasileiro manifestou seu profundo pesar ao governo e ao povo da Indonésia, pelas perdas humanas e materiais provocadas pelo *tsunami*, na ilha de Java. Acrescentou que a Embaixada do Brasil em Jacarta mantinha-se em contato com as autoridades policiais e com os hospitais locais, com o objetivo de prestar assistência a cidadãos brasileiros, caso fosse necessário.

O Presidente Lula visitou a Indonésia em julho de 2008. Por nota, o Itamaraty informou que o encontro proporcionaria, no plano bilateral, o desenvolvimento de iniciativas nas áreas da energia renovável, agricultura, meio ambiente e inclusão social. Ressaltou que o fortalecimento da cooperação técnica com a Indonésia, inclusive com a participação de terceiros países, também figuraria como prioridade da agenda da visita presidencial a Jacarta. Citou como exemplo dessa cooperação, já então em curso, o projeto trilateral que o Brasil e a Indonésia desenvolviam em Timor Leste para a contenção e o reflorestamento de encostas, com vistas à produção de alimentos.

Em declaração à imprensa ainda em Jacarta o Presidente Lula afirmou que a visita à Indonésia o deixara "extremamente satisfeito" pois, "em pouco tempo de conversa" com o Presidente Susilo haviam ambos descoberto "extraordinárias possibilidades" a "começar pela concordância" "na questão climática" uma vez que "ninguém quer preservar mais as nossas florestas do que nós mesmos".

O Presidente Susilo Bambang Yudhoyono retribuiu a visita em novembro. Conforme constou da Declaração Conjunta dos Presidentes Lula e Susilo, eles haviam decidido "enfatizar o interesse dos dois países em aprofundar suas relações bilaterais por meio da assinatura de documento que estabelece uma Parceria Estratégica". Durante a visita foi assinado Memorando de Entendimento sobre Erradicação da Pobreza. Em entrevista concedida após almoço com Susilo Bambang Yudhoyono, o Presidente Lula salientou a assinatura de um acordo estratégico, de um acordo na área de biocombustíveis e de um acordo com a EMBRAPA.

Em 17 de julho de 2009, dois hotéis internacionais em Jacarta foram objeto de ataques terroristas em que morreram sete australianos, dois holandeses, um neozelandês e um indonésio. Mais de 50 pessoas ficaram feridas. Por nota do mesmo dia, o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento, com consternação, dos atentados ocorridos. Reiterou sua

condenação a todas as formas de terrorismo e reafirmou "sua confiança no processo democrático da Indonésia" e transmitiu "suas condolências às famílias das vítimas e ao governo indonésio".

Em outubro de 2009, durante a I Reunião da Comissão Mista, seria finalizada a negociação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil – Indonésia. Conforme nota do Itamaraty, na condição de maiores economias do Mercosul e da ASEAN, Brasil e Indonésia estimulariam o avanço do processo de aproximação entre os dois grupamentos.

Mais uma tragédia ocorreria na Indonésia: em 26 de outubro de 2010, um terremoto na Ilha de Sumatra provocou a morte de mais de 100 pessoas e deixou grande número de desaparecidos. Por nota, o governo brasileiro solidarizou-se com o governo e o povo da Indonésia pelas irreparáveis perdas humanas e pelos danos materiais sofridos.

9.6.5.8. Timor Leste

Em fevereiro de 2003, o Itamaraty lançou um projeto de cooperação em apoio ao Timor Leste com a Universidade de São Paulo e, em outubro, assinou em Díli um Memorando de Entendimento entre o governo do Brasil e do Timor Leste para o Estabelecimento de uma Comissão Mista.

No ano seguinte, as perspectivas pareciam mais promissoras para a economia timorense ao ter início, em fevereiro, a produção de gás na sua costa marítima. Naquele mês, o Itamaraty anunciou a visita oficial ao Brasil do Chanceler de Timor Leste, José Ramos-Horta, durante a qual deveriam ser examinados "os principais pontos da agenda bilateral entre os dois países e temas da conjuntura internacional". Os dois Chanceleres inaugurariam os trabalhos da Comissão Mista Brasil – Timor Leste. Segundo ata da reunião, as partes trataram da cooperação bilateral, tendo examinado iniciativas nas áreas da defesa, da educação, da agricultura, da justiça e da saúde, e saudaram com satisfação as novas perspectivas de cooperação nas áreas dos direitos humanos, da cultura e do meio ambiente, entre outras.

Em março, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, visitou o Brasil no âmbito da VII Cimeira Bilateral. Do Comunicado Conjunto, constou que o visitante e o Presidente Lula exortariam a ONU a "manter presença substancial em Timor Leste após maio de 2004", com mandato do CSNU que incluísse "componente militar". Consideraram que, para atravessar estágio pós-conflito, era essencial para o Timor Leste assegurar presença atuante da ONU "como meio de preservar os avanços já alcançados nas áreas de segurança, desenvolvimento e consolidação das instituições nacionais".

Um decréscimo na ajuda internacional levou a uma contração do PIB timorense durante o período de 2002 a 2004. O país começou em 2005 a padecer de uma ausência crônica de alimentos. Do lado positivo, naquele ano, Timor Leste e Indonésia assinaram um acordo de fronteiras durante visita do líder indonésio a Díli. Apesar das dificuldades econômicas, a situação parecia calma, e, em junho, retiraram-se as tropas australianas que ainda permaneciam em solo timorense.

9.6.5.8.1. Crise política (2006)

Em 2006, uma série crise política teria início, em fevereiro, quando cerca de 500 soldados desertaram. Deixaram seus acampamentos e recusaram-se a retornar em março, ficando sem receber seus soldos. Aos soldados desertores juntaram-se alguns membros da força policial, liderados pelo Tenente Gastão Salsinha. Em finais de abril, tiveram início protestos nas ruas de Díli. O movimento inicialmente pacífico se tornou violento, tendo havido confrontos entre ex-soldados com tropas do governo, resultando em alguns mortos, destruição de imóveis e a fuga de cerca de 20 mil pessoas que se viram obrigadas a deixar seus lares para escapar da violência.

Em maio, ocorreram lutas entre tropas pró-governo e outras que haviam feito parte das Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL). A cada dia a situação se complicava. No dia 4, o Major Alfredo Reinado, e cerca de 20 policiais militares sob seu comando, e alguns membros da polícia desertaram e se juntaram às forças rebeldes, levando com eles dois caminhões cheios de armas e de munição. De montanhas próximas da capital, os rebeldes passaram a travar combates contra as tropas governamentais (Forças de Defesa do Timor Leste – FDTL). A situação de insegurança em Díli levou a queima de casas e carros.

No dia 5, os ex-soldados, sob a liderança de Salsinha, redigiram uma declaração que pedia ao Presidente Xanana Gusmão que demitisse o Primeiro-Ministro Mari Alkatiri e abolisse as FDTL em 48 horas. Seguiram-se confrontos entre a FDTL e soldados rebeldes que se refugiaram em colinas perto de Díli. Aproveitando-se da confusão, gangues violentas atacaram casas e queimaram carros. No dia 8, um policial foi morto em confronto perto de prédios do governo.

No dia 9, o Primeiro-Ministro Mari Alkatiri afirmou que a violência constituía um golpe "com o objetivo de bloquear as instituições democráticas, impedindo-as de funcionar, de modo que a única solução fosse a dissolução

do parlamento nacional pelo Presidente, o que provocaria a queda do governo". No dia 10, Alkatiri anunciou acordo entre o governo e soldados rebeldes pelo qual estes receberiam pagamento para assistir suas famílias.

A comunidade internacional acompanhava esses acontecimentos com preocupação e alguns países prestariam ajuda militar e policial. No dia 11, a ONU prorrogou o prazo de partida de pessoal administrativo e policiais da UNOTIL que deveriam partir no dia 20. No dia 12, o Primeiro-Ministro da Austrália John Howard anunciou que, embora não tivesse havido solicitação formal por parte do governo de Timor Leste, as forças australianas estavam prontas para prestar assistência, tendo navios anfíbios de transporte se dirigido ao norte da Austrália em preparação para o envio de tropas[123].

No dia 23, um soldado das FDTL foi morto e 5 outros feridos durante confronto. Segundo fontes australianas, no dia 24, Ramos-Horta enviou um pedido oficial de ajuda militar aos governos da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal[124].

Portugal anunciou o envio inicial de 120 guardas republicanos. A Malásia enviou paraquedistas e soldados e uma unidade das forças especiais. No dia 25, quatro helicópteros e um avião de transporte australianos aterrissaram em Díli com os primeiros militares australianos. No dia seguinte, a ONUTIL abriu um campo de refugiados perto de Díli para abrigar mil pessoas. No dia 26, a Nova Zelândia enviou soldados. A violência aumentou e a ONU anunciou, no dia 27, que retiraria a maior parte de seus funcionários.

Em notas sucessivas à imprensa, entre os dias 27 e 30 de maio de 2006, o Itamaraty tratou da situação no Timor Leste e dos brasileiros que lá se encontravam. Na primeira delas, informou que o governo brasileiro continuava a acompanhar atentamente a situação e notou que o quadro de segurança no país apresentava sinais de melhora, apesar da persistência de focos de tensão. Acrescentou que a Embaixada do Brasil em Díli estava em contato permanente com a comunidade brasileira, da ordem de 250 pessoas, à qual tinha prestado toda a assistência necessária. Considerou muito positiva a colaboração prestada por países amigos (Austrália, Malásia, Nova Zelândia e Portugal) que, a pedido do governo de Timor Leste, estavam cooperando com os esforços de restauração da ordem interna. Declarou que o Brasil apoiava a Declaração Presidencial emitida dia 25 pelo CSNU, na qual o órgão, entre outras disposições, indicara que continuaria a monitorar a evolução do quadro doméstico timorense. Ressaltou que o Brasil nutria profundo sentimento de solidariedade em relação a Timor Leste, único país asiático que tinha o português como

uma de suas línguas oficiais. Lembrou que desde o início do processo de independência, no ano 2000, o Brasil apoiara os programas da ONU para a construção do Estado timorense e tinha prestado cooperação técnica em áreas como agricultura, saúde, educação e assistência judiciária.

Em uma segunda nota, o Itamaraty informou que a Embaixada do Brasil em Díli vinha mantendo contato permanente com a comunidade brasileira em Timor Leste. Explicou que, em razão dos distúrbios ocorridos no dia 27, 38 cidadãos brasileiros, entre os quais três crianças, haviam sido acolhidos na Residência do Embaixador do Brasil e, posteriormente, conduzidos a lugares seguros. Acrescentou que alguns brasileiros contratados por agências internacionais para o desenvolvimento de projetos em Timor Leste haviam sido temporariamente transferidos para Darwin, no norte da Austrália.

Em terceira nota, informou que a Embaixada do Brasil em Díli permanecia em contato permanente com a comunidade brasileira no Timor Leste, com vistas a prestar-lhe a orientação e a assistência necessárias. Acrescentou que não havia registro de violências cometidas contra cidadãos brasileiros.

Em 30 de maio, Xanana Gusmão, após reunião de seu gabinete, anunciou a declaração de um estado de emergência. No dia 1° de junho, gangues queimaram um mercado e várias casas em Díli. No dia 2 de junho, cerca de mil pessoas que aguardavam a entrega de alimentos, invadiram um depósito do governo e destruíram móveis e equipamentos. Outras centenas de pessoas se reuniram em frente ao palácio governamental para pedir a renúncia do Primeiro-Ministro Alkatiri. Durante a noite, gangues saquearam casas e bloquearam a estrada para o aeroporto.

Finalmente, aos poucos, a violência em Díli diminuiria a medida que forças internacionais garantiam a segurança nas ruas. No dia 5, confrontos nas ruas foram controlados por tropas australianas. No dia seguinte, um grupo antiAlkatiri que se dirigia em caminhões à capital, foi convencido por Ramos-Horta a entregar suas armas antes de seguir para Díli. Em meados de junho, após negociações e garantias de proteção pelas forças internacionais, rebeldes dispuseram-se a entregar suas armas.

Reunidos no dia 19, os Ministros da CLP emitiram uma declaração pela qual condenaram as "lamentáveis ações que haviam provocado a perda de vidas humanas"; reiteraram o apoio político às Autoridades de Timor Leste e exprimiram a solidariedade dos países de Língua Portuguesa para com o povo timorense "naquele momento particularmente difícil"; lançaram um apelo a todas as forças políticas timorenses no sentido de prosseguir o diálogo necessário à estabilidade, condição essencial para

o desenvolvimento do país; e decidiram enviar uma Missão ministerial a Timor Leste, com o objetivo de, com as autoridades locais, avaliar a situação e estudar as formas de apoio que a Organização poderia conceder ao Timor Leste para ultrapassar a crise.

Na ONU, dividiram-se as posições entre os que desejavam que a próxima missão de forças internacionais fossem comandadas pela própria organização ou pela Austrália, tendo o Brasil defendido a primeira. Finalmente, o CSNU aprovou a Resolução 1.704 que criou a *United Nations Integrated Mission in Timor Leste (*UNMIT*)*. Foi permitida à Austrália que mantivesse o comando militar, mas o Secretário-Geral foi incumbido de rever a questão em outubro.

Em 26 de junho, o Primeiro-Ministro Mari Alkatiri apresentou sua renúncia do cargo após desentendimentos com o Presidente Xanana Gusmão. Quatro dias depois, o governo brasileiro enviou uma missão diplomática a Díli. Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que seu objetivo era "reiterar às autoridades de Timor Leste a solidariedade do Brasil diante da crise política e social que atingiu aquele país". Segundo a nota, a missão, chefiada pelo Subsecretário de Política do Itamaraty, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, deveria reafirmar o compromisso de dar seguimento ao amplo programa de cooperação mantido pelo Brasil, que incluía as áreas educativa, judiciária e militar, entre outras, além de oferecer assistência no campo eleitoral, em apoio às primeiras eleições gerais de Timor Leste, em abril de 2007.

A crise traria modificações políticas ao país. Em 8 de julho, Ramos-Horta foi nomeado Primeiro-Ministro por Xanana Gusmão. O Presidente Lula transmitiu-lhe mensagem na qual formulou votos de êxito. Expressou plena confiança em que, sob a liderança de Ramos-Horta, o governo de Timor Leste encontraria os caminhos para a rápida restauração da ordem interna e para a "construção de um Estado próspero, estável e democrático". Xanana Gusmão recusou-se a candidatar-se a novo mandato presidencial e teve início campanha eleitoral marcada por incidentes em fevereiro e março de 2007. Ramos-Horta venceu as eleições presidenciais e tomou posse em 20 de maio. Em troca de assentos, Xanana Gusmão tornou-se Primeiro-Ministro em 8 de agosto.

Em janeiro de 2008, o Presidente Ramos-Horta visitou o Brasil. Ao anunciar a visita, o Itamaraty informou que, durante sua realização, seria anunciada a extensão, até 2010, do programa pelo qual 50 professores brasileiros cooperavam na formação de docentes. Seria firmado Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural, que previa o intercâmbio de artistas e a realização de seminários e eventos culturais

nos dois países. Previa-se, igualmente, a criação de grupo de trabalho integrado por juristas brasileiros, com a finalidade de colaborar na elaboração de projetos de Código de Processo Penal Militar e de Código Penal Militar do Timor Leste. Também em 2008, teria início a terceira fase do projeto bilateral de formação e instrução da Polícia Militar de Timor Leste. Ademais, o Brasil deveria enviar técnicos a Díli para colaborar na estruturação do programa nacional de distribuição de cestas básicas. Encontravam-se, ainda, em exame, projetos de cooperação trilateral, envolvendo os dois países e a Indonésia, nas áreas de reflorestamento e de produção de alimentos em Timor Leste.

Em discurso que pronunciou no almoço oferecido ao visitante, o Presidente Lula afirmou que a cooperação brasileira estava concentrada em "atividades essenciais à construção dos seus pilares institucionais, como educação, justiça, segurança e formação de mão de obra básica". Anunciou a renovação, até 2010, do programa brasileiro de cooperação na área educacional pelo qual 50 professores brasileiros continuariam a auxiliar os docentes timorenses a consolidar a "herança linguística comum". Notou que o Centro de Formação Profissional em Bekora, financiado pelo Brasil, treinava profissionais nas áreas de construção civil, vestuário, computação e outras. Anunciou também que o Brasil esperava aprofundando o programa bilateral de cooperação militar para o treinamento das forças timorenses de segurança. Referiu-se também à cooperação para o estabelecimento de estrutura de justiça militar em Timor Leste. Informou que uma missão brasileira de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura visitaria Díli para identificar oportunidades de intercâmbio. Outra missão da Companhia Nacional de Abastecimento deveria ir a Díli para colaborar na estruturação do programa nacional de distribuição de cestas básicas.

9.6.5.8.2. Atentados contra o Presidente e o Primeiro-Ministro (fevereiro de 2008)

Pouco depois de seu retorno do Brasil, em 11 de fevereiro, o Presidente Ramos-Horta foi gravemente ferido em atentado promovido por soldados rebeldes, durante aparente tentativa de golpe liderada pelo Major Alfredo Reinado, que morreu no confronto com policiais. O Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, também atacado, escapou sem ferimentos. O governo da Austrália enviou reforços policiais ao Timor Leste[125].

Em reação ao atentado, o Presidente Lula enviou mensagem a Ramos-Horta e Celso Amorim ao Ministro do Exterior, Zacarias da Costa. O

governo brasileiro emitiu nota em que expressou "grande preocupação" com a notícia dos atentados. Informou ter o Ministro Celso Amorim conversado, igualmente, com o Embaixador do Brasil na Austrália, Fernando de Mello Barreto, sobre a situação em Timor Leste e determinou prontidão para eventual assistência a brasileiros. Acrescentou que a Embaixada do Brasil na Nova Zelândia também fora contatada com o mesmo objetivo. Por fim, pela nota, o Brasil condenou veementemente o recurso à violência e conclamou todas as forças políticas e de segurança do Timor Leste a envidarem renovados esforços para a manutenção da ordem e a solução das questões políticas pela via do entendimento e do diálogo pacífico.

Em fevereiro, o CSNU aprovou a Resolução 1.802 pela qual estendeu a Missão Integrada da ONU em Timor Leste (UNMIT). Por nota, o governo brasileiro acolheu com "grande satisfação" a decisão. Acrescentou que a Embaixadora do Brasil na ONU, Maria Luiza Ribeiro Viotti, defendera a extensão no CSNU e assinalara os progressos obtidos no fortalecimento da democracia timorense e na reconciliação nacional, e sublinhou que o Brasil estava plenamente comprometido com o desenvolvimento e a estabilidade de longo prazo do Timor Leste. Acrescentou que o governo brasileiro considerava que a ONU devia permanecer em solo timorense pelo tempo necessário à construção de um Estado nacional e reafirmava o compromisso de continuar a colaborar para a consolidação de um Estado timorense soberano, estável, democrático, seguro e próspero.

Em abril, Ramos-Horta retornou ao Timor Leste após dois meses de tratamento médico na Austrália, onde foi visitado pelo Embaixador Mello Barreto. Em maio, aquele líder timorense pediu à ONU que mantivesse missão em seu país por mais cinco anos por razões de segurança.

O Presidente Lula visitou Timor Leste em julho. Ao anunciar a viagem, o Itamaraty informou que a visita do Presidente Lula "ao único país asiático que tinha o Português como língua oficial" assinalava o "compromisso com o estreitamento das relações bilaterais, amparado em iniciativas de cooperação voltadas para a construção institucional do Estado timorense, para a promoção do desenvolvimento social e para a consolidação do ensino da língua portuguesa".

Em discurso durante visita ao Parlamento Nacional, o Presidente Lula afirmou que o Brasil iria diversificar sua contribuição ainda mais, integrando setores de "educação não formal"; iria fornecer pacote de programas televisivos, telenovelas, telecursos, programação cultural e educativa, de entretenimento e infantil; daria continuidade ao programa bilateral de cooperação na área de Justiça; continuaria contribuindo para o treinamento das forças timorenses de segurança; e uma missão da

Companhia Nacional de Abastecimento iria a Díli ajudar a estruturar o Programa Nacional de Distribuição de Alimentos.

Constou do Comunicado Conjunto que os dois Presidentes haviam acordado iniciar um Grupo Executivo de Cooperação, que identificaria áreas prioritárias de atuação conjunta, para formulação de projetos de interesse para o desenvolvimento do Timor Leste. Além dos pontos mencionados pelo Presidente Lula, constou também daquele documento as perspectivas de ampliação da cooperação bilateral a novas áreas, como em energias renováveis, meio ambiente, cultura, planejamento orçamentário e parcerias em programas de combate à pobreza, bem como o compromisso brasileiro de estabelecer Centro de Estudos Brasileiros em Díli.

9.6.6. Australásia

O Brasil manteria relações relativamente maiores com a Austrália e a Nova Zelândia, e enviaria missão para visita a algumas ilhas do Pacífico, com as quais manteria contatos sobretudo no âmbito da ONU.

9.6.6.1. Austrália

Em janeiro de 2006, o Ministro do Exterior da Austrália, Alexander Downer, visitou o Brasil. Da Declaração Conjunta emitida na ocasião, constou o apreço expresso por Celso Amorim pelo apoio australiano à candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU. Ambos os Ministros reafirmaram interesse de levar adiante negociações de um acordo aéreo. Notaram a participação de empresas mineradoras australianas no Brasil e o crescimento de interesse pelo setor de agronegócios. Reconheceram que seria desejável que uma missão técnica australiana verificasse as condições de controle sanitário no Brasil com vistas a levantar a suspensão australiana de importação de carne bovina. Acolheram os esforços na área de cooperação educacional, salientaram as perspectivas de colaboração na área de educação vocacional e técnica. O Ministro brasileiro frisou oferta brasileira de criar uma cadeira de português na Universidade Nacional da Austrália. Acordaram que era promissora a cooperação bilateral na área de ciência e tecnologia, inclusive em áreas tais como nanotecnologia, biotecnologia, aquicultura e oceanografia. Expressaram satisfação com os resultados dos trabalhos

de Força Tarefa sobre Biocombustíveis que estabeleceu medidas de apoio à introdução do etanol e o biodiesel como fontes de energia na Austrália. Reconheceram os benefícios potenciais da adição do etanol à gasolina em terceiros países. Concordaram sobre o interesse em intercâmbio de peritos para estudar cooperação em biocombustíveis. Expressaram apoio aos esforços em curso entre o Mercosul e os países do CER (*Closer Economic Relations between Australia and New Zealand*) para continuarem diálogo construtivo que aproximasse os países. O Ministro Amorim anunciou desejo de visitar a Austrália para aprofundar o relacionamento bilateral.

Em novembro de 2007, realizaram-se eleições federais na Austrália. O partido trabalhista obteve a maioria dos assentos no Parlamento e novo governo foi formado, tendo Kevin Rudd se tornado Primeiro-Ministro. Mudanças radicais na política externa se efetivariam nas questões de meio ambiente, direitos humanos, multilateralismo e guerra no Iraque. Em dezembro de 2007, no seu primeiro ato oficial, Kevin Rudd assinou o Protocolo de Kyoto; em fevereiro de 2008, leu um pedido de perdão aos aborígenes pela chamadas gerações roubadas; e em março, anunciou que a Austrália se candidataria a um assento não permanente no CSNU para o biênio 2013-14 (a última vez que o país tivera tal assento fora em 1985-86).

Em agosto de 2008, o Ministro Celso Amorim visitou a Austrália. Na capital australiana, seria recebido pelo Primeiro-Ministro Kevin Rudd e manteria encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Stephen Smith, com quem avaliaria as relações bilaterais e os principais temas da agenda multilateral. O Ministro Celso Amorim se reuniria, igualmente, com o Ministro do Comércio, Simon Crean, para discutir formas de ampliar o intercâmbio comercial e os investimentos, bem como para trocar impressões sobre as negociações da Rodada Doha. Em 2007, o comércio com a Austrália atingira US$ 1,39 bilhão, com exportações brasileiras no valor de US$ 614 milhões. Nos primeiros sete meses de 2008, a corrente de comércio alcançara US$ 1,1 bilhão, tendo as exportações totalizado US$ 654 milhões, o que superara o total exportado em 2007 e representara aumento de 138,57% com relação a igual período do ano anterior. Em 2007, o investimento australiano no Brasil alcançara a cifra de US$ 1,2 bilhão, concentrado sobretudo no setor mineral.

Do Comunicado Conjunto emitido ao final da visita, constou que os Ministros haviam concordado em que as relações entre o Brasil e a Austrália deviam ser reforçadas de forma a refletir o crescente interesse na ampliação e no aprofundamento dos vínculos entre os dois Governos, as comunidades empresariais e os povos das duas nações. Constou que, como primeiro passo, os Ministros desenvolveriam um Plano de Ação para elevar as relações bilaterais a uma Parceria Reforçada. Para tanto,

os Ministros haviam acordado instruir suas Chancelarias a darem início imediatamente à tarefa de identificação de elementos do Plano de Ação para explorar a cooperação em comércio e investimentos, agricultura, mineração, energia, ciência e tecnologia, educação, esportes, cultura e outras formas de relacionamento entre australianos e brasileiros.

De retorno ao Brasil, em palestra pronunciada em setembro, o Ministro Amorim afirmou que a Austrália era um país rico; que tinha o terceiro IDH do mundo; um PIB elevado, entre os 12 ou 13 maiores do mundo; o sexto país em área geográfica do mundo, logo abaixo do Brasil; e, no entanto, era um país que somente duas vezes fora visitado por um Ministro das Relações Exteriores. Acrescentou que não era um país pobre, não era um país que pudesse evocar imagens de um alegado terceiro-mundismo, e ainda assim fora um país que fizera muito pouco parte das iniciativas políticas brasileiras. Notou que a Austrália continuava investindo no Brasil, mas que também recebia investimentos brasileiros.

O Ministro dos Negócios Exteriores da Austrália, Stephen Smith, visitou o Brasil em agosto de 2009. Em Brasília, seria recebido pelo Ministro Celso Amorim para reunião de trabalho, seguida de jantar no Palácio Itamaraty. Manteria encontros com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e o Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Os Ministros conversariam sobre os principais temas da agenda multilateral, tais como a crise financeira, reforma do CSNU, mudança do clima e desarmamento, entre outros. Na oportunidade, também seriam discutidos os detalhes finais do Plano de Ação Brasil – Austrália com vistas a uma Parceria Reforçada, proposto durante a visita do Ministro Celso Amorim à Austrália em agosto de 2008. Naquele momento, o Brasil era o principal parceiro comercial e o principal destino dos investimentos da Austrália na América Latina. O volume do comércio bilateral passara de US$ 598 milhões, em 2003, para US$ 2,483 bilhões, em 2008. Os investimentos australianos no Brasil haviam atingido US$ 1,153 bilhão, em 2008, o que fizera da Austrália o 9º maior investidor no país, à frente de Alemanha, Reino Unido e Suíça.

Em abril de 2010, o Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean, visitou o Brasil. Durante a visita, além de temas relativos ao comércio bilateral, foram tratados os resultados da 35ª Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, as perspectivas de encaminhamento da Rodada Doha, bem como a negociação de um Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e o CER, mecanismo que reúne Austrália e Nova Zelândia. Ao final do encontro, os Ministros assinaram acordo bilateral na área de serviços aéreos.

Em outubro de 2010, o Ministro de Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd visitou o Brasil. Da Declaração Conjunta com o

Ministro Celso Amorim, constou: compromisso de promover novas iniciativas de cooperação trilateral em benefício de terceiros países em desenvolvimento; anúncio de Memorando de Entendimento entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o *Australian Industry Group* (AIG) para promover a cooperação em matéria de comércio e investimentos mútuos; a possibilidade de estreitar os vínculos econômicos entre os países do Mercosul, a Austrália e a Nova Zelândia, no contexto de um diálogo Mercosul – CER reforçado; a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Grandes Eventos Esportivos; a necessidade de reforçar a cooperação bilateral em Ciência e Tecnologia; o registro da expectativa de conclusão, em breve prazo, das negociações de um Acordo-Quadro de Cooperação em C&T e do Memorando de Entendimento para Cooperação entre a EMBRAPA e a CSIRO (*Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation*), para desenvolvimento de projetos de ciência e pesquisa em matéria agrícola; e a expectativa de assinar proximamente um acordo de cooperação em matéria penal e um acordo de transferência de apenados.

9.6.6.2. Nova Zelândia

Em 27 de fevereiro de 2004, o Itamaraty anunciou que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Phil Goff, que acumulava as pastas do Comércio Exterior e Justiça, visitaria Brasília em 1º de março, ocasião em que, além de avistar-se com o Ministro das Relações Exteriores, se encontraria com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Ministro do Turismo. Constou da nota que ambos os países tinham buscado formas de incrementar o comércio bilateral. Em 2003, o Brasil exportara US$ 36,2 milhões para a Nova Zelândia e importara US$ 22,7 milhões. A pauta brasileira era composta, tradicionalmente, por produtos derivados do complexo soja, tabaco, suco de laranja, equipamentos elétricos, calçados e café, dentre outros. Do lado neozelandês, os laticínios predominavam na pauta de comércio para o Brasil, perfazendo cerca de 50% do total exportado. Ressaltou a nota que, em 2002, fora constituída *joint venture* entre a Nestlé brasileira e o conglomerado Fonterra, que reunia as principais indústrias de produtos lácteos da Nova Zelândia. Tratava-se do primeiro investimento neozelandês na economia brasileira.

Em agosto de 2008, o Ministro Celso Amorim visitou a Nova Zelândia. Em Auckland, seria recebido pela Primeira-Ministra, Helen

Clark, e manteria encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Winston Peters, com quem discutiria os principais temas da agenda bilateral e multilateral. Segundo nota do Itamaraty, o Brasil tinha grande interesse em expandir a cooperação bilateral com a Nova Zelândia, sobretudo no que tangia às áreas de conservação ambiental, turismo e ecoturismo, educação e ciência e tecnologia. Durante a visita, seria assinado o Acordo sobre Programa de Férias e Trabalho, que permitiria a jovens de um país passar até um ano no território do outro país em atividades de estudos, trabalho e turismo. Seria assinado, igualmente, Memorando de Entendimento sobre Conservação Ambiental. O Ministro Amorim se reuniria, também, com o Ministro do Comércio, Philip Goff, para examinar as possibilidades de incremento do comércio e dos investimentos entre os dois países. O intercâmbio comercial com a Nova Zelândia atingira, em 2007, US$ 100,8 milhões, tendo as exportações brasileiras alcançado US$ 72 milhões. Nos sete primeiros meses de 2008, a corrente de comércio somara US$ 81,6 milhões, valor 42% maior que o verificado no mesmo período do ano anterior. O resultado parcial das exportações no ano em curso atingiu, em julho, a soma de US$ 41,5 milhões.

Segundo o Comunicado Conjunto, os dois Governos expressaram o compromisso de realizar consultas regulares sobre temas bilaterais e internacionais por meio do intercâmbio de delegações chefiadas em nível ministerial ou por funcionários de alto nível dos respectivos Ministérios de Relações Exteriores. Essas consultas anuais deveriam incluir "os campos das relações políticas bilaterais, regionais e conjunturas políticas internacionais e suas perspectivas; comércio bilateral e relações econômicas; comércio regional e internacional; conjuntura e perspectivas econômicas; ONU e outros temas políticos multilaterais, entre os quais direitos humanos e meio ambiente, bem como outros temas pertinentes de interesse comum".

9.7. Atuação política multilateral e plurilateral

A atuação multilateral brasileira se daria com ênfase na atuação na ONU e, em muito menor escala, na OEA, exceto quando do tratamento de questões tópicas (como por exemplo a crise em Honduras) ou no caso de direitos humanos. Teriam relevância os novos foros plurilaterais criados no período, sobretudo o IBAS e o BRICs.

Durante o governo Lula seriam criadas quatro delegações junto a organismos internacionais: Genebra (OMC), Lisboa (CPLP), Montreal (OACI) e Viena (AIEA).

9.7.1. ONU

Em declarações ao longo de 2003, Celso Amorim expôs suas ideias sobre a ONU, seu papel e necessidade de reforma. Assim, afirmou, em abril, que a ONU não devia se limitar a "limpar os escombros dos conflitos que ela não tenha sido capaz de evitar". Declarou que não era a Cruz Vermelha, embora o Brasil reconhecesse e valorizasse o seu papel na prestação de assistência humanitária e na reconstrução institucional. Frisou que a preservação da paz e segurança internacionais com pleno respeito aos princípios da Carta era, e devia continuar a ser, sua principal missão. Defendeu, nesse sentido, a ideia de que "um mundo em que o recurso à força deixe de se fundamentar em regras multilaterais será intrinsecamente instável, estruturalmente inseguro". Ressaltou que o Brasil privilegiava "o multilateralismo em toda a amplitude de seu sentido democrático, como a única via dotada de legitimidade para solucionar os problemas que requerem cooperação internacional, por mais que os seus debates possam parecer, por vezes, prolongados e frustrantes". Realçou também o repúdio brasileiro, no plano interno, da "eficácia ilusória da autocracia", assim como o desejo, no plano das relações internacionais, "decisões unilaterais que desconsideram a diversidade de opiniões e os critérios multilateralmente estabelecidos".

Ainda em defesa do multilateralismo, notou, em julho, o aparecimento de "doutrinas" que visavam deixar de lado o processo multilateral quando os interesses próprios aparentemente pudessem ser mais bem atendidos por "uma ação rápida e unilateral". Ressaltou que havia necessidade de "uma barganha entre o poder unipolar e os instrumentos multilaterais", com vista a promover a cooperação internacional e fortalecer os mecanismos institucionais existentes. Argumentou que o recurso à força para prevenir que se materializassem ameaças iminentes só desfrutaria de inquestionável legitimidade internacional se fosse baseado em uma abordagem negociada multilateralmente.

Paralelamente a propostas de reforma, o Brasil daria apoio inequívoco à ONU, seja através de respaldo ao Secretariado, seja pelo pagamento de contribuições atrasadas. Assim, declarou, em setembro, que o Presidente Lula tinha a intenção de quitar, no mais breve possível, a dívida do Brasil com a ONU que montava a US$ 108 milhões. Dois anos depois, o governo brasileiro respaldou o SGNU, Kofi Annan, que acabava de ser inocentado de todas as acusações que a ele se haviam dirigido de malversação de fundos pelo Secretariado da ONU na condução do programa "Petróleo por Alimentos". Ao dar tal apoio, o Itamaraty afirmou que era propósito brasileiro que a ONU se tornasse mais forte e eficiente de modo a promover

os objetivos de desenvolvimento, erradicação da pobreza, e promoção da paz e segurança internacionais com base nos princípios do Direito e do multilateralismo. No tocante às contribuições, por nota à imprensa, em janeiro de 2006, o Itamaraty informou que o Brasil quitara sua dívida com a ONU. Esclareceu que a soma de recursos empenhados pelo Brasil para pagamento à ONU, no ano de 2005, ascendera a US$ 135.109.498,00, o que equivalia a mais de três anos de contribuições para o orçamento regular da ONU, para o orçamento das operações de paz e para os orçamentos dos tribunais penais para ex-Iugoslávia e Ruanda. Concluiu que, com isso, o Brasil encontrava-se, então, em dia com a ONU, eliminando situação de inadimplência crônica que vinha de mais de 10 anos.

9.7.1.1. CSNU

Ao tomar posse, Celso Amorim declarou que defenderia a "ampliação do CSNU com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, de modo a reforçar sua legitimidade e representatividade". De fato, buscaria com vigor alcançar esse objetivo. No primeiro biênio do governo, faria várias declarações em favor da ampliação do CSNU.

Em abril de 2003, declarou que o CSNU devia sua autoridade à sua representatividade e que seu fortalecimento requeria o aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho e sua ampliação equitativa, o que significava essencialmente contar com países em desenvolvimento entre seus membros permanentes. Assegurou que aquele não era um objetivo de um ou de outro país, mas uma "necessidade do próprio sistema internacional".

No final do mesmo mês, na Câmara dos Deputados, afirmou que a reforma do CSNU podia "até ser também uma aspiração brasileira, porque o Brasil era um país grande, legítimo, acreditava poder contribuir, um país de história pacífica, um país que não tinha tido uma guerra nos últimos 130 anos, a não ser a II Guerra Mundial, a que havia acorrido para contribuir para a democracia". Acrescentou que havia uma série de fatores, "além da questão do tamanho da economia e do território", que faziam com que pudesse o Brasil ter aquela aspiração legitimamente. Previu que o tema não sairia da agenda até ser resolvido, estimando que poderia levar um, dois, três anos.

Em setembro, informou que o Brasil propunha o aumento do número dos membros permanentes e não permanentes do CSNU, contando com a participação de um país em desenvolvimento entre os permanentes.

Em entrevista ainda no mesmo mês, notou que os três países do G-3 (Índia, Brasil e África do Sul) eram candidatos a um assento permanente. Afirmou que uma composição do Conselho com trinta membros não seria absurda, embora fosse difícil. Expressou opinião de que, como alguns países entendiam que o órgão funcionaria mal com número elevado de membros, poder-se-ia começar com 24 ou 25 membros e fazer uma revisão a cada 15 anos. Considerou um equilíbrio razoável o ingresso de cinco ou seis novos membros permanentes, quatro de países em desenvolvimento e dois de países desenvolvidos. Reconheceu que não havia unanimidade na América Latina quanto à candidatura brasileira, mas ressaltou que tal não ocorreria em nenhuma região, sendo a latino-americana menos complicada do que outras por não haver questões militares pendentes.

Declarou, em março de 2004, que havia de se observar dois aspectos interligados da reforma da ONU: (a) ampliar a capacidade do CSNU de enfrentar os desafios que se apresentam à paz e a segurança internacionais, entre eles aqueles representados pelo terrorismo internacional e pelas armas de destruição em massa; e (b) conceder ao CSNU a legitimidade e a representatividade necessárias para que ele possa executar suas responsabilidades com maior efetividade e com mais apoio internacional[126].

O pleito brasileiro de vir a se tornar um membro permanente do CSNU não se fazia sem questionamentos da oposição ou da imprensa. A estes responderia Celso Amorim com assiduidade.

Em maio, perguntado sobre a importância da participação brasileira no CSNU, Celso Amorim afirmou que esta consistia na possibilidade de influir em acontecimentos, expressar sentimentos e ideias não só do Brasil, mas também de países da América do Sul.

Em outubro, afirmou que a presença do Brasil no CSNU como membro permanente não era uma aspiração principalmente do Brasil, pois a reforma era uma necessidade da ONU. Admitiu que o Brasil poderia ter que contribuir com tropas, mas considerou que o ônus do membro permanente era o da responsabilidade da decisão. Afirmou que o Brasil era um país maduro para isso: tinha sua visão do mundo, que era uma visão a favor da paz, do multilateralismo, do direito internacional e essa voz teria um efeito positivo. Recordou que o Brasil fora membro não permanente e tivera papel importante em várias questões, muitas vezes, inclusive, dissentindo de algumas das grandes potências. Na sua opinião, essa era a principal vantagem e, ao mesmo tempo, a responsabilidade: era o fato de poder participar das decisões. Ressaltou que isso ajudava a fazer com que as decisões caminhassem no sentido que o Brasil desejava.

Perguntado sobre a reclamação americana da incapacidade e de grande dificuldade de mobilização da ONU na hora em que ela precisava fazer qualquer tipo de intervenção, afirmou que a maior parte das vezes em que a ONU não agira foi por falta de dinheiro. Acrescentou que a falta de dinheiro ocorrera, sobretudo, por falta de contribuição de um dos principais pagantes. Concluiu que aquela ineficiência da ONU tinha nome.

No plano internacional a questão estava longe de encontrar consenso. Em livro lançado naquele momento, Paul Kennedy resumiu os pontos de vista dos que se opunham à reforma do CSNU.

Levantou dúvidas sobre a possibilidade da China acolher a ideia de concessão de poder de veto para a Índia e para o Japão. Julgou improvável que a França e o Reino Unido concordassem em renunciar a seus assentos nacionais. Demonstrou ceticismo quanto a possibilidade de uma alternância entre membros da UE, grandes e pequenos, pudesse aportar política coerente para as deliberações do CSNU. Expressou desconfiança quanto à possibilidade da Rússia concordar com a concessão de poder de veto ao Japão. Notou que quando a Alemanha era mencionada como candidato preferencial, o governo italiano se opunha à ideia. Opinou que o Paquistão, talvez acompanhado por outros países árabes, se sentiriam muito pouco à vontade com esquema que elevasse a Índia à categoria de membro permanente do Conselho. Afirmou que os vizinhos do Japão (sem falar da China) não se entusiasmavam com os argumentos de Tóquio em favor de sua candidatura. Observou que, na América Latina, a presunção de que o Brasil seria o representante natural da região era negada com ênfase por México e Argentina, assim como na África, a ideia de que a África do Sul seria a escolha óbvia era contestada pela Nigéria e pelo Egito (cujos governos aduziam que nenhuma nação árabe tem um assento permanente). Por fim, acrescentou que havia objeções dos países menores que não queriam qualquer aumento do clube privilegiado, por julgarem que cinco países com poder de veto já causavam mal suficiente[127].

Passo importante para dar a projeção internacional ao pleito brasileiro seria a criação do Grupo dos 4 (G-4). Reunidos na cidade de Nova York, em 21 de setembro, representantes da Alemanha, Brasil, Índia e Japão, emitiram Comunicado Conjunto de imprensa no qual afirmaram que "baseados no firme reconhecimento mútuo" de que eram "candidatos legítimos a membros permanentes em um CSNU ampliado", apoiavam suas candidaturas de forma recíproca. Acrescentaram que a África deveria estar representada entre os membros permanentes do CSNU. Declararam que trabalhariam "coletivamente para, junto com outros Estados-membros, realizar uma reforma significativa da ONU, incluindo a do CSNU"[128].

A criação do G-4 animava o Brasil sobre as perspectivas de uma reforma. Durante conferência de imprensa, em 19 de novembro, quando da visita ao Brasil do Ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer, o Ministro Celso Amorim afirmou que as chances dos dois países obterem uma cadeira permanente no CSNU nunca havia estado "num nível tão elevado". Reconheceu, entretanto, que era questão complexa e polêmica em todos os continentes.

O questionamento interno sobre a prioridade brasileira ao tema também continuava. Perguntado pela imprensa em 2 de dezembro, por que era importante para o Brasil ser membro permanente do CSNU, Celso Amorim respondeu que isso contribuía para uma maior influência brasileira nas decisões internacionais. Declarou: "o Brasil é um país grande, tem um peso, pode influir". Acrescentou que estar presente nessas decisões era importante não só para o Brasil, egoisticamente, mas para o mundo. Concluiu que o Brasil podia contribuir para a paz estando no CSNU de maneira mais efetiva.

Com relação à questão do veto no CSNU, opinou que o ideal seria aos poucos reduzir o poder de veto dos que o tinham. Mas reconheceu que no curto prazo isso não era realista. Na sua opinião, uma maneira de restringi-lo seria evitar-se o veto fútil. Explicou que havia muitas resoluções que não afetavam a segurança do país em questão, eram resoluções muitas vezes declaratórias, e eram vetadas. Outras eram vetadas por outras motivações políticas que não tinham a ver com a questão em si. Observou que um membro permanente só podia votar a favor, abster-se ou vetar. Argumentou que podia-se dar a ele uma faculdade que os outros membros têm de votar "não" que não seja veto, porque muitas vezes o que se quer é apenas marcar posição. Propôs que a médio prazo, devia se trabalhar para que o poder de veto fosse exercido com maior autocontenção. Acrescentou que, no futuro, até, quem sabe, poderia ser terminado.

Com relação ao custo político junto à Argentina e ao México, afirmou que não achava que houvesse, pois esses países sabiam que o tema era antigo. Ressaltou que na América do Sul e na América Latina, o Brasil atuava em muita coordenação com os outros países, consultava em assuntos importantes e evidentemente se, viesse a ser membro permanente, o Brasil iria consultar mais ainda. Perguntado sobre a posição dos EUA, único dos cinco membros permanentes que ainda não apoiara o Brasil, respondeu que o governo de Washington nunca falara nada contra o Brasil.

Ainda em dezembro, o G-4 emitiu Comunicado Conjunto, em reação preliminar à divulgação do relatório do painel convocado pelo

SGNU Kofi Annan. Entre outras observações preliminares ao relatório, os países-membros expressaram opinião de que a "expansão em ambas as categorias de membros do CSNU, permanente e não permanente, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas essas categorias" supririam as deficiências estruturais do Conselho. Declararam que tal proposta figurava entre as formuladas no relatório do Painel de Alto Nível e faria com que o CSNU melhor refletisse a realidade contemporânea.

Em telefonema ao SGNU Kofi Annan, Celso Amorim salientou, segundo constou de nota à imprensa, "a importância da decisão do Secretário-Geral de constituir grupo de alto nível para apresentar propostas para uma reforma abrangente da ONU, com o objetivo de tornar seus principais órgãos mais representativos e eficazes". Com a possibilidade da criação de um grupo para examinar a reforma do CSNU, aumentavam as expectativas brasileiras. Em entrevista concedida no dia 16 de dezembro, Celso Amorim declarou que a reforma do CSNU nunca estivera tão perto e que, se houvesse, o Brasil estava mais perto de dela ser parte.

O ano de 2005 seria o mais promissor para a reforma do CSNU. Somar-se-ia à formação do G-4 no ano anterior, a publicação do relatório do SG da ONU e a aproximação da celebração dos 60 anos da organização. O Brasil mostrava-se ativo no CSNU e ocuparia, em março, a Presidência rotativa do CSNU.

Por nota de 1º de março de 2005, o Itamaraty informou que estava em curso "intenso debate para a reforma do órgão, com a possível ampliação dos assentos permanentes e não permanentes". Reiterou que o Brasil considerava fundamental que se promovesse a ampliação do CSNU, de forma a torná-lo mais legítimo e representativo, inclusive com o ingresso de países em desenvolvimento entre os novos membros permanentes.

Em artigo de 4 de março, Celso Amorim expôs argumentos favoráveis à ampliação do CSNU. Afirmou que o Brasil desejava um CSNU ampliado, no qual pudesse ser defendido um enfoque da segurança com base nos vínculos entre paz, desenvolvimento e justiça social: "um Conselho mais representativo, legítimo e eficaz constituiria um freio importante à tentação do recurso unilateral à força e poderia dar um impulso renovado ao tratamento mais equilibrado das questões que maior impacto tinham sobre a paz e segurança internacional, entre elas a do Oriente Médio e, particularmente, as chamadas novas ameaças (terrorismo, tráfico de armas e de drogas, proliferação de armas de destruição em massa)".

Ainda em março, Kofi Annan, SGNU, apresentou proposta de reforma que, entre outras recomendações, buscava tornar o CSNU mais representativo[129]. Por nota, o Itamaraty divulgou Comunicado do G-4 sobre o relatório do SGNU pelo qual os países do G-4 manifestaram a esperança de que, com o apoio da grande maioria dos membros, viesse a ser possível adotar uma resolução sobre a reforma do CSNU até meados daquele ano.

A defesa da "ampliação do CSNU com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes", proposta por Celso Amorim na sua posse, continuou intensa. Em artigo publicado, em várias capitais latino-americanas, o Ministro tratou do que parecia ser a maior dificuldade para a aprovação da reforma da CSNU, ou seja, a posição dos países africanos.

Informou que os Ministros africanos haviam apoiado a chamada "Opção A" constante do relatório do SGNU que contemplava, além de três assentos não permanentes, seis novos membros permanentes no CSNU, entre os quais estariam países em desenvolvimento da África, Ásia, e América Latina e Caribe. Alegou que a "Opção A" estava em conformidade com o que desejava a grande maioria dos países de todas as regiões do mundo, conforme havia notado o Presidente da Assembleia-Geral da ONU, o Chanceler Jean Ping, do Gabão, quando dos debates realizados naquele ano sobre as propostas de expansão do CSNU. Observou que a ONU era integrada por países e não diretamente por regiões e que isso não devia impedir que a atuação dos membros do CSNU refletisse consensos regionais. Ressaltou que a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) havia mostrado que existia no continente um desejo de cooperação em temas relativos à paz e à segurança. Declarou que o Brasil havia recebido manifestações de apoio de países de todas as regiões à sua incorporação como membro permanente em um CSNU reformado. Assegurou que, se conduzido à categoria de membro permanente, o Brasil atuaria em estreita e frequente coordenação com seus vizinhos, de modo a reforçar o sentido de representatividade de suas posições.

O Brasil mostrava-se ativo no CSNU. Segundo nota do Itamaraty, durante a Presidência brasileira, o CSNU reunira-se 26 vezes, realizara 19 consultas entre seus membros, adotara 9 resoluções e emitira 5 declarações presidenciais.

Em entrevistas diversas durante o primeiro semestre do ano, Celso Amorim e o Representante Permanente do Brasil na ONU expressaram opiniões sobre a reforma, embora admitindo as dificuldades encontradas.

Em 10 de abril, afirmou a um jornal egípcio que seria mais do que lógico que o mundo árabe tivesse um assento permanente no

CSNU. Defendeu a ideia de que não faria grande diferença se o CSNU fosse composto de 24 ou 25 membros, mas já 30 membros, por exemplo, seria diferente. Expressou ideia de que seria possível encontrar fórmula que assegurasse uma boa representação para a África e outras áreas em desenvolvimento na América do Sul, Ásia e mundo árabe.

Em 13 de maio, afirmou que o Brasil e os outros países do G-4 não haviam "jogado a toalha" e continuavam trabalhando pela reforma que poderia lhes garantir vaga permanente no CSNU. Reconheceu que tinha havido uma derrota no primeiro *round* – a decisão da União Africana de apoiar proposta diferente da do G-4 – mas declarou que esta não o desanimava.

No dia 30 de maio, afirmou que o tema da reforma do CSNU não estava colocado na agenda da ONU pelo Brasil, mas fora incluído havia 12 anos, pelo Presidente Clinton, quando quisera que a Alemanha e o Japão se tornassem membros permanentes. Ressaltou que o próprio SGNU lançara um processo de reforma. Frisou que o Brasil encontrava-se junto com a Alemanha, o Japão e a Índia, notando que se tratavam dos dois países mais ricos do mundo depois dos EUA, com os PIBs mais altos, e o segundo país em população. Disse que o Brasil defendia novos membros permanentes cobrindo as regiões das quais esses países fizessem parte e mais dois para a África.

Em 21 de junho, o Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Ronaldo Sardenberg, declarou que proposta do G-4 para reforma da ONU obtivera "uma boa repercussão" e , de maneira geral, fora "muito bem recebida".

No dia seguinte, o G-4 emitiu declaração conjunta em que seus membros expressaram sua determinação de formalizar o texto de resolução quadro, com vistas à sua adoção pela Assembleia Geral após as reuniões de cúpula da UA e da CARICOM em julho. Nesse contexto, o Brasil continuava sua campanha.

Em 8 de julho de 2005, o Itamaraty divulgou declaração do G-4 emitida depois de reunião realizada na Embaixada brasileira em Londres, com o objetivo de examinar os desdobramentos da Cúpula da UA em Sirte e de discutir perspectivas de ação conjunta no futuro imediato com relação à expansão e reforma do CSNU.

Momento decisivo para a questão da reforma do CSNU ocorreria em 11 de julho quando o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto à ONU, apresentou projeto de resolução nesse sentido em nome de 29 países[130]. Elencou os seguintes argumentos:

- As realidades de poder de 1945 já haviam sido havia muito superadas; a estrutura de segurança então estabelecida já estava claramente ultrapassada; para desempenhar de maneira eficaz suas funções e poderes, o CSNU necessitava de uma reforma abrangente, inclusive com a expansão da categoria de membros permanentes, de forma a ajustá-lo ao mundo contemporâneo; uma reforma daquela natureza dotaria o Conselho de melhores condições para lidar com ameaças à paz cuja natureza e características tinham sofrido mudanças, bem como contribuiria para o cumprimento mais sistemático e eficaz de suas decisões; a representatividade e a participação equitativa deviam ser claramente refletidas na composição do CSNU; a legitimidade das decisões do Conselho só estaria assegurada se promovida a sua atualização em conformidade com aqueles princípios; e

- O projeto de resolução visava ao aumento da composição do CSNU de forma a refletir novas realidades; conforme previsto no projeto, a expansão conformaria um equilíbrio de forças capaz aperfeiçoar a capacidade de resposta do Conselho aos pontos de vista e às necessidades de todos os Estados-membros, em particular dos países em desenvolvimento, e de assegurar o aprimoramento de seus métodos de trabalho; o projeto determinava a consideração futura da questão do veto, e previa o exame da eficácia e composição do Conselho, quinze anos após a entrada em vigor das mudanças propostas; os copatrocinadores que não pretendiam impor um voto sobre o assunto antes que tivesse sido discutido de forma abrangente pelos Estados-membros no decorrer do debate.

O próprio Presidente Lula expressou-se sobre a questão durante um discurso em Paris no dia 13 de julho. Manifestou esperança de que a reforma do Conselho pudesse ter um desfecho favorável no futuro próximo, abrindo caminho para a consideração de outras mudanças não menos cruciais. Mencionou entre elas, o fortalecimento dos demais órgãos principais, e a revisão e eventual criação de novas instâncias para lidar com a construção da paz e o respeito aos direitos humanos.

Por sua vez, Celso Amorim continuaria a se manifestar sobre a reforma e sobre os modos em que poderia se efetuar. Em entrevista concedida em 24 de agosto (e publicada em 18 de setembro), notou que havia duas pequenas diferenças entre as posições da União Africana e a o G-4: os africanos pediam veto para os novos membros permanentes; e um assento a mais, não permanente, além do que já estava no projeto do G-4, para a União Africana. Explicou que o G-4 não era contra, mas, também por uma questão de realismo, havia feito outra proposta de compromisso.

O Presidente Lula voltou a se expressar sobre o tema num discurso em Nova York, no dia 14 de setembro. Afirmou que era preciso adequar o CSNU às exigências políticas e econômicas de um mundo em profunda transformação. Declarou que não era admissível que o Conselho continuasse a operar com um claro déficit de transparência e representatividade. Argumentou que a boa governança e os princípios democráticos, que se valorizava no plano interno, deviam igualmente inspirar os métodos de decisão coletiva e o multilateralismo. Concluiu que, para a maioria dos países-membros da ONU, isto significava aumentar o número de membros permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento de todas as regiões nas duas categorias.

Em discurso na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, no dia 17 de setembro, Celso Amorim declarou que reforma devia ser "a palavra de ordem" na ONU. Afirmou que a reforma do CSNU destacava-se como peça central do processo em que a ONU estava envolvida. Ressaltou que a necessidade de fazer com que o Conselho se tornasse mais representativo e democrático era reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros. Argumentou que nenhuma reforma do CSNU seria significativa se não contemplasse uma expansão dos assentos permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. Defendeu a ideia de que não se podia aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo. Manifestou opinião de que um Conselho mais eficaz devia ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Concluiu que não parecia razoável imaginar que o Conselho poderia continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolvesse seu déficit democrático.

A campanha desenvolvida pelo Ministro Celso Amorim continuaria por meio de entrevistas e artigos até o final do ano de 2005. Em entrevista concedida no dia 20 de setembro, reconheceu que as decisões do CSNU tinham legitimidade legal, mas disse que havia a necessidade de legitimidade política a fim de que os países sentissem que suas posições estavam sendo consideradas. Disse que a vantagem comparativa que o Brasil tinha era a capacidade de resolver os problemas pacificamente; seus próprios problemas e os de outros povos. Argumentou que o Brasil estava habilitado a "construir pontes" que outros países não estavam.

Em artigo que publicou, no dia 3 de outubro, a respeito dos 60 anos da ONU, Celso Amorim declarou que o Brasil privilegiava um sistema de segurança coletiva verdadeiramente multilateral, em que a força militar fosse contemplada como último recurso, uma vez esgotados todos os

esforços diplomáticos. Afirmou que era irrealista pensar que a questão da reforma do CSNU poderia ser resolvida por consenso.

A questão da oposição da Argentina e do México à pretensão brasileira foi tratada diretamente por Celso Amorim em entrevista concedida no dia 9 de outubro. Ressaltou o peso que o Brasil tinha, em decorrência do território, da população, do PIB e também da ação diplomática. Disse que não era realista achar que haveria três países da América Latina no CSNU. Concluiu que era preciso ver quais países tinham viabilidade para dele participarem. Por fim, afirmou que devia haver algum mecanismo de revisão, pois ser membro permanente não significava ser membro eterno.

Em 25 de novembro, Celso Amorim publicou artigo no qual se referiu à aspiração do Brasil a um CSNU ampliado, que contasse com novos membros, permanentes e não permanentes, com a presença de países em desenvolvimento nas duas categorias. Declarou que o conjunto de iniciativas do governo na área externa revelava a disposição do Brasil de contribuir ativamente para a construção da paz e da segurança entre as nações, a partir de uma visão que privilegiava o desenvolvimento econômico com justiça social. Argumentou que a situação do Conselho expunha um grave e crescente descompasso: a expansão das atribuições do órgão para tratar de temas como terrorismo e não proliferação, sem a contrapartida da revisão dos desequilíbrios em sua representatividade, tenderia a agravar os questionamentos que se faziam a respeito de suas ações (ou inação) e comprometer-lhes a eficácia.

Para demonstrar o compromisso brasileiro com o CSNU, por nota, o Itamaraty relatou sua atuação como membro não permanente ao encerrar-se, em 31 de dezembro de 2005, seu nono mandato eletivo naquele órgão: Notou que, juntamente com o Japão, o Brasil era o país que mais vezes ocupara assento não permanente no Conselho. Ressaltou que a participação do Brasil em todos os debates e consultas realizadas pelo CSNU no biênio 2004/2005 ocorrera em consonância com a tradição brasileira de defesa do multilateralismo e do direito internacional. Declarou que o Brasil trouxera para o CSNU uma perspectiva coerente com os interesses dos países em desenvolvimento e da região latino-americana e caribenha. Sublinhou que defendera o reforço da capacidade da ONU para a prevenção de conflitos, mediação, construção da paz e enfrentamento das causas econômicas e sociais dos conflitos, dentro do respeito à soberania dos países afetados.

Destacou, na atuação do Brasil, a coordenação das consultas do Conselho a respeito do mandato da Missão da ONU de Estabilização no

Haiti (MINUSTAH) e para o estabelecimento do Escritório da ONU no Timor Leste (UNOTIL) em substituição à operação de paz naquele país, a UNMISET, cujo mandato se encerrara. Salientou também que o Brasil atuara diretamente, também, na coordenação da atuação do CSNU em apoio ao processo político de Guiné-Bissau, com a renovação do mandato do Escritório da ONU em Guiné-Bissau (UNOGBIS).

A AGNU de 2005 terminaria sem apresentar os resultados desejados pelo Brasil que, não obstante, continuou a adotar medidas para aumentar seu credenciamento como candidato a um assento permanente do CSNU. Por nota à imprensa de 2 de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que o Brasil quitara sua dívida com a ONU. Esclareceu que a soma de recursos empenhados pelo Brasil para pagamento à ONU, no ano de 2005, ascendera a US$ 135.109.498,00 o que equivalia a mais de três anos de contribuições para o orçamento regular da ONU, para o orçamento das operações de paz e para os orçamentos dos tribunais penais para ex-Iugoslávia e Ruanda. Concluiu que, com isso, o Brasil encontrava-se, então, em dia com a ONU, eliminando situação de inadimplência crônica que vinha de mais de 10 anos.

Enquanto isso, a diplomacia brasileira procurava manter o tema na pauta da ONU. Em entrevista concedida no dia 15 de maio de 2006, Celso Amorim notou que, no ano anterior, surgira oportunidade para reforma do CSNU, porque a ONU fazia 60 anos. Julgou que a alegação de falta de unidade na África foi uma jogada de países com maior experiência que não queriam a reforma naquele momento ou daquela maneira. Estimou que se tivesse havido 80% dos votos africanos, a reforma teria passado. Declarou que esta não era um pleito do Brasil, mas uma necessidade da própria governança internacional, pois o CSNU não era mais representativo da realidade do mundo. Disse que não via os EUA vetando o Brasil. Argumentou que o país não tinha uma posição de confrontação e, sem ser subserviente aos interesses americanos, tinha adotado na região uma posição de independência que, no fundo, contribuía para uma maior tranquilidade.

Aos argumentos, somavam-se ações concretas do governo brasileiro. Por nota de 5 de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que Brasil, Alemanha e Índia haviam reapresentado, naquele dia, projeto de resolução (A/60/L.46) sobre a reforma do CSNU (acrescentou que o projeto tinha teor idêntico ao projeto A/59/L.64, que havia sido apresentado à 59ª Sessão da Assembleia Geral, em julho de 2005). Explicou que o projeto previa a criação de dez novos assentos no CSNU, dos quais seis permanentes e quatro não permanentes. Acrescentou que previa, ainda, a reforma dos métodos de trabalho do Conselho, de modo a torná-los mais transparentes e eficientes.

O Chanceler e o próprio Presidente continuariam em 2006 a se manifestar a favor da reforma do CSNU, embora, por vezes, reconhecendo as crescentes dificuldades. Em 5 de janeiro de 2006, Celso Amorim afirmou que, se a reforma do CSNU não acontecesse naquele ano e a posição brasileira fosse mais fortalecida, era necessário ter paciência, pois a reforma viria. Declarou que disso não tinha dúvida, porque a ONU não podia continuar tendo uma estrutura que fora formulada em 1945. Disse que o que interessava ao Brasil era dar os passos naquela caminhada.

Em entrevista no dia 24 de fevereiro, o Presidente Lula afirmou que a África que tinha 59 países deveria ter ao menos dois representados no CSNU. Na abertura do Seminário "As ONU: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional", por ocasião do 61° aniversário da ONU, no dia 24 de outubro de 2006, na cidade de Brasília, Celso Amorim ponderou que havia dois aspectos fundamentais que tinham a ver com as reformas: um era o funcionamento e o outro era a questão da composição. Na questão do funcionamento, o problema central era o problema do veto que, na sua opinião, não seria resolvido na década. Referiu-se a formas para limitar o uso do veto. Quanto ao problema da composição, notou que nem a África, nem a América Latina e nem a Ásia (com exceção da China) estavam representadas no CSNU como membros permanentes. Disse que se o Brasil viesse a ocupar um assento permanente, teria de fazer isso em consulta com a região. Declarou que a ONU compunha-se de países e não de regiões.

Em artigo publicado no dia 17 de dezembro de 2006, Celso Amorim argumentou que um dos problemas centrais no funcionamento do CSNU era o veto. Afirmou que o Brasil defendia que cada veto estivesse sujeito a explicação. Expressou também a ideia de interpretar a Carta da ONU para permitir que membros permanentes do conselho dessem voto negativo, sem que isso implicasse necessariamente vetar um projeto de resolução. Defendeu a ideia de que, a fim de ajudar na formação de um sistema mais democrático, os novos membros permanentes não tivessem direito a veto.

Em discurso que proferiu no mês de fevereiro de 2007 sobre operações de manutenção de paz, o Ministro Celso Amorim afirmou que mais de 1.200 militares e policiais brasileiros participavam em nove das 15 missões existentes, a grande maioria deles no Haiti. Até o final do ano, o Chanceler brasileiro continuaria a dar dados que credenciavam o Brasil a ocupar um assento permanente no CSNU.

Declarou, em novembro de 2007, que a reforma da ONU não estaria completa sem a expansão e a atualização do seu CSNU, cujos membros permanentes seguiam sendo os mesmos de seis décadas antes. Defendeu

o lançamento imediato de negociações, alegando que já não era hora de seguir apenas debatendo e que era preciso decidir[131].

Ainda no mesmo mês, notou que, no total, o Brasil já participara de mais de 30 missões e cedera cerca de 17 mil homens. Observou que, naquele momento, o país participava de 10 das 18 operações de paz da ONU e estava no Haiti, dando sua contribuição para o êxito da MINUSTAH, juntamente com outros países latino-americanos. Detinha o comando militar da Missão desde sua criação, e possuía 1.200 soldados no terreno, além de oficiais de Estado-Maior[132].

Em entrevista no mês de dezembro de 2007, afirmou que, na ONU, o Brasil tinha trabalhado com seus parceiros do G-4 e outros países para impulsionar uma reforma abrangente, que conferisse maior representatividade, eficácia e legitimidade ao CSNU. Lembrou que o Brasil contribuíra "de forma decisiva para a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz", para os quais havia sido eleito. Notou que a Comissão era antiga reivindicação brasileira para dar tratamento multilateral a situações em países recém-saídos de conflitos, mas ainda frágeis, como Guiné-Bissau, Timor Leste e Haiti. Recordou que, desde 2004, o Brasil detinha o comando militar da Missão de Estabilização da ONU no Haiti. Argumentou que o Brasil ganhara autoridade para exigir maior apoio da comunidade internacional ao desenvolvimento haitiano.

Em 2008, as declarações oficiais denotavam ainda interesse pelo tema, mas realismo quanto a alcançar resultados a curto prazo. Em entrevista concedida no mês de março de 2008, afirmou que não haveria membros permanentes da mesma forma como foram os da carta de 1945. Considerou que membro permanente com poder de veto, isso não seria mais possível. Concluiu que, a longo prazo, não haveria países-membros com poderes tão arbitrários como os de hoje.

Em entrevista concedida ainda no mês de março de 2008, Celso Amorim reconheceu que "um processo de reforma, que mexesse nos pontos mais sensíveis, como é, sobretudo, a composição do CSNU", não seria simples e poderia "tomar tempo". Mostrou-se porém convencido de que tal processo tinha avançado.

Em pronunciamento no mês de abril de 2008, Celso Amorim afirmou que a mídia brasileira via em qualquer ação do Brasil, tais como enviar tropas para o Haiti ou ajudar a Pastoral da Criança no Timor Leste, uma obsessão de entrar no CSNU. Declarou que isso não era verdade, pois o Brasil tinha essa aspiração porque achava que o CSNU tinha que ser mudado; e faria essas ações com ou sem o processo de reforma do

CSNU. Concluiu que fazia porque estava interessado efetivamente em contribuir para a paz mundial; fazia porque sabia que o Brasil podia contribuir para isso.

Em conferência que pronunciou no dia 25 de abril de 2008, argumentou que seria sempre um desafio conciliar ideais de igualdade e democracia com a necessidade prática de se ter um Conselho eficaz, que pudesse agir com a rapidez exigida pelas circunstâncias. Argumentou que a reforma do Conselho teria assim que encontrar um difícil equilíbrio entre critérios de representatividade e eficácia. Sobre este ponto, afirmou que a integração sul-americana deveria colaborar para que houvesse um sistema de consultas mais aprimorado no âmbito regional. Julgou que a consolidação da UNASUL ajudaria nesse sentido. Concluiu que a aproximação do Brasil com os demais países da América Latina e do Caribe também faria com que a atuação brasileira em um CSNU ampliado se beneficiasse dessa concertação regional.

Em palestra proferida no dia 2 de setembro de 2008, afirmou que o único órgão efetivamente com poder executivo, "mandatório", da ONU era o CSNU e que este só conseguia atuar efetivamente quando havia um consenso, ou pelo menos uma não oposição dos membros permanentes.

No discurso que pronunciou no dia 23 de setembro de 2008, na abertura do debate geral da 63ª AGNU, o Presidente Lula notou que a ONU discutia havia 15 anos a reforma do CSNU. Afirmou que a estrutura estava "congelada" havia seis décadas, respondia "cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo". Argumentou que sua "representação distorcida" era "um obstáculo ao mundo multilateral" que todos almejavam. Considerou, nesse sentido, "muito auspiciosa a decisão da Assembleia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma" do CSNU.

Em 2009, a questão da reforma do CSNU perderia o ímpeto, aliás, já enfraquecido no triênio anterior. A ONU parecia sobrecarregada: em janeiro, havia 110 mil pessoas envolvidas em operações de paz da ONU e ainda mais 20 mil autorizadas a serem deslocadas naquele ano[133]. Chris Patten chamou a atenção para a diversificação de países contribuintes de forças de paz, alcançando o total de 117 naquele ano[134]. Com argumentos semelhantes aos de Paul Kennedy, questionou a possibilidade da Itália aceitar a Alemanha; a França e o Reino Unido cederem seus assentos para UE; a China aceitar o Japão; o Paquistão aceitar o ingresso da Índia; o México e a Argentina aceitarem o Brasil; além de ressaltar a dificuldade de se escolher na África entre África do Sul e Nigéria, e deixar o Egito fora do CSNU[135].

Apesar das dificuldades, Celso Amorim mantinha a defesa da reforma do CSNU. Em palestra no final de janeiro em Portugal, afirmou que a reforma da ONU, em particular de seu CSNU, decorria da necessidade de aumentar a legitimidade, transparência e representatividade nas suas decisões. Arguiu que, mesmo sem resolver todos os problemas (como o do veto, por exemplo), um Conselho ampliado enviaria aos Estados-membros uma mensagem de confiança na capacidade da ONU de se adaptar aos novos tempos.

Em entrevista concedida no mês de maio de 2009, reconheceu a complexidade do tema da reforma do CSNU, mostrando conformismo com a ideia de que a reforma não ocorresse no governo Lula: "Se será no governo Lula ou não, não estamos preocupados".

O Presidente Lula também reconhecia não ter havido avanços. Em entrevista, no mês de maio, reconheceu que a China tinha divergência com o Japão; que a Itália tinha divergência com a Alemanha; e acrescentou que haveria outras divergências que ele "não poderia contar naquele momento". Argumentou que, entretanto, ninguém tinha divergência com o Brasil. Julgou que a questão dependia "muito dos EUA". Revelou ter tentado "muito com o Presidente Bush", tendo chegado "a ponderar que ele não poderia deixar a Presidência sem fazer a reforma no Conselho da ONU". Informou ter Bush dado "um avanço importante" ao pedir que a Secretária de Estado Condoleezza Rice conversasse com o Ministro Celso Amorim, mas não havia sido possível conseguir avançar. Expressou desejo de retomar o tema com o Presidente Obama.

Em entrevista concedida no mês de junho de 2009, o Presidente Lula expôs, novamente com franqueza, as dificuldades para reformar o CSNU e revelou que o Presidente da China, Hu Jintao, havia lhe dito que nada tinha contra o Brasil, mas contra o Japão e, por essa razão, não favorecia a reforma.

Em entrevista coletiva concedida no mês de setembro, após a Cúpula do G-20 Financeiro realizada em Pittsburgh, o Presidente revelou algumas de suas gestões e concluiu que seria "uma questão de tempo".

No final do ano, ainda em meio a consequência de enorme crise financeira, a atenção internacional voltava-se para outras questões vistas como mais prementes do que a ampliação do CSNU. Não faltariam declarações do Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim no sentido de que reformas necessárias no sistema financeiro internacional, FMI e Banco Mundial, incluíssem também a da ONU.

9.7.2. Desarmamento e não proliferação de armas nucleares

Em abril de 2003, Celso Amorim afirmou que não se podia descuidar do trabalho da AGNU na área do desarmamento e não proliferação, que considerou serem "duas faces de uma mesma moeda". Informou que, como integrante do grupo da chamada "Nova Agenda" (composto também por África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia), o Brasil manteria uma ação coordenada sobre o tema da eliminação total de armas nucleares, sem a qual – opinou – todos os esforços com vistas à não proliferação de armas de destruição em massa permaneceriam incompletos.

Essa ênfase na importância também do desarmamento (e não apenas da não proliferação) marcaria a atuação brasileira no tema. Em julho, Celso Amorim afirmou que o Brasil estava convencido de que, enquanto os arsenais nucleares não fossem drasticamente reduzidos, com vistas a sua eliminação, eles continuariam a ser um "incentivo (ainda que não uma justificativa) à proliferação". Acrescentou que o mesmo se aplicava às armas químicas e biológicas. Concluiu que, em suma, os esforços de não proliferação deviam ser perseguidos em compasso com os do desarmamento verificável.

O Brasil continuaria a atuar, no plano multilateral, em coordenação com a coalizão de países da Nova Agenda. Em setembro, o Itamaraty divulgou declaração dos Ministros das Relações Exteriores daquele grupo de países a respeito da questão de desarmamento. Entre muitas asserções, os Ministros fizeram um chamamento à Federação Russa e aos EUA para tornar irreversível e verificável o Tratado sobre Reduções de Armas Estratégicas Ofensivas ("Tratado de Moscou") e para tratar da questão das ogivas não operacionais, de modo a transformá-lo em uma medida de desarmamento nuclear. Apelaram para que Índia, Israel e Paquistão acedessem ao TNP como Estados não nuclearmente armados e para que colocassem as respectivas instalações sob salvaguardas abrangentes da AIEA. Expressaram sua profunda preocupação com o anúncio feito pela Coreia do Norte de sua intenção de abandonar o TNP e com os desdobramentos correlatos. Neste sentido, fizeram um chamamento à RDPC para que reconsiderasse sua decisão e apoiaram todos os esforços para uma pronta e pacífica solução da situação, que permitisse àquele país retornar ao pleno cumprimento dos dispositivos do TNP.

Celso Amorim não pouparia críticas aos países nucleares com respeito ao desarmamento. Em artigo de outubro, afirmou que à "atitude norte-americana de leniência em face do regime do Tratado de Não

Proliferação Nuclear (TNP)" somava-se o cumprimento insatisfatório por Washington e demais potências "oficialmente" nucleares (Rússia, China, França e Reino Unido) das obrigações de desarmamento contidas no tratado – em desconsideração às exigências reforçadas que se adotaram, por consenso, na Conferência do TNP em 2000. Ressaltou que, mais do que nunca, parecia-lhe claro que a permanência dos arsenais dos cinco países reconhecidos pelo TNP como nuclearmente armados seguiria constituindo um forte estímulo à proliferação, seja por outros Estados, seja por grupos não estatais ou terroristas.

Não relutaria Celso Amorim em repetir os mesmos argumentos na Índia, país em desenvolvimento com capacidade nuclear bélica. Em palestra, em Nova Délhi, no mês de janeiro de 2004, reiterou seus argumentos de que, enquanto os arsenais nucleares não fossem drasticamente reduzidos, com vistas à sua eliminação, eles continuariam a ser um incentivo (ainda que não uma justificativa) à proliferação. Afirmou que os esforços de não proliferação deviam ser perseguidos "em compasso com os do desarmamento verificável"[136].

As declarações brasileiras em matéria nuclear não seriam apenas críticas aos países nucleares com relação ao desarmamento nuclear, mas também defensivas do programa nuclear brasileiro para fins civis. Em abril, o governo brasileiro emitiu nota à imprensa sobre o programa nuclear brasileiro na qual explicou a respeito da planta de enriquecimento de urânio que estava sendo construída em Resende, Rio de Janeiro. Esclareceu que era de baixo teor, de menos de 5%, e destinava-se a usinas nucleares. Informou que estavam sendo discutidos entre o governo brasileiro, a AIEA e a ABACC os procedimentos de salvaguardas que seriam aplicados àquela planta. Declarou que, nas negociações, a parte brasileira tinha buscado garantir que os procedimentos a serem adotados respeitassem dois princípios: "por um lado, possibilitar às Agências a aplicação de um controle efetivo do material nuclear utilizado e, por outro, garantir que o país possa preservar seus segredos tecnológicos e interesses comerciais decorrentes".

Em linha com a ação da Coalizão da Nova Agenda, no mês de setembro, Celso Amorim assinou com Ministros dos países-membros, um artigo que defendia que a Não Proliferação e o Desarmamento caminhassem de forma paralela[137].

A ação defensiva contra críticas ao programa nuclear brasileiro também continuaria. Em outubro, o Embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, publicou artigo no qual expressou desagrado pelo fato de ver o Brasil mencionado em grandes jornais internacionais como um país cujas atividades nucleares seriam preocupantes. Afirmou que o governo brasileiro

não tinha nada a esconder, pois, sendo uma democracia, todas as iniciativas do Estado estavam sujeitas a controles com base na norma constitucional, que proibia atividades nucleares para fins bélicos. Declarou que, como signatário de diversos tratados internacionais, o Brasil sujeitava-se às inspeções rotineiras da AIEA. Ressaltou que a proteção da tecnologia não era pretexto do governo para transgredir acordos internacionais. Argumentou que, se a tecnologia brasileira vazasse, não apenas o país perderia competitividade científica, técnica, comercial e industrial, mas também os intensos esforços de capacitação nuclear poderiam vir a ser mais facilmente retardados, como o vinha sendo havia décadas.

Essa ação defensiva também era objeto de esclarecimentos técnicos. Em novembro, o Itamaraty e o Ministério de Ciência e Tecnologia emitiram nota conjunta sobre os entendimentos relativos à entrada em funcionamento da Usina de Resende. Segundo o documento, a fábrica recebera a visita de técnicos da AIEA "para verificação das informações fornecidas no Questionário de Informação de Desenho ('*Design Information Questionary*'), passo necessário ao início do comissionamento da planta, ou seja, entrada em operação da planta". Acrescentou que a visita fora considerada plenamente bem-sucedida e todos os procedimentos haviam sido cumpridos. Concluiu que, do ponto de vista das Salvaguardas Internacionais, a planta da fábrica da INB estava em condição de iniciar a fase de comissionamento, com a introdução do gás de urânio UF6 a ser enriquecido.

As explicações brasileiras sobre o programa nuclear brasileiro diziam também respeito à sua percepção externa. Em entrevista concedida no mês de dezembro de 2004, Celso Amorim negou que os EUA estivessem pressionando o Brasil a não avançar muito no seu programa de enriquecimento de urânio. Mas reconheceu que havia "ONGs e segundo escalão do governo (dos EUA) dando declarações". Afirmou que o Secretário de Estado Colin Powell estivera no Brasil e dissera que tinha confiança em que o enriquecimento de urânio era só para fins pacíficos.

Em maio de 2005, realizou-se a VII Conferência de Revisão do TNP. Marcou-se pelas enormes diferenças de visão entre os EUA, que desejavam uma conferência centrada na não proliferação em especial na questão do Irã, e a maioria dos demais países que desejava enfoque na questão do desarmamento nuclear. Na opinião de Chris Patten, dada a atitude dos EUA para com o desarmamento (Bush, Cheney/ Bolton), a Conferência foi um "não evento"[138]. Em discurso na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, Celso Amorim lamentou profundamente que a VII Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear não tivesse produzido resultados tangíveis.

Argumentou que, ao lado dos esforços para a não proliferação, devia-se continuar a trabalhar incansavelmente para o desarmamento nuclear.

A importância que o Brasil atribuía ao tema do desarmamento e da não proliferação seria deixado clara quando, pelo Decreto nº 5.582, de 16 de novembro, o governo brasileiro criou a Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, separada portanto da embaixada junto ao governo austríaco.

O Brasil continuaria ativo nos grupos relativos à questão nuclear, aos quais aderira na década anterior. Assim, por nota de maio de 2006, o Itamaraty informou que seria realizada, em Brasília, no início do mês seguinte, a 16ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG). Acrescentou que, na Reunião Plenária de Brasília, a Presidência do NSG, sujeita a rodízio anual e então exercida pela Noruega, seria transmitida pela primeira vez ao Brasil, que a ocuparia na pessoa do Embaixador José Artur Denot Medeiros, Representante Especial para Desarmamento e Não Proliferação. No seu discurso durante a sessão plenária de abertura, Denot Medeiros afirmou que o Brasil era membro ativo do grupo desde sua adesão, mantinha posição coerente e extensa de apoio ao desarmamento nuclear e à não proliferação, e mantinha um programa nuclear amplo e complexo, que incluía o processamento integral desde a mineração de urânio até a produção de combustível para duas usinas nucleares e diversos reatores de pesquisas.

O programa nuclear brasileiro não era apenas defendido, mas também ressaltado. Em novo artigo publicado em Londres no mês de junho, o Embaixador em Londres, José Maurício Bustani, afirmou que passara quase despercebido que, no mês anterior, o Brasil fora alçado a um novo patamar internacional ao integrar "o seleto grupo de 10 países dotados de capacidade de enriquecer urânio".

O enriquecimento de urânio pelo Brasil causava interesse não apenas no exterior, mas mesmo no âmbito interno. Assim, em entrevista concedida no mês de maio de 2008, Celso Amorim respondeu pergunta de jornalista brasileiro sobre a possibilidade de o Brasil e a Argentina virem a "dominar o ciclo completo do átomo juntos":

> [...] o Brasil já posso dizer que domina em grande parte. [...] o Brasil já tem atividades de enriquecimento que estão ocorrendo, não estão ocorrendo em larga escala industrial, mas estão ocorrendo. Eu acho que há muita coisa que nós podemos fazer juntos, sim, e eu acho que haverá o momento em que essas coisas que nós poderemos fazer juntos podem chegar até o enriquecimento. Não vejo que haja problemas, porque são dois países que têm a finalidade

> puramente pacífica. Claro que cada país é sempre zeloso do seu segredo tecnológico. Isso é uma coisa que a gente também tem que pensar. Mas eu acho que há formas de colaborar que permitam em algum momento chegar a isso. Talvez não seja para amanhã, nem depois. Mas como na Europa há várias organizações que contribuíram para isso – a Urenco, por exemplo (empresa que resultou de iniciativa conjunta da Holanda, Alemanha e Reino Unido para enriquecer urânio sob supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica) - nós poderemos ter no futuro algo parecido na região.

Embora mantendo programa nuclear amplo que incluía o enriquecimento de urânio, o Brasil não se dispunha a assinar o Protocolo Adicional. Até 9 de outubro, 127 países haviam assinado tal documento e 88 já os haviam colocado em vigor. Entre os principais países que, além do Brasil, não haviam assinado Protocolo Adicional, encontrava-se o Egito, cuja posição era a de não assinar até que Israel aceitasse salvaguardas abrangentes da AIEA. O principal argumento para a não necessidade de assinar o instrumento diria respeito ao fato de já manter controles através da ABACC.

Em 2009, o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), do qual o Brasil tornara-se signatário no governo anterior, contava em 2009 com 182 signatários, dos quais 151 haviam ratificado o tratado. Entretanto, dos 44 países necessários para que entrasse em vigor, apenas 35 haviam ratificado. O Presidente Barack Obama, durante sua campanha eleitoral, havia declarado que buscaria a aprovação do Senado.

A firme oposição brasileira a armas nucleares continuaria a ser defendida. Na Reunião de Cúpula da organização "*Global Zero: a world without nuclear weapons*", realizada em Paris no mês de fevereiro de 2010, Celso Amorim declarou que o Brasil estava "tentando criar um mundo mais igualitário, seguro e justo, um mundo onde não há justificativa para armas nucleares". Considerou que era "vital" que não fosse negado, "a nenhum país, o direito de desenvolver energia nuclear com fins pacíficos, incluído o enriquecimento, desde que de acordo com os requisitos da AIEA". Criticou os países detentores de armas nucleares por não terem cumprido "sua parte da barganha". Ao final, declarou que um "novo pacto para a promoção da paz, da segurança, da solidariedade e do desenvolvimento" era uma tarefa urgente e concluiu com a afirmação de que as armas nucleares não encontravam "abrigo" em tal pacto. Perguntado por que o Brasil não assinava o Protocolo Adicional ao TNP, declarou que os países nucleares não haviam cumprido o compromisso de promover seu próprio desarmamento – e completo, mas exigiam dos outros o cumprimento estrito de suas obrigações[139].

Na defesa do desarmamento nuclear, chegaria a ser questionada a participação brasileira no TNP. Assim, em entrevista concedida no mês de março de 2010, o Ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, afirmou que a participação do Brasil no TNP só se justificava na medida em que as potências nucleares reduzissem e eliminassem arsenais (atômicos).

O próprio Presidente Lula exporia a posição brasileira em matéria de segurança nuclear, durante a Cúpula sobre esse tema realizada em Washington, no mês de abril. Na sua intervenção, afirmou que o Brasil estava comprometido com ações nacionais e internacionais para combater o terrorismo nuclear. Mas acrescentou que era importante, por outro lado, evitar que a preocupação legítima com o terrorismo nuclear prejudicasse "o direito de acesso, uso e desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos". Afirmou que o modo mais eficaz de se reduzir os riscos de que agentes não estatais utilizassem explosivos nucleares era "a eliminação total e irreversível de todos os arsenais nucleares". Defendeu a ideia de que a AIEA "é a única instituição multilateral de escopo universal com competência e experiência no assunto". Acrescentou que "iniciativas bilaterais, plurilaterais ou outros esforços, ainda que relevantes", não podiam "sobrepor-se ao papel central e primário de organizações multilaterais pertinentes, como a AIEA". Acrescentou ainda que considerações relacionadas à segurança nuclear não podiam "em absoluto servir como pretexto para dificultar o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos".

Em maio, o Itamaraty informou que Celso Amorim chefiaria a delegação brasileira à VIII Conferência de Exame do TNP, a realizar-se naquele mês em Nova York. Expressou otimismo com relação aos resultados da Conferência, ao notar que ocorria "em um contexto internacional mais promissor", tendo em conta desdobramentos que indicavam "a possibilidade de revitalização das discussões e iniciativas na área do desarmamento nuclear". Concluiu que, para o Brasil, o êxito da Conferência dependia, "em grande medida, de uma abordagem equilibrada das três áreas principais do Tratado – a não proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear".

Depois de concluída a Conferência, a Chancelaria brasileira expressou satisfação com seu êxito. Esclareceu que a delegação brasileira, em coordenação com os demais países-membros da Coalizão da Nova Agenda, tivera participação ativa nos trabalhos da Conferência, em linha com as diretrizes indicadas no discurso pronunciado pelo Ministro Amorim na abertura do encontro. Afirmou ter o Brasil considerado que o plano de ação aprovado na Conferência avançara em relação ao

documento final de 2000 (já que não houvera consenso na Conferência de 2005). Notou que haviam sido contempladas 64 ações a serem empreendidas pelos Estados Partes, com prevalência para aquelas relativas ao desarmamento nuclear (22 ações). Destacou a reafirmação, pelos Estados nuclearmente armados reconhecidos pelo Tratado, de seu compromisso inequívoco com a eliminação completa dos arsenais nucleares, conforme estipulado no artigo VI do TNP e reiterado na Conferência de 2000. Considerou igualmente importante a aprovação de medidas concretas para a convocação de uma conferência em 2012 sobre o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa no Oriente Médio.

No mês seguinte, Celso Amorim compareceu à Conferência do Desarmamento (CD) realizada em Genebra, ocasião em que manteve otimismo a respeito do tema ao dizer que o ambiente era favorável para que a Conferência do Desarmamento fosse fundamental naquela área crucial da segurança internacional. Considerou que a CD podia ser "protagônica em uma mudança ainda mais profunda: a efetiva participação de nações em desenvolvimento e de Estados não - nuclearmente armados em tais assuntos". Apesar desse otimismo, expressou preocupação com o fato de que uma grande porção, senão a totalidade de tal redução, não implicava a destruição ou o descarte das armas nucleares. Propôs que houvesse "um calendário mais rigoroso para o desarmamento nuclear". Anunciou a apresentação pelo Brasil de um documento de trabalho com maneiras para superar as dificuldades de começar as negociações de um Tratado sobre Materiais Físseis (TMF). Declarou que ss Garantias Negativas de Segurança reforçavam a noção de que a segurança internacional devia fundamentar-se no Direito, e não no uso da força.

9.7.3. Direitos Humanos

No início do governo, as declarações brasileiras não indicavam mudanças na política com relação aos direitos humanos no plano internacional. Assim, na aula magna que proferiu em abril de 2003, Celso Amorim afirmou que deviam ser preservadas as conquistas conceituais que haviam emergido das grandes Conferências da década de 90 sobre direitos humanos, população, desenvolvimento social, situação da mulher, combate ao racismo, bem como ser transformadas em ações práticas. Ressaltou que a importância atribuída à promoção e proteção dos direitos humanos se refletia, no plano interno, na criação de Secretarias Especiais

para a promoção da igualdade racial, de políticas para as mulheres, da assistência e promoção social. Concluiu que, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, aqueles órgãos auxiliariam o Itamaraty na sua atuação externa, regional e multilateral.

A partir de 2004, em matéria de direitos humanos, no plano internacional, chamariam a atenção as graves acusações de violações de direitos humanos por parte dos EUA no tratamento de prisioneiros na Baía de Guantánamo, em Cuba; na prisão de Abu Ghraib, localizada no Iraque; e nas chamadas "rendições extraordinárias" (transferências de suspeitos de terrorismo para serem torturados em outros países). No caso de Guantánamo, houve protestos por parte da UE, de membros da OEA e da ONG Anistia Internacional sobre as condições físicas dos detidos e de seu *status* jurídico. Houve crítica também ao governo de Washington por não aceitar que os detentos tivessem os direitos da Convenção de Genebra para prisioneiros de guerra. No tocante à prisão de Abu Ghraib, as acusações seriam de abusos físicos, psicológicos e sexuais contra os prisioneiros cometidos por policiais militares do Exército dos EUA. Finalmente, os chamados "voos de rendição", as acusações seriam as de que o governo estadunidenses, em particular a CIA, transportava suspeitos de terrorismo a terceiros países, onde seriam torturados, permanecendo fora do sistema jurídico estadunidense.

Em abril, a delegação do Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU pediu a palavra para expressar a preocupação com "a crescente politização e seletividade na Comissão na discussão de resoluções específicas sobre países". Lamentou o fato de que aspectos e "assuntos não relacionados à promoção dos direitos humanos" estivessem constantemente interferindo no processo de negociação de resoluções. Favoreceu a elaboração de relatório global sobre direitos humanos pela ONU.

O Brasil continuaria sujeito a acusações de violações dos direitos humanos no país (ou fora dele, no caso do Haiti), sobretudo por parte de Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Receberia relatores especiais para visitas *in loco* da situação brasileira. Manter-se-ia, portanto, aberto a exames por organismos internacionais que monitoravam acordos dos quais era signatário, mas manifestar-se-ia contrário a relatórios unilaterais.

Uma série de casos a respeito da situação de direitos humanos no Brasil se desenvolveriam entre 2005 e 2006, evidenciando-se o monitoramento feito por organismos multilaterais.

9.7.3.1. Visita do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo

Por nota de 14 de outubro de 2005, o Itamaraty informou que o Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Doudou Diène, realizaria visita oficial ao Brasil. Esclareceu que o objetivo principal de sua visita era dar seguimento à visita feita por seu antecessor, o Relator Especial Maurice Glélè- -Ahanhanzo, quando de sua vinda ao Brasil em junho de 1995; inteirar-se dos avanços e iniciativas em políticas públicas e ações governamentais de promoção da igualdade racial; ao mesmo tempo em que manteria diálogo com grupos organizados da sociedade civil.

9.7.3.2. Caso dos "meninos emasculados" no Maranhão

Realizou-se, em Washington, no dia 21 de outubro de 2005, reunião de trabalho em que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos examinou o caso conhecido como "meninos emasculados", ocorrido no Maranhão, entre 1991 e 2004. Tratava-se de assassinatos em série de crianças e adolescentes que haviam começado no ano de 1991 e haviam se estendido até 2003, vitimando 31 crianças e adolescentes. No ano anterior, haviam se concluído as investigações, tendo o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues assumido a autoria de todos os crimes.

Por nota de 26 de outubro de 2005, o Itamaraty informou que, na reunião de Washington, fora possível alcançar solução amistosa, com base em proposta apresentada pelos representantes do estado do Maranhão, que abrangeu todos os itens reivindicados pelos peticionários, em nome das famílias das vítimas. Sublinhou que se tratava de resultado muito positivo para as famílias afetadas, em primeiro lugar, e para a proteção dos direitos humanos no Brasil em geral. Declarou que, como era o Estado brasileiro, ou seja, a União, que respondia por violações de direitos humanos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a boa articulação e o espírito de cooperação entre a União e o estado do Maranhão fora fundamental para o êxito das negociações. Ressaltou que a solução do caso revestia-se de caráter inédito ao incluir o compromisso com a implementação de políticas públicas de grande alcance e ao contemplar o conjunto das famílias afetadas. Concluiu que a solução amistosa alcançada poderia ter efeito favorável na negociação de soluções para outros casos relativos ao Brasil que tramitavam na Comissão.

9.7.3.3. Acusações de violações no Haiti

Por nota de 16 de novembro de 2005, o Itamaraty informou que um grupo de ONGs norte-americanas (*Global Exchange, Institute for Justice and Democracy in Haiti* e *Haiti Action Network*, entre outras) havia entregado, no início da tarde do dia 15 de novembro, ao Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH petição com denúncias de violação dos direitos humanos no Haiti, por parte da Missão da ONU de Estabilização do Haiti – Minustah. Acrescentou que a petição não fora transmitida oficialmente à Missão do Brasil junto à OEA, que recebeu cópia informal. Esclareceu que o trâmite normal para análise de admissibilidade inicial de petições semelhantes na CIDH costumava ser de 18 meses. Acrescentou que, após comunicado oficialmente pela Comissão sobre a admissão de uma petição, o Estado acusado passava a ter prazo de 60 dias para enviar resposta às alegações.

Pela nota, o governo brasileiro reiterou a sua permanente disposição de cooperar com a CIDH. Afirmou que a petição em causa sugeria que havia "um modelo sistemático de assassinatos extrajudiciais e massacres em Porto Príncipe, perpetrados pela Polícia Nacional Haitiana e forças da MINUSTAH sob o comando brasileiro". Sem prejuízo do exame de acusações específicas, claramente definidas, o governo brasileiro rejeitou a afirmação genérica e assinalou que houve, na verdade, uma diminuição sistemática e consistente de assassinatos e massacres, e uma melhoria constante do ambiente de segurança geral no Haiti, graças à presença e atuação das forças da ONU. Acrescentou a nota que a petição parecia acusar a MINUSTAH de deixar de proteger a população civil de violações de direitos humanos. Declarou que o governo brasileiro não apenas desconhecia casos semelhantes como, pelo contrário, tinha recebido manifestações inequívocas, de representantes do governo e da sociedade haitianos, de apoio e agradecimento pela ação de estabilização no Haiti. Prosseguiu dizendo que nenhuma força política ou organização da sociedade no Haiti fizera chegar ao governo brasileiro qualquer espécie de acusação de violação dos direitos humanos ou conivência por parte de tropas ou comandos brasileiros. Concluiu que a atuação das tropas e do comando brasileiro da MINUSTAH tinha sido objeto de agradecimento formal por parte do governo haitiano e de inúmeras lideranças políticas do Haiti, inclusive do partido Lavalas, a autoridades brasileiras que visitam aquele país.

9.7.3.4. Caso da FEBEM de São Paulo

Por nota à imprensa, o Itamaraty informou que, no dia 17 de novembro de 2005, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinara, por solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, medidas provisórias em favor dos adolescentes internos do Complexo Tatuapé da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Estado de São Paulo (FEBEM/SP) e convocara o Estado brasileiro para audiência pública sobre as mencionadas medidas no dia 29. Acrescentou que o processo elevado à Corte deixara de incluir o relatório e documentos anexos apresentados pelo Brasil durante reunião de trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 21 de outubro. Informou que o Brasil pedira o adiamento da audiência pública com base em solicitação do governo de São Paulo para resguardar o devido processo legal e permitir que a Corte recebesse e tomasse conhecimento da documentação apresentada pelo Estado brasileiro à CIDH. Acrescentou que o governo brasileiro estava ciente da gravidade dos acontecimentos na FEBEM Tatuapé e reafirmava o seu propósito de honrar plenamente o seu compromisso com o sistema interamericano de direitos humanos. Concluiu que o pedido de adiamento fora apresentado exclusivamente com base na importância do atendimento pleno do devido processo legal.

9.7.3.5. Visita da Representante Especial do SGNU para Defensores dos Direitos Humanos

Por nota de 3 de dezembro de 2005, o Itamaraty informou que a Senhora Hina Jilani, Representante Especial do SGNU para Defensores dos Direitos Humanos, visitaria o Brasil a partir do dia seguinte. Esclareceu que a visita inscrevia-se no contexto do convite permanente estendido pelo Brasil aos mecanismos de monitoramento da Comissão de Direitos Humanos da ONU (CDH).

Acrescentou que o Estado brasileiro tinha atuado no aprimoramento das instituições policiais, bem como na sua estruturação com a finalidade de habilitá-las para o serviço de proteção aos defensores dos direitos humanos. Explicou que a orientação fundamental seguida pelo governo naquela matéria baseava-se no princípio de que a proteção aos defensores dos direitos humanos era essencial ao Estado Democrático de Direito no Brasil. Notou que o Programa Nacional propunha atribuições ao governo federal e aos Governos estaduais, ao

Ministério Público, à Magistratura, às organizações não governamentais e a outras instituições.

9.7.3.6. Caso Damião Ximenes Lopes

Por nota de 25 de novembro de 2005, o Itamaraty informou que nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, seria realizada em São José da Costa Rica, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, audiência sobre o caso Damião Ximenes Lopes, portador de sofrimento psíquico, falecido em 4 de outubro de 1999, em clínica privada conveniada ao Sistema Único de Saúde, no Município de Sobral, Estado do Ceará. Esclareceu que se tratava do primeiro caso relacionado ao Brasil a ser julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos desde o reconhecimento brasileiro da jurisdição obrigatória da Corte, em dezembro de 1998. Acrescentou que a apreciação pela Corte de São José do caso Damião Ximenes Lopes era, naquela perspectiva, um marco histórico da abertura e do compromisso do Brasil com o sistema internacional de promoção e de proteção dos direitos humanos, manifestada igualmente pelo convite permanente aos Relatores Especiais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para visitarem o país pelos acordos de solução amistosa negociados na Comissão Interamericana para os casos José Pereira e dos Meninos Emasculados do Maranhão, e pelas resoluções que o Brasil logrou aprovar tanto na Comissão de Direitos Humanos como na Assembleia Geral dos Estados Americanos. Anunciou que a delegação brasileira, durante sua participação na audiência, exporia o andamento dos processos judiciais relativos à morte de Damião Ximenes Lopes e os vários avanços ocorridos no sistema de atenção à saúde mental no país, que passara a enfatizar os direitos humanos dos portadores de transtornos mentais e sua não internação, especialmente após a aprovação e implementação da Lei nº 10.216/2001. Explicou que o Município de Sobral, onde haviam ocorrido os fatos, era então referência nacional em políticas de saúde mental. A Rede Integral de Saúde Mental de Sobral recebeu, em 2001, o Prêmio David Capistrano da Costa Filho de Experiências Exitosas na Área de Saúde Mental e, em outubro deste ano, o Prêmio de Inclusão Social – Saúde Mental.

9.7.3.7. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas

Por nota de 16 de março de 2006, o Itamaraty informou que o Brasil sediaria a VII Reunião de busca de consensos do Grupo de Trabalho da OEA, encarregado da redação do Projeto de Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. Acrescentou que a realização de reunião do Grupo de Trabalho no país contribuiria para maior projeção, nos âmbitos interno e externo, dos avanços da política indigenista do Brasil e demonstraria a posição brasileira de abertura ao diálogo construtivo e à cooperação nessa matéria nos foros internacionais. Acrescentou que representaria, ainda, o compromisso do governo com os povos indígenas e a reafirmação do esforço continuado de promoção de suas condições de vida. Informou que o Brasil vinha assumindo importante papel nas negociações do Projeto de Declaração, em estreita coordenação com os demais países latino-americanos e com o Conclave indígena. Ressaltou que aquele papel era respaldado no reconhecimento de que o Brasil possuía avançada legislação sobre políticas indigenistas e já tinha homologadas terras indígenas correspondentes a 12,5% do território nacional.

*

Além de respostas a casos específicos e ao recebimento de relatores especiais, o Brasil dedicaria atenção especial ao novo Conselho de Direitos Humanos criado em março. Conforme constou de nota à imprensa, o país tivera participação de relevo nas negociações para sua constituição e contribuíra para que o apoio à resolução aprovada fosse o mais amplo possível.

A abertura brasileira a revisões por organismos internacionais prosseguiria e, em março, realizou-se, em Brasília, sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Por nota de 16 de março, o Itamaraty considerou que a realização de sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no país reforçava "o compromisso brasileiro com o sistema interamericano de direitos humanos" e "constituía instrumento inovador para ampliar o conhecimento sobre o sistema entre operadores do Direito, agentes do Estado e organizações não governamentais".

No Conselho de Direitos Humanos, a delegação brasileira atuaria em prol da implementação do novo mecanismo de revisão periódica universal da situação dos direitos humanos. O Brasil foi eleito em maio, na AGNU, a uma das 47 vagas de membro do Conselho de Direitos Humanos, por um período de 2 anos. O país obteve 165 votos de 191

votantes, tendo sido o mais votado entre os candidatos da América Latina e do Caribe[140]. Segundo nota do Itamaraty, o Brasil esperava contribuir para que o Conselho desenvolvesse adequadamente as novas funções de promoção da cooperação em direitos humanos, bem como trabalhar para a implementação apropriada do novo mecanismo de revisão periódica universal da situação dos direitos humanos em todos os países do mundo, com base no diálogo autêntico e transparente, o que deveria contribuir para reduzir a politização e a seletividade que desgastaram a credibilidade da antiga Comissão.

Em discurso no dia 19, no Segmento de Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos, Celso Amorim afirmou que um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos membros do Conselho seria a implementação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, que sinalizaria mudança de curso salutar em relação ao foco politizado e excessivamente seletivo na situação de direitos humanos em países específicos. Declarou que todos os 191 membros da Assembleia Geral deveriam estar sujeitos a revisão em bases iguais. Acrescentou que tal revisão não deveria identificar apenas as dificuldades, mas também assinalar as boas práticas que mereçam apoio e disseminação. Propôs que resoluções sobre países ocorressem apenas em casos excepcionais de flagrantes violações, em situações que sejam graves e urgentes.

Paralelamente, continuaria a aceitação brasileira de monitoramento externo por organismos internacionais. Assim, em junho, reconheceu a competência do Comitê Contra a Tortura para receber denúncia e analisar denúncias apresentadas por indivíduos acerca de violações dos dispositivos da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes no país. Por nota de 26 de junho de 2006, o Itamaraty informou que naquele dia, o Brasil fizera depósito oficial, junto ao Secretariado da ONU em Nova York, da Declaração de reconhecimento da competência do Comitê contra a Tortura. Acrescentou a nota que o Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 57, de 17 de abril de 2006, autorizara o governo a fazer a declaração.

O caso Damião Lopes foi decidido, em agosto, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. O governo brasileiro acatou a conclusão e informou que estudava as formas para cumprir todos os itens da decisão.

Em seminário realizado no mês de outubro, Celso Amorim, sem mencionar países específicos, declarou que o Conselho de Direitos Humanos tinha que ajudar "a todos a melhorar – a todos, sem distinção"; devia "examinar o mundo como um conjunto". Referiu-se ao fato de

o Brasil ter apresentado proposta e continuado a defendê-la de "um relatório global de direitos humanos feito por uma comissão de sábios, de pessoas eminentes, de Prêmios Nobel". Propôs ainda que todos os países se abrissem ao exame (de direitos humanos), como o Brasil já fazia. Expressou o desejo de que "muitos países que se arvoram em defensores dos direitos humanos fizessem" se "abrissem para relatores sobre racismo, para relatores que examinam questões como imigração, como tortura". Argumentou em favor de "um relatório global, um relatório que não discrimine".

A questão da seletividade em matéria de direitos humanos seria objeto de análise por parte de Celso Amorim em dezembro. Argumentou que o relatório global a ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos cobriria "o Uzbequistão mas também cobriria o Brasil, os EUA, a China, com um sistema de monitoramento, com um comitê de Prêmios Nobel da Paz, um comitê de altas personalidades de direitos humanos". Admitiu que a revisão por país fosse inicialmente voluntária. Expressou o entendimento de que havia dois aspectos muito perceptíveis, na questão de direitos humanos: o primeiro era a tentativa de eficiência, isto é, efetivamente melhorar a situação das pessoas em casos de discriminação; e o outro aspecto era, o de "ficar bem com a própria consciência". Manifestou opinião de que, muitas vezes, nos Conselhos de Direitos Humanos, o segundo aspecto predominava sobre o primeiro. Argumentou que era mais fácil um país do Mercosul "ouvir um conselho da Argentina, ou do Uruguai, ou do Paraguai, do que vir um representante europeu, com uma mentalidade de dizer o que eu tenho que fazer".

Em 2008, o Brasil foi reeleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), em eleições realizadas pela AGNU, em maio, com 175 votos. Ao anunciar o fato, o Itamaraty ressaltou que uma das principais inovações do processo de construção institucional do CDH, inspirada na proposta brasileira de elaboração de um Relatório Global de Direitos Humanos, fora a criação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR). Considerou que o mecanismo, que avaliaria a situação dos direitos humanos de todos os países-membros da ONU, representava o mais significativo avanço institucional ocorrido no passado recente no sistema da ONU em matéria de direitos humanos. Observou que o Brasil fora um dos primeiros países a serem avaliados sob esse mecanismo, em sessão realizada em Genebra, no dia 11 de abril.

Celso Amorim manifestou, durante entrevista concedida em março de 2008, orgulho por ter Brasil contribuído "muito" para que, no Conselho de Direitos Humanos, tivesse sido "algo que não havia, que é uma revisão

universal dos direitos humanos". Explicou que, até pouco tempo antes, "os direitos humanos eram vistos de maneira muito seletiva, falava-se de um país e não se falava de outro". Segundo afirmou, "eram escolhidos, naturalmente, por aqueles países que teriam maior influência no processo". Demonstrou satisfação porque "agora, todos os países falam". Discordou da acusação de um jornalista de que o Brasil fora "tímido na questão de protestar contra o governo do Sudão, no caso de Darfur". Afirmou que, "sem a participação da União Africana", a condenação não melhoraria "a situação do terreno". Perguntado se não se devia então condenar (as violações de direitos humanos em Darfur), respondeu que o Brasil não concordava absolutamente com a política que fora feita, de maneira seletiva, "apoiando certas etnias contra outras". Afirmou que o modo de resolver a questão "envolvia uma participação maior da União Africana". Concluiu que a atitude brasileira, do ponto de vista prático, fora "ajudar a criar um clima que permitisse essa participação", que é o que poderia "resolver".

Em preparação à Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizou-se em Brasília, em junho de 2008, Conferência da América Latina e do Caribe. Em discurso na abertura, Celso Amorim afirmou que, no Brasil, durante muito tempo, negava-se a existência do racismo. Notou que se acreditava, "com alguma pretensão", que se vivia "em uma democracia racial". Declarou que isso não era verdade. Constatou que preconceito e discriminação haviam deixado parcelas das populações brasileiras – "sobretudo negra e indígena – à margem dos benefícios do crescimento econômico". Reconheceu que, de fato, fora possível, no Brasil, evitar conflitos ou discriminações legais que ocorreram em outros países. Mas opinou que isso era "obviamente, uma maneira sutil de manter as diferenças".

A Conferência de Revisão de Durban realizou-se entre 20 e 24 de abril de 2009 em Genebra. Participaram 41 países, mas o encontro foi boicotado por Austrália, Canadá, Alemanha, Israel, Itália, Países Baixos, Nova Zelândia, Polônia e os EUA. Esses países, com argumentos diversos, alegaram que seria utilizada para promover antissemitismo e leis contra blasfêmia vista como contrária ao direito de livre expressão, além de que não trataria de discriminação contra homossexuais.

De fato, a reunião apresentaria momentos polêmicos desde o primeiro dia quando o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, tomou a palavra para condenar Israel que considerou totalmente racista e acusar o Ocidente de utilizar o holocausto como pretexto para a agressão

contra palestinos. No dia seguinte, o Brasil emitiu nota em que informou ter tomado conhecimento, "com particular preocupação, do discurso do Presidente iraniano" que, "entre outros aspectos", diminuíra "a importância de acontecimentos trágicos e historicamente comprovados, como o Holocausto". Considerou que manifestações daquela natureza prejudicavam "o clima de diálogo e entendimento necessário ao tratamento internacional da questão da discriminação". Acrescentou que o governo brasileiro aproveitaria a visita do Presidente Ahmadinejad, prevista para o dia 6 de maio, para reiterar ao governo iraniano suas opiniões sobre aqueles temas.

Em sua intervenção, no dia 24, o Presidente Lula afirmou que o Brasil trabalhava para que o Conselho de Direitos Humanos da ONU se afirmasse como uma "instância universal, objetiva e cooperativa", à qual todos – governos, sociedade civil, indivíduos – pudessem recorrer para garantir que os direitos humanos fossem plenamente respeitados em todos os países.

A questão da universalidade *versus* seletividade continuaria a marcar a posição brasileira. Durante debate no Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI) realizado em Paris no mês de junho, Celso Amorim mencionou especificamente a questão de Guantánamo no contexto de direitos humanos.

> Le Brésil estime que les droits de l'Homme doivent être vraiment universels. Ils doivent protéger l"ensemble des êtres humains de la planète sans aucune distinction. Pour citer une expression d'un collègue, la diplomatie brésilienne souhaite que la situation s"améliore sur le terrain, que ce soit à Genève ou à Guantanamo.
>
> Depuis 2003, notre politique extérieure a favorisé le rapprochement avec d'autres régions en développement - l'Afrique, l'Asie, le Proche Orient, au-delà, évidemment, de poursuivre l'intégration sud-américaine.

Em artigo que publicou no mês setembro de 2009, Celso Amorim reconheceu que os trabalhos preparatórios da Conferência de Revisão de Durban tinham "enfrentado sérias dificuldades". Admitiu que assuntos "polêmicos, tais como a difamação de religiões, a concessão de reparações pelo tráfico transatlântico de escravos e a situação dos direitos humanos na Palestina" haviam bloqueado os debates. Afirmou que o Brasil procurara zelar para que a linguagem e os conceitos consolidados em Durban fossem mantidos, a fim de evitar retrocessos ou mesmo o fracasso do processo

de Revisão. Considerou que, ao final, fora possível aprovar documento positivo, equilibrado e que não singularizava nenhum país. Concluiu que foram evitados resultados indesejados, "como a polarização e a seletividade" e que, além disso, a Declaração abordara "temas de grande interesse para o Brasil, como proteção de afro descendentes, indígenas, migrantes, mulheres e crianças".

Em artigo intitulado "O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva", publicado em setembro de 2009, Celso Amorim fez uma análise da política externa brasileira com relação aos direitos humanos. Ressaltou que, ao todo, o país já recebera visita de 11 relatores, que haviam trazido "contribuição positiva, com diagnósticos e recomendações úteis" a respeito de alguns dos principais desafios brasileiros na área. Declarou que o Brasil defendia uma abordagem para o tema que privilegiasse a cooperação e a força do exemplo como métodos mais eficazes do que a mera condenação. Resumiu a atuação do Brasil, no plano internacional, como sendo pautada "pela defesa do diálogo e do exemplo e por uma visão abrangente – não hierarquizante nem seletiva – de que todos os países têm deficiências e que podem beneficiar-se da cooperação".

Ainda no mesmo artigo, Celso Amorim tratou da questão de relatorias especiais sobre a situação dos direitos humanos em países específicos. Afirmou que o Brasil defendera a validade do mecanismo, "desde que fundamentado em informações objetivas sobre a situação dos direitos humanos no país avaliado". Abordou igualmente a questão da convocação de Sessões Especiais do CDH para tratar de países específicos. Expressou opinião de que as 11 sessões especiais até então convocadas haviam ilustrado "o impacto negativo de ameaças à paz e à segurança sobre os direitos humanos e o direito internacional humanitário". Além disso, concluiu que ressaltavam "também a necessidade de que a proteção desses direitos se integre plenamente aos esforços de pacificação e de solução duradoura daqueles conflitos". Passando a mencionar casos de países específicos explicou a atuação brasileira quanto ao Sri Lanka e ao Sudão. As explicações que deu quanto ao último são descritas abaixo.

A posição do Brasil nas discussões sobre a situação dos direitos humanos no Sudão é exemplo da atuação construtiva e isenta de alinhamentos automáticos do país no Conselho de Direitos Humanos. Durante a 2ª Sessão do órgão, em 2006, um impasse entre a UE e o Grupo Africano poderia ter levado à suspensão do monitoramento da situação dos direitos humanos em Darfur. Enquanto os europeus consideravam o projeto de resolução africano pouco condenatório, os africanos consideravam as propostas europeias excessivas. A proposta europeia

previa, além do informe de Relator sobre a situação no Sudão, relatório especial da Alta Comissária sobre o assunto.

O Brasil votou a favor do projeto de resolução apresentado pelo Grupo Africano, que, ao fim, garantiu o mandato de relator especial para monitorar a crise humanitária na região. Alguns meses mais tarde, com o agravamento da situação em Darfur, o Brasil apoiou os esforços da UE para a realização da Sessão Especial sobre a situação no Sudão e contribuiu para a aproximação das posições defendidas pelos dois Grupos. Essa atitude garantiu a aprovação, por consenso, de resolução que determinou o envio de missão de Grupo de Peritos a Darfur.

Em junho, o Brasil foi favorável à proposta de criação de mandato de um ano de especialista independente sobre a situação de direitos humanos no Sudão. A posição brasileira contrastou com a de vários países africanos e asiáticos e garantiu a continuidade do monitoramento da situação na região sob uma perspectiva mais construtiva, baseada na cooperação. Ao Brasil, antes que uma mera penalização ao governo do Sudão, interessava a melhoria da situação de direitos humanos dos sudaneses.

A preferência pela cooperação em lugar de condenação não impedia o Brasil de tomada de posições com relação a casos específicos. Assim, em intervenção que fez, em junho de 2010, em nome dos países componentes do Fórum IBSA, no Conselho de Direitos Humanos, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, agradeceu o relatório do Relator Especial sobre a Situação de Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados, Richard Falk, e declarou que os três países (Brasil, Índia e África do Sul) concordavam em que a ocupação continuava a ser a causa mais importante de violações de direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, tal como reconhecido pela Alta Comissária para Direitos Humanos.

Celso Amorim continuou a explicar a política externa com relação aos direitos humanos, em resposta a críticas veiculadas pela imprensa. Noutro artigo, intitulado "Atuar com discrição é a expressão da natureza conciliadora do brasileiro", publicado em 15 de agosto de 2010, referiu-se a críticas frequentes que apontavam para uma suposta "indiferença" – ou mesmo "conivência" – da diplomacia brasileira diante de países acusados de violar os direitos humanos. Considerou tratar-se de um juízo equivocado. Declarou que o Brasil desejava para todos os demais países o que desejava para si – a democracia plena e o respeito aos direitos humanos, cuja consolidação e aperfeiçoamento tinha sido uma das preocupações centrais do governo do Presidente Lula. Reiterou a ideia de que o Brasil considerava, entretanto, que as reprimendas ou condenações públicas a outros Estados não eram o melhor

caminho para obter esse resultado. Expressou opinião de que, na verdade, escolher a intimidação em detrimento da persuasão era quase sempre ineficaz, quando não contraproducente. Após várias outras considerações, afirmou que

> Além disso, alguns aplicam, eles próprios, a pena capital. Ou conferem tratamento desumano e degradante a trabalhadores imigrantes. Ou ainda transferem suspeitos sem julgamento para prisões secretas, em voos também secretos. Isso para não falar de ações militares unilaterais, à margem do CSNU, que resultam em milhares de vítimas civis.

Na linha de cooperar com organismos internacionais, em intervenção que fez por ocasião da apresentação do relatório sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, na cidade de Genebra, em setembro, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo declarou que o governo brasileiro considerava o documento equilibrado e objetivo no tocante à avaliação do trabalho forçado no Brasil. Ressaltou, no entanto, que 25 mil vítimas numa população de 190 milhões eram estatisticamente residuais.

Noutro caso de acusação de violação de direitos humanos – o de Julia Gomes Lund relativo ao desaparecimento forçado, a tortura e a execução sumária de pessoas durante o episódio conhecido como "Guerrilha do Araguaia", ocorrido entre 1972 e 1974 – o Brasil comprometeu-se a "envidar esforços para encontrar meios de cumprir as determinações remanescentes da sentença" da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

9.7.4. Meio Ambiente

Em abril de 2003, Celso Amorim declarou que, inserido no continente de maior diversidade biológica do planeta – a América do Sul–, o Brasil queria consolidar os avanços logrados nas Conferências do Rio de Janeiro e de Johanesburgo, o que só seria possível, na sua opinião, mediante forte engajamento político. Acrescentou que o reconhecimento de que se vivia num mundo crescentemente interligado não devia implicar renúncia à capacidade de intervir na realidade para corrigir desequilíbrios e injustiças.

De fato, a questão da biodiversidade teria relevância no período. Assim, em julho, o Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas

Especiais, Ministro Everton Vieira Vargas, em entrevista à imprensa, observou que a biodiversidade fora "praticamente toda devastada" nos países europeus e, no entanto, verificava-se que aqueles países tentavam, nas negociações, "passar uma justificativa nova para seus subsídios agrícolas, com base na conservação da biodiversidade". Alertou para o perigo desse argumento para o Brasil.

A questão ambiental que teria maior interesse internacional, entretanto, dizia respeito à Mudança do Clima. Em discurso no mês de setembro na AGNU, o Presidente Lula afirmou que o Brasil estava comprometido com o êxito de seu regime internacional. Declarou que o país estava engajado no desenvolvimento de energias renováveis. Reiterou que seguiria trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. Notou que a América do Sul respondia por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Ressaltou que o Brasil defendia o combate à biopirataria e à negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Nessa linha de apoio ao Protocolo de Kyoto, o Presidente Lula enviou, em 13 de outubro, mensagem ao Presidente da Rússia para manifestar sua satisfação pela decisão russa de aprovar sua ratificação e envio para exame do Parlamento. Afirmou que o Brasil atribuía especial importância à entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, uma vez que permitiria o funcionamento de seus mecanismos de flexibilização, entre os quais se encontrava o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que abria oportunidades para aumentar investimentos, transferir tecnologias, gerar empregos e recuperar áreas degradadas em países em desenvolvimento.

O Protocolo de Kyoto entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005. Um total majoritário de 191 países havia assinado o documento que não contou com apoio apenas dos EUA e da Austrália. Por nota do mesmo dia, o Brasil considerou que a entrada em vigor representava um marco histórico, contribuindo para o fortalecimento e a credibilidade dos esforços multilaterais de enfrentamento das causas da mudança do clima.

No tocante à biodiversidade, o Brasil continuaria a atuar no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), em busca de equilíbrio de posições naquele foro multilateral. Em discurso, na Sessão de Abertura do Segmento de Alto Nível da Oitava Conferência das Partes daquele instrumento, o Ministro Celso Amorim ressaltou que os brasileiros tinham consciência da riqueza de seu patrimônio ambiental e da importância estratégica dos recursos da biodiversidade para o desenvolvimento

sustentável do país. Argumentou que a dimensão de tais recursos e dos benefícios que podiam trazer não podia ser subestimada: 20% da água doce do planeta estavam na Amazônia; dois terços do território brasileiro ainda estavam cobertos por vegetação natural; e 40% da energia brasileira vinham de fontes limpas e renováveis. Declarou que a política externa brasileira tinha muito presente essa realidade e que buscava projetar para o mundo os objetivos de transformação do Brasil, com ênfase nos três pilares do desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento econômico, o progresso social e a proteção ambiental.

A questão de Mudança do Clima seria objeto de artigo conjunto do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Ministro Celso Amorim. Reconheceram que o desmatamento era "preocupante por várias razões", mas que o foco do combate à mudança do clima devia ser a alteração da matriz energética e o uso mais intensivo de energias limpas. Ressaltaram que a Convenção do Clima e seu Protocolo de Kyoto eram claros: "àqueles que causaram o problema (os países industrializados) cabem metas mandatórias de reduções e a obrigação de agir primeiro". Acrescentaram que, embora não tivesse metas mandatórias de redução por pouco ter contribuído para o problema, o Brasil estava fazendo sua parte: possuía uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Apresentaram também dados de redução das taxas de desmatamento no Brasil, embora reconhecendo que os esforços para uma redução permanente do desmatamento devessem continuar.

O Presidente Lula afirmou, em maio de 2007, que era inadmissível que as populações dos países pobres fossem as principais vítimas do aquecimento global causado pelos países industrializados. Declarou que a "aposta brasileira nos biocombustíveis" fazia parte da atuação diplomática do país. Na mesma linha, em artigo publicado no Reino Unido no mês seguinte, defendeu o programa de etanol brasileiro. Em setembro, no seu discurso de abertura da AGNU, noutro tipo de argumentação, declarou que a equidade social era a melhor arma contra a degradação do Planeta. Exortou os países industrializados a cumprirem os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto. Mas alertou que isso, contudo, não bastaria. Realçou a necessidade de metas mais ambiciosas a partir de 2012. Anunciou que o Brasil lançaria em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. No plano multilateral, ressaltou a importância do "tratamento político integrado de toda a agenda ambiental" e propôs a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferecia para sediar, a Rio + 20. Anunciou também que o Brasil pretendia organizar em

2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, "lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor".

9.7.4.1. Conferência de Bali (2007)

Em dezembro de 2007, realizou-se Conferência da ONU sobre Mudança Climática em Bali, Indonésia. Compareceram 189 países, inclusive a Austrália, cujo novo governo trabalhista, alterando a posição do governo conservador anterior, aderiu ao Protocolo de Kyoto, permanecendo assim os EUA como único país não signatário daquele documento.

Na sua intervenção, o Ministro Celso Amorim afirmou que nada substituía o caminho multilateral. Argumentou que aqueles "historicamente responsáveis pelas concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera" deviam "parar de fazer pregações e dar o exemplo". Opôs-se ao desfazimento da "delicada estrutura da Convenção e do Protocolo" uma vez que "abriria uma Caixa de Pandora com consequências imprevisíveis". Defendeu a necessidade de se "estabelecer marcos claros para negociar o futuro do regime até 2009, baseado nos quatro pilares de mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia". Ao resumir a participação brasileira no encontro, afirmou à imprensa que o Brasil mostrara-se "pronto a agir para reduzir suas emissões, de forma mensurável, verificável e aberta a uma revisão universal periódica". Concluiu que isso lhe dera "mais peso para pressionar os países desenvolvidos a cumprir ou assumir suas obrigações de combate ao aquecimento global". Em palestra, pronunciada em abril de 2008, afirmou que, em Bali, o Brasil atuara "ativamente para ajudar a destravar o debate e aproximar posições".

Em setembro de 2008, segundo palavras do próprio Presidente Lula, o Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, se comprometeu a doar US$ 1 bilhão, daquele ano até 2015, para o Fundo Amazônia, que tinha "como objetivo ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas do bioma amazônico".

Em discurso no Debate Geral da 64ª Sessão da AGNU, em 23 de setembro, o Presidente Lula anunciou a aprovação de um Plano de Mudanças Climáticas que previa a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Ressaltou que a matriz energética brasileira era das mais limpas do planeta. Afirmou que o etanol brasileiro e os demais biocombustíveis eram produzidos em condições cada vez mais adequadas. Ressaltou que o país

era autossuficiente em petróleo e acabara de descobrir grandes reservas que o colocaria na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Declarou que, entretanto, o Brasil não renunciaria à agenda ambiental para ser apenas "um gigante do petróleo". Por outro lado, propôs que se exigisse dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as apresentadas. Expressou também "profunda preocupação" com a insuficiência dos recursos até então anunciados para as necessárias inovações tecnológicas que preservariam o ambiente nos países em desenvolvimento.

9.7.4.2. Conferência de Copenhague (2009)

Em dezembro de 2009, realizou-se, em Copenhague, a Conferência da ONU sobre Mudança do Clima. Incluiu a realização da 15ª Conferência das Partes da Conferência sobre Mudança do Clima (COP 15) e a 5ª Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto. Tal como previsto no "Mapa do Caminho" aprovado em Bali, deveria acordar um enquadramento da mitigação após 2012 para a Mudança Climática.

Em entrevista à imprensa, na capital dinamarquesa, no dia 17, o Presidente Lula afirmou que era necessário evitar uma polarização Norte-Sul. Reconheceu tratar-se de uma negociação complexa da qual nenhum dos participantes sairia com o "acordo de seus sonhos". Resumiu a questão como sendo a "de buscar uma divisão realista dos custos e responsabilidades nessa tarefa enorme que temos que enfrentar com competência. E sem demora".

No discurso que pronunciou na sessão plenária, no mesmo dia, o Presidente Lula manteve esse tom exortativo da obtenção de resultados. Afirmou que os países desenvolvidos deviam assumir metas ambiciosas de redução de emissões à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos. Declarou que a preservação do Protocolo de Kyoto era absolutamente necessária. Reconheceu que os países em desenvolvimento deviam dar sua contribuição ao esforço global de mitigação.

Em entrevista, no dia seguinte, referiu-se ao pessimismo que tomara conta de Copenhague e julgou que a situação poderia mudar, se os líderes tivessem "a maturidade para compreender o objetivo da reunião". Referiu-se à obrigação de não permitir que Copenhague se transformasse num fracasso.

Durante sessão plenária de debate informal no dia 18, afirmou que era necessário "garantir os 2% de aquecimento global até 2050"; "manter o compromisso das metas"; "manter os princípios adotados no Protocolo de Kyoto e os princípios adotados na Convenção-Quadro". Além disso,

acrescentou, cada país devia ter a competência de se autofiscalizar. Por fim, mencionou que deviam ser disponibilizados recursos para os países efetivamente mais pobres.

O Acordo de Copenhague foi, afinal, redigido entre EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul no 18. O documento reconheceu os desafios da mudança climática e que ações deviam ser tomadas para manter os aumentos de temperatura abaixo de 2 graus.

9.7.4.3. Conferência de Cancún (2010)

Em preparação à Conferência de Cancún, realizou-se, em julho de 2010, no Brasil, a IV Reunião de Ministros do Grupo BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China). Em outubro, Sergio Serra, Embaixador extraordinário para Mudanças no Clima, perguntado pela imprensa sobre as expectativas brasileiras para a COP 16, respondeu que o Brasil continuava desejando um resultado ambicioso e equitativo, que seja justo para todas as partes. Acrescentou que também esperava que o resultado se traduzisse em documentos vinculantes, que obrigassem os países a respeitá-los. Acrescentou a ideia de que, embora o Brasil achasse que pacote mais global não seria concluído antes da COP-17, em 2011, não havia diminuído o horizonte brasileiro de expectativas.

Em final de novembro, teve início a reunião de Cancún. O Presidente Lula não compareceu em razão da coincidência de datas com convite da Presidente da Argentina para participar da Cúpula Ibero-Americana em Mar del Plata.

9.7.5. Terrorismo

O Presidente Lula foi convidado, como único representante dos países em desenvolvimento, a participar de conferência na ONU intitulada "A humanidade em prol da luta contra o terrorismo", organizado por iniciativa do Primeiro-Ministro da Noruega, Kjell Magne Bondevik, e do Professor Elie Wiesel.

Em entrevista concedida no dia 22 de setembro de 2003, Celso Amorim considerou o convite como o reconhecimento de que o Presidente Lula era uma liderança importante e que o apoio dele para qualquer medida que se viesse a tomar teria repercussão no resto do mundo. Acrescentou

que o Brasil condenava qualquer tipo de terrorismo e queria que as causas profundas do terrorismo – que estavam muitas vezes ligadas à pobreza, miséria ignorância – também fossem combatidas. Notou que era uma ocasião também para demonstrar que o terrorismo só seria combatido com meios multilaterais, através do direito internacional.

No seminário, o Presidente Lula declarou que o ódio que animava os extremistas não se dissiparia pelo emprego de métodos repressivos, sendo necessárias iniciativas diplomáticas, legitimadas pelo direito internacional, bem como ações coordenadas, conduzidas por lideranças capazes de combinar firmeza no combate à violência com um claro compromisso com a democracia e a inclusão social. Considerou que a melhor forma de lutar contra o terrorismo era privilegiar os instrumentos do diálogo, da diplomacia. Declarou que a detenção de indivíduos exigia mandados de prisão e supunha processos regulares, universalmente aceitos. Alertou para generalizações simplificadoras que podiam levar a estratégias contraproducentes, pois envolviam a estigmatização de etnias, crenças, religiões, regiões ou países inteiros, e passavam a ser francamente perigosas.

O tema do terrorismo seria tratado por Celso Amorim durante palestra em Londres, no mês de março, quando informou que o Brasil estava pressionando para o fortalecimento da cooperação internacional em prol do combate ao terrorismo internacional em dois níveis: primeiramente, levar adiante medidas repressivas contra organizações terroristas e o crime organizado, através de acordos judiciais, compartilhamento de inteligência, contatos mais próximos entre instituições jurídicas e policiais, de acordo com preceitos multilaterais e o direito internacional; em segundo lugar, promover tolerância, valores democráticos e maior atenção para as raízes sociais e econômicas do terrorismo[141].

Em setembro de 2005, na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, Celso Amorim condenou o terrorismo e referiu-se a suas "causas profundas". Admitiu "não haver vínculo automático entre pobreza e terrorismo", mas argumentou que "problemas socioeconômicos severos – em particular, quando combinados com a ausência de liberdades civis e políticas –" eram fatores que podiam "expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados". Expressou "a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo".

Em discurso que pronunciou no Debate Temático do CSNU sobre Contraterrorismo, realizado em Nova York, no mês de setembro de 2010, Celso Amorim retomou esse argumento dos problemas socioeconômicos. Expressou a preferência brasileira por acordos multilaterais e ressaltou

a importância de reforçar a capacidade da ONU naquela área. Apoiou a Estratégia Global Contraterrorismo da ONU por ter uma perspectiva abrangente. E insistiu no respeito ao Direito Internacional na repressão ao terrorismo.

9.7.6. Combate à Fome e à Pobreza

O Brasil, em particular o Presidente Lula, teria papel preponderante na colocação do combate à fome e à pobreza em destaque na agenda internacional. O mandatário brasileiro compareceu, em janeiro de 2003, ao Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, durante o qual pleiteou esforços da comunidade internacional para combater a fome e a pobreza[142]. Em reunião em Evian, no mesmo ano, tratou igualmente da questão do combate à fome no plano mundial.

Um ano depois, juntamente com os Presidentes Chirac (França) e Lagos (Chile), com o apoio do SGNU, Kofi Annan, o Presidente Lula participou do lançamento da Ação contra a Fome e a Pobreza (Declaração de Genebra). Foi então criado um Grupo Técnico quadripartite ao qual se juntou a Espanha, por decisão do Presidente do Conselho de Ministros, José Luís Zapatero. O Grupo empreendeu estudos de mecanismos para o financiamento do desenvolvimento, como a taxação de certas transações financeiras internacionais e do comércio de armas, a proposta britânica de um mecanismo de financiamento internacional, além de formas de estimular contribuições voluntárias do setor privado e de indivíduos.

No dia seguinte, durante conferência de imprensa, o Presidente Lula fez "um chamado ético e político" para que a comunidade internacional trabalhasse por um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição da renda não fosse consequência, mas a alavanca do crescimento. Afirmou que aqueles demais líderes, em suas conversas, haviam manifestado preocupação com o foco excessivo da agenda internacional em questões que diziam respeito apenas à segurança, como terrorismo e armas de destruição em massa. Argumentou que para um mundo seguro, era necessário "lutar por um mundo mais justo, mais equitativo", pois não haveria paz nem desenvolvimento econômico sem justiça social. Informou que os líderes haviam concordado em fazer um "apelo conjunto para o estabelecimento de uma verdadeira parceria global", que mobilizasse vontade política e apoio financeiro. Defendeu uma aliança global para o combate à fome e à pobreza que possibilitasse aos países em desenvolvimento receber "apoio contínuo, por meio de um comércio internacional mais livre, do alívio da dívida externa, do

investimento direto, do aumento da ajuda internacional e de mecanismos alternativos de financiamento".

O Presidente Lula continuaria sua campanha internacional para que o combate à fome e a pobreza fosse objeto de ação internacional. Em discurso, na reunião de líderes mundiais para a "Ação contra a fome e a pobreza", realizada em Nova York, no dia 20 de setembro, afirmou que a fome era um problema social que precisava, urgentemente, ser enfrentado como um problema político. Apelou para que as Metas do Milênio não fossem letra morta por falta de vontade política. Notou que no relatório técnico apresentado por França, Chile, Espanha e Brasil haviam sido examinados alguns mecanismos inovadores de financiamento que poderiam complementar os esforços existentes e suprir o déficit de recursos para o desenvolvimento. Esclareceu que o encontro não se destinava a discutir ou mesmo endossar os aspectos técnicos do relatório os quais seriam examinados no momento apropriado. Apelou aos governos, organizações sociais, sindicatos e empresas para que reafirmassem e ampliassem seu compromisso, constituindo uma vigorosa parceria global pela superação da pobreza. Da declaração emitida ao final do encontro, foi reiterado o papel das instituições multilaterais e feito um apelo por esforços efetivos.

Em discurso que pronunciou em Davos, no mês de fevereiro de 2005, defendeu a ideia de que não se criasse uma nova estrutura para administrar um fundo para combate à pobreza, mas que se utilizasse o que a ONU já tinha, através do PNUD, através do ECOSOC. Recordou ter proposto que se criasse um fundo em função das transações de armas no mundo. Acrescentou que poderia ser um fundo sobre transações financeiras, ou sobre comércio mundial, ou ainda sobre os recursos financeiros aplicados nos chamados "paraísos fiscais".

Em discurso em Paris no dia 13 de julho de 2005, declarou que havia um processo em marcha na busca de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza. Destacou a iniciativa da conversão do serviço da dívida, ou parte dela, em investimentos na Educação proposta por Brasil, Espanha e Argentina, que se encontrava em fase de elaboração e viabilidade técnica. Notou ainda que, menos consensuais, mas em discussão, estavam propostas sobre a taxação de paraísos fiscais ou de venda de armas.

Em discurso que pronunciou na cidade de Nova York, no dia 14 de setembro de 2005, durante o Debate de Alto Nível sobre Financiamento ao Desenvolvimento, apoiou a proposta de Chirac de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas. Informou que, no

Brasil, determinara que seu governo apressasse estudos para que a medida pudesse ser adotada rapidamente. Anunciou que proporia à Assembleia Geral a redução dos custos das remessas internacionais dos emigrantes. Denunciou os "escandalosos subsídios aos agricultores dos países industrializados" que afirmou representarem seis vezes o adicional de US$ 50 bilhões necessários anualmente para cumprir as Metas do Milênio. Concluiu que no mundo instável em que se vivia, a erradicação da fome era condição indispensável para construir uma ordem internacional estável e pacífica.

Em discurso proferido na cidade de Nova York, no dia 15 de setembro de 2005, durante a reunião de Alto Nível da AGNU, afirmou que as Metas do Milênio constituíam uma notável conquista do humanismo contemporâneo. Defendeu a ampliação dos recursos disponíveis para combater a pobreza e a fome, oferecendo oportunidades de desenvolvimento aos países pobres. Ao final do encontro, foi emitida uma declaração sobre fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento.

Em discurso na cidade de Roma, durante a cerimônia de celebração do 60º aniversário da FAO, no dia 17 de outubro, afirmou que o combate à fome e à pobreza estavam no centro da agenda internacional. Disse que o objetivo efetivo da iniciativa internacional era buscar recursos adicionais para o financiamento do desenvolvimento e o combate à fome e à pobreza, por meio de instrumentos novos e criativos. Declarou que os recursos da ajuda oficial ao desenvolvimento deviam ser aumentados, mas acrescentou que no curto e no médio prazo, continuariam sendo insuficientes. Insistiu na necessidade de uma parceria renovada entre governos, empresários e sociedade civil para superar o déficit de financiamento do desenvolvimento. Declarou que a fome não era um problema econômico, não era um problema da produção de alimentos, não era um problema tecnológico, mas era um problema eminentemente político.

Por nota à imprensa de 15 de novembro de 2005, o Itamaraty reproduziu mensagem enviada naquele dia pelo Presidente Lula ao Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, a propósito das negociações comerciais no âmbito da Rodada de Doha da OMC e na qual tratou da questão de combate à pobreza.

Também o Ministro Celso Amorim se envolveria na campanha pelo combate à fome e à pobreza. Em 25 de novembro de 2005, publicou artigo em que afirmou que a erradicação da fome e da pobreza era uma prioridade das agendas interna e externa do governo Lula. Vinculou a questão às assimetrias do sistema de comércio internacional.

No dia 28, leu, em Paris, mensagem do Presidente Lula pela qual afirmou que o Brasil estava pronto a sediar uma próxima reunião, em seguimento às discussões que se realizariam em Paris, com o objetivo de aprofundar os aspectos técnicos das propostas e de encorajar outros países a se unirem a esse objetivo. Por nota de 23 de fevereiro de 2006, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim participaria da Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras de Financiamento do Desenvolvimento, a realizar-se em Paris.

Por nota de 6 de julho de 2006, em discurso na Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores, realizada em Brasília, o Ministro Celso Amorim informou que o Brasil aderira à contribuição sobre passagens aéreas e vinha tomando as medidas necessárias, inclusive de ordem legislativa, para sua plena implementação. Em 21 de fevereiro de 2008, enviou mensagem de cumprimentos ao ex--Chanceler da França, Philippe Douste-Blazy, nomeado Assessor Especial do SGNU para o tema dos Mecanismos Financeiros Inovadores.

O Presidente Lula continuaria a se manifestar sobre a questão da fome. Em discurso na abertura da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, realizada em Brasília, no mês de abril de 2008, o Presidente Lula afirmou que a luta contra a fome e a pobreza voltara às manchetes e à atenção da comunidade internacional em razão do aumento global dos preços dos alimentos.

Em mensagem, por ocasião de encontro especial do Conselho Econômico e Social da ONU sobre a crise alimentar mundial, realizado em Nova York, no dia 20 de maio de 2008, afirmou que era preciso agir em diferentes frentes. Propôs que, no plano emergencial, havia que rapidamente conter os efeitos mais adversos da crise. Disse que era preciso produzir mais e distribuir melhor os alimentos e, sobretudo, criar condições para que países pobres pudessem produzir seus próprios alimentos. Argumentou que pequenos agricultores pobres não podiam competir com subsídios milionários concedidos por países ricos a seus fazendeiros.

Em discurso na reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia, realizada em Roma, no mês de março de 2008, anunciou terem os Chefes de Governo da América Central, em reunião com o Brasil, decidido pedir à ONU a convocação urgente de uma Conferência Internacional para discutir o assunto.

Em discurso na sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, realizada em Roma, em 16 de novembro de 2009, afirmou que a experiência brasileira e de outros países mostraram que o enfrentamento do problema da fome exige, antes de mais nada, vontade e

determinação política. Notou que o combate à fome, contudo, continuava praticamente à margem da ação coletiva.

9.7.7. Foros plurilaterais

Além de continuar participando dos diversos foros plurilaterais já existentes (Grupo do Rio, CPLP, Comunidade Ibero-Americana), o Brasil teria papel relevante na criação de vários outros: IBAS, BRICs, ASPA, todos compostos exclusivamente de países em desenvolvimento. Teria também atuação no G-8+5 e na Aliança de Civilizações.

9.7.7.1. Cúpulas Ibero-Americanas

O Brasil utilizaria as Cúpulas Ibero-Americanas para o tratamento de várias questões internacionais, com ênfase na questão de imigração.

Na XV, realizada na Espanha, no mês de outubro de 2005, o Presidente Lula expressou felicidade por saber que haviam sido apresentadas soluções criativas, permitindo que o tema migratório nos países ibero-americanos pudesse ser resolvido de forma justa e democrática. Referiu-se à necessidade de garantir condições dignas aos trabalhadores, independente de seu *status* migratório. Propôs que a Comunidade Ibero-Americana ampliasse seu diálogo internacional, em particular com a África. Sugeriu que se começasse pelos países de língua portuguesa e pela Guiné Equatorial, de expressão castelhana, que já haviam manifestado tal interesse. Na reunião, foi tomada a decisão de estabelecer a Secretaria-Geral Ibero-Americana, como órgão permanente de apoio para a institucionalização da Conferência Ibero-Americana, sendo seu primeiro titular, o uruguaio Enrique V. Iglesias.

Na XVI, realizada em novembro de 2006, na cidade de Montevidéu, Celso Amorim representou o Presidente Lula. Em discurso na Sessão Plenária, ao tratar de imigração, afirmou que não havia lógica econômica nem sustentação ética para uma política que defendesse a livre circulação de mercadorias e capitais, mas barrasse a movimentação de seres humanos.

Na data da XVII Cúpula, realizada em Santiago do Chile, no mês de novembro de 2007, o Presidente Lula publicou artigo em que informou que os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos se reuniriam para aprofundar o debate e avançar propostas sobre o papel das políticas públicas no fomento da coesão social. Afirmou que, num mundo onde

a lógica dos mercados globalizados e a velocidade das transformações tecnológicas questionavam a eficácia de políticas públicas, era preciso reafirmar o compromisso da comunidade ibero-americana com os valores da solidariedade e do bem-estar coletivo.

Na XVIII, realizada em San Salvador, El Salvador, no mês de outubro de 2008, o tema seria "Juventude e Desenvolvimento". Conforme nota do Itamaraty, o Brasil pretendia tratar, com seus parceiros ibero-americanos, da cooperação em áreas como capacitação e emprego, educação, cultura, saúde, segurança, direitos humanos e migração. Em seu discurso, de fato, o Presidente Lula afirmou que tornara-se urgente que a comunidade se pronunciasse "de forma coesa sobre a questão das migrações, por sua relação com o emprego e com a renda, e por seu impacto sobre os jovens".

Na XIX, realizada em Estoril, Portugal, no mês de novembro de 2009, o Presidente Lula tratou do tema escolhido, "Inovação e Conhecimento" que, na sua opinião, exigia vigorosa ação do Estado. Defendeu a democratização do acesso às tecnologias modernas, sobretudo na informação e comunicação.

Na XX, realizada na cidade de Mar del Plata, Argentina, em dezembro de 2010, o tema escolhido foi "Educação para a Inclusão Social". O Presidente Lula discorreu sobre a manutenção da democracia na América Latina.

9.7.7.2. CPLP

No início do governo, o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim indicaram visões sobre a CPLP que compreendiam, de um lado, a concertação política, e, de outro, o desenvolvimento de projetos. Assim, na aula magna que proferiu em abril de 2003, Celso Amorim informou que, na Presidência da CPLP, o Brasil estava procurando "traduzir em projetos diversificados a natural afinidade e solidariedade" que nutria pelos povos de cada um de seus membros. Em discurso que pronunciou na cidade de Lisboa, em 11 de julho, por ocasião de visita à sede da CPLP, o Presidente Lula afirmou que estava se construindo "um espaço comum, onde a identidade linguística e cultural se transformava cada vez mais em uma realidade com voz e peso na comunidade internacional". Ressaltou que, durante a Presidência brasileira, continuariam a ser exploradas as oportunidades para concertação político-diplomática e deu como exemplo desse tipo de cooperação o "apoio dado à independência do Timor Leste e à corajosa luta de seu povo".

O Secretário-Executivo da CPLP, o Embaixador brasileiro João Augusto de Médicis, faleceu quando exercia o cargo. Por nota de 14 de abril de 2004, o governo brasileiro lamentou profundamente o falecimento. Ressaltou que, à frente da CPLP, o Embaixador Médicis tivera "atuação decisiva para a consolidação institucional e política da Comunidade, bem como para o aumento da visibilidade internacional da Organização". Acrescentou a nota à imprensa que "seu desempenho vinha sendo motivo de grande satisfação e reconhecimento por parte dos Estados-membros".

9.7.7.2.1. V Cúpula (São Tomé, 2004)

Essa dicotomia entre atuação política no plano internacional e a execução de projetos marcaria a CPLP. Em discurso, pronunciado em 26 de julho de 2004, durante sessão de trabalho da V Conferência de Chefes de Estado e de governo para apresentação do balanço da Presidência brasileira da CPLP, o Presidente Lula ressaltou que era "mais do que um espaço de confraternização entre povos irmãos". Declarou que constituía "uma iniciativa de alto valor estratégico, cujo raio de ação abrange quatro continentes". Ressaltou que eram "oito países, com uma população de 230 milhões de habitantes comprometidos com a democracia e a justiça social". Sublinhou que a Comunidade era "unida por valores e princípios nascidos de uma vivência linguística comum" que queria preservar e difundir.

Em São Tomé, foi aprovado o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, proposto pelo Brasil. Em outubro, foi anunciado que haviam sido cumpridos pelo Brasil, os requisitos legais necessários para sua entrada em vigor.

9.7.7.2.2. VI Cúpula (Bissau, 2005)

A atuação política da CPLP seria destacada pelo Ministro Celso Amorim em artigo que publicou em março de 2005. Informou que, na Presidência da CPLP, o Brasil desempenhara papel central nas gestões diplomáticas que haviam contribuído para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe.

Ao anunciar, em julho de 2005, a participação do Ministro Celso Amorim na reunião ministerial da CPLP em Luanda, o Itamaraty informou que, no plano da promoção e difusão da língua portuguesa, dois temas que seriam considerados pelos Ministros consistiam no Acordo Ortográfico

da Língua Portuguesa e no Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Informou ainda que dois outros importantes temas seriam também considerados: as negociações comerciais entre o Mercosul e os países em desenvolvimento da CPLP, e o desenvolvimento das atividades do Conselho Empresarial e do Fórum Empresarial da CPLP.

O reconhecimento da importância pelo Brasil foi ratificado quando, pelo Decreto nº 5.677, de 18 de janeiro de 2006, o Brasil criou a Missão do Brasil junto à sede da CPLP em Lisboa.

Em maio de 2008, a Assembleia da República de Portugal ratificou resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e estabeleceu um período de transição de seis anos para sua implementação. Portugal passou a ser o quarto país a ratificar o Segundo Protocolo Modificativo, depois de Brasil, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe. Estava assim preenchida a exigência de ratificação por pelo menos três dos países-membros da CPLP para que entrasse em vigor. Por nota, o governo brasileiro saudou a decisão da Assembleia da República de Portugal e convidou as autoridades portuguesas a unir esforços para a plena implementação do Acordo Ortográfico no mais breve prazo possível.

9.7.7.2.3. VII Cúpula (Lisboa, 2008)

Ao anunciar que o Presidente Lula participaria da VII Conferência de Chefes de Estado e de governo da CPLP a realizar-se em Lisboa em julho de 2008 o Itamaraty informou que o tema central seria a Língua Portuguesa. Acrescentou a nota que os Chefes de Estado e de governo deveriam também adotar resoluções, entre outras, sobre segurança alimentar, combate ao HIV/AIDS, circulação de bens culturais e o reforço da participação da sociedade civil na CPLP. Revelou que estava prevista também a assinatura de Acordo de Cooperação Consular. Por fim, informou que, conforme proposta brasileira, seria estabelecido o "Prêmio José Aparecido de Oliveira" para distinguir anualmente personalidades dos países-membros que tivessem se destacado em áreas afetas ao trabalho da Comunidade.

Os documentos anunciados, de fato, foram assinados, tendo a Declaração de Lisboa tratado de aspectos variados, entre os quais, a concertação político-diplomática, o processo de reestruturação no Secretariado Executivo da CPLP, a cooperação entre os países-membros, e a promoção e divulgação da Língua Portuguesa. Constou também a eleição, por unanimidade, por um mandato de dois anos, do Engenheiro

Domingos Simões Pereira, de Guiné-Bissau, para Secretário-Executivo, e a escolha, para o cargo de Diretor-Geral do Secretariado Executivo, do Dr. Helder Vaz Lopes.

Em palestra pronunciada em Lisboa, no mês de janeiro de 2009, o Ministro Celso Amorim afirmou que a CPLP tinha lugar de destaque na política externa brasileira. Ressaltou que o país aumentara seus aportes financeiros à Comunidade e ampliara sua pauta de cooperação técnica: 40% do total da cooperação técnica brasileira se dirigia a países da CPLP. Atribuiu grande importância à concertação político-diplomática entre os países--membros. Propôs que se investisse mais na promoção da língua portuguesa. Expressou a ideia de que a implementação do Acordo Ortográfico pelos membros da CPLP daria um sinal claro do grau de coordenação atingida e tornaria também mais fácil a adoção do português como língua oficial em organismos multilaterais, especialmente na ONU.

9.7.7.2.4. VIII Cúpula (Luanda, 2010)

Realizou-se em Luanda, em julho de 2010, a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Da extensa Declaração de Luanda, constou a "crescente cooperação econômica, técnico-científica, cultural, comercial, circulação de pessoas e em investimentos cruzados" que vinham "contribuindo para o estreitamento das relações no espaço CPLP, para o crescimento econômico dos seus países e desenvolvimento social dos seus povos". Foi aprovada uma Declaração sobre o tema da Conferência, "A Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP", tendo sido realçado, "no âmbito da diversidade cultural e de desenvolvimento social e econômico da Comunidade, a importância da solidariedade na concertação político-diplomática, na ajuda ao desenvolvimento e na promoção e difusão da Língua Portuguesa – fator de união dos oito Estados-membros da Organização". Foi também aprovada uma Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

9.7.7.3. IBAS

Em 30 de maio de 2003, o Itamaraty informou que seria realizada, no mês seguinte, em Brasília, Reunião Trilateral dos Chanceleres do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, e da

Índia, Yashwant Sinha. Pretendiam discutir posições e percepções sobre desdobramentos recentes no cenário internacional; o papel da ONU; as negociações econômicas e comerciais internacionais, sobretudo no âmbito da OMC; e as possibilidades de estreitar a cooperação, em particular no que diz respeito a temas sociais, como o combate à fome. O encontro – o primeiro naquele formato entre os três países – tinha relevância, segundo a nota, em função não só dos assuntos a serem tratados, mas também da relevância de cada um dos participantes em seus respectivos contextos regionais.

Da Declaração de Brasília assinada pelos três Ministros, constou que aquele constituía um "encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo[143]. Os Ministros recomendaram a seus respectivos Chefes de Estado e/ou Governo a realização de encontro de cúpula dos três países. Os Ministros concordaram ainda em estabelecer uma Comissão Mista Trilateral e decidiram denominar o grupo de "Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)". Durante entrevista Conjunta à Imprensa, Celso Amorim notou que os três países eram de cada uma das três regiões do mundo em desenvolvimento; eram democráticos; e tinham também visões muito semelhantes em diversos temas multilaterais. Revelou terem sido assinaladas algumas áreas nas quais a cooperação deveria ocorrer – como ciência e tecnologia, defesa, e, certamente, transporte.

Os líderes dos três países se reuniram, em setembro, na cidade de Nova York. O encontro foi precedido de reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Índia, Yashwant Sinha; Brasil, Celso Amorim; e África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, os quais intercambiaram impressões sobre temas da atualidade internacional. Do Comunicado Conjunto, constou que os Ministros haviam sublinhado a necessidade de fortalecer o multilateralismo e, nesse sentido, acordaram cooperar entre si e com o Secretário-Geral para avançar a reforma da ONU.

Os Chanceleres voltaram a se reunir em março de 2004, desta vez em Nova Délhi, onde trataram de comércio, saúde e questões militares[144]. Em agosto, numa entrevista à imprensa, Celso Amorim afirmou que o estabelecimento do Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul havia derivado da convicção de que seria muito positiva a aproximação política e a cooperação entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento. Notou que os três países tinham "influência regional e atuação global; grandes territórios ricos em recursos naturais

e biodiversidade; populações culturalmente diversificadas; e níveis de desenvolvimento e industrialização similares". Acrescentou que, ao mesmo tempo, enfrentavam "o desafio de promover o desenvolvimento com justiça social". Salientou que a coordenação política entre os três países já se tinha materializado em foros multilaterais, com sucesso. Ressaltou que a confiança e a facilidade do diálogo entre o Brasil, a Índia e a África do Sul haviam sido decisivas, por exemplo, no processo de estabelecimento do G-20.

Os Ministros reuniram-se novamente, em setembro, por ocasião da AGNU, na cidade de Nova York. Do comunicado de imprensa que emitiram na ocasião, constou que haviam concordado em intensificar consultas políticas entre si e em que os respectivos Representantes Permanentes em Nova York mantivessem encontros regulares com esse propósito.

Em artigo que publicou no mês de março de 2005, Celso Amorim afirmou que o IBAS era um projeto de vanguarda, consistente com uma avaliação prospectiva do impacto de fenômenos como o crescimento extraordinário da China, e também da Índia; a rápida recuperação econômica da Rússia; a inserção da África do Sul, na era pós-*apartheid*; e a consolidação democrática, estabilização econômica e retomada do crescimento e da justiça social no Brasil. Ressaltou que, como primeira iniciativa do IBAS, havia se estabelecido um Fundo de Solidariedade pioneiro, que envolvia, pela primeira vez, três países em desenvolvimento no financiamento de projetos sociais em benefício de países menos desenvolvidos. Notou que o primeiro beneficiário fora Guiné-Bissau, na área do desenvolvimento agrícola. Ressaltou tratar-se de um caso particularmente emblemático, por envolver um país africano, membro da CPLP, que atravessava uma situação de grande dificuldade.

O novo grupo logo começou a apresentar resultados que iam além da concertação política multilateral. Por nota de agosto, o Itamaraty informou que haviam sido concluídas com êxito as negociações entre Brasil, África do Sul e Índia de Memorando de Entendimento Trilateral sobre Aviação Civil no âmbito do Fórum de Diálogo do IBAS. Esclareceu que oferecia moldura para o aprofundamento da integração e da cooperação aérea, permitindo, em particular, a introdução de voos únicos, sem conexão, a interligar os três países, com benefícios para suas atividades econômicas, em particular o comércio e o turismo.

Esses resultados em outras áreas seriam realçados por Celso Amorim quando, em discurso igualmente em agosto, afirmou que o IBAS talvez tivesse sido a primeira iniciativa de política externa do governo do Presidente Lula. Ressaltou que a ideia de gerar cooperação trilateral já estava se sucedendo

em vários domínios, tais como projetos importantes na área de informática, biotecnologia e transportes. Opinou que a criação do G-20 no âmbito da OMC não teria sido possível se já não tivesse sido criado um ambiente de confiança entre os três países que eram chave em suas regiões. Destacou também a criação de um Fundo junto com o PNUD com recursos provenientes dos três países (Índia, África do Sul e Brasil) para ajudar países mais pobres. Anunciou o desenvolvimento de projetos no Laos, no Haiti e em alguns outros.

O Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, o Presidente Lula, e o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, reuniram-se em setembro, na cidade de Nova York, durante a Reunião Plenária de Alto Nível da ONU. Segundo nota divulgada na ocasião, os líderes reafirmaram o valor da contínua cooperação entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento, com vistas a fortalecer os laços entre os três países e suas respectivas regiões, a reforçar o multilateralismo e a aprofundar a cooperação Sul-Sul.

O comércio entre os três países apresentava incremento. Em discurso na Cerimônia da Abertura da Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), realizada em março de 2006, no Rio de Janeiro, o Ministro Celso Amorim notou que o comércio entre o Brasil e a África do Sul, que era de aproximadamente US$ 700 milhões, em 2002, elevara-se a US$ 1,7 bilhão, em 2005. Sublinhou que isso equivalia a um crescimento de aproximadamente 160% em três anos. Observou que, com a Índia, o intercâmbio atingira, no ano anterior, US$ 2,3 bilhões, 90% a mais do que em 2002. Frisou que avançavam, também, os entendimentos com vistas à negociação de um inédito acordo trilateral de livre-comércio. Informou que o Brasil estava trabalhando para fazer convergir as negociações comerciais Mercosul – SACU, Mercosul – Índia e SACU – Índia. Concluiu que a liberalização do comércio entre os três países e seus entornos era elemento essencial para a dinamização do relacionamento comercial.

A concertação política não era abandonada. Do extenso Comunicado Conjunto da III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), constou que os Ministros haviam debatido uma ampla gama de temas globais cruciais e haviam reconfirmado seus pontos de vista comuns e sua determinação de exercer um papel construtivo em assuntos internacionais e de manter relações amistosas com todos os países.

9.7.7.3.1. I Cúpula (Brasília, 2006)

Em agosto de 2006, o Itamaraty anunciou a celebração, em Brasília, da I Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), com a presença do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e do Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. Informou ainda que seriam realizados dois seminários, um empresarial e outro acadêmico, e seria ainda repassada a situação do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza.

Compareceram à Cúpula, em setembro, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e do Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. No discurso que pronunciou na Sessão de Abertura, o Presidente Lula revelou que a ideia original de criar o IBAS fora do Presidente Mbeki, que, no dia de sua posse, sugeriu que grandes países em desenvolvimento deveriam se unir para dar novo impulso à cooperação Sul-Sul. Ressaltou que o IBAS era muito mais do que uma construção diplomática, era "a expressão natural de identidades de visão sobre grandes temas internacionais". Acrescentou que era "também uma manifestação concreta de objetivos compartilhados". Notou que os três países coincidiam "no entendimento de que uma reforma urgente do CSNU é essencial". Ressaltou ademais a importância do IBAS como "um poderoso instrumento para promover a cooperação trilateral em áreas de impacto concreto para nossos processos de desenvolvimento nacional". Declarou que a conclusão de um acordo trilateral de transportes marítimos, juntamente com o já existente acordo de serviços aéreos, permitiria conexões mais diretas entre o Brasil, a Índia e a África do Sul. Ressaltou o desejo de, com isso, dinamizar o comércio entre os três países que, em conjunto, já alcançava US$ 7 bilhões; e também aproximar os povos e o intercâmbio cultural e turístico. Sublinhou o acordo de normas técnicas; o propósito comum "de transformar o etanol, o biodiesel e outras fontes renováveis e limpas de energia em *commodities* com grande impacto sobre o mercado mundial de energia".

Ainda em demonstração de entusiasmo pela iniciativa, o Presidente Lula publicou artigo em que resumiu a identidade entre os três países: defendiam o multilateralismo e uma ordem internacional baseada no direito e na construção de consensos; favoreciam uma reforma do CSNU que incluísse países em desenvolvimento entre seus membros permanentes; coincidiam em que a proteção ao meio ambiente era indissociável do combate à pobreza e do desenvolvimento econômico; na Rodada Doha, davam absoluta prioridade aos cortes efetivos nos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos; e estavam convencidos de

ser necessário um equilíbrio entre os direitos de proteção à propriedade intelectual e as políticas públicas na área da saúde.

Prosseguiam as reuniões ministeriais periódicas. Por nota de julho de 2007, o Itamaraty informou que o Ministro das Relações Exteriores da Índia, S. E. Pranab Mukherjee, Celso Amorim, e o Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, S. E. Dr. Nkosazana Dlamini-Zuma, haviam se reunido em Nova Délhi para a IV Reunião da Comissão Trilateral do Foro de Diálogo IBAS. Segundo a nota, os Ministros reafirmaram o compromisso de implementar as determinações com relação ao estabelecimento expedito de Grupo de Trabalho para examinar as modalidades para o projetado Acordo Trilateral de Livre-Comércio Índia – Mercosul – SACU (T-FTA).

9.7.7.3.2. II Cúpula (Johanesburgo, 2007)

Em outubro de 2007, realizou-se, em Johanesburgo, a II Cúpula do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS). Em seu discurso, o Presidente Lula afirmou que o IBAS vinha mostrando capacidade de interlocução em vários temas da agenda global. Ponderou que isso refletia credibilidade, presença diplomática e capacidade de contribuir para a construção de uma ordem internacional mais justa e democrática.

Em conferência pronunciada no mês de abril de 2008, Celso Amorim resumiu o Fórum IBAS: "promove a coordenação diplomática, o incremento do comércio e dos investimentos e a cooperação entre seus membros em múltiplas áreas, incluindo a acadêmica e cultural". Ressaltou que o IBAS estimulara o lançamento da ideia de um acordo comercial trilateral entre o Mercosul, a Índia e União Aduaneira da África Meridional (SACU).

A cooperação trilateral apresentava avanços. Na Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo IBAS, realizada à margem da AGNU, no mês de setembro de 2008, os Chanceleres mostraram-se satisfeitos pela aprovação de projetos de apoio para além dos já existentes no Haiti (manejo de resíduos sólidos) e em Guiné-Bissau (desenvolvimento agrícola), nos seguintes países em desenvolvimento: Guiné-Bissau - desenvolvimento agrícola e fornecimento confiável de energia em locais chave; Burundi - fortalecimento da infraestrutura e da capacidade de combate à AIDS/HIV; Laos - irrigação e manejo de bacias hidrográficas; Cabo Verde - reforma da infraestrutura de assistência à saúde; e Palestina - construção de ginásio esportivo para promoção da participação construtiva da juventude.

9.7.7.3.3. III Cúpula (Nova Délhi, 2008)

A III Cúpula do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), realizou-se em Nova Délhi, no mês outubro de 2008. Em discurso na cerimônia de abertura, o Presidente Lula afirmou que, cinco anos após sua fundação, o IBAS já era uma referência no cenário internacional. Notou que era identificado como a aliança de grandes democracias do Sul, um espaço de cooperação entre países emergentes que estavam determinados a redefinir seu lugar na comunidade de nações.

Realizou-se, em junho de 2009, reunião ministerial informal do IBAS, em Paris, à margem de reunião da OCDE. Ao final, foi emitida Declaração Conjunta da qual constou que os Ministros haviam reafirmado que as necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento deviam permanecer em primeiro plano na Agenda Doha para o Desenvolvimento.

Após a VI Reunião Ministerial do Foro IBAS, realizada em Brasília, entre 31 de agosto e 1º de setembro, extenso Comunicado Conjunto tratou dos diversos temas em que os três países estavam atuando em conjunto: questões globais (reforma da ONU, comércio internacional, direitos de propriedade intelectual, energia, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, gênero, meio ambiente, segurança alimentar, assistência humanitária); questões regionais (Guiné-Bissau, Zimbábue, Processo de Paz no Oriente Médio, Afeganistão, Honduras, e Atividades de Grupos de Trabalho como Agricultura, Cultura, Defesa, Educação, Meio Ambiente, Assentamentos Humanos, Sociedade de Informação, Governança e Administração Pública, Desenvolvimento Social, Comércio e Investimento, Transporte; Outros Grupos de Trabalho; e Questões das Mulheres); e o Fundo de Facilidade IBSA.

9.7.7.3.4. IV Cúpula (Brasília, 2010)

Ao abrir, em abril de 2010, a Sessão Plenária da 4ª Cúpula do IBAS, na cidade de Brasília, o Presidente Lula resumiu as coincidências de visões dos três países em temas internacionais e afirmou que o grupo já estava colhendo os primeiros frutos de seu trabalho. Considerou ser o lançamento de dois satélites IBAS o projeto símbolo da nova etapa da parceria. Citou também o Fundo IBAS pelo qual estavam sendo transformados em iniciativas concretas de solidariedade Sul-Sul os avanços em pesquisa agrícola, formação técnico-profissional, saúde e desenvolvimento de fontes renováveis de energias. Ressaltou a relevância

da implementação de projetos de cooperação no Haiti, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Burundi, Palestina, Laos e Camboja. Foram assinados Memorandos de Entendimento sobre cooperação na área de energia solar e sobre cooperação trilateral em ciência e tecnologia.

9.7.7.4. G-8 + 5

Em junho de 2003, o G-8 reuniu-se em Évian-les-Bains, na França. O Presidente Jacques Chirac convidou os líderes da China, Índia, Brasil e México, pela primeira vez. Por sua vez, o líder britânico Tony Blair convidou esses mesmos países para a Cúpula de Gleneagles, na Escócia, realizada em julho de 2005. Acrescentou-os à lista, além da África do Sul (que era convidada desde 2000), criou informalmente o chamado G-8 + 5. Os líderes dos 5 emitiram uma declaração conjunta na qual afirmaram que a Cúpula era uma oportunidade para dar maior impulso ao processo de reformas da ONU e para dar maior voz aos países em desenvolvimento nas suas decisões. Reafirmaram "o papel da cooperação Sul-Sul no contexto do multilateralismo, e a necessidade de fortalecê-la".

O Presidente Lula e os líderes de África do Sul, China, Índia e México foram convidados para participar de encontro com os líderes do G-8 em São Petersburgo, no mês de julho de 2006. No dia 4, realizou-se em Brasília encontro de coordenação dos cinco países convidados à Cúpula do G-8. Em entrevista concedida à imprensa brasileira por ocasião da Reunião do G-8, o Presidente Lula tratou da OMC e informou que apresentaria para a Cúpula do G-8 o programa brasileiro de biodiesel, o H-Bio e o etanol. Em sua intervenção na Reunião, o Presidente Lula declarou que as negociações para uma Agenda do Desenvolvimento na OMC estavam em crise. Afirmou que, sem firme impulso político e instruções renovadas, os Ministros não conseguiriam aproximar as posições negociadoras. Anunciou que estava pronto a instruir seu Ministro encarregado das negociações a demonstrar a flexibilidade requerida para que a Rodada do Desenvolvimento fosse ambiciosa e equilibrada, com ganhos para todos.

Em artigo que publicou no mês de abril de 2007, o Ministro Celso Amorim informou que o Presidente Lula compareceria à Cúpula de Heiligendamm, na Alemanha, a realizar-se em junho. Notou que os temas a serem examinados incluíam mudança do clima, energias renováveis, investimentos e propriedade intelectual, além da situação do continente africano. Acrescentou que, mesmo não constando da agenda, era provável

que as negociações comerciais fossem abordadas à luz dos desdobramentos mais recentes da Rodada Doha da OMC. Defendeu estruturação em bases mais permanentes do diálogo ampliado.

> O importante a destacar é que se vai consolidando uma percepção entre os próprios países ricos de que os grandes temas globais não podem ser tratados sem a participação de países em desenvolvimento. Em assuntos que afetam a economia mundial, por exemplo, qualquer formato que exclua os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) simplesmente não vai funcionar.
> O diálogo ampliado do G-7/8 deve ser aperfeiçoado e estruturado em bases mais permanentes. Idealmente, esse processo levará à criação de um novo "G" (se um G-11, G-12 ou G-13, não sabemos ainda), sem prejuízo das instâncias multilaterais formais.

> A questão fundamental é que há cada vez mais clareza de que a chamada governança global não terá futuro se as discussões ficarem restritas somente aos mais abastados. Não é sábio nem prático ignorar os anseios de mais de três quartas partes da humanidade.

Expondo essa visão com respeito à necessidade de consulta a países em desenvolvimento, o Presidente Lula afirmou, em maio:

> Cada vez mais somos procurados para expressar nossas opiniões e para trabalhar em iniciativas conjuntas. É esse o sentido do convite para que o Brasil volte, pela quarta vez, a participar este ano, na Alemanha, da Cúpula Ampliada do G-8, com as principais economias emergentes. Os países ricos sabem que não se pode falar em governança global sem a participação de países em desenvolvimento nas instâncias decisórias mundiais. Não tenho dúvidas de que a nossa ação internacional contribuiu para reforçar a consciência de que a inclusão das grandes nações do Sul nesse diálogo não é apenas saudável, mas indispensável.

Esse tipo de posicionamento encontraria eco. Em agosto, o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, propôs que Brasil, China, Índia, México e África do Sul se tornassem membros do G-8. Argumentou que o G-8 não podia se reunir por dois dias e os demais apenas por duas horas. Considerou que tal situação não era apropriada em vista do poder desses cinco países emergentes. Em conferência pronunciada em abril de 2008, Celso Amorim constatou que, "mesmo entre os países ricos", sentia-se "a viva necessidade de incluir novos parceiros no encaminhamento de

temas globais, como mudança do clima, energia, comércio internacional, combate à fome e financiamento ao desenvolvimento".

O Presidente Lula participou da Reunião de Cúpula do G-8, realizada em Hokkaido, Japão, em julho. Ao anunciar a ida, o Itamaraty informou que o mandatário brasileiro participaria também de almoço de trabalho entre o G-8, o G-5, além de Austrália, Indonésia e Coreia do Sul, cujo tema seria a situação da economia mundial e o aumento dos preços dos alimentos.

Os Ministros das Relações Exteriores de Brasil, China, Índia, África do Sul e México – o Grupo dos Cinco (G-5) – reuniram-se, em setembro, à margem da 63ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Ao informar sobre o encontro, o Itamaraty sublinhou que os cinco Ministros haviam intercambiado visões sobre o atual cenário internacional e apontado os sérios desafios suscitados pela instabilidade financeira mundial, pela mudança do clima, pelo aumento exorbitante nos preços dos alimentos e do petróleo, e pelos distúrbios em diferentes partes do mundo. Acrescentou que haviam decidido continuar com um diálogo mais estreito e aprofundar a colaboração sobre os problemas globais mais prementes.

Na preparação da Cúpula de l'Aquila, durante palestra em Paris, no mês de junho de 2009, Celso Amorim ressaltou o fato de que a declaração final seria pela primeira vez resultado de uma negociação entre o G-8 e Brasil, China, Índia, África do Sul e México. Ao anunciar a visita do Presidente Lula à Itália, para participar da Cúpula de l'Áquila em julho, nota do Itamaraty afirmou que a participação do Brasil no evento refletia "o crescente peso do país nos diversos foros de governança e coordenação do cenário internacional contemporâneo, tais como o G-20 financeiro e o grupo dos BRICs". Informou que o G-5 se reuniria previamente para "coordenar posições sobre os temas principais da agenda dos encontros com os líderes do G-8 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia): crise econômica e financeira internacional; governança global; segurança alimentar; e mudança do clima".

9.7.7.5. BRICs

Em 2003, fazia já dois anos que Jim O'Neill, economista da firma Goldman Sachs, publicara um estudo em que se referiu às economias de Brasil, Rússia, Índia e China, que apresentavam rápido crescimento, dando-lhes a sigla BRICs. Estimou que em 2050 essas economias em conjunto seriam mais importantes do que as dos países mais ricos do mundo.

No que mais tarde Celso Amorim chamaria de "autorrealização de uma profecia", representantes dos quatro países começaram a realizar reuniões à margem da AGNU em 2006 e 2007. Seguiram-se reuniões periódicas entre os Representantes Permanentes dos quatro países em cidades sede de organismos multilaterais, como Nova York e Genebra. Em março de 2008, realizou-se, no Rio de Janeiro, reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores dos BRICs.

A esses encontros, seguiu-se uma reunião ministerial em Ecaterimburgo, Rússia, no mês seguinte. Segundo nota do Itamaraty ao anunciar o encontro, a reunião ofereceria "oportunidade para discussão de temas relevantes da agenda internacional, de particular interesse para os grandes países emergentes, como a situação econômica e financeira internacional, questões energéticas e de meio ambiente, desarmamento e não proliferação nuclear, desenvolvimento sustentável e comércio internacional, cooperação Sul-Sul e reforma dos organismos internacionais". Acrescentou que os BRICs defendiam "um cenário internacional baseado no multilateralismo e no direito internacional, com maior participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias". Acrescentou que, "por suas características políticas, econômicas e sociais" podiam "servir como ponte entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável e de uma agenda internacional mais equilibrada".

Em artigo publicado no mês de junho de 2008, o Ministro Celso Amorim relatou o encontro. Afirmou que (sua realização) dizia "mais sobre a multipolaridade do que quaisquer palavras". Declarou que os BRICs eram "um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional". Ressaltou que a convergência que havia sido cultivada, "sem prejuízo da pluralidade de pontos de vista", deveria "reforçar a ação dos quatro em diversas instâncias e foros multilaterais".

9.7.7.5.1. I Cúpula (Ecaterimburgo, 2009)

A Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs realizou-se também em Ecaterimburgo, em 16 de junho de 2009. Ao anunciar o encontro, o Itamaraty ressaltou que, entre 2003 e 2007, o crescimento dos países do Grupo BRIC representara 65% da expansão do PIB mundial. O Presidente Lula participou da reunião, juntamente com o Presidente da China, Hu Jintao, com o Presidente da Rússia,

Dmitri Medvedev, e com o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh. Da Declaração Conjunta, emitida ao final, constaram várias afirmações em favor do multilateralismo, entre as quais uma exortação à implementação das decisões tomadas pela Cúpula do G-20 em Londres; a proposta de reforma das instituições financeiras internacionais; o apoio a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa; e o compromisso com a diplomacia multilateral.

Em entrevista concedida na Rússia, no dia 22, perguntado sobre qual havia sido a agenda brasileira em Ecaterimburgo, Celso Amorim respondeu que o Brasil havia discutido a coordenação de ações na ONU e no G-20.

Reunidos em setembro, na cidade de Nova York, por ocasião da AGNU, os Ministros dos quatro países emitiram comunicado de imprensa no qual anunciaram planos de organizar um Foro de Negócios paralelamente à II Cúpula e uma reunião de Ministros da Agricultura, assim como um encontro de órgãos de estatística dos quatro países, antes do encontro.

9.7.7.5.2. II Cúpula (Brasília, 2010)

Em abril de 2010, realizou-se a II Cúpula dos BRICs, na cidade de Brasília. Foram tratadas questões internacionais relativas ao desarmamento e não proliferação (Irã), desenvolvimento, aprofundamento do grupo, a situação econômica internacional, reformas das instituições financeiras, o G-20, a cooperação internacional e o governança global.

A África do Sul foi admitida como membro do BRICs em dezembro.

9.7.7.6. ASPA

Em entrevista a imprensa em 1º de outubro de 2003, Celso Amorim referiu-se à ideia do Presidente Lula de QUE todos os países árabes e os países da América do Sul realizassem uma grande reunião para tratar de questões de interesse comum. Comentou que os países árabes tinham grande afinidade com o Brasil, entre outras razões pelo fato de ser não só um país grande em tolerância, do ponto de vista do convívio entre povos, raças, culturas e religiões, mas também viverem no país entre oito ou nove milhões de pessoas de origem árabe. Disse que havia um grande potencial tanto para comércio quanto para

investimento com os países árabes. Ressaltou que, do ponto de vista de investimento, talvez fossem mais prováveis de parte dos países do Golfo, que dispunham de mais excedentes financeiros. Sublinhou que era muito importante mostrar que o Brasil era um bom local para colocar esses recursos em áreas variadas. Citou como exemplos de áreas para esse investimento a mineração, a infraestrutura, o petróleo, entre outros setores.

A ideia da realização de uma Cúpula prosperou e, em setembro de 2004, realizou-se Reunião de Ministros dos Países Árabes e da América do Sul, à margem da AGNU, copresidida pelos Chanceleres do Brasil e da Tunísia (no exercício da Presidência *pro tempore* da Liga Árabe) e pelo Secretário-Geral da Liga Árabe. Na ocasião, foram analisadas questões relativas ao processo preparatório. Nova reunião com a mesma finalidade foi realizada em Marraqueche. Na ocasião, Celso Amorim declarou que era do Presidente Lula a ideia de realizar uma reunião entre países sul-americanos e árabes. Disse que a Cúpula constituiria o primeiro passo para lançar um movimento de aproximação política, econômica e cultural.

Em resposta a questionamentos da imprensa sobre o interesse brasileiro em criar parcerias com o mundo árabe, durante entrevista concedida em dezembro, Celso Amorim discorreu sobre as possibilidades de aumento do intercâmbio comercial, dando como exemplo o Egito por ter "70 milhões de habitantes e um potencial muito grande".

Em fevereiro de 2005, Celso Amorim iniciou visita a Jordânia, Palestina, Síria, Arábia Saudita, Omã, Catar, Coveite, Tunísia e Argélia com o propósito de "dar continuidade à concertação política e à preparação da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos países Árabes, bem como para reiterar o convite feito aos mandatários árabes para participar do encontro". Durante discurso em Jedá, ressaltou que o comércio do Brasil com os países árabes crescera de forma impressionante – cerca de 70% – no ano anterior e estava apto a crescer ainda mais, à luz da natureza complementar das economias. Notou que o Brasil tinha a maior comunidade de pessoas de ascendência árabe fora do mundo árabe. Expressou convencimento de que a Cúpula entre países da América Latina e países Árabes abriria caminho para projetos concretos em benefício dos povos das duas regiões. Ademais, o evento criaria condições para o estabelecimento de diálogo político mais intenso, capaz de abrir novos horizontes para o encaminhamento de causas comuns, tais como o combate à pobreza e à fome, e a promoção do desenvolvimento com justiça social.

Ao retornar ao Brasil, publicou artigo, em março, no qual afirmou que era promissor o potencial para o incremento do comércio e a atração de investimentos do mundo árabe. Observou que era preciso recuperar o espaço perdido nos dez anos anteriores, depois da primeira Guerra do Golfo. Argumentou que, como indicavam estudos governamentais e do setor privado, era possível aumentar as exportações para aquela região para pelo menos US$ 5 bilhões, em prazo relativamente curto. Expressou o desejo brasileiro de aprofundar as relações com os países árabes também por intermédio de contatos mais sistemáticos com entidades representativas da região, como a Liga dos Estados Árabes.

Em entrevista coletiva que concedeu, no mês de abril abril, juntamente com Amre Moussa, Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Celso Amorim afirmou que o comércio, nos dois sentidos, que era de cerca de US$ 5,2 bilhões, estava então acima de US$ 8 bilhões, o que considerou um aumento notável. Ressaltou que, portanto, em certo aspecto, a Cúpula já fora um êxito, mesmo antes de ser realizada. Notou já haviam sido realizados seminários sobre ciência, no que dizia respeito, por exemplo, a áreas desertas ou semiáridas que haviam sido muito positivos. Notou que havia eventos culturais que teriam lugar e também haveria um Fórum de Negócios durante a Cúpula.

Em entrevista a jornal egípcio, no dia 10, Celso Amorim rebateu críticas de que teriam havido desacordos a respeito da Cúpula. Expressou opinião de que a declaração final não constituía o objetivo da Cúpula. Sua importância estaria na operação contínua que seria lançada. Disse que a Cúpula seria uma plataforma de lançamento e não o destino final. Notou que o comércio do Brasil com o mundo árabe havia aumentado 50%. Ressaltou que tratava-se de um volume de comércio de cerca de US$ 8,5 bilhões entre o Brasil e os países árabes.

9.7.7.6.1. I Cúpula (Brasília, 2005)

Em maio de 2005, realizou-se em Brasília a I reunião de Cúpula entre 33 países sul-americanos e 22 árabes[145]. Em discurso na sessão de abertura, o Presidente Lula propôs a identificação de oportunidades de comércio e investimentos que permitissem aos países explorar as possibilidades da economia global. Afirmou que não estavam reunidos apenas em busca de vantagens econômicas e comerciais. Declarou que movia os líderes ali presentes a necessidade de fortalecer um espaço político que contribuísse para a construção de um mundo de paz, democracia e justiça social.

A extensa Declaração de Brasília, assinada no dia 11, ao final da Cúpula, dividiu-se em várias partes: Introdução, Fortalecimento da Cooperação Birregional, das Relações Multilaterais, da Paz e da Segurança, Cooperação Cultural, Cooperação Econômica, Comércio Internacional, Sistema Financeiro Internacional, Desenvolvimento Sustentável, Cooperação Sul-Sul, Cooperação em Ciência e Tecnologia, Sociedade de Informação, Ação contra a Fome e a Pobreza, Desenvolvimento e Temas Sociais, e Mecanismos de Cooperação. Da introdução constaram alguns princípios políticos adotados como, por exemplo, "o compromisso com a implementação não seletiva das resoluções da ONU". Constou referência ao Estado de Israel nos seguintes termos:

> Reafirmam a necessidade da realização dos direitos nacionais legítimos do povo palestino e da implementação da Resolução 1515 (2003) do CSNU, assim como da criação do Estado Palestino independente, com base nas fronteiras de 1967, coexistindo pacificamente ao lado do Estado de Israel, e da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados para as fronteiras de 4 de junho de 1967, e do desmantelamento dos assentamentos, inclusive daqueles em Jerusalém Oriental.

Os resultados da Cúpula seriam apresentados e avaliados por Celso Amorim em várias entrevistas à imprensa. Assim, em maio, Celso Amorim declarou que a Cúpula América do Sul – Países Árabes fora criada para criar as condições para uma nova geografia econômica mundial. Perguntado sobre o significado da expressão exemplificou que seria não ter que passar por Washington e Paris para ir do Brasil ao Cairo. Em setembro, afirmou que a Cúpula aproximara duas regiões do mundo em desenvolvimento que não olhavam uma para outra, e onde as oportunidades de negócios, de comércio e de colaboração eram imensas. Citou como exemplos ter a Arábia Saudita comprado 15 aviões da EMBRAER e o Catar 500 ônibus brasileiros. Lembrou que havia empresas brasileiras investindo em Djibuti e na Líbia e exportando para a Argélia. Ainda em setembro, afirmou que a Cúpula não tivera por objetivo desafiar ninguém, mas sim de olhar para o mundo árabe não pela ótica dos americanos ou pela ótica da Europa, mas diretamente. Disse que havia uma descoberta mútua e que isso era muito pragmático. Ressaltou que o comércio brasileiro com os países árabes aumentara quase 60% em dois anos. Em dezembro, notou que as exportações brasileiras aos países da Liga Árabe haviam quase triplicado, com aumento dos investimentos. Ressaltou ter crescido a presença nas discussões sobre a paz no Oriente Médio, dando como exemplo sua participação pessoal na Conferência de Annapolis, tendo sido o Brasil um

dos poucos países em desenvolvimento, fora da região, a ser convidado para o evento.

Em fevereiro de 2008, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim participaria, em Buenos Aires, da II Reunião Ministerial da ASPA. Afirmou que, na preparação da reunião, o Representante Especial para Assuntos da ASPA, Embaixador Arnaldo Carrilho, visitara 15 países árabes, como portador de mensagem do Ministro Celso Amorim sobre a importância do desenvolvimento das relações entre as duas regiões. Acrescentou que o comércio com os países-membros da Liga de Estados Árabes passara de cerca de US$ 5 bilhões, em 2003, para quase US$ 14 bilhões, em 2007.

9.7.7.6.2. II Cúpula (Doha (2009)

A II Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) foi inaugurada oficialmente pelo emir do Catar, Hamad Bin Khalifa Al-Thani, em 31 de março de 2009. Participaram do evento os 22 países da Liga Árabe e os 12 da UNASUL para tratar de temas de interesse para ambos os blocos regionais. Antes do encontro, realizou-se o II Foro Empresarial da ASPA, do qual participaram empresários e representantes das Câmaras de Comércio de ambas as regiões, entre os quais cerca de 30 empresários brasileiros. Ao anunciar a Cúpula reunião, o Itamaraty informou que se previa a adoção da Declaração de Doha, sobre diversos temas de interesse comum dos 34 países, e de uma Declaração Mercosul – Conselho de Cooperação do Golfo, sobre a futura conclusão do Acordo de Livre-Comércio entre os dois grupos.

Em discurso que pronunciou na sessão de abertura, o Presidente Lula afirmou que era preciso dar passos concretos e duradouros para consolidar a cooperação entre o Mundo Árabe e a América do Sul. Mencionou o fortalecimento do intercâmbio econômico e comercial, o estabelecimento de ligações aéreas, o lançamento de projetos de cooperação técnica no combate à desertificação e os projetos de construir a Biblioteca ASPA, em Argel, e um centro de pesquisas sul-americano em Tanger. Ressaltou terem as trocas comerciais entre a América do Sul e os países árabes saltado de US$ 11 bilhões, em 2004, para US$ 30 bilhões, em 2008, um aumento de 170% em somente quatro anos.

Em entrevista radiofônica no mês de abril, o Presidente Lula tratou da II Cúpula América do Sul e Países Árabes. Notou que o comércio do Brasil com o mundo árabe passara de US$ 8 bilhões, em 2004, para US$ 20

bilhões, naquele momento. Acrescentou que, para a América Latina, esse aumento fora de US$ 11 bilhões para quase US$ 30 bilhões.

A I Reunião do Conselho de Chanceleres da ASPA realizou-se em Nova York, no mês de setembro, à margem da AGNU. Do Comunicado Conjunto, constou que a III Cúpula seria realizada no Peru, em 2011, que os Ministros haviam tratado da situação internacional, do processo de paz no Oriente Médio, da reforma da ONU, da crise financeira internacional, do desarmamento e da não proliferação nuclear, e de aquecimento global. Os Ministros sublinharam a necessidade de congelar a construção de assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados.

9.7.7.7. Aliança de Civilizações

Durante a AGNU de 2005, o Presidente do Governo da Espanha, José Luís Rodríguez Zapatero, propôs e o Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, copatrocinou uma iniciativa denominada Aliança de Civilizações com o objetivo de promover diálogo e cooperação entre religiões e culturas. Visando especialmente a difusão de tensões entre o chamado Mundo Ocidental e o Mundo Islâmico pretendia fossem, na AGNU seguinte, aprovadas recomendações aos países-membros (embora não assim explicitada, a iniciativa contrapunha-se à expressão Choque de Civilizações, teoria desenvolvida na década de 1990 por Samuel P. Huntington que via nas diferenças culturais e religiosas os principais focos de origem de conflitos no mundo pós-Guerra Fria).

O SGNU, Kofi Annan, constituiu um Grupo de Alto Nível para examinar a iniciativa. Este reuniu-se na Espanha, em novembro de 2005; em Doha, em fevereiro de 2006; no Senegal, em maio; e, na Turquia, em novembro. O relatório final apresentou conclusão de que a política, e não a religião, encontrava-se no cerne da divisão entre o Ocidente e o Islão. Incluiu recomendações temáticas (educação, juventude, migração e meios de comunicação) para enfrentar a questão. Considerou essencial a resolução do conflito entre Israel e os palestinos; e recomendou o combate ao exclusivismo e ao extremismo.

Como resultado da iniciativa, foi criado o cargo de Alto Representante para a Aliança de Civilizações, para o qual, em abril de 2007, o SGNU, Ban Ki-moon, nomeou o ex-Presidente de Portugal, Jorge Sampaio. A Aliança divulgou um plano de ação para 2007-2009.

O I Fórum da Aliança de Civilizações realizou-se em Madri, no mês de janeiro de 2008, dele tendo participado 78 países e o II, em Istambul. Em

discurso que proferiu neste último, o Ministro Celso Amorim anunciou que honraria o Brasil sediar o III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010. Informou que, com o objetivo de implementar as recomendações do Grupo de Alto Nível, o Brasil já preparara o seu Plano Nacional para a Aliança de Civilizações, que estava sendo entregue ao Presidente Jorge Sampaio.

De fato, em maio de 2010, realizou-se o III Fórum no Rio de Janeiro. Em discurso que proferiu na sessão de abertura, o Presidente Lula afirmou que o Fórum constituía uma "resposta de um expressivo grupo de nações à ofensiva obscurantista daqueles que pretenderam dividir a Humanidade a partir de um suposto choque de civilizações". Ressaltou ser o Brasil, multiétnico, e acolhedor de distintas religiões e culturas. Declarou que a promoção de uma cultura de paz devia ser um dos pilares centrais do Fórum. Considerou serem absurdas as teses sobre uma suposta fratura de civilizações no mundo que conduziria, inexoravelmente, a conflitos. Chamou tais teorias de criminosas quando utilizadas como pretexto para ações bélicas, ditas preventivas.

Durante o evento, foram discutidas, entre outras questões, ações para combater a intolerância e o preconceito; meios para auxiliar jovens em mundo multicultural; o impacto da globalização nas identidades dos povos; o impacto de diferenças econômicas em comunidades diversas; e meios de cruzar pontes em divisões culturais.

9.8. Atuação econômica externa

No seu discurso de posse, ao tratar da futura atuação econômica externa, Celso Amorim propôs busca de tecnologia e investimentos, desde que produtivos e incluídos no âmbito de "estratégia nacional". Afirmou que o Brasil se apresentaria nas negociações como país em desenvolvimento, "sem constrangimento". Mencionou ideias como a de "políticas nacionais" e de necessidade de "espaço de flexibilidade" para "decidir soberanamente qual o modelo de desenvolvimento" que mais conviria ao país. Referiu-se à escolha de bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo de conhecimento.

9.8.1. Comércio

Ao tratar especificamente da estratégia de negociações comerciais, Celso Amorim referiu-se, no seu discurso de posse, à necessidade de evitar "restrições excessivas" à "capacidade de fomentar políticas sociais,

ambientais, industriais e tecnológicas". Expressou também preocupação com os prazos "desconfortavelmente estreitos" das negociações então em curso[146]. No mês de abril, defendeu uma agenda comercial afirmativa. Notou que o Brasil respondia por menos de 1% dos fluxos de comércio internacional, o que considerou ser uma "participação modesta para país de estrutura produtiva agrícola e industrial do porte" da brasileira. Disse que, na área externa, o governo do Presidente Lula empreenderia esforços também para abrir novos mercados e reduzir as barreiras às exportações brasileiras. Ressaltou que era de interesse brasileiro "atuar nos diversos tabuleiros, o da OMC, o da ALCA, o das negociações Mercosul – UE, entre outros", movido pela busca de vantagens concretas e ciente do seu *status* de país em desenvolvimento, que precisava preservar espaços para políticas sociais, tecnológicas e industriais.

Essa disposição de manter os três processos negociatórios seria frequentemente reexaminada ao longo de 2003. Em maio, o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, distinguiu entre os diversos exercícios negociadores em que o Brasil estava envolvido. Afirmou que as negociações na OMC, da ALCA e com os europeus se pautavam por uma lógica mais estritamente econômica. Considerou que as três negociações podiam ser vistas como um processo único em três tabuleiros, na medida em que estavam sendo remetidos à Rodada de Doha vários temas, cujo equacionamento no plano hemisférico ou inter-regional era considerado, por alguma das partes, politicamente inviável. Afirmou que a "indisposição norte-americana em debater os subsídios agrícolas e as regras *antidumping* na ALCA" constituía o exemplo "mais notório". Concluiu que o Brasil se encontrava em condições excepcionais para promover projetos econômico-comerciais capazes de integrá-lo de forma mais competitiva nos fluxos internacionais, sem ter que abdicar de sua autonomia na definição de um modelo de desenvolvimento próprio, capaz de conciliar progresso econômico, científico e tecnológico, e justiça social.

Na mesma linha, Celso Amorim reconheceu, em julho, que os EUA eram um mercado importante para as exportações brasileiras, mas alegou que a dificuldade da ALCA era que os EUA estavam excluindo grandes temas de seu âmbito, não querendo, por exemplo, discutir livre-arbítrio e as políticas *antidumping* sob o argumento de levar à OMC. Afirmou que não interessava ao país discutir propriedade intelectual ou compras governamentais no contexto da ALCA, porque a configuração daquele foro não era favorável aos interesses brasileiros. Apesar dessas restrições a aspectos da negociação, em janeiro de 2004, perguntado se

o livre-comércio conduzia à prosperidade, Celso Amorim afirmou que acreditava que este se tornara uma bandeira progressista. Opinou que contribuía para a justiça social, desde que fosse verdadeiramente livre, nos dois sentidos. Durante aquele ano, porém, a atuação comercial brasileira passaria a se limitar às negociações na OMC e no âmbito Mercosul – UE, tendo em vista o impasse a que chegariam as relativas à ALCA.

O Brasil buscaria atuação comercial não apenas junto as economias grandes (China, Rússia e Índia)[147], mas também a outros países em desenvolvimento na África, Ásia, Oriente Médio e Caribe, e mesmo mais distantes como na Ásia Central. Assim, em julho de 2005, o Presidente Lula notou que a distribuição das exportações entre os principais mercados mantinha "um notável equilíbrio geográfico entre a UE, os EUA, a América do Sul e a Ásia". Acrescentou que outras áreas, como a África e o Oriente Médio, revelavam sinais promissores de crescimento.

Em 2006, Celso Amorim ressaltou o aumento do comércio com países em desenvolvimento, em especial os vizinhos sul-americanos. Assim, em entrevista concedida no mês de outubro, notou que a América Latina já era o principal mercado brasileiro, sublinhando que isso ocorria num contexto em que as exportações aumentavam para todo o mundo. Negou que a priorização da América Latina na política externa tivesse subtraído energia de negociações comerciais com mercados maiores, principalmente os EUA.

Em 2007, as três negociações às quais o Brasil se dedicara nos anos anteriores estavam praticamente estancadas: Mercosul–UE, ALCA e Rodada Doha. Essa situação não parecia causar preocupações em razão do aumento do volume de comércio brasileiro como um todo e de forma diversificada. Em discurso em agosto, Celso Amorim ressaltou terem as exportações passado de US$ 60 bilhões em 2002 a quase US$ 140 bilhões em 2006. Reconheceu que, em parte, essa elevação era explicada pelo crescimento da economia internacional. Mas sublinhou que as exportações brasileiras haviam crescido mais do que as mundiais, pois haviam passado de 0,9 % das exportações mundiais, em 2002, para 1,15%, em 2006. Realçou a diversificação e distribuição equilibradas das exportações brasileiras em 2006: 26,5% para os países da América Latina e Caribe (sendo 10% para o Mercosul); 22% para a UE; 18% para os EUA; e 15% para a Ásia. Observou que o Brasil exportava mais para a América Latina e Caribe do que para os EUA ou a UE. Notou ainda que os países em desenvolvimento eram, então, o destino de mais de 54% do valor das exportações brasileiras – em 2002, era de apenas 43%. Reconheceu

que o maior cliente individual continuavam sendo os EUA, que haviam comprado US$ 24,6 bilhões em produtos brasileiros, em 2006, valor muito superior aos US$ 15,5 bilhões registrados em 2002. Observou que as maiores expansões em 2006 haviam se registrado, de modo geral, em mercados não tradicionais como Oriente Médio e África. Ressaltou que as exportações para a África haviam mais que triplicado, tendo passado de US$ 2,3 bilhões, em 2002, a US$ 7,5 bilhões, em 2006. Por fim, sublinhou que as vendas para os países árabes haviam aumentado no mesmo período de US$ 2,6 bilhões a US$ 6,7 bilhões.

Chamava a atenção da economia mundial, naquele ano, o crescimento constante e espetacular da China. Como observou o ex--Presidente Fernando Henrique Cardoso, 27,9% do crescimento mundial podia ser atribuído à China e 7,9% à Índia[148]. O comércio brasileiro, como o de outros países, veria a ascensão do mercado chinês no caminho de se tornar o principal parceiro comercial.

Em 2008, ao agravar-se a recessão financeira internacional, o Presidente Lula declarou, em agosto, que o Brasil ia "continuar fazendo as suas negociações em todas as instituições multilaterais existentes"; "fazer o seu acordo estratégico com a UE"; fazer um acordo entre o Mercosul e o SICA (Sistema de Integração Centro-Americano) e "concluir o acordo da rodada de Doha".

Enquanto isso, a política de aproximação dos países em desenvolvimento continuaria a apresentar resultados positivos. Celso Amorim observou que aqueles países haviam sido os principais responsáveis pelo extraordinário aumento do comércio exterior. Notou que haviam comprado em torno de 55% das exportações brasileiras, a maior parte de produtos manufaturados. Realçou ter havido uma inversão, de importância e proporções históricas, pois tradicionalmente os países desenvolvidos eram sempre os que mais compravam do Brasil. De fato, os principais parceiros comerciais do Brasil, em 2008, eram Mercosul e América Latina (25,9%), UE (23.4%), Ásia (18,9%), EUA (14%), e outros (17,8%). Em 2009, a China ultrapassou os EUA como maior parceiro comercial do Brasil.

9.8.1.2. Mercosul

O Presidente Lula expressou, em janeiro de 2003, suas prioridades com relação ao Mercosul: reforço das dimensões política e social; revitalização de instituições como o Foro Econômico e Social e a Comissão Parlamentar Conjunta; criação de um Parlamento do Mercosul; mecanismos financeiros e monetários que permitissem a retomada do crescimento do comércio entre os países-membros; resolução das questões da Tarifa Externa Comum e da União Aduaneira, "para melhor negociar com outros países e blocos"; e tomada de "rumo à livre circulação de pessoas".

No âmbito dessa intenção de negociar com outros países e blocos, receberia prioridade a negociação com os países da CAN. Aquela com a UE, porém, não seria deixada de lado. No início de março, o Itamaraty informou que o Mercosul e a UE haviam intercambiado ofertas revisadas na área de acesso a mercados. No mês seguinte, Celso Amorim afirmou que a conclusão da negociação entre a UE e o Mercosul coincidiria com o término previsto para os processos da OMC e da ALCA, e reiterou a ideia (prevalecente também no governo anterior) de que constituiria indispensável fator de equilíbrio, sobretudo em relação à negociação hemisférica. No final de abril, o Presidente Lula expressou seu convencimento de que a associação entre o Mercosul e a UE era mutuamente vantajosa. Notou que a UE era, então, o único interlocutor comercial do Mercosul que dispunha de ofertas em todas as áreas relevantes, sinalizando, sobretudo, disposição negociadora. Afirmou que, para haver um bom acordo, no entanto, era necessário que a UE apresentasse um pacote de ofertas na área agrícola que habilitasse o Mercosul a fazer uma contraproposta significativa de acesso ao seu mercado. Argumentou que não se podia aceitar que as dificuldades nas negociações multilaterais na OMC retardassem a negociação birregional. Insistiu em que a parte comunitária pudesse detalhar uma proposta que refletisse o seu real interesse em negociar um acordo preferencial com o Mercosul.

No tocante a questões intraMercosul, teriam prioridades as negociações relativas a compras governamentais e serviços. Entrevistado em junho, Celso Amorim mencionou a necessidade de estabelecer regras para essas duas áreas. No tocante a negociações externas, ressaltou a importância de ampliar o Mercosul, com a entrada do Peru e o acordo com os outros membros do Grupo Andino. Essa busca de ampliação do número de sócios sul-americanos era clara. Ainda em junho, na reunião de Cúpula em Assunção, o Presidente Lula afirmou que o Mercosul era o núcleo em

torno do qual devia ser levada adiante a integração da América do Sul. Em junho, discursou para o Conselho Presidencial Andino, ocasião em que declarou que o Brasil concebia a integração entre o Mercosul e a CAN como uma ferramenta para alcançar relacionamento que refletisse o peso de ambos os blocos. De fato, os Ministros da CAN e do Mercosul reuniram-se em Lima, no mês de outubro, para avaliar as negociações, e concordaram em emitir diretrizes para a assinatura do Acordo de Livre-Comércio.

Perguntado se as negociações com a UE avançavam mais rapidamente do que as da ALCA, Celso Amorim declarou que havia uma dicotomia entre o que diziam os líderes políticos dos países da UE e a Comissão Europeia que reagia de maneira excessivamente técnica. A pergunta se justificava, pois ora avançavam as negociações do Mercosul com a CAN, ora as com a UE. Assim, realizou-se, em Quito, reunião negociadora, durante a qual se esperava culminar a negociação do Acordo de Livre-Comércio entre os dois blocos; por outro lado, realizou-se, em Bruxelas, a II Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais em Nível Ministerial, quando Mercosul e a UE acordaram intensificar as negociações com vistas a sua conclusão naquele ano.

As negociações com os países da CAN continuaram a avançar mais rapidamente do que aquelas com a UE. Em dezembro, o governo brasileiro manifestou sua grande satisfação com a assinatura, em Montevidéu, do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, integrantes da CAN. Considerou que a Acordo firmado pelos Chanceleres dos sete países concluía com êxito as negociações para a conformação de uma zona de livre-comércio entre os dois agrupamentos, que seria a base da integração da América do Sul. Em abril de 2004, o Mercosul, a Colômbia, o Equador e a Venezuela concluíram a negociação do Acordo para a formação de uma área de livre-comércio entre os dois blocos. A nota à imprensa anotava que se completara a aproximação entre o Mercosul e a CAN, uma vez que Bolívia e Peru, os outros dois países-membros da CAN, já haviam concluído acordos similares com o Mercosul. Observou que a nova zona de livre--comércio abrangeria uma população de aproximadamente 350 milhões de pessoas e um PIB de cerca de U$ 1 trilhão.

Apesar de mais lentas, as negociações com a UE apresentavam algum progresso. Os Ministros voltaram a se reunir em maio, à margem da Cúpula América Latina e Caribe–UE, em Guadalajara. Na ocasião, ratificaram a meta de conclusão das negociações em outubro seguinte. Ambas as partes reconheceram que as ofertas apresentadas constituíam boa base para a continuidade das negociações, comprometendo-se a

proceder melhorias adicionais das respectivas ofertas. Por ocasião da XI UNCTAD, em São Paulo, no mês de junho, os Ministros voltariam a avaliar o curso das negociações. Logo, porém, as negociações com os europeus enfrentariam dificuldades. Em entrevista concedida no mês de julho, Celso Amorim afirmou que o Mercosul fizera "um enorme esforço, abrindo negociações em áreas estratégicas como a financeira e a de compras governamentais". Disse que interessava ao Mercosul que a Europa promovesse uma abertura substancial da área agrícola. Afirmou que a UE fizera uma "proposta muito restritiva, sugerindo um prazo de dez anos para estabelecer cotas a alguns produtos [...] como a carne". Desabafou dizendo que ia falar claro: "cota é uma droga". Concluiu dizendo que, por isso, o Mercosul interrompera as negociações, embora tivesse muito interesse em retomar as conversas mais adiante.

Na Cúpula de julho, o Presidente Lula reiterou a necessidade de que, para fortalecer-se, o Mercosul deveria aprofundar e expandir para novas áreas, como serviços e compras governamentais. Sublinhou a importância da decisão que fora tomada de iniciar prontamente negociações para a conclusão de um acordo de livre-comércio com o México.

A despeito dos obstáculos, as negociações com a UE prosseguiam. Em 25 de setembro, o Itamaraty distribuiu nota em que informou que o Mercosul fizera entrega oficial, no dia anterior, de sua oferta completada de acesso a mercados nas áreas de bens agrícolas, bens industriais, serviços e investimentos, assim como de oferta no setor de compras governamentais. Quatro dias depois, o Brasil recebeu da Comissão Europeia a oferta completada de acesso a mercados. Segundo nota do Itamaraty, numa reação inicial e preliminar, a oferta recebida, em termos gerais, situava-se em nível aquém do que já havia originalmente sido formalizado ao Mercosul na oferta apresentada em maio último, uma vez que repetia valores de quota anteriormente oferecidos, mas introduzia novas condicionalidades. Em outubro, realizou-se em Lisboa, nova reunião ministerial Mercosul –UE. Conforme nota emitida ao final, ambos os lados reconheceram "o progresso alcançado durante a reunião, também concordaram que muito mais restava a fazer". Em entrevista após o encontro, Celso Amorim reconheceu que estavam pendentes "questões complexas, algumas; sensíveis, certamente muitas para a UE; sensíveis, outras para o Mercosul, com implicações às vezes legais, constitucionais em algumas questões". Mas argumentou que esforços estavam sendo feitos. Em outra entrevista, dois dias depois, afirmou que havia diferenças "sobre números, sobre o que fazer em relação a cada setor específico", o que considerou ser normal numa negociação.

Em contraste com a falta de progressos com a UE, avançavam os entendimentos com países da CAN. No mesmo mês, foi anunciado que, em reunião da ALADI, haviam sido assinados documentos de protocolização do Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e o Peru, e do Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul, a Colômbia, o Equador e a Venezuela, países-membros da CAN. Na ocasião, o Ministro Amorim considerou o ato "um passo da maior importância para fazer da América do Sul uma área de livre-comércio". Disse que seria "a base para constituição de uma Comunidade Sul-Americana de Nações".

As dificuldades na negociação com a UE causavam interesse parlamentar. Durante audiência em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em dezembro, Celso Amorim expôs várias condições para a negociação. Afirmou que o Mercosul não ia negociar com a UE regras que cabiam melhor na OMC. Argumentou que produto subsidiado europeu não tinha por que obter vantagens nos mercados do Mercosul. Acrescentou que a UE não podia ter a ilusão de que o Mercosul ia negociar propriedade intelectual, um regime de compras governamentais que impedisse o desenvolvimento da indústria brasileira, um regime de serviços que fosse diferente daquele do GATT. Aceitou que se podia negociar acesso em setores e serviços, mas não ter uma modalidade de negociação que fosse totalmente diferente daquela existente na OMC.

As negociações intraMercosul apresentariam resultados positivos na Cúpula de Ouro Preto, em dezembro. Nela, Celso Amorim reconheceu que o Mercosul sofrera "embates com as crises que haviam ocorrido por motivos endógenos e exógenos", mas afirmou que se estava procurando resolver as tensões criativamente. Ressaltou que havia um "verdadeira fila de países" que queriam negociar com o Mercosul. Reconheceu que o Mercosul não era só daquele governo, mas era "um pilar importante da política externa brasileira, para a paz e a para a segurança do continente". Destacou, entre outros aspectos da reunião, a importância da regulamentação do Protocolo de Compras Governamentais; a conclusão das negociações dos acordos de preferências com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU); o estabelecimento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM); a criação do Grupo de Alto Nível (GAN) para a formulação de uma Estratégia Mercosul de Crescimento de Emprego; e a encomenda à Comissão Parlamentar Conjunta da redação de uma proposta de Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Enquanto isso, aumentavam as críticas brasileiras às propostas da UE. Em março de 2005, Celso Amorim afirmou que, segundo cálculos do IPEA, se o acordo Mercosul–UE tivesse sido fechado nas bases propostas

pelos europeus no ano anterior, os ganhos da Europa superariam em quase 50% os ganhos do Brasil. Citou preocupação da Confederação Nacional da Indústria com *drawback* e regras de origem, bem como dificuldades na área de serviços financeiros. Considerou a oferta da UE em produtos agropecuários, limitada a cotas, "altamente insuficiente".

Cada vez se tornava mais clara a utilização do Mercosul como plataforma para ampliar o comércio com maior número de parceiros comerciais. Em 2005, na Cúpula realizada em junho na capital paraguaia, o Presidente Lula expressou satisfação por ter o Mercosul concluído negociações comerciais com Índia e África do Sul, e estar avançando em acordos com Canadá, Egito, Israel, Marrocos e o Conselho de Cooperação do Golfo, bem como por seguir firmemente empenhado em concluir os entendimentos com a UE. Congratulou-se pela plena vigência do Acordo de Livre-Comércio do Mercosul com a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Sublinhou que, somado aos acordos que já tinha com Bolívia, Chile e Peru, estavam criadas as condições econômicas para o fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações. Em setembro, afirmou que havia razões para otimismo, pois o comércio intrarregional retomara com vigor sua trajetória ascendente. Opinou que o poder de atração do bloco, cada vez maior, se refletia no número crescente de países associados e no dinamismo de suas negociações externas.

As negociações com outros países em desenvolvimento continuariam a receber atenção prioritária. Em novembro, Celso Amorim publicou artigo em que ressaltou que, no que dizia respeito à aproximação comercial com países em desenvolvimento de diversas regiões, o Brasil finalizara, junto com o Mercosul, acordos com a Índia e a União Aduaneira da África Austral, a qual incluía a República da África do Sul. Acrescentou que estavam em curso, também, múltiplas negociações com parceiros tão diferentes quanto o México, o Sistema de Integração Centro-Americano, a Comunidade dos países do Caribe (CARICOM), o Egito, o Marrocos, o Conselho de Cooperação do Golfo e membros em desenvolvimento da Comunidade de países de Língua Portuguesa. Por fim, notou que, no mesmo espírito, no contexto da XI Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), haviam sido examinadas as possibilidades de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do Sistema Geral de Preferências entre países em Desenvolvimento (SGPC).

Na Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, no mês de dezembro, os Presidentes acolheram com satisfação o pedido de incorporação da Venezuela como Estado Parte, após o correspondente processo de adesão. Foi aprovado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Apesar do estancamento das negociações Mercosul–UE, declarações eram feitas, de parte a parte, para demonstrar haver ainda interesse no Acordo Inter-regional. Assim, por nota de maio de 2006, o Itamaraty informou que, por ocasião da Quarta Cimeira entre a UE e os países da América Latina e do Caribe, realizada em Viena, a UE realizara uma sessão de trabalho com os Ministros do Exterior dos países do Mercosul. Segundo a nota, as Partes expressaram seu apoio ao avanço das discussões com o objetivo de se convocar nova reunião de negociações comerciais, no nível ministerial. No mesmo sentido, no final do mês, por ocasião da visita do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, o Presidente Lula declarou que o Brasil seguia empenhado na conclusão exitosa das negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE, acordo que tinha "significado econômico e estratégico para o futuro do Mercosul e para as relações entre os dois dos maiores blocos econômicos do mundo".

A questão do ingresso da Venezuela continuava na pauta das discussões. Em discurso na cidade de Córdoba, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul, no mês de julho de 2006, o Presidente Lula ressaltou a importância da incorporação da Venezuela como membro pleno do Mercosul que, assim, iria da "Terra do Fogo ao Caribe", confirmando "sua vocação natural para acolher novos parceiros da região e construir associações mais ambiciosas". Sublinhou a celebração de acordos econômicos e comerciais com Cuba e Paquistão, e afirmou haver muito boas as perspectivas das negociações com a Índia, o Conselho de Cooperação do Golfo, com a União Aduaneira da África Austral, entre outras. Congratulou-se com o encaminhamento de questões comerciais de grande complexidade, como a eliminação da dupla cobrança da TEC e a abertura dos mercados de serviços.

Na reunião ministerial que antecedeu a Cúpula realizada em Brasília, no mês de dezembro, Celso Amorim referiu-se "à importância do Parlamento do Mercosul, ao fortalecimento de sua personalidade externa, ao avanço do Mercosul sob o aspecto também social, com uma efetiva participação da sociedade civil" e mencionou a assinatura de acordo com a Rússia. Ressaltou ter começado a implementação do FOCEM, para o qual o Brasil já depositara recursos, disponíveis para os projetos. Salientou o fato de a Venezuela já estar "atuando como membro pleno do Mercosul", embora os processos de ratificação não estivessem "totalmente prontos".

Pontos de avanço no Mercosul seriam enumerados por Celso Amorim durante reunião ministerial realizada em janeiro de 2007 (em continuação à realizada em dezembro). Enumerou os seguintes: a criação

do FOCEM; a realização da primeira Cúpula Social do Mercosul; o funcionamento de um tribunal "que funciona, que se pronuncia, que tem sido acionado"; o estabelecimento de um Parlamento do Mercosul; o ingresso da Venezuela como membro pleno, "embora alguns passos ainda tenham que ser completados"; o pedido da Bolívia para também ingressar no Mercosul; e os avanços nas negociações com o Conselho de Cooperação do Golfo e com Israel. Em artigo que publicou após a realização da reunião de Cúpula que se seguiu à ministerial, Celso Amorim acrescentou a essa lista os seguintes pontos: a criação do Instituto Social e o Instituto de Formação; a aprovação dos primeiros 11 projetos no âmbito do FOCEM, no valor de aproximadamente US$ 70 milhões; o estabelecimento de programa de erradicação da febre aftosa; o impulso às discussões sobre coordenação de políticas macroeconômicas; o fortalecimento dos mecanismos regionais de financiamento; e o aporte significativo feito pelo BNDES à CAF.

A tendência a aguardar os resultados da Rodada Doha antes de negociar com a UE seria reconhecida por Celso Amorim em discurso no mês de agosto de 2007. Afirmou que, de parte do Mercosul, não fazia muito sentido "pagar" com concessões em setores sensíveis pela abertura que, em tese ao menos, poderia ocorrer como resultado das negociações multilaterais. Concordou em que "apenas no sistema multilateral é que seria possível resolver problemas de transcendental importância para o Brasil (e o Mercosul), como a eliminação ou redução dos subsídios que distorciam o comércio agrícola".

No tocante às questões internas do Mercosul, Celso Amorim diria que era preciso empenho na remoção das barreiras estruturais e conjunturais à integração. Afirmou que parte dos problemas suscitados pelos parceiros menores no âmbito do Mercosul decorria, sobretudo, de diferenças institucionais ou de diferentes sistemas de controle, como exigências ligadas a registro de alimentos ou cumprimento de regulamentação técnica. Considerou que eram questões que evidenciavam a necessidade de apoio estrutural ao processo de integração, que não podia se resumir à eliminação de tarifas de importação. Ressaltou que, por orientação do Presidente Lula, a questão das assimetrias de desenvolvimento e tamanho no Mercosul estava sendo tratada pela constituição do FOCEM.

No que dizia respeito a negociações do Mercosul com outros países ou regiões, Celso Amorim ressaltou, em agosto, que o Mercosul possuía, naquele momento, acordos de livre-comércio com todos os países da América do Sul, à exceção de Guiana e Suriname, "economias mais frágeis" e que demandavam, "por isso mesmo, tratamento diferenciado". Constatou que, na prática, havia sido criado "um grande espaço de livre-

-comércio sul-americano". Notou que, ainda "no contexto Sul-Sul", estavam sendo negociados acordos preferenciais com os países que integravam a União Aduaneira da África Austral, a SACU, e com a Índia.

A ausência de negociações relevantes com os países desenvolvidos gerava algumas críticas na imprensa, em especial com relação ao ingresso no Mercosul da Venezuela e também da Bolívia. Celso Amorim defenderia essas adesões.

Em entrevista, também no mês de janeiro de 2008, Celso Amorim esclareceu que, ingressando no Mercosul, a Bolívia teria tratamento diferenciado, tal como já tinham o Paraguai e o Uruguai. Disse que o Mercosul não era um projeto "apenas economicista"; mas também tinha o Brasil interesse geopolítico na estabilidade da América do Sul. Defendeu o ingresso da Venezuela com o argumento de que o engajamento era "sempre melhor que o isolamento".

Noutra entrevista, concedida em fevereiro ao jornal *Financial Times*, Celso Amorim afirmou que o Uruguai não poderia continuar a ser membro do Mercosul e, ao mesmo tempo, assinar acordo de livre-comércio com terceiro país. Notou que teria havido problema para a Venezuela ingressar se esta tivesse um Acordo de Livre-Comércio com os EUA, UE ou Japão. Argumentou que o acordo que a Venezuela mantinha com a Colômbia constituía caso distinto, pois haveria "convergência" uma vez que o Mercosul mantinha acordo com os países andinos. Perguntado sobre a importância do ingresso da Venezuela e da Bolívia no Mercosul, contestou que o comércio regional passara de US$ 4 para US$ 30 bilhões, ultrapassando os EUA como mercado. Notou que, além disso, os dois países mencionados dispunham de enormes recursos energéticos. Argumentou que, no caso da Venezuela, criava-se uma abertura para o Caribe; e, no caso da Bolívia, que tinha a mais extensa fronteira com o Brasil, havia interesse em discussões de utilização de recursos hídricos, além da conexão com o Pacífico.

O Presidente Lula enumerou em junho, ao discursar na Cúpula realizada em Assunção, os seguintes avanços do Mercosul: a aprovação pelo FOCEM de projetos de interesse direto do Paraguai e do Uruguai nas áreas de infraestrutura, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e aspectos institucionais; o projeto da erradicação da febre aftosa; a estipulação de um prazo para eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum; a criação do Grupo de Altos Funcionários sobre Assimetrias; e o Fundo para Apoio à Pequena e Média empresa. Em tentativa semelhante de listar tais avanços, em entrevista concedida no mês de dezembro, Celso Amorim acrescentaria: a instalação do

Parlamento; a adesão da Venezuela como membro pleno; a assinatura do Acordo de Livre-Comércio Mercosul – Israel; a assinatura de acordos preferenciais com a União Aduaneira da África Meridional (SACU) e a Índia; avanço nas negociações com o Conselho de Cooperação do Golfo e a EU; e o reforço das relações com o México, a América Central e o Caribe.

Uma nova lista de objetivos a serem atingidos durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira foi anunciada pelo Presidente Lula em discurso na Cúpula de Tucumán, realizada em julho de 2008.

> - resgatar o esforço de incrementar a relação com os movimentos sociais e as instituições da sociedade;
>
> - realizar as eleições diretas para o Parlamento do Mercosul;
>
> - eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum;
>
> - superar entraves tributários a um maior intercâmbio na área de serviços;
> - avançar a Agenda Social do Mercosul;
>
> - estimular o Banco de Preços de Medicamentos;
>
> - fortalecer o fórum de difusão de conhecimentos em agricultura familiar;
>
> - articular a pesquisa entre as instituições de ensino superior através do Instituto Mercosul de Estudos Avançados;
>
> - prestigiar os canais de participação da sociedade civil;
>
> - favorecer a livre circulação de homens e mulheres ("quando, no outro lado do oceano, desencadeia-se odiosa perseguição aos latino-americanos, muitas vezes cercada de conteúdo racista");
>
> - redobrar esforços para concluir, o quanto antes, o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul; e
>
> - aprofundar as negociações com os parceiros da América Latina e do Caribe.

De sua parte, em discurso ao Parlamento do Mercosul em agosto de 2008, Celso Amorim especificou alguns dos resultados obtidos. No tocante ao FOCEM, registrou que já eram 23 projetos aprovados, entre

os quais 13 apresentados pelo Paraguai e 6 pelo Uruguai, somando cerca de US$ 130 milhões de recursos do Fundo. Mencionou que havia ainda projetos para lidar com problemas que afetavam a todos, como era o caso do combate à febre aftosa. Sublinhou que, até o final de 2008, as contribuições dos Estados Partes para o FOCEM alcançariam US$ 225 milhões. Ainda no tocante à redução das assimetrias, referiu-se ao Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Considerou que outra iniciativa que traria muitos benefícios para as empresas, especialmente as pequenas e médias, era a implementação do sistema de pagamento em moedas locais, que funcionaria primeiramente entre o Brasil e a Argentina, a partir de setembro seguinte. Afirmou que a conclusão da adesão da Venezuela no Mercosul, que esperava se desse em 2008, significaria muito para todos os países. Com relação a negociações e diálogos com diferentes parceiros, informou que estavam em andamento aqueles com: os cinco países africanos integrantes da SACU, o Conselho de Cooperação do Golfo, a Jordânia, o Marrocos, o Egito, a Turquia, a Rússia, a Índia, a Coreia do Sul, os dez países da ASEAN, entre outros. Expressou o desejo do Mercosul estreitar os laços políticos e econômicos com o Sistema de Integração Centro-americana (SICA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM).

Explicações sobre a ausência de negociação entre o Mercosul e a UE seriam dadas por Celso Amorim em palestra proferida no mês de setembro. Afirmou que a negociação não fora adiante por duas razões básicas: a primeira, porque o mandato da UE exigia fosse concluída a Rodada de Doha antes de concluir o acordo com o Mercosul; e a segunda por ter agricultura brasileira considerado, "justamente", a oferta da UE insuficiente, e uma parte da indústria brasileira também se revelado preocupada com as possibilidades de abertura que se demandava naquela época. Declarou que a negociação nunca fora abandonada mas reconheceu que a questão central – subsídios agrícolas – não poderia ser resolvida "nem numa negociação Mercosul – UE nem na negociação de uma eventual ALCA ou de uma eventual '4+1', com os EUA". Concluiu que nada substituía a centralidade de uma negociação com a OMC.

Tal dificuldade (subsídios agrícolas) não estava presente em outras negociações. As negociações extrarregionais se expandiam. Assim, em novembro de 2008, realizou-se, em Brasília, a I Reunião Ministerial Mercosul – ASEAN. Destinava-se, segundo nota do Itamaraty, a marcar o início de diálogo estruturado entre duas das mais importantes regiões do mundo em desenvolvimento.

Com o advento da crise financeira internacional, em discurso na Cúpula de dezembro, realizada na Bahia, o Presidente Lula afirmou que

naquele momento de forte restrição ao crédito, era preciso diversificar fontes de recursos e reduzir a dependência de divisas internacionais. Declarou que era o que o Mercosul estava fazendo ao lançar mecanismo de pagamento em moedas locais, começando com Argentina e Brasil. Afirmou que se continuaria a trabalhar, sob a Presidência paraguaia, para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Saudou a ratificação do Acordo Mercosul – Índia e a assinatura do Acordo Mercosul – Sacu. Considerou a ampliação do acordo com o Chile, de modo a abarcar o setor de serviços, ter sido um importante passo para maior integração. Notou que, em breve, seriam iniciadas negociações semelhantes com a Colômbia. Anunciou a decisão de que, a partir de 2009, o Brasil dobraria sua contribuição ao FOCEM.

A ideia de retomar as negociações Mercosul – UE foi aventada por Celso Amorim durante palestra em janeiro de 2009. Argumentou que, como as negociações da OMC pareciam ter entrado em estado de "hibernação", talvez fosse aquela "a hora de avançar na conclusão de um entendimento abrangente e equilibrado entre as duas regiões". Salientou, no entanto, que na relação com a Europa, a questão migratória era fundamental. Afirmou que cidadãos brasileiros encontravam dificuldades injustificadas em suas viagens ou eram submetidos a tratamento discriminatório. Informou que, nos contatos com autoridades europeias, tinha sido mostrada a preocupação brasileira e discutidas fórmulas para evitar que tais problemas atingissem "uma dimensão intolerável".

Enquanto isso, os esforços de negociações do Mercosul com outras regiões começavam a surtir efeitos. Em abril de 2009, os países-membros da União Aduaneira da África Austral (SACU) assinaram, na capital do Lesoto, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul – SACU. Ao anunciar o fato, o Itamaraty salientou que se tratava do terceiro acordo comercial extrarregional assinado pelo Mercosul, após o ACP Mercosul – Índia (2004-2005) e o ALC Mercosul – Israel (2007). Notou que o ACP constituía base para futura negociação de acordo de livre-comércio Mercosul – SACU. O Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia, celebrado em Nova Délhi, em 2004, entrou em vigor no dia 1° de junho de 2009. Seria o primeiro acordo comercial extrarregional assinado pelo Mercosul a entrar em vigor.

Os avanços do Mercosul continuavam a ser reconhecidos, assim como anunciados planos futuros. Em discurso que pronunciou na Cúpula de Assunção no mês julho de 2009, o Presidente Lula chamou atenção para o fato de que mais de 90% do comércio do Brasil com os sócios do Mercosul era composto de produtos manufaturados. Ressaltou ter sido

concluída negociação sobre o Banco do Sul, que em breve entraria em atividade. Anunciou a realização de acordos de troca de divisas e a ideia de que o sistema de pagamentos em moedas locais, em funcionamento entre Argentina e Brasil, pudesse estender-se a outros países da região. Mencionou a aprovação da criação de um fundo garantidor de crédito para micro, pequenas e médias empresas. Considerou serem passos extremamente importantes a entrada em vigor do acordo com a Índia e a assinatura de instrumento com a União Aduaneira do Sul da África. Previu que, além da saúde, questões como migração, previdência e legislação trabalhista também requereriam muito mais atenção. Anunciou a aprovação do primeiro projeto brasileiro apresentado ao FOCEM de construção da Biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Por fim, salientou a realização de eleições diretas para o Parlamento do Mercosul.

Na Cúpula seguinte, realizada em dezembro, na cidade de Montevidéu, o Presidente Lula reiterou a necessidade de concluir a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Anunciou que, no ano seguinte, os projetos do FOCEM totalizariam quase US$ 500 milhões em benefício, sobretudo, do Paraguai e do Uruguai. Propôs aceleração do funcionamento do Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Afirmou que o Fundo de Agricultura Familiar daria "condições mais dignas e sustentabilidade para milhares de famílias no campo". Expressou o desejo de fortalecer o Sistema de Pagamentos em Moedas Locais. Declarou que a UE permanecia um parceiro fundamental e renovou a determinação em concluir um acordo em bases justas e equilibradas. Previu que em breve seria alcançado, no Parlamento do Mercosul, acordo sobre proporcionalidade que tornaria realidade a representação cidadã.

Em 2010, as negociações com a UE seriam reiniciadas. Em maio, o Itamaraty informou que o Mercosul recebera com satisfação a decisão da Comissão Europeia a favor de um restabelecimento formal das negociações. Afirmou que o Mercosul atribuía grande ênfase à negociação de um Acordo de Associação ambicioso e equilibrado, que abordasse apropriadamente as assimetrias de desenvolvimento entre as duas regiões. Expôs que as "implicações" das negociações entre o Mercosul e a UE deveriam ser claramente compatíveis com os esforços do Mercosul em prol de uma maior diversificação de sua estrutura produtiva e do crescimento do emprego; o Mercosul partia do princípio de que o comércio internacional devia desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza; especificamente, o futuro Acordo de Associação deveria abordar as demandas de acesso aos produtos de interesse do Mercosul, em especial os bens agrícolas e

processados, bem como preservar adequadamente os espaços de política do Mercosul em outros âmbitos.

Ainda em maio, após a realização, em Madri, de Cúpula UE – Mercosul, foi expedido Comunicado Conjunto do qual constou que uma primeira rodada de negociações teria lugar, no mais tardar, no início de julho seguinte.

9.8.2. ALCA

9.8.2.1. A preparação do novo posicionamento do Brasil na ALCA (início de 2003)

Em 10 de dezembro de 2002, ainda como Presidente eleito, Lula declarou em Washington que o Brasil participaria das negociações da ALCA, mas ressaltou a "desigualdade entre o norte e o sul das Américas", apresentando assimetrias que precisavam "ser corrigidas".

As novas bases para negociação seriam estipuladas. Em reunião ministerial realizada no Itamaraty, no mês de janeiro de 2003, foram examinadas as ofertas iniciais do Brasil nas negociações da ALCA. As seguintes decisões foram anunciadas:

> - Na área de Bens Industriais e Agrícolas, os Ministros acordaram trabalhar no sentido de que as ofertas fossem apresentadas de acordo com o cronograma estabelecido (até 15 de fevereiro de 2003), após consultas finais com os setores envolvidos, seguidas de análise conjunta com os demais parceiros do Mercosul;
>
> - Em relação a Investimentos e Compras Governamentais, os Ministros decidiram que essas duas áreas deviam continuar a ser objeto de reflexão e que, portanto, não fariam parte da oferta brasileira naquele momento; e
>
> - No que tocava a Serviços, os Ministros coincidiram em proceder à avaliação final do projeto de oferta, "na tentativa de apresentar essa oferta até o dia 15 de fevereiro".

As condições para a negociação da ALCA passariam a ser expostas. Em abril, Celso Amorim discordou de avaliação do governo anterior de que se podia negociar e, se no final o acordo não fosse bom, não seria assinado. Disse que isso não aconteceria pois, se chegasse ao final da linha,

o acordo acabaria sendo assinado. Considerou ser do interesse do Brasil tentar fazer com que o acordo da ALCA fosse, tanto quanto o possível, limitado à área de bens. Em maio, afirmou que, da mesma maneira que os EUA tinham temas que eram muito sensíveis, sobretudo temas de natureza sistêmica que acreditavam pudessem ser resolvidos somente na OMC, o Brasil também tinha temas muito sensíveis que também seriam melhor encaminhados num ambiente multilateral global do que num ambiente puramente regional ou hemisférico.

Em junho, declarou que, na ALCA, alguns ajustes eram necessários, inclusive no formato da negociação. O que não podia acontecer, na sua visão, era que pontos de maior interesse para o Brasil ficassem para as negociações em curso na Rodada Doha, com um adiamento de dois a três anos, enquanto se gastava munição em negociações bilaterais do Mercosul com a UE ou com os EUA.

Por seu turno, o Presidente Lula declarou que, para que a ALCA fosse bem-sucedida, era preciso, em primeiro lugar, que houvesse efetiva disposição dos EUA, que era a economia mais poderosa, de abrir seu mercado e retirar entraves de todo tipo aos produtos de interesse prioritário brasileiro, como os agrícolas, o aço, os têxteis, entre outros. Em segundo lugar, era preciso que as negociações fossem equitativas e levassem em conta o estágio diferente de desenvolvimento das economias. Concluiu que o Brasil defendia para as negociações da ALCA um enfoque pragmático, deixando a cada país ou grupo de países, que assim o desejassem, a liberdade de fazer concessões mais profundas de forma bilateral.

9.8.2.2. Apresentação de proposta (julho de 2003)

Em julho, o Mercosul apresentou proposta de uma negociação em "três trilhos". Pretendia, segundo o negociador brasileiro Embaixador Adhemar Bahadian, "que novas regras sobre temas de maior sensibilidade para as partes fossem discutidas em âmbito multilateral na OMC." Tratava-se, na visão da delegação brasileira, da ideia de uma "ALCA possível".

> Não havia, para sustentar a proposta, maior inspiração do que a posição defendida pelos EUA, segundo a qual só se podiam negociar subsídios agrícolas e *antidumping* na OMC. O mesmo, propúnhamos nós, em consequência, para aqueles temas em que tínhamos maiores dificuldades, como a negociação de regras novas em serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais[149].

Celso Amorim informou, em artigo intitulado "A ALCA possível", que o Presidente Lula aprovara as linhas mestras do posicionamento brasileiro nas negociações sobre a ALCA. Resumiu essa posição da seguinte forma: a substância dos temas de acesso a mercados em bens e, de forma limitada, em serviços e investimentos seria tratada em uma negociação "4+1" entre o Mercosul e os EUA; o processo ALCA propriamente dito se focalizaria em alguns elementos básicos, tais como solução de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, fundos de compensação, regras fitossanitárias e facilitação de comércio; os temas mais sensíveis e que representariam obrigações novas para o Brasil, como a parte normativa de propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais, seriam transferidos para a OMC, a exemplo do que advogavam os EUA em relação aos temas que lhes eram mais sensíveis, como subsídios agrícolas e regras *antidumping*.

No mesmo mês, Frank Vargo, Vice-Presidente da *National Association of Manufactures* dos EUA e ex-secretário adjunto de Comércio no governo Clinton declarou que, se o Brasil não estivesse interessado, os EUA negociaria com os que quisessem[150]. De fato, logo a Colômbia e o Peru buscaram uma negociação bilateral com os EUA, enquanto o Chile e o México ampliavam suas redes de acordos. Em entrevista, Celso Amorim rebateu a crítica de que o Brasil pudesse ficar isolado se não negociasse a ALCA. Notou que, na América do Sul, o país estava com um processo de fortalecimento do Mercosul, de integração sul-americana, vinha negociando com a Índia, com a África do Sul. Disse que o grupo continuava a negociar com os EUA, com a UE e estava disposto a um acordo 4+1 com o Canadá. Acrescentou que haveria "um 4 + 1 aladiano" com o Peru. Informou que, com a CAN, seria um acordo 4 + 5, que podia se harmonizar num espaço economicamente integrado da América do Sul, diferentemente do 4+1 com o Canadá.

A questão do acesso ao mercado estadunidense seria objeto de análise em agosto, por Celso Amorim. Afirmou que o mercado norte-americano, por sua dimensão e dinamismo, constituía o foco central de interesse brasileiro numa ALCA. Declarou que, com a exceção do caso canadense, não precisava o Brasil de uma negociação hemisférica para se aproximar de seus vizinhos sul-americanos, nem sequer de México e Cuba – que eram membros da ALADI. Alegou que os EUA haviam decidido diferenciar suas propostas por países e grupos de países, reservando ao Mercosul o tratamento menos favorável. Explicou que, por aquela razão, o Mercosul se dispusera a negociar em bloco com os EUA, num formato

4+1. Quanto ao "risco de isolamento", Amorim declarou que, enquanto se negociava a ALCA, proliferavam iniciativas bilateralizantes envolvendo diferentes participantes no processo. Notou que o Chile já concluíra um acordo com os EUA, falava-se na Colômbia e na República Dominicana como futuras candidatas a seguir os passos chilenos. Qualificou de uma percepção equivocada a de que o Brasil poderia estar correndo riscos, caso persistisse em sua estratégia de redimensionar a ALCA. Esclareceu que o modelo do acordo EUA – Chile não convinha a um país com as características do Brasil. Acrescentou que estava o Brasil ativamente participando da Rodada de Doha na OMC, negociando um acordo Mercosul – EU, e desenvolvia outras iniciativas com a África, o Oriente Médio, a Índia, a China, a Rússia e, sobretudo, com a América do Sul. Reiterou sua ideia de que havia mais "demanda" por Brasil do que "oferta". Afirmou que os próprios norte-americanos admitiam que, da forma como as coisas iam, a ALCA estava à beira do colapso.

Um incidente com o Chefe da delegação dos EUA ocorreria em agosto. Uma entrevista à imprensa dos dois Copresidentes da ALCA, Embaixadores Adhemar Bahadian, do Brasil, e Peter Allgeier, dos EUA, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, foi interrompida quando Allgeier, sentado ao lado de Bahadian, foi alvo de um manifestante – identificado como um estudante universitário – que atirou em seu rosto uma torta. Por nota, o governo brasileiro lamentou profundamente o incidente. Informou que, ao dele tomar conhecimento, o Ministro Celso Amorim entrara imediatamente em contato telefônico com o Embaixador Allgeier para expressar solidariedade. Acrescentou a nota que o incidente não condizia com a tradição de hospitalidade do povo brasileiro, e era incompatível com o bom relacionamento que o Brasil mantinha com os EUA. Concluiu a nota que o governo brasileiro estava seguro de que aquele incidente isolado não afetaria o clima sereno que devia cercar as negociações. Em entrevista que concedeu no dia 3 de setembro, Amorim informou que o Mercosul já fizera uma proposta para os EUA para começar a negociar no 4+1, mas ainda não havia obtido resposta.

As novas posições iam sendo delineadas, apresentadas e defendidas. Em 1º de outubro, por nota, o Itamaraty informou que o Mercosul apresentara, naquele dia, em Trinidad e Tobago, projeto de Declaração para ser considerada pela Reunião Ministerial da ALCA, em Miami, no mês de novembro. Afirmou que o trabalho desenvolvido ao longo dos oito anos anteriores gerara "impasses cristalizados ao longo de mais de sete mil pontos dos documentos de negociação". Observou que os mesmos temas que haviam gerado o impasse na Reunião Ministerial

de Cancún (investimentos, compras governamentais) estavam presentes na agenda negociadora da ALCA. Afirmou que não era possível falar em ALCA abrangente sem incluir tratamento dos temas relacionados com os subsídios à exportação e às medidas de apoio interno em agricultura. Alegou que também não havia ALCA com alto grau de ambição sem a inclusão de normas relacionadas com as medidas *antidumping*.

Em entrevista concedida naquele dia, perguntado sobre o que mudara no processo de negociação da ALCA, Celso Amorim respondeu que sobretudo a análise. Disse que o governo brasileiro anterior dizia que ia negociar a ALCA e quando chegasse no final, se o acordo fosse bom, seria assinado. Declarou que, no final, acabava-se assinando um acordo que podia ser desfavorável. Disse que era muito difícil participar de uma negociação com 34 países e no final dizer "mudei de ideia", porque essas negociações tinham uma inércia muito forte. Reiterou a ideia de que da mesma maneira que os EUA queriam levar para a OMC alguns temas que eles consideravam sensíveis, o Brasil dizia que os temas que lhe eram sensíveis também deviam ir para a OMC. Acrescentou que eram temas que já estavam encaminhados em certo sentido, como era o caso dos investimentos. Argumentou que, para mudar isso, era preciso mudar também o formato da negociação, porque 90% dos 34 países não tinham os mesmos interesses nem as mesmas preocupações do Brasil. Defendeu a ideia de que o Brasil tinha necessidade de uma política industrial, uma política tecnológica, uma política que pudesse fazer, se necessário, com certo grau e em sentido positivo, uma discriminação em alguns setores em favor da indústria. Alegou que se fosse acertado um tipo de política de investimento, de política governamental de compras, já seria mais difícil. Afirmou que o mesmo ocorreria na área de serviços. Opinou que a ALCA já estava sendo light nos assuntos que interessavam ao Brasil, em agricultura e *antidumping*, por exemplo. Argumentou que ela estava *heavy* em política industrial, em política de investimentos. Disse que o que estava se querendo fazer na ALCA era ter disciplina ainda mais rígida do que a da OMC em todos esses temas. Ressaltou que a ALCA era importante para o Brasil por causa do mercado dos EUA. Afirmou que era uma falácia dizer que a ALCA era 50% do comércio exterior brasileiro. Sublinhou que metade disso era América Latina, cujos acordos existiam e podiam ser aprofundados com ou sem ALCA.

Ainda na mesma data, em entrevista à imprensa, Celso Amorim voltou a afirmar que era preciso mudar o formato da negociação, porque 90% dos 34 países não tinham os mesmos interesses nem as mesmas preocupações do Brasil. Afirmou que o Brasil tinha necessidade de

uma política industrial, uma política tecnológica, uma política que pudesse fazer, se necessário, com certo grau e em sentido positivo, uma discriminação em alguns setores em favor da indústria. Argumentou que se fosse na ALCA acertado um tipo de política de investimento, de política governamental de compras, já seria mais difícil manter essas políticas nacionais[151].

Em outra entrevista, no dia 4, Celso Amorim afirmou que a posição brasileira não tinha nada de confrontacionista, ela era uma posição pragmática. Disse que, aliás, fora reconhecida como pragmática pelo próprio Bob Zoellick em algumas vezes que com ele conversara, algumas vezes até em público. Explicou que o Brasil partira do seguinte princípio: a ALCA, para ser um acordo que funcionasse, tinha que ser um acordo equilibrado. Relatou que os EUA claramente haviam indicado, e desta vez formalmente, que temas que, para o Brasil, eram muito importantes, como subsídios à agricultura ou *antidumping*, estariam fora da discussão da ALCA; só poderiam ser discutidos na OMC. Prosseguiu dizendo que, ao mesmo tempo, os EUA queriam que fossem discutidos na ALCA temas que envolviam certa sensibilidade. Afirmou que não era que o Brasil fosse contra a discussão, mas aqueles temas envolviam tempo. Exemplificou que não se podia ter uma regulamentação sobre serviços imposta de fora para dentro, pois tinha que evoluir gradualmente. Argumentou que a política de investimentos estava muito relacionada com o que o Brasil desejava fazer, por exemplo, em termos de desenvolvimento industrial e tecnológico. Resumiu a posição brasileira como sendo a de fazer uma ALCA pragmática, concentrada naquilo que o livre-comércio realmente significava, isto é, abertura para bens de parte a parte, na base da reciprocidade, deixando os temas complexos ou sensíveis para a OMC, onde, inclusive, o jogo era mais equilibrado.

Em discurso que proferiu na Câmara dos Deputados no dia 20 de outubro, o Presidente Lula afirmou que a negociação da ALCA era um dos temas mais debatidos no Brasil. Notou que a ALCA não envolvia apenas a liberalização comercial e a abertura de mercados, mas estava em jogo também o tratamento de temas complexos e sensíveis, de grande relevância para o desenvolvimento do Brasil, como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. Ressaltou que temas de fundamental interesse para o Brasil como subsídios agrícolas e normas *antidumping* não seriam objeto de negociações na ALCA, o que criava evidentes limitações. Reconheceu que, obviamente, atraia a possibilidade de acesso preferencial ao mercado mais dinâmico do mundo, que era o dos EUA. Argumentou que, para o Brasil e para o Mercosul, o foco da questão não era

dizer "sim" ou "não" à ALCA, mas definir qual a ALCA que lhes interessava. Alegou que não fazia sentido conceder acesso preferencial ao mercado brasileiro sem uma contrapartida em áreas onde era mais competitivo, como a agricultura que, além da concorrência desleal dos subsídios, enfrentaria barreiras tarifárias e não tarifárias que impediam o acesso de seus produtos. Sublinhou que as ofertas até então apresentadas indicavam que as possibilidades de ganhos naquele setor eram bastante limitadas. Expressou opinião de que a proposta do Mercosul se caracterizava pela flexibilidade. Explicou que os países que quisessem assumir compromissos mais profundos em qualquer área poderiam fazê-lo, bilateral ou plurilateralmente, sem que esses compromissos se estendessem, necessariamente, a todos os demais.

Em entrevista concedida pela televisão na manhã de 17 de novembro, Celso Amorim afirmou que o Brasil preferia negociar na OMC do que na ALCA, até porque não teria "moeda de troca" na OMC, onde ia ser jogado o aspecto mais decisivo para a abertura do comércio mundial, que era a eliminação dos subsídios agrícolas. A respeito da questão de abertura na área de serviço, afirmou que o Brasil queria uma eliminação total de tarifas, de todos os produtos, mas tinha ouvido que, para certos produtos agrícolas, os EUA só estavam preparados a fazer oferta limitada à cota e questionou se deveria, em troca, conceder uma liberação total dos produtos industriais. Declarou que, apesar de que faltava apenas um ano para terminar a ALCA, ainda se achava "prolegômenos da negociação comercial concreta". Afirmou que a questão a seu ver não era definir se o Brasil era contra ou a favor da ALCA, e considerou que esta seria o que o Brasil tentasse fazer dela. Disse que não via, por exemplo, vantagem para o Brasil incluir serviço de advocacia em Nova York a ser pago no computador, pela internet. Reiterou que não era uma questão de dizer sim ou não a ALCA, mas qual ALCA seria. Afirmou que o Brasil estava tentando discutir com os EUA e com os outros parceiros, e considerou positivo um pré-acordo que estabelecera com Robert Zoellick.

9.8.2.3. VIII Reunião Ministerial (novembro de 2003, Miami)

No final de novembro de 2003, realizou-se, no âmbito da ALCA, a VIII Reunião Ministerial sobre Comércio, em Miami[152]. No encontro, segundo Bahadian, o Ministro Celso Amorim propôs "negociar um núcleo de compromissos que salvaguardassem os interesses de cada país", por meio de "acordos plurilaterais", dentro do "guarda-chuva da ALCA"[153]. Na descrição do Embaixador Rubens Antonio Barbosa, assim como os

EUA desejavam remeter os temas de agricultura e *antidumping* para a OMC, também o Brasil desejava que fossem deixados para a Rodada Doha, os temas de regras para serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais[154].

Na Declaração aprovada na ocasião, os Ministros expressaram entendimento de que os países podiam "assumir diferentes níveis de compromissos". Comprometeram-se a desenvolver "um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações, aplicáveis a todos os países"; mas também decidiram que as negociações deviam permitir que os países que assim o decidissem, no âmbito da ALCA, acordassem "obrigações e benefícios adicionais". Aventaram, como uma das possíveis linhas de ação, a de que tais países realizassem negociações plurilaterais no âmbito da ALCA, definindo as obrigações nas respectivas áreas individuais.

Em entrevistas que se seguiram, Celso Amorim explicaria a nova evolução das negociações. Em entrevista concedida no dia 5 de janeiro de 2004, perguntado sobre sua expectativa para as negociações da ALCA naquele ano, Celso Amorim respondeu que, na sua opinião, a área de livre-comércio nunca estivera tão perto de ser criada quanto naquele momento, pois o ambiente anterior conduzia a um impasse de última hora. Afirmou que o objetivo dos EUA era criar um espaço com normas unificadas que não levavam em conta as diferenças entre os países. Disse que havia um movimento para levar adiante todos os temas difíceis para o Brasil e, ao mesmo tempo, as questões de interesse do Brasil não eram discutidas. Notou, nesse sentido, que o comitê agrícola nem sequer se reunia. Esclareceu que o Brasil tentara "reequilibrar o jogo" e chegar a um acordo que fosse do interesse de todos. Acrescentou que, além disso, fora preciso impedir que as negociações não comprometessem a capacidade nacional de tomar decisões sobre desenvolvimento industrial, tecnológico, social e ambiental. Indagado se a mudança não esvaziava o projeto inicial da ALCA, contestou que a mudança significava um esvaziamento de problemas e, portanto, um adensamento de soluções. Afirmou que fora adotada uma atitude realista. Declarou que a ALCA era basicamente uma negociação com os EUA e o Canadá. Acrescentou que, para os demais países, o Brasil não precisava da ALCA. Ressaltou que o maior risco da ALCA era transformá-la num instrumento que tirasse a liberdade de regulamentação da economia. Disse que era preciso de liberdade para continuar regulamentando e usar certos instrumentos de política industrial que os países desenvolvidos usavam. Citou como exemplo as compras governamentais, dizendo que o Brasil não podia abdicar do poder de compra da PETROBRAS e da Eletrobrás para fazer política industrial.

Em entrevista concedida no dia 28 de janeiro, o Ministro Celso Amorim respondeu a pergunta sobre a possibilidade dos EUA fazerem a ALCA sem o Brasil. Afirmou que seria mais complexa a conclusão de acordos bilaterais do que poderia parecer. Opinou que a negociação era política e que alguns países não queriam a ALCA. Nesse ponto, afirmou que o Brasil queria a ALCA, mas "no devido tempo". Disse que não haveria ALCA sem o Brasil e a Argentina, assim como não poderia haver um acordo asiático sem China e Índia. Viu possibilidade na ALCA se estivesse concentrada no acesso a mercados e que tivesse algumas regras gerais, mas que respeitasse a capacidade dos países terem seus próprios modelos de desenvolvimento. Declarou que o acesso a produtos agrícolas era um ponto delicado. Disse a "parte mais substancial dos subsídios agrícolas" seria discutida na OMC e opinou que se não houvesse aceitação de diminuição do subsídio dos produtos exportados para o Brasil, e se não fossem concedidas compensações em acesso a mercados para os produtos agrícolas brasileiros, a conclusão da negociação se dificultaria. Acrescentou que, se por outro lado, fossem exigidas do Brasil políticas que limitassem a capacidade nacional de ter um desenvolvimento tecnológico e ambiental, seria muito difícil. Concluiu que o Brasil não podia perder a dignidade na ALCA; não podia aceitar modelos prontos.

Enquanto isso, prosseguia a atuação brasileira nos principais foros de negociação da ALCA. Em discurso que pronunciou em 3 de fevereiro na sessão inaugural da XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, o Embaixador Adhemar Bahadian afirmou que começava então uma nova fase do processo. Expressou entendimento de que era preciso "traduzir as decisões tomadas pelos Ministros em Miami em instruções aos negociadores nas diversas áreas envolvidas". Declarou que duas, em particular, eram cruciais para o futuro das negociações. A primeira seria "o desenvolvimento de um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países"; a segunda seria a definição dos procedimentos para a negociação dos acordos plurilaterais.

A partir de então, em uma série de declarações, ao longo de 2004, o Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim e o Embaixador Bahadian passaram a explicar as razões que haviam levado o Brasil a tomar as posições que tomara.

No dia 18 de fevereiro, o Embaixador Bahadian declarou que, se os EUA não podiam aceitar regras ambiciosas em áreas de sua sensibilidade, tampouco o Brasil podia. Declarou que "não havia porque vincular ganhos de acesso a mercado à aceitação de regras"[155].

Em março, Celso Amorim afirmou que questões prioritárias, tais como os subsídios agrícolas e as regras *antidumping*, haviam sido deixadas

de lado – sob o pretexto de que elas poderiam ser discutidas na Rodada Doha – ao passo que se buscava estabelecer compromissos excessivamente ambiciosos – desproporcionais àqueles discutidos pela OMC – em áreas como os direitos de propriedade intelectual, mediação governamental, regras para os investimentos, bem como uma estrutura para o comércio de serviços que se afastava do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da OMC. Argumentou que todas essas questões afetariam diretamente a região, para promover políticas com vistas ao desenvolvimento. Concluiu que, graças a um esforço coletivo, havia sido encontrada uma solução conciliatória, que permitira reequilibrar a estrutura das negociações, na Conferência Ministerial de Miami, "preparando o caminho para resultados mutuamente proveitosos, tendo em vista aquilo que deveria ser o verdadeiro objetivo de uma Área de Livre-Comércio: acesso a mercados"[156].

Recorrendo a outro tipo de argumentação, em abril, Celso Amorim referiu-se a tentativas por parte dos EUA de reabrir o que fora acertado em Miami, com a possibilidade de inclusão de disciplinas adicionais. Considerou que isso criaria uma situação em que o Mercosul não saberia exatamente em que base se estava negociando e faria o bloco voltar a colocar na mesa os temas de regras *antidumping* e subsídios agrícolas, temas que Washington não queria discutir. Expressou preferência para negociar regras na OMC. Explicou que regras em acordos comerciais pedidas por países ricos podiam dificultar a implantação de uma política de desenvolvimento industrial. Disse que teria sido ideal para o Brasil negociar um acordo com os EUA no formato "4+1", ou seja, entre o Mercosul e aquele país.

Ainda em abril, afirmou que a negociação caminhava para situação em que a possibilidade de obter resultados práticos, para o Brasil, era relativamente reduzida. Ressaltou que o comprometimento da capacidade brasileira de ter políticas autônomas nas áreas industrial, tecnológica e de saúde era cada vez mais forte. Argumentou que, depois de várias conversas, havia se chegado a um arcabouço que tinha flexibilidade suficiente, para permitir ao Brasil, a um só tempo, ter uma ALCA ambiciosa, em termos de acesso a mercados, e tratar as questões mais sensíveis, para um lado ou para outro, em outro foro, na OMC, ou tratá-las posteriormente, caso fosse esse o caminho preferido. Declarou que não era verdadeira a ideia de que, se o Brasil agisse como outros países, abriria as portas do mercado americano para produtos de seu interesse[157].

Também em abril, o Presidente Lula afirmou que, na ALCA, o Brasil buscara equilibrar o processo negociador e tornar viável sua conclusão

em tempo hábil. Declarou que, para tanto, o acordo devia corresponder efetivamente ao interesse de todos, abrindo mercados e sem impor restrições indevidas à capacidade de cada país decidir soberanamente sobre suas políticas industriais, tecnológicas, sociais e ambientais[158].

Em maio, o Ministro Amorim expressou críticas à negociação no passado, ao dizer que restava o sentimento de que, se desde o início se estivessem (os negociadores) engajados numa negociação de acesso a mercados, provavelmente as negociações já estariam mais avançadas. Em críticas implícitas aos EUA, declarou que as repetidas tentativas de reapresentar temas que implicavam obrigações adicionais às contraídas junto à OMC em temas sensíveis não lhe parecia compatíveis com a letra e o espírito do Acordo de Miami e entravavam os progressos em direção a uma conclusão exitosa das negociações[159].

Em junho, afirmou que a negociação com a UE estava mais avançada do que a da ALCA porque envolvia apenas dois blocos, não 34 países. Disse que, em conversa que mantivera com Zoellick, em outubro, chegara a um arcabouço que resultara no que foi acordado em Miami. Disse que surgiram algumas dúvidas que na prática significavam reabrir Miami, e o Brasil dera um passo atrás.

Em junho, o Presidente Lula afirmou que nas negociações da ALCA, seu governo adotara uma "postura realista, flexível e, sobretudo, equilibrada". Resumiu tal posição como tendo sido não favorecer a adoção de regras que restringissem a "capacidade do país formular, soberanamente, suas políticas de desenvolvimento" e, por outro lado, defender "a ampliação do acesso aos mercados de bens"[160].

Em julho, perguntado se a ALCA começaria em janeiro de 2005, Celso Amorim respondeu que achava difícil, pois aproximavam-se as eleições nos EUA e isso criava um complicador. Ainda em julho, declarou que os americanos esperavam negociações mais fáceis, não estavam dispostos a fazer concessões na área agrícola e queriam que o Brasil fizesse concessões em várias áreas. Disse que o Brasil queria mais equilíbrio.

Em setembro, o Embaixador Adhemar G. Bahadian fez um balanço das negociações da ALCA. Considerou a agricultura e a propriedade intelectual como os principais obstáculos à construção da ALCA e a causa da paralisia e do impasse em que se encontrava o processo negociador. Disse que o Brasil e o Mercosul tinham sublinhado que sua prioridade na ALCA era negociar acesso a mercados. Afirmou que estavam prontos a negociar a melhora significativa nas condições de acesso a mercados tanto em bens como em serviços. Ressaltou que não se podia ter a ilusão, no

entanto, de que, em troca de acesso a mercados dos países ricos deveria o Brasil aceitar disciplinas e regras que obstassem sua capacidade de atuação em áreas fundamentais. Disse que os EUA não podiam aceitar regras ambiciosas em áreas de sua sensibilidade, e tampouco podia o Brasil.

9.8.2.4. Fim do prazo para estabelecimento da ALCA (2005)

Em janeiro de 2005, venceu o prazo para estabelecimento da ALCA. Naquele mês, o Ministro Celso Amorim propôs negociações diretas dos EUA com o Mercosul, declinadas pelo representante comercial estadunidense, Robert Zoellick, sob alegação de que os acordos negociados com outros parceiros incluíam outros temas de interesse de empresas americanas, tais como propriedade intelectual[161]. Zoellick deixou claro em declarações públicas que, embora os EUA preferissem a concretização da ALCA, dispunham de estratégia alternativa, isto é, a busca de muitos acordos bilaterais[162]. De fato, além do México e do Canadá, os EUA buscaram negociações bilaterais com Chile, os países da América Central, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, República Dominicana e Panamá[163].

Também ao longo de 2005, novas explicações seriam prestadas a respeito do não estabelecimento da ALCA no prazo previsto e das posições adotadas pelo Brasil. Ainda em janeiro de 2005, o Ministro Celso Amorim declarou que era preciso ter uma ALCA não como um contrato de adesão em que se o país se via obrigado a assinar embaixo, mas sim uma ALCA negociada. Insistiu na ideia de que se avançaria mais rapidamente caso a discussão se concentrasse mais em acesso a mercado e menos nas regras gerais para o hemisfério. Notou que os EUA já haviam buscado negociações com todos os outros participantes das negociações da ALCA, mas só não queriam fazer o mesmo com o Mercosul, por alguma razão que ele podia intuir, mas que os EUA nunca haviam explicitado. Esclareceu que sua intuição era de que os EUA pensavam que podiam obter mais concessões de outros do que do Mercosul.

Em março, Adhemar Bahadian afirmou que, em maio do ano anterior, tinha havido um "retrocesso trazido pelo lado americano". Disse que, até então, o combinado era levar as tarifas a zero, em quatro diferentes prazos para quatro cestas de produtos: imediatamente, em cinco anos, em dez anos e, por último, "por mais tempo". Declarou que os americanos haviam proposto substituir a expressão "por mais tempo" pelo termo "outros", o que, na sua opinião, poderia insinuar que certos produtos nunca

chegariam à tarifa zero. Acrescentou que, logo depois, vieram as eleições americanas e as negociações "só saíram do limbo em janeiro, quando o Ministro Celso Amorim propôs fazer um quatro mais um, negociar entre EUA e Mercosul", rejeitado pelo governo de Washington. Disse que os americanos haviam insistido em que não podiam negociar acesso a mercados sem que alguns capítulos sobre regras estivessem claramente definidos. Concluiu que "ai residia o principal problema: a questão de propriedade industrial". Perguntado qual era o impasse, Bahadian declarou que os americanos haviam começado a dizer que "queriam que as regras fossem mais profundas do que na OMC", o que significaria, "entre outras coisas, retaliações cruzadas: uma queixa americana sobre pirataria no Brasil poderia levar à retaliação em exportações brasileiras de qualquer área". Ademais, prosseguiu, os americanos haviam proposto e tinham conseguido, em seus acordos bilaterais com Cingapura, Austrália, Chile e outros países, mecanismos que vinham reforçando, muito além do que existia na OMC, regras de propriedade industrial que protegiam a indústria farmacêutica. Esclareceu que isso significaria ampliação do prazo das patentes que impediria os fabricantes de genéricos de iniciar sua produção antes do fim da patente, como já era feito então, de modo experimental. Declarou que os americanos também queriam impedir o acesso – que os fabricantes de genéricos tinham após o fim da patente – aos testes feitos pelo medicamento de marca. Concluiu que, na prática, isso tornaria o prazo de proteção muito maior, e o prazo para pagar o preço do remédio "quase como monopólio". Concluiu que tal situação traria "impacto imediato à saúde pública", pois aumentaria "de maneira unilateral os benefícios do capital, sem aumentar os benefícios da sociedade" que dava "essa proteção monopolista trazida pela patente". Quando perguntado se tais propostas já haviam sido, de fato, apresentadas na ALCA, Bahadian afirmou que elas ainda não estavam sendo feitas, acrescentando que o que estava em discussão abria "uma janela para isso". Perguntado se a ALCA deixara de valer a pena, respondeu que não valia a pena "conseguir um aumento de cotas, porque não se trata nem de reduzir a tarifa a zero em determinados produtos, em troca de sua política industrial, de sua autonomia de proteção da saúde pública".

Na entrevista coletiva conjunta à imprensa em 26 de abril, com a Secretária de Estado Condoleezza Rice, uma jornalista perguntou como a ALCA podia avançar se o Presidente Lula havia declarado que o tema tinha saído da agenda brasileira. Celso Amorim explicou que, quando o Presidente Lula dissera que o assunto da ALCA fora retirado da agenda, a palavra que ele utilizou fora "pauta". Acrescentou que pauta era uma "palavra jornalística"

e que "ele estava se referindo ao fato de que tinha sido retirada da pauta dos jornalistas, porque tinha deixado de ser um assunto polêmico e ideológico de saber quem é pró-ALCA, ou quem é contra a ALCA".

Em discurso no dia 2 de maio de 2005, o Presidente Lula afirmou que havia tirado "uma carga ideológica muito forte que estava na questão da ALCA". Disse que ser favorável à ALCA parecia "ser subserviente aos EUA"; não concordar com a ALCA tal como ela estava, "a partir dos próprios documentos da Federação das Indústrias de São Paulo, era ser xiita, radical e anti-imperialista". Argumentou que a carga ideológica diminuiu quando o Brasil ampliou a participação de outras regiões no comércio brasileiro, fazendo com que os mercados como os EUA e a UE, que eram "extremamente importantes", mostrassem que tinham uma "certa limitação".

Em 2 de agosto de 2005, foi assinado o acordo de livre-comércio entre os EUA e países centro-americanos (CAFTA). Seria aprovado por pequena margem de votos no Congresso estadunidense[164].

Em outubro de 2005, o Embaixador Adhemar Bahadian informou que não havia ainda consenso sobre o "desenho do chamado conjunto de direitos e obrigações para todos". Disse que redesenhar a arquitetura da ALCA, de forma a adaptá-la ao que os países podem efetivamente – e não teoricamente – fazer, não era uma tarefa fácil. Declarou ainda que, no fundo, alguns países ainda resistiam a adaptar-se ao espírito e à letra da Declaração Ministerial de Miami[165].

Em entrevista concedida no mês de outubro de 2005, o Ministro Celso Amorim afirmou que achava que a ALCA realmente tinha acabado, tal como fora concebida. Argumentou que os prejuízos de uma ALCA, tal como estava concebida, eram infinitamente maiores do que os benefícios. Ressaltou que o Brasil não podia perder a prerrogativa de usar o seu mercado e as compras do Estado como instrumento de política industrial.

Enquanto isso, continuariam a ser assinados acordos bilaterais entre países latino-americanos e os EUA, tendo o Uruguai, em 4 de novembro, assinado um Tratado Bilateral de Investimentos com o governo estadunidense. Nesse meio tempo, prosseguiriam os pronunciamentos brasileiros sobre a suspensão das negociações para a formação da ALCA.

Em discurso pronunciado no dia 5 de novembro, na Segunda Sessão da Cúpula de Mar del Plata, o Presidente Lula afirmou que o debate sobre comércio não podia ser uma coisa "ideologizada". Disse que disputara as eleições de 2002 numa guerra de quem era a favor da ALCA ou quem era contra a ALCA. Ressaltou que tinha havido o Acordo de Miami, em 2003, que estabelecera parâmetros para se discutir o assunto. Sublinhou

que, para o Brasil, não fazia sentido falar em livre-comércio, enquanto persistissem os gigantescos subsídios da agricultura que desnivelavam o campo de jogo. Concluiu que daí vinha a prioridade da OMC, na qual se podia tratar efetivamente daquela questão. Acrescentou que, por outro lado, não havia modelos únicos para relações comerciais. Notou que na ALCA se estava discutindo antes de Miami, em 2003, temas que iam muito além do comércio como regras para investimentos, compras governamentais, que limitavam a possibilidade de políticas industriais tecnológicas, etc. Explicou que por isso, o Brasil propusera e obtivera redefinições da base das negociações. Acrescentou que o Mercosul tinha negociado com outros países em desenvolvimento acordos em que se tomara plenamente em conta as assimetrias e sensibilidades dos países menos avançados. Declarou que o mesmo princípio devia reger as negociações hemisféricas. Disse que o Brasil estava disposto a continuar tais discussões, mas não se podiam fixar prazos artificiais que não eram cumpridos e que apenas causavam desgastes. Terminou com a afirmação que por isso, preferia o Brasil avaliar a situação após Hong Kong, a luz do que ocorresse, sobretudo quando fosse definida, claramente, a questão dos subsídios na reunião de Doha.

Em discurso do dia 23 de novembro, o Presidente Lula voltou a referir-se à "briga ideológica sobre a questão da ALCA" quando das eleições presidenciais que o haviam elegido. Falando com muita franqueza, afirmou que "quem era contra, era de esquerda, quem era favorável, era de direita". Chamou essa situação de "um debate maluco". Acrescentou que se dizia que se o Brasil não fizesse a ALCA o mais rápido possível, o Brasil criaria problema com os EUA e concluía-se que era preciso fazer a ALCA. Perguntou então o que acontecera na verdade. Respondeu que fazia dois anos que o Brasil falava em ALCA e não acontecera nada no mundo. Argumentou que, pelo contrário, os EUA, que eram os maiores interessados, estavam mais com a posição brasileira do que já haviam estado em qualquer outro momento. Indagou a razão dessa situação e respondeu que, como os EUA tinham uma estratégia de comércio exterior muito antiga e muito forte, só faziam aquilo que eles entendiam que podia ajudar o seu comércio exterior. Prosseguiu que, para evitar tal "debate ideológico alucinado" no Brasil, quando os EUA procuravam o Brasil e diziam que tinham temas sensíveis que deviam ir a OMC, o Brasil respondia que também tinha temas sensíveis para serem levados à OMC e negociaria o restante. Concluiu que nem os EUA haviam se expressado mais, nem o Brasil fizera mais discurso ideológico e, no momento certo, ambos iriam se sentar e estabelecer as negociações. Declarou que a partir

desse ponto, negociar-se-ia "como gente adulta". Seria a seu ver uma negociação simples: sentava-se à mesa, colocava-se a oferta do lado, regateava-se daqui ou dali, e saia-se com uma boa vantagem ou saia-se com empate.

Em 25 de novembro, Celso Amorim publicou artigo em que ressaltou a importância da reunião de Miami para "um importante entendimento para a reestruturação das negociações". Declarou que o ano eleitoral nos EUA havia dificultando o avanço nas negociações. Mas argumentou que, apesar de não haverem sido concluídas as negociações da ALCA ou o acordo com a UE, o comércio brasileiro com os EUA e a Europa só tinha aumentado. Acrescentou que o comércio exterior do Brasil tinha-se ampliado de forma global, ainda que em proporção maior para alguns mercados, como era o caso, sem paralelo (aliás, não só para o Brasil), da China.

As diferenças entre o Brasil e os países mais ao norte da América Latina se evidenciavam. Em 2005, o comércio com os EUA respondia por somente 2% do PIB do Brasil, enquanto representava 30% do PIB do México[166]. Apesar dessa situação, durante 2006, o governo brasileiro demonstraria disposição de negociar acordo de comércio com o governo de Washington.

Em entrevista concedida no dia 15 de maio, Celso Amorim julgou que os EUA admitiam contemplar uma negociação Mercosul e EUA. Declarou que o Brasil também e considerou que todos tinham a ganhar com isso. Ressalvou, porém, que não podia o Brasil hipotecar sua política de saúde, em relação a remédios genéricos; sua possibilidade de compras governamentais para ter plataformas de petróleo que gerassem sua autossuficiência. Declarou que tinha de haver uma ALCA que lidasse com o comércio. Opinou que os nomes eram enganosos. Era preciso acabar os subsídios e derrubar as barreiras de um lado e do outro.

Em agosto, durante exposição que fez em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Celso Amorim afirmou que sobre a ALCA não havia naquele momento qualquer negociação. Acrescentou que isso não queria dizer que ela não pudesse ressurgir.

Quando se iniciou a crise financeira de 2008 e durante esta, Celso Amorim faria afirmações sobre as vantagens de não ter o Brasil se tornado dependente do mercado norte-americano, o que teria ajudado a enfrentar aquela situação internacional adversa. Assim, em entrevista no mês de março de 2008, afirmou que o Brasil estava menos suscetível às crises, porque seu comércio se diversificara. Acrescentou que, se a ALCA tivesse

sido formada, "não só o comércio se teria concentrado mais, em relação ao mercado norte-americano, sobretudo," mas também o Brasil estaria muito mais vulnerável "do ponto de vista do balanço de pagamentos".

No início de 2010, estavam claros, de um lado, o fracasso da ALCA e, de outro, o aumento de acordos bilaterais entre os países das Américas. Além do *NAFTA*, os EUA mantinham, nas Américas, acordos de livre-comércio com o Chile (2004); Peru (2007); República Dominicana e países do *CAFTA* (2008); e estavam em negociação acordos com Panamá e Colômbia (encontrava-se suspensa a negociação de acordo com o Equador). O México mantinha, nas Américas, além do *NAFTA*, acordos com a Bolívia, Chile, Costa Rica, Nicarágua e Uruguai. O Canadá mantinha, além do *NAFTA*, acordos com o Chile, Costa Rica, Peru e Colômbia. O Chile mantinha, nas Américas, acordos com EUA, México e Costa Rica. A Costa Rica mantinha acordos com México, Chile, Comunidade Caribenha e Panamá.

9.8.3. OMC

Desde os primeiros meses, o governo do Presidente Lula deixou clara sua prioridade às negociações comerciais no âmbito multilateral na OMC.

Por nota de 31 de março de 2003, o governo brasileiro registrou "com decepção não ter sido possível chegar a um acordo sobre as modalidades de negociação agrícola na OMC" naquele dia, conforme o prazo estabelecido pela Declaração Ministerial de Doha. Assinalou que também já haviam se perdido os prazos das negociações em torno dos temas de implementação, tratamento especial e diferenciado, e TRIPS e saúde pública, que, juntamente com agricultura, constituem o núcleo da dimensão de desenvolvimento do processo negociador.

Em abril, Celso Amorim afirmou que, dada a estrutura do comércio exterior brasileiro, com interesses econômica e geograficamente diversificados, a OMC permanecia "um palco privilegiado de negociações". Informou que a atuação do Brasil na OMC se pautaria "pela construção de um sistema multilateral de comércio mais equitativo, mediante a correção de distorções e a diminuição das restrições à nossa capacidade de fomentar políticas voltadas para o desenvolvimento". Sublinhou que as anomalias do comércio agrícola constituíam uma disfunção particularmente intolerável. Reconheceu que, independentemente das possibilidades de acesso aos mercados hemisférico e europeu que poderiam advir das negociações da ALCA e de um acordo com a UE, a solução para o comércio agrícola passava em boa medida pela OMC

– sobretudo no que se referia à eliminação dos subsídios e maior disciplina para as medidas de apoio doméstico. Constatou que para que as negociações de natureza hemisférica e inter-regional se traduzissem em verdadeiras vantagens para o Brasil, era necessário que as negociações comerciais multilaterais na OMC avançassem concomitantemente.

As ambições dos membros da OMC iniciais apresentadas em Doha iriam gradualmente se reduzir. Já em julho, pelo Programa de Trabalho definido em Genebra, o tema de transparência em compras governamentais foi excluído da rodada de negociações[167].

9.8.3.1. Constituição do G-20 (agosto de 2003)

Teria especial relevância para o Brasil, durante as negociações da Rodada Doha, a formação do chamado G-20, grupo de países em desenvolvimento com interesses semelhantes em matéria de agricultura. Sua origem teria início quando, em 20 de agosto, o Brasil, junto com África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela, apresentou perante o Comitê de Negociações Comerciais da OMC, uma proposta para as negociações sobre agricultura da Rodada Doha. A nota informou que, além de buscar situar essas negociações estritamente de acordo com a letra e o espírito do mandato recebido da Conferência Ministerial de Doha, a proposta visava também contribuir positivamente para as discussões por meio da apresentação dos objetivos pretendidos por uma parcela expressiva de países em desenvolvimento, que são produtores e exportadores significativos de produtos agrícolas.

O Comunicado do G-20 emitido em Genebra, no dia 2 de setembro, após realização de reunião ministerial, dispôs que o grupo (composto por África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela), "com interesse especial nas negociações agrícolas", decidira convocar uma reunião em Cancún, México, para trocar impressões sobre as atividades do Grupo durante a V Conferência Ministerial da OMC e coordenar suas posições com vistas às negociações agrícolas. Informou que o Grupo apresentara proposta de marco negociador em agricultura para deliberação em Cancún, conforme o que os Ministros haviam acordado em Doha. Reiterou que os Membros estavam unidos na necessidade de se reduzir substancialmente o apoio doméstico que distorcia o comércio e de se eliminar todas as formas de subsídios à exportação. Acrescentou que a melhoria

substancial no acesso a mercado também deveria ser apropriadamente tratada nas negociações, como instava o mandato de Doha. Segundo o documento, os países declaram-se unidos na necessidade de incorporar nas regras multilaterais as preocupações legítimas dos países em desenvolvimento, bem como dos Membros que haviam acedido recentemente à OMC, no que tangia ao seu desenvolvimento rural, segurança alimentar e manutenção de padrões de vida.

A liderança brasileira no G-20 atrairia rapidamente a atenção dos principais interlocutores. Em 8 de setembro, o Presidente Lula recebeu um telefonema do Presidente Bush que sublinhou a importância da reunião de Cancún para o futuro do comércio internacional. Manifestou sua satisfação com os entendimentos, alcançados em Genebra, que a seu ver haviam solucionado de forma satisfatória para EUA e Brasil o ponto pendente na Declaração de Doha sobre o Acordo de TRIPs (Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio, em sua sigla em inglês) e Saúde Publica. Afirmou que valorizava o papel desempenhado pelo Brasil na OMC. Acrescentou que o Representante Especial para Comércio dos EUA, Robert Zoellick, contataria o Ministro Celso Amorim, em Cancún, para que os dois países trabalhassem juntos na promoção do consenso. Segundo nota brasileira, em seus comentários, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sublinhou os seguintes pontos.

> - O Ministro Celso Amorim está sendo instruído a trabalhar ativamente pelo consenso, em Cancún; o Brasil quer preservar e fortalecer a OMC e o sistema multilateral de comércio;
>
> - O Brasil considera a Conferência Ministerial de Cancún uma oportunidade valiosa para orientar os trabalhos futuros da Rodada de Doha;
>
> - Não podemos esperar por outra rodada para que nossos interesses sejam atendidos, sobretudo em agricultura;
>
> - O texto preparado pelo Presidente do Conselho da OMC não satisfaz o mandato da Rodada em matéria de agricultura. Junto com outros países em desenvolvimento, o Brasil preparou proposta que visa a manter o nível de ambição original;
>
> - Esse grupo (o "G-20") representa 65% da população rural e cerca da metade da população mundial;

- Sem avanços significativos na negociação agrícola não será possível avançar nas demais áreas.

O tema que unia o G-20, isto é, a agricultura, era objeto de atenção especial. Em 9 de setembro, Celso Amorim publicou artigo intitulado "O Brasil em Cancún" no qual destacou o tema da agricultura. Afirmou que chegava a ser "indecoroso" que o setor permanecesse protegido por exceções, subsídios, barreiras de toda ordem. Informou que outros assuntos também eram de interesse do Brasil que estava "trabalhando pela preservação de um espaço de autonomia, no contexto da revisão do Acordo sobre Medidas sobre Investimento relacionadas ao Comércio (TRIMs em inglês), e procurando compatibilizar o Acordo sobre Medidas de Propriedade Intelectual e Comércio (TRIPs na sigla em inglês) com a Convenção sobre Diversidade Biológica, de modo a garantir a partilha equitativa dos benefícios advindos da exploração de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais".

Ainda no dia 9, o G-20 emitiu comunicado, já em Cancún, em que seus Ministros reiteraram que a agricultura constituía a peça central da Rodada de Doha. Informaram ter o Grupo decidido tabular uma proposta quadro com vistas a tornar o processo negociador mais inclusivo e equilibrado, tendo presente a necessidade de respeitar plenamente o nível de ambição do Mandato de Doha. Afirmou o documento que o projeto do Presidente do Conselho Geral não refletia o nível de ambição do mandato de Doha, pois não conduzia a cortes substanciais no apoio interno distorcivo ao comércio, a aumento substancial em acesso a mercados e à eliminação dos subsídios à exportação.

9.8.3.2. V Reunião ministerial (Cancún, setembro de 2003)

Esperava-se que a reunião ministerial de Cancún estabelecesse um quadro (*framework*) para o prosseguimento das negociações. No discurso que pronunciou, no dia 11, na reunião, Celso Amorim afirmou que talvez nenhuma outra área de comércio estivesse sujeita a tanta discriminação quanto a agricultura. Argumentou que nenhuma das outras questões das negociações produziria impacto remotamente comparável com aquele que a reforma na agricultura podia ter na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento e defendeu a proposta do G-21.

O encontro seria marcado por desencontros em vários pontos, entre os quais, diferenças sobre os temas de Cingapura; sobre agricultura;

a respeito do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento; entre outros. Houve divisão nítida entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento no tocante ao tema agrícola, em especial aos subsídios concedidos tanto pela UE e pelos EUA. O G-20 teve atuação decisiva em rejeitar as ofertas que considerou insatisfatórias.

A reunião encerrou-se no dia 14, de forma abrupta, por decisão do Secretário de Relações Exteriores mexicano, Luiz Derbez, que entendeu não haver possibilidades de acordo. Em artigo, Celso Amorim criticou a decisão do Presidente do Conselho Geral da OMC de enviar para o plenário da V Conferência projeto de declaração ministerial "inaceitável para um bom número de participantes". Afirmou que o texto "reproduzia quase textualmente a criticada proposta EUA/UE em matéria agrícola". Acrescentou que, além disso, "incluía proposta apresentada à última hora por Japão, Coreia do Sul e UE de negociação em investimentos, concorrência, transparência em compras governamentais e facilitação de comércio - os 'temas de Cingapura' (assim chamados por terem sido suscitados pela primeira vez na Conferência Ministerial realizada naquele país em 1996)". Declarou que a "insistência em negociações sobre os temas de Cingapura ignorava a oposição aberta de um número significativo de países em desenvolvimento (sobretudo asiáticos e africanos)". Concluiu que, em suma, "as deficiências do processo preparatório em Genebra e o evidente desequilíbrio da proposta apresentada pelo Presidente do Conselho" haviam transferido aos Ministros, em Cancún, "a tarefa de recolocar a Rodada nos trilhos consensualmente estipulados pela Declaração de Doha".

Ao término da reunião, o Ministro brasileiro encontrou-se com o Diretor-Geral da OMC, Supachai Panitchpakdi a quem observou que: (a) os proponentes dos temas de Cingapura (investimentos, transparência em compras governamentais, política de concorrência e facilitação de comércio) não deveriam insistir nas negociações desses temas por não estarem maduros para tanto; e (b) deveria ser tomado como ponto de partida nas negociações agrícolas o último papel da Conferência[168]. Na análise do Ministro Celso Amorim, três elementos se destacaram durante o encontro: a influência das ONGs; a capacidade de mobilização dos países africanos (em especial no tocante aos temas de algodão e têxteis); e a emergência do G-20+.

Em entrevista concedida no dia 22, Celso Amorim analisou que Cancún não dera resultados porque era um "avião com excesso de peso". Afirmou que só se chegara a uma conclusão "quando os europeus começaram a admitir que investimento podia não entrar, que concorrência podia não entrar". Disse que não excluía que se pudesse ter uma frase sobre investimento dizendo que os países devem ter políticas

transparentes. Mas expressou visão de que não seria possível uma negociação em profundidade, envolvendo sobretudo listas negativas e normas, por exemplo, sobre relações entre investidor e Estado. Declarou que o Brasil estaria disposto a negociar acesso a mercados nessas áreas, serviços, mesmo investimentos, desde que fossem listas positivas.

Em reação a um artigo do Representante Comercial dos EUA sobre os resultados da Conferência de Cancún com críticas nominais ao Brasil, Celso Amorim divulgou os seguintes comentários:

> Cada país tem o direito de apresentar sua própria avaliação de Cancún; o Brasil, seguro de haver mantido uma posição construtiva, não considera útil envolver-se em um exercício de atribuição de culpa pela dificuldade em alcançar consenso em Cancún.
>
> O Brasil prefere concentrar-se no fortalecimento da OMC, em coordenação com parceiros comerciais interessados na liberalização do comércio agrícola e na eliminação de subsídios, conforme o mandato de Doha.
>
> Se as referências nominais ao Brasil refletem a importância atribuída à nossa atuação na OMC, as críticas, implícitas ou explícitas, contrastam com comentário do USTR ao Chefe da Delegação brasileira - na véspera do encerramento da reunião - de que o pronunciamento feito horas antes em nome do G-20-"plus" fora pragmático ("businesslike"), o que constituía, por si só, um sinal positivo.
>
> Os comentários críticos surpreendem também, pois, até recentemente, os EUA compartilhavam em larga medida o mesmo nível de ambição expresso pelo G-20-"plus", em relação aos três pilares da reforma do comércio agrícola.
>
> Do ponto de vista do Brasil, o mais importante agora é, em consonância com a declaração aprovada em Cancún pelos Ministros, retomar prontamente as negociações em Genebra.
>
> O Brasil continuará a empenhar-se por um consenso genuíno que leve em consideração as aspirações legítimas de todos os participantes e, em particular, dos países em desenvolvimento.

Prosseguiriam nos meses seguintes as explicações e acusações sobre as razões do fracasso da reunião. Assim, em entrevista concedida em outubro, Celso Amorim afirmou que as negociações em Cancún não

haviam fracassado em razão da agricultura, mas sim por terem os países ocidentais insistido em discutir a agenda de Cingapura. Disse que o Brasil concluíra que o que estava na mesa em Cancún não valia a pena. Declarou que isso não era obstrução, mas uma posição deliberada.

O Brasil realizou uma reunião ministerial do G-20 em Brasília, no mês de dezembro. Após o encontro, o Itamaraty divulgou comunicado do qual constou que haviam estado presentes delegações de África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tanzânia, Venezuela e Zimbábue, além de representantes do Equador e do CARICOM. Informou que o Diretor-Geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, e o Comissário da UE para o Comércio, Pascal Lamy, haviam comparecido como convidados especiais, e haviam se encontrado com os Ministros do G-20. Os Ministros do G-20 consideraram que as negociações em agricultura eram fundamentais para conduzir a Rodada de Doha a uma conclusão exitosa e no tempo previsto. Ressaltaram que o comércio de produtos agrícolas continuava a ser prejudicado por toda a sorte de barreiras e distorções e apresentaram vários argumentos em favor de uma efetiva liberalização e reforma do comércio agrícola. O Presidente Lula manteve encontro com delegações e declarou que o G-20 estava mudando a dinâmica da diplomacia comercial multilateral. Afirmou que o grupo buscava uma combinação equilibrada entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre os interesses sociais e empresariais. Disse que para os países em desenvolvimento, equilibrar essa equação era fundamental e indispensável em qualquer discussão comercial.

A principal questão de fundo, os subsídios agrícolas, continuavam em 2003 a constituir sério obstáculo para os demais países produtores. O apoio ao produtor dos EUA ainda totalizava 20% da receita bruta da agricultura e aquele ao produtor europeu mais de 30%[169], o que já era considerado uma melhora, uma vez que, antes da reunião de Cancún, esses percentuais eram respectivamente de 33 e 21%[170].

Em artigo publicado em janeiro de 2004, Celso Amorim afirmou que não interessava ao Brasil "o adiamento de um processo de liberalização comercial, como o de Doha, com sua ênfase na correção de um legado de distorções" que penalizavam "países em desenvolvimento e exportadores competitivos de produtos agrícolas". Acrescentou que os interesses de Brasil não se limitavam à agricultura. Declarou que o Brasil tinha uma "agenda ofensiva" na revisão do Acordo de Medidas sobre Investimento relacionadas a Comércio e a compatibilização do Acordo *Trips* com a Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como no capítulo de "regras" (*antidumping*, créditos à exportação, subsídios

e medidas compensatórias). Exprimiu "um otimismo cauteloso" com relação à Rodada Doha e declarou que o Brasil sempre estivera disposto a negociar e que o governo do Presidente Lula tinha plena consciência das possibilidades que podiam ser abertas para o Brasil e seus vizinhos por um comércio internacional mais livre.

As ações do G-20 continuavam a atrair atenção. Em 19 de janeiro, o G-20 emitiu comunicado em que se referiu a carta do Representante dos EUA para o Comércio - USTR, Embaixador Robert Zoellick, contendo ideias sobre como alcançar progressos ao longo de 2004 na Agenda de Doha para o Desenvolvimento (ADD). Informou que as ideias seriam analisadas e seria apresentada uma reação oportunamente. Em março de 2004, o Ministro Celso Amorim afirmou que, acusado injustamente de ter provocado o impasse de Cancún, o G-20 era reconhecido então como um interlocutor construtivo e indispensável para o avanço do processo de Doha[171].

O G-20 emitiu novo Comunicado de Imprensa em 28 de maio, no qual informou que circulara uma proposta de marco sobre acesso a mercados em agricultura. Esclareceu que englobava todos os temas relacionados ao pilar de acesso a mercados. Acrescentou que os principais conceitos eram: cortes mais profundos nas tarifas mais altas, flexibilidade para o tratamento de sensibilidades dos Membros da OMC em alguns produtos, e um resultado justo e equilibrado entre os membros desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo tratamento especial e diferenciado efetivo para países em desenvolvimento.

Na reunião de Cancún surgira, além do G-20, também outro grupo denominado G-90 ou Grupo dos 90, uma aliança dos países em desenvolvimento mais pobres e menores, 64 dos quais eram membros da OMC. Incluía países africanos, caribenhos, do Pacífico, e os países de Menor Desenvolvimento Relativo. Em 3 de junho de 2004, ao dirigir-se ao G-90, em Georgetown, Celso Amorim ressaltou a necessidade de diálogo daquele grupo com o G-20. Destacou a resistência do G-90 aos chamados Temas de Cingapura. Para o Ministro, em consequência, a simplificação da agenda da OMC permitiria que se concentrasse no essencial[172]. No dia 12 do mesmo mês, ao discursar na reunião ministerial do G-20, em São Paulo, Amorim salientou a proposta do grupo sobre acesso a mercados[173]. No dia seguinte, ao falar no Encontro Ministerial dos países de Menor Desenvolvimento Relativo, reiterou a relevância do intercâmbio de pontos de vista entre o G-90 e o G-20 para o êxito da Rodada de Doha[174].

As reivindicações do G-20 ficariam mais claras. Em discurso que proferiu para aquele grupo em junho, na cidade de São Paulo, Celso Amorim afirmou quer era preciso empenho do Grupo para garantir que a linguagem

a ser acordada no acordo-quadro levasse à completa eliminação, em um prazo com credibilidade, de todas as formas de subsídios à exportação, e garantisse que os créditos à exportação, os deslocamentos de transações comerciais por intermédio de ajuda alimentar e as operações de empresas exportadoras estatais fossem tratados de forma equivalente. Acrescentou que, em apoio doméstico, o objetivo central era reduzir de forma substantiva todas as medidas que distorcessem o comércio. No que se referia à "caixa--azul" (subsídios que podem ser aumentados sem limite, desde que ligados à programas de limitação da produção), disse que era preciso estar seguro de que qualquer nova disciplina ou critério garantiria a redução da natureza distorciva desse instrumento, de forma a cumprir com o Mandato de Doha. Acrescentou que a "caixa verde" (pagamentos fixados para os produtores para programas ambientais, desde que separados de níveis correntes de produção) também necessitava ser objeto de definições precisas.

Ao final do encontro em São Paulo, foi emitido comunicado do qual constou que os Ministros haviam reiterado a manutenção do nível de ambição do mandato de Doha que permanecia como princípio orientador das negociações. Haviam em tal contexto acordado que qualquer acordo-quadro devia ser totalmente consistente com o mandato de Doha e levar ao estabelecimento de modalidades capazes de assegurar reduções substanciais no apoio interno distorcivo ao comércio, incremento substancial no acesso a mercados, eliminação progressiva de todas as formas de subsídios à exportação, e tratamento especial e diferenciado operacional que levasse em conta a segurança alimentar e de meios de vida e as necessidades de desenvolvimento rural. No tocante aos subsídios, os Ministros enfatizaram a importância de serem aceitas disciplinas específicas por produto nas caixas amarela e azul. No que diz respeito à caixa verde, os Ministros enfatizaram a importância de garantir sua natureza não distorciva, e, portanto, a necessidade de esclarecer seus critérios, ao mesmo tempo em que se assegurasse que sua utilização se desse de modo transparente e com atribuição de responsabilidade.

O Brasil apresentou, em 29 de junho, sua oferta inicial em matéria de serviços. Nota do Itamaraty esclareceu que o documento apresentado à OMC privilegiava o tratamento dos serviços com vistas ao estabelecimento da presença comercial no país, por ser o modo que permitia a geração de empregos e transferência de tecnologia. Acrescentou que a oferta resguardava, ao mesmo tempo, a capacidade de o Brasil formular políticas públicas de desenvolvimento nas áreas industrial, tecnológica, social e ambiental.

9.8.3.3. Genebra (julho de 2004)

Desde o fracasso em Cancún, as negociações estavam suspensas. No início de 2004, o Representante Comercial dos EUA, Robert Zoellick, apresentou proposta de reiniciar negociações que se concentrassem em acesso a mercados, inclusive a eliminação de subsídios para a exportação de produtos agrícolas. Acrescentou que os temas de Cingapura seriam tratados no âmbito da facilitação de comércio, possivelmente eliminando-se investimentos e concorrência. Nos meses seguintes, a UE aceitou a eliminação dos subsídios agrícolas em data a ser determinada. Os temas de Cingapura foram retirados da agenda. Sob a liderança da Índia e do Brasil, os países em desenvolvimento negociaram a questão agrícola diretamente com os desenvolvidos ("*non-party of five*").

Em julho, as delegações em Genebra conseguiram aprovar um Acordo-Quadro (*Framework Agreement*), ou seja, um programa de trabalho para assim dar prosseguimento à Rodada. Pelo documento, o tema de investimentos foi excluído oficialmente das negociações de Doha[175]. Em entrevistas concedidas no mês de agosto, o Ministro Celso Amorim narrou como fora possível alcançar acordo em Genebra a respeito da eliminação de subsídios à exportação em países desenvolvidos.

9.8.3.4. Escolha de novo Diretor-Geral da OMC (abril de 2005)

O Itamaraty informou, em 7 de outubro, que o governo brasileiro iniciara consultas com seus parceiros da OMC com vistas ao lançamento da candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de Diretor-Geral da OMC. Em entrevista no dia 22, afirmou que era normal os países terem candidaturas diferentes. Negou que tivesse feito críticas ao candidato uruguaio. Avaliou que as circunstâncias não eram favoráveis à candidatura uruguaia. Disse que o Brasil julgara que, embora o G-20 não tivesse de ter um candidato próprio, um de seus participantes poderia ser um bom candidato. Por isso havia sido lançado o nome do Embaixador Seixas Corrêa, que estava associado a um êxito coletivo. Concluiu que o Uruguai era ótimo e teria sido escolhido um candidato uruguaio para ser Secretário-Geral da OEA, havia um ano, o que, na sua opinião, teria "evitado vários problemas".

O Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, em entrevista concedida no dia 10 de dezembro, afirmou que, com sua candidatura, o Brasil oferecia uma contribuição para que os países em desenvolvimento

participassem de forma mais ampla nas decisões, o que considerou ser uma pretensão legítima.

Celso Amorim responderia a indagações diversas sobre a candidatura brasileira. No dia 16, perguntado se a candidatura do Embaixador Seixas Corrêa à direção da OMC contra a candidatura Pascal Lamy, da Europa, não poderia criar uma disputa de ricos e pobres, e se o Brasil faria alguma gestão para o Uruguai retirar seu candidato, Celso Amorim falou que era melhor que houvesse uma candidatura única no Mercosul, e na América do Sul e na América Latina. Acrescentou que, entretanto, não poderia fazer pressão. Explicou que a candidatura de Seixas fora lançada porque a OMC era muito importante. Acrescentou que olhando o panorama dos candidatos, o Brasil chegara à conclusão de que o G-20 tinha uma responsabilidade especial de levar a bom termo as negociações e, portanto, era um dever apresentar a candidatura. Perguntado se não era muito o Brasil pleitear ao mesmo tempo OMC e CSNU, respondeu que haviam sido motivos diferentes. Disse que a questão da OMC era transitória, o mandato era de quatro anos, renovável ou não. Notou que o Brasil, três anos antes, estava com a UNCTAD, a Conferência de Armas Químicas e o Alto Comissariado para Direitos Humanos (Sérgio Vieira de Mello). Naquele momento, não tinha nenhum cargo equivalente.

Em entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2005, o Ministro Celso Amorim, perguntado sobre a importância do Brasil eleger um Embaixador seu para a direção da OMC, respondeu que a OMC era um grande pacto entre os desenvolvidos, com os demais sendo chamados a aderir. Disse que as regras haviam sido escritas para "resolver o problema deles e entre eles". Afirmou que, mesmo na agricultura, andara "porque os EUA também quiseram", tendo os países em desenvolvimento comido migalhas. Mas reconheceu que a "melhor coisa da OMC foi ter criado um sistema de solução de controvérsia". Com relação à candidatura do ex--comissário de Comércio da UE Pascal Lamy para a OMC, afirmou que seria inevitável que ele acabasse refletindo mais as concepções dos países desenvolvidos.

Em entrevista concedida no dia 21 de fevereiro, Celso Amorim afirmou que o sentido da candidatura do Brasil à direção da OMC era político. Disse que havia se criado uma "situação política" em que se tornara importante pelo "próprio papel que o Brasil e o G-20 desempenharam nessa verdadeira revolução que houve nos processos negociadores da OMC".

Concorria como candidato ao cargo de Diretor-Geral da OMC o Comissário Europeu para Comércio, Pascal Lamy. Por nota de 24 de

fevereiro, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim, em viagem a países árabes, tomara conhecimento das declarações de Lamy sobre o *status* jurídico das florestas tropicais e outros recursos naturais. Considerou que as declarações revelavam uma visão preconceituosa, que subestimava a capacidade dos países em desenvolvimento de gerenciar, de forma soberana e sustentável, os seus recursos naturais. Concluiu que tais declarações eram incompatíveis com o cargo de Diretor-Geral da OMC, ao qual o Sr. Lamy aspirava.

A candidatura do europeu Lamy era vista como vinculada a dos interesses europeus em matéria agrícola, considerada o principal ponto de discórdia na Rodada Doha. Nesse contexto eleitoral, em artigo que publicou no dia 4 de março, Celso Amorim afirmou que era prioridade brasileira concluir com êxito as negociações na OMC, pois nelas poderia efetivamente ser obtida a eliminação dos "bilionários subsídios à exportação e redução significativa do apoio interno à produção agrícola dos países desenvolvidos".

No hermético sistema de seleção de nomes para Diretor-Geral, foi anunciado que o do Embaixador Seixas Corrêa fora excluído durante as consultas em curso junto a delegações. Em reação, por nota de 15 de abril, o Itamaraty prestou esclarecimentos sobre as eleições para Diretor-Geral da OMC. Afirmou que o Brasil apresentara a candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa com o propósito de contribuir para o processo de construção de consenso na OMC. Declarou que, embora tivesse dúvidas com relação aos critérios que haviam sido empregados para colher as preferências dos países--membros da OMC e aos parâmetros utilizados para interpretá-los, o Brasil não iria contestá-los. Lamentou, contudo, que a forma como a avaliação fora apresentada – "sem números ou indicações precisas" – não tinha "contribuído em nada para melhorar a imagem de falta de transparência frequentemente imputada à OMC".

A questão da escolha de novo Diretor-Geral seria objeto de notas do Itamaraty e declaração do Ministro Celso Amorim. Por nota de 4 de maio, o Itamaraty informou que o Chanceler Celso Amorim, após examinar o assunto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, telefonara naquela data, para o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, e comunicara que o governo brasileiro apoiaria o candidato sul-americano Carlos Pérez del Castillo para o cargo de Diretor-Geral da OMC.

Por nova nota do dia 13, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim tomara conhecimento naquele dia de que o candidato Carlos Perez del Castilho deixara a disputa ao cargo de Diretor-Geral da OMC, fato que colocara o Senhor Pascal Lamy na posição de candidato único, virtualmente

escolhido para aquele cargo. Acrescentou a nota que, em telefonema para cumprimentá-lo, o Ministro Amorim recordou as negociações e contatos anteriores em que o Senhor Lamy sempre revelara equilíbrio e lealdade, mesmo quando defendera, como Comissário europeu, posições divergentes das brasileiras. Prosseguiu a nota com a informação de que o Ministro Amorim manifestara plena confiança de que o Senhor Lamy, em sua futura condição de Diretor-Geral da OMC, contribuiria para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Por fim, relatou ter o Ministro brasileiro reiterado, também, sua disposição pessoal e a do governo brasileiro de trabalhar em conjunto e em diálogo constante com o futuro Diretor-Geral, com o objetivo de tornar a OMC mais democrática, transparente e receptiva às reivindicações dos países em desenvolvimento.

Em entrevista concedida no dia 16 de maio, Celso Amorim explicou ter o Brasil apoiado o candidato uruguaio, pois, tendo candidato brasileiro sido eliminado, "o Brasil não poderia votar contra um candidato da América do Sul e a favor de um europeu".

9.8.3.5. Paris (maio de 2005)

Em preparação da ministerial de Hong Kong, os negociadores se encontraram em Paris no mês de maio de 2005. No encontro, os temas agrícolas concentraram as atenções. Envolviam, de um lado, as preocupações da França com relação aos subsídios a seus fazendeiros e, de outro, as dos EUA, Austrália, UE, Brasil e Índia com relação a certos produtos específicos (frango, carne e arroz).

Os Ministro do G-20 emitiram, em 12 de julho, uma declaração à imprensa na qual afirmaram que a agricultura estava "no centro da Rodada Doha". Argumentaram que, por ser "a área com as maiores distorções mantidas pelos países desenvolvidos" e na qual países em desenvolvimento desfrutavam "de vantagens comparativas consideráveis", significativos resultados em agricultura eram essenciais para levar a Rodada Doha a uma conclusão bem-sucedida em 2006. Ressaltaram que o G-20 aguardava "a reação dos atores mais relevantes", que ainda estavam por "demonstrar vontade política de implementar compromissos condizentes com as ambições estabelecidas no Mandato de Doha".

A partir de então, o Brasil renovaria seus esforços para a conclusão da Rodada. Em entrevista concedida no dia 9 de outubro, em resposta a pergunta sobre a questão agrícola, Celso Amorim declarou que a Europa teria de fazer um movimento importante no que dizia respeito a acesso

de mercados, e os EUA teriam de mexer na questão do apoio interno às exportações. Declarou que não se poderia ter um acordo que não representasse mudanças. Concluiu que, se isso ocorresse, Brasil ia esperar outra rodada.

O Presidente Lula enviou mensagens, em 25 de outubro, ao Presidente da França, Jacques Chirac; ao Presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi; ao Chefe de Governo da Espanha, José Luís Rodríguez Zapatero; e ao Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates. Segundo nota do Itamaraty, ademais de aspectos específicos do relacionamento bilateral, as mensagens trataram das questões da Rodada Doha da OMC.

Em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC, concedida em 28 de outubro, Celso Amorim analisou a oferta agrícola da UE que considerou ter sido um avanço, mas afirmou que continuava a haver a necessidade de melhora na proposta. Reconheceu que havia aspectos positivos: que tinha havido um passo e que a UE procurara demonstrar flexibilidade.

Em 7 de novembro, o Presidente Lula expressou opinião de que, com o G-20, estava-se muito próximo de um acordo na OMC. Referiu-se a discurso do Presidente Bush, no dia anterior, em que anunciara redução de subsídios agrícolas e expressara esperança de que a Europa também o fizesse.

Em 15 de novembro, o Mercosul emitiu um comunicado sobre as negociações na OMC. Pelo documento, os Ministros reafirmaram que a agricultura ocupava lugar central nas negociações e sua adesão ao trabalho realizado pelo G-20. Expressaram preocupação com a falta de flexibilidade demonstrada por certos países desenvolvidos para reduzir substancialmente ou eliminar o protecionismo agrícola e os subsídios pelos quais eram responsáveis. Afirmaram que as demandas de abertura dos países desenvolvidos em matéria de acesso a mercado para produtos não agrícolas e para o comércio de serviços não correspondiam a suas ofertas em qualquer um dos três pilares da negociação agrícola. Declararam que, para o Mercosul, somente o avanço nas negociações sobre a agricultura poderia encontrar respostas proporcionais em outras áreas das negociações.

Em 18 de novembro, Celso Amorim afirmou que o Grupo de Cairns, do ponto de vista político, não tinha mais relevância. Declarou que, "sem andar em agricultura", não dava "para andar no resto". Julgou ser muito pobre a oferta de acesso a mercado da UE. Notou, nesse sentido, que os EUA gostariam que houvesse uma redução média das tarifas agrícolas europeias em 75% mas que esta tinha proposto primeiro 26%,

e depois mudara para 39%. Observou que o G-20 propunha 54%. Insistiu na necessidade de tal avanço. Argumentou que a era impossível atender reivindicação de redução de 75% na tarifa industrial, quando a oferta em agricultura era de 39%. Acrescentou que em serviços a situação era semelhante, pois a exigência era de consolidação de 90 setores, num total de 160, o que seria impossível de atender.

Em 25 de novembro, Celso Amorim afirmou que as concessões que os países desenvolvidos fizessem no setor agrícola seriam a chave para o êxito da Rodada do Desenvolvimento. Reiterou a ideia de que o Brasil não podia comprometer a faculdade do Estado de adotar políticas industriais, tecnológicas, ambientais.

Por nota de 7 de dezembro, o Itamaraty informou que o Conselho-Geral da OMC adotara no dia anterior, em Genebra, por consenso, decisão de emendar o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS), incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto 1.355 de 30 de dezembro de 1994.

Explicou que a emenda ao Acordo TRIPS atendia a reivindicação de países de menor desenvolvimento relativo, sobretudo os do continente africano. Notou que ela incorporava ao texto daquele Acordo o teor da Decisão de 30 de Agosto de 2003 do Conselho-Geral da OMC ("Decisão de 30 de Agosto") sobre o Parágrafo 6º da Declaração Ministerial de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública de 2001 ("Declaração de Doha"). Disse que a ação do Conselho-Geral resultava de mandato contido na Decisão de 30 de agosto e dava caráter permanente ao sistema provisório estabelecido na mencionada Decisão. Ressaltou que a emenda reconhecia que Membros da OMC com insuficiente ou inexistente capacidade de fabricação no setor farmacêutico podiam enfrentar dificuldades para fazer efetivo uso de licenciamento compulsório sob o Acordo TRIPS. Observou que naquele contexto, ela flexibilizava, para aqueles Membros, a aplicação dos artigos 31 (f) e 31 (h) do Acordo TRIPS. Sublinhou que o artigo 31 (f) determinava que o licenciamento compulsório seria "autorizado predominantemente para suprir o mercado interno", enquanto o artigo 31 (h) estabelecia que, em caso de licença compulsória, o titular da patente seria adequadamente remunerado. Acrescentou que a emenda em questão não diminuía nem qualificava os direitos de que gozam os Membros da OMC de: (I) adotar medidas para a proteção da saúde pública; (II) implementar o Acordo TRIPS de modo a apoiar o direito à saúde pública e a promover o acesso a medicamentos; (III) conceder licenças compulsórias nas situações previstas nos textos multilaterais da OMC; e (IV) fazer uso das flexibilidades

previstas no Acordo TRIPS e na Declaração de Doha. Por fim, afirmou que, para fins de aplicação dos dispositivos previstos na citada emenda, o Brasil mantinha o direito soberano de determinar, caso a caso, se possuía insuficiente ou nenhuma capacidade de fabricação no setor farmacêutico.

Em 9 de dezembro, o Presidente Lula tornou público as conversas telefônicas que manteve com Primeiro-Ministro Tony Blair e com o Presidente Bush a respeito da reunião de Hong Kong.

Informou ter alertado aqueles dois dirigentes que o Ministros já haviam feito todo esforço possível que lhes fora permitido fazer para tentar acordo em Hong Kong, "uma solução que tornasse os países pobres menos pobres e desse aos países pobres emergentes a possibilidade de ter acesso aos mercados dos países mais ricos, fazendo com que os países ricos diminuíssem o subsídio interno que dão à sua agricultura". Acrescentou que pretendia telefonar para outros dirigentes para dizer-lhes que não era possível que uma tomada de posição daquela envergadura, em que estariam sendo jogado o destino de milhões e milhões de seres humanos, e muitos deles não tinham nenhuma força para participar das organizações multilaterais, sobretudo na OMC, não fossem atendidos numa política humanitária, solidária e comercial dos países ricos para os países emergentes.

Considerou que a decisão deveria ser assumida pelos Presidentes da República para que não perdurasse mais 20 ou 30 anos a situação de desigualdade, a situação de empobrecimento e, quem sabe, até o aumento do terrorismo, se não se cuidasse de apresentar para uma parcela enorme da sociedade a possibilidade de ter acesso ao mínimo de cidadania. Disse ter proposto aos líderes que a Rodada de Doha não terminasse e que Hong Kong não fosse o final, mas permitisse que, a partir de janeiro, o G-8 convocasse o G-20 ou membros do G-20, e tomasse uma decisão política do que se desejava para o comércio entre os países emergentes, pobres e ricos para os próximos 20 anos. Argumentou que não existiria um outro momento de tomar uma decisão, e que era importante que os dirigentes tratassem sem nenhuma arrogância, sem nenhuma imposição, mas que tratassem de fazer com que os representantes dos países ricos se sentissem responsáveis pelo fato de não ter havido evolução nas negociações que iam se dar em Hong Kong.

Em entrevista concedida, no dia 9 de dezembro, a jornal inglês, Celso Amorim expressou opinião de que cabia aos europeus a próxima jogada. Em artigo que publicou no dia seguinte noutro periódico em inglês, reiterou a ideia de que a "bola" estava do outro lado do "campo", pois a UE não havia apresentado oferta à altura daquela apresentada pelos EUA em acesso a mercados.

9.8.3.6. VI Reunião ministerial (Hong Kong, dezembro de 2005)

Em entrevista a uma agência internacional de notícias, no dia 12, em Hong Kong, Celso Amorim manteve sua linha de argumentação a respeito da UE e acrescentou a ideia de que tratava-se de uma Rodada não para ajudar a Europa, mas a países em desenvolvimento. No dia seguinte, o G-20 emitiu Declaração Ministerial em Hong Kong, da qual constou que o processo negociador devia continuar a se dar segundo o enfoque de "baixo para cima". Constou também que se esperava que os Ministros em Hong Kong se colocassem de acordo com um programa de trabalho em agricultura claro e específico para 2006, de modo a concluir a Rodada ao final daquele ano. Propôs o documento que, para esse propósito, modalidades deveriam ser acordadas no mais tardar em princípio de abril e as listas iniciais nelas baseadas deveriam ser submetidas no máximo três meses depois daquela data.

Em discurso que proferiu em Hong Kong, no dia 14, o Ministro Celso Amorim afirmou que os subsídios agrícola e as barreiras nos países desenvolvidos deprimiam os preços, deslocavam a produção e ameaçavam a subsistência nas nações em desenvolvimento. Argumentou que os países ricos não podiam esperar receber pagamento por fazerem aquilo que já deveriam ter feito há muito tempo. Declarou que todas as formas distorcivas de subsídios deviam ser eliminadas ou drasticamente reduzidas. Acrescentou que assegurar acesso a mercados incrementados era igualmente essencial, não apenas pelo interesse direto dos países em desenvolvimento, mas também pelo círculo virtuoso que poderia gerar com relação aos outros pilares da negociação agrícola. Anunciou que o Brasil, juntamente com seus parceiros do Mercosul, estava preparado para se mover em direção à concessão de acesso a mercado livre de tarifas e quotas para os produtos dos países de menor desenvolvimento relativo, especialmente da África e da América Latina.

Em entrevista que concedeu a órgão da imprensa alemã, naquele dia, declarou que o êxito em Hong Kong dependia principalmente dos europeus. Acrescentou que enquanto os EUA pelo menos haviam dado um primeiro passo ao fazer novas propostas relativas ao setor agrícola, tudo aquilo que a UE oferecera até então era completamente insignificante, era mesmo uma atitude imoral, pois envolvia o destino de milhões de pessoas vivendo muitas vezes na miséria e cujas vidas dependiam da agricultura. Afirmou que o Brasil não ia ceder na questão das importações de bens industriais enquanto não fosse feita uma oferta melhor aos países do Sul no setor agrícola. Especificamente com relação a Hong Kong

afirmou que não haveria acordo se não fossem cumpridas três exigências: primeiramente, os europeus tinham de indicar uma data a partir da qual iam abolir os subsídios à exportação de bens agrícolas; em segundo, os EUA teriam de rever sua posição na questão dos subsídios que concedem a seus agricultores; e em terceiro, deveria ser reconhecida claramente a relação direta entre os subsídios agrícolas do Norte e os problemas de desenvolvimento do Sul. E o Norte teria de declarar quando iria suspender tais subsídios. Os prazos poderiam ser colocados entre parênteses em Hong Kong e negociados depois.

Em 16 de dezembro, o Grupo de Cairns emitiu declaração na qual seus Ministros afirmaram que a UE ainda não apresentara uma oferta compatível com as exigências do Mandato de Doha. Declararam que movimentos adicionais em termos de cortes e disciplinas eram necessários em apoio doméstico. Reclamaram uma total eliminação de todas as formas de subsídios às exportações – qualificando-a de a forma mais distorciva de apoio – no máximo até 2010. Acrescentaram que queriam ver progressos na efetiva operacionalização dos dispositivos previstos para o tratamento especial e diferenciado acordado no acordo-quadro de julho de 2004, incluindo produtos especiais, mecanismos de salvaguarda especial e temas tais como produtos tropicais. Concluíram que, sem progressos significativos nessas áreas em Hong Kong, corria-se o risco de estender o impasse ainda por um longo período de tempo, perspectiva insustentável para a Rodada. Conclamaram os principais membros a demonstrarem a necessária flexibilidade naquela semana para garantir que se pudessem concluir as negociações em 2006 e cumprir as promessas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

Também naquele dia, realizou-se Reunião Ministerial entre todos os grupos de países em desenvolvimento, isto é, o G-20, o G-33, o ACP, os PMDRs, o Grupo Africano e as Pequenas Economias.

Segundo Comunicado Conjunto que emitiram, os Grupos Acordaram que a Rodada deveria resultar na remoção das distorções que inibiam o crescimento das exportações dos países em desenvolvimento e a garantia de margem adequada para políticas que assegurassem seu desenvolvimento socioeconômico sustentável. Conclamaram os países desenvolvidos a acordar a completa eliminação das medidas de apoio à exportação até 2010 ao mesmo tempo em que tratassem concretamente das necessidades específicas dos países de menor desenvolvimento relativo e dos países em desenvolvimento importadores líquidos de alimentos. Os Grupos também afirmaram a necessidade de reduções substanciais no apoio doméstico que distorcia o comércio. Reconheceram a importância de

melhorias substanciais no acesso aos mercados dos países desenvolvidos para os produtos de interesse exportador dos países em desenvolvimento. Reconheceram também a necessidade de tratamento das preocupações dos países beneficiários de preferências. Comprometeram-se a trabalhar conjuntamente com vistas a encontrar soluções criativas com base no parágrafo 44 do Acordo-Quadro de Julho de 2004. Sublinharam a importância do tratamento especial e diferenciado em todos os três pilares da negociação agrícola. Nesse contexto, enfatizaram o papel dos Produtos Especiais (SPs) e do Mecanismo de Salvaguardas Especiais (SSMs) como meio de tratamento das preocupações de segurança alimentar, de desenvolvimento rural e de meios de subsistência dos países em desenvolvimento no pilar de acesso a mercados. Reafirmaram o seu apoio às demandas dos países de menor desenvolvimento relativo por acesso a mercados livre de tarifas e de quotas, e reconheceram a necessidade de resultados concretos neste tema em Hong Kong. Enfatizaram a necessidade de um compromisso firme em Hong Kong para a solução do tema do algodão de maneira ambiciosa, expedita e específica. Reconheceram a necessidade de adoção de medidas específicas destinadas a proporcionar respostas adequadas às preocupações relacionadas ao comércio apontadas pelas economias pequenas e vulneráveis. Ao reconhecer a diversidade de situações e percepções que representam, os Grupos comprometeram-se a intensificar o seu diálogo, com vistas a assegurar que as negociações produzam resultado consistente com o mandato de desenvolvimento da Rodada de Doha. Nesse contexto, reiteraram seu compromisso com a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha até o final de 2006.

Falando na reunião ministerial em nome do G-20, Celso Amorim informou que o grupo havia tabulado um jogo completo de propostas nos três pilares da negociação. Falando em nome apenas do Brasil, afirmou que as preocupações com NAMA diziam respeito ao tratamento equilibrado daquele tema e o da agricultura. Ao se adotar uma fórmula para NAMA, deveria ficar clara a operação do princípio de "menos do que total reciprocidade" nos compromissos de redução. Disse que também era importante que a questão de flexibilidades para países em desenvolvimento fosse considerada uma parte integral e *stand-alone* das modalidades. Anunciou que o Brasil e o grupo conhecido como 11 do NAMA apresentariam suas preocupações à Presidência. Salientou a necessidade de acordar mandato para iniciar negociações sobre as relações entre TRIPs e CBD.

A reunião de Hong Kong se encerrou no dia 18. Os Ministros aprovaram acordo sobre a eliminação gradual de subsídios agrícolas até

o fim de 2013. Constou da declaração final que os países industrializados deveriam abrir seus mercados de bens aos países mais pobres.

O Ministro Celso Amorim faria algumas avaliações dos resultados obtidos em Hong Kong. Ele declararia a respeito da Reunião que o G-20 mudara o padrão das negociações no sistema GATT/OMC[176]. Em outra entrevista concedida ainda em Hong Kong, no dia 19, afirmou que o resultado fora magro, mas melhor do que nada. Considerou que a oferta europeia de redução tarifária era pobre e disse que a Europa não estava interessada em negociar.

Em artigo que publicou no Brasil no dia 26 de dezembro, Celso Amorim afirmou que o resultado de Hong Kong fora mais positivo do que esperava, atendendo aos interesses brasileiros tanto em setores nos quais temos maiores vantagens comparativas, como agricultura, como naqueles em que o país procurava preservar espaço para políticas de desenvolvimento, como indústria e serviços. Ressaltou que a definição de uma data para a eliminação dos subsídios às exportações fora um ganho efetivo, fruto em boa parte da atuação do Brasil e do G-20, a ser celebrado por todos os que desejavam mais justiça e menos distorção no comércio agrícola. Sublinhou que, no último dia da Conferência, acordara-se o ano de 2013 para a total eliminação, com substancial redução dos subsídios já na primeira metade do período de implementação, ou seja, por volta de 2010. Acrescentou que, ainda na área agrícola, havia sido logrado significativo avanço no tocante aos subsídios internos que distorciam o comércio, mediante compromisso de redução do valor global que ia além do mero somatório de seus componentes (as chamadas "caixas"). Também as "disciplinas" deveriam então propiciar reduções reais em relação ao efetivamente despendido. Notou que, pela primeira vez, um texto sobre subsídios internos consagrara a expressão "cortes efetivos", por oposição ao conceito de redução do que era "permitido". Em matéria de acesso a mercados para produtos agrícolas, notou que se alcançaram avanços técnicos que facilitariam a convergência em torno das posições que o Brasil sustentava, estipulando, por exemplo, tratamento diferenciado entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com relação ao setor industrial, em que a preservação de espaço de política era fundamental, observou que a adoção da "fórmula suíça" com mais de um coeficiente (não se dizem quantos) dava margem a várias hipóteses. Opinou que isso permitiria ao Brasil e a outros países em desenvolvimento somente decidir se aceitavam ou não esquemas mais ambiciosos depois que ficasse claro qual seria o real valor da oferta dos países desenvolvidos, sobretudo em agricultura. Destacou ainda que, no mesmo sentido, a conferência propiciara,

pela primeira vez, a criação de vínculo explícito de proporcionalidade entre os cortes tarifários em produtos agrícolas e industriais, o que assegurava o equilíbrio das negociações. Quanto à área de serviços, registrou que se mantivera a estrutura do Acordo de Serviços da Rodada Uruguai (Gats), que garantia a necessária flexibilidade para o processo negociador, levando em conta os interesses dos países em desenvolvimento.

Dois importantes passos foram dados nas questões de desenvolvimento: o compromisso de proporcionar amplo acesso a mercado, livre de cotas e tarifas, para os países mais pobres e a eliminação, em 2006, dos subsídios à exportação no caso do algodão, de interesse direto de nações africanas e do Brasil.

O Presidente Lula faria telefonemas para diversos líderes mundiais com o objetivo de reativar a Rodada Doha. Telefonou em 26 de janeiro para o Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, e para a Chanceler Angela Merkel, da Alemanha, para tratar das negociações no âmbito da Rodada de Doha. Por nota, o Itamaraty informou que o Presidente Lula reiterara à Chanceler alemã a importância de convocar-se reunião entre líderes de países desenvolvidos e em desenvolvimento para superar os entraves ao avanço das negociações comerciais multilaterais da OMC. Explicou que a Chanceler Merkel concordara ser importante não perder o ímpeto das negociações e indicara que faria consultas internas e aos demais membros da UE sobre o assunto. Acrescentou que, na conversa com o Presidente Thabo Mbeki, o Presidente Lula sugerira que, no contexto da Cúpula da Governança Progressista, na África do Sul, fosse organizada uma sessão com a participação dos Chefes de Estado e de Governo presentes para discutir a Rodada de Doha. Esclareceu que o Presidente Mbeki concordara que a Cúpula da Governança Progressista seria ocasião propícia para discutir o assunto.

Na sequência dos contatos telefônicos, o Presidente Lula telefonou no dia 31 para o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair. Por nota, o Itamaraty informou que o Presidente Lula reiterou sua proposta de reunir alguns Chefes de Estado e de Governo para discutir as negociações no âmbito da Rodada de Doha da OMC e sugeriu que a organização do encontro fosse discutida durante a Cúpula da Governança Progressista, na África do Sul. Esclareceu que Tony Blair concordara com a proposta do Presidente Lula e dissera ser importante começar a organizar o encontro para discussão dos rumos do comércio internacional.

Em entrevista concedida no dia 9 de fevereiro, perguntado se a prioridade do Brasil era a ONU ou a OMC, o Presidente Lula afirmou que, naquele momento, era a OMC, mas acrescentou que uma coisa não excluía a outra.

Por Declaração sobre Comércio – Rodada Doha para o Desenvolvimento, em 9 de março, o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Tony Blair afirmaram que havia poucas divergências no âmbito da OMC em relação ao muito que se podia alcançar.

Afirmaram acreditar que a conclusão exitosa da Rodada poderia tirar milhões de pessoas da pobreza, produzir ganhos econômicos da ordem de US$ 600 bilhões ao ano e demonstrar que a globalização podia beneficiar tanto pobres quantos ricos. Assinalaram que compartilhavam a mesma visão quanto aos principais elementos necessários para uma conclusão ambiciosa e pró-desenvolvimento da Rodada. Declararam que as ofertas sobre a mesa de negociações estavam muito aquém do acordo que desejavam. Expressaram crença de que todas as principais partes das conversações deviam dar passos corajosos para ir além de suas conhecidas posições negociadoras, de forma a melhorar suas ofertas de acesso a mercados e apoio doméstico em agricultura, assim como as de NAMA e serviços.

Consideraram que as ofertas deviam também levar em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento, ao prover acesso ampliado e comparativamente alto aos mercados de produtos agrícolas e não agrícolas, porém de maneira equilibrada e proporcional, em consonância com o princípio do tratamento especial e diferenciado. Concordaram quanto à importância de um audacioso pacote para o desenvolvimento, que incluísse ajuda substancial ao comércio, cronograma para se chegar a 100% de livre acesso para países de menor desenvolvimento relativo, mudanças nas regras de origem, produtos especiais e ação para produtos específicos, tais como algodão e açúcar. Reconheceram que isso requeria coragem e envolvia riscos e que podia falhar. Mas insistiram em que o custo da inação seria ainda mais alto, não somente para os pobres e para o crescimento global, mas também para o sistema multilateral e para a visão que compartilhavam de um mundo mais aberto e democrático.

Mostraram-se convictos de que uma reunião de líderes seria crucial para orquestrar a superação desse impasse. Concordaram em realizar intensas consultas com colegas em seus respectivos grupos e instá-los a se juntar a na luta, fazendo as ofertas necessárias para alcançar um pacote ambicioso pró-desenvolvimento. Também concordaram em trabalhar conjuntamente para criar as condições necessárias à realização de uma reunião de líderes com vistas a desbloquear as negociações.

9.8.3.7. Genebra (2006)

Em discurso na cidade de Genebra no dia 1º de julho de 2006, Celso Amorim afirmou que, embora se estivesse à beira do fracasso, era paradoxalmente possível chegar-se a um acordo. Noutro discurso, em Reunião de Chefes de Delegação na OMC, no dia 24, reconheceu que as negociações atravessavam um mau momento. Em entrevista concedida no mesmo dia após reunião do G-6, afirmou que nem tudo estava perdido.

De fato, as conversações em Genebra fracassaram em reduzir subsídios agrícolas e em reduzir impostos de importação. Diante da proximidade do esgotamento da autorização legislativa para que o governo estadunidense pudesse negociar, pareciam diminuir as possibilidades de um êxito nas negociações até 2007, quando tal autorização expiraria.

Em pronunciamentos diversos, Celso Amorim apresentaria críticas tanto aos EUA quanto à UE no tocante à questão dos subsídios à agricultura. Em entrevista dada em Istambul, Celso Amorim declarou que a Rodada não morrera. Argumentou que a principal deficiência era a insuficiência da oferta americana em subsídios internos, domésticos.

Em entrevista concedida no Brasil, em 29 de julho, na presença da Representante Comercial dos EUA (USTR), Embaixadora Susan Schwab, declarou que um *breakthrough* era possível, Ao final, no entanto, reconheceu que as conversações em Genebra não haviam sido exitosas em razão da impossibilidade de acordo quanto à redução de subsídios agrícolas.

Em exposição que fez ao Senado Federal, no mês de agosto, Celso Amorim afirmou que a rodada de desenvolvimento de Doha era fundamental para o Brasil. Ressaltou que o tema dos subsídios agrícolas, por sua própria natureza, só podia ser resolvido multilateralmente. Informou que havia um triângulo que tinha subsídios domésticos de agricultura de um lado, acesso a mercados em agricultura de outro e acesso a mercados em produtos industriais e serviços no terceiro. Ressaltou a vitória obtida em Hong Kong relativa a questão da eliminação total dos subsídios da exportação. Notou que os temas de Cingapura, que considerou mais negativos, haviam sido resolvidos depois de Cancún. Considerou que outros temas já estavam, em princípio, resolvidos, se resolvido o triângulo (normas *antidumping*, questões de créditos a exportações para produtos manufaturados). Afirmou que se reconhecia responsabilidade central por ter fracassado estar no tema de apoio doméstico "e, portanto, de certa maneira nos EUA". Informou que

sentia da parte da grande maioria disposição de continuar negociando. Concluiu que seria necessário uma extensão do prazo de negociação, pois um fracasso de Doha seria muito grave.

Em entrevista à imprensa, na mesma data, analisou igualmente a reunião de Genebra. Afirmou que o que os EUA haviam oferecido de cortes nos subsídios domésticos e o que a UE havia proposto em abertura de mercado agrícola não eram suficientes. Disse que os EUA tinham de dar uma indicação do corte adicional que estavam dispostos a fazer nos subsídios domésticos. Afirmou que a UE fora hábil ao revelar um movimento de maior abertura agrícola em junho. Mas considerou que essa oferta não fora suficiente para que os EUA reagissem. Disse que a média de redução de tarifas oferecida pela UE aproximava-se da exigência do G-20. Mas deixava uma brecha para que a abertura se desse em produtos de menor interesse para o Brasil. Acrescentou que tampouco havia clareza sobre a redução de tarifas de produtos sensíveis e sobre suas cotas de importação. Concluiu que o Brasil não estava satisfeito com as cotas que a UE indicara na sua proposta e disse saber que elas podiam ser anuladas por meio de salvaguardas.

Em discurso no mês de março de 2007 que pronunciou em Jacarta por ocasião de Reunião Ministerial do G-33, Celso Amorim afirmou que era na agricultura que países em desenvolvimento encontravam vantagens imediatas e mais óbvias. Os subsídios domésticos e à exportação impunham um ônus pesado aos países em desenvolvimento, especialmente aqueles com grandes e pobres populações rurais, e produção em pequena escala. Esses subsídios deprimiam preços mundiais e domésticos, empobrecendo ainda mais o já desfavorecido agricultor. Esses subsídios também retiravam mercados dos produtores dos países em desenvolvimento. Notou que os membros do G-20 eram unânimes ao demandar o fim de tais práticas. Acrescentou que as "insuperáveis barreiras tarifárias impostas por países desenvolvidos a bens agrícolas" constituíam outra fonte significativa de dano para o agricultor dos países em desenvolvimento. Concluiu que o G-33 firmemente apoiava dois conceitos derivados do princípio do tratamento especial e diferenciado: produtos especiais e mecanismo especial de salvaguardas. Propôs que o G-20 e o G-33 agissem em conjunto.

9.8.3.8. Potsdam (2007)

Em junho, as negociações fracassaram também durante a conferência de Potsdam, mais uma vez, em razão, principalmente, de

falta de acordo sobre agricultura, em particular a questão de redução de subsídios. Em entrevista, após reunião com a Embaixadora Susan Schwab, Celso Amorim afirmou que não havia convergência da posição do Brasil e do G-20 com a dos EUA.

Em julho, Celso Amorim expressou esperança de que ainda se pudesse avançar. No mês seguinte, voltou a expressar sua convicção de que a Rodada ia ser concluída. Argumentou que o número de temas em aberto era pequeno, embora importantes. Notou que nenhum dos grupos de países em desenvolvimento, por exemplo, recusara os documentos sobre agricultura e indústria/ serviços apresentados pelos mediadores daquelas áreas. Ressaltou que a recompensa para os europeus reduzirem os subsídios agrícolas seria o corte dos subsídios americanos. Em entrevista ainda no mês de agosto, no entanto, apresentou desânimo ao dizer que não via um grande movimento ocorrendo nos próximos meses, pois a concentração dos Ministros estaria em outros temas. Em dezembro, afirmou que, apesar das demoras frustrantes, estava-se mais próximos de um resultado justo e equilibrado.

9.8.3.9. Genebra (2008)

Em julho de 2008, após nove dias de reuniões, as negociações em Genebra se interromperam. Novamente os temas agrícolas entre os principais países estava entre as causas do colapso das negociações, inclusive um mecanismo especial de salvaguarda (SSM) desenhado para proteger fazendeiros pobres ao permitir a países que impusessem uma tarifa especial para certos produtos agrícolas no caso de aumento repentino de importação ou queda de preço. Pascal Lamy considerou que, de uma lista de 20 itens, 18 haviam sido acordados. O Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, exortou o Diretor-Geral a considerar a falta de resultados como uma pausa, não um colapso, e a manter na mesa o que já havia. Vários países pediram que as negociações recomeçassem, principalmente o Brasil e a Austrália.

Em pronunciamentos diversos, o Presidente Lula e Celso Amorim lamentariam a suspensão das negociações e fariam propostas para que fossem retomadas. Em pronunciamento à imprensa, após a sessão final da reunião, Celso Amorim considerou ser uma pena que as negociações tivessem fracassado. Disse que ainda acreditava que valeria a pena continuar tentando. Considerou que fracasso era coletivo e concordou em que deveria ser preservado o que já fora obtido. Em outra entrevista na

mesma ocasião, afirmou que levaria três ou quatro anos para se chegar tão próximo de um acordo. Ainda em agosto, afirmou que o sistema multilateral era essencial no mundo e os acordos bilaterais não eram uma boa solução.

Em programa de rádio no mês de agosto de 2008, o Presidente Lula afirmou acreditar que a Rodada Doha ainda não tinha fracassado. Disse achar que havia "possibilidades enormes ainda de negociar". Revelou ter falado sobre o tema com o Presidente George Bush e anunciou que trataria do mesmo tema com Hu Jintao, na China, e por telefone com o Primeiro-Ministro Singh, da Índia.

Em discurso proferido no mês de agosto, Celso Amorim reiterou que as negociações na OMC tinham primazia frente às tratativas de outros acordos com países ou blocos de países desenvolvidos. Argumentou que a OMC era a instância negociadora na qual podia o Brasil atuar contra eventual tendência de fragmentação no que dizia respeito a políticas regulatórias e disciplinas sobre políticas internas com impacto sobre o comércio. Avaliou que, na OMC, o jogo de forças era mais equilibrado: os interesses de EUA, UE e Japão, por exemplo, não eram idênticos entre si. Acrescentou que, além disso, a influência de grupos de países em desenvolvimento se fazia sentir de forma mais vigorosa. Reconheceu que a negociação da Rodada encontrava-se em momento crucial. Julgou que somente seria possível de desenvolvimento se houvesse avanços adicionais nas negociações agrícolas. Considerou que era na agricultura que os países em desenvolvimento encontravam vantagens imediatas e mais óbvias. Afirmou que subsídios domésticos e à exportação impunham um ônus pesado aos países em desenvolvimento, pois deprimiam preços mundiais e domésticos, e também retiravam mercados dos produtores dos países em desenvolvimento. Expressou crença em que um acordo nas questões chave da Rodada ainda era possível naquele ano.

Em palestra proferida em setembro, Celso Amorim afirmou que a OMC era fundamental "para nosso projeto, para nosso desejo, para nossa constante busca do reforço do multilateralismo. Porque nós somos defensores da multipolaridade". Em outra palestra proferida em setembro, admitiu que se vivia um momento muito crítico. Reconheceu ter havido dificuldade com a questão das salvaguardas agrícolas, um ponto que, na sua opinião, sabia-se ser importante, mas que não era visto como parte da barganha central. Notou que se tratava de uma questão, que basicamente tinha, por um lado, a Índia, alguns outros países, e do outro lado, os EUA.

Em janeiro de 2009, Celso Amorim mencionou as dificuldades havidas para tentar fechar a Rodada Doha no ano anterior. Disse que não

era o momento de identificar "culpados" pelo impasse. Vaticinou que o protecionismo inevitavelmente recrudesceria, a crise alimentar atingiria proporções mais graves; haveria fragmentação do comércio; e o sistema de regras estáveis, válidas para todos, poderia ser comprometido.

Em palestra no mês de março, Celso Amorim ponderou que, a seu ver, os três maiores benefícios da Rodada de Doha seriam: a eliminação de subsídios (agrícolas, principalmente); a possibilidade de criação de um sistema de acesso livre de tarifas e livre de cotas para países mais pobres; e, por último, o reforço do sistema multilateral.

Enquanto a Rodada encontrava-se estancada, seguia a rotina da OMC com a realização de revisão de políticas comerciais e escolha de membros do Órgão de Apelação. Em março, houve a revisão da política comercial do Brasil na OMC. Segundo nota do Itamaraty, entre os pontos criticados, ressaltara-se a elevação da média das tarifas de importação em relação ao exercício anterior, causada pelo aumento das tarifas para têxteis e calçados em 2007. Em resposta, a delegação brasileira recordou que a elevação tarifária se realizara nos limites autorizados pelos compromissos na OMC e que as importações daqueles setores haviam crescido cerca de 30% em 2008. Notou o Itamaraty que também fora criticada a manutenção no Brasil de um número alto de licenças à importação, a despeito da decisão de revogar medidas recentes naquela área. A respeito, a delegação brasileira recordou que o elevado número se devia à integração dos procedimentos de autorização de diversos órgãos num único sistema informatizado, o SISCOMEX.

Em entrevista no mês de junho de 2009, respondeu pergunta relativa a não ter o Brasil conseguido que fosse escolhida candidata brasileira, a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie Northfleet, para integrar o Órgão de Apelação da OMC. Afirmou que não tinha havido uma votação e que a OMC era um órgão muito pouco transparente, pouco translúcido.

Alguns encontros internacionais tiveram como resultado a proposta de retomada de negociações. Uma reunião miniministerial se realizou na Índiam em setembro, tendo como resultado o compromisso de completar a Rodada até o ano seguinte. Da declaração emitida ao final da Cúpula do G-20 financeiro realizada em Londres, constou compromisso semelhante.

Em pronunciamento no mês novembro de 2009, Celso Amorim afirmou que, enquanto se tentava superar a crise financeira internacional, o Brasil tinha buscado meios de atender algumas das expectativas de desenvolvimento em torno da Rodada. Anunciou que, em linha com

a Declaração de Hong Kong, até meados de 2010, o Brasil concederia tratamento "*duty-free-quota-free*", com cobertura de 80% de todas as linhas tarifárias, aos países de Menor Desenvolvimento Relativo. Acrescentou tal percentual aumentaria gradualmente pelos próximos quatro anos, até cobrir a totalidade das linhas tarifárias. Expressou esperança de que os países desenvolvidos fizessem o mesmo em breve.

Em abril de 2010, o Presidente Lula comentou que não se chegara a um acordo na OMC "depois de um trabalho imenso". Referiu-se à divergência entre os EUA e a Índia. Qualificou tal divergência de eleitoral, em razão da coincidência dos respectivos calendários eleitorais daqueles dois países. Lamentou que fazia dois anos que não mais se tocara no assunto.

9.8.4. Finanças

No seu discurso na AGNU em 21 de setembro de 2004, o Presidente Lula apresentou críticas aos organismos financeiros internacionais. Declarou que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requeria "uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais". Declarou que tais organismos haviam sido criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornavam-se parte do problema. Disse que se tratava de "ajustar-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural". Argumentou que o FMI devia "credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infraestrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres".

No ano seguinte, o Presidente Lula se referiria à independência brasileira com relação ao FMI. Em discurso no mês de maio, recordou que se opusera ao FMI no passado e declarou que, quando se tornou Presidente da República (e o Brasil saíra "do FMI pela porta da frente, sem um único grito"), dissera apenas que havia construído a base necessária para que pudesse sair e não precisar mais daquele organismo. Acrescentou que, se um dia o Brasil precisasse do FMI, voltaria de cabeça erguida, por ser cotista do fundo. Observou que não precisara "fazer nenhum discurso ideológico" e que, pelo contrário, até pedira voto para o Presidente do FMI, o que mostrava uma evolução.

Em 2006, anunciou ter o Brasil liquidado seus empréstimos ao FMI. Em discurso, no mês de janeiro, por ocasião de reunião com o

Diretor-Gerente do FMI, Rodrigo de Rato, o Presidente Lula referiu-se à "decisão, cuidadosamente pensada, de antecipar a devolução ao Fundo Monetário Internacional dos recursos emprestados ao Brasil – com isso deixando também de pagar os juros correspondentes". Expressou o desejo brasileiro de aumento das quotas e da influência dos países em desenvolvimento, inclusive a brasileira, no FMI. Reiterou também a conveniência de mecanismos de financiamento para prevenção de crises financeiras provocadas por mudanças súbitas na conduta de investidores internacionais. Em pronunciamento no dia 16, ressaltou que, havia poucos dias, o Brasil zerara a sua dívida com o FMI. Esclareceu que, com isso, deixara de pagar juros e com essa economia ia poder investir mais em favor do povo brasileiro. Declarou que, ao devolver ao FMI o dinheiro que estava à disposição do Brasil por conta da crise de 2001-2002, o país estava provando, entre outras coisas, que não dependia mais de empréstimos externos para continuar crescendo, podia fazê-lo com seus próprios recursos.

Em finais de 2007, o Brasil apresentava situação financeira muito positiva, graças a expressivos saldos na balança comercial e investimentos diretos brutos. Aumentara também o investimento estrangeiro em ações. Acumulou-se saldo no balanço de pagamentos[177]. Octavio de Barros e Fabio Giambiagi enumeraram fatores internos, aliados a um cenário global favorável, entre os quais listaram a redução da inflação e das taxas de juros; a geração de volumosos saldos comerciais; a eliminação da dívida externa líquida; e a acumulação de reservas cambiais[178].

Em janeiro de 2008, após décadas como devedor, o Brasil se tornou credor externo pela primeira vez. Em meados do ano, tanto a agência *Fitch* quanto a *Standard & Poor's* haviam elevado a classificação da dívida brasileira de especulativa para grau de investimento. Essa era a situação financeira do país quando do advento da crise financeira internacional.

9.8.4.1. A crise financeira de 2008 e o G-20 Financeiro

Em 21 de janeiro de 2008, bolsas de valores mundiais sofreram queda em meio ao medo crescente de uma recessão nos EUA, motivada por crise de juros no mercado de imóveis. Em 5 de fevereiro de 2008, os índices das bolsas dos EUA caíram após relatório de sinais de recessão. Em 3 de outubro, o Presidente George Bush[179] assinou a Lei de Emergência para Estabilização Econômica, criando fundo de US$ 700 bilhões para adquirir ativos de bancos que estavam falindo.

9.8.4.1.1. I Cúpula (Washington DC, novembro de 2008)

Por iniciativa do Presidente francês, Nicolas Sarkozy, e do Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, realizou-se, em Washington, no mês de novembro, uma sessão especial dos líderes do G-20 para tratar dos Mercados Financeiros e a Economia Mundial. Logrou alcançar entendimento sobre formas de cooperação em áreas chave de modo a fortalecer o crescimento econômico e tratou de reforma para evitar crises semelhantes no futuro.

Em entrevista concedida após a reunião, o Presidente Lula afirmou que saia com a certeza de que a geografia política do mundo ganhara uma nova dimensão. Concluiu que, "pela força política, pela representação dos países que foram inseridos no G-20", não tinha "mais nenhuma lógica tomar decisões sobre economia, sobre política, sem levar em conta esse fórum de hoje". Ressaltou a decisão coesa de todos os Presidentes de que era preciso ter uma melhor administração do mundo financeiro.

Em uma série de pronunciamentos, o Presidente Lula e o Ministro Amorim criticaram os países originários da crise e propuseram reformas no sistema financeiro internacional.

Em discurso, na cidade de Doha, no final do mês, Celso Amorim afirmou, que, visto ter a crise tido origem nos países desenvolvidos, deveria ser responsabilidade deles restabelecer o crescimento econômico global e minimizar seu impacto sobre os países em desenvolvimento. Acrescentou que as instituições internacionais deviam sofrer uma reforma profunda.

Em discurso na Inglaterra no mês de novembro, o Presidente Lula declarou que o rigor que o FMI e o Banco Mundial haviam exercido sobre os países pobres e em desenvolvimento, no passado, diferira bastante da complacência que tiveram em relação à tragédia anunciada que veio a afetar os países ricos. Declarou que eram necessários efetivos mecanismos de regulação, fim dos paraísos fiscais, combate implacável ao protecionismo, e a conclusão da Rodada de Doha. Exortou o FMI e o Banco Mundial a renovarem suas concepções e tornar suas direções mais representativas do mundo daquele momento.

Fortes críticas aos países em que tinha tido início a crise financeira internacional e às políticas que professavam foram apresentadas em artigo publicado no mês de novembro, com a assinatura do Presidente Lula. Afirmava que a mudança no sistema financeiro internacional exigia coordenação entre os sistemas regulatórios nacionais, e passava necessariamente pelo aumento da participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios de governança global e em

instituições como o FMI e o Banco Mundial. Propunha que aqueles dois organismos fossem reformados (ou refundados) "como parte de uma mudança profunda dos mecanismos de governança do sistema econômico-financeiro internacional, por muito tempo dedicado a zelar por uma ordem mundial assimétrica". Afirmou que nela eram impostas receitas de austeridade, de impacto social negativo para os países em desenvolvimento, não seguidas pelos países desenvolvidos em situações similares. Concluiu que não era mais possível que cidadãos, países e instituições internacionais tivessem que obedecer a leis e regras, e o sistema financeiro fosse mal regulado ou, o que era pior, não fosse regulado por ninguém.

Em palestra no mês de janeiro de 2009, Celso Amorim afirmou que a crise financeira podia ser um "ponto de inflexão para alcançar as mudanças necessárias nas estruturas da governança mundial". Considerou que estava claro que o G-8 era "um anacronismo". Ressaltou ter chegado "a hora de reformar o sistema econômico internacional, aumentando a capacidade de supervisão e regulação dos mercados financeiros". Disse que era também indispensável reformar o FMI e o Banco Mundial, sendo necessário que as instituições de Bretton Woods estivessem comprometidas a fundo com o desenvolvimento, com maior representação e poder de voto para os países emergentes.

9.8.4.1.2. II Cúpula (Londres, abril de 2009)

Realizou-se em Londres, no dia 2 de abril de 2009, a segunda Cúpula do G-20, concentrada na crise financeira. Em entrevista, quatro dias depois daquele encontro, o Presidente Lula salientou, em programa de rádio, a tomada de decisão de fortalecer as instituições multilaterais de financiamento, tipo FMI e Banco Mundial, para que essas instituições pudessem financiar os países emergentes. Expressou entendimento de que os países mais pobres iriam receber financiamento sem as condicionalidades que existiam na década de 80.

Em aula inaugural proferida no dia 13 de abril, Celso Amorim afirmou era urgente proceder à reforma das instituições de Bretton Woods. Ressaltou que os países em desenvolvimento se encontravam sub--representados nas instituições de Bretton Woods. Notou que os países desenvolvidos, por sua vez, possuíam uma voz desproporcional ao papel que ocupavam na economia internacional. Defendeu a reestruturação da governança econômica global que favorecesse maior participação

dos países em desenvolvimento na definição das regras do sistema internacional. Declarou que era chegada a hora de reformar os organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Argumentou que eram necessárias soluções multilaterais para os problemas globais. Concluiu que o multilateralismo era o canal mais legítimo para coordenar a crise no plano internacional.

Na mesma linha, mas de forma ainda mais direta, o Presidente Lula afirmou no dia 15 que parecia que o FMI tinha sido criado apenas para fiscalizar países pobres. Argumentou que o FMI tinha que mudar de comportamento e visitar os países desenvolvidos que haviam criado os problemas.

No início de junho de 2009, o Brasil ofereceu US$ 10 bilhões emprestados ao FMI. No mesmo mês, em discurso na Conferência da ONU sobre a Crise Financeira e Econômica Mundial e seu Impacto sobre o Desenvolvimento, realizada em Nova York, Celso Amorim afirmou que o Brasil tinha apoiado entusiasticamente uma participação mais intensa da ONU no debate sobre a crise financeira e econômica. Defendeu o aumento dos recursos do FMI e do Banco Mundial, e notou ter o Brasil anunciado sua contribuição ao FMI. Argumentou que o regime de condicionalidades restritivas impostas aos países em desenvolvimento devia ser inteiramente reformado. Declarou que as instituições internacionais de crédito deviam adaptar seus paradigmas para apoiar medidas de estímulo nos países em desenvolvimento. Considerou ultrapassadas as estruturas decisórias de certos órgãos da própria ONU e das instituições de Bretton Woods. Afirmou que eram deficientes em termos tanto de legitimidade, como de eficácia. Defendeu a atualização de quotas e direitos de voto nas instituições financeiras internacionais. Disse que as instituições de Bretton Woods deviam abrir-se à cooperação com a Assembleia Geral e o ECOSOC. Concluiu que era essencial assegurar maior transparência e prestação de contas no debate sobre a política econômica mundial.

9.8.4.1.3. III Cúpula (Pittsburgh, setembro de 2009)

Ao anunciar a realização da Cúpula de Líderes do G-20 em setembro, na cidade de Pittsburgh, nos EUA, nota do Itamaraty ressaltou que ocorria em momento de arrefecimento da crise, com sinais de recuperação econômica em alguns países, sobretudo nas grandes economias emergentes. Afirmou que isso se devia, em parte, à implementação das medidas de estímulo debatidas no G-20. Considerou que o encontro em

Pittsburgh representava oportunidade para fortalecer o compromisso com a manutenção dessas medidas, principalmente por parte dos países desenvolvidos. No dia 25, os líderes mundiais anunciaram que o grupo assumiria maior controle da economia mundial, substituindo o G-8, em esforço para prevenir nova crise financeira.

Em entrevista coletiva após reunião, o Presidente Lula afirmou ter havido a "consagração do G-20 como um fórum institucional para cuidar das questões econômicas". Disse ter ocorrido acordo quanto à regulação do setor financeiro "para não cometer os desatinos que se cometeram no ano passado, permitindo que a crise acontecesse". Considerou que se estava "caminhando rápido para uma nova ordem econômica mundial". Informou ter havido uma melhora na participação dos países, tanto no FMI quanto no Banco Mundial. Revelou que o Brasil reivindicara um aumento de cota de 7%, e fora aprovado 5%. Acrescentou que, no Banco Mundial, pedira 6%, mas fora aprovado 3%. Avaliou que, ainda assim fora "um avanço extraordinário". Informou ainda não terem ficado explícitas as reivindicações da capitalização do BID e do Banco Africano de Desenvolvimento.

9.8.4.1.4. IV Cúpula do G-20 (Toronto, junho de 2010)

A Cúpula de Toronto teve como prioridades avaliar o progresso da reforma financeira, o desenvolvimento de medidas sustentáveis de estímulo, o debate sobre um imposto bancário mundial, e a promoção de mercados abertos. Participaram representantes de 21 economias, além de seis outros países convidados e oito organizações intergovernamentais. O Presidente Lula cancelou seu comparecimento em razão de enchentes havidas no Brasil.

9.8.4.1.5. V Cúpula do G-20 (Seul, novembro de 2010)

A Cúpula de Seul discutiu o sistema financeiro e a economia mundial. O tema do encontro foi "Crescimento Compartilha Além da Crise". O Presidente Lula compareceu acompanhado da Presidente eleita, Dilma Rousseff.

9.9. O Serviço Exterior Brasileiro

Ao tomar posse, Celso Amorim afirmou que a carreira diplomática enfrentava um complexo desafio: como conciliar a valiosa experiência acumulada com a justa e necessária renovação nos postos de chefia. Declarou que as tarefas que tinha adiante somente podiam ser executadas a contento com a "participação engajada" de todas as categorias de servidores do Itamaraty[180]. Em abril, afirmou que assumiam especial importância as questões administrativas e de organização da carreira, bem como aquelas que se referiam à discriminação de etnias e de gênero.

No início do governo, o Itamaraty ainda apresentava dificuldades financeiras. Em entrevista no dia 4 de outubro, perguntado sobre a "falta de dinheiro para as embaixadas brasileiras", Celso Amorim declarou que o governo estava sofrendo o resultado de uma "herança pesada", que chegava a elevar o percentual da dívida interna de 30 para 60% do PIB. Ressaltou que isso estava impondo sacrifícios muito grandes. Disse que o Presidente Lula tinha demonstrado grande interesse em, dentro do possível, poupar o Itamaraty, mas ainda assim eram exigidos muitos sacrifícios. Expressou esperança de que isso pudesse mudar com o tempo.

De fato, a situação começaria a melhorar gradualmente. Em entrevista concedida no dia 10 de dezembro de 2004, o Ministro Celso Amorim informou que o Itamaraty precisava aumentar o quadro de diplomatas em cerca de 400, em três ou quatro anos. Revelou que o Ministério precisava de recursos adicionais mais urgentes para pagar a conta brasileira com a ONU. Expressou esperança de poder quitar a dívida ainda aquele ano, se não totalmente, muito perto disso (R$ 322 milhões). Acrescentou que o país estava aumentando muito suas atividades de cooperação técnica e correlatas.

Em setembro de 2005, num discurso dirigido ao Presidente Lula, Celso Amorim notou que o Itamaraty tinha mais ou menos o mesmo número de diplomatas que tinha 20 anos antes. Ressaltou que, no mesmo período, o número de brasileiros no exterior passara de talvez 300, 400 mil brasileiros para 4 milhões. Sublinhou que o Brasil não se relacionava como se relacionava então com países da África, com países árabes, com tantos outros países que o Presidente visitara ou cujos governantes recebera no Brasil. Informou que o Presidente receberia um projeto de medida provisória sobre o tema que tinha dois ou três aspectos, um dos quais o aumento dos quadros. Argumentou que não podia o Itamaraty viver mais com os mil diplomatas que tinha, até porque muitos estavam em outros ministérios. Acrescentou que era preciso também melhorar

as oportunidades, a perspectiva de ascensão funcional para os que entravam na carreira. Falando de postos na África, afirmou que havia necessidade de estímulos de carreira e pecuniários, e ajuda à educação.

A abertura de novas embaixadas não se faria sem algumas críticas. Em entrevista concedida no dia 20 de setembro de 2005, diante de afirmação do jornalista de que o Brasil estava gastando milhões de dólares para abrir embaixadas, Celso Amorim afirmou que uma embaixada do Brasil custava "cerca de 200 mil dólares por ano, ou algo parecido".

Outra reforma que causaria algumas críticas dizia respeito a novos critérios para ingresso na carreira diplomática. Em artigo publicado no dia 13 de janeiro de 2006, o Embaixador Fernando Guimarães Reis, Diretor do Instituto Rio Branco, informou que, pela primeira vez na história do Itamaraty, 105 vagas seriam oferecidas para ingresso na carreira diplomática por meio do Instituto Rio Branco. Esclareceu que a prova de inglês (que continuava a ser matéria obrigatória do concurso e do curso) deixara de ter o caráter eliminatório, quando considerada isoladamente.

A medida que se expandia o número de postos, reviam-se igualmente os critérios relativos à forma de sua instalação. O Presidente Lula defendeu, no mês de maio de 2007, a compra e não o aluguel de embaixadas. Argumentou que as embaixadas precisavam ser reconhecidas e não mudadas periodicamente. Avaliou que o aluguel pago ao longo de alguns anos equivalia ao total que poderia ter sido despendido para permitir uma aquisição.

Em entrevista concedida no mês de março de 2008, Celso Amorim defendeu uma renovação dos quadros do Itamaraty, salientando que havia envelhecimento dos diplomatas.

Em discurso no mês de abril de 2008, o Presidente Lula afirmou que a diplomacia brasileira precisava estar à altura dos desafios, precisava dispor dos meios administrativos e orçamentários para cumprir suas funções de modo adequado. Disse que o aperfeiçoamento das atividades do Ministério requeria investimentos nas áreas de cooperação técnica, difusão cultural, promoção comercial e proteção às comunidades brasileiras no exterior. Acrescentou que exigia, também, condições dignas de representação, incluindo a construção ou a compra de imóveis próprios para as missões no exterior. Concluiu que, em seu governo, não tinha medido esforços para dotar o Itamaraty dos recursos necessários para cumprir a contento a sua missão.

A expansão de postos prosseguiam Em aula inaugural proferida no mês de abril de 2009, Celso Amorim informou que o Brasil havia aberto ou reaberto, desde 2003, mais de 50 postos, sobretudo na África, ampliando

a malha diplomática de cerca de 150 para mais de 200 representações brasileiras no exterior. Ressaltou a abertura de Embaixadas em cinco países caribenhos, concluindo um processo que assegurava representação diplomática brasileira em toda a América Latina e Caribe.

Concretizou-se igualmente o projeto de aumentar o número de funcionários diplomáticos. Em discurso no mês de maio, Celso Amorim informou que, com a orientação do Presidente Lula de criar 400 novas vagas, o Itamaraty havia ampliado o serviço diplomático em 40%. Esclareceu que eram cerca de 1.000 diplomatas brasileiros em 2005 e que, em 2009, eram 1.400. Considerou o acréscimo mais que oportuno: foi necessário mas, julgou que na realidade, era ainda insuficiente. Concluiu que a ampliação da malha diplomática, com novas Embaixadas na África e no Caribe e Consulados para atender as comunidades brasileiras, tinha que ser acompanhada, no futuro próximo, por um aumento expressivo e contínuo nos quadros diplomáticos.

A abertura de novos postos teve continuidade, em especial nos países em desenvolvimento. Em palestra na França no mês de junho, Celso Amorim informou que o Brasil havia aberto mais de 35 representações no exterior desde 2003, a maior parte destas na África, Ásia e Caribe.

Como resultado dessa expansão ao longo dos dois mandatos presidenciais, em abril de 2010, o Brasil tinha o seguinte número de postos: 132 embaixadas, 12 missões junto a organismos internacionais, três postos especiais (Escritório comercial em Taipé, Escritório Financeiro em Nova York, e Escritório de Representação em Ramalá); 54 consulados (sendo cinco consulados simples) e 15 Vice-Consulados (em cidades fronteiriças). Desse total de 216 postos, 62 (quase 30%): foram criados no governo Lula[181].

Em contrapartida, aumentou também o número de missões diplomáticas sediadas em Brasília. A capital federal passaria a contar com 114 missões diplomáticas, 3 delegações e 38 organismos e representações internacionais.

9.10. Atuação consular

Em abril de 2003, Celso Amorim declarou que o crescente número de brasileiros que viviam no exterior apresentava novos desafios à atividade consular. Argumentou que as repartições brasileiras no exterior deviam estar aparelhadas para a prestação de uma assistência expedita e cada vez mais individualizada. Declarou que, sempre que surgissem situações de instabilidade, seriam montados esquemas especiais de atendimento a

nacionais que precisassem de proteção ou desejassem regressar ao Brasil. Ressaltou ser fundamental que o Itamaraty tivesse uma atitude de cortesia e interesse pelos problemas e indagações daqueles que procuravam um Consulado brasileiro.

Em resposta a pergunta de um parlamentar, no dia 23 de abril durante Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Celso Amorim chamou atenção para o fato de que o orçamento do Itamaraty para assistência a brasileiros, até pouco tempo antes, era de mais de US$ 700 mil, e naquele momento era de US$ 350 mil. Frisou que a população brasileira no exterior aumentara brutalmente. Lembrou que, no passado, era muito comum um brasileiro desvalido pedir repatriamento e o Consulado pagar por aquilo, pois havia verba. Ressaltou que naquele momento isso era impensável. Em primeiro lugar, porque havia menos dinheiro; em segundo, o número de brasileiros era imensamente maior.

Em atenção aos problemas da crescente comunidade brasileira no exterior, no mês de setembro de 2004, o Itamaraty informou sobre a criação da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC), cuja principal atribuição consistia em conhecer a realidade das diversas comunidades que viviam e trabalhavam "longe da pátria, a fim de atender, da melhor forma, às suas necessidades e reivindicações". Informou ainda que, dentro daquele espírito, o Ministério das Relações Exteriores decidira promover a ampliação de sua rede consular no exterior, com a abertura de cinco novos consulados de carreira, o que permitiria melhorar imediatamente a qualidade da assistência aos nacionais, seja em situações de emergência, seja para a prestação dos serviços consulares essenciais, tais como emissão de passaportes, registros de nascimento, expedição e legalização de documentos oficiais. Esclareceu que os novos consulados seriam abertos em Atlanta, nos EUA, onde residiam mais de 45.000 brasileiros; em Beirute, no Líbano, dada a relevância da imigração libanesa; em Iquitos, no Peru, e em Puerto Ayacucho, na Venezuela, importantes regiões fronteiriças e áreas de grande concentração de brasileiros. Acrescentou que, no Japão, em localidade a ser definida, seria também aberta nova repartição consular, uma vez que aquele país abrigava a terceira maior comunidade brasileira no exterior: mais de 270 mil concidadãos, segundo estatísticas do governo japonês.

O volume das transferências financeiras feitas por imigrantes brasileiros começava a chamar a atenção de autoridades brasileiras. Em entrevista concedida no dia 26 de outubro de 2004, o Ministro Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, considerou as remessas financeiras feitas por imigrantes brasileiros como "importantes para um país carente de capitais como o Brasil".

A medida que aumentava o número de imigrantes brasileiros no exterior, aumentavam também as situações em que era exigida atuação multilateral. Em 24 de novembro, o Ministro Celso Amorim, dirigiu carta ao Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), com sede em Genebra, para apresentar solicitação de ingresso do Brasil naquela organização internacional. Nota do Itamaraty esclareceu que a iniciativa do governo brasileiro era fruto de ação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Trabalho e Emprego, bem como do Conselho Nacional de Imigração e refletia a crescente importância do fenômeno migratório no mundo e, em especial, a atenção dispensada pelo Brasil a seus nacionais residentes no exterior. Acrescentou que a participação do Brasil na OIM permitiria aprimorar a assistência aos cidadãos brasileiros em todas as partes do mundo, bem como a elaboração de políticas públicas relacionadas com a migração e imigração.

Alguns casos de assistência consular teriam repercussão e exigiriam atuação do Itamaraty, bem como divulgação dos resultados obtidos.

9.10.1. Caso Iruan Wu

Em 6 de fevereiro de 2004, o Itamaraty informou que tomara conhecimento da informação de que o menor Iruan Ergui Wu, em Taiwan desde o mês de março de 2001, seria entregue compulsoriamente, por determinação judicial, ao Chefe do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, no dia 9. Acrescentou que aquele diplomata acompanharia, em seguida, o menor até o Brasil a fim de entregá-lo à sua guardiã legal, Senhora Rosa Leocádia Ergui.

No dia 9, por nova nota, informou que o Chefe do Escritório Comercial e Cultural de Taiwan em Brasília, Senhor Louis Chou, fora convocado ao Itamaraty, quando lhe fora manifestada a profunda preocupação com que o governo brasileiro acompanhava o cumprimento da sentença judicial que determinara o regresso do menor Iruan Ergui Wu ao Brasil. Foi transmitido que o governo brasileiro considerava que as autoridades de Taiwan eram responsáveis pela integridade física de Iruan e seus familiares, dos funcionários do Escritório Comercial do Brasil em Taipé e de seu Chefe, Ministro Paulo Antonio Pereira Pinto (representante legalmente constituído da avó do menor), o que demandava, naturalmente, proteção policial adequada. Foi reiterada a expectativa do governo brasileiro de que a partida do menor Iruan, prorrogada para dia 11 de fevereiro, ocorresse sem incidentes.

Por nota do dia 12, o Itamaraty informou ter recebido, com satisfação, a informação do regresso ao Brasil naquela data do menor Iruan Ergui Wu, em cumprimento de sentença judicial. Acrescentou que o menor viajara em companhia do Chefe do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Ministro Paulo Antonio Pereira Pinto, representante legal da avó de Iruan. Concluiu a nota que, ao longo de quase três anos, o Itamaraty trabalhara incansavelmente para trazer o menor de volta ao Brasil, com o apoio do Ministério da Justiça, de parlamentares, empresários, parentes e amigos da família brasileira de Iruan.

9.10.2. Caso Jean Charles de Menezes

No sábado, dia 23 de julho de 2005, de manhã, um jornalista ligou para o plantão do Consulado Geral brasileiro em Londres para perguntar se o Cônsul-Geral, Fernando de Mello Barreto, tinha conhecimento de que um brasileiro fora morto no dia anterior pela polícia de Londres. Imediatamente, o Consulado Geral entrou em contato com a polícia para solicitar informações a respeito do ocorrido. Dois policiais se dirigiram àquela repartição consular no sábado à tarde, mas poucas informações foram prestadas, alegando que estavam sendo procedidas as investigações.

Informado do ocorrido pelo Consulado Geral, no mesmo dia, o governo brasileiro, por nota do Itamaraty em Brasília, declarou ter ficado "chocado e perplexo" ao tomar conhecimento de que cidadão brasileiro fora morto no dia anterior em Londres, "por forças policiais, aparentemente vítima de lamentável erro". Declarou que aguardava as explicações que as autoridades britânicas tivessem a fornecer sobre as circunstâncias que teriam levado àquela tragédia. Informou que o Ministro Celso Amorim que estava, por coincidência, viajando para Londres naquele dia, a fim de participar de reuniões sobre a reforma da ONU, determinou à Embaixada do Brasil que solicitasse entrevista com o Secretário do Exterior, Jack Straw, com vistas a obter esclarecimentos sobre a morte do cidadão brasileiro.

Ainda no sábado à noite, o chefe da polícia londrina, Sir Ian Blair, fez declarações à imprensa no sentido de que Jean Charles teria sido interpelado ("*challenged*"), mas que não atendera a solicitação policial e fora morto. Essa versão de Ian Blair claramente não corresponderia às informações que foram prestadas ao Cônsul-Geral do Brasil pelo chefe das investigações policiais, após exames nos locais e depois de serem ouvidas 105 pessoas.

De fato, no dia 25, às 13h30 da tarde, o Senhor John Levett, encarregado da investigação policial inicial, revelou ao Cônsul-Geral os resultados preliminares obtidos pela própria polícia durante investigação preliminar realizada no fim de semana. Informou que o prédio em que vivia Jean Charles estava sob vigilância porque pessoas ligadas aos ataques residiriam naquele local. Jean Charles saiu do prédio e foi seguido por policiais à paisana. Do momento em que saiu do prédio até sua morte, decorreram apenas oito minutos. Nesse meio tempo, os que o seguiam, vestidos à paisana, buscavam "identificar" o suspeito e pediam instruções (por meios eletrônicos) sobre como proceder. Sempre seguido, Jean Charles tomou um ônibus, desceu na estação do metrô, comprou um bilhete, atravessou a catraca normalmente (não a saltou), desceu a escada rolante pelo lado esquerdo (para quem tem mais pressa) mas não correu, ao chegar à plataforma entrou em vagão do trem que chegava e se sentou. No meio tempo, dois dos policiais que seguiam à paisana Jean Charles chegaram à estação, saltaram a catraca da estação, desceram correndo a escada rolante e, juntamente com dois policiais com bonés com identificação policial que já estavam na estação, entraram no vagão de Jean Charles. Em questão de segundos, os quatro policiais "identificaram" Jean Charles como terrorista e, quando este fez gesto para ficar de pé, dois dos policiais atiraram em Jean Charles. Quando foi morto, Jean Charles usava uma calça e uma *jacket jeans*; não usava casaco grande ou pesado; não foi alertado verbalmente de nada; supondo-se que, se fosse alertado, detonaria uma bomba suicida. O resultado da investigação preliminar deveria ser entregue a uma comissão independente.

Em resposta a perguntas que o Cônsul-Geral lhe fez, o policial informou ainda que, até que terminasse a investigação, não poderia o médico legista liberar o corpo, uma vez que os responsáveis pela morte poderiam exigir novos exames. Não havia fitas televisivas do ocorrido dentro do vagão; apenas o testemunho de sete passageiros. A polícia pretendia apressar ao máximo as investigações, mas não podia garantir quando estas terminariam. A polícia gostaria de enviar uma pessoa ao Brasil para pedir desculpas e explicar diretamente à família o ocorrido. A polícia esperava que houvesse um pedido de indenização por parte dos pais e irmãos. A polícia consultara o Home Office que lhe informara que Jean Charles se encontrava em situação imigratória regular no Reino Unido. Ao concluir, o chefe das investigações informou que o caso passaria para uma comissão independente e a polícia não mais poderia prestar informações.

O Cônsul-Geral transmitiu essas informações ao Ministro Celso Amorim pouco antes de que este se encontrasse com o Ministro do Exterior

britânico, Jack Straw, no dia 25 de julho. Terminado o encontro, ambos os Ministros concederam entrevista coletiva à imprensa. Straw pediu desculpas pelo ocorrido e informou que John Yates, Vice-Comissário da Polícia de Londres, comprometera-se a apressar a concessão de indenização para a família da vítima. Celso Amorim agradeceu a atenção que Jack Straw dera ao encontro e ressaltou que era importante que se soubesse exatamente as razões do erro, uma vez que já fora admitido pelas autoridades britânicas. Sublinhou também a necessidade que o corpo voltasse ao Brasil o mais rápido possível. Perguntados sobre o *status* imigratório de Jean Charles de Menezes, Jack Straw afirmou que desconhecia e Celso Amorim declarou que a informação dada ao Consulado brasileiro era a de que ele estava legalmente no Reino Unido.

Em segunda visita ao Cônsul-Geral, dois policiais responsáveis pelo acompanhamento do caso de Jean de Menezes, prestaram as informações adicionais. O pagamento de uma indenização à família de Jean de Menezes não estava de qualquer forma vinculado ao fim do processo de apuração de eventuais responsáveis pela morte. E o governo britânico pagaria indenização aos pais e irmão de Jean de Menezes e atenderia o pedido relativo ao translado do corpo que estes fizessem.

Em termos estritamente consulares, os problemas a serem resolvidos diziam respeito, portanto, ao translado do corpo do falecido ao Brasil e à obtenção de informações sobre as circunstâncias em que ocorrera o óbito e a prestação de assistência aos familiares, inclusive na forma de eventual busca de compensação financeira para estes.

Em terceira visita ao Consulado Geral, os policiais informaram que, tendo em vista ter um representante dos policiais assistido o exame *post mortem*, não mais haveria necessidade de se esperar o fim da investigação para liberação do corpo para embarque para o Brasil. No entanto, acrescentaram que a advogada britânica Gareth Peirce, atuando para os primos de Jean Charles, entrara com um pedido de uma segunda autópsia.

Em seguida, o Prefeito de Gonzaga, cidade próxima de onde viviam os pais de Jean de Menezes, ligou para o Cônsul-Geral para pedir que fosse apressada a liberação do corpo do falecido. Foi explicada a situação e a dificuldade surgida. O Prefeito informou que iria à casa dos pais do falecido para se encontrar com o irmão de Jean Charles a quem explicaria a situação, ficando de informar sua reação. O irmão no Brasil, Giovani Menezes, informou o Cônsul-Geral diretamente por telefone de que a família desejava dispensar uma segunda autópsia por julgar desnecessária, uma vez que todos sabiam que a causa da morte eram tiros desferidos por policiais.

O Cônsul-Geral manteve reunião com a advogada contratada pelos primos de Jean Charles de Menezes em Londres a quem informou a decisão da família. Pouco depois a polícia informou o Consulado Geral de que de que o corpo fora liberado para translado ao Brasil. Procedeu, pois, o Consulado à concessão de atestado de óbito e demais documentação necessária para o translado do corpo e tomou providências para apressar o embarque do caixão. O governo brasileiro determinou que o corpo fosse acompanhado no avião ao Brasil pela Cônsul-Geral Adjunta.

No dia 28, no momento do enterro de Jean Charles no Brasil, o governo britânico emitiu nota em que informou ao público que o falecido se encontrava em situação imigratória irregular no Reino Unido. Tal atuação britânica obrigou o Itamaraty a emitir nota em Brasília, no próprio dia 28, em que afirmou que essa informação era totalmente irrelevante, ou seja, não justificava a morte.

> O Ministro Celso Amorim recebeu carta do Secretário do Exterior britânico Jack Straw, pela qual este indica haver dúvidas sobre as condições imigratórias do Sr. Jean Charles de Menezes no Reino Unido. Essa informação contraria as indicações que haviam sido recebidas até então das autoridades britânicas.
>
> Sem entrar no mérito dessa última informação, é entendimento do governo brasileiro que em nada se altera a responsabilidade das autoridades britânicas pela morte trágica de um cidadão brasileiro inocente e pacífico. Não deve, portanto, ter qualquer influência sobre as investigações conduzidas a respeito da tragédia ou sobre as medidas que o governo britânico deverá tomar como reparação à família do Sr. Jean Charles de Menezes, as quais continuarão a ser acompanhadas atentamente pelo governo brasileiro.

Recebeu o Cônsul-Geral ainda mais outra visita de dois policiais que vinham acompanhando o caso de Jean de Menezes. Trataram de dois assuntos: (a) o *status* jurídico do falecido no Reino Unido; e (b) a eventual ida de um policial britânico ao Brasil. Quanto ao primeiro assunto, os dois visitantes negaram afirmação, constante de editorial do *Times*, de que fontes da polícia teriam vazado informação a respeito do *status* ilegal de Jean de Menezes. Acrescentaram que não pretendia a polícia emitir qualquer informação à imprensa sobre o assunto naquele momento. Mencionaram, por outro lado, que estavam tentando junto à Comissão Independente nomeada para as investigações que liberassem algumas informações do já apurado para diminuir, dessa forma, a pressão da imprensa sobre o ocorrido. Os policiais informaram ao Cônsul-Geral da intenção de enviar

um policial ao Brasil para expressar diretamente à família as condolências da polícia britânica.

Ao longo dos meses seguintes, o Consulado Geral continuou a insistir junto à comissão independente para obter informações sobre o andamento das investigações. O Itamaraty nomeou comissão chefiada pelo Diretor do Departamento de Assistência a Brasileiros e integrada por membros de outros ministérios e do Poder Judiciário para acompanhar o caso. O Cônsul-Geral acompanhou tal comissão em duas viagens que efetuou a Londres para encontros com a comissão independente de investigação.

Em nota à imprensa, o Itamaraty afirmou que notícias, acompanhadas de imagens de forte impacto, relativas às circunstâncias trágicas que haviam resultado na morte do cidadão brasileiro, Jean Charles de Menezes, haviam agravado "o sentimento de indignação do governo brasileiro". Informou que o governo brasileiro enviaria a Londres, no dia 22 de agosto, missão composta dos Doutores Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República e Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, e Márcio Pereira Pinto Garcia, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça. A missão deveria entrevistar-se com representantes da "Comissão Independente sobre Queixas contra a Polícia" (IPCC) e com o Senhor John Yates, *Deputy Assistant Commissionner* da Polícia Metropolitana de Londres, além de outras autoridades britânicas. Expressou a expectativa do governo brasileiro de obter amplos esclarecimentos, inclusive a respeito das notícias recentemente veiculadas pela imprensa.

Em nota do dia 19 de agosto, o Itamaraty informou que o Ministro Celso Amorim recebera a missão brasileira com a qual trocou impressões sobre a missão que realizariam a Londres, a partir de 22 de agosto, para entrevistas com autoridades britânicas. O Ministro Celso Amorim frisou o interesse do governo brasileiro em obter amplos esclarecimentos das autoridades britânicas sobre as investigações em curso em torno do assassinato de Jean Charles de Menezes.

Ao término da missão, o Itamaraty informou, por nota do dia 26, que a missão de altos funcionários brasileiros decorrera de proposta feita pelo Ministro Celso Amorim ao Secretário do Exterior britânico Jack Straw, por ocasião da entrevista que haviam mantido em Londres em 25 de julho, logo após o trágico acontecimento. Esclareceu que a missão entrevistara-se inicialmente com o Senhor John Yates, da Polícia Metropolitana de Londres, com quem examinara as primeiras providências adotadas em relação ao caso e a transferência do inquérito para a Comissão Independente sobre Queixas

contra a Polícia (IPCC). Acrescentou que a missão mantivera reunião com o Senhor Nick Hardick, Presidente da IPCC, e outros integrantes da Comissão, durante a qual haviam sido discutidos aspectos da investigação conduzida por aquele órgão. Acrescentou que reunira-se, igualmente, com o "Coroner" John Sampson, magistrado responsável pela investigação de mortes não naturais, para tratar das circunstâncias que levaram à morte de Jean Charles de Menezes. Esclareceu que, no órgão equivalente ao Ministério Público ("*Crown Prosecution Service*"), a missão pudera conhecer o futuro andamento jurídico do caso, após a conclusão da investigação pela IPCC. Revelou que a Senhora Louise Christian, Presidente da ONG Inquest, e a Senhora Helen Shaw, da mesma organização, haviam explicado à missão a instauração e o andamento de processos em situações do gênero e trataram do assunto do ponto de vista dos direitos humanos. Por fim, informou que a missão conversara também com o Senhor Alessandro Alves Pereira, primo de Jean Charles de Menezes, a quem prestou novamente a solidariedade do governo brasileiro, e com a Senhora Gareth Peirce, advogada que representava os interesses da família.

De passagem por Londres em 8 de setembro, Celso Amorim entrevistou-se com Lorde Goldsmith, *Attorney General* do Reino Unido. Segundo nota do Itamaraty, a entrevista deu-se em torno da morte de Jean Charles de Menezes. Celso Amorim reafirmou o interesse do governo brasileiro no bom andamento das investigações sobre o caso. Lorde Goldsmith comentou ter avaliado positivamente a visita da missão brasileira a Londres e afirmou que considerava necessário manter o governo brasileiro informado sobre o assunto. O Ministro Celso Amorim indicou que a missão voltaria futuramente a Londres para dar continuidade a seu trabalho de acompanhamento das investigações.

Em entrevista à BBC no dia 20 de setembro de 2005, Celso Amorim afirmou que, no caso Jean Charles, o governo brasileiro estava tendo boa cooperação com as autoridades britânicas. Perguntado se achava que a família teria alguma forma de justiça das autoridades britânicas, respondeu que achava que eles receberiam algum tipo de compensação quando aqueles que fossem considerados culpados, se considerados culpados, fossem também punidos de maneira adequada.

Continuaria o governo brasileiro a acompanhar de perto a evolução do caso na Inglaterra como seguidas notas à imprensa evidenciariam. Por nota de 19 de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que a Comissão Independente de Queixas contra a Polícia (IPCC) entregara naquele dia ao "Crown Prosecution Service" o relatório final da investigação sobre a morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes. Esclareceu que o relatório deveria determinar se tinha havido negligência na atuação dos policiais

e apurar as respectivas responsabilidades. Acrescentou que, segundo a IPCC, o relatório fora também entregue, entre outros órgãos, ao Ministério do Interior e à própria Polícia Metropolitana de Londres. Ressaltou que a família de Jean Charles e o governo brasileiro não haviam tido, até aquele momento, acesso ao documento, ainda que o governo brasileiro tivesse sido naquele dia informalmente comunicado da disposição do Inspetor-Chefe e do advogado da Procuradoria de deslocarem-se ao Brasil para informar a família e as autoridades competentes dos resultados da investigação. Pela nota, o governo brasileiro manifestou sua preocupação com o fato de que os acusados pudessem ter conhecimento das conclusões da IPCC antes da família da vítima. Acrescentou que teria sido preferível que todas as partes envolvidas tivessem tido acesso ao relatório de forma simultânea. Concluiu que o Consulado Geral do Brasil em Londres estava sendo instruído a examinar em conjunto com a família medidas apropriadas sobre o assunto.

Por nota de 27 de janeiro de 2006, o Itamaraty informou que o governo brasileiro enviaria a Londres, entre os dias 30 de janeiro e 2 de fevereiro, missão – composta pelo Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República, e Dr. Márcio Pereira Pinto Garcia, Diretor-adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça – com os seguintes objetivos, em relação à morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes: 1 – dar sequência aos contatos formulados na primeira missão que cuidara do assunto; 2 – contatar familiares da vítima residentes em Londres e os advogados contratados pela família; 3 – compreender as razões de a família ainda não ter tido acesso ao relatório produzido pela Comissão Independente de Queixas contra a Polícia (IPCC); 4 – entrevistar-se com o Chefe do "Ministério Público" britânico (Crown Prosecution Service - CPS); 5 – buscar informar-se sobre os próximos passos do processo com ênfase na fase judiciária. Concluiu que a realização da missão refletia a contínua preocupação do governo brasileiro com a solução da questão provocada pela morte de Jean Charles de Menezes.

Por nota de 16 de julho, o Itamaraty informou que, por instrução do Ministro Celso Amorim, missão de altos funcionários brasileiros, chefiada pelo Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, Embaixador Manoel Gomes Pereira, estaria em Londres no dia seguinte. Esclareceu que a missão tinha por objetivo acompanhar decisão a ser proferida pela Promotoria Pública britânica a respeito da morte do

cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, ocorrida em julho de 2005, bem como manter encontros com autoridades britânicas. Acrescentou que o governo brasileiro tinha acompanhado o caso com atenção, tanto por meio de suas representações no Reino Unido, quanto por meio do envio de missões oficiais àquele país.

Por nota de 17 de julho, o Itamaraty informou que a Procuradoria-Geral do Reino Unido (CPS) divulgara naquele dia sua decisão sobre as circunstâncias que levaram à morte de Jean Charles de Menezes. Acrescentou que o CPS informara não ter encontrado indícios suficientes para incriminar individualmente quaisquer dos policiais envolvidos no assassinato. Acrescentou que, não obstante, nos termos do *Health and Safety Act*, de 1974, o CPS ia processar criminalmente o Gabinete do Chefe da Polícia de Londres, Ian Blair, como "empregador" dos policiais e, portanto, responsável por sua conduta na operação. Concluiu a nota que o governo brasileiro lamentava a decisão do CPS, por tornar impossível a punição dos agentes que participaram do assassinato de Jean Charles de Menezes.

Por nota de 22 de julho, o Itamaraty sublinhou que completava-se, naquele dia, um ano da data da morte de Jean Charles de Menezes, ocorrida durante operação antiterrorista da Polícia Metropolitana de Londres no metrô daquela capital. Ressaltou que o governo brasileiro continuaria buscando a responsabilização dos culpados e acompanhando os desdobramentos do caso, a fim de permitir que a família Menezes viesse a obter completa satisfação pela perda que sofrera.

O Cônsul-Geral acompanhou também delegação parlamentar enviada para o mesmo fim e chefiada pelo Senador Marcelo Crivella. Os primos de Jean Charles e advogados contratados por estes foram mantidos informados pelo consulado das gestões efetuadas para apurar os fatos. Reuniões foram mantidas com os advogados sobre a forma e o momento em que estes pretendiam solicitar indenização para a família.

Quando os pais, irmão e sobrinhos de Jean Charles visitaram Londres, o Cônsul-Geral compareceu pessoalmente ao desembarque. Transmitiu à polícia pedido da família de que apenas ele (e não a polícia) subisse ao avião. No avião, o Cônsul-Geral foi bem recebido pelos membros da família Menezes. Reiterou-lhes a disposição do consulado em prestar a assistência de que necessitassem durante sua permanência em Londres. Transmitiu à mãe do falecido as muitas referências elogiosas que ouvira a respeito de Jean Charles. Visivelmente emocionada, ela agradeceu todo o apoio que recebera do governo brasileiro.

Por ocasião da visita oficial do Presidente Lula ao Reino Unido, em março de 2006, o Cônsul-Geral acompanhou-o na audiência que

concedeu aos familiares de Jean Charles no aeroporto de Londres. Na ocasião, o Presidente determinou que a delegação brasileira que vinha acompanhando o caso em Brasília fosse integrada também por especialista em direitos humanos.

9.10.3. Caso Weldo Freitas Cavalcante

Em 15 de fevereiro de 2006, o Itamaraty divulgou carta enviada pelo Embaixador do Brasil em Dublin, Stélio Marcos Amarante, a órgãos de comunicação irlandeses, na qual relatou caso envolvendo Weldo Freitas Cavalcante. Explicou que aquele cidadão brasileiro fora preso em julho de 2004, após a descoberta do corpo de uma menor irlandesa chamada Jamie Magham. Esclareceu que, após um ano, fora julgado e condenado por manter relações sexuais com a menor. Enquanto na prisão, a embaixada informou as autoridades irlandesas da intenção de fornecer-lhe bilhete aéreo para que Cavalcante retornasse ao Brasil quando solto, o que ocorreu em 7 de janeiro de 2006. Relatou que, dois dias antes de ser solto, Cavalcante fora citado a comparecer em juízo no inquérito sobre a morte de Jamie Maughan. No dia 9 de janeiro, o advogado de Cavalcante garantiu à embaixada que este não estava legalmente obrigado a permanecer na Irlanda. Igualmente o Ministério da Justiça e autoridades imigratórias irlandesas confirmaram que ele podia deixar o país. Durante três dias em que Cavalcante permaneceu na Irlanda antes de partir, o governo irlandês pagou por sua hospedagem e exigiu que ele fosse acompanhado por funcionário até o aeroporto. Em 10 de janeiro de 2006, a embaixada providenciou documento de viagem para que Cavalcante pudesse viajar, uma vez que seu passaporte se encontrava retido e só poderia ser devolvido após sua partida.

Ao chegar ao Brasil, Weldo Freitas Cavalcante negou que tivesse fugido da Irlanda com ajuda da embaixada como vinha a família de Jamie Maughan o acusava de ter feito.

9.10.4. Caso Marco Archer Cardoso Moreira

Em fevereiro de 2006, o Itamaraty informou que o pedido de clemência feito pelo cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira ao Presidente da Indonésia, contra a pena de morte a que foi condenado por narcotráfico, fora rejeitado pelas autoridades competentes daquele país. Esclareceu que, desde sua prisão em agosto de 2003, o governo brasileiro tinha acompanhado de

perto o andamento do processo e prestado assistência à família e a Marco Archer, por meio da Embaixada do Brasil em Jacarta. Ressaltou que, em março de 2005 e em janeiro de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedira clemência, com comutação da pena, ao Presidente Susilo Yudhoyono. Acrescentou que o Presidente Lula continuava a acompanhar atentamente o assunto e determinara que se examinasse a viabilidade da adoção de medidas adicionais. Acrescentou que a Embaixada em Jacarta estava em contato com a advogada de Marco Archer, tendo em vista a possibilidade de apresentação de novo pedido de clemência.

9.10.5. Caso Barcellos e Craveiro

Por nota de 15 de fevereiro de 2006, o Itamaraty informou que no dia 11, tomara conhecimento de que dois cidadãos brasileiros, Carlos Barcelos e Jamil Craveiros, haviam sido detidos pela polícia de imigração em Lusaca, Zâmbia, e levados para local desconhecido. Esclareceu que eram pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e realizavam, com suas famílias, trabalho missionário naquele país. Acrescentou que imediatamente, a Embaixada do Brasil no Zimbábue, que tinha jurisdição sobre a Zâmbia, fora acionada para obter informação sobre o paradeiro dos dois brasileiros e, eventualmente, prestar assistência consular a suas famílias. No dia 12, fora informado de que os senhores Barcelos e Craveiros haviam sido deportados para a África do Sul, de onde retornariam ao Brasil na mesma data, tendo suas famílias recebido ordem para deixar o país no prazo de uma semana. O Ministério das Relações Exteriores lamentou o incidente qualificando-o de grave e tendo afetado um grupo de cidadãos brasileiros que vivia em Lusaca, dedicado a seus afazeres como missionários – trabalho que não interferia com a lei e a ordem pública da Zâmbia, cuja Constituição, em seu artigo 19, garantia plenamente a liberdade de culto. Notou que a Suprema Corte daquele país decidira, em janeiro anterior, em processo intentado contra a IURD, que a presença e o trabalho missionário no país daquela denominação religiosa eram perfeitamente legais. Acrescentou que a expulsão dos cidadãos brasileiros não se coadunava com tal decisão judicial. Ao manifestar sua preocupação com o ocorrido, o Ministério das Relações Exteriores reiterou seu propósito de continuar a prestar assistência consular aos cidadãos brasileiros, sob qualquer circunstância e onde quer que estivessem.

Em entrevista no mês de março de 2008, Celso Amorim afirmou que a questão da imigração era uma obsessão, naquele momento, na Europa.

Disse que era "uma demonstração de intolerância que não corresponde à demonstração de tolerância e acolhimento que o Brasil deu no passado a muitos desses países". Reconheceu que não podia o Brasil "negar o direito soberano dos Estados de aceitar ou não aceitar imigrantes". Mas argumentou que podia, sim, exigir que fosse dado um tratamento condigno ao estrangeiro. Disse que uma pessoa não podia ficar três dias sem poder tomar banho ou ser colocado num determinado voo porque era mais barato, porque as autoridades de imigração não queriam pagar a passagem de volta. Concluiu que o assunto devia ser tratado seriamente.

9.10.6. Denegação de entrada de brasileiros na Espanha

Durante reunião da UE, em setembro de 2006, a Espanha recebeu reprimenda pública por manter política imigratória frouxa e em contrariedade a regras comunitárias. Esse tipo de pressão acabaria por ter repercussão até mesmo nas relações bilaterais entre Brasil e Espanha. Assim, no início de março de 2008, o Itamaraty emitiu nota na qual o Ministro Celso Amorim expressou "com profundo desagrado" ter tomado conhecimento "de mais um episódio" de denegação de entrada de brasileiros na Espanha pelas autoridades imigratórias do Aeroporto de Madri. Segundo o documento, poucas semanas antes, o Ministro Celso Amorim havia manifestado ao Chanceler espanhol a insatisfação do governo brasileiro com "a repetição de tais medidas restritivas e ressaltado a importância de que se conceda tratamento digno e adequado a cidadãos brasileiros que ingressam na Espanha". Acrescentou que, por instrução do Ministro Celso Amorim, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, convocara o Embaixador da Espanha em Brasília para manifestar a inconformidade do governo brasileiro com o novo episódio. Esclareceu ter o Secretário-Geral afirmado ao Embaixador espanhol que as medidas adotadas pelas autoridades imigratórias da Espanha eram "incompatíveis com o bom nível do relacionamento entre os dois países". Informou que o Embaixador do Brasil na Espanha, José Viegas Filho, fizera chegar ao Chanceler espanhol a insatisfação do Ministro Celso Amorim com respeito ao tema. Por fim, declarou que estava o Ministério das Relações Exteriores "examinando a adoção de medidas apropriadas em resposta ao ocorrido, tendo em conta, inclusive, o princípio da reciprocidade".

Em entrevista concedida no mês de 16 de março, o Ministro Celso Amorim afirmou que tinha havido "um aumento exacerbado nas recusas de entrada" de brasileiros na Espanha. Notou que um ano e meio

antes, a média era de um brasileiro a cada mês. Ressaltou que no ano que decorrera, esse número pulara para 8 a 10 pessoas mensalmente impedidas de ingressar naquele país. Revelou que o Ministro espanhol lhe telefonara propondo um encontro e a criação de uma comissão de alto nível para tratar do tema. Noutra entrevista referiu-se a ideia de uma reunião de alto nível entre o subsecretário brasileiro que cuida da parte de comunidades brasileiras no exterior e pessoas envolvendo não só o Ministério das Relações Exteriores, mas também o Ministério do Interior da Espanha, para encontrar fórmulas que pelo menos garantissem um tratamento adequado aos brasileiros, que era algo que não estava ocorrendo. Disse que o problema de denegação de brasileiros na Espanha adquirira uma gravidade especial. Em entrevista a órgão de imprensa no final do mês, Celso Amorim declarou que três dias depois dele ter falado com Moratinos (Miguel Ángel Moratinos, Chanceler espanhol), tinha havido uma queda muito grande do número de deportados.

Em 1º de abril, realizou-se na Espanha, a Reunião Consular de Alto Nível entre Brasil e Espanha. Do Comunicado Conjunto emitido ao final da reunião, constaram várias medidas para aumentar as trocas de informações; o estabelecimento de um sistema de comunicação especial; a celebração de reuniões periódicas entre autoridades imigratórias; e o reforço da cooperação policial. Constaram também medidas relativas à situação dos inadmitidos, tais como assistência jurídica, manutenção, higiene, comunicações e acesso a bagagens; instalação de caixas eletrônicos nas áreas de controle imigratório, ao alcance dos passageiros e a possibilidade de que pessoas que tivessem sua entrada denegada comprassem passagens de volta ao país de origem em companhia aérea que considerem conveniente.

9.10.7. I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior

Em discurso por ocasião da I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, realizada no Rio de Janeiro, em julho de 2008, o Ministro Celso Amorim afirmou que havia "uma realidade nova", a "realidade da presença de brasileiros no exterior" que mudara "qualitativamente". Ressaltou terem sido criados ou recriados "12, 13 ou 14 consulados brasileiros desde o início do governo". Mencionou, entre outros, os de Hartford, nos EUA, e o de Hamamatsu, no Japão. Citou a melhora do atendimento de Consulados como o de Roma e referiu-se a reforma pela qual estava passando o de Lisboa. Considerou o crescimento do número de brasileiros no exterior "geométrico,

exponencial". Concluiu que um dos objetivos da conferência era ouvir reivindicações, sugestões e lembrou de algumas que já haviam sido feitas no passado, como a Carta de Lisboa, a Carta de Boston, a Carta de Bruxelas. Concluiu que a questão da migração se tornara um problema de política externa.

Em intervenção durante debate no Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI) realizado em Paris, no mês de junho de 2009, Celso Amorim afirmou que o Brasil via com inquietude o tratamento reservado aos imigrantes por parte de numerosas autoridades europeias. Declarou que o Brasil considerava racismo e democracia serem incompatíveis.

9.10.8. Criação do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior

Em mensagem aos brasileiros no exterior, no dia 13 de setembro de 2010, por ocasião da comemoração ao Dia da Pátria, o Presidente Lula afirmou que, de um lado, seu governo buscara assegurar condições de vida digna no Brasil com a criação de milhões de novos postos de trabalho e, de outro, criara normas e desenvolvera projetos concretos em benefício dos que haviam decidido viver no exterior. Ressaltou ter sido criada no Itamaraty uma unidade para implementar ações para oferecer atendimento adequado aos emigrados brasileiros. Notou que, com isso, fora possível fortalecer os Conselhos de Cidadãos no exterior, implantar programas de regularização migratória na América do Sul e assinar acordos previdenciários com grande número de países. Lembrou que, no Japão, havia sido inaugurada a Casa do Trabalhador Brasileiro em caráter experimental, e lançado projeto-piloto para permitir saque do FGTS. Notou a melhora do atendimento aos brasileiros no exterior com a informatização e a reforma do sistema consular, inclusive para a prestação de serviços nas áreas de educação, previdência, trabalho, saúde e cultura. Sublinhou terem sido abertos diferentes canais de comunicação direta, como o Portal Consular, o Portal das Comunidades, e a Ouvidoria Consular, que recebia todo tipo de sugestões e críticas para aprimorar o serviço. Considerou mais importante o lançamento do processo das "Conferências Brasileiros no Mundo" e a promulgação de Decreto nº 7.214, que estabelece diretrizes para uma política governamental voltada aos brasileiros no exterior. Observou, por fim, que fora instituída a "Ata Consolidada" de reivindicações da comunidade e criado um Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior. Por fim, declarou que o Brasil esperava de volta os brasileiros que viviam fora do país.

9.11. Síntese da segunda gestão de Celso Amorim

É muito cedo para um balanço isento sobre a política externa liderada pelo Ministro Celso Amorim, último *Sucessor do Barão*, tratado nesta obra. A intensa atuação do Itamaraty nos últimos anos, aliado a aumento de seu orçamento graças a condições econômicas mais favoráveis e claro respaldo presidencial, significaram, sem dúvida, uma elevação do patamar do Brasil na área internacional, tal como ocorreu na área econômica. Uma tentativa de resumo poderia ser a afirmação de que a política externa do governo mostrou-se positiva na continuidade e intensificação de linhas mestras que perduravam desde a redemocratização do país, tais como a defesa do multilateralismo, a política de prioridade sul-americana e a maior atuação externa em geral.

O próprio Ministro Celso Amorim em discurso durante a cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores realizada em Brasília, no dia 2 de janeiro de 2011, deixou de fazer tal balanço, deixando-o para historiadores no futuro, após ocorrida a distância necessária. Afirmou, no entanto, que o Presidente Lula e ele haviam realizado o que haviam se comprometido a fazer nos respectivos discursos de posse. Declarou que haviam enfrentado "o desafio de negociações comerciais complexas que vinham sendo conduzidas de forma que se pudesse prever resultados muito negativos para o desenvolvimento de nosso país". Argumentou que haviam voltado "a fazer do Mercosul e da América do sul uma prioridade efetiva". Acrescentou que haviam redirecionado o foco da diplomacia brasileira, "buscando explorar novos horizontes, sem abandonar parcerias tradicionais – ao contrário, reforçamos essas parcerias". Destacou entre "os novos horizontes", a África, onde havia sido buscado não apenas novos parceiros comerciais – mas buscado as próprias origens brasileiras, "frequentemente esquecidas". Sublinhou terem sido desenvolvidas relações novas com os países do Oriente Médio, com a Índia, com a China, com os quais havia se formado o IBAS e o BRICS. Considerou que talvez o mais importante de tudo é que havia sido praticada uma política externa altiva e ativa, na qual o povo brasileiro se reconhecia.

Em artigo publicado pela Revista Brasileira de Política Internacional no final de 2010, Celso Amorim "descreveu as orientações e realizações de política externa no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva"[182]. Os principais pontos que ressalta no artigo são os seguintes: o Brasil acredita firmemente em multilateralismo; a política externa do Presidente Lula praticou solidariedade para com os mais necessitados; durante sua Presidência a rede de relações bilaterais expandiu-se consideravelmente;

a integração sul-americana constitui a mais alta prioridade brasileira; o esforço para estabelecer relações mais próximas com outros países em desenvolvimento constituiu uma das principais diretrizes da política externa brasileira; após a América do Sul, a prioridade tem sido fortalecer as relações com a África; e o compromisso brasileiro com os direitos humanos não diminuiu, seja no plano interno, seja no plano externo. Concluiu ter o papel do Brasil no mundo alçado novos patamares.

---

1. Celso Amorim, discurso por ocasião da transmissão do cargo, in Política Externa, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 138.
2. Fundação Alexandre de Gusmão, Repertório de Política Exterior: Posições do Brasil, p. 17.
3. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 159.
4. Celso Amorim, discurso por ocasião da transmissão do cargo, in Política Externa, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 141.
5. Celso Amorim, "A política externa do governo Lula", in Política Externa, vol.13, jun/jul/ago 2004, p. 159.
6. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 313.
7. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 731.
8. Amado Luiz Cervo e Clodoaldo
9. Bueno, História da política exterior do Brasil, p. 505.
10. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 316.
11. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 199.
12. Luiz A.P. Souto Maior, "Eleições e o futuro do Mercosul", in Política Externa, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 92.
13. Celso Amorim, "A política externa do governo Lula", in Política Externa, vol.13, jun/jul/ago 2004, p. 158.
14. http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2535
15. Amado Luiz Cervo et al.,História da política exterior do Brasil, p. 512.
16. http://publique.rdc.puc-rio.br/clipping/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=22086&sid=22&tpl=printerview
17. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 199.
18. Fernando Masi, "Paraguai-Brasil e o projeto Mercosul" in Política Externa, vol. 14 no.3 dez/jan/fev 2005-2006, p. 24.
19. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in Política Externa, vol. 14, no3 dez/janfev 2005-2006, p. 16.
20. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in Política Externa, vol. 14, no3 dez/janfev 2005-2006, p. 18.
21. Monica Hirst, "As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu", in Política Externa, vol. 14, no3 dez/janfev 2005-2006, p. 18.
22. Peter Hakim, "A política sem ânimo", in Política Externa, vol.12 no.2 set/out/nov 2003, p. 80.
23. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 104.
24. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 97.
25. Gustavo Fernández Saavedra, "Bolívia: hora de mudar de direção", in Política Externa, vol. 12, no.4, mar/abr/mai 2004, p. 107.
26. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em Política Externa, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 63.
27. William Woodruff, Concise History fo the Modern World, p. 309.
28. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em Política Externa, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 68.
29. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em Política Externa, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 75, em que cita como fonte para a percentagem do PIB, notícia do jornal O Estado de São Paulo, de 14 de janeiro de 2006.
30. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 722.

31. Carlos Huneeus, "As eleições do Chile: continuidade ou mudança?", in Política Externa, vol. 14. n° 4, mar/abr/mai 2006, p. 43.
32. Ministério das Relações Exteriores, Brazilian Foreign Policy under Lula: A Chronology, p. 16.
33. Ministério das Relações Exteriores, Brazilian Foreign Policy under Lula: A Chronology, p. 17.
34. Rafael Duarte Villa e Vivian Dávila Urquidi, "Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo", em Política Externa, vol.14, no.4, mar/abr/mai 2006, p. 66.
35. Ministério das Relações Exteriores, Brazilian Foreign Policy under Lula: A Chronology, p. 16.
36. William Woodruff, Concise History fo the Modern World, p. 317.
37. http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100813_honduras_Embaixador_fp_cq.shtml
38. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Politica Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 80.
39. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 110.
40. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Politica Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 78.
41. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 712.
42. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, pp. 139-140.
43. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Politica Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 78.
44. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Politica Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 81.
45. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Politica Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 78.
46. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti", in Politica Externa, vol.13 no.2, set/out/nov 2004, p. 80.
47. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 311.
48. Celso Amorim, A diplomacia multilateral do Brasil, p. 10.
49. William Woodruff, Concise History fo the Modern World, p. 318.
50. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 315.
51. Fundação Alexandre de Gusmão, Brazilian Foreign Policy Under Lula: A Chronology, p. 11.
52. http://www.ft.com/intl/cms/s/0/e0357680-cbbf-11de-924d-00144feabdc0.html#axzz1bWIK9E3b
53. Celso Amorim, discurso por ocasião da transmissão do cargo, in Política Externa, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 141.
54. James Traub, The Best Intentions, p. 153.
55. Niall Ferguson, Colossus, p. 16.
56. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências, p. 251.
57. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 929.
58. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 254.
59. Niall Ferguson, Colossus, p. 16.
60. Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, História da política exterior do Brasil, p. 519.
61. Fareed Zakaria, The Post-American World and the Rise of the Rest, p. 181.
62. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 347.
63. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 346.
64. Celso Amorim, discurso por ocasião da transmissão do cargo, in Política Externa, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 141.
65. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 320.
66. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 952.
67. Geoffrey Blainey, A Short History of the 20t hCentury, p. 465.
68. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 883.
69. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 730.
70. Resenha de Política Exterior, n° 94, 1º semestre de 2004, p. 270.
71. Chris Cook e John Stevenson. World History since 1914, 84 e . J.A.S Grenville, a History of the World, p. 880.
72. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 872.
73. Gazeta do Povo, 17/01/2009.
74. Folha de São Paulo. 23/01/2009.
75. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 863.
76. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 863.
77. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 813.

78. William Woodruff, Concise History fo the Modern World, p. 287.
79. Amanda Rossi, "Os caminhos da África", in Os Brasileiros, n. 45, abril de 2011, p. 106.
80. Amanda Rossi, "Os caminhos da África", in Os Brasileiros, n. 45, abril de 2011, p. 106.
81. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 954.
82. Celso Amorim, Discurso na posse em 2003, in Política Externa, vol. 11, n.4, mar/abr/mai de 2003, p. 142.
83. http://www.mfa.gov.il/MFA/Terrorism-+Obstacle+to+Peace/Palestinian+terror+since+2000/Victims+of+Palestinian+Violence+and+Terrorism+sinc.htm
84. Em 2011, Goldstone afirmaria que não mais acreditava que Israel tivesse tido a intenção de alvejar civis em Gaza.
85. Niall Ferguson, Colossus, p. 157.
86. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 931.
87. Paul Kennedy, The Parliament of Man, p. 74.
88. Paul Kennedy, The Parliament of Man, p. 111.
89. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 932.
90. Niall Ferguson, Colossus, p. 158.
91. Resenha de Política Exterior, nº 94, 1º semestre de 2004, p. 124.
92. Resenha de Política Exterior, nº 94, 1º semestre de 2004, p. 81.
93. Niall Ferguson, Colossus, XVI.
94. Chris Cook e John Stevenson. World History since 1914, p. 214.
95. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 933.
96. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 934
97. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 91.
98. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 934.
99. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 934.
100. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 934.
101. Chris Cook e John Stevenson, World History since 1914, p. 91.
102. Resenha de Política Exterior, nº 94, 1º semestre de 2004, p. 43.
103. J.A.S Grenville, a History of the World, p. 863.
104. http://articles.latimes.com/2004/feb/06/world/fg-tenet6
105. http://www.nytimes.com/2004/05/07/opinion/07FRI1.html
106. J.A.S. Grenville, A History of the World, p. 934.
107. http://en.wikipedia.org/wiki/Abu_Ghraib_torture_and_prisoner_abuse
108. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 386.
109. Chris Patten, What is next?, p. 150.
110. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 391.
111. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 391.
112. http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/01/18/visita-ao-Brasil-do-emir-do-catar-brasilia-20-de/print-nota
113. William Woodruf, Concise History of the Modern World, p. 385.
114. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 627.
115. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 113.
116. Octavio de Barros e Fabio Giambiagi, "Inserção internacional e amadurecimento macroeconômico: o desafio de transformar a bonança externa em investimento para o futuro", in Brasil Globalizado, p. 244.
117. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 375.
118. Ministério das Relações Exteriores, Brazilian Foreign Policy under Lula: A Chronology, p. 16.
119. J. A. S. Grenville, A History of the World, p. 661.
120. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 375.
121. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 376.
122. http://en.wikipedia.org/wiki/2009_North_Korean_nuclear_test.
123. http://www.abc.net.au/news/newsitems/200605/s1636986.htm
124. http://www.abc.net.au/news/newsitems/200605/s1646781.htm
125. http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7238142.stm
126. Celso Amorim, "A política externa do governo Lula", in Política Externa, vol.13, jun/jul/ago 2004, p. 161.
127. Paul Kennedy, The Parliament of Man, pp. 250-1.
128. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 714.
129. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 413.

130. Afeganistão, Alemanha, Bélgica, Butão, Dinamarca, Fiji, França, Geórgia, Grécia, Haiti, Honduras, Ilhas Salomão, Islândia, Índia, Japão, Kiribati, Letônia, Maldivas, Nauru, Palau, Paraguai, Polônia, Portugal, República Tcheca, Tuvalu, Ucrânia e Brasil, assim como das Ilhas Marshall e a Lituânia.
131. Celso Amorim, A diplomacia multilateral do Brasil, p. 13.
132. Celso Amorim, A diplomacia multilateral do Brasil, pp. 9-10.
133. Chris Patten, What is next?, p. 188.
134. Chris Patten, What is next?, p. 188.
135. Chris Patten, What is next? , pp. 452-3.
136. Resenha de Política Exterior, n° 94, 1º semestre de 2004, p. 44.
137. James Traub, The Best Intentions, 237, alega – de maneira peremptória e sem maior corroboração - que as negociações sobre não proliferação encontravam-se paralizadas porque "o Brasil não aceitava a ideia de entregar urânio enriquecido a um órgão multilateral".
138. Chris Patten, What is next?, p. 154.
139. Roberto Simon, "Quem invadiu o Iraque não tem moral para cobrar o Irã", in O Estado de São Paulo, 21/03/2010.
140. Também foram eleitos pela região Argentina, Cuba, Equador, Guatemala, México, Peru e Uruguai.
141. Resenha de Política Exterior, n° 94, 1º semestre de 2004, p. 81.
142. Ministério das Relações Exteriores, Brazilian Foreign Policy under Lula: A Chronology, p. 17.
143. Eugênio Vargas García, Diplomacia brasileira e política externa, p. 704.
144. Tulio Vigevani e Marcelo Passini Mariano, "ALCA Light", in Politica Externa, vol. 13, no.2, set/out/nov 2004, p. 49.
145. Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, História da política exterior do Brasil, p. 518.
146. Celso Amorim, discurso por ocasião da transmissão do cargo, in Política Externa, vol. 11, no 4, mar/abr/mai 2003, p. 140.
147. William Woodruff, Concise History of the Modern World, p. 315.
148. Fernando Henrique Cardoso, "Um mundo surpreendente", in Brasil Globalizado, p. 31.
149. Adhemar G. Bahadian e Maurício Carvalho Lyrio, "ALCA: um depoimento da co-Presidência brasileira" in Política Externa, vol.14 no.3 dez/fan/fev 2005-2006, p. 130.
150. Tulio Vigevani e Marcelo Passini Mariano, "ALCA Light", in Politica Externa, vol. 13, no.2, set/out/nov 2004, p. 48.
151. Tulio Vigevani e Marcelo Passini Mariano, "ALCA Light", in Politica Externa, vol. 13, no.2, set/out/nov 2004, p. 47.
152. Tulio Vigevani e Marcelo Passini Mariano, "ALCA Light", in Politica Externa, vol. 13, no.2, set/out/nov 2004, p. 45.
153. Adhemar G. Bahadian e Maurício Carvalho Lyrio, "ALCA: um depoimento da co-Presidência brasileira" in Política Externa, vol.14 no.3 dez/fan/fev 2005-2006, p. 131.
154. Rubens Antonio Barbosa, "Perspectivas da ALCA", in Política Externa, vol. 13, no.2 set/out/nov 2004, p. 55.
155. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 64.
156. Celso Amorim, "A política externa do governo Lula", in Política Externa, vol.13, jun/jul/ago 2004, p. 162.
157. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 89.
158. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 100.
159. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 106.
160. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 195.
161. Rubens Antonio Barbosa, "As relações econômicas Brasil-EUA e as negociações comerciais" in Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências, p. 177.
162. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências, p. 253.
163. Tulio Vigevani e Marcelo Passini Mariano, "ALCA Light", in Politica Externa, vol. 13, no.2, set/out/nov 2004, p. 50.
164. William Woodruff, Concise History fo the Modern World, p. 318.
165. Adhemar G. Bahadian e Maurício Carvalho Lyrio, "ALCA: um depoimento da co-Presidência brasileira", in Política Externa, vol.14, dez/jan/fev 2005-2006, p. 131.
166. Peter Hakim, "As relações Brasil-EUA: a parceria indefinida" in Relações Brasil-EUA: assimetrias e convergências, p. 257.
167. Marcos S. Jank e Zuleika Arashiro, "A nova moldura das negociações comerciais: investimentos, compras governamentais, serviços e propriedade intelectual", in Política Externa, vol. 13, no. 3, dez/jan/fev 2004-2005, p. 38.
168. Celso Amorim, "A lição de Cancún", in Política Externa, vol.12, no.3, pp. 27-36.

169. Niall Ferguson, Colossus, p. 177.
170. Niall Ferguson, Colossus, p. 244.
171. Celso Amorim, "A política externa do governo Lula", in Política Externa, vol.13, jun/jul/ago 2004, 161; palestra proferida na London School of Economics.
172. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 141.
173. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 152.
174. Resenha de Política Exterior, no. 94, 1º. Semestre de 2004, p. 153.
175. Marcos S. Jank e Zuleika Arashiro, "A nova moldura das negociações comerciais: investimentos, compras governamentais, serviços e propriedade intelectual", in Política Externa, vol. 13, no 3, dez/jan/fev 2004-2005, p. 35.
176. Celso Amorim, A diplomacia multilateral do Brasil, p. 16.
177. Octavio de Barros e Fabio Giambiagi, "Inserção internacional e amadurecimento macroeconômico" in Brasil Globalizado, p. 253.
178. Octavio de Barros e Fabio Giambiagi, "Inserção internacional e amadurecimento macroeconômico" in Brasil Globalizado, p. 259.
179. http://en.wikipedia.org/wiki/George_W._Bush
180. Celso Amorim, Discurso na posse em 2003, in Política Externa, vol. 11, n.4, mar/abr/mai de 2003, p. 143.
181. Portaria no.9 de abril de 2010, do Ministro das Relações Exteriores.
182. "A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral", Rev.Bras. Polt.Int. 53 (Edição especial):214-240(2010), acessado em 22 de julho de 2011, em http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/53nspea13.pdf.

Epílogo

Nos 25 anos cobertos por esta obra, a política externa brasileira manteria ampla continuidade de posições, embora com algumas diferenças relevantes de ênfase. Essa linha de coerência, suprapartidária, poderia ser atribuída, como na maior parte dos países, à presença de interesses externos permanentes, mas, no caso específico brasileiro, também às determinações constantes da Constituição de 1988, que exige que a política externa seja norteada pelos princípios de "independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político". Além disso, a Carta Magna brasileira inclui dois outros dispositivos relevantes para a política externa. O primeiro dispõe que o país busque "a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". O segundo determina que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos". Estão, dessa forma, determinadas duas diretrizes da política externa, quais sejam, a integração latino-americana e a proibição de armas nucleares. Os distintos Ministros das Relações Exteriores aplicaram os princípios constitucionais, bem como unanimemente atribuíram prioridade ao multilateralismo e ao universalismo. Por outro lado, houve perceptíveis, embora às vezes sutis, diferenças na implementação desses princípios e prioridades. Em consequência, a política externa apresentaria diferentes

matizes em cada governo, embora dentro de notável constância no âmbito geral.

Invariavelmente os Presidentes e Chanceleres concederam a mais alta prioridade às relações com os países vizinhos, sobretudo os muito próximos. Assim, Setúbal e Abreu Sodré buscariam aproximação com a América Latina ao participarem do Grupo de Apoio a Contadora (mais tarde transformado no Grupo do Rio); na gestão de Rezek, seria formalizado o Mercosul; Lafer, em sua primeira gestão colaboraria na implantação do cronograma de medidas para implementação deste; Fernando Henrique Cardoso, quando Ministro, lançaria a Iniciativa Amazônica; Celso Amorim, na sua primeira gestão, proporia a ALCSA. A partir do ingresso do México no NAFTA, em meados dos anos 1990, Lampreia, Lafer e Amorim advogariam projetos de integração física do continente sul-americano. Houve, portanto, duradoura política de aproximação com expressões de formas distintas para atingir a integração. Constantemente, a Argentina seria mencionada como parceiro essencial, sobretudo para o bom êxito do processo de integração iniciado pelo Mercosul. Variariam, no entanto, as reações de cada governo brasileiro com relação a problemas comerciais e diferenças de visão na política internacional. No relacionamento com os demais países sul-americanos, haveria defesa da democracia por parte de todos os Ministros, embora alguns mais incisivamente do que outros.

O relacionamento com os EUA igualmente apresentaria, de um lado, reproduções ininterruptas de políticas e, de outro, modificações de tom. O Brasil se opôs a ações unilaterais de Washington, fossem elas em relação à Nicarágua, à invasão do Panamá ou ao Iraque. Foi firme em negociações comerciais. O relacionamento bilateral, porém, seria mais influenciado por atos e fatos concretos do que por modificações da política externa enunciadas. Assim, teria impacto negativo nas relações bilaterais a moratória da dívida externa (1987) e teriam efeitos positivos: a renúncia a testes nucleares, a liberalização comercial e a adesão ao TNP (década de 1990).

Com os países da Europa ocidental (e posteriormente com a UE), foi constante a busca de maior aproximação, sem que os executores da política externa encontrassem para tanto maiores resistências internas (em contraste com o ocorrido com relação aos EUA). Raros terão sido os momentos de conflito diplomático. O grande obstáculo para maior aproximação comercial da UE tem sido, porém, a questão dos subsídios agrícolas europeus, que levou os governos mais recentes a gradualmente aumentarem suas críticas à Política Agrícola Comum e a discordarem em negociações comerciais, fossem essas multilaterais ou birregionais

(Mercosul – UE). Com relação aos países da Europa do Leste, os diversos Chanceleres buscariam aproximação (a começar com viagem de Setúbal à Moscou), mas teriam um papel sobretudo de observador das grandes mudanças havidas na região após a queda do regime soviético.

No que diz respeito à África Subsaariana, o Brasil também manteria política coerente: em especial para os países lusófonos. Embora os diversos governos, desde a década de 1980, expressassem interesse em aprofundar as relações com os países da África, somente a melhora das condições econômicas do país permitiram a implementação desse *desiderato* comum a maior parte das gestões. Como resultado de alteração de circunstâncias locais, a relação com alguns países africanos sofreria modificação. Esse foi o caso, por exemplo, da África do Sul, com a qual o Brasil passaria de política fortemente vocal contra o *apartheid* durante o governo Sarney para uma de incremento de cooperação e grande aproximação. Com Angola e Moçambique, uma maior interação foi possível uma vez superados os conflitos civis naqueles países.

As posições brasileiras no tocante ao Oriente Médio, de modo geral, mantiveram-se constantes. Na questão do conflito árabe-israelense, o frequente apoio a teses palestinas e a especial atenção concedida ao Líbano não impediram relacionamento correto com Israel, cuja existência em fronteiras internacionalmente reconhecidas sempre foi defendida pelo Brasil. Exemplos de mudança pontual de posição ocorrida no período seriam, durante o governo Collor, o apoio brasileiro à revogação de resolução que equiparava o sionismo a uma forma de racismo e, no governo Lula, o reconhecimento da Palestina como Estado. Nos dois casos, houve mais uma acentuação de tendências já claras, uma vez que não se trataram de posições isoladas do país, mas em consonância com a maioria dos componentes dos membros da ONU. Nos dois conflitos envolvendo o Iraque (invasão do Coveite e ocupação americana em razão de alegada existência de armas de destruição em massa), o Brasil não se envolveu. No primeiro, diferentemente da vizinha argentina, não participou da coalizão que se formou para liberar o Coveite e, no segundo, acompanhou a posição de países como a França e a Rússia que não consideraram a ação norte-americana aprovada pela ONU. A diplomacia inovaria no relacionamento com o Irã quando o governo Lula levou adiante frustrada tentativa de intermediação para solucionar impasse a respeito do programa nuclear daquele país.

A expansão progressiva das atividades diplomáticas brasileiras na Ásia e no Pacífico, como aliás em muitas outras áreas do globo, representaria uma intensificação e não uma alteração de políticas

externas frequentemente propostas. Haveria destaque para o aumento do relacionamento com a China que, em razão de seu crescimento interno passaria a ser o principal parceiro comercial do Brasil (e de muitos outros países).

Nos foros multilaterais ou plurilaterais, igualmente haveria reiteração dos princípios da preferência unânime por foros mais amplos como a ONU e a OMC.

A ideia de tornar-se o Brasil membro permanente do CSNU, lançada pela primeira vez por Sarney, em 1988, seria retomada por todos os governos que se seguiram, embora fosse tratada com maior ênfase nas duas gestões de Celso Amorim, quando houve, não propriamente uma inflexão, mas um forte aumento da atuação nesse sentido.

No tema do desarmamento e não proliferação de armas nucleares, a principal alteração de posição brasileira seria a adesão ao TNP durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (na gestão de Lampreia). O posicionamento contrário à iniquidade daquele tratado, no entanto, seria mantido, até mesmo no governo em que foi assinado aquele Tratado, retomando o governo seguinte a insistência em que o desarmamento seja simultâneo às ações voltadas à não proliferação de armas nucleares.

Em matéria de meio ambiente, deixando para trás política defensiva, o Brasil apresentaria posição crescentemente favorável a medidas internacionais para proteção ambiental, sobretudo após a realização da Conferência do Rio de 1992.

Os direitos humanos seriam defendidos por todos os governos desde a redemocratização brasileira. Nos primeiros, haveria a adesão aos diversos instrumentos internacionais e a submissão a seus respectivos órgãos de controle. Na segunda gestão de Celso Amorim, seria defendida a não seletividade de países no escrutínio internacional de casos de violação.

Ao longo de 25 anos, o Brasil participaria, cada vez mais, de foros regionais ou plurilaterais, a grande maioria composta de países em desenvolvimento. Assim participaria do Grupo do Rio, Comunidade Ibero-Americana e CPLP, mas também inovaria, no governo Lula, com a criação do IBAS, BRICs, G-4 (CSNU), G-20 Agrícola e APAS.

No tocante ao comércio, todos os governos atribuíram importância a negociações multilaterais (GATT/OMC) e regionais (Mercosul). Houve, porém, relevantes diferenças no tocante às negociações hemisféricas. Da forte receptividade à iniciativa durante o governo Collor, o Brasil passaria a imposição de certas condições durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, chegando o processo de negociação ao colapso durante o governo

Lula. No tocante às discussões Mercosul – UE houve gradual e crescente insatisfação brasileira com a falta de progressos na eliminação dos subsídios agrícolas europeus.

Rotineiramente, os Chanceleres e Secretários-Gerais iniciariam suas gestões propondo-se a melhorar a estrutura administrativa, pessoal e orçamentária do Itamaraty. Entretanto, em razão dos diferentes momentos financeiros do país, postos seriam fechados e pouco aumentaria o número de diplomatas e outros funcionários. Essa situação se alterou de maneira expressiva quando da última gestão durante a qual o número de diplomatas cresceria em 40% e o de postos em 30%.

Em resumo, mantiveram-se constantes os componentes básicos da política externa brasileira no último quarto de século, tais como a defesa da democracia, dos direitos humanos, e a prioridade à integração sul-americana e ao multilateralismo. Houve alterações de ênfase em questões como candidatura brasileira a assento permanente no CSNU. Raros foram os momentos de alteração de políticas tradicionais, como, por exemplo, a adesão ao TNP ou alterações na negociação do comércio hemisférico.

Como declarou o Embaixador Antonio Patriota, em seu discurso de posse do cargo de Ministro das Relações Exteriores: "Deixamos para trás o tempo em que um acúmulo de vulnerabilidades nos limitava o escopo de ação internacional". Essa frase resume o legado dos 25 anos de política externa examinados neste volume e indica as amplas perspectivas abertas para o presente e o futuro.

Bibliografia

ABDENUR, Roberto. "Política externa e desenvolvimento" in *Política Externa*, vol. 3, nº 3, pp. 51-71.

_____. "Mercosul, ALCA, UE – reflexões para uma estratégia brasileira" in *Política Externa*, vol. 6, nº 2, pp. 62-70.

_____. "O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação", in *Política Externa*, vol. 2, nº 3, dezembro de 1993.

ABREU, Marcelo de Paiva. "O Brasil, o *GATT* e a OMC: história e perspectivas", in *Política Externa*, vol. 9, n° 4, mar/abr/mai de 2001.

ALBRIGHT, Madeleine. *Madam Secretary – A Memoir*. Londres: Pan Book, 2004.

AMBROSE, Stephen e BRINKLEY, Douglas G., *Rise to Globalism - American Foreign Policy since 1938*, New York: Penguin, 2011.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. "A ALCA na política externa brasileira" in *Política Externa*, vol. 10, nº 2, set/out/nov de 2001.

_____ (organizador). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. Volume I, "Crescimento, modernização e política externa"; Volume II, "Diplomacia para o desenvolvimento"; Volume III, "O desafio estratégico".

_____. "Relações Brasil – EUA e a integração continental", in *Política Externa*, vol. 5, nº 1, pp. 3-19.

_____. "Mercosul: Integração Regional Pós-Guerra Fria", in *Política Externa*, vol. 1, nº 2. São Paulo: Editora Paz e Terra: setembro de 1992.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. "As relações do Brasil com os EUA em perspectiva histórica" in *Relações Brasil – EUA: assimetrias e convergências.* São Paulo: Saraiva, 2005.

AMORIM, Celso. "O Brasil e o CSNU". *Política Externa*, vol. 3, nº 4, pp. 5-15.
_____. "A OMC pós-Seattle" in *Política Externa*, vol. 8, nº 4, pp. 100-115.

_____. e THORSTENSEN, Vera. "Uma avaliação preliminar da Conferência de Doha – as ambiguidades construtivas da agenda do desenvolvimento", in *Politica Externa*, vol. 10, n° 4, mar/br/mai de 2002.

_____. "A política externa do governo Lula", in *Política Externa*, vol. 13, jun/jul/ago 2004.

_____. "Inserção global do Brasil: OMC, Mercosul, ALCA, Zona de Livre-Comércio do Brasil com a UE", in *Política Externa,* vol. 12, nº 2, set/out/nov de 2003.

_____. *A diplomacia multilateral do Brasil.* Brasília: FUNAG, 2007.

_____ . "A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral", Rev. Bras. Polt. Int. 53 (Edição especial), pp. 214-240 (2010), acessado em 22 de julho de 2011, em http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/53nspea13.pdf.

Anônimo. "Desvantagens do Brasil para atrair IED" in *O Estado de São Paulo*, acessado em 17 de novembro de 2005, em http://www.mre.gov.br/português/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_Resenha, com base em dados da *UNCTAD*.

_____."Relatório sobre os EUA elaborado por Força-tarefa independente, patrocinada pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)", in *Política Externa*, vol. 11, no. 3, dez/jan/fev 2002/2003.

_____. *Estatíticas. Outubro de 2008*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ANDRADE, José H. Fischel de e MARCOLINI, Adriana. "A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados – breves comentários sobre suas principais características", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, n° 1, 2002.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. *O Brasil e a Conferência do Rio*, in Política Externa, vol. I, nº 1.

BAHADIAN, Adhemar G. e VARGAS, Everton Vieira, "O Brasil e a Cúpula das Américas" in *Política Externa*, vol. 7, nº 2.

_____ e LYRIO, Maurício Carvalho, "ALCA: um depoimento da co-Presidência brasileira" in *Política Externa*, vol. 14, n° 3, dez/jan/fev de 2005 e 2006.

BARBOSA, Rubens Antonio. "O lugar do Brasil no mundo", *Política Externa*, vol. 5, nº 2.

_____. "Os EUA pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, n° 1, 2002.

BARRETO FILHO, Fernando Paulo de Mello. *O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros*. Brasília: FUNAG, 1999.

_____. *Os Sucessores do Barão*, 1912-1964. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____ *Os Sucessores do Barão*, 1964-1985. *Os Sucessores do Barão*, 2006.

Ministério das Relações Exteriores, *Relatório, 1985*, Brasília: MRE, 1986.

_____ *Resenha de Política Exterior do Brasil*. N. 45, 15 a 31 de março, abril, maio e junho de 1985.

BARROS, Octavio de e GIAMBIAGI, Fábio (organizadores). *Brasil Globalizado*. São Paulo, Campus, 2008.

BARROS, Sebastião do Rego. "O Itamaraty e os brasileiros no exterior", in *Política Externa*, vol. 5, nº 3.

_____. *Política Externa em Tempo Real*. Brasília: FUNAG, 1999.

BELL, P.M.H. *The World Since 1945*. London: Arnold, 2004.

BELLI, Benone. *A politização dos direitos humanos*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl e QUINTANAR, Silvio. "Argentina: entre o Mercosul e a ALCA", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, n° 2, 2001.

_____. "A política exterior do Brasil: 1900-2002", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, nº 1, 2002.

BLAINEY, Geoffrey. *A Short History of the 20th Century*. Camberwell, Australia: Penguin Books, 2005.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

_____. *Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. *Em Nome da Democracia*. Brasília: 1998, Fundação Alexandre Gusmão.

CANANI, Ney. *Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

CARDOSO, Eliana e YUSUF, Shahid. "Capitalismo vermelho: crescimento e inflação na China", in *Política Externa*, vol. 3, nº 1, junho de 1994.

CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz da ONU*. Brasília: FUNAG, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Uma nova rota para as Américas" in *Política Externa*, vol. 3, nº 2, pp. 111-112.

_____. "Discurso na posse do Ministro Celso Lafer", in *Política Externa*, vol. 9, n° 4, mar/abr/mai de 2001.

_____. *A Arte da Política. A história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Política Externa em Tempos de Mudança*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994.

_____. "*The Accidental President of Brazil. A Memoir*". New York: Public Affairs, 2006.

_____. "Um mundo surpreendente" in *Brasil Globalizado.* Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2008.

CASTRO, Lavínia Barros de. "Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República 91985-1989)" in *Economia Brasileira Contemporânea 91945-2004)*, p. 132.

CASTRO, Luiz Augusto de Araújo. "Brasil – Argentina: medidas bilaterais de fortalecimento de confiança na área do controle de armamentos" in *Política Externa*, vol. 2, nº 2, p. 75.

CERVO, Amador Luiz. "Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, n° 1, 2002.

CHOHFI, Osmar. "Gerenciamento de crises: a questão fronteiriça Peru-Equador", in *Política Externa*, vol 11, n° 3, dez/jan/fev de 2002/2003.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo. "A participação brasileira em negociações multilaterais e regionais sobre serviços financeiros", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 42, nº 1, 1999.

CLINTON, William Jefferson. *My Life*. London: Arrow Books, 2005.

COELHO, Pedro Mota Pinto. "Relações Brasil – Argentina e o Mercosul: uma visão geoeconômica da integração", in *Política Externa,* vol. 7, nº 1.

COHEN, Eliot A. "A defesa dos EUA no século XXI", in *Política Externa,* vol. 9, n° 4, mar/abr/mai de 2001.

COOK, Chris e STEVENSON, John. *World History since 1945.* Abingdon, Oxon: Routledge, 2005.

CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. *A Palavra do Brasil na ONU*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

_____ *Resenha de Política Exterior do Brasil*. n° 46.

_____. "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 42, nº 1, 1999.

COSTA, José Luiz Machado e. "Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa: condicionantes, singularidades e parâmetros" in *Política Externa*, vol. 7, nº 4, pp. 67-95.

DAUSTER, Jório. "Mercosul – UE: rumo à associação inter-regional", in *Política Externa*, vol. 4, nº 4.

DUARTE, Carlos Sérgio S. "Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI", in *Política Externa*, vol. 6, nº 2, setembro de 1997.

DUHALDE, Eduardo. "Perspectivas do Mercosul", in *DEP Diplomacia Estratégica Política*. Ano I, Número 2, Janeiro/Março de 2005.

FERGUSON, Niall. *Colossus. The Rise and Fall of the American Empire.* London: Penguin Books, 2005.

_____. *The Cash Nexus. Money and power in the modern world 1700-2000.* London: Penguin Books, 2001.

FLYNN, Stephen E. "Além do confronto de fronteira" in *Política Externa*, vol. 9, n° 4, mar/abr/mai de 2001,

FONSECA JR., Gelson, com a colaboração de CRUZ, José Humberto Brito. "Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil", in *Política Externa*, vol. 7, nº 4.

_____. e ARAÚJO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa II.* Paz e Terra: 1994.

_____ . *O Brasil no CSNU, 1988-1999*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.

FRANCO, Itamar. *Discursos selecionados*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2008.

_____. *Discursos de Política Externa – II.* Brasília: Presidência da República, 1994.

FONTOURA, Paulo Roberto C. Tarissa da. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU.* Brasília: FUNAG, 1999.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Grupo do Rio. Documentos do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política.* Brasília: FUNAG, 1995.

_____. *Brazilian Foreign Policy Under Lula: A Chronology*. Brasília: 2008.

_____. *Grupo do Rio*. Brasília: FUNAG, 1995.

GALL, Norman. "Dinheiro, ganância e tecnologia: o Brasil e a crise asiática", in *Política Externa*, vol. 7, nº 2.

GALVÃO, Marcos B. A. "Globalização:Arautos, Céticos e Críticos", in *Política Externa*, vol. 7, nº 1.

GARCÍA, Eugênio Vargas. *Diplomacia brasileira e política externa. Documentos históricos 1493-2008.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GELBER, Harry G., *The Dragon and the foreign devils,China and the World, 1100 BC to the Present*. Londres: Bloomsbury, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

GRATTAN, Michelle. *Australian Prime Ministers*. Sydney: New Holland Publishers, 2009.

GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World from the 20th to the 21st Century*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2005.

HAKIM, Peter. "As relações Brasil – EUA: a parceria indefinida", in *Relações Brasil – EUA: assimetrias e convergências*, p. 249.

_____. "Brasil e México: duas maneiras de ser global", in *Política Externa*, vol. 10, n° 4, mar/abr/mai de 2002

_____. "A política sem ânimo", in *Política Externa*, vol. 12, n° 2, set/out/nov de 2003.

HIRST, Monica. "As relações Brasil – Paraguai: baixos incentivos no *latu* e *strictu sensu*", in *Política Externa*, vol. 14, nº 3, dez/jan/fev de 2005/2006.

_____. e PINHEIRO, Letícia. "A política externa do Brasil em dois tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 38, n° 1, 1995, pp. 5-23.

_____. e LIMA, Maria Regina Soares de. "Contexto internacional, democracia e política externa", in *Política Externa*, vol. 11, n° 2, set/out/nov de 2002.

HOFFMAN, Stanley. "A América dá marcha a ré", in *Política Externa*, vol. 12, nº 2, set/out/nov de 2003.

JUDT, Tony. *Postwar. A history of Europe since 1945*. William Heinemann: London, 2005.

KENNEDY, Paul. "Preparando-se para o século XXI: vencedores e perdedores", in *Política Externa*, vol. 2, nº 1, p. 23.

KEYLOR, William R. *The Twentieth Century World: An International History*. New York: Oxford University Press, 2001.

LACERDA, Antonio Corrêa de. "Os fluxos de investimentos e o papel das empresas transnacionais", in *Política Externa*, vol. 12, nº 2, set/out/nov de 2003.

LAFER, Celso. "A política externa brasileira no governo Collor", in *Politica Externa*, vol. 1, n° 4, São Paulo: Editora Paz e Terra, março de 1993.

_____. "Direitos humanos e democracia no plano interno e internacional", in *Política Externa*, vol. 3, nº 2, pp. 68-76.

_____. "Discurso de posse, janeiro de 2001", in *Política Externa*, vol. 9, n° 4, mar/abr/mai de 2001.

_____ . *Mudam-se os tempos. Diplomacia brasileira 2001-2002*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

_____. "Novos cenários da negociação comercial internacional: Doha e o pós-Doha (São Paulo, 24 de janeiro de 2002)", in *Política Externa,* vol. 10, n° 4, mar/abr/mai de 2002.

_____. "Intervenção por ocasião do Fórum Nacional 'Nova Ordem Internacional, globalização e o mundo pós-11 de setembro'", in *Política Externa*, vol. 11, n° 2, set/out/nov de 2002.

_____. *A Inserção Internacional do Brasil.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.

_____. "A OMC face à globalização e à regionalização", in *Política Externa*, vol. 6, n° 2, setembro de 1997.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1999.

_____. "Discurso na posse de Seixas Corrêa", in *Polititica Externa*, vol. 7, nº 3.

_____. "O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty", in *Política Externa,* vol 5, nº 3, dezembro de 1996.

_____. *O Brasil e os ventos do mundo.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LESSA, Antonio Carlos e MEIRA, Frederico Arana. "O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001", in *Revista Brasileira de Política Internacional*.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos – 10 anos de agenda internacional. 1985-1995.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

LOWENTHAL, Abraham F. "América Latina: preparada para a parceria?", in *Política Externa*, vol. 2, nº 1, junho de 1993.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S.. *O Brasil desde 1980*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

MASI, Fernando. "Paraguai-Brasil e o projeto Mercosul", in *Política Externa*, vol. 14 nº 3, dez/jan/fev de 2005/2006.

MORAES, Geneton de. *Os Segredos dos Presidentes*. São Paulo: Globo, 2005.

NOGUEIRA, Paulo Batista. "A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?", in *Política Externa*, vol. 1, nº 4. São Paulo: Editora Paz e Terra, março de 1993.

_____. "Presidindo o CSNU" in *Política Externa,* vol. 1, nº. 3, 87.

NEVES, Luiz Augusto Castro. "A Cimeira do Rio de Janeiro e as perspectivas das relações entre a América Latina e o Caribe e a UE" in *Política Externa*, vol. 8, nº 2, pp. 15-23.

PALACIOS, Guilhermo. *Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil. 1822 1993.* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001.

PARANHOS, Carlos Antonio da Rocha. "A comemoração dos cinquenta anos do sistema multilateral de comércio", in *Política Externa*, vol. 7, nº 2.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O CSNU após a Guerra do Golfo: a Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva*. Brasília: FUNAG, 1998.

PATTEN, Chris. *What is next?* Londres: Penguin Books, 2009.

RAYMONT, Henry. *Troubled neighbors: the story of US-Latin American relations, from FDR to the present.* Cambridge, Ma., 2005.

REYNOLDS, David. *One World Divisible. A global history since 1945.* London: Penguin Books, 2001.

RICE, Condoleezza. "Promovendo os interesses nacionais", in *Política Externa,* vol. 10, n° 1, jun/jul/ago de 2001.

RICÚPERO, Rubens e AMARAL, Sérgio. "O *NAFTA* e o Brasil", in *Política Externa* , vol. 2, nº. 1, p. 96.

SANTOS, Luís Cláudio Vilafañe G. "A América do Sul no discurso diplomático brasileiro", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 2005, 201, consultado em http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35848210.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SARAIVA, Miriam Gomes e ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. "A integração Brasil – Argentina no final dos anos 90", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 42, nº 2, 1999, PP. 18-39.

_____. e TEDESCO, Laura, "Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44, nº 2, 2001, pp. 126-150.

SARNEY, José. "Argentina, Brasil e EUA", in *Politica Externa,* vol. 6, nº 2.

SAVINI, Marcos. "As negociações comerciais entre Mercosul e UE", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n° 44, p. 2, 2001.

SERRA, José. "ALCA, Mercosul e abertura externa brasileira", in *Política Externa*, vol. 7, nº 1.

SETÚBAL, Olavo. *Diplomacia para Resultados: A gestão Olavo Setúbal no Itamaraty (15-3-1985 a 14-2-1986).* Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1986.

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. "A Cúpula de Miami", in *Política Externa*, vol. 3, nº 2, 1994, pp. 109-110.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas reflexões", in *Política Externa*, vol. 8, nº 2.

SOARES, João Clemente Baena. *Síntese de uma gestão. 1984-1994*. Washington: OEA, 1994.

SOTERO, Paulo N. Marques. "Nova relação entre Washington e Buenos Aires põe em risco o Mercosul?", in *Política Externa*, vol. 6, nº 2.

STUART, Ana Maria. "Política externa e institucionalidade democrática na Argentina. Uma trajetória de desencontros", in *Política Externa*, vol. 10, n° 1, jun/jul/ago de 2001.

_____. "Argentina: a reconciliação do Estado com a sociedade", in *Política Externa*, vol. 12, nº 12, set/out/nov de 2003.

TACHINARDI, Maria Helena. "Mercosul: desafios e oportunidades", in *Política Externa*, vol. 3, nº 4.

THORSTENSEN, Vera. "Desenvolvimento da cooperação econômica e das relações comerciais entre a EU e o Mercosul: interesses comuns e desafios", in *Política Externa*, vol. 5, nº 1.

_____. "Desenvolvimento da cooperação econômica e das relações comerciais entre a UE e o Mercosul: interesses comuns e desafios", in *Política Externa*, vol. 5, n° 1, pp. 36-82.

TRAUB, James. *The Best Intentions. Kofi Anna and the UN in the Era of American World Power*. London: Bloomsbury, 2008.

VIEGAS FILHO, José. "Não-proliferação e tecnologias sensíveis" in Política Externa, vol.1, nº4, 137.

WILLIAMS, Hywell. *Ten Days that Changed the World*. Londres: The Folio Society, 2008.

WOODRUFF, William. *A Concise History of the Modern World*. London: Abacus, 2005.

WOODS, Ngaire. *Explaining International Relations Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

YOUNG, John W. e KENT, John. *International Relations since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ZAKARIA, Fareed. *The Post-American World and the Rise of the Rest*. London: Penguin Books, 2009.

Índice Onomástico Remissivo - Tomo II

A

Abbas, Mahmoud, 316, 324, 336.
Abcazia, 223, 224.
Abdallahi, Sidi Ould Cheikh, 265.
Abdenur, Roberto, 156, 153.
Abreu Sodré, Roberto de, 622.
Abularach, Briz, 104.
Adeniji, Oluyemi, 255.
Afeganistão, 166, 372, 427, 438, 521, 619.
África do Sul, 131, 228, 231, 232, 233, 236, 238, 257, 259, 275, 284, 315, 325, 435, 467, 468, 479, 481, 499, 505, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 526, 540, 550, 565, 570, 584, 611, 623.
Ahmadinejad, Mahmoud, 16, 325, 339, 383, 384, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 398, 496, 497.
Ahmed, Sharif, 228.
Akerele, Olubanke King, 261.
Akufo-Addo, Nana, 259.
Al-Assad, Bashar, 355, 356, 357.
Al-Ataba, Said, 328.
Albânia, 170, 171, 215, 217, 381.
Al-Bashir, Omar Hassam, 239, 301, 302, 304.
Al-Bashir, Salaheddin, 404.

Alemanha, 30, 103, 120, 177, 179, 196, 197, 217, 230, 345, 359, 361, 365, 383, 386, 412, 462, 468, 469, 472, 476, 479, 480, 485, 496, 522, 523, 524, 584, 619.
Alexandre, Boniface, 113, 115.
Alfonsín, Raúl, 32, 34.
Ali-Yata, Mohammed, 328.
Alkatiri, Mari, 454, 456, 457.
Al-Kidwa, Nasser,318.
Allgeier, Peter, 551.
Almagro, Luís, 43.
Al-Maktoum, Príncipe Xeque Mohamed bin Rashid, 401.
Al-Maktoum, Xeque Maktoum bin Rashid, 401.
Al-Maliki, Nouri, 378, 379.
Al-Nahyan, Xeque Abdullah bin Zayed, 401, 402.
Al-Nahyan, Xeque Khalifa bin Zayed, 401.
Al-Nahyan, Xeque Zayed bin Sultan, 400, 401.
Al-Nuaimi, Rashid Abulla, 400.
Al-Rantissi, Abdel Aziz, 313.
Al-Said, Sayyid Assaad Bin Tareq Teymour, 405.
Al-Thani, Xeque Hamad Bin Jassim bin Jaber, 402.
Al-Thani, Xeque Hamad Bin Khalifa, 403, 530.
Alvarado, Jorge, 56.
Al-Zarqawi, Abu Musab, 379, 403.
Amado, Luís, 180.
Amarante, Stélio Marcos, 610.
Amayo de Benedeck D'Avola, Lys, 451.
Amorim, Celso, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 94, 101, 105, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 173, 176, 177, 178, 180, 182, 184, 186, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 248, 250, 251, 253, 254, 258, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 271, 272, 273, 275, 376, 277, 279, 282, 283, 285, 287, 289, 290, 292, 294, 297, 298, 306, 307, 308, 312, 314, 315, 316, 318, 324, 325, 326, 327, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 346, 348, 350, 351, 352, 353, 356, 363, 365, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 376, 383, 389, 390, 391, 392, 394, 397,

400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 410, 411, 413, 415, 417, 425, 426, 429, 430, 431, 433, 434, 436, 438, 444, 448, 449, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 465, 467, 469, 470, 471, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 505, 506, 509, 510, 511, 512, 513, 515, 516, 517, 518, 520, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 548, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 564, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 582, 583, 585, 586, 588, 589, 590, 593, 594, 595, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 611, 612, 613, 614, 615, 622, 624.
Angola, 259, 267, 268, 269, 270, 272, 345, 623.
Annabi, Hédi, 125
Annan, Kofi, 72, 119, 120, 122, 278, 289, 300, 303, 345, 350, 351, 363, 365, 376, 377, 465, 470, 471, 507, 531.
Ansip, Andrus, 201.
Antígua e Barbuda, 112, 139.
Arábia Saudita, 222, 322, 335, 399, 400, 401, 527, 529.
Arafat, Yasser, 307, 309, 314, 337.
Araníbar Quiroga, Antonio, 51.
Araújo, Maria Consuelo, 77.
Argélia, 293, 294, 295, 345, 354, 385, 527, 529.
Argentina, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 52, 54, 55, 57, 59, 63, 68, 89, 91, 104, 114, 118, 119, 120, 130, 131, 141, 145, 220, 230, 257, 338, 351, 411, 436, 468, 469, 475, 479, 484, 495, 505, 508, 512, 545, 546, 547, 556, 565, 570, 622, 623.
Árias, Oscar, 99, 110, 111.
Aristide, Jean-Bertrand, 112, 113, 115, 117.
Armênia, 219, 381, 406, 443.
Arns, Zilda, 126.
Arraes, Pedro, 277.
Ashamikh, Imbarek, 299.
Aso, Taro, 417.
Asselborn, Jean, 196.
Austrália, 145, 174, 217, 338, 359, 365, 367, 369, 382, 411, 426, 452, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 490, 501, 503, 524, 560, 576, 588.
Áustria, 198, 217.
Ayissi, Henri Eyebe, 277.
Azerbaijão, 219, 381, 382, 406, 443.
Aznar, José María, 181, 182, 296.

B

Babacan, Ali, 331.
Bacellar, General Urano, 118, 119.
Bachelet, Michelle, 62, 63.
Baconschi, Teodor, 205.
Bahadian, Adhemar G., 549, 551, 554, 556, 558, 559, 560, 561, 619.
Bahamas, 112, 138.
Bakoyanis, Dora, 205.
Balázs, Péter, 204.
Balkenende, Jan Peter, 195, 206.
Balói, Oldemiro, 285, 286.
Baltazar, Ricardo, 386.
Ban Ki-moon, 98, 331, 531.
Banda, Eta Elizabeth, 292.
Bangladesh, 406, 440.
Bangura, Zanaib, 265.
Barbados, 134, 135.
Barbosa, Rubens Antonio, 554.
Barcelos, Carlos, 611.
Barco, Carolina, 76.
Bareine, 354, 362.
Barros, Octávio de, 592, 618, 620.
Battisti, Cesare, 189, 190, 191.
Battle, Jorge, 39.
Baugh, Kenneth, 138.
Bawara, Gilbert, 266.
Beckett, Margaret, 192.
Belarus, 219, 227, 385.
Bélgica, 177, 195, 196, 217, 619.
Beltrán Cuéllar, Orlando, 78.
Benaïssa, Mohamed, 293, 294.
Benin, 145, 230, 263, 264, 265, 345.
Berger, Oscar, 105.
Berlusconi, Silvio, 189, 190, 191, 299.
Bermúdez, Jaime, 82.
Berri, Nabih, 351.
Betancourt, Ingrid, 72, 79, 80, 81.
Bhutto, Benazir, 436.
Biaou, Rogatien, 263.

Bielsa, Rafael, 29, 31, 33, 34.
Bildt, Carl, 199.
Bin Abdallah, Yussuf Bin Alawi, 405.
Bin Jassim, Hamad, 354, 402.
Bin Laden, Osama, 381.
Bin Said, Qaboos, 405.
Biya, Paul, 277.
Blah, Moses, 261.
Blair, Tony, 191, 192, 297, 363, 364, 509, 522, 579, 584, 585.
Blix, Hans, 358, 359, 361.
Bolívia, 16, 22, 24, 26, 28, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 83, 84, 89, 91, 104, 183, 330, 338, 537, 540, 542, 543, 559, 564, 565, 570, 616, 617.
Bondevik, Kjell Magne, 505.
Bongo, Omar, 276.
Borges, Victor Manuel Barbosa, 251.
Bósnia, 170, 215, 216, 381.
Bósnia-Herzegovina, 170, 215, 216, 381.
Bot, Bernard, 194.
Botsuana, 230, 231, 239, 240, 252.
Bouteflika, Abdelazia, 294.
Branco, Luiz Augusto, 377.
Branco, Rafael, 275.
Brito, Bernardo de Azevedo, 379.
Brito, José,253.
Brown, Gordon, 192, 593.
Bulgária, 174, 205, 296, 381.
Burkina Faso, 230, 257, 262, 263, 265.
Burundi, 292, 520, 522.
Bush (filho), George W., 20, 30, 66, 68, 76, 143, 144, 147, 148, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 166, 191, 324, 362, 364, 365, 369, 373, 380, 381, 390, 421, 422, 439, 480, 483, 566, 577, 579, 589, 592, 620.
Bush (pai), George H. W., 76, 143, 144, 147, 155, 158, 162, 166, 191, 324, 369, 380, 421.
Bustani, José Maurício, 482, 484.

C

Cabo Verde, 240, 243, 246, 251, 252, 253, 514, 520, 522.
Çaglayan, Zafer, 213, 214.
Calderón, Felipe, 142, 143.
Calmy-Rey, Micheline, 208.
Camboja, 370, 522.
Cameron, David, 193.
Canadá, 20, 116, 119, 120, 122, 141, 142, 145, 149, 151, 164, 167, 168, 169, 170, 288, 359, 426, 496, 524, 540, 550, 559, 564.
Cannon, Lawrence, 170.
Cardoso Moreira, Marco Archer, 610, 611.
Cardoso, Fernando Henrique, 418, 426, 535, 619, 622, 624.
Carmo Ribeiro Neto, Arthur Virgílio, 69.
Carrilho, Arnaldo, 426, 530.
Carter, Jimmy, 65.
Carvalho Pinto de Souza, José Sócrates, 179, 180, 577.
Castro, Fidel, 130, 132.
Castro, Raúl, 132, 133.
Catar, 303, 307, 354, 402, 403, 527, 529, 530, 618.
Cavaco e Silva, Aníbal, 179.
Cavalcante, Weldo Freitas, 610.
Cazaquistão, 219, 381, 382, 406, 440, 441, 442.
Chade, 145, 265, 300.
Chalgam, Abderrahman, 298.
Chávez, Hugo, 27, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 78, 85.
Chechênia, 219, 220.
Chikoti, Georges Rebelo, 271.
Chile, 507.
China, 145, 148, 218, 230, 237, 303, 313, 345, 351, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 421, 424, 426, 429, 432, 435, 468, 477, 479, 480, 482, 495, 505, 517, 522, 523, 524, 525, 534, 535, 551, 556, 563, 565, 570, 589, 615, 624.
Chipre, 171, 206, 307.
Chirac, Jacques, 183, 184, 185, 359, 522, 577.
Chissano, Joaquim, 284.
Chohfi, Osmar, 78.
Choquehuanca, David, 57, 59, 60.
Chou, Louis, 601.
Chrétien, Jean, 168.

Christian, Louise, 607.
Ciampi, Carlo, 188, 577.
Cimoszewicz, Wlodzimierz, 202.
Cingapura, 381, 443, 447, 567, 568, 570, 571, 573, 586.
Clinton, Hillary, 99, 163, 166.
Colom, Álvaro, 105.
Colômbia, 16, 22, 25, 26, 27, 52, 59, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 91, 103, 104, 107, 172, 537, 539, 540, 543, 546, 550, 551, 559, 564, 565.
Comissão Europeia, 172, 173, 175, 176, 178, 537, 538, 541, 547.
Comoros, 293.
Compaoré, Blaise, 257, 262, 263.
Comunidade Caribenha, 564.
Comunidades Europeias, 148, 149, 164, 172.
Congo, 230, 278, 279, 280, 281, 282.
Congo-Brazzaville. *Veja República do Congo*
Coreia do Norte, 16, 158, 330, 406, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 481.
Coreia do Sul, 42, 149, 151, 381, 382, 418, 419, 420, 421, 423, 424, 426, 427, 429, 524, 545, 568.
Correa, Rafael, 78, 89, 91.
Costa Rica, 98, 99, 103, 104, 110, 111, 172, 492, 564, 565.
Costa, Luiz Carlos da, 126.
Coveite, 362, 377, 527, 623.
Craveiros, Jamil, 611.
Crean, Simon, 461, 462.
Croácia, 170, 171, 210, 217.
Cuba, 29, 100, 104, 112, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 230, 385, 488, 541, 550, 565, 570, 619.

D

D'Alema, Massimo, 350, 441.
David, Peter, 139.
Davutoglu, Ahmet, 212, 213, 214, 397.
Denot Medeiros, José Artur, 484.
Derbez, Luís Ernest, 141.
Dias Borges, César Caio, 77.
Diène, Doudou, 489.
Dinamarca, 199, 200, 358, 359, 365, 381, 382, 436, 437, 619.
Djaló Nandigna, Maria Adiatu, 250.

Djibuti, 293, 354, 529.
Dlamini-Zuma, Nkosazana, 231, 232, 515, 516, 520.
Dorda, Abuzeid Omar, 298.
Douglas, Denzil, 140.
Douste-Blazy, Philippe, 510.
Downer, Alexander, 460.
Duarte, Nicanor, 44, 45.
Duelfer, Charles, 373, 374.
Duhalde, Eduardo, 29.
Durão Barroso, José Manuel, 97, 100, 173, 176, 242, 453, 541.
Duvivier Pierre-Louis, Michèle, 124, 125.

E

EAU, 56, 354, 400, 401, 402, 433.
Ebeid, Atef, 306.
Egito, 293, 305, 306, 307, 308, 312, 323, 331, 333, 335, 468, 479, 481, 485, 527, 540, 454, 570.
El Salvador, 108, 109, 110, 382, 512, 565.
El-Baradei, Mohamed, 293, 294, 306, 359, 400, 401, 423.
Emerson, David, 169.
Emirados Árabes Unidos. *Veja EAU*
Equador, 16, 22, 27, 28, 74, 78, 79, 80, 87, 88, 89, 90, 104, 107, 131, 172, 338, 537, 539, 540, 559, 564, 565, 570, 619.
Erdogan, Recep Tayyip, 211, 213, 214, 337, 531.
Ergui Wu, Iruan, 601, 602.
Ergui, Rosa Leocádia, 601.
Eritreia, 287, 288.
Esaw, Kofi, 266.
Escócia, 296, 522.
Eslováquia, 171, 175, 204, 381, 382.
Eslovênia, 133, 171, 175, 176, 204, 217.
Espanha, 64, 103, 104, 114, 120, 171, 177, 179, 181, 182, 183, 297, 331, 345, 358, 359, 364, 374, 382, 507, 508, 511, 531, 577, 612, 613.
Espinosa, Patrícia, 142, 143.
Esso, Laurent, 276, 277.
Esteban Laínez, Francisco, 108.
Estônia, 171, 175, 201, 382.
Etiópia, 230, 287, 288.

EUA, 16, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 42, 45, 46, 65, 66, 69, 71, 76, 99, 100, 103, 113, 116, 119, 120, 122, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 184, 191, 194, 217, 218, 230, 236, 288, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 307, 308, 310, 314, 318, 319, 324, 327, 328, 330, 331, 338, 340, 344, 345, 351, 357, 358, 359, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 373, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389, 390, 393, 394, 396, 399, 413, 420, 421, 423, 424, 426, 427, 432, 439, 469, 472, 476, 480, 481, 483, 488, 495, 496, 501, 503, 505, 524, 533, 534, 533, 534, 535, 543, 545, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 576, 577, 579, 580, 581, 586, 587, 588, 589, 591, 592, 595, 600, 613, 617, 619, 622.
ex-Iugoslávia, 216, 466, 476.

F

Falconí Benítez, Fander, 90.
Falk,Richard, 499.
Farani Azevêdo, Maria Nazareth, 499, 500.
Fassi-Fihri, Taib, 294.
Faymann,Werner, 198.
Fayyad, Salam, 336.
Federação Russa. *Veja Rússia*
Fernández de Kirchner, Cristina, 35, 36, 37.
Fernández, Leonel, 136, 137.
Fernández, Mariano, 63.
Ferrero-Waldner, Benita, 133.
Filipinas, 114, 345, 374, 450, 565, 570.
Fillon, François, 185.
Fini, Gianfranco, 187.
Finlândia, 200.
Fischer, Heinz, 198.
Fischer, Joschka, 197, 469.
Foster, Nicholas, 175.
Fox, Vicente, 141.
Foxley, Alejandro, 62, 83, 84, 331.
Fradkóv, Mikhail, 222.
França, 116, 119, 120, 122, 125, 169, 171, 177, 179, 183, 184, 185, 186, 187,

217, 218, 248, 278, 297, 298, 331, 344, 345, 351, 358, 359, 361, 364, 365, 383, 386, 393, 396, 468, 479, 482, 506, 507, 508, 510, 522, 524, 576, 577, 599, 619, 623.
Freitas do Amaral, Diogo, 179.
Frondizi, Arturo, 104.
Funes, Maurício, 109, 110.

G

Gabeira, Fernando, 127.
Gabrielli de Azevedo, Sérgio, 56.
Gaddafi, Muammar, 297.
Gadio, Cheikh Tidiane, 258.
Galkowicz, Dana, 317, 352.
Gâmbia, 262.
Gana, 229, 230, 259, 260, 265.
García Belaúnde, José Antonio, 85, 86.
García, Alan, 81, 85, 86.
Garcia, Márcio Pereira Pinto, 606, 608.
García, Marco Aurélio, 298.
Gargano, Reinaldo, 40, 41.
GATT, 145, 148, 539, 583, 624.
Gbagbo, Laurent, 256, 276, 277.
Gechem, Jorge Eduardo, 78.
Gemayel, Pierre Amin, 353.
Genro, Tarso, 189, 190.
Geórgia, 219, 223, 224, 381, 382, 619.
Giambiagi, Fabio, 592, 618, 620.
Gift, Knowlson, 135.
Glélè-Ahanhanzo, Maurice, 489.
Gnassingbé, Faure, 266.
Goff, Phil, 463, 464.
Goh Kun, 418.
Golding, Bruce, 138.
Goldsmith, Lorde Peter, 607.
Goldstone, Richard, 335, 336, 618.
Gomes da Silva, José Alencar, 123, 205, 235, 260, 412.
Gomes Júnior, Carlos, 242, 245, 250.
Gomes Pereira, Manoel, 600, 608.

Gomes, Aristides, 245, 246.
Gonçalves, Wagner, 606.
Gonsalves, Ralph E., 140.
González Isquierdo, Jorge, 45, 77, 78.
González, Albersio, 45.
González, Consuelo, 77, 78.
Gorbatchov, Mikhail, 222.
Granada, 76, 112, 139.
Grão-Duque Henri de Luxemburgo, 196.
Grécia, 204, 205, 619.
Grenville, J.A.S., 617, 618.
Gross, Stanilas, 203.
Guatemala, 104, 105, 106, 120, 172, 565, 619.
Guebuza, Armando, 284, 285, 286.
Guiana, 23, 26, 28, 91, 92, 93, 184, 542.
Guilhon Albuquerque, José Augusto, 79.
Guiné, 16, 159, 160, 178, 230, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 264, 282, 283, 476, 478, 511, 515, 517, 520, 521, 522.
Guiné Equatorial, 230, 282, 283, 511.
Guiné-Bissau, 16, 159, 160, 178, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 259, 476, 478, 515, 517, 520, 521, 522.
Gul, Abdullá, 212, 213, 315, 322, 335, 400, 401, 402, 403, 404, 405.
Gunawardena, Geethanjana, 439.
Gurirab, Ben, 234.
Gusenbauer, Alfred, 198.
Gusmão, Xanana, 454, 456, 457, 458.
Guterres, António, 65.
Gutierrez, Lúcio, 87, 88, 89.

H

Haiti, 16, 28, 33, 34, 38, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 156, 158, 159, 160, 163, 166, 169, 170, 182, 207, 476, 477, 478, 488, 490, 518, 520, 522, 617, 619.
Hakim, Peter, 616, 617, 619.
Halonen, Tarja, 200.
Hamadeh, Marwan, 345.
Hariri, Rafik, 307, 343, 345, 346, 347, 350.
Harper, Stephen, 168, 170.

Harun, Ahmad, 304.
Hausiku, Marco, 235.
Havel, Václav, 203.
Hirst, Mônica, 616.
Honduras, 16, 21, 28, 63, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 134, 172, 374, 464, 521, 617, 619.
Hong Kong, 562, 576, 579, 580, 581, 582, 583, 586, 591.
Houphouët-Boigny, Félix, 186.
Howard, John, 455.
Hrinak, Donna, 149.
Hu Jintao, 407, 410, 415, 480, 525, 589.
Hugueney Filho, Clodoaldo, 176.
Humala, Ollanta, 85.
Hungria, 171, 175, 177, 204, 358, 374, 382.
Hussein, Saddam, 358, 362, 364, 368, 372, 373, 374, 380, 394.

I

Iêmen, 354.
Ilves, Toomas Hendrik, 201.
Índia, 145, 149, 151, 231, 232, 315, 325, 406, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 438, 439, 467, 468, 472, 476, 479, 481, 482, 499, 505, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 526, 534, 535, 539, 540, 541, 543, 544, 545, 546, 547, 550, 551, 556, 565, 570, 573, 576, 588, 589, 590, 591, 615, 619.
Indonésia, 385, 443, 444, 450, 451, 452, 453, 454, 458, 503, 524, 570, 610.
Induta, José Zamora, 250.
Insulza, Miguel, 99, 100.
Irã, 16, 17, 55, 72 75, 214,
Iraque, 16,17, 55, 72, 143, 145, 147, 152, 162, 166, 183, 184, 188, 191, 202, 301, 324, 339, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379,380, 381, 382, 386, 388, 394, 403,
Irlanda, 193, 481, 610.
Islândia, 170, 210, 374, 619.
Israel, 16, 103, 134, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 355, 356, 357, 360, 383, 384, 386, 389, 392, 481, 485, 496, 529, 531, 540, 542, 544, 546, 618, 623.
Itália, 63, 103, 177, 187, 188, 189, 190, 191, 217, 230, 299, 350, 358, 359, 365,

380, 382, 468, 479, 480, 496, 524, 577.
Iugoslávia, 13, 170, 210, 215, 216, 217, 466, 476.
Ivanov, Igor S., 219.

J

Jagdeo, Bharrat, 91, 92, 93.
Jamaica, 21, 137, 138.
Jammeh, Yahya, 262.
Japão, 63, 103, 148, 149, 150, 151, 260, 359, 380, 406, 415, 416, 417, 421, 422, 429, 468, 472, 475, 479, 480, 524, 543, 568, 589, 600, 613, 614.
Jayakumar, S., 446.
Jean, Michaëlle, 169.
Jeremic, Vuk, 218.
Jiang Zemin, 407.
Jilani, Hina, 491.
Jiménez Puerto, Milton, 96.
Jobim, Nelson, 82, 125.
Johnson-Sirleaf, Ellen, 261.
Jonathan, Goodluck, 255, 256.
Joppert Crissiuma, Paulo, 376.
Jordânia, 114, 308, 315, 324, 330, 331, 336, 342, 354, 375, 378, 403, 404, 405, 527, 545.
Jorge, Miguel, 405.

K

Kaczynski, Jaroslaw, 202.
Kaczynski, Lech, 202.
Kadirgamar, Lakshman, 439.
Kadri, Jorge, 248.
Kalam, Abdul, 433.
Karimov, Islam, 442.
Karlsson, Jan, 198.
Karzai, Hamid, 438.
Kasuri, Kurshid M., 436.
Katsav, Moshe, 341.
Kawaguchi, Yoriko, 416.

Kay, David, 373.
Kennedy, Paul, 362, 468, 479.
Kérékou, Mathieu, 264.
Khama, Ian, 239, 240.
Khamenei, Ali, 390, 392, 395.
Khatami, Muhammad, 383.
Khomeini, Ayatolá, 384.
Kibaki, Mwai, 289, 290.
Kim Jong-il, 424.
King, Stephenson, 139.
Kirchner, Néstor, 28, 29, 30, 31, 34, 35.
Kirk, Ron, 165.
Klaus, Václav, 203.
Knight, K.D., 137.
Köhler, Horst, 30.
Koizumi, Junichiro, 416.
Koleilat, Rana Abdel Rahim, 347.
Komorowski, Bronislaw, 203.
Koroma, Alimany, 265.
Koroma, Ernest Bai, 265, 266.
Kosovo, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 370.
Kouchner, Bernard, 125, 186, 331.
Kraag-Keteldijk, Lygia, 94.
Krishna, S.M., 434.
Kufuor, John Agyekum, 259, 260.
Kulka-Kulpiowski, Pawel, 202.
Kushayb, Ali, 304.
Kutchma, Leonid, 226.
Kyprianou, Markos, 206.

L

Lacalle, Luís Alberto, 43.
Lacognata, Héctor, 49.
Lafer, Celso, 622.
Lagos, Ricardo, 61, 62.
Lahoud, Emile, 344, 345, 346, 351, 353.
Lajolo, Giovanni, 377.
Lampreia, Luiz Felipe, 622, 624.

Lamy, Pascal, 570, 574, 575, 576, 588.
Lanzarin, Celso, 45.
Laos, 518, 520, 522.
Larijani, Ali, 389, 395.
Latortue, Gérard, 115, 118.
Lavrov, Serguei, 222.
Lee Hsien Loong, 447.
Lee Myung-bak, 420.
Lee, Iara, 338, 342, 343.
Lesoto, 546.
Letônia, 171, 175, 201, 202, 381, 382.
Leuthard, Doris, 208.
Levett, John, 603.
Levy, Helena, 320.
Li Zhao Xing, 407.
Líbano, 158, 159, 307, 308, 325, 339, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 357, 358, 375, 600, 623.
Libéria, 242, 260, 261, 262.
Líbia, 55, 230, 293, 296, 297, 298, 299, 330, 385, 529.
Lieberman, Avigdor, 336, 341.
Liechtenstein, 206.
Lindh, Anna, 198.
Lituânia, 171, 200, 381.
Livni, Tzippi, 312, 341.
Loaiza Mariaca, Armando, 53.
Lobão, Edson, 390.
Lobo, Porfírio, 95, 104.
Lopes, Damião Ximenes, 492, 494.
Lugo, Fernando, 47, 48, 49.
Lukashenko, Alexander, 227.
Lula da Silva, Luiz Inácio, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 423, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 11, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 124, 129, 130, 132, 133, 134, 137, 138, 141, 144, 146, 147, 148, 151, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 169, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233,

234, 235, 239, 241, 242, 244, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 305, 306, 307, 311, 313, 314, 328, 329, 330, 331, 333, 336, 338, 340, 341, 342, 343, 344, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 363, 365, 366, 368, 371, 376, 382, 383, 385, 386, 387, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 399, 400, 401, 402, 403, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 430, 431, 432, 433, 435, 436, 439, 441, 442, 443, 444, 447, 448, 449, 450, 452, 453, 457, 458, 459, 460, 464, 465, 473, 474, 477, 479, 480, 486, 497, 499, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 530, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 553, 556, 557, 558, 560, 561, 562, 564, 566, 570, 571, 575, 577, 579, 584, 585, 588, 589, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 609, 611, 614, 615, 623, 624, 625.
Lund, Julia Gomes, 500.
Luxemburgo, 196.

M

Maboundou, Rigobert, 282.
Macapag Al-Arroyo, Gloria, 450.
Macedônia, 170, 210, 381.
Mackay, Peter Gordon, 168, 169.
Maduekwe, Ojo, 256.
Maduro, Ricardo, 95.
Magham, Jamie, 610.
Mahama, Alhaji Aliu, 260.
Mahatir, Mohamad, 444.
Maher, Ahmed, 360.
Mahuad, Jamil, 89.
Makoni, Simba, 236.
Malásia, 444, 445.
Malaui, 292.
Mali, 230, 264, 265.
Malta, 171, 175.
Mammadyarov, Elmar, 443.
Manning, Patrick, 135, 136.
Mantega, Guido, 291, 462.

Marques Porto e Santos, Antonino, 90.
Marrocos, 114, 293, 294, 354, 540, 545.
Martin, Paul, 168.
Massimov, Karim, 441.
Mauritânia, 230, 265, 330.
Mbassogo, Teodoro Obiang Nguema, 282, 283.
Mbeki, Thabo, 231, 232, 238, 518, 519, 584.
McAleese, Mary, 193.
MClean, Maxine, 135.
Médicis, João Augusto de, 513.
Medvedev, Dmitri, 224, 225, 226, 526.
Megawati Sukarnoputri, 450.
Mehlis, Detlev, 346.
Mejía, Hipólito, 136.
Mello Barreto, Fernando de, 459, 602.
Membe, Bernard Kamillius, 291.
Menem, Carlos Saul, 29.
Menezes, Fradique de, 245, 272, 273, 274, 275.
Menezes, Jean Charles de, 602, 604, 606, 607, 608, 609.
Menon, Shivshankar, 435.
Merafhe, Mompati, 239.
Merkel, Angela, 197, 584.
Mesa, Carlos, 50, 51, 52, 55.
México, 21, 55, 64, 120, 141, 143, 148, 150, 151, 401, 468, 469, 475, 479, 481, 522, 523, 524, 538, 540, 544, 550, 559, 563, 564, 565, 570, 622.
Mianmar, 406, 443, 445, 446.
Micheletti, Roberto, 96, 98, 99, 100, 101, 103.
Migiro, Asha-Rose, 290.
Miliband, David, 193.
Miller, Billie Antoinette, 134, 135.
Miranda, João Bernardo de, 269.
Mkapa, Benjamin, 290.
Moçambique, 229, 230, 283, 284, 285, 286, 287, 623.
Mogae, Festus, 239.
Moldávia, 219, 381.
Mônaco, 206, 209.
Mongólia, 381, 427.
Monteiro, Antonio Isaac, 245, 246.
Montenegro, 170, 210, 211, 215, 216.
Morales, Evo, 26, 49, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 64, 133.

Moratinos, Miguel Ángel, 182, 183, 613.
Moreno-Ocampo, José Luís, 303.
Motaki, Manuchehr, 214.
Motlanthe, Kgalema, 232, 238.
Mottaki, Manouchehr, 389, 390, 397, 398.
Mousavi, Mir-Hossein, 392.
Moussa, Amre, 316, 528.
Moussa, Pierre, 282.
Mrisho Kikwete, Jakaya, 291.
Mubarak, Hosni, 305, 315.
Mugabe, Robert, 232, 236, 237, 238.
Mujica, José Alberto, 43, 44.
Mukherjee, Pranab, 433, 434, 520.
Mumbengegwi, Simbarashe, 238.
Musa, Said, 108.
Musharraf, Pervez, 428, 435, 436.
Mutambara, Arthur, 238.
Mutharika, Bingu wa, 258, 292.
Mwakwere, Chirau Ali, 289.
Mwamba, Alexis Thambwe, 279.

N

Na Waie, Tagme, 248.
NAFTA, 564, 622.
Namíbia, 233, 234, 235, 236.
Napolitano, Giorgio, 189.
Nauru, 224.
Nazarbayev, Nursultan, 441, 442.
Ndafa Kabi, Martinho, 246, 247.
Neiva Tavares, Ricardo, 236, 237.
Nepal, 114.
Netanyahu, Benjamin, 32, 322, 341.
Neves, José Maria Pereira, 252, 253.
Nguema Mbassogo, Teodoro Obiang, 282, 283.
Nguyen Van An, 448.
Ngyen Minh, 449.
Niang, Madické, 259.
Nicarágua, 78, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 172, 224, 374, 564, 622.

Nicolas, Alrich, 125.
Níger, 266.
Nigéria, 228, 254, 255, 256, 259, 261, 272, 275, 468, 479, 570.
Nkoana-Mashabane, Maite, 232.
Nobre, Maria Iraise Macena, 436.
Nogueira, Ruy Nunes Pinto, 152, 175, 348.
Northfleet, Ellen Gracie, 590.
Noruega, 148, 170, 206, 207, 331, 380, 438, 484, 503, 505.
Nova Zelândia, 42, 145, 148, 374, 455, 459, 460, 462, 463, 464, 481, 496.
Nsanze, Augustin, 292.
Nujoma, Sam, 234, 235.

O

O'Neill, Jim, 524.
Obama, Barack, 16, 27, 133, 162, 163, 164, 166, 299, 235, 381, 389, 480, 485.
Obasanjo, Olusegun, 254, 255.
Odeh, Moussa Amer, 316, 528.
Odinga, Rayla, 290.
Oliveira e Silva, José Dirceu, 314.
Oliveira, José Aparecido de, 514.
Olmert, Ehud, 312, 323, 324, 325, 327, 340, 341, 356.
Omã, 307, 354, 405, 527.
Ondo Bilé, Micha, 282, 283.
Opperti, Didier, 39.
Ortega, Daniel, 107.
Ossétia do Norte,220.
Ossétia do Sul, 107, 223, 224.
Ouane, Moctar, 264, 265.
Ouattara, Alassane, 257, 258.
Ouedraogo, Youssouf, 263.
Ouro-Preto, Afonso Celso de, 313, 322, 340, 375.
Oviedo, General Lino, 47.

P

Paet, Urmas, 201.
Países Baixos, 177, 179, 193, 194, 195, 378, 382, 496.
Palacio, Alfredo, 88, 89.
Palácio, Ana, 182.
Palestina, 307, 308, 309, 311, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 329, 330, 331, 332, 335, 337, 338, 340, 341, 344, 381, 384, 497, 520, 522, 527, 623.
Panamá, 103, 104, 111, 172, 564, 622.
Panitchpakdi, Supachai, 568, 570.
Pannunzio, Antonio Carlos, 237.
Papa Bento XVI, 208, 209, 350.
Paquistão, 145, 345, 427, 428, 429, 430, 435, 437, 468, 479, 481, 541, 565, 570.
Paraguai, 22, 23, 31, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 91, 104, 130, 131, 145, 432, 495, 543, 545, 547, 565, 570.
Paroubek, Jiri, 203.
Parvánov, Gueórgui, 205.
Patriota, Antonio, 127, 164, 170, 625.
Patten, Chris, 479, 483.
Patterson, Percival, 137.
Paulauskas, Arturas, 200.
Paz Estenssoro, Victor, 51.
Peirce, Gareth, 604, 607.
Pequeno, Ovídio, 243, 275.
Pereira Pinto, Paulo Antonio, 601, 602.
Pereira, José, 492.
Pereira, Raimundo, 248.
Peres, Shimon, 335, 336, 341, 342.
Pérez del Castillo, Carlos, 575.
Pérez Roque, Felipe, 128, 129, 133.
Pérez, Luís Eládio, 78.
Persson, Goran, 198.
Peru, 22, 23, 25, 28, 55, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 103, 114, 118, 120, 131, 220, 351, 531, 536, 537, 539, 540, 550, 559, 564, 565, 600.
Peters, Winston, 464.
Petersen, Jan, 206.
Picco, Isabelle, 209.
Piñera, Sebastián, 63.
Ping, Jean, 471.

Pinheiro Guimarães, Samuel, 198, 435, 486, 533, 612.
Pinheiro, Dyrceu, 274.
Pinheiro, Paulo Sérgio, 446.
Pinto Bastos Gouveia, Maria Teresa, 178.
Pinto Coelho, Pedro Motta, 457.
Pires, Pedro, 251, 252, 253.
Pohambaem, Hifikepunye, 235.
Polanco, Glória, 78.
Polônia, 171, 175, 177, 202, 203, 217, 358, 359, 365, 366, 367, 381, 382, 496.
Portman, Bob, 157.
Portugal, 177, 178, 179, 180, 242, 243, 247, 248, 273, 358, 378, 453, 455, 480, 512, 514, 531, 577.
Powell, Colin, 67, 116, 148, 151, 300, 359, 483.
Prabhakaran, Velupillai, 440.
Préval, René, 122, 123, 125, 126, 127.
Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, 322, 335.
Príncipe Albert II, de Mônaco, 209.
Príncipe Hassan bin Talal, da Jordânia, 404.
Príncipe Mohamed bin Nayef, 400.
Príncipe Philippe da Bélgica, 195.
Príncipe Rainier III, de Mônaco, 209.
Príncipe Xeque Mohamed bin Rashid Al Maktoum, dos Emirados Árabes Unidos, 401.
Príncipe-Herdeiro Naruhito, do Japão, 417.
Prodi, Romano, 188, 350.
Proença, Helder, 249.
Puglia, Eliana da Costa e Silva, 273.
Putin, Vladimir, 184, 219, 220, 221, 359.

Q

Quênia, 289, 290.
Quiroga, Jorge, 53.
Quirquistão, 219.

R

Rachid, Rachid Mohamed, 306.
Rafsanjani, Ali-Akbar Hashemi, 383, 389.
Rainha Beatrix, dos Países Baixos, 193, 194.
Rainha Elizabeth II, do Reino Unido, 191.
Rainha Rania, da Jordânia, 404.
Rainha Silvia, da Suécia, 199.
Rainha Sonja, da Noruega, 206, 207.
Rajapaksa, Mahinda, 440.
Ramíres, Rubens, 46.
Ramos-Horta, José, 243, 453, 455, 456, 457, 458, 459.
Rasmussen, Anders, 199, 200.
Rau, Johannes, 196.
Rei Abdullah II, da Jordânia, 315, 403, 404, 405.
Rei Carlos XVI Gustavo, da Suécia, 198, 199.
Rei Fahd, da Arábia Saudita, 399.
Rei Harald V, da Noruega, 206, 207.
Rei Juan Carlos, da Espanha, 182.
Rei Mohamed VI, do Marrocos, 293.
Reina, Jorge Arturo, 104.
Reinado, Alfredo, 454, 458.
Reinfeldt, Frederik, 199.
Reino Unido, 15, 169, 177, 184, 191, 192, 193, 217, 218, 236, 296, 297, 301, 345, 351, 358, 359, 362, 364, 365, 366, 367, 369, 382, 383, 386, 426, 439, 462, 468, 479, 482, 485, 502, 509, 524, 603, 605, 607, 609.
Reis, Fernando Guimarães, 598.
República Centro-Africana, 113, 283.
República Tcheca, 171, 175, 177, 203, 358, 381, 382.
República da China. *Veja Taiwan*
República Democrática do Congo, 278, 280.
República do Congo, 208, 281, 282.
República Dominicana, 104, 120, 131, 136, 137, 159, 374, 551, 559, 564.
República Federal da Iugoslávia, 210, 215, 216.
República Popular da China. *Veja China*
República Popular Democrática da Coreia. *Veja Coreia do Norte*
República Tcheca, 171, 175, 177, 203, 358, 381, 382.
Reyes, Raúl, 78.
Rezek, Francisco, 622.
Rezende, Sérgio, 413, 502.

Rice, Condoleezza, 144, 153, 154, 158, 160, 161, 299, 318, 324, 327, 383, 480, 560.
Rifai, Samir, 405.
Rim Kyong Man, 422.
Rodas Melgar, Haroldo, 105.
Rodas, Patrícia Isabel, 96.
Rodrigues, Francisco das Chagas, 489.
Rodrigues-Birkett, Carolyn, 92.
Rodríguez Zapatero, José, 182, 183, 531, 577.
Rodríguez, Eduardo, 52, 84.
Rodríguez, Manuel, 83.
Roh Moo, 418, 419, 424.
Rohee, Clement, 91.
Rohter, Larry, 146.
Roiter, Mario, 377.
Rojas, Clara, 72, 77, 78.
Romênia, 174, 205, 345, 382.
Rondeau, Silas, 56, 57.
Rosa, Henrique, 242, 244.
Rosales, Manuel, 65.
Rousseff, Dilma, 51, 596.
Ruanda, 278, 466, 476.
Rudd, Kevin, 461, 462.
Rumsfeld, Donald, 373.
Rupel, Dimitrij, 133.
Rússia, 16, 107, 144, 170, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 237, 288, 301, 303, 308, 318, 340, 345, 351, 359, 361, 379, 386, 389, 393, 396, 421, 242, 246, 435, 468, 482, 501, 517, 523, 524, 525, 526, 534, 541, 545, 551, 623.

S

Saara Ocidental, 293.
Saavedra, José Alfredo, 103, 104.
Saboia, Gilberto, 64.
Saca, Elías Antonio, 109.
Sadr, Moqtada, 376.
Salloukh, Fawzi, 351.
Salsinha, Gastão, 454.

Salvatierra, Hugo, 57.
Sambú, Soares, 243.
Samek, Jorge, 46.
Sampaio, Jorge, 178, 179, 531, 532.
San Marino, 206, 209.
Sánchez de Lozada, Gonzalo, 49, 50.
Sanhá, Arthur, 242.
Sanhá, Malam Bacai, 244, 245, 249, 250.
Santa Lúcia, 112, 139.
Santana Lopes, Pedro Miguel de, 178.
Santiago, Tilden, 128, 129.
Santos López, Samuel, 107.
Santos, José Eduardo dos, 268, 269, 270, 271.
Santos, Juan Manuel, 82.
São Cristóvão e Névis, 112, 140.
São Tomé e Príncipe, 159, 160, 230, 243, 245, 271, 272, 273, 274, 275, 513, 514.
São Vicente e Granadinas, 112, 140.
Sardenberg, Ronaldo, 115, 117, 303, 367, 384, 472.
Sarkozy, Nicolas, 185, 186, 187, 298, 523, 593.
Sarney, José, 32, 34, 623, 624.
Sassou Nguesso, Denis, 280, 282.
Schröder, Gerhard, 184, 365.
Schwab, Susan, 586, 588.
Seabra, Veríssimo Correa, 241, 242.
Seddig, Mutrif, 303.
Seixas Corrêa, Luiz Felipe, 573, 574, 575.
Senegal, 258, 259, 531.
Serra Leoa, 230, 265, 266.
Sérvia, 170, 210, 215, 216, 217, 218.
Setúbal, Olavo, 622, 623.
Severiano, Mylton, 390.
Seyoum Mesfin, Ato, 287.
Sezer, Ahmet Necnet, 212.
Shaath, Nabil, 315.
Shalit, Gilad, 321, 322, 323, 328.
Shalom, Kerem, 321.
Shalom, Silvan, 312, 339, 341.
Sharon, Ariel, 308, 312, 313, 314, 315, 339, 340, 341.
Shaw Helen, 607.
Shikapwasha, Ronnie, 291.

Short, Roger, 211.
Sikorski, Radoslaw, 202.
Siles, Juan Ignacio, 51.
Singh, Manmohan, 428, 431, 432, 434, 435, 518, 519, 526, 589.
Sinha, Yashwant, 429, 430, 516.
Siniora, Fouad, 346, 347, 350, 351, 353.
Síria, 310, 311, 325, 331, 344, 345, 346, 353, 355, 356, 357, 358, 360, 375, 385, 527.
Skelemani, Pandhu, 240.
Skerrit, Roosevelt, 140.
Sleiman, Michel, 354, 355.
Smidi, Ali Ahmad, 353.
Smith, Stephen, 461, 462.
Soares de Lima, Maria Regina, 38.
Solana, Javier, 331, 388.
Soliz Rada, Andres, 56.
Somália, 288, 289.
Soro, Guillaume, 256, 257.
Spencer, Baldwin, 139.
Spidla, Vladimir, 203.
Spindelegger, Michael, 198.
Sri Lanka, 114, 406, 439, 440, 498.
Steinmeier, Frank-Walter, 197.
Stofile, Mankhenkesi, 232.
Stoltenberg, Jens, 207, 503.
Store, Jonas, 331, 438.
Straw, Jack, 602, 604, 605, 606.
Sudão, 230, 239, 293, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 496, 498, 499.
Suécia, 198, 199, 426, 481.
Suíça, 148, 170, 171, 206, 208, 331, 462.
Suphamongkhon, Kantathi, 445, 446.
Suriname, 26, 93, 94, 112, 542.
Suu Kyi, Aung San, 445, 446.
Svilanovic, Goran, 215, 216.
Symonette, Theodore Brent, 138.

T

Tadic, Boris, 218.
Taiana, Jorge, 38.

Tailândia, 174, 374, 382, 444, 445, 451, 565.
Taiwan, 145, 217, 407, 601.
Tajiquistão, 219.
Talabani, Jal, 378, 379.
Tandja, Mamadou, 266, 267.
Tanzânia, 230, 290, 291, 570.
Tarassiuk, Borys, 226.
Taunay, Jorge, 272.
Taunay, Raul de, 237.
Taylor, Charles, 260, 261.
Temer, Michel, 390, 462.
Tenet, George T., 373.
Thaksin Shinawatra, 444, 445.
Thomas, Tillman, 139.
Thompson, David, 135.
Timerman, Héctor, 38.
Timor Leste, 243, 370, 443, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 476, 478, 512.
Tiny, Carlos, 275.
Togo, 230, 266.
Toledo, Alejandro, 83, 84, 183.
Tonga, 381.
Tormos, Bassel, 349.
Torrijos, Martin, 111.
Touré, Amadou Toumani, 265.
Tran Duc Luong, 448.
Trinidad e Tobago, 135, 163, 551.
Trovoada, Patrice Emery, 275.
Tsvangirai, Morgan, 236, 238.
Tueni, Gibran, 346.
Tunísia, 527.
Tupy Caldas de Moura, Luiz, 360, 363.
Turcomenistão, 219.
Turk, Danilo, 204.
Turquia, 171, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 307, 315, 331, 352, 362, 365, 396, 397, 398, 531, 545.
Tusk, Donald, 202, 203.
Tutu, Desmond, 122.
Tymoshenko, Yulia, 227.

U

Ucrânia, 170, 219, 226, 227, 381, 382.
UE, 16, 65, 105, 133, 145, 150, 151, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 193, 198, 199, 203, 204, 206, 210, 215, 217, 218, 224, 236, 245, 308, 318, 329, 330, 331, 333, 338, 340, 345, 383, 388, 468, 479, 488, 498, 499, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 558, 561, 563, 564, 568, 570, 573, 574, 576, 577, 579, 580, 581, 584, 586, 587, 589, 612, 622, 623, 625.
Uganda, 278, 288.
Unakitan, Kemal, 212.
Uribe, Álvaro, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82.
Uruguai, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 91, 104, 114, 120, 236, 432, 495, 543, 545, 547, 561, 564, 573, 574, 575, 584.
Uzbequistão, 219, 440, 442, 495.

V

Vajpayee, Atal Bihari, 428, 431.
Valdés, Juan Gabriel, 118.
Van Rompuy, Herman, 177, 195.
Van-Dúnem, Oswaldo Serra, 272.
Vargas, Everton Vieira, 501.
Vargo, Frank, 550.
Vasconcellos, João José, 374, 375, 378, 381.
Vaticano, 206, 208, 209, 377.
Vaz Lopes, Helder, 515.
Vázquez, Tabaré, 39, 40, 42, 575.
Velásquez, General Vázquez, 97.
Venetiaan, Ronald, 93, 94.
Venezuela, 16, 22, 25, 28, 54, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 78, 85, 91, 96, 97, 100, 104, 107, 145, 157, 172, 224, 330, 385, 537, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 565, 570, 600.
Verhagen, Maxime, 195.
Viegas Filho, José, 612.
Vieira de Mello, Sérgio, 369, 370, 371, 376, 574.
Vieira Neto, General Floriano Peixoto, 125.
Vieira, João Bernardo, 16, 247, 249.
Vietnã, 443, 448, 449, 450.

Vike-Freiberga, Vaira, 201.
Villepin, Dominique de, 184, 185, 358, 359, 360.
Viotti, Maria Luiza Ribeiro, 209, 397, 459.
Vlahovic, Miodrag, 210.

W

Wa Mutharika, Bingu, 258, 292.
Wade, Aboulaye, 258, 259.
Waghf, Yahya Ould Ahmed, 265.
Wen Ziabao, 407.
Woldegiorgis, Girma, 287.
Wolfenson, James, 318.

Y

Yalá, Kumba, 241, 244, 249.
Yang Jiechi, 413.
Yar'Adua, Umaru, 255, 256.
Yassin, Ahmed, 312.
Yates, John, 604, 606.
Yudhoyono, Susilo Bamband, 450, 452, 611.

Z

Zaire. *Veja República Democrática do Congo*
Zaitsev, Fiodor, 379.
Zâmbia, 230, 291, 611.
Zapatero, José Luís, 507, 531, 577.
Zardari, Asif Ali, 436.
Zelaya, Manuel, 16, 21, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104.
Zenawi, Mélès, 287.
Zhu Rongji, 407.
Zimbábue, 231, 232, 236, 237, 238, 239, 521, 570, 611.
Zoellick, Robert, 148, 553, 554, 558, 559, 566, 571, 573.
Zuma, Jacob, 232, 233.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)